



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 78ª SESSÃO À 80ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 30 Nº 32  
9 JUN. A 13 JUN.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
***SUBSECRETARIA DE ANAIS***  
BRASÍLIA – BRASIL  
2006

## VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal**  
**Subsecretaria de Anais - SSANS**  
**Via N 2, Unidade de Apoio I.**  
**CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT- MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza\*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Iris de Araújo\*<sup>S</sup>  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros\*  
PFL – Jonas Pinheiro\*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna\*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen\*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – João Tenório\*\*<sup>S</sup>

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves\*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias\*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PTB – Antônio João\*\*<sup>S</sup>  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>		<i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra. ....	41
Justificativas para apresentação de Projeto de Resolução para alterar os artigos 16 e 21 da Resolução nº 43, de 2001, no sentido de incluir a nova data-limite de adaptação dos entes federados à nova sistemática de controle da inadimplência para autorizar operações de crédito. Senadora Íris de Araújo. ....	247	Transcrição da matéria intitulada “TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 2 de junho de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	43
<b>ADVOCACIA</b>		Considerações a respeito da matéria intitulada “CPI vai apontar doação de bingos a Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de maio de 2006. Senador João Tenório. ....	45
Justificação a Projeto de Lei de autoria de S. Ex <sup>a</sup> , que propõe a extinção do Exame de Ordem da OAB. Senador Gilvam Borges. ....	9	Análise da matéria intitulada “Delúbio agiu sob delegação”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	46
Comentários sobre as repercussões ocorridas em razão da apresentação por S. Ex <sup>a</sup> , de projeto que visa a extinção do exame para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Senador Gilvam Borges. ....	147	Registro da matéria intitulada “Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina”, publicada pela <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	47
<b>AGRICULTURA</b>		Transcrição do artigo intitulado “Lula, câmbio e gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 25 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan. ....	48
Comentário sobre o agravamento da crise da agricultura brasileira no Governo Lula. Senador Leonel Pavan. ....	93	Comentários acerca da matéria intitulada “PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	49
Evolução das técnicas de manipulação genética de plantas até às chamadas “plantas bio-fábricas”, que podem contribuir para a agricultura brasileira como fonte de renda para a população e mecanismo de geração de empregos. Senador Valmir Amaral. ....	148	Comentário sobre o artigo intitulado “A saúde na UTI”, publicado no <i>Correio Braziliense</i> dia 7 de fevereiro de 2006. Comentário sobre artigo publicado no <i>Jornal de Brasília</i> em dezembro de 2005, que denuncia o problema das fraudes no SUS. Senador Papaléo Paes. ....	83
<b>ARTIGO DE IMPRENSA</b>		Comentários sobre matéria intitulada “Piauí mistura o público e o privado”, publicada no <i>Correio Braziliense</i> , que trata de denúncia contra o Coordenador de Comunicação do Estado do Piauí e do caso da corrupção no meio político. Senador Mão Santa. ....	86
Registro do editorial publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , intitulado “Falta horizonte”, edição de 28 de maio de 2006. Comentário sobre o artigo intitulado “O futuro de Lula”, publicado no jornal			

	Pág.		Pág.
Comentários sobre matéria do jornalista Gilberto Dimenstein, intitulada “Renda chinesa aquece economia e ameaça contas”. Indicação de fatores que alimentam a popularidade do Presidente Lula. Senador Tião Viana. ....	112	de junho de 2006. Registro da matéria intitulada “Okamoto não prova saques para quitar a dívida de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra. .	504
Registro da matéria intitulada “Vai ter ira santa na eleição”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2006. Senador Sérgio Guerra.....	149	Registro da matéria intitulada “Faltou um Palocci”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 29 de maio de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	506
Registro do editorial intitulado “Falta de foco”, do jornal <i>O Globo</i> , edição de 19 de maio de 2006. Senadora Lúcia Vânia. ....	150	Comentários ao artigo intitulado “Informe-se, presidente”, de autoria do economista e ex-ministro Paulo Renato Souza, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de junho de 2006. Senador Flexa Ribeiro. ....	508
Comentários sobre o editorial intitulado “Parlapatice desbragada”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de junho de 2006. Senador Flexa Ribeiro.....	151	Registro da matéria intitulada “OAB pede à Procuradoria nova apuração contra Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de maio de 2006. Senador Papaléo Paes.....	509
Registro do artigo intitulado “Humilhação continuada”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Juvêncio da Fonseca. ....	152	Comentários à matéria intitulada “Ele está em todas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 31 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan.....	510
Registro da matéria intitulada “Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros.....	153	(CPI)	
Comentários sobre a matéria intitulada “Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 26 de maio de 2006. Senador Leonel Pavan....	154	Defesa da instauração de sindicância para apurar e punir os responsáveis por texto distribuído pela assessoria da liderança do PT no Senado, contendo insinuações de que cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao lobby feito pelos donos de casas de bingo. Senador Heráclito Fortes.....	4
Considerações sobre o noticiário de 12 de junho de 2006 referente ao Mundo Petista, incluindo a íntegra da matéria de capa da revista <i>Veja</i> . Senador Arthur Virgílio. ....	155	Consideração a respeito da urgente necessidade de esclarecimentos no caso da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Gilvam Borges. Senador Heráclito Fortes. ....	11
Elogios ao artigo da jornalista Miriam Leitão, intitulado “O pior de Lula”, publicado no <i>O Globo</i> , no qual faz críticas a recentes declarações do Presidente da República. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	450	Leitura de nota encaminhada por S. Ex <sup>a</sup> à imprensa, na qual desautoriza o texto distribuído, no dia 8 de junho de 2006, por assessores da liderança do PT no Senado, a respeito da CPI dos Bingos. Senadora Ideli Salvatti. ....	21
Leitura e comentário de um artigo publicado no <i>Diário da Bolívia</i> , escrito por Emir Sader, no dia 23 de janeiro de 2006, intitulado “Porque os bolivianos, pela primeira vez, se sentem felizes”, que trata da relação Brasil-Bolívia. Senador José Agripino..	462	Apoio à Senadora Ideli Salvatti no caso da CPI dos Bingos e defesa da liberdade que os parlamentares possuem no exercício do mandato. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Tião Viana.....	23
Comentários sobre matéria do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> a respeito da reação do Palácio do Planalto com relação às privatizações. Senador Arthur Virgílio. ....	476	Apoio à CPI como instrumento útil para acabar com a impunidade no Brasil. Senador Pedro Simon. ....	26
Registro da matéria intitulada “Base do governo manobra e evita ida de Dantas a CPI”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. Senador Antero Paes de Barros. ....	502	Sugestões para que o relatório final da CPI dos Bingos inclua o pedido de indiciamento do diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Paulo Okamoto; do Ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; e do chefe do gabinete pessoal do Presidente Lula, Gilberto Carvalho, conforme o voto em separado que apresentou. Senador Alvaro Dias. ..	452
Comentários sobre o artigo intitulado “Cozinha depõe e liga Comendador a petistas”, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de primeiro			

	Pág.		Pág.
<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>			<b>III</b>
Registro da liberação, pelo BNDES, de dois financiamentos para o Estado do Pará, para a construção de estradas e de hospitais regionais. Senadora Ana Júlia Carepa.....	479	Crítica ao Governo Lula por propor acordo e não cumprir, como no caso do Fundeb, que é uma matéria de interesse coletivo. Aparte ao Senador José Jorge. Senador José Agripino.....	449
<b>ECONOMIA</b>		<b>ELEIÇÃO</b>	
Anúncio de pesquisa econômica divulgada recentemente pelo Ipea. Senadora Ideli Salvatti. ..	21	Comentários sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito das eleições do ano de 2006. Senador Edison Lobão. ....	14
Considerações sobre a situação fiscal brasileira e sobre a necessidade de retomada do processo de reformas econômicas estruturais. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Arthur Virgílio. ..	113	Considerações a respeito da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que flexibiliza as regras eleitorais. Defesa dos Ministros que tiveram de apreciar, em apenas 48 horas, o pedido de reconsideração da legislação eleitoral. Senador Ramez Tebet. ....	19
Comentário a respeito do aumento do salário mínimo e sobre a inflação. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Paulo Paim.....	114	Consideração sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da verticalização aos partidos políticos. Aparte ao Senador Ramez Tebet. Senador Pedro Simon.....	20
Registro da presença, dia 13 de junho de 2006, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Presidente do Banco Central, acompanhado de diretores, onde foi feita exposição sobre a definição da taxa Selic. Senador Eduardo Suplicy. ....	485	Desdobramentos da decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da verticalização e coligações para as eleições do ano de 2006. Senador Pedro Simon. ....	26
<b>EDUCAÇÃO</b>		Considerações sobre a questão da verticalização nas eleições de 2006, cuja idéia principal é fazer com que as coligações estaduais acompanhem a coligação nacional. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador José Jorge. ....	28
Comentário sobre a necessidade de aprimoramento do projeto de reforma universitária anunciado pelo Governo. Senador Cristovam Buarque. ....	12	Comunicação sobre o referendo ao nome de S. Ex <sup>a</sup> , pelo PMDB, em coligação com outros partidos, para concorrer ao Governo do Estado de Roraima. Senador Romero Jucá. ....	101
Reconhecimento ao Governo Federal por autorizar, por intermédio do Ministério da Educação, a criação do programa de escola técnica federal em quatro Estados brasileiros. Senador Tião Viana. ..	16	Reação do PT no confronto democrático, especialmente no período eleitoral. Informação de que Geraldo Alckmin, se eleito, vai propor, logo na primeira semana de governo, uma reforma tributária. Senador Alvaro Dias. ....	106
Críticas à falta de empenho do Governo Lula no sentido da aprovação do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Comentário sobre o sentimento de S. Ex <sup>a</sup> com relação ao Fundeb, por se tratar mais de uma tentativa de aproveitamento político e eleitoral do que de real intenção de aprová-lo e implantá-lo. Senador José Jorge.....	446	Análise do discurso do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin. Senador Arthur Virgílio. ....	109
Comentário sobre as três iniciativas do Governo Federal na área de educação: Fundeb, Universidade para Todos e reforma universitária. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Roberto Saturnino.....	447	Registro de sessão especial do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em que se decidiu pela não apresentação de candidatura própria à presidência da República. Senador Pedro Simon. ....	121
Crítica ao Governo Lula pela demora na aprovação do Fundeb. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Antonio Carlos Magalhães. ....	448	Lamento pelo sepultamento da candidatura do PMDB à Presidência da República. Senador Pedro Simon. ....	459
Comentário sobre a importância de se investir na educação para que o Brasil cresça. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Romeu Tuma. ....	448	<b>ENERGIA</b>	
		A importância da iniciativa do Governo Federal de levar energia elétrica ao norte do Araguaia, em Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko. .	284

## IV

	Pág.		Pág.
<b>ESPORTE</b>			
Comentário sobre o início da décima sétima Copa Mundial de futebol e a participação brasileira nessa competição. Senador Sibá Machado. ....	36	transcurso do Dia de Portugal, data consagrada a homenagear Luis de Camões, criador do poema épico “Os Lusíadas”. Senador Arthur Virgílio. ....	92
Questionamentos sobre a teleconferência realizada entre o Presidente Lula e integrantes da Seleção Brasileira. Senador Heráclito Fortes. ....	123	Cumprimentos ao tetracampeão mundial de boxe Acelino de Freitas ‘Popó’. Senador Arthur Virgílio. ....	109
Comentário sobre o gosto do Ex-presidente Médici pelo futebol. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Pedro Simon. ....	124	Homenagem ao boxador Acelino de Freitas por ele ser um símbolo de orgulho brasileiro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Magno Malta.	110
<b>FORÇAS ARMADAS</b>			
Elogios à Marinha do Brasil pelas suas grandes realizações na defesa do território marítimo brasileiro. Senador Edison Lobão. ....	14	Registro da homenagem ao patriarca da independência, José Bonifácio, feita pelo Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, e pelo Prefeito Municipal de Santos, João Paulo Tavares Papa. Homenagem à Marinha brasileira, por ocasião do dia 11 de junho, que é o Dia da Marinha. Senador Romeu Tuma. ....	434
Elogios à Marinha do Brasil, pelo esforço empreendido na defesa nacional e na pesquisa no caso da Antártida. Senador Sibá Machado. ....	36	Cumprimentos ao Senhor Cláudio Lembo e homenagem a José Bonifácio. Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Marco Maciel. ....	434
<b>GOVERNO FEDERAL</b>			
Crítica ao Governo Federal e ao Partido dos Trabalhadores pela corrupção. Senador Mão Santa.	86	Homenagem à Polícia Militar do Estado do Maranhão pelos serviços significativos prestados ao referido Estado. Senador Edison Lobão. ....	478
Crítica ao Governo Lula pela sua atitude de indiferença diante dos escândalos de corrupção no meio político. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Leonel Pavan. ....	87	<b>HOMENAGEM PÓSTUMA</b>	
Crítica ao Governo Lula por anistiar publicamente os mensaleiros e receber dentro do Palácio do Planalto esses praticantes de padrão ético defeituoso. Senador José Agripino. ....	462	Voto de pesar pelo falecimento das Senhoras Marta Vasquez e Acácia da Silva Sevalho, funcionárias do jornal <i>Correio Amazonense</i> e Senhor Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil - Estados Unidos. Senador Arthur Virgílio. ....	95
Crítica ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores por darem uma segunda chance aos mensaleiros. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Heráclito Fortes. ....	463	Voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das Ciências Físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Senador Roberto Saturnino. ..	439
Comentário sobre as propagandas televisivas do Governo Federal que visam a induzir o povo a votar em Lula. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Pedro Simon. ....	463	Voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das Ciências Físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Senador Marco Maciel. ....	440
Crítica a José Dirceu pela sua postura como homem público. Senador Arthur Virgílio. ....	476	Voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das Ciências Físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Senador José Jorge. ....	441
Crítica ao Governo Federal pela operação pouco clara da ida da Embratel para as mãos do empresário mexicano Carlos Slim. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Heráclito Fortes. ....	478	<b>JUDICIÁRIO</b>	
<b>HOMENAGEM</b>			
Apresentação de voto de aplauso à comunidade portuguesa e luso-brasileira do Amazonas pelo		Alerta para a politização do Poder Judiciário e para a aplicação, no Brasil, de princípios que não condizem com a democracia. Senador Amir Lando.	130
		<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>	
		Mensagem nº 164, de 2006, (nº 435, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal	



	Pág.	V	Pág.
a escolha do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os <i>agrément</i> s dos governos desses países....	51		
Mensagem nº 165, de 2006, (nº 434, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, indicado pela Mensagem nº 369, de 16 de maio de 2006, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Chipre. ....	66		
Mensagem nº 166, de 2006, (nº 448/2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Arnaldo da Fonseca. ....	249		
<b>MINERAÇÃO</b>			
Comentário sobre a exploração indevida e criminosa das reservas de diamantes. Aparte ao Senador Valdir Raupp. Senador Amir Lando. ....	127		
<b>MOVIMENTO TRABALHISTA</b>			
Apelo para a reabertura do diálogo com os servidores do Judiciário que estão em greve. Senador Arthur Virgílio. ....	109		
<b>OFÍCIO</b>			
Ofício nº 376/06/PS-GSE, de 7 de junho de 2006, que encaminha à consideração do Senado Federal o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (Medida Provisória nº 287/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 31 de maio de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00 para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.....	285		
			286
			286
			286
		<b>PARECER</b>	
		Parecer nº 669, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma.....	1
		Parecer nº 670, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns. ....	74
		Parecer nº 671, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005 (nº 3.432/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar. Senador Aelton Freitas.....	179
		Parecer nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Senador Valdir Raupp. ....	183
		Parecer nº 673, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005 (nº 3.969/2004, na Casa de origem), que fixa, de iniciativa do Presidente da República, os efetivos do Comando da	

	Pág.		Pág.
Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências. Senador César Borges. ....	186	comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan.....	207
Parecer nº 674, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005 (nº 3.969/2004, na Casa de origem), que fixa, de iniciativa do Presidente da República, os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências. Senador Romeu Tuma. ....	188	Parecer nº 681, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006 (nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns.....	210
Parecer nº 675, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2006 (nº 1.928/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina. Senador Leonel Pavan. ...	189	Parecer nº 682, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2004 (nº 2.225/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	213
Parecer nº 676, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2006 (nº 1.966/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns. ....	192	Parecer nº 683, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2005 (nº 1.806/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	217
Parecer nº 677, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2006 (nº 2.005/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns. ....	196	Parecer nº 684, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2005 (nº 1.853/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	220
Parecer nº 678, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2006 (nº 2.057/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo. Senador Romeu Tuma. ....	199	Parecer nº 685, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2006 (nº 1.855/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	223
Parecer nº 679, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2006 (nº 2.086/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns. ....	203	Parecer nº 686, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2006 (nº 1.556/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes.....	226
Parecer nº 680, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2006 (nº 1.933/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão		Parecer nº 687, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2006 (nº 1.935/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação	

Pág.	Pág.
de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	229
Parecer nº 688, de 2006, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2005 (nº 1.815/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	232
Parecer nº 689, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2006 (nº 1.884/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará. Senadora Patrícia Saboya Gomes. ....	235
Parecer nº 690, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2006 (nº 1.924/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação – POPGOIABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Senador Roberto Saturnino.....	238
<b>PARTIDO POLÍTICO</b>	
Realização da Convenção do PSDB, dia 11 de junho de 2006, na cidade de Belo Horizonte/MG, na qual foi lançado o nome do candidato à Presidência da República, ex-governador Geraldo Alckmin. Senador Leonel Pavan. ....	93
Crítica ao Partido dos Trabalhadores pelas suas contradições políticas e por levar às urnas os mensaleiros. Aparte ao Senador José Agripino. Senador Arthur Virgílio. ....	462
<b>(PETROBRÁS)</b>	
Justificativa quanto à solicitação feita por S. Ex <sup>a</sup> ao CONAR, no sentido da retirada da propaganda enganosa sobre a Petrobrás. Senador Heráclito Fortes. ....	465
<b>PETRÓLEO</b>	
Crítica ao Presidente Lula pela divulgação na imprensa da auto-suficiência de petróleo pelo Governo do Brasil. Senador José Agripino. ....	462
<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>	
Apoio aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que reivindicam a valorização da carreira. Senador Tião Viana. ....	16
Solicitação ao Governo Federal para que volte com a equalização aos plantadores de cana-de-açúcar. Senador Ney Suassuna. ....	89
Comentário sobre o retorno do pagamento da equalização no setor agrícola. Aparte ao Senador Ney Suassuna. Senador Marco Maciel. ....	89
<b>POLÍTICA AMBIENTAL</b>	
Considerações a respeito da ampliação da Reserva Biológica do Jarú. Senador Amir Lando. .	467
Comentário sobre o acampamento da Fazenda Urupá e crítica ao Incra por não resolver esse problema. Aparte ao Senador Amir Lando. Senador Valdir Raupp. ....	468
Registro da realização da Semana do Meio Ambiente, em Brasília. Senador Paulo Octávio. ...	479
<b>POLÍTICA INDUSTRIAL</b>	
Comentário sobre as dificuldades enfrentadas pelo Pólo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio.....	109
Considerações sobre o levantamento feito por técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e da Embrapa visando avaliar o custo do café Robusta, em Rondônia. Comentário acerca da participação da produção de grãos e da indústria de café em relação às estruturas das economias de cada Estado e em relação à economia nacional. Senador Valdir Raupp. ....	125
Denúncias relativas a uma possível tentativa de alteração na Lei de Informática por grupos interessados em receber os mesmos benefícios fiscais concedidos ao Pólo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	455
<b>POLÍTICA SOCIAL</b>	
Realização da oitava edição do Festival de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás. Satisfação diante da exposição, no Senado Federal, da mostra de fotos denominada Imagens da Inclusão, iniciativa que tem por finalidade valorizar os portadores de necessidades especiais. Senadora Lúcia Vânia....	25
Comentário sobre as reformas estruturantes que o Estado brasileiro precisa e sobre a inclusão	

## VIII

	Pág.		Pág.
social. Considerações acerca da redução da pobreza no Brasil e do crescimento brasileiro em relação aos países da América Latina. Senador Tião Viana. ...	112	de 1943, e à alínea <i>b</i> do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988. ....	245
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>		Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2006 (nº 5.450/2005 na Casa de Origem), que inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI. ....	246
Apelo pela aprovação, no Senado Federal, do reajuste dos aposentados e pensionistas. Comentário sobre a garantia de paridade total para os servidores públicos estaduais e municipais. Senador Paulo Paim.....	96	<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>	
Comentário a respeito do reajuste salarial para os aposentados e da recuperação do salário mínimo no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romero Jucá.....	98	Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, que altera os artigos 8º, 58º e 84º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Senador Gilvam Borges. ....	39
Comentário sobre a discriminação sofrida pelos aposentados no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Heráclito Fortes. ....	100	Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2006, que altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985. Senador Paulo Paim.....	78
Defesa do reajuste salarial dos aposentados e pensionistas. Senador Paulo Paim. ....	275	<b>REFORMA AGRÁRIA</b>	
Crítica ao veto do reajuste salarial dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Romeu Tuma. ....	276	Considerações acerca da importância dos servidores do Incra na viabilização de operações para implementação da reforma agrária no Brasil. Aparte ao Senador Tião Viana. Senadora Ideli Salvatti. ....	18
Comentário sobre o relatório do Tribunal de Contas da União, que mostrou a situação real da seguridade social. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senadora Heloísa Helena.....	277	Sugestão de programa governamental orientado para os Sem-Terra, visando ao cultivo consorciado de feijão e mamona. Senador Alberto Silva. ....	31
Congratulações pelos 55 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), transcorrido em 22 de abril de 2005. Senador Romero Jucá. ....	501	Encaminhamento à Mesa de requerimento em que solicita a realização de auditoria nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara. Senador Alvaro Dias. ....	33
<b>PRIVATIZAÇÃO</b>		Questionamento sobre os R\$ 5,6 milhões recebidos pela ANARA – Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária, fundada e comandada por integrantes do MLST, durante a gestão do Presidente. Senador Arthur Virgílio. ....	101
Crítica ao Governo Federal e ao PT pela primeira proposta das PPPs (Parcerias Público-Privadas). Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati. ....	477	Comentário sobre a farsa ocorrida após a invasão do Congresso Nacional pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST. Senador José Agripino. ....	462
<b>PROJETO DE LEI DA CÂMARA</b>		<b>REQUERIMENTO</b>	
Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003 na Casa de Origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente. ....	244	Requerimento nº 661, de 2006, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de au-	
Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2006 (nº 4.733/2004 na Casa de Origem, de iniciativa do Presidente da República), que dá nova redação ao art. 984 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio			

	Pág.		Pág.
ditorias nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara, cujos valores totais sejam superiores a R\$ 1 milhão. Senador Alvaro Dias. ....	40	humilde sem-teto atador de papel que para impedir a fragmentação de livro de Machado de Assis em galpão de reciclagem num edifício central de São Paulo, resolveu formar uma biblioteca para outros sem-tetos que ali vivem. Senador Arthur Virgílio. .	441
Requerimento nº 662, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, de Manaus, ocorrido em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	80	<b>SAÚDE</b>	
Requerimento nº 663, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Acácia da Silva Sevalho, do jornal <i>Correio Amazonense</i> , ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	80	Críticas à visão do Presidente Lula sobre o Sistema Único de Saúde – SUS. Senador Papaléo Paes. ....	83
Requerimento nº 664, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Marta Vasquez, do jornal <i>Correio Amazonense</i> , ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	80	Crítica ao mau funcionamento do SUS e ao Governo Lula pela atual situação do sistema público de saúde no Brasil. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Mão Santa. ....	83
Requerimento nº 665, de 2006, que requer Voto de Aplauso à comunidade Portuguesa e Luso – Brasileira do Amazonas pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 de junho. Senador Arthur Virgílio. ....	80	Comentário sobre a necessidade de se fazer uma reformulação na tabela do SUS. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Ney Suassuna. ....	84
Requerimento nº 666, de 2006, que solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre a liberação e o repasse de recursos públicos para entidades que reivindicam a reforma agrária. Senador Arthur Virgílio. ...	81	Crítica ao Governo Federal por não ter uma política de saúde consistente e comentário sobre a necessidade de se tomar providências para atender a classe pobre na compra de remédios. Aparte ao Senador Papaléo Paes. Senador Leonel Pavan. ..	85
Requerimento nº 667, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Auto-regulamentação publicitária – CONAR, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes. Senador Arthur Virgílio. ....	82	Encaminhamento de denúncia sobre a perspectiva da impossibilidade de repasse de recursos para o Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	455
Requerimento nº 668, de 2006, que solicita a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à Universidade Federal do Rio de Janeiro e aos familiares do físico José Leite Lopes por ocasião do seu falecimento. Senador Roberto Saturnino. ....	438	<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
Requerimento nº 669 de 2006, que solicita a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências ao Governo do Estado de Pernambuco e aos familiares do cientista José Leite Lopes por ocasião do seu falecimento. Senador Marco Maciel. ....	439	Pleito ao Governo do Estado do Amapá para que agilize a investigação sobre quadrilha que estaria praticando atentados contra candidatos ao governo. Senador Papaléo Paes. ....	93
Requerimento nº 670, de 2006, que solicita a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências aos familiares do professor José Leite Lopes por ocasião do seu falecimento. Senador José Jorge. ....	439	<b>TELECOMUNICAÇÕES</b>	
Requerimento nº 671, de 2006, que solicita Voto de Aplauso a Severino Manoel de Souza, o		Encaminhamento de requerimento solicitando voto de aplauso ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR. Senador Arthur Virgílio. ....	102
		<b>TRANSPORTE</b>	
		Comentário sobre as ações do Governo Lula no que tange ao transporte ferroviário brasileiro. Senador Sibá Machado. ....	36
		Solicitação de providências à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, sobre o atraso nos vôos da Varig. Senador Leonel Pavan. ....	90
		Considerações sobre a necessidade de mais investimentos na malha ferroviária do País. Cumprimentos aos organizadores do evento “Brasil nos	

	Pág.		Pág.
trilhos”, promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Senador Marco Maciel. ....	90		
Preocupação com as dificuldades da aviação civil brasileira, em particular com a Varig. Senador Leonel Pavan. ....	93	Registro de reunião marcada junto ao Juiz de Direito responsável pelo caso da Varig, com a participação de outros Senadores, para procurar soluções no caso da crise dessa companhia aérea. Senador Pedro Simon. ....	459
Demonstração de preocupação com a grave crise da Varig. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Paulo Paim. ....	94	Comentário sobre a falsa divulgação pelo Governo da interligação do trecho piauiense da Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul. Senador Heráclito Fortes. ....	465
Retificação da Emenda nº 37 ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006, que trata das operações portuárias e do transporte aquaviário. Senador Gilberto Mestrinho. ....	128		
Considerações sobre a questão da recuperação da Varig. Senador Paulo Paim. ....	275	<b>TURISMO</b>	
Comentário sobre a necessidade de o Governo brasileiro e o Poder Judiciário tomarem, conjuntamente, uma atitude para o equacionamento da crise da Varig. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Edison Lobão. ....	276	Comentário sobre o reaquecimento do Turismo em Minas Gerais, em especial na área denominada Circuito das Águas, que compreende os Municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira. Senador Aelton Freitas. ....	34
Comentário sobre a crise da Varig. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Roberto Saturnino. ....	277	<b>VIOLÊNCIA</b>	
Considerações sobre a importância da iniciativa do Governo Federal de melhorar as estradas do norte do Araguaia, em Mato Grosso. Senadora Serys Slhessarenko. ....	284	Comentário sobre a realização, dia 12 de junho de 2006, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado para discutir a violência contra o idoso. Senador Paulo Paim. ....	275

# Ata da 78ª Sessão não Deliberativa, em 9 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Aelton Freitas, Gilvan Borges,  
Heráclito Fortes, Edison Lobão, Ramez Tebet,  
da Sra. Lúcia Vânia, e dos Srs. Alberto Silva e Sibá Machado*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas)*

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

## **PARECER Nº 669, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Edison Lobão**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 191, de 2006 (nº 2.014, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223, da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante

à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

### III – Voto

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 191, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo

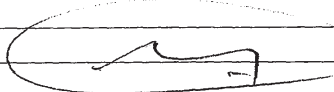
reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 191/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Gelson Camata)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	RELATOR
JUVÊNCIO DA FONSECA	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
(VAGO)	9- LÚCIA VÂNIA
	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 104 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: 1 ABS: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 04 / 2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117 (\*), de 27 de agosto de 1962.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do**

**art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP)  
– O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP)  
– A Presidência recebeu o **Ofício nº 47, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006**, cujo parecer acaba de ser lido.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP)  
– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 2006 – CN**, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP)  
– A Presidência recebeu a Mensagem nº 163, de 2006 (nº 433/2006, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Ceará e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até trinta e sete milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, destinada ao Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará – PCPR II.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Gilvam Borges. PMDB – AP)  
– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

S. Exª dispõe de 15 minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL– PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu já devia estar me dirigindo ao meu Estado do Piauí. Porém, ao tomar

conhecimento de nota da Liderança do PT, distribuída por seus assessores na noite de ontem, mudei meus planos e vim a esta Casa. Vim a esta Casa porque, Senador Gilvam Borges, se nós, que somos Senadores, detentores de mandato popular, não tivermos preocupação com a preservação do conceito desta Casa, ninguém mais terá, e será o fim do mundo.

É inaceitável que se utilizem recursos levanos para tentar suplantar a falta de argumentação de teses frágeis que alguns defendem. Estou-me referindo, Senador Gilvam Borges, a uma nota publicada no *site* Primeira Leitura, que diz: “Liderança do PT no Senado distribui texto em que insinua que a cúpula da CPI sucumbiu aos *lobbies* do bingo”. Lerei a nota pela gravidade, Sr. Presidente:

Assessores da Liderança do PT no Senado distribuíram, na tarde desta quinta-feira, no Congresso, um texto em que há insinuações de que a cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao *lobby* feito pelos donos de casas de bingos. O Relator da Comissão, Senador Garibaldi Alves (PMDB – RN), incluiu no documento final da CPI a apresentação de um pré-projeto que regularia os bingos e outro que regularia os jogos de azar no Brasil.

“Os dois projetos atendem plenamente às reivindicações dos operadores de loterias e jogos, muitos originados em máfias estrangeiras, que, por intermédio da Abrabin [Associação Brasileira de Bingos] e da Able [Associação Brasileira de Loterias Estaduais], fizeram um grande *lobby* no âmbito da Comissão”, diz o texto.

“O Presidente da Able é da Paraíba, mesmo Estado do Presidente da CPI”, acrescentam os petistas. A Liderança do PT ressalta, no texto, que jogos de azar são contravenção penal no Brasil. Apesar das insinuações, os petistas defendem que, caso haja regulamentação dos bingos, a Caixa Econômica seja responsável por gerenciar o setor, “em razão da experiência e da lisura já comprovada na administração dos concursos de prognósticos em geral”.

Essa visão de lisura [...]

Bom, o restante aqui não interessa.

Ao tomar conhecimento dessa nota, agindo com a maior lealdade, eu liguei para o Senador Tião Viana, não só pela posição de ser primeiro Vice-Presidente da Casa, mas também pela lisura com que o Senador age. Comuniquei-lhe o fato, mostrei a estranheza e a gravidade das repercussões que isso podia gerar.

Sr. Presidente, ontem, durante a leitura do relatório, o Senador Tião Viana, usando de todos os recursos regimentais, argumentou contra o que estava naquele texto. Mas agiu com lisura, com transparência e, acima de tudo, às claras.

A Líder estava lá e não se manifestou, não protestou contra um texto do qual discordava. Portanto, não teria o direito de, ato contínuo, por meio da sua Assessoria, distribuir nota dessa natureza.

Comuniquei ao Senador Tião Viana a minha preocupação, e ele, em seguida, dentro da clareza e da lisura, tomou providências. E, às 22 horas, a Senadora solta uma nota.

A Líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT – SC), disse desautorizar e desconhecer a nota distribuída nesta quinta-feira por assessores da própria Liderança do Partido no Senado sobre a CPI dos Bingos. No documento, de duas folhas, sem o timbre da Liderança ou assinatura da Senadora, há insinuações de que a cúpula da CPI tenha atendido a interesses de empresários na sugestão de projetos de lei que regulamentam os jogos de azar e as casas de bingos.

“Eu desautorizo o texto, desconheço esse documento, e o que está escrito não tem a minha concordância”, afirmou a Líder do PT horas depois de distribuído e publicado o texto. A Senadora acrescentou que pedirá explicações aos assessores sobre o teor do texto distribuído à Imprensa.

Sr. Presidente, essa matéria é repercutida numa das colunas mais acreditadas e por uma das jornalistas que mais fontes seguras de informação tem neste País, que é Tereza Cruvinel. E ela coloca aqui, com todas as letras: “O simples fato do desmentido da Senadora é pouco.

Esta Casa tem que tomar providências sérias e graves. Portanto, quero solicitar, Sr. Presidente, Senador Gilvam Borges, a imediata instalação de uma sindicância, por intermédio da Corregedoria, para apurar esses fatos, que são graves. Aliás, a Líder também tinha que explicar a mal contada história de uma correspondência, infelizmente assinada pelo Senador Sibá Machado, que foi bater no Ministério da Justiça, sobre a CPI dos Bingos, na qual se pedia que não se investigasse a atuação e o envolvimento de bingos. E onde? No Estado de Santa Catarina, mais precisamente nas cidades de Florianópolis e Blumenau, porque se temia o envolvimento de familiares do Presidente da República.

Será que, ao concordar e não levar avante aquele questionamento que irritou muito a Comissão, os Senadores que fazem parte da Mesa dos trabalhos daquela CPI fizeram algum conluio com o Presidente da República ou com a Senadora para poupar familiares? Ou agiram no cumprimento do seu dever?

O PT está no banco dos réus, quer companhia. Esta Casa não pode aceitar isso. Não é dado o direito a ninguém, principalmente que exerça uma função de Líder, de agir com essa leviandade. As coisas não podem ser assim, Sr. Presidente.

Essa simples nota não encerra este caso. É preciso que seja apurado. É preciso que os assessores assumam a responsabilidade, se realmente a responsabilidade lhes cabe. É preciso esclarecer se fizeram de moto próprio ou se fizeram orientados. E, se orientados, por quem?

Sr. Presidente, o mais grave de tudo isso é que o documento sai sem timbre do gabinete, mas é distribuído por assessores. E os jornalistas conhecem a tática e imediatamente a identificaram, a tática de guerrilha na imprensa, que é esta: colocar a notícia como fofoca, como versão, para que, depois, o enlameado se vire e procure se defender.

Faço isso na defesa de dois homens honrados nesta Casa, que são o Presidente e o Relator da CPI dos Bingos, Senador Garibaldi Alves Filho e Senador Efraim Morais.

Penso que a CPI cometeu alguns erros, como por exemplo não pedir informações sobre um processo movido em Santa Catarina e presidido pelo Procurador Celso Três. Será que foram coniventes com a Senadora em poupá-la de vexames? Por que não trouxeram o Celso Três aqui, de uma vez por todas, para dizer o que ele apura?

A Senadora precisa amadurecer e ter responsabilidade. Aliás, precisa explicar também por que seu Partido, ontem, produto de investigações feitas pela Polícia Federal, aparece como financiador único e exclusivo da baderna ocorrida na Câmara dos Deputados.

Nunca tive nenhuma dúvida, Sr. Presidente, de que uma ala forte dentro do Partido dos Trabalhadores não quer isto aqui funcionando, acha que é luxo, quer isso aqui para uma praça de espetáculo. Querem governar com a força, sem ter que dar satisfações.

Imaginem que, na plenitude democrática, com esta Casa forte, não respeitam sequer o livre exercício da atividade do Parlamentar. Abusam dos decretos-leis, abusam das medidas provisórias, abusam em não prestar compromissos no prazo regulamentar das atividades que exercem.

É muito grave, Sr. Presidente, o que nós vimos ontem no Jornal Nacional: a promiscuidade das relações entre o dinheiro público e os movimentos de desestabilização do Brasil; entidades com funcionamento no Guará, outras com funcionamento no interior de São Paulo. Essas são as que foram descobertas até agora. Mas, por trás disso tudo, quantos e quantos milhões saíram dos cofres públicos para financiar tais movimentos? O fato é de uma desfaçatez tão grande que, no próprio diário do agitador-mor, nós vamos ver quem financia isso é a União.

Essas coisas não podem continuar assim. Não podem continuar! E eu venho a esta Casa hoje para pedir providências sobre esse fato. Essa denúncia que envolve colegas Senadores precisa ser apurada. A simples nota não funciona, não serve. É preciso ir mais a fundo. Nós temos que apurar quem são os responsáveis. Acho que a Líder do Partido deve ser movida pela mesma indignação que a moveu quando

pediu que fossem investigados os movimentos do Senador Antero Paes de Barros, quando dele suspeitou no caso do caseiro. Ela tem que agir com a mesma força. Ela tem que agir neste caso presente com a mesma isenção que quis naquele caso. Aliás, já pagou um preço muito alto por querer bisbilhotar o entra-e-sai de gabinetes nesta Casa – e ela sabe muito bem o que estou dizendo.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar a tribuna, desejando ao Brasil felicidade na Copa do Mundo que se inicia hoje. Não quero entrar, como entrou o Presidente Lula, ontem, utilizando a tecnologia, na teleconferência, a dar aulas aos jogadores da Seleção Brasileira, dizendo que o Brasil não está preparado para perder. O Brasil tem de estar preparado é para competir, Sr. Presidente. E competir com garra, com disposição nessa maratona esportiva que se inicia hoje e que é a maior do mundo. Espero... E aí louvo também o equilíbrio do Sr. Parreira, ao rebater, uma por uma, as insinuações do Presidente em matéria de futebol. O medo que eu tenho é que, com a arrogância e a prepotência que domina essa gente, se o Brasil passar das quartas-de-final, o Presidente Lula queira destituir Parreira e assumir o comando da Seleção, para ter o direito de levantar a taça lá. E aí ser cidadão do mundo! Só está faltando isso!

Sr. Presidente, como diz o ditado popular da nossa região: “a coisa está virando de mel a garapa”. Quando vemos nesta Casa, que, com todos os seus erros, é o melhor remédio para a democracia, um membro que ocupa uma posição importante, por meio de manobras não-republicanas, tentar denegrir a imagem de companheiros, esse é um fato grave, e é preciso que esta Casa acorde, porque não é a primeira vez que acontece. Essas denúncias são permanentes. A técnica usada de querer parceria no banco dos réus é – e faz parte – da mesma cartilha que ensina, e de maneira urdida, de maneira preparada, a invadir plenários, invadir Casas da Democracia como a Câmara dos Deputados.

Lamento! Mas espero que seja instalada imediatamente, pela Corregedoria, uma sindicância para apurar e que os culpados sejam punidos, até mesmo para que sirva de exemplo e não tenhamos a repetição de fatos vergonhosos como esse.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM  
SEU PRONUNCIAMENTO**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)*

Matéria Inserida:

“Bingos 6: Liderança do PT no Senado distribui texto em que insinua que a cúpula da CPI sucumbiu ao lobby dos bingos”.

## **Bingos 6: liderança do PT no Senado distribui texto em que insinua que a cúpula da CPI sucumbiu ao lobby dos bingos**

**18h15** — Assessores da liderança do PT no Senado distribuíram na tarde desta quinta-feira, no Congresso, um texto em que há insinuações de que a cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao lobby feito pelos donos de casas de bingo. O relator da comissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) incluiu no documento final da CPI a apresentação de um pré-projeto que regulamentaria os bingos e outro que regularia os jogos de azar no Brasil.

“Os dois projetos atendem plenamente às reivindicações dos operadores de loterias e jogos, muitos originados em máfias estrangeiras, que, por intermédio da Abrabin [*Associação Brasileira de Bingos*] e da Able [*Associação Brasileira de Loterias Estaduais*], fizeram um grande lobby no âmbito da comissão”, diz o texto.

“O presidente da Able é da Paraíba, mesmo Estado do presidente da CPI”, acrescentam os petistas. A liderança do PT ressalta, no texto, que jogos de azar são contravenção penal no Brasil. Apesar das insinuações, os petistas defendem que, caso haja regulamentação dos bingos, a Caixa Econômica Federal seja responsável por gerenciar o setor, “em razão da experiência e da lisura já comprovadas na administração dos concursos de prognósticos em geral”.

Essa visão de lisura da Caixa não é compartilhada pelo relator da CPI. No documento apresentado nesta quinta, o relator pede o indiciamento de três ex-presidentes do banco — Sérgio Cutolo, Emílio Carazzai e Jorge Mattoso —, justamente por possíveis irregularidades nas negociações do contrato firmado com a GTech, empresa multinacional que controla os sistemas de loteria.

## **Bingos 8: Ideli desautoriza texto distribuído por assessores**

**22h22** — A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), disse desautorizar e desconhecer a nota distribuída nesta quinta-feira por assessores da própria liderança do partido no Senado sobre a CPI dos Bingos. No documento, de duas folhas sem o timbre da liderança ou assinatura da senadora, há insinuações de que a cúpula da CPI tenha atendido a interesses de empresários de bingos na sugestão de projetos de lei que regulamentam os jogos de azar e as casas de bingos (*veja nota das 18h15*).

“Eu desautorizo o texto, desconheço esse documento, e o que está escrito não tem a minha concordância”, afirmou a líder do PT horas depois de distribuído e publicado o texto. A senadora acrescentou que pedirá explicações aos assessores sobre o teor do texto distribuído à imprensa.

### **CONCLUSÃO:**

**A assessoria da líder do PT, Ideli Salvati, preparou e divulgou o texto. Mas a assessoria fez isso a pedido de quem?**

*O Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Com a palavra, o nobre Senador Gilvam Borges.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta foi uma semana de muitas emoções, quando esta Casa e a da Câmara dos Deputados foram palco de vil manifestação, brutal manifestação. Mas as providências foram tomadas.

O Congresso Nacional, o Senado e a Câmara - tem recebido todos os dias, durante toda a sua existência, inúmeras manifestações justas, retratando um país democrático, onde as leis e as instituições que o sustentam são extremamente sólidas para garantir o bom funcionamento da sociedade.

Emoções fortes, Sr. Presidente, porque, às vésperas das eleições, bem próximas, estamos vivendo ainda momentos de turbulência. O Tribunal Superior Eleitoral atende às demandas dos partidos em julgamentos que ainda nos deixam apreensivos, já que temos poucos dias para executar as nossas convenções em obediência à lei.

O julgamento de ontem feito pelo TSE define e assegura as regras do jogo para que os partidos políticos brasileiros possam definir as suas estratégias, formular os seus entendimentos e fazer as coligações conforme suas conveniências e de acordo com suas identidades filosóficas e doutrinárias.

O País caminha a passos largos, o País funciona, e funciona bem, salvo as turbulências que, apesar da apreensão que causam, com sabedoria são transformadas em lições para que possamos cada vez mais corrigir os rumos. O País vai bem, apesar dos sacolejos que muitas vezes enfrentamos. Avançamos com firmeza.

Este País tem o seu destino e o cumpre com a grandeza de sua gente e com as riquezas de seu território.

Quero registrar, Sr. Presidente, em nome do meu gabinete e no do Senador Sarney – estamos no mesmo prédio, no Anexo –, que recebemos esta semana a visita de representantes de dois Municípios do Amapá.

Do Município de Ferreira Gomes, visitaram-nos o Prefeito Adiel de Campos Ferreira, a Vice-Prefeita Maria Socorro da Costa e os Vereadores Antonio Renildo da Costa, Raimundo Cosmo Darmacia Rodrigues, Benedito Raimundo da Costa, Iranildo da Silva Tavares, Raimundo Souza, Arivaldo dos Santos Serra, Arinaldo dos Santos Serra e Arli César Amoras. Recebíamos a delegação desse Município enquanto os vidros e as porteiros da Câmara dos Deputados eram rompidos

brutalmente. Nesse momento, já estávamos reunidos para discutir o Orçamento de 2007, com os vereadores e os representantes do Executivo municipal.

Do Município de Serra do Navio, o Presidente Sarney recebeu esta semana – e faço esse registro com alegria – os seguintes representantes: a Prefeita Francimar Pereira da Silva Santos, companheira do PT, amiga nossa que apoiamos e militante antiga, que esteve aqui juntamente com os vereadores Romualdo Alves de Souza, Noratinho Conceição Barbosa, Jesaias Silva e Silva, que é o presidente da Câmara, José Soares Pimenta, Ednaldo Pereira de Matos e Jairo Pgnante.

Pois bem, a visita desses representantes de duas Câmaras de Vereadores e seus respectivos prefeitos e outras autoridades se deu, Sr. Presidente, porque estamos fazendo uma política municipalista, com o objetivo de sintonizar a nossa bancada federal com os anseios que vêm da base. Cada idéia trazida e cada reivindicação feita por essas delegações de autoridades municipais já fazem parte de nossa lista de prioridades relativa aos projetos para 2007. Pensar no futuro é trabalhar com antecedência, e, aí, o Amapá sai na frente, pois já recebemos oito delegações aqui no Congresso Nacional, e as portas do gabinete do Presidente José Sarney e do meu gabinete estão abertas. Já estamos tratando também dos projetos de 2006 pendentes da liberação de recursos.

Sr. Presidente, eu não vou me estender porque sei da necessidade de V. Ex<sup>a</sup> de se deslocar daqui da capital para o Piauí, e V. Ex<sup>a</sup> me alertou para que fosse breve. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> o horário do seu vôo.

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Será às 10 horas.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Às 10 horas.

Sr. Presidente, eu hoje vou apresentar um projeto, e vou passá-lo às mãos do nosso competente Secretário-Geral da Mesa, Dr. Raimundo Carreiro, vigilante advogado e atuante soldado universal da lei e do Regimento, guardião desta Casa. Trata-se de projeto de lei que poderá provocar algumas manifestações contrárias, mas o nosso mandato é marcado pela coragem, pela definição e pela posição sempre firme.

O projeto altera o art. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 julho de 1994, e tem como meta abolir o Exame de Ordem necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil.

Já chegou a hora.

Sr. Presidente, vou passar o texto do projeto às mãos do Carreiro para que sejam adotadas as devidas providências e, em seguida, fazer um pronunciamento

rápido para justificar a abolição do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil.

Os profissionais de outras categorias e profissões, quando saem devidamente diplomados pelas universidades em seus cursos específicos, já vêm com o credenciamento das universidades. Por que somente uma categoria é submetida a uma segunda avaliação, categoria que leva mais de cinco anos se aperfeiçoando e buscando seu diploma?

Faço uso da palavra, Sr. Presidente, para comunicar aos meus Pares que, após serena e conseqüente reflexão, decidi apresentar ao Senado – apresentei-o agora – projeto de lei que retira do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil o malsinado Exame de Ordem, que vem prejudicando os interesses de milhões de brasileiros todos os anos.

A advocacia constitui-se em premissa das mais importantes do Estado de Direito, sobretudo porque está na base da administração da justiça brasileira. A Constituição da República reconhece essa primazia da nobre profissão, ao estatuir, em seu art. 133, que “o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei”.

Essa importância da advocacia seduz e atrai boa parte da juventude, que vislumbra, nas carreiras jurídicas em geral, uma ocupação à altura de suas expectativas profissionais, em prol da sociedade como um todo.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a despeito do legítimo direito do cidadão de obter um grau universitário para, em decorrência de seu esforço pessoal, ingressar no mercado de trabalho, a OAB vem se constituindo, nos últimos anos, na mais infundada cláusula de barreira profissional para a juventude brasileira.

Apenas para que se tenha uma idéia da dimensão desse verdadeiro descalabro, o Exame nº 126 da seccional paulista da OAB reprovou nada menos do que 92,8% dos seus mais de vinte mil candidatos, ou seja, somente 1.450 inscritos de todo esse universo obtiveram aprovação naquele certame.

Haverá quem diga que o aumento do número de cursos universitários em todo o Brasil explica o nível elevado das reprovações, porém uma verdade diáfana se impõe aos que observam essa grave situação: o exame da OAB já pode ser considerado um verdadeiro concurso público e está vetando em demasia, porque, em sua consciência, não merece crédito a tese de que, em um Estado progressista como São Paulo, nove em cada dez jovens formados não tenham aptidão ou conhecimento suficiente para o exercício da advocacia.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sob nenhum critério poderia um órgão de classe impedir, de modo contumaz

e em grande escala, o ingresso de novos profissionais em qualquer profissão, sobretudo porque os formandos se submeteram a todas as exigências de instituições de ensino superior lícitas, que funcionam graças à autorização oficial formal do Ministério da Educação.

Haverá quem suspeite, até, de mal disfarçadas intenções classistas, pois muitos se indagam atualmente se a pretensão da OAB não teria, na realidade, um fundo “mercadológico”, pois os novos ingressantes na advocacia representariam, na concepção de alguns advogados militantes, uma concreta ameaça para captação futura de clientela.

O discurso oficial na Ordem dos Advogados é que a formação proporcionada pelas faculdades é de péssima qualidade, razão pela qual se justificaria o controle dos formandos **post facto**, pelo órgão de classe.

Ousarei discordar, porque não há previsão legal para que uma instituição auxiliar ao Estado brasileiro substitua o próprio ente estatal na avaliação das Faculdades de Direito. Em nosso País, apenas a OAB vem atuando dessa maneira em nossos dias.

Embora disparatada, essa situação resulta em graves prejuízos aos direitos dos bacharéis, que permanecem em um desconfortável limbo após sua formatura: não podem advogar por impedimento do órgão de classe a que pretendem se filiar, nem podem atuar como estagiários, por não serem mais estudantes da ciência de Rui Barbosa e Pontes de Miranda.

O malsinado exame da OAB, portanto, atingiu a condição de máxima injustiça perpetrada por causídicos que, paradoxalmente, deveriam se ocupar da promoção da justiça em nosso País. A mim me parece inaceitável que a Ordem entenda que uma única prova teria o condão de substituir todas as demais avaliações semestrais a que se submetem os graduandos em Direito, durante os cinco longos anos de sua formação acadêmica.

Em vários Estados da Federação, ademais, não é raro encontrar, na segunda fase dos concursos da OAB, provas subjetivas em que o candidato seja reprovado sem que o seu exame tenha qualquer marcação gráfica que lhe sirva de base para um futuro recurso. Apenas a nota de reprovação lhe é atribuída, sem mais nem por que, fato que a mim se afigura como uma gritante ilegalidade.

O desconforto causado por esse instrumento de controle é tamanho que inúmeros candidatos, em certos Estados da Federação, têm-se submetido a exames em outras unidades federadas, para aumentar suas chances de ingresso na OAB, o que configura um absurdo totalmente injustificável.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por essas e outras razões, uma conclusão se impõe: o exame da Ordem



dos Advogados deve ser banido da nossa legislação, por absoluta desnecessidade e também porque se converteu em um instrumento de controle injusto e despropositado.

Por isso, tomei a iniciativa de apresentar um projeto de lei ao Senado, com vistas a alterar o Estatuto da OAB – a Lei nº 8.906, de 1994 –, retirando do nosso ordenamento jurídico esse verdadeiro ferramental de injustiças.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é bem possível que críticas ao meu projeto advenham dos mais diversos setores, dentro e fora do Senado da República, porém a política, desde a Grécia Antiga, é atividade que exige coragem e destemor de quem a abraça, convertendo-a em causa da sua vida.

Por isso, eu proponho, e já propus, com total serenidade, o fim definitivo das provas da OAB, na certeza de que o Parlamento tomará, como senso de responsabilidade, essa sábia decisão em defesa da juventude brasileira.

Sr. Presidente, se assim não for, que, então, todas as entidades que defendem as categorias de profissionais...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Em caráter de emergência, pois, infelizmente, terei de deixar o plenário para pegar um avião de carreira, que não espera, queria colocar dois pontos. Em primeiro lugar, dirijo-me ao Vice-Presidente da Casa, maior autoridade hoje aqui. Há pouco, fiz um pronunciamento no qual, inclusive, cito sua participação na CPI dos Bingos sobre a acusação de companheiros da Mesa daquela Comissão. Peço a V. Ex<sup>a</sup> providências imediatas para instalação de processo eficaz, para que fique esclarecido, o mais rápido possível, o que a imprensa divulga hoje, inclusive, na coluna da acreditada jornalista Tereza Cruvinel, que tem muito cuidado em conferir suas fontes. Faço isso para preservar a Casa. A Senadora Líder do seu Partido, se inocente for, tem oportunidade e possibilidade de demonstrar isso e pedir punição ou punir o assessor que extrapolou as suas funções e, por outro lado, esclarecer esses fatos. Essa dúvida não pode pairar sobre nós, principalmente em se tratando de uma CPI que toda a Nação brasileira acompanhou, chamada pela Base do Governo, desde o início, de CPI do Fim do Mundo. Essa técnica, Senador Edison Lobão, de tentar “radioativizar” as pessoas ou os fatos quando não se concorda com eles é velha, conhecida, mas, ainda hoje, usada. Não podemos aceitar isso. Esta Casa não pode conviver com fato dessa natureza. So-

bre dois homens honrados, o Senador Efraim Morais, Primeiro-Secretário desta Casa, e o Senador Garibaldi Alves Filho, não pode haver dúvida alguma. Peço-lhe permissão para falar ainda sobre outro assunto. “Ronaldinho responde Lula” – Ronaldo, o Fenômeno, aquele que Lula ontem disse que estava gordo. Gostaria de que fosse para os Anais desta Casa a resposta do Ronaldo para o Presidente. Senador Edison Lobão, preste atenção. Palavra do Ronaldinho: “Eu também teria várias perguntas a fazer ao Presidente, mas fomos instruídos a não fazer perguntas, fomos proibidos de perguntar alguma coisa”. Quem diz o que quer ouve o que não quer. Vou repetir o que disse agora, Senador Tião Viana: meu pavor é que o Brasil passe da primeira fase e que o Presidente Lula, com essa sua olímpica fase triunfalista, queira destituir o Parreira e assumir a Seleção, só para ter o direito de levantar a taça e dizer: “Esta Copa é minha”. Muito obrigado.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, antes de encerrar, quero dizer a todo o País que, com o projeto que propus a esta Casa, espero que possamos abrir a discussão e a avaliação por seus representantes legítimos no Parlamento nacional. Se não for desta forma, então, que a Ordem dos Médicos do Brasil proceda da mesma forma como procede a Ordem do Advogados do Brasil; que a Ordem dos Engenheiros Civis, Elétricos e inúmeras categorias também tenham, então, uma segunda oportunidade de avaliação definitiva, desqualificando as universidades; que a Ordem das Pedagogas do Brasil também possa avaliar os seus profissionais quando as universidades as colocam no mercado de trabalho; que todas as profissões e os profissionais que se inserem no mercado nacional também possam entrar nessa nova avaliação. Aí se desfaz, então, essa condição da Ordem dos Advogados do Brasil de submeter milhares de jovens a um novo exame, já que esses participaram de vestibulares, estiveram na academia durante cinco anos e, portanto, receberam um diploma que, constitucionalmente, já lhes dá o direito do exercício.

Por esse motivo, apelo à Ordem para uma reflexão sobre essa questão da constitucionalidade de submissão e avaliação para que esses profissionais posam, então, entrar no mercado de trabalho.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> ainda dispõe de mais cinco minutos, se tiver outro assunto. Estou aqui para garantir isso a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Quero, mais uma vez, pedir-lhe um aparte.

**O GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Por favor.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Anunciei a entrada de um requerimento, mas terei que sair.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sem dúvida, Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Eu queria apenas encaminhar para o procedimento legal o requerimento, que é dirigido ao Corregedor da Casa e diz o seguinte:

Solicito a V. Ex<sup>a</sup> a abertura de sindicância ou processo equivalente para apurar responsabilidades na veiculação de nota atribuída à Liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado, com texto ofensivo à dignidade do Presidente e do Relator da CPI dos Bingos e, por extensão, ao Senado da República e ao Congresso Nacional.

Na chamada Nota, há insinuações de que os dirigentes daquela CPI teriam atendido a solicitações de pretensos *lobbies* de bingos.

Para instruir o processo, peço a V. Ex<sup>a</sup> que sejam incluídas, como justificativa para a presente solicitação, as notas taquigráficas de pronunciamento que fiz esta manhã no Senado.

Sala das Sessões, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, encaminho o requerimento a V. Ex<sup>a</sup> para os procedimentos legais. Muito obrigado.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, encerro este meu pronunciamento. Espero que possamos ter, na próxima semana, uma reflexão sobre a necessidade de uma reavaliação dessas categorias, verificando se há constitucionalidade ou não, para termos esse amparo legal.

Quero mandar um grande abraço à cidade Serra do Navio e a todas as suas autoridades. Quero mandar um grande abraço também aos vereadores de Ferreira Gomes, que já estão agora embarcando e que estiveram aqui nos prestigiando durante duas semanas, tratando dos interesses de nosso querido Estado, por intermédio de seus Municípios.

Por esse motivo, em nome do Presidente Sarney, que os recebeu também gentilmente, ficamos muito felizes em saber que o Amapá caminha, com todos os seus Municípios, trabalhando uma frente, já se programando para 2007, não só na liberação de recursos.

Ao Estado do Amapá, ao resto do Brasil e a todos os advogados e outros profissionais, quero dizer que aguardemos com paciência, porque acredito que essa cláusula de barreira é inconstitucional e haveremos de quebrá-la pela própria lei.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado, e que todos tenham um bom fim de semana.

*Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Heráclito Fortes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Edison Lobão e Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque e, a seguir, ao Senador Edison Lobão.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, Presidente desta sessão, dispus-me a falar hoje levando em conta que ontem conseguimos algo fenomenal, que foi terminar esse período de CPIs. Felizmente terminamos tudo isso, e agora talvez tenhamos tempo para discutir outras coisas. Por coincidência, no mesmo momento em que terminamos as CPIs, em que o Senado pode começar a se dispor a discutir outros temas que possam chamar a atenção da opinião pública através da mídia, que sofre de uma sedução muito grande pelas CPIs, deve estar entrando aqui, não no Senado, ainda, mas no Congresso, o projeto de reforma universitária do Governo.

Sei que, talvez, ainda viciados no tsunami das CPIs, haja uma certa passividade e resistência a discutir outros temas, mas gostaria de fazer um apelo à imprensa, à opinião pública, às direções para que esse assunto seja discutido com a seriedade que é preciso, com a consciência de que o futuro do Brasil, que depende de muitas coisas, talvez não tenha nenhum outro vetor mais importante a discutir do que a fábrica de conhecimento, que, no século XXI, será o principal capital.

Houve um tempo em que o capital era físico, material: as máquinas de uma empresa, as edificações de um prédio, as construções de uma represa ou de uma central termoelétrica. Era a infra-estrutura econômica, eram as máquinas das indústrias, eram os equipamentos agrícolas que faziam um país rico. Mudou o tempo, nas últimas décadas. O que faz, hoje, um país ser considerado rico, forte, dinâmico não é mais a quantidade prédios, de edificações, de máquinas que tem; é a capacidade de gerar conhecimento, é a capacidade de produzir esse principal capital do século XXI, que é o conhecimento, que é o saber, que são as formas tecnológicas de produzir a partir dos desenhos da massa cinzenta da população. A universidade é a fábrica principal da geração de conhecimento.

Lamentavelmente, a passividade, a falta de apoio, o acomodamento também de nós todos, professores, na universidade – desculpem-me por dizer todos, é um exagero –, de muitos de nós, professores, e a perplexidade diante de um mundo onde o conhecimento muda

fora da universidade e, ao mesmo tempo, é divulgado fora da universidade, fez com que perdêssemos o ritmo. Hoje grande parte desse capital fundamental do século XXI, que é o conhecimento, é produzido em fábricas, em escritórios, em hospitais, como aqui em Brasília, no Sarah Kubitschek, que é uma fábrica de conhecimentos novos na área da Medicina.

Por isso é que precisamos de uma reforma, uma reforma que traga de novo para dentro da universidade o centro de produção do conhecimento que o Brasil vai precisar, se quisermos ser uma Nação de ponta, se não quisermos continuar dependentes do que é produzido lá fora.

Essa velocidade nova, essa revisão vai precisar de uma refundação da universidade. Ela tem que ser refundada. Ela tem que deixar de ter aquela estrutura mais parecida com a época em que foi criada, há mil anos. É preciso criar uma nova, que sirva para o século XXI: mais rápida, mais dinâmica, mais ágil, com mais alunos fora dos seus territórios. Isso porque hoje não é preciso mais estar dentro da sala de aula para aprender.

O que temo, pelas informações recebidas até aqui sobre o projeto de lei lançado ontem pelo Presidente – ainda não conhecemos os detalhes desse projeto, mas, em geral, todo projeto lançado é mostrado na imprensa –, a reforma hoje proposta não traz uma refundação da universidade. Ela se limita a alguns ajustes, Senador Tião Viana. E esses ajustes, esses jeitinhos não vão trazer para o Brasil a universidade fábrica de conhecimento de que nós precisamos. Claro que o problema da universidade é falta de recursos, mas não apenas falta de recursos; é uma estrutura superada, é uma vinculação professor-aluno ultrapassada. Vamos ter de fazer uma reforma muito mais profunda e dar alguns recursos adicionais também à universidade. Porém, mais recursos sem uma reforma na sua estrutura, na sua concepção, na sua maneira de funcionar, não vai trazer para o Brasil a fábrica de conhecimento de que nós precisamos. E sem essa fábrica, o Brasil está condenado a ser um País marginal no cenário internacional.

Mas essa não é minha única preocupação, nem a maior preocupação, porque esse problema nós vamos resolver aqui. Daqui vai sair um projeto alternativo de reforma universitária. O que mais me preocupa é essa percepção equivocada de que é possível mudar a universidade sem mudar a educação básica, de que é possível ter uma fábrica de conhecimento a partir apenas daqueles que estão dentro da universidade, sem levar em conta, Senador Lobão, todos os jovens que estão hoje na pré-escola, no ensino fundamental e na educação média. Não se começa a reformar o topo do

edifício sem se reformar seus alicerces, e é isso que, aparentemente, se quer fazer. Não temos como fazer uma séria reforma universitária sem fazermos uma radical reforma da educação básica no Brasil.

Apenas um terço dos nossos jovens terminam o ensino médio. Desses, apenas a metade sonha em entrar na universidade. Não só por falta de dinheiro, mas também, sobretudo, por falta de preparo, o que não lhes deixa ao menos sonhar com a idéia de um ensino superior.

Se apenas um sexto dos nossos jovens sentem desejo de fazer vestibular pelo conhecimento que adquiriram na educação básica, significa que estamos jogando fora cinco sextos dos nossos potenciais universitários. Quantos gênios não morreram antes de aprender a ler e não puderam desenvolver o seu conhecimento literário? Quantos não morreram antes de aprender aritmética e não puderam desenvolver plenamente o seu potencial científico?

Com a responsabilidade pela educação entregue aos Municípios, Municípios pobres que não têm como levar adiante a educação, não vamos ter uma boa educação. Ou nacionalizamos a educação brasileira, ou a federalizamos, se assim quiserem, ou tornamos a educação de cada criança uma preocupação do País inteiro e não apenas do pobre prefeito. Ou fazemos com a educação básica aquilo que fizemos com a universidade quando a federalizamos, ou fazemos com que a educação de cada criança seja um compromisso do Brasil e não apenas do Município; caso contrário, não vamos ter uma boa universidade.

Quando falo em nacionalizar a educação, não quero dizer que Brasília deve gerenciar 160 mil escolas. Não acredito nisso! Sou favorável à descentralização. Aliás, sou tão radicalmente favorável à descentralização que acho que a escola não precisa nem ser do Município; ela pode ser dos pais e dos mestres e, mesmo assim, ser pública, se ela cumpre padrões mínimos para o Brasil inteiro. E, para isso, terá de haver mais recursos da União.

A reforma universitária que vem por aí, pelo que leio nos jornais, não é uma reforma universitária; é um ajuste de financiamento para resolver a crise emergencial e não a crise estrutural da universidade. E se ela vier limitada à universidade, ela estará condenada ao fracasso.

Há um artigo que diz que o Ministério da Educação está proibido de aplicar mais de 25% dos seus recursos na educação básica, porque está escrito lá que pelo menos 75% do dinheiro do MEC tem de ir para as universidades federais. Isso é um contra-senso, um absurdo! Hoje, 75% ainda é pouco para as universidades; tinha que ser 90%, 110%. Mas, daqui a cinco

anos, quando aumentarmos as verbas do MEC, vamos continuar tendo de mandar 75% para as universidades e 25% para a educação básica? Esse é um contra-senso. Não há boa universidade sem educação básica; não há boa universidade no século XXI sem uma refundação e não apenas um jeitinho na universidade.

Ouçõ o Senador Edison Lobão, com muito prazer.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Cristovam Buarque, por todas as razões, foi bom V. Ex<sup>a</sup> ter vindo para o Senado da República. V. Ex<sup>a</sup> é um Senador que contribui significativamente para o aperfeiçoamento e para o encaminhamento das questões fundamentais que por aqui passam. Mas ressalto a presença de V. Ex<sup>a</sup> na discussão do problema educacional no Brasil. V. Ex<sup>a</sup> se tornou uma espécie de sentinela dos mais legítimos interesses dos jovens brasileiros que precisam demandar as escolas de primeiro grau, de segundo grau e de terceiro grau. Não tenho dúvida de que ou caminhamos acertadamente na direção do ensino profundo, a partir da pesquisa na universidade de boa qualidade, ou não iremos a lugar nenhum como Nação. Admiro, portanto, a presença freqüente de V. Ex<sup>a</sup> na tribuna para nos alertar a todos, especialista que é, educador que é, Ministro brilhante que foi, Governador que aplicou a sua imaginação criadora em fórmulas que ainda hoje estão sendo consagradas no Brasil e até no mundo. V. Ex<sup>a</sup> tem, portanto, essa presença animadora para que o Brasil siga o caminho correto, a fim de que possa desembarcar na ilha da prosperidade e da felicidade que todos nós desejamos. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador. Um aparte como esse é gratificante para qualquer um, ainda mais vindo de V. Ex<sup>a</sup>.

Como não vamos ter CPIs nas próximas semanas, a não ser que se instale a CPI dos Sanguessugas, espero que possamos ter mais tempo para discutir os projetos. É verdade que agora, depois de concorrermos com as CPIs, vamos concorrer com a Copa do Mundo e, a partir de julho, com as eleições. Talvez isso leve a reforma universitária para o próximo ano, mas espero que não haja desvio de outras atividades no próximo ano e que discutamos o assunto, porque o futuro do Brasil passa por essa lei chamada de reforma universitária, que está vindo não como reforma, mas como um jeitinho para garantir mais recursos para a universidade. São necessários mais recursos, mas mais recursos não bastam para enfrentar os desafios do século XXI.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque e concedo

a palavra ao Senador Edison Lobão. Falará em seguida o Senador Tião Viana.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que me traz à tribuna é um tema ligado à Marinha brasileira. Porém, não posso deixar de iniciar as minhas palavras sem uma manifestação, sem uma exaltação da humildade, da correção, da decência, que todos já esperávamos, do Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, de seus Ministros.

O Ministro Marco Aurélio de Mello é uma figura excepcional da Magistratura brasileira. Sou seu admirador desde que ele era Juiz do Trabalho no Rio de Janeiro. Acompanhei sua carreira, sua vida e jamais deixei de tê-lo como um alvo da minha admiração e da minha amizade. O Ministro Marco Aurélio, talentoso, inteligente, elevado, correto a vida inteira, é um Ministro, um juiz, um magistrado que exerce a sua autoridade nos limites da Constituição, mas que tem também a humildade, mais uma vez demonstrada, de rever suas posições quando se identifica no cometimento de, talvez, um equívoco – não sei se a expressão é exatamente esta. O fato é que a revisão feita pelo Tribunal Superior Eleitoral da decisão tomada há dois ou três dias, no que diz respeito às eleições deste ano, é profundamente elogiável. É um gesto bonito por parte dos Ministros do Tribunal Superior Eleitoral, liderados pelo Ministro Marco Aurélio. A exaltação que faço se dirige a todos os Ministros que compõem aquela importante Corte de Justiça do Brasil.

Sr. Presidente, a edição da **Folha de S. Paulo**, do último dia 28, publicou, de autoria do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, o artigo “Auto-suficiência em petróleo e a Marinha”, cujo texto, ao lado da grande satisfação pelo anúncio oficial da nossa gigantesca produção petrolífera, faz ponderações em torno da insegurança das reservas em alto mar. Lembra o artigo que 85% da produção brasileira de petróleo são realizadas nas águas da nossa “Amazônia Azul”, ampliando-se as perspectivas de descoberta de novas jazidas no mar.

No entanto – e agora quem o diz sou eu –, ainda não se tomou consciência de que estamos despreparados para dar segurança a essa nossa riqueza de alto mar. Não obstante a alta qualificação dos oficiais e demais integrantes da Marinha, cujas realizações em vários dos seus setores usufruem grande prestígio nacional e internacional, essa força não dispõe dos recursos de que necessita para se equipar adequadamente e dar curso à sua relevante missão de defesa das nossas águas jurisdicionais. O território marítimo brasileiro mede-se por cerca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados, e o Brasil está pleiteando,

junto à ONU, um acréscimo de 900 mil quilômetros quadrados a essa área, em pontos onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas. Aceita essa proposta, nossas águas jurisdicionais somarão quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados – área maior do que a Amazônia Verde.

Vê-se por aí, Sr. Presidente, a grave responsabilidade que cabe à nossa Marinha.

Como diz o Comandante Roberto de Guimarães Carvalho, é um dever do Estado oferecer à Marinha as condições para o patrulhamento, notadamente das áreas marítimas de exploração de petróleo.

Sr. Presidente, dada a importância e a oportunidade do artigo, insiro a íntegra do seu texto neste meu discurso, que peço seja dado como lido.

O que quero dizer é que o Governo brasileiro tem o dever de dotar a Marinha brasileira dos recursos de que necessita, precisamente para que ela cumpra o fundamental papel de patrulhamento das águas nacionais, sobretudo agora, que a auto-suficiência em petróleo do País se dá exatamente em águas marítimas. Cumpre, portanto, à Marinha patrulhar e proteger as nossas plataformas de alto mar. Se a Marinha não for dotada das condições especiais, ela não terá como cumprir esse papel importante, fundamental, em benefício de todos os brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente  
Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR EDISON LOBÃO.**

**O SR. EDSON LOBÃO** (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a edição do último dia 28, da **Folha de S. Paulo**, publicou, de autoria do Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, o artigo “Auto-suficiência em petróleo e a Marinha”, cujo texto, ao lado da grande satisfação pelo anúncio oficial da nossa gigantesca produção petrolífera, faz ponderações em torno da insegurança das reservas em alto mar. Lembra o artigo que 85% da produção brasileira de petróleo são realizados nas águas da nossa “Amazônia Azul”, ampliando-se as perspectivas de descoberta de novas jazidas no mar.

No entanto – e agora quem o diz sou eu -, ainda não se tomou consciência de que estamos despreparados para dar segurança a essa nossa riqueza de alto mar. Não obstante a alta qualificação dos oficiais e demais integrantes da Marinha, cujas realizações em vários dos seus setores usufruem grande prestígio nacional e internacional, essa força não dispõe dos recursos de que necessita para se equipar adequadamente e dar curso à sua relevante missão de

defesa das nossas águas jurisdicionais. O território marítimo brasileiro mede-se por cerca de 3,6 milhões de quilômetros quadrados, e o Brasil está pleiteando, junto à ONU, um acréscimo de 900 mil quilômetros quadrados a essa área, em pontos onde a Plataforma Continental vai além das 200 milhas náuticas. Aceita essa proposta, nossas águas jurisdicionais somarão quase 4,5 milhões de quilômetros quadrados – área maior do que a Amazônia Verde.

Vê-se por aí, Senhor Presidente, a grave responsabilidade que cabe à nossa Marinha.

Como diz o Comandante Roberto de Guimarães Carvalho, é um dever do Estado oferecer à Marinha as condições para o patrulhamento notadamente das áreas marítimas de exploração de petróleo.

Dada a importância e a oportunidade do artigo, Sr. Presidente, insiro a íntegra do seu texto neste meu discurso, que passo a ler:

**AUTO-SUFICIÊNCIA EM PETRÓLEO  
E A MARINHA**

**Roberto de Guimarães Carvalho  
Possibilitar que a Marinha possa patrulhar a nossa “Amazônia Azul” é um dever do Estado. Talvez a Petrobras possa ajudar**

O BRASIL todo comemora, com fundadas razões, a auto-suficiência na produção de petróleo: enfim, para justo orgulho de todos os brasileiros, produzimos mais do que consumimos! Essa conquista compõe páginas que enriquecem a própria história recente do Brasil. Seja a heróica visão do estadista que decidiu, em contexto de difíceis circunstâncias políticas e econômicas, pelo “O Petróleo é Nosso”; seja a vibrante epopéia da Petrobras; seja a confiança dos governos, que, por mais de cinco décadas, jamais deixaram de investir nesse segmento; ou, por fim, seja pela mística de uma calada torcida de todo o povo brasileiro para que essa meta fosse alcançada. O fato incontestável é que o Brasil venceu. O Brasil conseguiu. A Marinha se junta ao mutirão nacional de orgulho por essa vitória. Contudo, a consciência do dever constitucional a obriga a reflexões de ordem estratégica sobre esse fato, considerando que um percentual bastante significativo da produção de petróleo -cerca de 85%- é realizado nas águas da nossa “Amazônia Azul”, e que visões prospectivas anunciam a descoberta de novas jazidas no mar. O direito do mar (Convenção da Jamaica), ao mesmo tempo em que concede ao Estado costeiro o direito de explorar os recursos vivos e não-vi-

vos do solo, subsolo e da camada líquida da sua zona econômica exclusiva (ZEE), reconhece o direito à livre navegação internacional nas ZEE. Isso significa que qualquer país pode deslocar uma força naval para operar nas proximidades das áreas marítimas onde se localizam as nossas plataformas de exploração de petróleo sem nenhum constrangimento de ordem jurídica, embora possa haver de ordem política. Daí ser o mar, por excelência, o cenário próprio para o surgimento de crises internacionais de natureza político-estratégica. Tais crises, quando mal conduzidas, podem escalar para conflitos armados que sempre interessam aos mais fortes ou, mesmo quando bem manobradas, tendem a sujeitar os mais fracos a aceitar as condições impostas pelos mais fortes. No caso em apreço, ou seja, para evitar crises no cenário marítimo ou para poder enfrentá-las com a cabeça erguida, caso elas ocorram, a existência de uma Marinha com capacidade crível de dissuasão é o único recurso plenamente satisfatório. Outro aspecto que não pode ser negligenciado é o das denominadas “novas ameaças”, entre as quais, além dos crimes transnacionais e ambientais, está incluído o terrorismo internacional. Plataformas de exploração de petróleo são alvos potencialmente tentadores para ações terroristas. Assim, além da capacidade de dissuasão já mencionada, a Marinha necessita ter uma outra capacidade, qual seja, a de poder patrulhar de forma permanente todo o imenso mar que nos cerca, incluindo, prioritariamente, as áreas marítimas de exploração de petróleo. Para tal tarefa, em tempo de paz, o navio-patrolha é o meio adequado. Somente um navio pode, além de detectar e identificar, interceptar as embarcações que estejam navegando nas nossas águas jurisdicionais. Pode ainda, utilizando o Grupo de Visita e Inspeção (GVI) e a Guarnição de Presa (GP), que fazem parte da sua tripulação, inspecionar e, se for o caso, obrigar a demandar o porto nacional mais próximo aquelas que estiverem infringindo as nossas leis, entregando-as às autoridades competentes para as providências posteriores. Prover à Marinha os meios e os recursos necessários para que ela possua uma capacidade de dissuasão com credibilidade é, sem dúvida, um dever do Estado -e para isso existem os royalties. Possibilitar que a Marinha possa, efetivamente, patrulhar a nossa “Ama-

zônia Azul” também é um dever do Estado. Mas talvez a Petrobras possa ajudar. Como? Tornando-se, mais do que já é, uma efetiva parceira da Marinha, celebrando com ela um acordo administrativo que permita o repasse de recursos extra-orçamentários diretos para a Marinha e, portanto, fora do alcance dos contingenciamentos do Orçamento, para que a Força Naval possa implementar o seu projeto de navios-patrolha a serem construídos no país. Tais recursos seriam uma pequena parcela dos pesados investimentos feitos pela Petrobras -e que continuariam a ser investimentos, só que voltados para a proteção e a segurança do imenso patrimônio que não é só daquela empresa, já que também pertence a todo o povo brasileiro. Pode parecer um sonho, mas a vitória que estamos comemorando também era um sonho que se transformou em realidade. Orgulhem-nos e saudemos a auto-suficiência do petróleo, sem descuidar, porém, da responsabilidade de protegê-la e defendê-la.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ramez Tebet.*

**O SR. PRESIDENTE** (Ramez Tebet. PMDB – MS)

– Com a palavra o Senador Tião Viana, vice-Presidente desta Casa.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Senador Ramez Tebet, Presidente da Casa neste momento, é uma grata satisfação poder fazer um registro de solidariedade aos servidores do Incra, servidores federais que têm uma carreira de Estado reconhecida e respeitada em todos os cantos do Brasil, servidores que partilham um propósito comum do Estado brasileiro, que é o de avançar na consolidação do desenvolvimento rural à altura de seus trabalhadores, daqueles que constroem e garantem a possibilidade de termos em nossas mesas a comida, o alimento.

Nunca deixo de reconhecer, em minha mesa, na hora de um almoço, de uma refeição, que mãos calejadas do campo é que permitem que sejamos valorizados em termos de segurança alimentar. Nunca deixo de considerar também o porquê de o País se dar o direito de não fazer como na Europa, onde quem vive na área rural vive muito melhor do que quem vive na cidade; por que o Brasil ainda permite a dívida de uma questão fundiária tão elevada e tão dramática ao

longo dos séculos; por que o País não considera de maneira mais firme e determinada que o processo de violência e de insegurança urbana que vivemos é fruto da falência de uma política rural. Poderia haver até uma migração inversa, gerando qualidade de vida no campo e garantindo uma mudança de adaptação da vida social brasileira.

Os servidores do Incra estão no meio desse debate, dessa encruzilhada, pode-se dizer, porque eles têm a responsabilidade de construir assentamentos. No ano passado, esses servidores assentaram 127 mil famílias. Trabalharam, alcançaram suas metas e foram reconhecidos por muitos governantes estaduais e municipais e pela própria União. Este ano, eles têm a meta de assentar 154 mil famílias nas áreas rurais, e de garantir esse assentamento.

Observem a importância social disto: multiplicada cada família por 4 pessoas, passaremos de 600 mil pessoas assentadas, meu caro Presidente, em uma nova oportunidade de partilhar da riqueza nacional, tendo a terra para produzir, gerando a riqueza rural.

Esses servidores vivem um momento difícil, um momento de reivindicação junto à União, de reconhecimento da legitimidade, da importância e do valor da sua atividade.

Via de regra, eu não me envolvo em debates salariais, pois entendo que o debate do corporativismo precisa de uma reflexão muito mais ampla; o próprio debate do sindicalismo precisa de uma reflexão muito mais ampla.

Quando olhamos para um País solidário como um todo, com políticas de inclusão social, temos que ter muito cuidado neste debate.

Mas, quando olho para uma categoria como a dos servidores do Incra e da Fundação Nacional de Saúde, não tenho qualquer dúvida em trazer uma palavra de estímulo e apoio a esses servidores, que hoje fazem um movimento reivindicatório junto ao Governo Federal, buscando os canais de diálogo, a fim de que a carreira possa, de fato, ser reconhecida e valorizada.

Existem servidores com curso superior que recebem salário em torno de R\$ 500,00 – o mais são detalhes de complementação de salário, chegando a R\$ 1 mil e pouco, R\$ 2 mil –, quando exercem uma atividade de dedicação tão importante e estratégica.

E qual é a consequência disso? Esses servidores, já cansados, exaustos de uma expectativa de reconhecimento e valorização de sua carreira, recorrem a um concurso público, e trocam de área, deixando enfraquecida, no Incra, a atividade de reforma agrária, o suporte para a reforma agrária.

O momento difícil, incompreensível e desaprovado por todos nós, da invasão irracional à Câmara dos

Deputados, uma instituição, é fruto de um elo que se quebrou, sem dúvida alguma, de um processo de integração e articulação do assentamento rural brasileiro. Há também consequências no debate fundiário deste País. Nada justifica a ação, que julgo de delito e violência graves ao patrimônio público, àquilo que é do povo brasileiro, mas, de certa forma, existe um vínculo.

Trata-se de uma carreira estratégica. E o apelo que faço, neste momento, é para que a Ministra Dilma Rousseff reflita mais a respeito de suas atribuições sobre o significado da incorporação dos pedidos dos servidores do Incra em sua carreira de Estado, a fim de que tenham as gratificações tratadas como salários.

Isso não vai alterar em nada, no momento imediato, a folha de pagamento, as despesas do Governo Federal. Que os funcionários do Incra possam, no seu plano de carreira, já conquistado no Governo Lula – é bom que se diga –, obter ascensão funcional e recuperação salarial efetiva.

Se observarmos o volume de custo financeiro de despesa a ser arcada pelo Governo, veremos que é mínimo, é pequeno. Por essa razão, trago este assunto a debate, ensejando que o nosso Governo possa também estender essa mão, companheira e atenciosa, aos servidores do Incra do Brasil – este Governo que rompeu o ciclo de oito anos de insensibilidade com o servidor público federal, com o funcionário público brasileiro, que, nos primeiros dois anos, teve muita dificuldade de ver valorizada, recuperada sua carreira.

Faço isso por necessidade de consciência, com a maior tranquilidade de estar defendendo com muita justeza uma reivindicação que merece o respeito de todo o povo brasileiro.

O Ministro Paulo Bernardo, conhecedor desse problema, está sensibilizado, e espero que possa avançar mais no sentido de resolvê-lo. Procurei também o Ministro Dulci, um elo aberto de articulação e troca de reflexões com os movimentos sociais brasileiros, que sabe da importância estratégica do assentamento de 154 mil famílias em 2006.

Este tema é muito precioso para a retomada da responsabilidade social dos Governos com a questão agrária brasileira e com a ruptura de um processo de ocupação da área rural, um compromisso a mais com a agricultura familiar no Brasil.

O meu voto, portanto, é de solidariedade a esse contencioso entre os servidores do Incra e o Governo. Espero que eles sejam, sim, tratados com distinção ante uma reivindicação justa, legítima, que não afeta a capacidade financeira do Governo do Presidente Lula.

Concedo um aparte, com muita alegria, à Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – Muito agradeida, Senador Tião Viana. Ao longo desta semana tão conturbada para todos nós, tive oportunidade de manter contato com segmentos da liderança dos servidores do Incra. Naquela ocasião, os servidores fizeram o mesmo apelo que agora V. Ex<sup>a</sup> expõe e enfatiza ao dizer quão necessária, legítima e adequada é a correção da estrutura de carreira daqueles servidores, para que efetivamente possam ter plano de carreira e remuneração dignos, que eles, indiscutivelmente, merecerem. No momento em que presenciamos a invasão e a depredação da Câmara, a reivindicação dos servidores do Incra acaba tendo outro significado. Primeiro, porque os servidores vêm fazer a reivindicação de forma tranqüila, legítima, pacífica, adequada, o que, portanto, dá a eles total razão de forma indiscutível. Em segundo lugar, porque são exatamente esses servidores que têm a capacidade de poder fazer, com o seu trabalho correto e competente, a reforma agrária, que é uma aspiração, acontecer. Se existe alguma unanimidade neste País, é que a reforma agrária precisa ser feita. Quando vão à tribuna falar de qualquer episódio que envolva a questão agrária no Brasil, todos dizem que ela é necessária. O Brasil é um dos últimos Países que ainda não realizou, de forma efetiva, correta, completa e com maior justiça, a distribuição da terra. Portanto, são os servidores do Incra que têm a tarefa de agilizar e viabilizar as operações e as ações do Governo com relação à ampliação e implementação da reforma agrária. Quanto a esse episódio ocorrido na Câmara Federal, que todos repudiamos, estão exigindo da tribuna que nos manifestemos, que tomemos providências. Os manifestos foram de primeira hora. Quero deixar registrado que fui a primeira a vir à tribuna do Senado para repudiar o episódio, enquanto este ainda estava ocorrendo. Parabenizei pela posição firmíssima o Presidente da Câmara, Aldo Rebelo, que determinou que ninguém saísse de lá a não ser preso. Estou ainda mais tranqüila agora por conta de a Polícia Federal estar assumindo as investigações, a apuração. Tenho certeza absoluta de que todos os que estiveram envolvidos, os que tiverem responsabilidade, posso dizer isso com tranqüilidade, seja de que Partido for, inclusive do PT, não terão refresco. É importante dizer isso. Os tais financiamentos para ONGs, felizmente, não fomos nós que iniciamos. Essa abertura para que Organizações Não Governamentais pudessem receber recursos para viabilizar a terceirização do serviço público teve sua grande alavancagem e implementação no Governo que nos antecedeu. Está cada vez mais demonstrado no episódio das ambulâncias – na Operação Sanguessuga vemos exemplos à exaustão – que ONGs foram utilizadas para desviar recurso público. O

destaque que estão dando agora para o financiamento da quebradeira merece de todos nós repúdio e também uma atenção muito especial. Está mais do que na hora de estabelecermos um debate aprofundado sobre o papel, o controle e a fiscalização do Estado nas terceirizações do serviço público, que acabam abrindo brechas e portas para a corrupção, para o desvio do recurso e, como pode ter acontecido aí neste caso, até o financiamento de organização, que, depois, acabou desencadeando aquele episódio lamentável de depredação na Câmara, repudiado por todos nós.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Ideli. Dou o meu testemunho, sim, de que V. Ex<sup>a</sup> foi a primeira a assumir a tribuna do Senado Federal, para expressar absoluta desaprovação à atitude de invasão e depredação do patrimônio público, ocorrida na Câmara dos Deputados.

Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, pois sei o valor de seu aparte a respeito dos servidores do Incra. Sua solidariedade e compreensão são importantes para que o Governo possa superar esse impasse, buscando uma solução que não seja desgastante, que não traga impacto negativo à capacidade financeira do Estado brasileiro.

Por fim, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>, quero apenas fazer um reconhecimento do Governo do Presidente Lula, que autorizou a criação, por intermédio do Ministério da Educação, do programa de escola técnica federal em mais quatro Estados. Serão incorporados ao programa 75 mil jovens, que terão oportunidade de treinamento e qualificação, o que os deixará aptos ao exercício do trabalho no mercado. É uma atividade libertadora, de reconhecimento, para que, aqueles com nível médio, possam ser inseridos no mercado de trabalho com qualificação e condição salarial muito melhor.

Felizmente, o Acre está entre os Estados beneficiados. Isso tem um significado muito grande para mim, que, em 2000, apresentei uma emenda de comissão, defendendo a criação de cinco escolas técnicas federais para o meu Estado.

Mas não foi possível viabilizar essa emenda, em razão da escassez orçamentária federal. Mas hoje o Governo Lula responde a esse apelo e atende 4 Estados, gerando 75 mil novas oportunidades de vagas para a formação técnica do ensino médio.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

*O Sr. Ramez Tebet, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ramez Tebet. A seguir, à Senadora Ideli Salvatti.



**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, o meu agradecimento à Senadora Ideli Salvatti, que me permitiu anteciper minha fala.

A minha presença na tribuna hoje refere-se à decisão tomada, por unanimidade, na noite de ontem, pelo Tribunal Superior Eleitoral. Sr. Presidente, Srs. Senadores, valeu a pena, sim, valeu a pena observar que, nos instantes mais difíceis, existe a grandeza de homens que exercem função pública. O Tribunal Superior Eleitoral procedeu com grandeza, com elevado espírito público, com elevado espírito cívico, consoante a realidade nacional. Permita-me aqui, Sr. Presidente, no início das minhas palavras, citar uma declaração do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Marco Aurélio, de cuja amizade me orgulho e muito me honra. Disse S. Ex<sup>a</sup>: “Sem dúvida, parti de um equívoco e dei a mão à palmatória”.

Sr. Presidente, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral é conhecido por sua invejável cultura, por seu convencimento sobre as matérias, pela maneira convicta com que fala, incisiva quase sempre. Ao proferir uma palavra dessa, com toda a certeza a Nação brasileira percebeu que, entre os ornamentos da personalidade do Ministro Marco Aurélio, ressaltados por todos, existe uma virtude maior: a virtude da humildade. E S. Ex<sup>a</sup> foi acompanhado nessa humildade por quase todos os ministros do Tribunal Superior Eleitoral. Na terça-feira, apenas o Ministro Cesar Asfor Rocha afirmou e votara no sentido de que a verticalização que deveria prevalecer era a verticalização já aplicada no pleito eleitoral de 2002.

Por seis a um, na terça-feira, modificou-se todo o processo de verticalização, e a classe política ficou atônita – eu diria até que a classe política ficou atemorizada! Os partidos políticos não sabiam o que fazer diante daquela decisão.

Mobilizou-se a classe política, é verdade, mas isso é da democracia; o entendimento é da democracia. Temos visto e presenciado – e é comum no Poder Judiciário – decisões serem reformadas, porque elas são tomadas por seres humanos, que não são infalíveis. É por isso mesmo que a Justiça permite os recursos no Brasil. É claro que, no meu entendimento, recursos excessivos, que estão paulatinamente sendo limitados, mas, em quarenta e oito horas, uma decisão tão grave, uma decisão tão séria, como a tomada na terça-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral, Senador Tião Viana, com toda a certeza, eu ainda não havia presenciado na minha vida pública. Eu não a havia presenciado nem como advogado, nem pelo breve período em que fui Promotor de Justiça, nem durante o tempo em que

me dedico à causa pública, no exercício dos meus sucessivos mandatos.

Esse fato, pois, merece registro, Sr. Presidente, porque, não fora a decisão tomada ontem, os partidos estariam atônitos, a própria população estaria atônita. Uma insegurança jurídica pairava no ar, ameaçando até, eu diria, o pleito deste ano, porque este País, que possui 27 Estados em sua Federação, possui 27 realidades diferentes. Não seria com a verticalização, que combati desde 2002, que aprimoraríamos a regra eleitoral e o exercício da política.

Assim, da minha casa, assisti, pela TV Justiça, aos sucessivos votos. Todos eles baseados praticamente no sentido de garantir a segurança jurídica. Trata-se do reconhecimento de que, se se mantivesse a decisão de terça-feira, haveria uma insegurança tão grande neste pleito, Sr. Presidente, que não sei o que poderia acontecer.

Portanto, vim aqui louvar a grandeza dos sete ministros que compuseram o julgamento na noite de ontem, quinta-feira, restabelecendo um pouco a tranquilidade da classe política, os acordos que vinham sendo feitos.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que me ouvem: eu também não consegui explicar, sinceramente, por maiores que fossem os argumentos, como se poderiam mudar as regras a cinco ou seis dias – ou menos até – do prazo do Código Eleitoral, que estabelece que as convenções partidárias devam ser realizadas de 10 a 30 de junho. É preciso mudar isso de uma hora para outra, assim, trazendo intranquilidade?

Que errou o Tribunal na terça-feira, errou; mas acertou ontem, assim desfazendo o erro que havia cometido, só com um ato de muita grandeza mesmo! Os ministros são homens de estirpe, homens de cultura jurídica, homens de responsabilidade extraordinária.

Citei aqui o Ministro Marco Aurélio, porque eu o acompanho e o admiro – como admiro todos os ministros. Mas, Sr. Presidente, quando li o discurso do Ministro Marco Aurélio, no dia de sua posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, e, com a decisão de ontem, posso afirmar, tranqüilamente, que S. Ex<sup>a</sup> demonstrou à sociedade brasileira uma qualidade entre tantas que ornamentam a sua personalidade, uma qualidade, Senador Pedro Simon, que provavelmente era de todos desconhecida. Já me referi a ela: a humildade, quando S. Ex<sup>a</sup> disse que dava a mão à palmatória e voltava atrás, para fazer com que as regras deste ano fossem as mesmas do pleito de 2002.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – É muito importante a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> pela sua autoridade e credibilidade. Também sou um grande admirador do Presidente Marco Aurélio. Pedi, inclusive, a transcrição nos Anais do Senado do seu pronunciamento de posse na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, principalmente da frase do seu discurso que foi manchete nos jornais: “O Brasil parece que é o País do faz-de-conta”. Realmente, se faz de conta que funciona o Judiciário, se faz de conta que funcionamos nós, se faz de conta que as escolas estão funcionando. Esse episódio foi, realmente, muito importante e muito delicado. Em primeiro lugar, ele nos mostra, Sr. Presidente, que é uma vergonha que nós, Congresso Nacional, aceitemos o fato de, entre os países que têm um certo grau de desenvolvimento democrático, o Brasil ser o único País do mundo que, a cada eleição, tem uma lei eleitoral. Quer dizer, a lei eleitoral nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Argentina, é uma só e vigora permanentemente, não há o que mudar. No Brasil, a cada dois anos, se faz ou uma lei para as eleições municipais, ou uma lei para as eleições estaduais, mudando tudo; mudando, alterando, modificando. Isso é ridículo! E o artigo que estabelece que deve ser anual, quando tentamos fazer um esforço, e a Câmara não nos acompanhou, porque já teríamos feito uma reforma eleitoral positiva para esta eleição, mas ela parou na Câmara, e quando chegou a hora de a Câmara votar, o Supremo Tribunal declarou que já estava fora do prazo, já estávamos no ano eleitoral e era proibido legislar sobre o assunto. No entanto, na eleição ocorrida há quatro anos, o Supremo Tribunal determinou a verticalização durante o ano eleitoral. E, agora, a decisão tomada ontem também ocorreu no ano eleitoral. Vi com certa simpatia a primeira decisão do TSE. É confusa? É. Criaria embaraços enormes aos partidos políticos? É provável. Mas ela era o caminho definitivo da consolidação dos partidos políticos, e estamos caminhando para isso. Temos a lei que pela primeira vez vai ser cumprida, que estabelece a limitação, ou seja, os partidos têm de cumprir os percentuais. Quem não cumprir cai fora. Então, pela primeira vez, estamos às vésperas de ter um sistema político em que em vez de ter trinta, quarenta partidos, vamos ter seis, sete, o que é um passo altamente positivo. Não se pode ter uma democracia estável com quarenta partidos políticos. A decisão que ele tinha tomado era neste caminho: obrigar os partidos a terem um clima nacional, e eles que se virassem para obter esse clima. Seria difícil executar essa decisão, como diz V. Ex<sup>a</sup>? Concorde que sim. Respeito a decisão de voltar atrás, porque os políticos mostraram a ele a confusão que haveria. Concorde que haveria confusão, mas a conclusão a

que chegaríamos seria a de que deveríamos fazer uma lei eleitoral definitiva para, permanentemente, disciplinar as eleições no futuro e não mudar a cada quatro anos. Por exemplo: o PT hoje está no Governo, pensa de um jeito; o PSDB está na Oposição, pensa de outro jeito. Quatro anos atrás, era invertido: quer dizer, o PT estava na posição do PSDB, e o PSDB estava na posição do PT. Não pode acontecer isso. Não nego a V. Ex<sup>a</sup>, Senador, que eu tinha gostado da decisão do Superior Tribunal Eleitoral, porque mudaria o destino do PMDB. Fizemos uma reunião da executiva – e V. Ex<sup>a</sup> esteve presente –, a melhor dos últimos tempos, e marcamos outra reunião para segunda-feira, quando todo mundo baixou a cabeça dizendo: “Nós temos de ver o que vamos fazer. Não há vencidos nem vencedores. Essa decisão foi um choque, e vamos ter que encontrar uma solução”. Parece-me que a solução que encontraríamos na segunda-feira seria o entendimento dentro do Partido. Agora voltou ao que era. Hoje há uma manchete no **Correio Braziliense**, em que um ilustre companheiro nosso diz o seguinte: “Eu, no Estado tal, voto na minha filha, chova ou não chova, com lei ou sem lei, aconteça o que acontecer”. É por aí que estão as coisas. Então o PMDB volta a ter o grupo do Lula, o grupo do PSDB, o grupo que quer ter candidatura própria, entre os quais estamos V. Ex<sup>a</sup> e eu, e o grupo que quer deixar o Partido ao deus-dará: cada um faz o que faz. Então, para nós, com todo respeito, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que foi uma decisão dura – mas não errada; não concordo que digam que ela estava errada –, mas precipitada. Pegou os partidos de surpresa. Haveria uma revolução interna, mas, para o PMDB, apesar de atingir alguns companheiros meus a esta altura estarão dizendo: “O Simon está dizendo uma coisa dessas porque estava com os acordos feitos” –, para o PMDB, nós entraríamos no verdadeiro caminho.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, com relação ao nosso partido, concordo com V. Ex<sup>a</sup>, até porque o meu candidato é V. Ex<sup>a</sup>. Acho que teríamos no PMDB um caminho aberto para discutir ou a sua candidatura, que é a que defendo, ou outra que surgisse em nosso Partido, de acordo com as próprias palavras de V. Ex<sup>a</sup>, fruto do seu desprendimento. Estou falando como um todo, precisamos realmente disso.

Quando não se exercita o poder, deixa-se o vácuo, e os outros vão tomando conta daquele vazio deixado. Em verdade, diz bem V. Ex<sup>a</sup>, o Congresso Nacional já devia ter feito a reforma eleitoral e a reforma política. O interessante é que todos clamamos por isso e não vemos uma atitude concreta nesse sentido, a não ser aquela reforma política, e não eleitoral, que aprovamos no Senado da República e está dormitando na Câma-

ra dos Deputados, que já seria um passo avançado. E diz V. Ex<sup>a</sup>, com muito acerto, com a experiência que tem: a cláusula de barreira é o único passo importante dado nesses dez anos que estou aqui.

Senador Pedro Simon, essa legislação eleitoral que está aí, que regulamentou as eleições de 1996, chegou a esta Casa com 48 horas de antecedência para ser votada. Lembro-me de que alguns Senadores me chamaram e disseram: “Vamos deixar para o Tribunal regulamentar as eleições”. Havia até essa ameaça. Quando eu disse que aquilo não era possível, que tínhamos de cumprir a nossa missão – tínhamos 48 horas para isso –, alguém disse brincando o que virou verdade: “Então, por que você não relata? Eu quero ver se vai dar conta”. Eu respondi: do relatório, eu darei conta. Eu não sei se o meu relatório será aceito. E felizmente nós aprovamos aquela legislação a que estou me referindo.

Volto a reafirmar que não podemos deixar esse vazio. Nós temos de compreender as necessidades do que o País precisa, do que o País necessita. Não há reforma mais importante que a reforma política porque, veja V. Ex<sup>a</sup>, por um lado, verticalização aos partidos políticos. Mas isso respeita a vontade do eleitor? O eleitor vota em quem ele quiser – sob pena de nós cairmos naquela abominável regra de 1982, quando o voto era vinculado. Ao escolher um candidato, a pessoa teria de votar de vereador a governador no mesmo partido, sob pena de nulidade do voto, o que a mim parece inconcebível, a não ser que chegássemos ao ponto de dizer: você vota nesse ou nesse partido, não preciso enumerar o nome dos candidatos. A motivação do eleitor nem sempre é a motivação do partido que ele representa ou pelo qual ele tem simpatia. Ele, às vezes, vota nas qualidades do homem público, como as qualidades que V. Ex<sup>a</sup> dá ao País, como exemplo de dignidade, como exemplo de homem ético, como exemplo de homem preocupado, Senador Pedro Simon. As pessoas votam assim. Muitos não acreditam nos partidos políticos. Nesta Casa, Senador Tião Viana, vejo coisas extraordinárias e nem por isso eu as recrimino, porque a política é dinâmica, a política tem que evoluir.

Ontem ou anteontem, houve uma votação aqui nesta Casa que dizia o quê? Que a pessoa física ou jurídica que reside no estrangeiro pode comprar dólar no País e não pagar Imposto de Renda. Fiquei pensando no meu Estado, Mato Grosso do Sul. Sabem por quê? Porque se o câmbio permanecer desse jeito, o dólar vai baixar, e aí cai a arrecadação do meu Estado.

Às vezes, as razões do Governo Federal ao editar medida provisória está correta, ele quer trazer dinheiro para o Brasil. Eu discordo, porque acho que deve

trazer investimentos para o Brasil. Por exemplo, deve dizer que quem aplicar no setor produtivo terá tais e tais vantagens. Não, o Governo preferiu valorizar cada vez mais a parte financeira e não a parte produtiva. Mas essa é outra questão.

Acho que já ultrapassei o prazo. Teria muito mais a falar, porque venho do Poder Judiciário, não como membro do Judiciário, mas como advogado que fui por longos anos, com uma breve passagem pelo Ministério Público. Permita-me, V. Ex<sup>a</sup>, portanto, citar nominalmente os sete ministros que ontem tiveram a grandeza de entender a realidade nacional: o Presidente do TSE, Ministro Marco Aurélio; o Ministro Cesar Asfor Rocha, que, já na terça-feira, havia votado diferentemente dos seus Pares; o Ministro José Gerardo Grossi, tão conhecido aqui no Congresso; o Ministro Cezar Peluso; o Ministro Carlos Ayres Britto; o Ministro José Delgado; e o Ministro Marcelo Ribeiro. Eu diria, Sr. Presidente: não vamos discutir decisão do Poder Judiciário, mas vamos nos colocar no lugar desses ministros, que tiveram de apreciar um pedido de reconsideração em 48 horas. Tiveram ou não tiveram, vestiram ou não vestiram, calçaram ou não calçaram as sandálias da humildade? Eu acredito que sim.

Vim aqui porque faço questão de ressaltar isto: que haja humildade de quem detém o poder, seja no Poder Judiciário, seja no Congresso Nacional, seja no Poder Executivo. Vamos dirigir este País, vamos governar este País com humildade, pensando na sua população, pensando no seu povo. Quando erramos, devemos dar a mão à palmatória, mas tomar medida imediata. Porque não adianta, Sr. Presidente, pedir desculpas e as coisas continuarem do mesmo jeito, pedir desculpas e, no dia seguinte, continuar errando. Aí também não pode.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti. A seguir, à Senadora Lúcia Vânia. Posteriormente, aos Senadores Pedro Simon e Alberto Silva.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>a</sup> Senadora Lúcia Vânia, que passa a presidir a sessão, os dias têm sido todos muito tumultuados aqui neste Congresso. Todo dia há sempre muitas novidades, e uma boa parte delas lamentável, como os episódios a que assistimos ao longo nessa semana e tivemos a oportunidade de repudiar, e outros, que não aconteceram aqui, mas repercutiram, como o que foi apelidado de tsunami do TSE, que veio e já foi. Acho que agora vamos conseguir encontrar um pouco de calma e tranquilidade

para dar os encaminhamentos das questões eleitorais que se aproximam.

Mas, além dos tumultos diários, há os tumultos noturnos também. Ontem à noite – eu já estava recolhida –, recebi comunicado de que havia saído uma matéria na **Folha Online**, do nosso querido Felipe Recondo, que tinha como título: “Texto feito pelo PT insinua que CPI atende a *lobby* de bingueiros”. Na matéria, apareciam trechos de um documento que, segundo a nota, teria sido entregue por assessores da liderança do PT no Senado, e falava dos projetos que atendem a interesses dos operadores de loterias e jogos, da Associação Brasileira dos Bingos e da Associação Brasileira de Loterias Estaduais.

A Assessoria me passou pelo telefone o que estava na nota e eu falei, de pronto, com Felipe Recondo, que me atendeu de forma muito atenciosa e, em seguida, já postou na própria **Folha Online** o teor da nossa conversa, que eu faço questão aqui de fazer a leitura:

Ideli desautoriza a nota com insinuações contra a CPI dos Bingos.

A Líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse desautorizar e desconhecer a nota distribuída nesta quinta-feira por assessores da Liderança do partido sobre a CPI dos Bingos.

No documento de duas folhas, sem o timbre da liderança do partido ou assinatura da Senadora, há insinuações de que a cúpula da CPI tenha atendido interesses de empresários de bingos na sugestão de projetos de lei que regulamentam os jogos de azar e as casas de bingo.

“Os dois projetos atendem plenamente às reivindicações dos operadores de loterias e jogos, muitos originados em máfias estrangeiras, que, por intermédio da Abrabin (Associação Brasileira de Bingos) e da Able (Associação Brasileira de Loterias Estaduais), fizeram um grande *lobby* no âmbito da Comissão”, diz o texto. O Presidente da Able é da Paraíba, mesmo Estado do Presidente da CPI”, acrescenta o texto.

Esta a minha fala:

“Eu desautorizo o texto, desconheço esse documento e o que está escrito não tem a minha concordância”, afirmou a Líder do PT horas depois de distribuído e publicado o texto. A Senadora acrescentou que pedirá explicações sobre o teor do texto distribuído à imprensa.

E, não satisfeita com o teor muito pertinente e plenamente de acordo com a conversa telefônica que eu e Felipe Recondo tivemos, ainda recomendei à minha assessoria, que ainda ontem à noite enviou a toda a imprensa a seguinte nota, Senador Tião Viana:

A respeito da matéria intitulada “Texto feito pelo PT insinua que CPI tenha *lobby* de bingueiros” e veiculada no *site* da **Folha Online**, tenho a esclarecer o que segue:

1- Quero esclarecer que desautorizo o texto enviado à imprensa, desconheço o conteúdo do documento e nada do que foi publicado com base na referida nota tem a minha concordância.

2- Em meu nome, mesmo desconhecendo o conteúdo do documento e reafirmando que o publicado, com base na referida nota, não tem a minha concordância, me solidarizo com todos os Senadores que compõem a CPI dos Bingos e possam ter se ofendido com o material publicado.

Portanto, Senador Tião Viana, essa é a minha declaração, é a minha afirmação. É claro que o relatório da CPI dos Bingos, ontem, acabou provocando uma controvérsia muito grande sobre essa questão do jogo, até porque é um assunto controverso. Com exceção daquela vez do salário mínimo, foram as duas únicas vezes que o Senado da República rejeitou medidas provisórias. Não vamos nos esquecer disso, porque foi exatamente esta que proibia o funcionamento dos bingos e que foi rejeitada pelo Plenário. Portanto, é um assunto explosivo por si só. Inclusive, a jornalista me confirmou que, ontem, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tião, estava dando uma entrevista, e o Senador Romeu Tuma acabou interrompendo, criando uma espécie de debate junto com os jornalistas.

Aqui quero até apresentar o texto que o Senador Romeu Tuma expôs, que está na matéria do jornal **O Estado de S. Paulo**, em que diz: “Esta CPI foi criada para apurar crimes que envolvem os jogos. O relatório não tem que falar sobre regulamentação. Se o Executivo quiser, que mostre a cara”.

Um pouquinho mais para cima, ele diz assim: “Sem a mesma extensão, seria como a CPI do Narcotráfico recomendar a legalização das drogas”.

Portanto, veja bem, a controvérsia está instalada. Agora, entre a controvérsia, o debate de alto nível, que deve ser feito sobre um assunto como este, que tem implicações e que, desde o primeiro momento, sempre insistimos no fato de que é uma CPI para investigar os bingos, que temos de efetivamente aprofundar a investigação e não sair do fato determinado. Durante

cerca de um ano, colocamos quase como um mantra a importância de se investigar, até para que, ao final dos trabalhos, pudéssemos ter fruto da investigação, alguma posição a ser apresentada.

Portanto, reitero claramente que, se alguma ofensa ou questão tenha pairado, isso não teve a minha concordância e o meu conhecimento e, de pronto, repudiei-a. Tão logo fui informada, busquei desmentir na imprensa, como também tomei a iniciativa de publicar nota oficial na imprensa.

Agora, já sabemos como funcionam essas coisas. Em seguida a isso, vêm os patrulhamentos, as insinuações, a distorção dos fatos, colocações como as que ocorreram no plenário. Quero também dizer, de pronto, que não admito patrulhamento. Ao longo desse um ano de administração de três CPIs, todas as vezes em que fui afrontada, respondi à altura. Quando me senti ofendida, recorri à Justiça, como no caso do Sr. Roberto Jefferson e em outras situações. Não tenho nada a esconder nem a dever.

Portanto, se ainda houver qualquer questão a ser esclarecida, estou, de pronto, colocando-me plenamente à disposição para esclarecer o que for, inclusive insinuações feitas neste plenário esta manhã. Não tenho nenhum problema em esclarecer qualquer assunto, mas penso também que todos, inclusive os que levantam o patrulhamento permanente e as distorções, têm de estar disponíveis para responder a tudo o que está pairando no ar.

Ouçó, com muita alegria, o meu querido sempre Líder Senador Tião Viana, que foi meu Líder na CPI dos Bingos.

**O Sr. Tião Viana** (PT – AC) – Minha cara Líder, Senadora Ideli Salvatti, fico muito satisfeito de ouvir as explicações dadas por V. Ex<sup>a</sup> acerca daquilo que gerou um desconforto à Oposição, na figura dos Senadores Heráclito Fortes e Efraim Morais – que ligou querendo saber mais detalhes sobre o ocorrido. Acho que V. Ex<sup>a</sup>, por meio da nota que emitiu ontem, respondeu a todas as dúvidas. Não partiu de V. Ex<sup>a</sup> a veiculação de tais informações nem a opinião sobre algo que pudesse subtrair nada da imagem e da moral do Senador Garibaldi ou do Senador Efraim Morais. A explicação que deu é mais do que suficiente para que V. Ex<sup>a</sup> seja tratada com justa consideração e tenha o reconhecimento do mandato que exerce de maneira tão elevada e tão nobre a favor de uma política em que acredita, como eu acredito, que é a defesa do Governo do Presidente Lula. O debate na CPI tem elevado, sim, a temperatura política, porque paixões, partidizações, têm ocorrido. Eu mesmo deixei claro, após a leitura do relatório, para o Senador Garibaldi que mantinha o respeito que tinha por ele antes da leitura

do relatório, mas nem por isso deixei de discorrer sobre todos e tantos equívocos que S. Ex<sup>a</sup> cometeu na feitura do relatório. Declarei publicamente à imprensa que foi muito infeliz a defesa da legalização dos bingos dentro do relatório final da CPI.

Eu acho que é um marco legal que precisa ser debatido. Precisa ser devidamente posicionado pelo Parlamento. O nosso Governo do Presidente Lula já deixou clara sua posição contrária, que foi derrotada no projeto de conversão apresentado aqui. E acho que é legítimo que qualquer parlamentar apresente uma lei tentando demarcar o campo. Agora não acho que deveria sair na CPI. Por isso, julguei infeliz o encaminhamento dado naquele momento. Acredito até que o Relator vai rever seu procedimento em defesa da legalização da atividade do bingo, porque muita coisa obscura ficou. Quando o assunto foi jogatina, lavagem de dinheiro pelo jogo, não se investigou a fundo a matéria, que era exatamente o fato determinado da CPI. Então, eu acho que V. Ex<sup>a</sup> está coberta de razão na explicação que dá e deixa clara a sua isenção. Em nenhum momento agiu para ofender qualquer membro da CPI. E tem que ter a mais absoluta e sagrada liberdade no exercício do mandato para opinar sobre todo e qualquer assunto, porque isso é prerrogativa constitucional. E V. Ex<sup>a</sup> exerce o mandato com elevada responsabilidade e respeito à dignidade de quem quer que seja. Então, acho que a inquietação apresentada pelo meu amigo, também Senador, Heráclito Fortes foi devidamente superada por explicações claras e dignas de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço, Senador Tião Viana.

Quero dizer que, muitas vezes, pago um preço elevadíssimo pela postura, pela posição que assumo. Aquilo que eu falo, a opinião que eu emito, eu a assumo plenamente. Por isso, de pronto – de pronto! – tomei imediatas providências, entrei imediatamente em contato com o jornalista da **Folha Online** para desmentir, porque não era a minha opinião e não era documento que eu tivesse tido plena consciência, ciência. E mais: sequer pode pairar qualquer sombra de dúvida que eu tivesse autorizado sua publicação. É isso que eu acho que é importante. Se o documento ou a autorização tivesse sido de minha lavra, eu viria com a mesma tranqüilidade à tribuna, como já vim outras vezes, para reafirmar as minhas posições e os meus encaminhamentos.

Mas, Senador Tião Viana, eu tinha outros assuntos, mas essa situação acabou me tomando o tempo. O que eu tinha preparado para trazer a plenário são assuntos importantes para o nosso País. Venho debatendo aqui as perspectivas para este ano de 2006. Não

vou poder utilizar o tempo todo que tinha previsto, mas gostaria de rapidamente apresentar alguns indicadores e algumas matérias publicadas ao longo desta semana, que entendo relevantes neste arremate de sexta-feira. Estou, de forma sutil ainda, Senador Lúcia Vânia, me preparando. Já coloquei a minha bandeirinha do Brasil no meu colar e nos meus brincos, porque acho que todos nós queremos entrar um pouco neste clima aí de torcer pelo nosso País.

É lógico que torcemos também pelo nosso País quando fazemos algumas reflexões a respeito daquilo que está acontecendo na realidade econômica e social. Então, eu queria deixar o registro de alguns indicadores e de algumas matérias. Por exemplo, o faturamento do Pólo Industrial de Manaus cresceu 59% nos primeiros 4 meses deste ano, alcançando a soma de 7,2 bilhões de dólares. E a expectativa é alcançar 22 bilhões de dólares em 2006, segundo análise da superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Sr<sup>a</sup> Flávia Grosso, que atribui o desempenho principalmente ao aumento das vendas exatamente no ano da Copa. Então, vejam como o futebol, além de mexer com nossa auto-estima, de nos colocar – como já foi falado, num refrão meio surrado – como “a pátria de chuteiras”, repercute na economia e no desenvolvimento de nosso País. E o Pólo Industrial de Manaus efetivamente está aí, dando com os indicadores, com os números, uma demonstração inequívoca disso.

Quanto ao agronegócio, de que estivemos aqui durante várias semanas tratando, houve uma série de medidas anunciadas e implementadas pelo Governo Lula. Já foram três pacotes dessas medidas no sentido de tentar minimizar os efeitos da queda do dólar, da diferença, da modificação dos preços significativos em várias *commodities* agrícolas, mas, mesmo o agronegócio, que teve, para vários setores, problemas graves e significativos, vendeu 7% a mais no mercado externo. As exportações de produtos agropecuários somaram 17 bilhões de dólares de janeiro a maio, recorde histórico para esse período, conforme avaliação e pesquisa feitas pelo Ministério da Agricultura. A soma foi 7% maior do que o valor exportado de janeiro a maio de 2005. Agora, é claro que esse acréscimo, esses 7% a mais do que o do ano passado, em termos de exportação dos produtos agropecuários, superou no volume geral, não mascarando, obviamente, setores que tiveram efetivamente prejuízos e que se buscaram atender nas medidas do Governo Federal, como foi o caso da soja, do algodão e de vários outros. Há setores que estão tendo resultados tão significativos que acabamos alcançando um resultado positivo no volume geral das exportações do agronegócio. E os setores que obtiveram esse desempenho extremamente positivo foram:

suco de laranja, papel e celulose, açúcar e álcool e até madeiras. O setor de madeiras e móveis, num primeiro momento, passou por uma situação bastante delicada, mas agora o setor de madeiras está começando a ter algum tipo de recuperação.

Esses setores do agronegócio acabaram compensando o prejuízo de outros setores que efetivamente foram muito atingidos pela queda do dólar e pela mudança de preços das *commodities*.

Mesmo a venda externa da carne, que está sofrendo o embargo de cinquenta países, bateu recorde nesse período. A receita foi de US\$350 milhões, 21,5% mais do que em maio de 2005.

Portanto, mesmo onde sofremos embargo – e Santa Catarina sofre muito por causa do embargo da carne suína – conseguimos ter ainda um resultado positivo.

E, para completar, o Ipea mostra otimismo também. Repercutiu bastante significativamente ainda esta semana...

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço mais uns minutinhos.

Segundo estimativa do IPEA, os investimentos crescerão 7,8%. Em termos de PIB, há uma percepção melhor, inclusive no que diz respeito ao aumento da formação bruta de capital, que foi um dos elementos centrais da elevação do PIB no primeiro trimestre de 2006. As perspectivas para o próximo período também estão sendo extremamente bem-avaliadas pelo IPEA, segundo o qual isso se deve à percepção, por parte de setores significativos do empresariado, de que o ciclo de quedas dos juros é sólido e de que a crise política foi superada. Portanto, as perspectivas econômicas, segundo o IPEA, são extremamente positivas.

Por último, uma declaração que vem confirmar o que venho dizendo, tratei deste tema durante quase todos os dias da semana passada e desta. Refiro-me à questão do “crescimento para quem?”. O País volta a crescer e volta a crescer principal e fundamentalmente para aqueles que mais precisam do crescimento: aqueles que constituem as camadas mais pobres da população.

Mais um estudo científico vem corroborar tudo isso. Agora a fonte de que me utilizo é uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, mais precisamente de autoria do Professor Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, que está divulgando uma pesquisa sobre a desigualdade social brasileira com base na Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, o Pnad do IBGE.

O estudo do Professor Marcelo Neri aponta que, em 2004, a desigualdade atingiu...

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Conclua, Senadora.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Já vou concluir.

... o menor nível desde o censo de 1960 e que a renda dos pobres chegou a crescer 14,1%. Ou seja, nas palavras do Professor Marcelo Neri, nós não estamos tendo o crescimento de vários outros países emergentes. A média do crescimento, quer dizer, o percentual do crescimento geral do Brasil está abaixo do da China, está abaixo do da Índia e do de outros países, mas os pobres do Brasil estão tendo crescimento superior à média de crescimento observada nesses países. O Professor Marcelo Neri diz: “O grosso do bolo cai, mas o bolo dos pobres cresce”.

Eu queria deixar esse registro, porque é mais um pesquisador que comprova esse aspecto positivo de nossa economia, e o Professor Marcelo Neri tem bastante respaldo e reconhecimento.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pela Sra. Lúcia Vânia e pelo Sr. Alberto Silva.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os alunos do Centro de Ensino Fundamental de Brazlândia-DF, que se encontram aqui: a todos vocês o meu abraço, o meu carinho e, acima de tudo, que esta visita proporcione a cada um de vocês novos entendimentos a respeito do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar de um tema que me traz muita alegria. Trata-se da oitava edição do Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás, que se encerra este domingo. É motivo de orgulho para todos nós, goianos, a realização deste evento internacional, cujo público estimado está em torno de duzentas mil pessoas.

O Fica é, realmente, uma mostra que merece toda a divulgação possível e cuja importância faço questão de ressaltar para todo o Brasil através dos órgãos de comunicação do Senado Federal, a nossa TV Senado, o Jornal, a Rádio Senado e a Agência.

Este grande evento, na verdade, é mais do que um festival de cinema e vídeo. O público tem entrada franca para assistir ao que de melhor é produzido em filmes com vocação ambientalista, num momento em que o mundo tanto precisa se lembrar das questões ecológicas e ambientais. O festival é um importante momento de reflexão, conjugado com o que existe de melhor na arte do cinema e do vídeo, produzido tanto no Brasil quanto nos demais países que participam deste evento cujas repercussões extrapolam as fronteiras de nosso País.

Este ano, por exemplo, competiram 27 filmes dos mais de 350 inscritos. O total em prêmios é de R\$ 240 mil, a maior premiação da América Latina.

A mostra competitiva principal trouxe longas do Brasil, da Rússia, dos Estados Unidos, do Chile e da República Tcheca. Também competiram filmes da Suíça, da Alemanha, do Reino Unido, da Espanha, do Japão, da França e da Áustria.

Uma novidade tornou o evento ainda mais importante: a premiação denominada Festival dos Festivais, já chamada de Oscar Ambiental, que irá premiar o melhor entre os melhores do cinema ambiental do mundo. Estão concorrendo a um troféu confeccionado com capim dourado extraído da região do Jalapão, no Tocantins, e a mais R\$30 mil, filmes do Brasil, Portugal, Itália, Espanha e Grécia.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, considerado um dos maiores festivais temáticos do mundo, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental, que desde terça-feira tomou conta da histórica cidade de Goiás, tem ainda outras manifestações artísticas que merecem destaque.

Estão acontecendo shows de artistas goianos, exposições de fotografias e pinturas, recitais de poesia e peças teatrais. Mesas-redondas, oficinas, palestras e cursos cuja temática é o cinema e suas inúmeras variantes também atraem o extenso público que lota a cidade de Goiás, patrimônio histórico da humanidade.

Antes de encerrar este breve pronunciamento, gostaria de convidar os senhores parlamentares a visitar a cidade de Goiás neste final de semana para que possam entender por que ela tanto orgulha o povo goiano.

Tenho certeza de que os senhores e senhoras não de se sentir em casa, porque os goianos são acolhedores, principalmente na cidade de Goiás, que tanto se orgulha da realização deste Festival.

Estendo este convite a todos os que assistem à TV Senado e que sabem o que significa o Festival de Cinema e Vídeo de Goiás, que divulgo neste momento com tanto orgulho nesta Casa.

Sr. Presidente, quero também aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Senado Federal pela inauguração da mostra “Imagens da Inclusão”, que desde esta semana ocupa o Salão Nobre desta Casa.

É uma exposição que retrata momentos de alegria, superação e beleza, vividos por pessoas com deficiência em várias atividades, como trabalho, esporte e lazer. Ali estão brasileiros anônimos no seu cotidiano ou em atividades especiais, como o deficiente visual que escala uma montanha. Há também imagens de deficientes conhecidos do público, como atletas, artistas, modelos e outros tantos que inspiram a todos, deficientes ou não, a lutar pelos direitos básicos de todo cidadão.

Mas não é só isso. A Secretaria Especial de Editoração e Publicações edita a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Código de Proteção e Defesa do Consumidor em Braille. Sua distribuição é feita para entidades de deficientes visuais e bibliotecas públicas de todo o País.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, esta semana também foi inaugurado, com adaptações, o elevador especial que vai da chapelaria até o Salão Negro.

Essas realizações vêm ao encontro da iniciativa do Senador Flávio Arns, que, no começo desta legislatura, se comprometeu a tornar o Senado acessível aos funcionários e visitantes portadores de deficiência. Seu exemplo levou à criação da Comissão Especial de Acessibilidade por um grupo de trabalho formado por funcionários desta Casa.

Neste momento tão tumultuado no Congresso Nacional, Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar ainda a Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência e a Comissão Especial de Acessibilidade, que, mesmo com toda essa dificuldade na nossa agenda, promoveram, ontem pela manhã, mais uma audiência pública para discutir formas de inclusão social dos deficientes.

A audiência pública contou com a participação de consultores e especialistas no tema e serviu para enriquecer ainda mais esse debate tão importante para a consolidação da democracia no País. Tanto a audiência quanto a Mostra têm o apoio do presidente do Senado, senador Renan Calheiros e de sua esposa, Verônica, grande incentivadora do Programa de Valorização da Pessoa com Deficiência que esta Casa executa.

Os trabalhos da Comissão ainda estão em fase de implantação, mas já demonstram que o Legislativo, esta Casa, tem também uma agenda positiva, caminha em direção àquilo que está determinado pelo Decreto Presidencial nº 5.296, de 2004, qual seja garantir a

promoção da acessibilidade da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

É preciso salientar ainda a importância dos meios de comunicação do Senado. A TV Senado criou o Programa Inclusão, que conta com a participação de um intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Portanto, Sr. Presidente, os passos que o Senado Federal está dando são pequenos, se pensarmos no universo de brasileiros que necessitam ser incluídos em nossa sociedade. Mas é importante dizer que esse passo está sendo dado com persistência e, acima de tudo, com muita dedicação de todos os Srs. Parlamentares e, de forma muito especial, do Presidente desta Casa, o Senador Renan Calheiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Agradeço a atenção de V. Ex<sup>a</sup> e aproveito para cumprimentar os novos grupos de alunos que nos visitam durante esta manhã. Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB-PI)

– A Mesa associa-se às palavras da Senadora Lúcia Vânia com relação aos alunos que nos visitam.

Com a palavra o Senador Pedro Simon.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito importante o discurso do Senador Ramez Tebet. S. Ex<sup>a</sup> é uma das pessoas mais lúcidas e de maior dignidade na história deste Congresso. É impressionante a biografia do Sr. Tebet, advogado, promotor, prefeito, governador, ministro, presidente do Senado. S. Ex<sup>a</sup> tem uma linha de comportamento baseada no princípio da seriedade no trato com a coisa pública, o que o faz uma figura profundamente respeitável.

O Senador Tebet vive um instante de luta pela manutenção de sua saúde com muita garra, espírito público, capacidade; vence, está vencendo e vencerá mais esse obstáculo.

S. Ex<sup>a</sup> faz uma análise que me chama a atenção. Claro que é bonito ver o Tribunal Superior Eleitoral, na sua unanimidade, baixar a cabeça, reconhecer que errou e alterar o voto.

Esqueço a figura do Dr. Sarney, do Dr. Renan, do Senador Antonio Carlos e companhia, durante a noite toda e durante o dia, na cabeça dos Ministros, mostrando um quadro não sei até que ponto verdadeiro. Esqueço a manifestação firme.

Quero muito bem ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral. Quero bem mesmo, porque acho que S. Ex<sup>a</sup> vem tendo um desprendimento, uma firmeza de atuação. E acho que é o Ministro cujos pronunciamentos mais vezes eu tenho vindo a esta tribuna transcrever,



porque nas horas mais difíceis ele tem tido a coragem de defender a verdade, a justiça e o bem comum.

Achei muito enérgico, muito firme, quando S. Ex<sup>a</sup> antecipou, com o voto anterior, que estávamos a iniciar uma nova vida político-partidária, que era a vida dos casamentos efetivos e não dos acasalamentos, das uniões que tanto existem por aí, de concubinato. Fiquei na expectativa do impacto que isso causaria. A primeira mágoa que senti foi a vergonha de ver o Congresso Nacional deixar um assunto dessa natureza para o Tribunal Superior Eleitoral decidir na última hora. E nós aqui... Se bem que nós do Senado, vamos fazer justiça, fizemos a nossa parte. Votamos no momento exato uma reforma política e uma reforma eleitoral que, se não é a perfeita, é a melhor que poderíamos ter votado. Votamos a reforma política, a organização dos partidos políticos, a reforma eleitoral como deveria ser feita, e isso ficou na gaveta da Câmara. E ficou, e ficou, e ficou, e ficou... Então, perdemos a credibilidade.

É verdade que o Supremo foi muito duro ao nos advertir que não poderíamos mudar as regras no ano eleitoral, porque a lei diz que um ano antes da eleição não se pode mudar. Mas quatro anos atrás eles mudaram, quando, no ano eleitoral, eles criaram o voto vertical. Eles mudaram. E agora estariam mudando novamente.

Eu só digo o seguinte: no fundo, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral está certo, no futuro é o que vai acontecer. Ele pode ter precipitado, mas, se der certo, se a cláusula de barreira funcionar, se nós ficarmos com sete ou oito partidos, se nós pudermos ter uma vida partidária organizada, nós vamos partir para que o partido seja um a nível nacional e que não haja essa história de o MDB unir-se com o PT no Pará, com o PFL em Alagoas, com o PSDB no Rio Grande do Norte e com não sei quem em tal lugar. Isso não é unidade partidária, não é vida partidária; é anarquia. Pode-se entender por que o cidadão termina pulando de partido, de galho em galho.

A reforma eleitoral que o Senado votou tem a fidelidade partidária. Muda de partido, perde o mandato. O mandato é do partido, não é do cidadão.

Não nego que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral – não vou mentir – foi recebida com um sentimento muito interessante no MDB. A melhor reunião que fizemos, há muito tempo, no MDB, foi depois dessa decisão, a anterior, onde todos os setores portaram-se com humildade. Inclusive o ilustre ex-Líder de Bancada, o Deputado Jader, que, na reunião anterior, tinha sido impulsivo, dentro da paixão pela tese, nessa reunião, dizia, com humildade, que tínhamos que reconhecer que a decisão atingiu a todos, ninguém ia

sair ganhando; que, não havendo uma solução ótima, teríamos que buscar o que pudéssemos fazer. E esse foi o pensamento geral.

Tinha caído, no dia anterior, a decisão da última convenção, decidindo que o Partido não teria candidato. O Tribunal derrubou essa convenção. E tinha caído a outra decisão, em que a Executiva Nacional transferia a reunião da Convenção Nacional do dia 11 para o dia 29. Uma decisão absurda, porque o dia 29 é véspera do dia 30. Então, o que eles queriam era que a hora da decisão nacional fosse feita depois de todos os Estados já terem decidido. Assim não haveria mais o que fazer.

A convenção nacional existe para traçar a norma nacional. Vamos ter candidato próprio? Vamos apoiar o Lula? Vamos apoiar o PSDB? O que vamos fazer? Não vamos ter candidato? Depois da decisão da Convenção Nacional, as convenções estaduais se reúnem para cumpri-la. Agora, o que eles queriam é que se realizassem, até o dia 29, todas as convenções estaduais, e no dia 29 a convenção nacional, que não teria mais nada a fazer. Caiu na Justiça.

Então, estávamos ali tranquilos. Os que queriam a candidatura própria haviam conseguido duas vitórias: aquela convenção em que se votara por não apresentar candidato caiu e a convenção que estava marcada para o dia 11, domingo agora, também.

Em um clima do maior entendimento, nós concordamos, primeiro, que não poderíamos fazer a convenção domingo agora. Não que imaginássemos que o Tribunal fosse suspender, mas julgávamos que a decisão do Tribunal tinha sido muito radical, e todo mundo tinha que conversar com todo mundo. Então, marcamos uma reunião para segunda-feira, para a qual convidamos todos os Governadores, todos os presidentes do Partido, todos os candidatos a Governo de Estado, juntamente com a Executiva, para, na segunda-feira, às 11 horas, chegarmos ao entendimento.

Senti que havia um movimento muito positivo, no sentido de encontrar uma solução. Falei novamente e deixei muito claro que minha candidatura não estava em jogo.

Há quatro anos, fui candidato à Presidência da República, briguei e andei pelo Brasil afora. Na hora da convenção, nem olharam para o meu nome. Já tinham feito um acordo com o Serra e o PSDB, e eu fiquei olhando. Em vez de votarem, primeiro, a candidatura própria, se haveria ou não candidato, votaram a aliança com o PSDB e não votaram meu nome. Mas ali eu estava discutindo.

Desta vez, o MDB do Rio Grande do Sul apresentou a candidatura do Governador Rigotto. Houve um debate entre Rigotto e Garotinho. Na convenção

que realizamos, o Garotinho retirou a candidatura dele e me apresentou como candidato. Eu não ia aceitar, mas aceitei por uma razão muito simples: se eu não aceitasse e não registrasse a candidatura; se os governistas reunissem a Executiva, transferindo a convenção do dia 11 para o dia 29; e se não houvesse candidato registrado, o Partido não teria mais candidato. Então, mantivemos e registramos a candidatura.

Sempre deixei claro que, para mim, seria uma honra muito grande ser candidato à Presidência da República. Mas sei que não posso obrigar o Senador José Sarney, nem o Senador Renan Calheiros, nem o Senador Ney Suassuna a quererem o Pedro Simon.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Concedo o aparte, com o maior prazer, ao Senador José Jorge.

Ainda não tive a oportunidade de felicitar V. Ex<sup>a</sup> pela sua escolha como candidato à Vice-Presidência. Mas digo, com toda sinceridade, que fiquei muito feliz com a sua escolha porque V. Ex<sup>a</sup>, neste Congresso Nacional, principalmente aqui no Senado, talvez nestes anos tenha sido a pessoa mais competente. Basta lembrar que V. Ex<sup>a</sup> foi o Relator de todos os projetos significativos que passaram pelo Congresso, pela Câmara dos Deputados, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Como Relator, V. Ex<sup>a</sup> teve competência e capacidade para conseguir representar a média do pensamento. Havia pontos de vista absolutamente antagônicos, mas V. Ex<sup>a</sup> conseguiu uni-los. V. Ex<sup>a</sup> é um nome da maior dignidade e por quem tenho o maior respeito.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, agradeço as suas palavras. Sinto-me premiado por, ao pedir o aparte, ouvir essas palavras de um Senador tão respeitado que é V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa. Com a presença de V. Ex<sup>a</sup> numa eleição majoritária, sem dúvida, a eleição ficaria enriquecida. Essa questão da verticalização, que tivemos na eleição passada e teremos agora nesta eleição, cuja idéia era fazer com que as coligações estaduais acompanhassem a coligação nacional, na prática, retirou candidatos nacionais. Terminamos repetindo nacionalmente a política de São Paulo, que é PSDB contra PT. Os outros Partidos tiveram de se aliar ou ficar sem candidato. Essa situação não interessa ao País. Se a eleição é feita em dois turnos, deveríamos ter sete ou oito candidatos no primeiro turno para, no segundo, escolhermos dois. Assim a eleição ficaria muito mais aberta. Penso que, com a emenda à Constituição que aprovamos no Senado e que foi aprovada fora de prazo na Câmara, voltaremos, na próxima eleição, a uma situação normal, em que todos os partidos que quiserem poderão ter

os seus candidatos a Presidente, sem que as eleições estaduais sejam obrigadas a seguir as coligações nacionais. Porque a política, por exemplo, de Pernambuco é completamente diferente da Bahia; em Pernambuco, somos aliados do PFL; na Bahia, somos adversários. E, assim, em cada Estado, há uma situação diferenciada. Mas não tenho dúvida de que o Brasil perdeu ou perderá – porque não está decidido ainda – se V. Ex<sup>a</sup> não for candidato. Realmente é uma perda para o Brasil, que ia ter oportunidade de ouvir os seus pensamentos, as suas idéias – que nós ouvimos sempre, aqui, no Senado –, que certamente ampliariam o debate eleitoral no nosso País. Era só isso.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

A minha candidatura não tinha a obrigação de se dividir ou se somar em torno dela. Fiz questão de dizer isso na última reunião. E apresentei um nome, o de Jarbas Vasconcelos, por exemplo, e um nome do meu coração, que eu consideraria ótimo, que é o do ex-Presidente Itamar Franco. Nomes que unissem o Partido.

Foi a reunião mais importante que realizamos. Convocamos todo mundo, saímos a discutir, a pensar, a refletir. E, de repente, acontece: o Tribunal muda de novo, por unanimidade. Sou obrigado a dizer que, para o MDB, não foi bom – pelo menos, essa é a minha posição. É claro que, se perguntarem para o Sarney, ele dirá que foi extraordinário; para o Renan, ele dirá que foi fantástico; para o Suassuna, ele dirá que foi monumental; para mim, penso que não foi bom.

Volto a dizer o que tenho dito: nós vivemos uma hora muito difícil! Cada dia há um fato novo.

A invasão no Congresso já foi um ato absurdo. Mas, ontem, vendo a gravação de como ela foi preparada, juro por Deus que nunca tinha visto nada igual. Juro que não. Uma invasão coordenada por um membro da Executiva Nacional do PT, o homem encarregado para a ligação com as entidades sociais! Aonde vamos chegar? Como esse homem que convive com o Presidente da República, que participa das reuniões da Executiva Nacional do Partido, que recebe da Executiva a missão de ser encarregado pela coordenação dos órgãos não-governamentais age como agiu? E ficou provado que foi com dinheiro público. O que isso quer dizer? O que isso significa senão a tranqüilidade de que nada lhes vai acontecer? Agora vêm as palavras rígidas: “puna-se, doa a quem doer, mesmo sendo do PT! Puna-se, doa a quem doer!” É a isso que estamos assistindo há não sei quantos anos neste País, que é o país da impunidade. E estamos caminhando num crescendo.

Vim a esta tribuna para dizer que o que aconteceu em São Paulo não foi um levante penitenciário, mas, sim, a primeira manifestação organizada de uma máfia oficializada, como na Itália e nos Estados Unidos. Ali existe um grupo cujos chefes não estão na favela. Os chefes são gente importante: pode haver político, militar, advogado de montão, homem de imprensa... É um sistema organizado, esquematizado, que a Itália só derrubou com a Operação Mãos Limpas. Na verdade, a Itália não derrubou o sistema, apenas o diminuiu.

É por isso que eu, que sou um apaixonado pela CPI, acho que as CPIs desenvolveram um trabalho fantástico, porque, durante 40 anos – o Brasil é o país da impunidade –, só quem aponta nomes e aponta fatos é a CPI. Tirando a CPI, se formos olhar para o Supremo Tribunal Federal, veremos que não acontece nada, que nunca aconteceu nada. Só que agora os fatos adquiriram tal relevância, quer dizer, a organização, o esquema da violência, do arbítrio, da corrupção adquiriu uma tal organização que não vai ser a CPI que vai resolver. Aliás, cá entre nós, nas últimas CPIs nós sofremos o vexame do deboche de quem vinha depor, querendo nos ridicularizar. Via-se que era gente preparada, esquematizada, que, antes de vir para a CPI, teve a preparação de um profissional sobre como responder.

Penso que temos que partir para criar um movimento como a Operação Mãos Limpas, da Itália, ou como o Programa Tolerância Zero, do Prefeito de Nova Iorque. Mas para fazer isso, o Governo tem que ter autoridade, respeitabilidade, credibilidade e não pode ter compromisso com ninguém, principalmente com o seu próprio Partido.

Esses movimentos estão deixando uma grande certeza de impunidade à sociedade brasileira. Os Parlamentares da Oposição fazem seus pronunciamentos, mas a repercussão lá fora é pequena, quase nenhuma.

Com todo o respeito, é ruim para um país como o Brasil, com tantas diferenças ideológicas, ter uma campanha reduzida a dois candidatos, os dois de São Paulo, um do PT, que significa continuar esses quatro anos que estão aí, e o outro do PSDB, que significa retornar aos oito anos que tivemos antes.

Será que o Brasil não pode apresentar uma terceira perspectiva, independente do PT, independente do PSDB, para discutir, para debater? Eu não defendo um governo do MDB. Não penso que, como tivemos um Governo do PT e um do PSDB, agora devemos ter um do MDB. Não, eu defendo a possibilidade de o MDB apresentar uma candidatura para fazer uma transição em conjunto com a sociedade, um verdadeiro Pacto de Moncloa, defendo a convocação de toda a sociedade,

Igreja, sindicatos, trabalhadores, homens, mulheres, jovens, para fazermos uma caminhada a favor da moral, da dignidade, da seriedade, a favor de uma transição em que cada um cumpra sua parte, um governo que abra suas portas para mostrar o certo e o errado.

Penso que deveríamos abrir uma oportunidade nesse sentido, sem compromissos fechados e estruturados de um grupinho de intelectuais, de líderes partidários ou de banqueiros, grupos que estão formados aqui para defender interesses próprios. Nós nunca poderíamos imaginar que o PT teria como Presidente do Banco Central um homem como este que está aí, um homem que veio da Presidência do Banco de Boston, que foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República, sendo que o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia. Ele está sendo processado e continua na Presidência do Banco Central. Em que país do mundo isso aconteceria? O Presidente do Banco Central é a pessoa que, em qualquer lugar do mundo, tem que ter toda credibilidade, tem que ter toda seriedade, tem que ser um homem a que o país inteiro se dobre pela sua responsabilidade. Mas o homem foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República e o Supremo Tribunal Federal aceitou a denúncia. Tudo isso aconteceu e ele continua na Presidência do Banco Central.

Não sei se os senhores repararam que, desde que o Palocci deixou o Ministério da Fazenda, quem fala agora é o Presidente do Banco Central. É raro se ver um pronunciamento do novo Ministro da Fazenda.

Aliás, este é o único caso que sei que o Presidente do Banco Central está diretamente ligado ao Presidente da República. Ele não está mais ligado ao Ministro da Fazenda. Nós temos duas fontes de normas financeiras neste País: o Ministro da Fazenda – normalmente era ele a única fonte – e o Presidente do Banco Central, que tem autonomia e está diretamente ligado ao Presidente da República. Ele não passa pelo Ministro da Fazenda, não fala com o Ministro da Fazenda, não deve nada ao Ministro da Fazenda! É por isso que, nos jornais, ultimamente, há uma entrevista do Ministro da Fazenda para dez entrevistas do Presidente do Banco Central, um homem que está sendo processado por corrupção no Supremo Tribunal Federal. Aliás, nesse sentido, é fantástico! Nós tínhamos um Ministro da Previdência que foi denunciado por corrupção pelo Procurador-Geral da República. O Procurador-Geral da República denunciou por corrupção, e o Supremo Tribunal Federal aceitou. Está na mão do Relator, Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Vim a esta tribuna e perguntei: “Mas pode um Ministro que está sendo denunciado por corrupção ser Ministro?”. O Governo disse: “Não pode”. E demitiu o

Ministro. Um Ministro que está sendo processado por corrupção, no Supremo Tribunal Federal, foi demitido do Ministério. Hoje, é Líder do Governo nesta Casa, está no lugar do Mercadante. O Mercadante saiu para ser candidato, e ele é o Líder do Governo. Processado pelo Procurador-Geral da República. Denúncia aceita pelo Supremo. Não pode ser Ministro, pode ser Líder do Governo. Líder do Governo pode. É o Líder do Governo nesta Casa.

Essas são as coisas com as quais estávamos convivendo. Primeiro, foi o Presidente do PT, que foi afastado por estar metido em todas essas coisas; depois, o Secretário-Geral; depois, o Tesoureiro.

Pensamos: agora terminou, agora fizeram um remanejamento. Está aí o homem da Executiva – reparem que cargo importante – encarregado de fazer a ligação do PT com os movimentos não-organizados da sociedade. Está comandando a invasão no Palácio. É isso que está aí.

Do outro lado, quem não quer isso tem que voltar para o antigo PSDB. Tem que voltar, porque essas são as duas opções. Aliás, as duas paulistas. O Rio Grande do Sul fez uma revolução, em 1930, para acabar com a política do café-com-leite – quatro anos São Paulo, quatro anos Minas Gerais; quatro anos São Paulo, quatro anos Minas Gerais. Agora não tem mais isso. Graças a Deus, isso terminou. Agora é: quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo; quatro anos São Paulo, quatro anos São Paulo. Pode até mudar de partido, mas tem que ser de São Paulo. Ao Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, restou um cargo honroso, uma função muito importante. O Presidente Tasso Jereissati, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Governador Aécio Neves foram os três que escolheram, entre o Serra e o Alckmin, quem deveria ser o Presidente. Quer dizer, não dá para dizer que Minas Gerais foi posta de fora. Não foi posta de fora. Ele participou da escolha. Mas da candidatura não; a candidatura tem que ser paulista.

Não sei até que ponto o PMDB não deveria ter escolhido um candidato de São Paulo. Temos aí o Presidente do Partido, que está em uma bela posição, respeitável, imparcial, conduzindo com grande competência. Ele é a favor da candidatura própria, mas conduz com respeito, e todos o respeitam. Talvez – isso vou falar na segunda-feira –, se lançarmos a candidatura do nosso Presidente do Partido, muda tudo, porque ele é de São Paulo. É um fato novo: ele é de São Paulo. E ele, sendo de São Paulo, pode ser que tenha chance. Esta é a Federação, é o pacto federativo que tem de mudar. Temos que mudar o pacto federativo, onde Presidente mais medida provisória fazem o que querem

neste País, onde este Congresso Nacional não legisla; finge, como diz o Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, faz de conta. O Brasil é o País do faz-de-conta: o Presidente da República faz de conta que é um democrata, o Congresso Nacional faz de conta que legisla, e o Poder Judiciário faz de conta que bota na cadeia os ladrões; e não acontece nada disso.

Da candidatura que apresentamos, meu Presidente, é este o objetivo: apresentar uma opção. É interessante salientar que, no momento em que se fala numa terceira candidatura, o PPS, pelo seu Presidente, candidato, concorda em apoiar; o PDT, que tem candidato, concorda em apoiar; há movimento de vários Partidos no sentido de apresentar uma outra solução.

É uma pena, Sr. Presidente. Eu estava em um otimismo enorme, pensei que a reunião de segunda-feira seria sensacional, mas, com os Ministros mudando, os governistas voltaram ao que era, e segunda-feira vai ser uma reunião muito triste, porque eles voltarão embalados na decisão, e o PMDB dará um passo muito grave com relação ao seu esvaziamento.

O PMDB que o destino lhe ofereceu, não fomos nós que procuramos. Em primeiro lugar, foi o PSDB, os puros do PMDB, os notáveis, que saíram desse partido cheio de coisa errada e formaram o “partido dos homens extraordinários”, e que, no Governo, não fizeram nada. Depois, foi o PT, o “partido dos anjos”, que, na sacristia, se prepararam para ocupar o Governo, e deu no que deu.

Era a vez do MDB. O MDB que fez a liberdade democrática, o MDB que conduziu esse povo e com o qual lutou contra a ditadura, estabeleceu a democracia, ganhou e elegeu o Presidente. Mas o Presidente não podia ter feito o que fez. Tancredo não podia ter nos deixado naquela hora. E olha que o MDB escolheu o que tinha de melhor: um homem com história, com biografia, Primeiro-Ministro do Jango, Ministro do Getúlio, Governador de Minas Gerais, um homem com experiência mineira, preparado para desempenhar o cargo, e termina morrendo. E assume o Sr. Sarney, que fez um Governo até respeitável, não discuto, mas não era do MDB, e não era o Tancredo. E o MDB caiu fora. Se o PSDB tivesse dado certo, o MDB não tinha mais o que fazer. Não deu certo, veio o PT. Se o PT tivesse dado certo, estaríamos num caminho espetacular, que era o que imaginávamos. Não deu certo.

MDB, o povo quer isto. As pesquisas de opinião pública dizem que, hoje, 27% das opiniões públicas do Brasil colocam o MDB como o primeiro partido. O PT tinha 24 e baixou para 12 pontos. E o terceiro é o PSDB, com 5 pontos.

Eu tenho andado por universidades, e não consigo atender a todos os convites que me vêm do Brasil

inteiro. Não se vê uma estrela do PT nem atrás da lapela. Há mágoa, há desilusão. E eu não vejo ninguém pensando na volta do PSDB. Eu vejo gente confiando que seria a vez do MDB. Mas quis o destino que no comando das decisões do MDB não tivesse alguém com o espírito do velho MDB. Alguém como Tancredo Neves, alguém como Teotônio Vilela, alguém como Ulysses Guimarães, alguém que representasse o sonho do velho MDB. José Sarney, Ney Suassuna e Jader Barbalho estão no MDB, ocupam posições importantes no MDB e tomam as decisões do MDB. Mas não têm nada a ver com o MDB. E nós pagamos o preço daquilo que não merecemos.

Que Deus tenha piedade do MDB e nos ajude a atravessar mais esse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Alberto Silva, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pela Sra. Lúcia Vânia e pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Esta Presidência agradece a todos os visitantes pela presença, em especial aos meus conterrâneos Lourival Ferreira da Costa, o Panela, de Uberaba, e o meu irmão Ricardo Alexandre Moura.

Passo a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, grande Governador do Piauí.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, as palavras do Senador Pedro Simon nos levam a uma reflexão. Para chegarmos ao ponto indicado pelo Simon, seria necessário um novo movimento, um pacto como ele diz, de toda a sociedade para que traçássemos um rumo ao País. Ninguém com mais autoridade que Simon para dizer isso aqui. Somos companheiros há vários anos, eu sou Senador pela segunda vez, ele, terceira vez.

Neste momento, chamo a atenção para um outro fato que vem ao encontro do que o Simon acabou de dizer. Afinal, o que está acontecendo no País? Um grupo de fanáticos invade a Casa, quebra vidros, depois, trata-se de puni-los.

Mas, de onde vêm? Eu queria separar o que se está chamando como um grupo de fanáticos, que não tem nada a ver com os sem-terra, e os sem-terra mesmo. Como fui prefeito duas vezes, governador duas vezes, senador já pela segunda vez e deputado também, sempre senti, e toda sociedade sabe, que a fome é má conselheira. Quem está desempregado,

quem não tem o que comer e vê os seus filhos chorando, quem está assim não está disposto a aceitar nada, ele fica revoltado. Tenho a impressão de que, neste exato momento, uma das ações mais positivas que poderíamos tomar era acalmar a fome dos que estão com fome e dar emprego aos desempregados. Se isso ocorrer, digamos, aos milhares, depois aos milhões, se a população se sente participante e não isolada, ou excluída, como é o termo usado, ela não ajuda a sociedade brasileira a encontrar a unidade de que o partido tanto precisa.

Não estou aqui fazendo nenhuma divagação filosófica. Quero ser prático como engenheiro que sou. Ao longo de minha vida, sempre, os nossos sonhos se transformaram em realidade porque aprendi em uma escola a não misturar problemas. Quando os problemas existem, se temos capacidade, devemos equacioná-los e resolvê-los. Qual é a solução para os sem-terra?

Alguém já pensou exatamente o que se deveria fazer? Reforma Agrária, Incra, assentamentos... Segundo explicação dada, os sem-terra aqui vieram, de maneira violenta, porque o Governo não cumpriu a promessa de arranjar dinheiro para a Reforma Agrária.

E nós, que conhecemos isso de perto como Governador, que encontramos já vários assentamentos no Brasil, perguntamos: o que querem os sem-terra, que são um grupo organizado, como acabou falar Pedro Simon aqui, eles querem a baderna? Querem o tanto pior, melhor? Mas nós pensamos de maneira diferente e podemos encontrar uma saída. Por isso, vou aproveitar esse pedaço de tempo que me é dado aqui na tribuna do Senado – a TV Senado é assistida em todo País e até no exterior, tenho certeza – para reunir alguns elementos e colocá-los à disposição daqueles que pensam no País e que podem juntar-se a nós, para levarmos ao Presidente uma proposta.

Vamos ver. Diz-se que são tantos milhões os assentados e que já foram atendidos. Mas, na verdade, ao se visitar um assentamento desse, chega-se à conclusão que eles não têm uma renda fixa e que as verbas do Governo vêm e vão ajudando de alguma maneira, através do Incra, a manter esses assentados quase que como hóspedes. Eles recebem dinheiro da Nação, mas não produzem algo consistente que possa ser considerado como emprego e renda.

Então, fiz umas continhas aqui, que vou submeter à opinião pública brasileira, que vê a TV Senado. Se, no próximo Governo, partíssemos para dar emprego a 150 mil famílias, por exemplo. De que precisamos para dar emprego a 150 mil famílias? Terra, porque emprego público não tem para todos. O Presidente Lula está dando uma ajuda com o Bolsa-Família, que contribui para sair daquela situação terrível de não ter

o que comer. Mas essa não é a solução, nunca será. Creio que Presidente sabe que isso não pode ser a solução.

A solução pode ser tirada da terra generosa do Brasil, que Deus nos deu, com sol, água, terra. E não temos capacidade de tirar da terra o sustento de milhões de desempregados? Vamos aos números: são 150 mil famílias. Vamos dar quatro hectares para cada família e não 30. Quem inventou essa história de o In-cra dar 30 hectares?

No meu Estado, acompanhei um desses assentamentos. Alguém recebeu um diploma de 30 hectares de mata. Ele recebeu o diploma e disse: “Bom, eu tenho 30 hectares. O que eu vou fazer? Eu vou cortar essa madeira, faço carvão, vendo o carvão e vou vivendo”. Quando a madeira acabar, acabou a terra, e ele larga, vai embora.

Isso não é solução, pelo amor de Deus!

Agora, vamos pensar de uma outra maneira. O Governo quer gastar dinheiro gerando emprego? Então, vamos comprar terra? Vamos ver os números: o Governo compra quatro hectares para dar emprego a 150 mil famílias – anotem bem, são quatro hectares somente; para 150 mil famílias, são 600 mil hectares; o Governo pode comprar 600 mil hectares, por exemplo, em oito Estados do Nordeste, no semi-árido lá. Ele compra 600 mil hectares distribuídos em oito Estados – isso não vale nada –, mas ele vai aproveitar aqueles lavradores que vieram do campo e que estão morrendo de fome nas cidades. Eles, hoje, vivem de uma roça, moram na cidade, não precisam de casa, não precisam gastar dinheiro com casa, porque eles já têm casa, e trabalham numa roça que não lhes dá nada. Então, se o Governo comprar nas diferentes cidades, nos Municípios de todos os Estados nordestinos, por exemplo – vamos ficar por enquanto só no Nordeste –, ele compra 600 mil hectares, mas prepara a fábrica para os homens trabalharem. Chamo a isso de fábrica de grãos. Há fábrica de colchão, há fábricas de roupa, de eletrodoméstico, de bicicleta, de automóvel... Por que não há fábrica de grão? O que é uma fábrica de grão? Bem, o Governo compra 600 mil hectares e os prepara, isto é, desmata, destoca, trata, faz a aração da terra, coloca o adubo e pronto. Aqui, há uma terra pronta e plantada. Vamos ficar só em um hectare. Três são reservas. Vamos ver o que acontece com um hectare?

São 600 mil hectares e 150 mil famílias. Um hectare para cada família, distribuídas. Não precisam estar juntas. O que isso pode render? Vamos ver? Está plantado um hectare, o Governo já plantou, e isso é investimento. Quanto custou o investimento? Vamos aos números: 600 mil hectares a R\$500,00 o hecta-

re, R\$300 milhões. Para destocar, desmatar etc, mais R\$500,00 por hectare, são outros R\$300 milhões. Aí já são R\$600 milhões. Esse terreno já está plantado. Nascerão mamona e feijão. Vamos consorciar os dois. Temos experiência nisso. Assino embaixo. Na Embrapa, meio-norte de Teresina, já treinamos essa prática em um hectare por cinco anos seguidos. Não há erro.

Tira-se uma tonelada por hectare de mamona e uma tonelada, no mínimo, de feijão, também em um hectare. Com a chuva. Só que se precisa de uma boa semente e de adubo. É claro! Mas isso já está inserido nos R\$500,00 ou R\$600,00 que se gastam por hectare. Então, o Governo gastou R\$600 milhões ou R\$650 milhões e preparou 600 mil hectares. Serão gerados 150 mil empregos a um custo muito baixo.

Continuemos. O que isso rende? Um hectare de mamona dá uma tonelada de baga de mamona e uma tonelada de feijão. Então, 600 mil hectares produzirão 600 mil toneladas de feijão.

Vejam bem: não se pode deixar 150 mil famílias ao léu, abandonadas. Não! Vamos organizá-las. Cada 5.000 famílias farão parte de uma associação e terão uma diretoria contratada. Por quê? Porque terão usina própria. Portanto, eles não poderão, soltos e abandonados, dirigir um projeto dessa envergadura. Por isso, para cada 5.000 famílias, uma associação. No caso de 150 mil famílias, é claro que serão formadas 30 associações de 5.000 famílias. Estão organizados? Sim. O dinheiro do Pronaf pode ser entregue a eles, que abrem uma conta no banco e só tiram R\$250,00 por mês.

Qual é a renda de um hectare plantado de mamona e feijão? De feijão, dá uma tonelada a R\$2,00. Tenho R\$2 mil. Uma tonelada de mamona dá 450 litros de óleo, dá 450 litros de *biodiesel*. Se, em vez de eu vender o *biodiesel* para a ANP ou para Petrobras, a R\$1,89 ou R\$1,90, eu montar um grupo gerador, devidamente combinado com a Petrobras e com a Eletrobrás, digamos, de meio megawatt em cada associação, vendo energia para a rede brasileira. Por que vender? É mais caro o quilowatt e o megawatt térmicos, mesmo o *biodiesel* é mais caro. Mas, diluído, permite que o *biodiesel* do lavrador possa valer mais do que R\$2,00. Se vou colocar só 2%, posso considerar que esse *biodiesel* valha R\$5,00 o litro. E não pesa nada.

Somando-se, vamos aos números: 600 mil toneladas dão 300 mil toneladas de óleo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI)** – Sr. Presidente, eu queria concluir o meu raciocínio.

Seiscentas mil toneladas de mamona ou 300 mil litros de *biodiesel*. Se eu vendesse só a R\$2,00 o

*biodiesel*, eu teria R\$600 milhões. Mas 600 mil toneladas de feijão a R\$2,00 dão R\$1,2 bilhão. São 150 mil famílias que receberão R\$1,2 bilhão, o que significa R\$650, por mês, em um hectare. E há R\$650 milhões de lucro com o *biodiesel*.

Então, o Governo pode perfeitamente pegar 30% desses R\$600 milhões e colocar mais mil reais na conta do lavrador. Aí a renda mensal vai ser de R\$700,00 por mês em um hectare. Assino embaixo sobre isso, porque temos experiência a respeito.

Portanto, se há 150 mil famílias ganhando R\$700,00 por mês, em quatro anos, haverá 600 mil famílias. Mas, se tudo estiver dando certo, podemos triplicar isso.

O Governo investiu quanto? Oitocentos milhões de reais. Mas, só com o *diesel*, ele já tem R\$350 milhões de renda. Em três anos, ele pagou o investimento que garantiu os 150 mil empregos.

Creio que isso é só para levantar o véu. É possível? É! Cada hectare produz sete toneladas de matéria seca de celulose: o pé da mamona, a casca do feijão, a casca da mamona e a torta. Alguém pergunta: “E onde é que se produz esse *biodiesel*”? Dez usinas, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de 100 toneladas/dia dão 1.000 toneladas/dia. Dez usinas garantem os números aos quais acabei de me referir.

Por isso, vai aqui uma lembrança: Senhor Presidente, em vez de os sem-terra invadirem terras por aí, arme um programa: com 150 mil, em quatro anos, Vossa Excelência emprega 600 mil famílias, ganhando R\$700,00 por mês, em um hectare. Se colocarmos dois hectares, vai para R\$1.400,00. Quem está dizendo isso já testou, já viu e já fez.

Como conselheiro, Presidente Lula, se Vossa Excelência quiser, posso ajudá-lo. Podemos formar um grupo de trabalho.

Em vez de os sem-terra invadirem terras por aí, quebrando tudo, vamos ordenar a vida deles e empregá-los, como brasileiros sérios e honestos que são, que querem trabalhar e que só precisam de alguém para organizar suas vidas, organizá-las da maneira que estou propondo, para que produzam, sejam cidadãos, com conta no banco, com os filhos na escola e com esperança neste grande País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nobre Senador Alberto Silva, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> pelo seu discurso, pelo seu pronunciamento e pelo seu raciocínio. Venho acompanhando os números divulgados por V. Ex<sup>a</sup> e observo que realmente são redondos e perfeitos.

Concedo a palavra ao grande ex-Governador do Paraná, o nobre Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas, muito obrigado; caro Senador Sibá Machado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago um relatório dos repasses efetuados pelo Governo ao MLST durante a gestão do Presidente Lula.

O MLST é um braço do MST, com lideranças hoje detidas em função da violenta invasão à Câmara dos Deputados nesta semana.

Do ano de 2004 até esta data, o Governo repassou mediante a Fundação Nacional do Meio Ambiente, o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a soma exata de R\$5.658.038,70. São convênios celebrados pelo Governo. E destaco duas coincidências incríveis: no dia 9 de julho de 2004, o Presidente Lula recebeu os membros do MLST no Palácio do Planalto, chegou a usar o boné e agitar a bandeira do movimento. Pois bem, logo após, alguns dias depois, no dia 5 de agosto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), empenhou R\$1.122.394,50 e, no dia 25 de agosto, liberou essa quantia. Um Governo que tem enorme dificuldade de aplicar os recursos orçamentários e que libera com morosidade, que emperra na burocracia e na incompetência de gerenciamento financeiro, neste caso é ágil, é veloz, repassa com muita eficiência.

Não foi a única coincidência; a outra se deu quando da invasão do Ministério da Fazenda. No dia 14 de abril de 2005, cerca de 1.400 integrantes do MLST invadiram o prédio do Ministério da Fazenda em Brasília.

Somente seis dias após a invasão, no dia 22 de abril, o Governo Federal liberou R\$1,9 milhão à Anara, associação ligada a esse movimento. A ordem bancária refere-se ao pagamento de convênio celebrado entre o Incra e a Anara “objetivando a capacitação e formação de trabalhadores rurais em projetos de assentamentos do Incra”.

Ora, Sr. Presidente, havia um empenho, antes da invasão, no valor de R\$1,5 milhão; após a invasão, houve um adicional de mais R\$445 mil, pagos no mesmo dia, totalizando R\$1,9 milhão.

Portanto, é inusitado, é surpreendente ver como o Governo se relaciona com lideranças desses movimentos que agridem, que afrontam constantemente a legislação.

Não é dessa forma que se implementa no País um programa de reforma agrária capaz de distribuir a riqueza. Esse é o caminho oposto. Nós nos afastamos do objetivo final de implementar a Reforma Agrária à medida que aceitamos a desordem, a violência e o desrespeito à Lei.

Estou requerendo hoje ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados

com a Anara. É preciso investigar esses convênios. A fiscalização não é feita pelo Governo.

Durante a CPMI da Terra, nós investigamos e constatamos irregularidades. E solicitamos ao Tribunal de Contas da União que realizasse auditoria, e o TCU apontou um desvio de cerca de R\$20 milhões dos R\$42 milhões repassados ao MST, Anca, Concrab e do Iterra – esse instituto é localizado em Veranópolis, no Rio Grande do Sul –, que se constituem em braços operacionais do MST.

Nós constatamos – e o Tribunal de Contas também – fraude nos convênios, desvio de finalidade, aplicação indevida de recursos e, inclusive, como disse ontem, desta tribuna, utilizando-se do mesmo expediente praticado no valerioduto e no mensalão: o saque de somas significativas em dinheiro vivo na boca do caixa, feitos por pessoas denominadas “laranjas”, que buscavam os recursos e os transferiam, já que não os declaravam à Receita Federal. Convocados para depor na CPMI da Terra, informaram que esses recursos eram transferidos a dirigentes daquelas cooperativas. Portanto, é necessário que se faça agora nova auditoria.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Senador Sibá Machado. Estou concluindo.

É necessário, portanto, realizar nova auditoria específica para a Anara, que é o braço do MLST, a exemplo do que foram a Anca, a Concrab, o Iterra e outras cooperativas não investigadas. Essas instituições foram investigadas e houve a constatação do desvio de cerca de mais de R\$20 milhões.

Isso tudo aconteceu em função dessa relação de cumplicidade do Presidente, que partidariou os órgãos públicos, com responsabilidade de implementação do programa de reforma agrária.

Aqueles que ocupam cargos públicos no Governo nesse setor possuem uma relação estreitada com as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, uma vez que muitos deles eram militantes do movimento, a exemplo de Bruno Maranhão, que é membro da Executiva Nacional do PT e liderou a invasão à Câmara dos Deputados, sendo que nada tem a ver com o trabalhador sem terra. Filho de rico usineiro, ele vive com um padrão de vida elevado, confortavelmente, sem problemas financeiros; portanto, está agindo em nome de trabalhadores sem terra, sem autenticidade para representá-los.

O que há é a instrumentalização política, é a transformação de um movimento que teve, na origem, os aplausos da sociedade porque naquela época o

seu objetivo, absolutamente sincero, era o de lutar pela Reforma Agrária. Mais tarde, houve um desvio de finalidade, porque determinadas lideranças, com objetivos políticos, apropriaram-se do movimento, da sua popularidade, do seu bom conceito e, lamentavelmente, destruíram o bom conceito dele e o transformaram em ferramenta política para alcançar objetivos eleitoreiros.

Neste caso, ficou evidente a conotação partidária, pois, conforme as gravações fornecidas à polícia, atacaram o PSDB e o PFL, dizendo que eram os responsáveis pelo retardamento da votação do Orçamento, como se fosse essa a motivação para a invasão do Congresso Nacional.

Dependemos de um Governo competente para a reorganização razoável do sistema fundiário brasileiro, que é peça essencial num projeto de desenvolvimento econômico. E, como estamos no período eleitoral, será muito bom que os candidatos à Presidência da República assumam compromissos com clareza de restabelecer a autoridade e de impor o rigoroso cumprimento da legislação vigente no País, impedindo que a anarquia se instale e se institucionalize no campo, comprometendo o progresso econômico que tem sido alavancado, de forma especial, pelo agronegócio no nosso País. Trata-se do futuro do Brasil, e nós temos de ter visão estratégica de futuro a qualquer momento. Mas, especialmente no ano eleitoral, aqueles que postulam presidir o País devem demonstrar possuir essa estratégia de futuro para merecer a confiança da população.

Enfim, vou encaminhar à Mesa, no dia de hoje, Sr. Presidente, este requerimento propondo auditoria do Tribunal de Contas da União, relativamente aos convênios, que chegam a R\$5.658.000,00, celebrados pelo Governo Federal com esta associação chamada Anara, que é ligada ao MLST.

Obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sibá Machado.*

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A Mesa atenderá V. Ex<sup>a</sup>, na forma do Regimento.

Com a palavra o nobre Senador Aelton Freitas, de Minas Gerais.

**O SR. AELTON FREITAS** (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr. Senador Alvaro Dias, quero parabenizá-los pela medalha e pela comenda recebidas na



manhã de hoje pela Marinha do Brasil, onde estavam os nobres Senadores Sibá Machado, Alvaro Dias, José Jorge, Sérgio Zambiasi e, com muita satisfação, tive oportunidade também de compor este grupo.

Venho a esta tribuna na manhã de hoje, Sr. Presidente, para manifestar a minha satisfação em comemorar a saída do papel de ações fundamentais para o reaquecimento da exploração turística no Circuito das Águas, um dos mais belos cartões postais de Minas Gerais, Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, que, nas duas últimas décadas, havia perdido a condição cativa de região turística entre os destinos turísticos mais procurados do nosso País e dos quais sempre fez parte.

Os Municípios que integram o Circuito das Águas, encabeçados por São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira possuem nas suas águas propriedades medicinais um verdadeiro tesouro, carente há muitos anos de exploração adequada e consciente para geração de emprego e renda na região. Identificamos essa demanda por meio de autoridades locais e, por isso mesmo, abracei a defesa dessa causa junto aos órgãos do Poder Público Estadual. De tal maneira que só posso aplaudir a decisão da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig) em investir um total de R\$5,6 milhões para a recuperação dos parques das águas de Cambuquira, Lambari e Caxambu.

Conforme demonstrou reportagem publicada pelo Jornal **O Tempo**, da nossa Capital, Belo Horizonte, no último domingo, o compromisso da Codemig está devolvendo a esperança às populações e lideranças locais de que o turismo novamente se transformará em uma fonte considerável de divisas para cada Município aqui descrito.

Segundo a direção da Codemig, no parque de Caxambu novos funcionários estão sendo contratados, em Lambari já se iniciou o processo de licitação e, em breve, serão iniciadas obras em Cambuquira e na cidade da minha região, a nossa querida Araxá. Ou seja, a perspectiva de efetiva recuperação é muito boa e o Circuito das Águas merece ter desenvolvido o **status** de grande atração turística não só de Minas, mas nacional, o que, aliás, nunca deveria ter perdido.

As lideranças municipais, as entidades envolvidas no projeto, devem ter em mente que os erros do passado, às vezes por falta de divulgação ou de incentivo turístico, não podem se repetir, pois potencial e atrativos naturais não faltam, de maneira nenhuma, àquela região, não faltam a todo o Circuito das Águas. Todos devemos nos unir para o sucesso da empreitada.

É evidente que os recursos anunciados pela Codemig (Companhia de Desenvolvimento Econômico

de Minas Gerais) só serão devidamente potencializados caso a destinação esteja acompanhada de outras ações, como, por exemplo, a melhoria das estradas de acesso àquela região que possui muitos trechos em estado muito crítico.

Justamente para solucionar essa questão, tenho defendido, junto ao Ministério do nosso Partido, junto ao Ministro dos Transportes, junto ao DNIT, desde o ano passado, a realização de obras emergenciais em BRs que passam pelo sul de Minas. Mediante as nossas indicações, por exemplo, a BR-460, no trecho entre Lambari e São Lourenço, e a BR-267, no trecho entre Caxambu e Juiz de Fora, foram incluídas no programa emergencial de recuperação das rodovias lançadas pelo Governo. De tal forma, Sr. Presidente, que continuamos vigilantes e empenhados para que essas intervenções sejam concluídas com o melhor êxito e no menor curto espaço de tempo.

Tenho também buscado viabilizar recursos para o balizamento noturno dos aeroportos de Caxambu e São Lourenço – os dois principais daquela região –, o que, somado à recuperação das estradas, poderá melhorar bastante as condições de acesso e locomoção de passageiros, com vistas a reaquecer o turismo regional e fazer com que esta atividade reassuma papel fundamental no fortalecimento da economia dos Municípios.

Outra notícia importante para o Circuito das Águas, que também apoiamos, é a disposição da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) em assumir o processo de exploração comercial das águas minerais de Caxambu, Lambari, Cambuquira e, também de Araxá – uma das águas mais gostosas e mais leves de se tomar, que tem a sua produção na minha região do Triângulo Mineiro –, suspenso após a empresa Superágua ter pedido a concessão em junho de 2005. Na época, cerca de 180 pessoas perderam seus postos de trabalho, mas a expectativa agora é de que sejam recontratadas.

Pelos planos da Copasa, somente em Caxambu – primeira unidade de exploração a ser reativada – 130 novos empregos devem ser gerados e o Município receberá ainda mais de R\$ 300 mil por ano de *royalties*.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores em qualquer Estado do nosso País existem brasileiros que já foram beneficiados pelo *poderoso* poder de cura das águas do sul de Minas Gerais. As águas minerais envasadas na região são sinônimo de qualidade e têm mercado em todo o território nacional e em boa parte do mundo.

Nós, mineiros, temos certeza de que, com a revitalização da estrutura turística naquela região e

o aumento da divulgação em todas as propagandas que lhe cabem, o Circuito das Águas poderá voltar a receber com encanto e conforto os visitantes de todo o Brasil e de boa parte do exterior em busca de curas ou de aconchegantes descansos.

Sr. Presidente, ainda este ano tive oportunidade de me reunir com vereadores, prefeitos, lideranças de todas as cidades desta região tão privilegiada de Minas Gerais e estou convencido de que com parlamentares, com prefeitos, com lideranças, com o Governo do nosso Estado trabalhando juntos, será possível devolver ao querido Circuito das Águas o seu charme tradicional. E, mais importante, acompanhado de outros benefícios econômicos e sociais para a população.

Quero aqui, ainda em tempo, Senador Sibá, voltar a comentar sobre a comenda que V. Ex<sup>a</sup>, juntamente com outros Senadores e a nossa pessoa, recebemos na manhã de hoje e o quanto é importante ter o reconhecimento do nosso trabalho. Quero parabenizá-lo pelo que vem desenvolvendo nesta Casa e dizer que, sempre que estiver ao nosso alcance, conte com este Senador, com este companheiro, com este parceiro.

Nesta tarde de sexta-feira, quero agradecer aos meus dois companheiros de viagem, os meus conterrâneos que se fazem presentes, o meu amigo Pabelo, o meu amigo Ricardo, e desejar a todos os brasileiros um bom final de semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Aelton Freitas, agradeço as palavras elogiosas de V. Ex<sup>a</sup> e também aproveito para dizer da admiração que tenho por V. Ex<sup>a</sup>.

Peço que assuma a Presidência para que eu possa fazer o meu pronunciamento.

*O Sr. Sibá Machado, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, Suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Aelton Freitas, a homenagem de hoje, estendida a V. Ex<sup>a</sup>, ao Senador José Jorge, ao Senador Alvaro Dias, a mim e – é claro – a todas as autoridades e personalidades que estavam naquele momento sendo condecoradas, é símbolo do apreço que os senhores têm aqui com o Estado brasileiro. Não foi apenas a instituição Marinha do Brasil ou apenas as pessoas que receberam a comenda, mas a responsabilidade que nós temos com a nossa Nação, com o nosso País.

Sei dos esforços que a Marinha tem empreendido não só na defesa nacional, mas também na pesquisa, como é o caso da Antártida, onde, com esforço, apesar de todas as dificuldades, a Marinha tem mantido sua presença firme. Pelo tratado internacional, os países que poderão ter acesso à Antártida são apenas aqueles que mantiverem lá campos de pesquisa. Aliás, fui convidado para visitar as instalações várias vezes, mas nunca tive oportunidade. Espero poder, no final deste ano, se tiver condição, acompanhar essa missão e satisfazer a minha curiosidade, o que será, para mim, um prêmio de vida. Um prêmio de vida, porque estudei, na Geografia, os oceanos, os continentes, principalmente aquela região inóspita e desabitada, e é saciar uma curiosidade tamanha poder ir até o que significa um campo de estudo para mim. Espero contribuir com a Universidade Federal do Acre em uma viagem dessa natureza.

Mas, Sr. Presidente, como hoje, dia 09 de junho, é a abertura da 17<sup>a</sup> Copa Mundial de Futebol, eu gostaria, antes de tudo, de fazer um breve raciocínio sobre o que considero o mais fantástico e maior espetáculo na Terra. Penso que já supera as Olimpíadas, criadas há muitos anos na Grécia Antiga, momento em que os povos reuniam-se para brindar entre si por meio do esporte.

Sr. Presidente, o futebol brasileiro tem gerado verdadeiros líderes mundiais. Foram muitos, como Leônidas, na década de 30, nas primeiras Copas do Mundo. Tivemos várias outras personalidades, como Zagalo, Amarildo, Didi, Vavá, nas Copas de 58 e 62. Pelé, que foi a revelação, disputando três copas mundiais, sendo tricampeão. Depois, Zico e tantos outros.

A juventude brasileira de classe média alta e a de classe alta não vão para os esportes, Sr. Presidente. São crianças que, desde cedo, são levadas à escola, às melhores faculdades, sendo treinadas e preparadas para suceder os pais na direção de empresas e de grandes negócios. Quanto a filhos e filhas das classes mais pobres, estas, por não encontrarem condições de estudar em boas escolas, têm seguido o caminho natural de seus ídolos, que é o futebol.

O Brasil, nas décadas de 60 e 70, quando pude acompanhar melhor o futebol brasileiro, tinha uma das mais belas técnicas de jogo do mundo. Era chamado futebol arte, e gerou um impacto para quem, hoje, admira o futebol. São essas pessoas que saem de nosso País para abrilhantar o futebol, principalmente, europeu. Esses jovens mais pobres, Sr. Presidente, formam-se nas escolas das ruas em primeiro lugar, depois são descobertos pelos cartolas do futebol e passam a figurar em grandes clubes, mas, se analisarmos bem, considero injusta a premiação pelo esforço de cada um

desses jovens, quando chegam a ter um faturamento de US\$500 milhões ao longo de suas carreiras.

Os salários exorbitantes têm feito com que o futebol seja um dos investimentos que considero injusto; injusto com todas as outras carreiras. Não sei se um cantor, músico ou ator teria, ao longo de sua carreira, condições para chegar a esse porte financeiro.

Tem havido um prejuízo muito grande, no meu entendimento, para o futebol brasileiro, porque se tornou um celeiro de exportação desses jovens. O futebol brasileiro está em bancarrota, Sr. Presidente, do ponto de vista do equilíbrio financeiro dos grandes clubes, sem falar dos pequenos clubes, situação que considero até vexatória.

Aprendi a admirar o futebol carioca desde criança. Ainda em Teresina, eu morava próximo da sede social do Flamengo do Piauí e aprendi a ser flamenguista. Depois, vi a nacionalização do futebol pela televisão.

Apenas os clubes pertencentes ao Clube dos Treze – Rio, São Paulo, um pouco do Rio Grande do Sul e Minas Gerais – dominam a característica do futebol nacional. Em raras exceções, há torcedores locais. Há um pouco em Minas Gerais porque o mineiro torce pelos seus clubes Atlético, Cruzeiro e América de Minas Gerais. Os gaúchos também não arredam o pé, torcendo pelo Grêmio, Internacional e Juventude. São Paulo e Rio de Janeiro centram a liderança do futebol brasileiro.

Quando se sai desse eixo, encontramos verdadeiros oásis: um pouco em Goiás, um pouco no Pará. Os paraenses são muito ligados ao seu próprio futebol, torcendo para o Clube do Remo e o Paysandu. É um Estado que foge a todas as regras, tendo maior presença de público em todas as etapas do futebol local ou quando disputa o nacional.

Estou muito preocupado com isso. Toda criança pobre passa a ter agora um ideal de vida nas esquinas das ruas das grandes ou pequenas cidades. Sonham em, um dia, ser um Ronaldo, um Ronaldinho Gaúcho, um Pelé, um Zico. Não é nem para jogar futebol, Sr. Presidente, é apenas pensando no faturamento.

Soube que Ronaldinho Gaúcho foi descoberto pelo dono da siderúrgica Gerdau, que investiu R\$400 mil ao longo da preparação da carreira do jogador e, depois de quatro anos, vendeu o passe dele por R\$6 milhões. Foi um dos maiores investimentos da Gerdau proporcionalmente, num curto espaço de tempo.

Ronaldo é um líder mundial – é claro que honra a todos nós. Na Seleção Brasileira, dos 23 escolhidos, somente 2 jogam em clubes brasileiros; os outros 21 jogam no exterior. Acho que está na hora de chamarmos a atenção para esse fato.

O que marca o futebol brasileiro é o descompromisso com a organização dos clubes e do futebol como um todo. Estou muito triste com aquilo a que assistimos hoje no Rio de Janeiro. É deprimente a situação do futebol carioca. Tudo virou empresa. O aspecto empresarial é violento. Como um jogador pode suar a camisa, chorar pela bandeira de um clube este ano, e, no ano que vem, estar em outro clube, às vezes, no principal adversário daquele anterior? Como pode vender uma imagem de amor? Isso não existe. Não posso acreditar que isso seja verdadeiro. Essas preocupações têm chamado a minha atenção.

Voltando a falar da Seleção Brasileira, quero dizer que, se ganharmos o hexacampeonato este ano, tenho até medo do desequilíbrio e da perda do interesse pelo futebol, porque todas as seleções mundiais ficarão numa situação em que é praticamente impossível equipararem-se ao Brasil. Se o Brasil se tornar hexacampeão, as duas seleções mais próximas do Brasil serão a Itália e a Alemanha, que são tricampeões. Só que, na melhor das hipóteses, isso só poderá ocorrer em 2016, ou seja, mais três Copas do Mundo para tentarem empatar com o Brasil. O hexacampeonato, no meu entendimento, criaria um certo desinteresse pelo futebol – é um desequilíbrio das coisas.

Por outro lado, o brilhantismo do nosso futebol vai salientar a marca do verde-amarelo. Aonde forem os turistas brasileiros, as pessoas viajando ou em visita a outros países, por força disso tudo, vão ser muito bem recebidas. Eu viajo muito pouco, Sr. Presidente, mas há pouco tempo estive no Chile. Apesar de não saber jogar capoeira, vesti uma calça de capoeirista branca tendo o verde-amarelo dos lados. Andando pelas ruas de Santiago, era abordado por pessoas que diziam “Brasil, Brasil, Brasil”; elas queriam puxar assunto, conversar. É muito forte o nosso verde-amarelo lá fora.

Eu desejo o maior sucesso à nossa seleção. Não estou nem um pouco preocupado se os dois tricampeões um dia vão alcançar o Brasil, se nos próximos dez, doze, vinte anos vão empatar com o nosso País. O importante é marcar, carimbar, mais uma vez, o selo do futebol e, é claro, através do futebol, alçar a bandeira da respeitabilidade do Brasil mundo afora.

Sr. Presidente, gostaria ainda de, rapidamente, falar sobre algumas ações do nosso Governo, do Governo do Presidente Lula.

Tenho aqui dados do Ministério dos Transportes relativos às ferrovias. Quando a agricultura nacional atingiu a meta dos 120 milhões de toneladas de grãos, fiquei muito preocupado, porque o transporte de cargas no Brasil se resume praticamente ao chamado transporte de pneu, de caminhão. Não são levados em considera-

ção os rios, não se leva em consideração a cabotagem e não se leva em consideração a ferrovia.

Agora, o Governo Lula investe pesadamente no setor ferroviário, e isso pode ser mostrado com os números que rapidamente apresentarei.

Vejam o caso da Ferrovia Norte-Sul, iniciada no Governo de José Sarney: construção de 1.550 Km interligando e integrando as Regiões Centro-Oeste, Norte e Sudeste do Brasil. Isso significará ligar, de imediato, as cidades de Belém, São Luís, Palmas, Goiânia e Brasília. Os cerca de dois milhões de quilômetros quadrados de terras produtivas contam agora com uma capacidade de transporte à altura das necessidades das exportações brasileiras.

Há também investimentos na Ferrovia Norte Brasil, que é a Ferronorte, na Ferrovia Bandeirantes, a Ferroban, e na Ferrovia Novoeste, investimentos da ordem de 1,2 bilhão de reais com a participação do BNDES.

Temos a Ferrovia Transnordestina – o Presidente recentemente lançou a pedra fundamental da expansão dessa ferrovia. Essa ferrovia vai ter uma extensão, Sr. Presidente, de 1.800 Km e vai interligar os Estados do Piauí, do Ceará e de Pernambuco. Os investimentos são da ordem de 4,5 bilhões de reais.

Assim sendo, no meu entendimento, haverá um barateamento do custo final das cargas, o que significará maior competitividade para os preços da agricultura brasileira no mercado internacional.

Sr. Presidente, pediria mais um pouco de sua paciência para que eu possa apresentar alguns dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem buscado fazer pesquisas sobre o impacto do Bolsa-Família e dos programas sociais do Governo junto a seus verdadeiros interessados.

1. Dados da pesquisa sobre segurança alimentar dos beneficiários do Bolsa-Família, que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) divulgou nesta terça-feira (06/06), em Brasília, demonstrou informações importantes para os trabalhos voltados para o combate à pobreza e à fome no Brasil.

2. O levantamento, feito para avaliar o impacto do Bolsa-Família, foi encomendado pelo MDS ao Núcleo de Pesquisas e Informações da Universidade Federal Fluminense (DataUFF) e os dados foram analisados por especialistas em nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Entre 1º e 18 de março deste ano, a pesquisa colheu informações junto a três mil responsáveis por famílias beneficiárias do programa de transferência de renda em todas as

regiões. Os entrevistados estão inscritos no programa há 12 meses ou mais.

3. Uma das informações identificadas pela pesquisa é o percentual do consumo de leite, que chega a 70% dos lares com crianças atendidas pelo Bolsa-Família. É um índice superior às residências sem o público infantil, onde a utilização desse produto atinge, no máximo, 48%. Nas moradias que têm crianças, as pessoas comem mais frutas e biscoitos desde que a família passou a receber os recursos do programa de transferência de renda do Governo Federal.

4. Independente do valor do benefício recebido, quando a família tem crianças, o consumo de leite é maior (entre 65% e 70%) em comparação ao consumo naqueles domicílios onde elas não estão presentes (entre 38% e 48%). Em relação ao público infantil, a pesquisa registra ainda que 94,2% das crianças fazem três ou mais refeições por dia. Entre as beneficiadas pelo Bolsa-Família, 84% têm pelo menos uma refeição na escola.

5. A principal notícia dessa pesquisa é que as famílias estão comendo mais, comendo melhor e, sobretudo, que as crianças são as mais beneficiadas. Acrescenta-se que o levantamento indica que as famílias estão utilizando com sabedoria os recursos. Quando as famílias têm oportunidade de ter um aumento de renda, elas alocam principalmente nos alimentos, e os beneficiados são principalmente as crianças. Estes são dados do Bolsa-Família que demonstram que o programa está cumprindo seu objetivo, que é aliviar a pobreza de maneira imediata.

6. A melhoria na qualidade da alimentação e o aumento na quantidade de produtos consumidos pelos beneficiários do programa são outras constatações do levantamento. Dos entrevistados, 85,6% afirmaram que a qualidade das refeições melhorou ou ficou muito melhor. Na avaliação de 59,2%, há mais alimentos para o consumo diário. Pelas informações colhidas na pesquisa, 85% dos jovens e adultos fazem pelo menos três refeições diárias.

7. Na visão das famílias ouvidas pela pesquisa, a variedade dos alimentos consumidos também melhorou muito após o recebimento do recurso do Bolsa-Família. Esta mudança foi mencionada por 73,3% dos entrevistados. Eles consideraram que os principais alimentos que faltavam para melhorar a qualidade

da alimentação eram as frutas (26,4%) e as carnes (26,2%), seguidos de legumes e verduras (16,3%).

8. Para o MDS, o valor único do Bolsa-Família para todo o Brasil tem feito bastante diferença nas regiões mais pobres, não só para a família, mas para a comunidade, pois tem propiciado o desenvolvimento local. Algumas pesquisas mostram, por exemplo, que o varejo na Região Nordeste cresceu mais do que no restante do País e creditam isso ao Bolsa-Família.

9. O Bolsa-Família está presente em 9,2 milhões de lares pobres, com benefício de R\$64,00 em média. A meta do programa é elevar o número de beneficiários, ainda este não, para 11,1 milhões de famílias, ou seja, todas com renda mensal de até R\$120,00 por pessoa. O orçamento do Bolsa-Família para 2006 é de R\$8,3 bilhões.

10. A pesquisa realizada pelo DataUFF, segundo Rômulo Paes, faz parte de um painel de acompanhamento do Bolsa-Família que visa atualizar as informações. “Queremos sempre fazer alocação de recursos de forma inteligente. Não basta aumentar o investimento, mas que ele seja de ótima qualidade”, afirma o secretário.

Os principais resultados dessa pesquisa:

– A maioria das crianças brasileiras (94,2%) realiza três ou mais refeições ao dia, sendo café da manhã, almoço e jantar as refeições mais citadas.

– Entre as crianças beneficiárias do Programa Bolsa-Família, 84% delas fazem pelo menos uma refeição na escola.

– Oitenta e cinco por cento dos jovens e adultos têm acesso a três ou mais refeições por dia.

– Independentemente do valor do benefício recebido, quando a família tem crianças, o consumo de leite é maior quando comparado com o consumo daquelas que não têm crianças.

– Identificou-se que, para 85,6% das famílias integrantes do Bolsa-Família, a qualidade da alimentação melhorou muito depois que começaram a receber o recurso financeiro do Programa.

– A percepção de que a quantidade de alimentos consumidos aumentou foi afirmada por mais de 59% das pessoas entrevistadas.

– Considerando a diversidade dos alimentos, na avaliação das famílias entrevistadas, a variedade melhorou muito para 73% delas.

– As famílias beneficiárias consideraram que os principais alimentos que faltavam para melhorar a qualidade da dieta eram as frutas e as carnes, seguidos dos legumes e verduras.

Portanto, Sr. Presidente, isso mostra que o Governo brasileiro está no caminho certo, quando levanta a bandeira de que a questão da fome tem de ser encarada de frente, com responsabilidade. E isso, hoje, passa a ser um programa observado por países tanto mais pobres quanto mais ricos que nosso País.

Muito obrigado pela tolerância para com a minha pessoa. Agradeço aqui ao nosso guerreiro, incansável orientador e guru desta Casa, companheiro Raimundo Carreiro, que é um cérebro inteligente, emprestado pelo Estado do Maranhão para ajudar nos trabalhos desta Casa, e a todos os funcionários.

Bom futebol, boa Copa do Mundo e que o Brasil seja hexacampeão!

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2006**

**Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso II do art. 44 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. ....

II – promover, com exclusividade, a representação, a defesa e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados o inciso IV e o § 1º do art. 8º, o inciso VI do art. 58 e o art. 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

### Justificação

A advocacia é a única profissão para cujo exercício a respectiva entidade de classe – a saber, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – exige aprovação em exame de proficiência.

A despeito de o aspirante à carreira haver sido diplomado, necessariamente, em instituição de ensino superior oficialmente autorizada e credenciada pelo Ministério da Educação (Lei nº 8.906, de 1994, art. 8º, II), a qual o submete, com frequência, durante pelo menos cinco longos anos de estudos acadêmicos, a avaliações periódicas, ele é compelido a submeter-se a essa espécie de certame, que, decerto, não tem o condão de avaliar, de modo adequado, a capacidade técnica de quem quer que seja.

A um simples exame não se pode atribuir a propriedade de avaliar devidamente o candidato, fazendo-o, dessa forma, equivaler a um sem-número de exames aplicados durante todos os anos de curso de graduação, até porque, por se tratar de avaliação única, de caráter eliminatório, sujeita o candidato a situação de estresse e, não raro, a problemas temporários de saúde.

Se, por outro lado, tentar-se argüir que a intenção do assim chamado Exame de Ordem seria avaliar o desempenho das instituições de ensino, não nos parece razoável que o ônus recaia sobre o aspirante a advogado, ainda mais porque o Ministério da Educação já se responsabiliza pela aplicação do Exame Nacional de Cursos (Provão), com esse exato objetivo.

Pelas razões expendidas, cremos poder contar com amplo apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei, com o que estaremos todos promovendo uma alteração judiciosa e pertinente na carreira advocatícia, a que tantos bacharéis em direito graduados no País têm aspirado.

Sala das Sessões, 9 de junho de 2006. – Senador **Gilvan Borges**.

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

#### Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### CAPÍTULO III Da Inscrição

Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário:

IV – aprovação em Exame de Ordem;

.....  
§ 1º O Exame da Ordem é regulamentado em provimento do Conselho Federal da OAB.

.....  
Art. 58. Compete privativamente ao Conselho Seccional:

.....  
VI – realizar o Exame de Ordem;

.....  
Art. 84. O estagiário, inscrito no respectivo quadro, fica dispensado do Exame de Ordem, desde que comprove, em até dois anos da promulgação desta lei, o exercício e resultado do estágio profissional ou a conclusão, com aproveitamento, do estágio de Prática Forense e Organização Judiciária, realizado junto à respectiva faculdade, na forma da legislação em vigor.

.....  
Brasília, 4 de julho de 1994; 173º da Independência e 106º da República. – **ITAMAR FRANCO – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 661, DE 2006

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara, cujos valores totais sejam superiores a R\$1 milhão.

#### Justificação

Segundo levantamento realizado no Siafi, o Governo Federal, na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, repassou mais de R\$5,5 milhões para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara, entidade criada pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra-MLST para receber recursos públicos.

Grande parte desse recebimento, R\$3 milhões, ocorreu justamente após as invasões do movimento ao Ministério da Fazenda e da reunião de integrantes do MLST com Lula com Palácio do Planalto.

No dia 14 de abril de 2005, um grupo de cerca de 1400 integrantes do MLST invadiu o prédio do Ministério da Fazenda em Brasília. Somente seis dias após a invasão, no dia 22 de abril, o Governo Federal liberou cerca de R\$1,9 milhão à Anara, associação ligada ao movimento.

A ordem bancária refere-se ao pagamento de convênio celebrado entre o Incra e a Anara “objetivando a capacitação e formação de trabalhadores rurais em projetos de assentamentos do Incra”.

Ressalta-se que já havia um empenho datado do dia 24 de março no valor de cerca de R\$1,5 milhão. No entanto, a invasão ao prédio da Fazenda surtiu tanto efeito que no dia 20 de abril além de ter sido emitida a ordem de pagamento dos R\$1,5 milhão, ainda foram empenhados mais R\$445 mil, pagos no mesmo dia, de modo a totalizar os cerca de R\$1,9 milhão recebidos pela associação.

Já no dia 9 de julho de 2004, o presidente Lula recebeu os membros do MLST no Palácio do Planalto. Chegou a usar boné e agitar a bandeira do movimento.

Por sua vez, no dia 5 de agosto de 2004, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Incra empenhou R\$1.122.394,50. No dia 25 de agosto de 2004, foi emitida ordem bancária para pagamento da Anara no valor total do empenho (R\$1.122.394,50).

Cabe destacar que, dos cerca de R\$5,5 milhões repassados à Anara, mais de R\$3 milhões são destinados a convênios com objeto amplo e duvidoso. Segundo o Siafi, o objetivo desses convênios seria a reestruturação sócio, cultural e econômica de assentamentos beneficiados.

Somente o assentamento “Paulo Faria”, localizado em Uberlândia e de onde veio grande parte dos integrantes do MLST que invadiram o Congresso Nacional, foi contemplado com cerca de R\$2,2 milhões destinados à Reestruturação Econômica, Sócio e Cultural do Assentamento “Paulo Faria”, no período de janeiro de 2005 a junho de 2006.

A CPI “da Terra” já havia detectado inúmeras fraudes em convênios firmados pelo Governo Federal com entidades ligadas ao Movimento dos Sem-Terra-MST. Essas irregularidades foram confirmadas pelo TCU, que identificou desvios de recursos públicos da ordem de R\$20 milhões em auditorias realizadas em convênios firmados com três entidades ligadas ao MST, Anca, Concrab e Iterra.

Diante do exposto, torna-se de fundamental importância solicitar ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados pelo Governo Federal com a Anara, especialmente naqueles de valores superiores a R\$1 milhão, bem como naqueles cujo

objeto não é bem definido, caso das reestruturações econômica, cultural e social dos assentamentos.

Diante do exposto, solicito a aprovação do presente requerimento.

Sala da Sessão, 9 de junho de 2006. – Senador **Alvaro Dias**.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Quero agradecer ao nobre orador, em nome da Secretaria-Geral da Mesa, e desejar a todos os telespectadores da TV Senado um bom fim de semana.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, João Tenório, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan, e a Sr<sup>a</sup> Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 28 de maio de 2006, intitulado “Falta horizonte”.

O editorial trata do desempenho do governo Lula e destaca que a ampliação de capacidade na geração de eletricidade não decola, as taxas de juros são mantidas em patamares absurdos e a volatilidade do câmbio reduz a previsibilidade da economia. Segundo o editorial, “a economia brasileira pouco aproveitou a conjuntura internacional mais benigna em décadas”.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro do artigo intitulado “O futuro de Lula”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 30 de Maio de 2006.

Segundo o artigo, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, mostra o “fim melancólico para ex-metalúrgico e líder sindical. A cada dia, é obrigado a engolir tudo o que pensou e disse no passado”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que as referidas matérias passem a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matérias referidas:

“Falta horizonte”; **Folha de S. Paulo**.

“O futuro de Lula”; **Folha de S. Paulo**.

# Falta horizonte

**C**RESCE A LISTA de empresas estrangeiras que anunciam reduções de investimentos no país. O destaque é a venda da distribuidora de energia Light, que atende à região metropolitana do Rio e era controlada pela EDF francesa, para um consórcio de capital nacional.

Se é verdade que o Brasil reduziu seu grau de vulnerabilidade externa mediante o aumento do superávit comercial e a redução da dívida pública, o país ainda não equacionou seu problema de falta de dinamismo.

As taxas de juros são mantidas em patamares absurdos, que inibem o consumo e o investimento. O renitente superávit fiscal, sustentado na elevação da carga tributária a nível intolerável e preservando de corte os gastos correntes, limita a capacidade de investimento público em infraestrutura e sufoca o setor privado. Os portos, as rodovias e as

ferrovias seguem a se deteriorar.

A ampliação de capacidade na geração de eletricidade não decola. O mecanismo concebido para financiar a infra-estrutura, as Parcerias Público-Privadas, não deslança. Os instrumentos de regulação estão paralisados nos segmentos de saneamento, gás e energia elétrica. A volatilidade do câmbio reduz a previsibilidade, afastando investidores.

O país precisa rediscutir seu modelo macroeconômico. Insistindo em rotas equivocadas, como em taxas de juros totalmente fora do esquadro mundial, a economia brasileira pouco aproveitou a conjuntura internacional mais benigna em décadas. Resta torcer para que esse ciclo externo favorável ainda perdure por alguns anos e que da campanha presidencial surjam idéias e quadros capazes de superar a maldição do crescimento baixo.



**CARLOS HEITOR CONY**

## O futuro de Lula

**RIO DE JANEIRO** - Apesar do naufrágio do Partido dos Trabalhadores, Lula dispara nas pesquisas e, à falta de concorrentes categorizados eleitoralmente, é quase certa a sua reeleição.

O problema agora é saber com quem ele governará. Normalmente, seria com o seu partido de origem e seus naturais aliados. Mas o PT está de tal forma bichado que ele terá de apelar para uma estrutura partidária que, entre mortos e feridos, é ainda a maior do país: o PMDB.

Nada contra o partido, versão fisiológica do combativo MDB dos tempos da ditadura militar. Um PMDB que se recusa a ter candidato próprio para melhor se arrumar no tabuleiro nacional, lembrando aquela frase de Pinheiro Machado, que desdenhava a Presidência da República, preferindo continuar soba dos gaúchos por quase 30 anos e dizendo: “Na política, o prato principal do banquete é na província. Cargo federal é sobremesa e ca-

fezinho”. Foi assim que despachou Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda no governo de Washington Luiz. Guardou para si o poder estadual e livrou-se do rival, mandando-o para esfera aparentemente superior.

Daí que o futuro governo Lula não terá outra solução senão se aliar em unha e carne com o partido que detém o maior número de colégios eleitorais. Do ponto de vista da votação, será uma goleada: preferência compacta na figura física de Lula e na figura jurídica do maior partido nacional.

Na parte administrativa, será a negação de tudo o que Lula representou até a sua eleição, em 2002. Diz ele que seu lema será o mesmo: “Paz e amor”. Com o indispensável adendo: “e todas as vantagens a que teremos a direito”.

Fim melancólico para o ex-metálgico e líder sindical. A cada dia, é obrigado a engolir tudo o que pensou e disse no passado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 2 de Junho de 2006.

Segundo a matéria, relatório do Tribunal de Contas da União sobre as contas de 2005 do atual governo petista apresenta críticas ao aumento da carga de impostos sem contrapartida nos serviços públicos, à redução de gastos em segurança pública e ao não cumprimento do limite mínimo de investimento no combate ao analfabetismo.

Sr. Presidente, para concluir, requiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

“TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança”; **Folha de S.Paulo**.

# TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança

Relatório com 30 ressalvas diz que governo investiu R\$ 34 mi a menos com analfabetos

MARTA SALOMON  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com críticas ao aumento da carga de impostos sem contrapartida nos serviços públicos, à redução de gastos em segurança pública e ao não cumprimento do limite mínimo de investimento no combate ao analfabetismo, o TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou ontem por unanimidade as contas de 2005 do governo.

A primeira das 30 ressalvas feitas pelo relator das contas da gestão petista, ministro Valmir Campelo, nota que o governo deixou de cumprir o percentual mínimo de gastos com a erradicação do analfabetismo e o ensino fundamental.

No ano passado, foram aplicados nessa área R\$ 3,1 bilhões dos impostos. Ficaram faltando R\$ 34,4 milhões, calcula o TCU.

Entre as recomendações, o relator sugere mudanças num dos principais instrumentos de que o governo dispõe — desde o início do Plano Real — para equilibrar as contas públicas.

A revisão da DRU (que libera 20% dos tributos de aplicações impostas pela Constituição) “propiciaria melhorias substanciais na qualidade dos serviços de saúde, assim como maiores benefícios previdenciários e assistenciais para a população”.

O texto destaca que o governo lançou mão de despesas do Bolsa-Família para atingir o percentual mínimo de impostos que a Constituição manda gastar na área de saúde. O Ministério da Saúde pagou parcela de R\$ 2 bilhões do programa de transferência de renda.

## Questionável

O “desvio”, revelado pela Folha em março de 2005, é considerado “questionável”, mas não consta da lista de ressalvas.

O relatório também critica o desempenho do governo em segurança pública. Diz que a fatia dos impostos aplicada na área em 2005 (0,27% do total) foi menor que em 2004. Por isso, ficou no papel parte dos programas de policiamento, defesa civil, informação e inteligência.

O relatório do TCU segue agora para o Congresso, a quem cabe aprovar ou rejeitar formalmente as contas. Ainda estão pendentes de votação os relatórios referentes ao último ano de mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e aos dois primeiros anos do governo Lula.

A aprovação das contas não

## Governo diz que gastos cresceram

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em reação às críticas do TCU, o Ministério da Educação informou que vem aplicando volumes crescentes de recursos na educação básica e que tem uma metodologia diferente para calcular o limite mínimo de gastos.

Para o Ministério do Planejamento, o pagamento de parte da conta do Bolsa-Família pelo Ministério da Saúde se justifica porque as contrapartidas exigidas da população beneficiada nessa fatia do programa são o acompanhamento médico de gestantes e a frequência dos menores de seis anos aos postos de saúde.

A alternativa à manobra, segundo o Planejamento, seria suspender o pagamento de parte dos benefícios do Bolsa-Família.

O ministro Paulo Bernardo não se manifestou em relação às críticas à DRU, mecanismo que libera 20% dos tributos arrecadados de despesas obrigatórias impostas pela Constituição.

vale por um atestado de probidade do governo. No futuro, o TCU poderá detectar desvios referentes a 2005 e condenar gestores, insiste Campelo.

Ao longo do relatório aprovado ontem, o ministro-relator reclama da dificuldade de analisar as contas. Classifica de “preocupante” o fato de ONGs, municípios e Estados continuarem recebendo verbas federais sem prestar contas.

De um total de R\$ 9,7 bilhões de convênios vencidos em 2004, R\$ 5,9 bilhões (61%) ainda não haviam sido objeto de prestação de contas. “Os demonstrativos contábeis da União não têm sido suficientemente claros e transparentes”, diz o relatório, que também chama a atenção para um volume de contas pendentes de pagamento, que ultrapassam R\$ 57 bilhões.

## AS CRÍTICAS DO TCU

### >> EDUCAÇÃO

R\$ 34,4 milhões deixaram de ser aplicados na erradicação do analfabetismo e no ensino fundamental

### >> SEGURANÇA

União investiu menos que em 2004; os programas consumiram 57% dos gastos autorizados por lei

### >> SAÚDE

O governo se valeu de uma parte das despesas do Bolsa-Família (R\$ 1,6 bi) para cumprir o limite mínimo de gastos com saúde

### >> RECEITAS

O relatório pede revisão da Desvinculação das Receitas da União, que reduz recursos públicos para saúde, previdência e assistência social

### >> FALTA DE TRANSPARÊNCIA

Mais de 60% dos convênios vencidos em 2004 e que transferiram dinheiro para ONGs, Estados e municípios ainda não prestaram contas

### >> CONTAS PENDENTES

TCU classifica de preocupante saldo de gastos comprometidos e não pagos, no valor de R\$ 57,6 bilhões

### >> CARGA TRIBUTÁRIA

Aumentou 1,58 ponto percentual em 2005, sem “aumento da aplicação de recursos na área social”

### >> CORRUPÇÃO

“Os efeitos da corrupção se propagam nas mais diversas áreas, atingindo a imagem do país, merecendo providências urgentes”

## Planalto pede autorização para divulgar ações

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Palácio do Planalto pediu ontem autorização do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para divulgar, no período eleitoral (1º de julho a 29 de outubro), a marca do governo em ações patrocinadas por ele. O tribunal vai analisar o pedido.

A marca reproduz a bandeira nacional e a expressão “governo federal”. Segundo o governo, ela não apresenta nome, símbolo ou imagem que possam implicar promoção pessoal, ferindo-se à candidatura Lula. A Lei Eleitoral proíbe a publicidade institucional nos três meses que antecedem as eleições.

**O SR. JOÃO TENÓRIO** (PSDB – AL. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “CPI vai apontar doação de bingos a Lula”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do dia 22 de maio do corrente.

A matéria destaca que “o relatório final da CPI dos Bingos deverá afirmar que a campanha do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto recebeu R\$1 milhão de empresários de bingos em troca da regulamentação da atividade no País”.

Por fim, Sr. Presidente, requiero que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO TENÓRIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

# CPI vai apontar doação de bingos a Lula

Baseada em indícios, afirmação estará no relatório final, que deve ir a votação no plenário do Senado no início de junho

## IMPRENSA

### Para editor-chefe, denúncias motivaram ataque ao jornal

**ADRIANA CHAVES**  
DA AGÊNCIA FOLHA,  
EM SÃO SEBASTIÃO

O editor-chefe do “Imprensa Livre”, Igor Veltman, 48, relacionou o ataque à gráfica e à redação do jornal, sofrido na madrugada da última quinta, em São Sebastião (litoral norte de SP), a denúncias veiculadas nos últimos meses de supostas irregularidades envolvendo a administração municipal.

Veltman voltou a descartar que o ataque tenha sido feito por integrantes da fac-

ção criminosa PCC.

Na ação, ao menos três homens encapuzados e armados destruíram parte da edição e queimaram uma das máquinas de impressão.

#### Outro lado

A Prefeitura de São Sebastião informou que não se manifestará em relação às declarações do editor-chefe do jornal “Imprensa Livre”. Segundo a assessoria, o editor está “jogando no campo das suposições, de forma leviana, e reforçando sua característica de jornal de oposição”.

**Garibaldi Alves, relator da comissão, deve propor no texto aplicação de referendo popular e liberação desse jogo sob controle da União**

**MARTA SALOMON**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O relatório final da CPI dos Bingos deverá afirmar que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Planalto recebeu R\$ 1 milhão de empresários de bingos em troca da regulamentação da atividade no país. O texto deverá propor a liberação dos bingos sob controle da União e submetida a um referendo popular marcado para 2008, antecipou o relator Garibaldi Alves (PMDB-RN).

Ele pretende fechar a versão preliminar do relatório na quinta. O texto deve ser submetido à votação em 8 de junho.

Sem ter obtido provas do pagamento dos bingueiros, o relatório se baseará em indícios e sobretudo no testemunho do advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto.

Buratti declarou à CPI que empresários ligados a bingos teriam doado R\$ 1 milhão à campanha de Lula. O dinheiro seria de angolanos que exploravam jogos e teria sido captado pelo empresário Roberto Kurzweil, em nome de Palocci.

No primeiro ano de governo, Lula encaminhou a liberação dos bingos, que atuavam, como hoje, por conta de liminares concedidas pela Justiça ou de forma clandestina. Em janeiro de 2004, estava pronta a proposta de um grupo de trabalho interministerial, mas a regula-

mentação foi atropelada pelo escândalo Waldomiro Diniz.

Depois que o então assessor de José Dirceu na Casa Civil foi flagrado cobrando propina do empresário de jogos Carlos Cachoeira, Lula se viu forçado a baixar medida provisória proibindo bingos e máquinas caça-níqueis no país. A MP acabou rejeitada no Congresso.

Apesar de o Supremo Tribunal Federal considerar que a legislação não libera o jogo, haveria hoje cerca de 400 casas de bingos, segundo a CPI.

O senador Garibaldi Alves disse ontem que tende a propor a regulamentação dos bingos no relatório final. Para evitar sonegação de impostos ou lavagem de dinheiro, o relatório deverá propor que os jogadores sejam identificados. “Essa é a tendência, mas preciso ouvir mais a comissão”, disse ele.

## DELÚBIO SOARES

» A CPI dos Bingos tentará ouvir amanhã o ex-touroiro do PT Delúbio Soares sobre as doações dos bingueiros à campanha.

» O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, decidirá hoje se Delúbio terá de ir à CPI e se poderá se negar a responder às perguntas.

## 10 DIAS

Foi o prazo pedido pelo amigo de Lula e presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, na última quinta-feira, para explicar na CPI como pagou a dívida de R\$ 25,4 mil do presidente da República com o PT. Okamoto assumiu a responsabilidade pelo pagamento em agosto de 2005

## TENSÃO ENTRE VIZINHOS

### Amorim encontra Morales para ‘restabelecer’ diálogo

**FABIANO MAISONNAVE**  
ENVIADO ESPECIAL A LA PAZ

O chanceler Celso Amorim faz sua primeira visita a La Paz após o decreto de nacionalização dos hidrocarbonetos com o objetivo declarado de “restabelecer a interlocução de Estado”. Mas evitará debater os vários impasses entre Brasil e Bolívia em torno do gás, apesar de ser este o epicentro da recente crise diplomática e do governo Evo Morales querer tratá-lo como assunto entre governos.

“Não vim discutir especifi-

camente o gás porque isso tem o seu caminho próprio, estabelecido pelos presidentes, em Puerto Iguazú (Argentina), e depois entre os ministros de Energia do Brasil e de Hidrocarbonetos da Bolívia. Mas, obviamente, se alguém falar, vou escutar”, afirmou o ministro das Relações Exteriores após desembarcar em La Paz.

Amorim disse querer “tirar o contorno emocional” da crise recente e fazer a relação “voltar ao campo da racionalidade”. Ele se reunirá hoje à tarde com Morales.

**O SR. JUVÊNIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Delúbio agiu sob delegação”, publicada no jornal **Correio Braziliense** de 24 de maio do corrente.

A matéria registra que o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, admitiu, em novo depoimento à CPI dos Bingos, que recorreu ao valerioduto com a anuência de alguém acima dele na estrutura partidária.

Sr. Presidente, solicito que a matéria em tela seja considerada como parte integrante deste pronuncia-

mento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

## CRISE ÉTICA

Ex-tesoureiro do PT escorrega e diz à CPI dos Bingos que recebeu incumbência para resolver problemas, mas não revela de quem teria partido a ordem. Ex-petista nega tentativa de extorquir Opportunity

# Delúbio agiu sob “delegação”

UGO BRAGA  
DA EQUIPE DO CORREIO

**P**rotagonista do escândalo do mensalão, ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares depois ontem na CPI dos Bingos e admitiu pela primeira vez que recorreu ao valerioduto com a anuência de alguém acima dele na estrutura partidária. “Recebi delegação política para resolver os problemas”, afirmou. Pressionado pela senadora Heloisa Helena (PSol-AL) sobre quem delegou tal missão, Delúbio negou-se a aprofundar a declaração.

Mesmo diante da aparente inconsistência da fala, o presidente da CPI, senador Efraim Morais (PPL-PB), foi categórico ao comentar a declaração do ex-tesoureiro: “ele disse que tinha delegação. Só pode ser do Zé Dirceu ou do Lula, porque o Genofão não mandava em nada”, afirmou. “Mas do que isso, só se ele se lestrasse L.U.L.A”, disse.

Vista por este ângulo, a nova versão fornecida por Delúbio ampara toda a estratégia de defesa que vinha sendo construída pelos aliados do Palácio do Planalto. Até então, dizia-se que o esquema do mensalão fora forjado pessoalmente pelo próprio Delúbio e pelo ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira, ambos em contínuo com o publicitário Marcos Valério de Souza. Tanto os dois últimos presidentes do PT, José Genofão e José Dirceu, quanto o líder de todos eles, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, se dizem ignorantes quanto aos malabarismos financeiros feitos nos últimos anos para pagar contas do partido.

### Desmentidos

Delúbio Soares também não quis explicar quem deu ordem para ele quitar dívidas de campanha dos partidos aliados do governo, como o PP e o PTB. Este último defendeu a candidatura de Ciro Gomes à presidência em 2002. Ciro declarou apoio a Lula tão logo foi anunciado o resultado da votação em primeiro turno. A CPI dos Correios descobriu que este apoio custou ao PT alguns milhares de reais em dívidas da campanha – como os serviços de Elmad Jacome da Paz, ex-cunhado e marqueteiro de Ciro –, quitadas com dinheiro sacado das contas da DNA Propaganda e da SMPB Comunicação, empresas de Marcos Valério.

O caso do PP é ainda mais intrigante. O partido não teve candidato a presidente. Entrou para a base de aliados do governo Lula depois da eleição. Mesmo assim,

Delúbio mandou que Marcos Valério entregasse milhões aos dirigentes do partido – os deputados José Janene (PR) e Pedro Corrêa Neto (PE). Uma das versões contadas pelos pepistas é que o dinheiro serviu para quitar honorários advocatícios de um dos integrantes da bancada. Mas o Ministério Público investiga enriquecimento ilícito de Janene e supõe que ele usou esse dinheiro para adquirir um terreno e erguer sobre ele uma mansão nos arredores de Londrina (PR), onde mora.

A despeito desta única informação relativamente nova, o depoimento de Delúbio foi marcado por uma série de negativas e desmentidos. Ele negou ter montado um caixa 2 para o PT, argumentando ter contabilizado a entrada do dinheiro no caixa do partido. Negou também que tenha recebido US\$ 1 milhão como doação de campanha dos bingueiros angolanos investigados pela CPI, como informou o advogado Rogério Bu-

ratti, ex-assessor do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci.

Delúbio negou ainda que tenha planejado amealhar R\$ 1 bilhão para o PT, intermediando negócios no governo, conforme declaração de Sílvio Pereira dada em entrevista ao jornal *O Globo*. E mesmo que tenha tentado extorquir o banco Opportunity em abril de 2003, como diz o dono da instituição, Daniel Dantas, que na época brigava com os grandes fundos de pensão brasileiros pelo contro-

le da Brasil Telecom e, portanto, dependia do apoio do governo.

Os senadores saíram do depoimento inflamados. “É claro que ele está protegendo alguém, não tem a menor dúvida. E sabemos muito bem quem é”, contrariou-se Alvaro Dias (PSDB-PR). A senadora Ideli Salvati (PT-SC), da tropa de choque do Planalto, voltou a reclamar do fato de o depoimento não ter nada a ver com a investigação sobre bingos, para a qual a CPI foi criada.

## PT também acusa Lupion

A exemplo do que havia sido feito pelo PSol, o PT protocolou uma representação contra o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR). As duas representações são baseadas em reportagem publicada pelo *Correio* que mostrou ligações do parlamentar com fabricantes de agrotóxicos.

Publicada no dia 8 de maio, a reportagem revelou que a Monsanto, a gigante mundial dos transgênicos, transferiu para o nome de Lupion uma fazenda no Paraná. A fazenda foi oficialmente vendida por R\$ 690 mil e, segundo corretores de imóveis da região, vale entre R\$ 2,3 milhões e R\$ 2,9 milhões. Outra empresa, a Nortox, doou R\$ 50 mil para a campanha de Lupion. Depois da doação e da transferência da fazenda, o parlamentar apresentou uma proposta para licitar a comercialização do agrotóxico glifosato para uso em soja transgênica. A Monsanto e a Nortox são as únicas fabricantes no país do princípio ativo desse herbicida. Tanto Lupion quanto as empresas negaram irregularidades e afirmaram não haver relação entre a doação, a fazenda e a proposta do deputado.

Em sua representação, o PSol afirma ter havido “procedimento incompatível com o decurso parlamentar. Já o líder do PT na Câmara, deputado Henrique Fontana (RS), disse haver indícios “gravíssimos” contra Lupion. A secretaria-geral da Mesa encaminhou na terça-feira a representação do PSol para o corregedor da Câmara, Ciro Nogueira. A representação do PT também será mandada para Nogueira.

## TRECHOS

“O PT estava presente em duas reuniões. Fizemos um plano para atingir cinco mil municípios. Precisávamos (sic) dinheiro para ampliar o partido.”

“Há uma diferença entre Caixa 2 e que aconteceu no PT. Pegamos recursos contabilizados para pagar

despesas não-contabilizadas.”

“Eu tinha delegação política, minha função era resolver os problemas financeiros do partido”

“Não pedi recursos ao Opportunity e não recebi recursos do Opportunity. Tive uma reunião com o Carlos

Rocemburgh, a pedido do Marcos Valério, onde (sic) ele perguntou por que o PT não gostava do Opportunity. Respondi que o PT não gostava ou deixava de gostar, mas que o PT não tinha nenhuma restrição ao Opportunity.”

“Fizemos a prestação de contas e descobrimos umas

pendências do presidente Lula. Ele tinha sido eleito e não poderia mais ser funcionário do partido – ele recebia do PT. Na época, ele não concordou e ficou pendente. Depois, o TSE nos cobrou isso. Al eu cobrei do procurador de Lula, que era o Paulo Okamoto, e ele resolveu. É isso que eu sei”.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria da **Folha de S. Paulo** de 24 de maio do corrente, intitulada “Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina”.

Segundo a matéria, “Delúbio Soares vem a público pela 3ª vez, desde a denúncia do esquema do mensalão, para dar explicações sobre suspeitas de corrupção da época em que era tesoureiro do PT”.

Ainda segundo a matéria, “Delúbio confirmou ter participado de uma reunião no início da tarde de 22 de julho de 2003 com o banqueiro Daniel Dantas e seu então sócio no Opportunity, Carlos Rodenburg,

junto com Marcos Valério, um dos pivôs do escândalo do mensalão”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:.

**DELÚBIO EM TRÊS VERSÕES**

Delúbio Soares vem a público pela 3ª vez, desde a denúncia do esquema do mensalão, para dar explicações sobre suspeitas de corrupção da época em que era tesoureiro do PT

**CPI DOS BINGOS**

Convocado para falar sobre ter pedido US\$ 50 milhões ao Opportunity, em 2003, e sobre doação de angolanos em 2002, entre outros, Delúbio negou as acusações e negou até ter feito caixa dois para o PT

*“[Marcos Valério] me procurou dizendo que o PT não gostava do Opportunity. Eu disse que o PT não tinha nenhuma restrição. (...) Assumo aquilo que fiz. Não pedi dinheiro ao Opportunity. Não recebi dinheiro do Opportunity”*

**CPI DOS CORREIOS**

Em 20 Jul, sob efeito de medicamentos, se negou a falar os nomes dos sacadores do valerioduto. Protegendo-lhe, havia liminar que impedia que ele fosse preso caso se recusasse a responder a alguma pergunta

*“O PT não paga mesada a parlamentares de nenhum partido. (...) Utilizei o dinheiro não contabilizado para pagar dívidas de campanha. (...) Fui ex quem fiz [o caixa dois do PT]. Eu assumo”*

**NO PT**

Em 8 Jun, dois dias após a entrevista à Folha em que Roberto Jefferson denunciou o mensalão, Delúbio concede entrevista na sede do PT, em SP, quando nega o esquema e diz que o PT é vítima de chantagem

*“O PT não se vende e não se vende. O PT não tem medo. E eu, em particular, também não. Não aceitamos nenhum tipo de chantagem. (...) O conteúdo da entrevista [de Jefferson] (...) é uma chantagem política”*

**ESCÂNDALO DO MENSALÃO / GUERRA DAS TELES**

# Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina

Segundo ex-tesoureiro, encontro tratou sobre restrições do PT ao Opportunity e aconteceu a pedido de Marcos Valério

**Ex-petista não assinou o termo de só dizer a verdade à CPI e provocou riso quando declarou desconhecer como se dava o caixa dois da sigla**

MARTASALOMON  
ADRIANO CEOLIN  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O ex-tesoureiro petista Delúbio Soares negou ontem, durante depoimento à CPI dos Bingos, ter pedido ou recebido dinheiro do Opportunity, mas admitiu que se encontrou com Daniel Dantas, dono do banco.

Numa das raras novidades em relação às três vindas anteriores ao Congresso, Delúbio confirmou ter participado de uma reunião no início da tarde de 22 de julho de 2003 com o banqueiro Daniel Dantas e seu então sócio no Opportunity, Carlos Rodenburg, junto com Marcos Valério, um dos pivôs do escândalo do mensalão.

A reunião no hotel Blue Tree, em Brasília, foi anotada na agenda de Karina Somaggio, ex-secretária de Valério. Teria ocorrido na sequência de outra reunião na sede do PT, entre Valério e Delúbio.

Segundo o ex-tesoureiro, a reunião teria acontecido a pedido de Marcos Valério. “O

conteúdo foi que o Partido dos Trabalhadores não gostava do Opportunity. Eu não disse que gostava nem que não gostava, o PT não tinha nenhuma restrição”, contou. “E o pedido de dinheiro?”, questionou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). “Não solicitei, nunca houve pedido de recursos para o PT”, declarou Delúbio. “Conversei com muitos empresários. Não tem ninguém que diga que eu pedi dinheiro”, afirmou adiante.

Uma versão bem diferente foi apresentada por Carlos Rodenburg. O ex-sócio de Dantas afirmou ter sido procurado por Delúbio com a cobrança de algo entre US\$ 40 e US\$ 50 milhões.

**Negativas**

Durante mais de quatro horas de depoimento, Delúbio voltou a poupar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, insistiu em que era o único responsável pelas finanças do PT e chegou a provocar risos ao afirmar desconhecer como funcionava o caixa dois dos partidos.

No começo da sessão, o ex-tesoureiro se recusou a assinar o termo em que se comprometeria a só dizer a verdade.

Orientado pelo advogado César Vilardi, que se disse pago pelo PT, Delúbio não colaborou com as investigações, na opi-

nião do relator Garibaldi Alves (PMDB-RN). “Eu tenho de botar um ponto final nisso. Ninguém fala mais nada”, reclamou o senador.

Delúbio Soares também negou ter recebido ou tomado conhecimento de doação feita por empresários de jogos de bingos à campanha de Lula em troca de regulamentação da atividade. O advogado Rogério Buratti, ex-assessor do ex-ministro Antonio Palocci (Fazenda), afirmou à CPI e ao Ministério Público que a campanha do presidente teria recebido R\$ 1 milhão de bingueiros.

“Nunca tive relacionamento com pessoas ligadas a jogos. Nunca entrei em casa de bingo. Nem em quermesse eu jogava bingo. Nunca recebi recursos de bingos. Não conheço o assunto, não conheço ninguém. Me declaro incompetente”, afirmou Delúbio sobre o tema que deu origem às investigações da CPI.

Uma das expressões mais repetidas por Delúbio Soares foi “eu não tenho conhecimento”. Aplicou a fórmula, por exemplo, ao responder sobre supostos negócios do publicitário Marcos Valério para arrecadar R\$ 1 bilhão. A operação foi mencionada pelo ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Lula, câmbio e gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 25 de maio do corrente.

O economista, em seu artigo, destaca as discussões sobre a política econômica do atual governo e as declarações do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que “não haverá mudanças no câmbio e nos gastos públicos”. Ao tratar das alternativas para a economia brasileira buscar taxas de crescimentos mais elevadas, o autor comenta que “A dificuldade maior é a do referido passo inicial, o da contenção dos gastos públicos

correntes, pois aí persiste uma enorme distância entre o discurso e a prática do governo”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigado.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

## **Lula, câmbio e gastos públicos**

Roberto Macedo

No primeiro caderno de ontem, este jornal cobriu nova excursão eleitoral do presidente Lula, desta vez a Aguiarnópolis (TO). Uma das matérias teve como título *Claque teve ônibus e marmitta de graça e subtítulo População formou longa fila para receber arroz, feijão, farinha e frango, o que ilustra o caráter da visita.*

Outra matéria, no caderno de *Economia*, se ocupou de declarações que o presidente fez sobre a política econômica do seu governo, quando afirmou que não haverá mudanças no câmbio e nos gastos públicos. Mas, no mesmo caderno, veio notícia que desmente o que foi dito sobre esses gastos, pois ela novamente mostra que a política fiscal já mudou, e para pior. E mais: nos últimos dias surgiram várias informações de que a política cambial também pode mudar. Isso, entretanto, sem tocar no que é mais importante, o “fogo amigo” que ela recebe das políticas de juros e fiscal, ambas ingredientes do dólar barato que prejudica a economia como um to-

### **Em matéria de confundir e iludir, ele é realmente um mestre**

do, já com sinais devastadores, como nos agronegócios.

Quanto ao câmbio, afirmou que continuará “flutuante”, mas o que há mesmo é um submerso cujo reduzido valor deixa excessivamente baratos os preços internos de produtos que o Brasil vende ao exterior, como o frango distribuído à claque e o óleo vegetal utilizado no seu preparo, desestimulando vitoriosos e industriais que o produzem e, assim, prejudicando o produto interno bruto (PIB) brasileiro. O câmbio atual também muito barateia as importações e favorece não o nosso PIB, mas o de países onde têm origem. Mesmo se o arroz das marmittas tiver sido produzido no Brasil, seu preço não seria tão barato na ausência de importações do produto.

Como o câmbio submerso diminui o custo da cesta básica, ele também é eleitoralmente conveniente, com a economia pagando a conta via menor taxa de crescimento. O novo ministro da Fazenda, Guido Mantega, sabe disso e, coerente com suas ideias – o que é raro no governo –, vem ensaiando medidas para tirar a taxa de câmbio de seu afundamento. Entre as que a imprensa divulgou, haveria a permissão para que exportadores retivessem parte do seu faturamento em moedas estrangeiras, sem ter de vendê-las ao governo, o que hoje é obrigatório. E, também,

uma redução do limite de capital exigido dos bancos para realizarem operações de câmbio, e para manter posições em moedas estrangeiras, o que ampliaria o número das instituições envolvidas nessas operações. Ambas as medidas contribuiriam para reduzir a oferta dessas moedas no mercado local e para aumentar suas taxas de câmbio em reais.

Essas taxas, contudo, são hoje muito baixas, dado o grande influxo de moedas estrangeiras associado ao quadro atual das nossas contas externas, em que há grande superávit comercial e nas transações correntes, reservas ampliadas e dívida pública externa reduzida. Os juros muito elevados no Brasil também atraem investidores em busca de melhor remuneração. Assim, entre os analistas a expectativa é de que as medidas cogitadas, conquanto necessárias e importantes no contexto de uma revisão da falsamente alardeada “liberdade cambial”, seriam insuficientes para trazer um aumento significativo da taxa cambial em reais por dólar.

Para esse aumento o caminho seria outro, cujo passo inicial seria conter os gastos públicos correntes (não os investimentos, como em infra-estrutura) e o crescimento da dívida pública, preferivelmente mediante déficit final nulo, com o que cairia o risco dessa dívida, um dos ingredientes da alta taxa básica de juros. Outro ingrediente, a política de metas para a inflação, do Banco Central, teria a sua dosagem diminuída em face da menor pressão que os gastos do governo exerceriam sobre os preços. E, também, pela articulação de outras políticas de forma coerente com essa menor dosagem, entre as quais a política de rendimentos, que inclui os reajustes do salário mínimo.

Com a redução da taxa básica de juros e com a contenção do endividamento público o governo reduziria sua demanda de recursos do setor privado e este passaria a ter dinheiro adicional e a taxas mais adequadas para ampliar investimentos e consumo. Com isso a economia cresceria mais, ampliaria suas importações e demandaria mais moeda estrangeira, assim pressionando a taxa de câmbio para cima. Essa taxa seria também impulsionada pela menor atratividade, para os investidores externos, dos juros locais.

Não desprezo as dificuldades desse caminho, mas hoje não vejo alternativa para a economia brasileira buscar taxas

de crescimento mais elevadas. *A dificuldade maior é a do referido passo inicial, o da contenção dos gastos públicos correntes, pois aí persiste uma enorme distância entre o discurso e a prática do governo, distância essa novamente evidenciada pelo que disse o presidente em Aguiarnópolis. “A minha tese é a mesma de sempre: nós só gastaremos aquilo que temos, não inventaremos gastos...”*

No mesmo caderno, outra manchete deu merecido destaque a um fato grave que contrasta com essa afirmativa: *Deficit da Previdência cresce 25%, em abril, relativamente ao verificado no mesmo mês do ano passado, prevenindo-se que o déficit final do INSS crescerá de R\$ 38 bilhões no ano passado para R\$ 45,8 bilhões este ano, impulsionado principalmente pelo forte e eleitoral reajuste do salário mínimo, de R\$ 300 para R\$ 350, que teve grande impacto sobre o valor dos benefícios previdenciários.*

Ou seja, o governo gastou o que não tinha, mediante um reajuste cujo inventor foi a um lugar longínquo para iludir ou confundir os que o ouviram, ao dizer que não inventará o que já inventou. Em matéria de confundir e iludir, é realmente um mestre.

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 30 de maio de 2006.

A matéria destaca que “Se persistir a crise no agronegócio brasileiro, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor deve diminuir 1,28% neste ano”. A matéria destaca também que dados divulgados pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA indicam impacto zero do pacote de socorro para a agricultura anunciado na semana passada pelo atual governo.

Sr. Presidente, requiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

# agrotolha

FOLHA DE S. PAULO

TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 2006 ★ B12

**Produtor invade agência em MS em protesto contra pacote >>**

## PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA

Queda do dólar e das commodities e custos maiores explicam o resultado

**No 1º bimestre, recuo foi de 0,24%, concentrado na pecuária; entidade prevê que a renda do setor diminua 3,42% neste ano**

**IRURDANTAS**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Se persistir a crise no agronegócio brasileiro, o PIB (Produto Interno Bruto) do setor deve diminuir 1,28% neste ano, com queda já verificada de 0,24% no primeiro bimestre. Os dados, divulgados ontem pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), indicam impacto zero do pacote de socorro para a agricultura anunciado na semana passada pelo governo federal.

A queda mais acentuada se concentra na pecuária, com redução de 0,38% nos dois primeiros meses deste ano. Os principais motivos, para a CNA: restrições à carne bovina por mais de 50 países depois de foco de febre aftosa descoberto em Mato Grosso do Sul no ano passado; e suspensão de compra de carne suína pela Rússia e temor da gripe aviária.

Na agricultura, a queda do dólar, a redução do preço das commodities e os altos valores dos custos explicam o desempenho do setor.

“Os preços de comercialização das principais praças não cobrem os custos de produção”,

### CRISE NO AGRONEGÓCIO

**-1,28%**

é a previsão da CNA para a queda no PIB do agronegócio neste ano, se mantidos os níveis atuais de preços e custos

**-0,24%**

foi a queda do PIB do agronegócio no primeiro bimestre deste ano

**-0,58%**

foi a queda do PIB da agropecuária no primeiro bimestre deste ano

diagnosticou Getúlio Pernambuco, do Departamento Econômico da confederação.

As projeções da CNA para o resto do ano indicam uma retração do Produto Interno Bruto do agronegócio brasileiro para R\$ 530,77 bilhões neste ano, contra os R\$ 537,63 bilhões do ano passado.

A estimativa foi feita em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo e difere da do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Além do valor produzido e da renda obtida na comercialização da safra, a CNA também tenta aferir os custos da lavoura, como fertilizantes, combate à ferrugem asiática, combustível, frete e outros.

### Empobrecimento

Levando em conta esses indicadores, a confederação calcula uma queda de 3,42% na renda do setor neste ano, em comparação com 2005 — R\$ 147,81 bilhões ante R\$ 153,04 bilhões, respectivamente. “Os produtores estão empobrecendo na hora de comprar insumos”, disse Ricardo Cota, superintendente técnico da CNA.

Como exemplo das dificuldades dos agricultores, Cota citou o caso da produção de soja em Mato Grosso. Na safra 2004/2005, eram gastos US\$ 50 no combate à ferrugem asiática e US\$ 129,83 em fertilizantes por hectare. No biênio 2005/2006, os valores subiram para US\$ 70 e US\$ 148,52, respectivamente.

Os problemas do setor estariam na soma dos menores preços do grão no mercado externo com a valorização do real contra o dólar.

### Cálculo

Para calcular o agronegócio, a CNA contabiliza os resultados da indústria de fertilizantes e insumos além do faturamento da lavoura.

A participação do agronegócio na balança comercial brasileira deve ser reduzida de 36,4%, no ano passado, para 33,8% sempre levando em consideração a continuidade do cenário —taxas de juros, câmbio, custos e preços—, até o mês de dezembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 12 horas e 51 minutos).*



# Ata da 79ª Sessão Não Deliberativa, em 12 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Alvaro Dias, Marco Maciel, Valdir Raupp e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidas as seguintes:

## **MENSAGEM Nº 164, DE 2006**

(Nº 435 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agrément**s dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 215 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agrément**s dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

## **INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE**

### **MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FERNANDO PAULO DE MELLO BARRETO FILHO**

CPF.: 42660297800

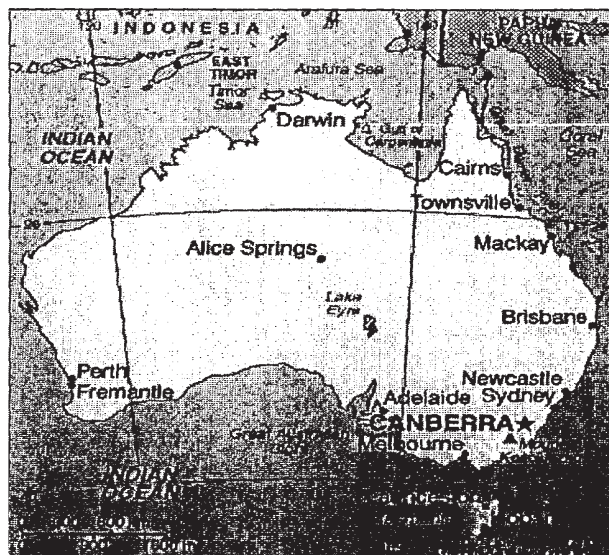
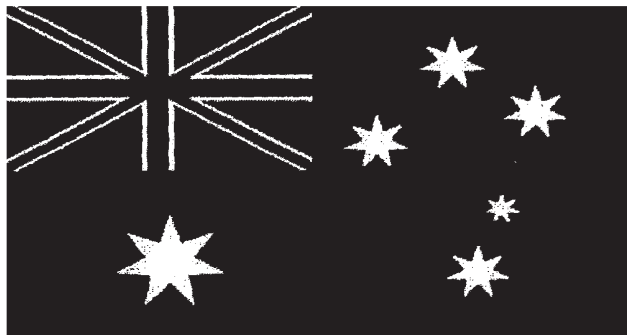
ID.: 7497 MRE/DF

- 1948 Filho de Fernando Paulo de Mello Barreto e Lélia Vasconcellos de Mello Barreto, nasce em 17 de junho em São Paulo/SP
- 1972 Direito pela Universidade de São Paulo/SP
- 1974 Mestre em Direito pela Columbia University/ Nova York, EUA
- 1977 Concurso Direto, IRBr
- 1977 Terceiro Secretário em 01 de dezembro
- 1977 Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica, assessor
- 1980 Embaixada em Madri, Terceiro e Segundo Secretário
- 1980 Segundo Secretário, por antigüidade, em 23 de janeiro
- 1982 Embaixada em Quito, Segundo Secretário
- 1982 Ordem do Mérito Civil, Espanha
- 1984 CAD - IRBr
- 1985 Divisão de Política Comercial, assistente
- 1986 Secretaria de Imprensa do Gabinete, subchefe
- 1986 Primeiro Secretário, por merecimento, em 19 de dezembro
- 1986 Ordem do Mérito Naval
- 1987 Ordem do Mérito Militar
- 1987 Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho
- 1987 Missão em Nova York, Primeiro Secretário
- 1990 Secretaria de Imprensa do Gabinete, subchefe
- 1991 Conselheiro, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1992 Gabinete, Coordenador Executivo
- 1992 Embaixada em Ottawa, Conselheiro
- 1994 CAE - IRBr, O tratamento nacional de investimentos estrangeiros

- 1995 Missão Permanente em Genebra, Conselheiro e Ministro Conselheiro
- 1996 Regras multilaterais para investimentos, in Política Externa, vol. 5, nº 1
- 1997 Ministro de Segunda Classe em 24 de dezembro
- 1999 Ministério do Desenvolvimento, Industria e Comércio Exterior, assessor especial
- 1999 O tratamento nacional de investimentos estrangeiros, Ed. FUNAg, Brasília
- 2001 Gabinete, Subchefe e Chefe, substituto
- 2002 Os Sucessores do Barão – A Política Externa de 1912 a 1964, Paz e Terra, São Paulo
- 2002 Ordem do Rio Branco, Grande Oficial
- 2002 Ordem da Polônia
- 2002 Ordem Mexicana da Águia Azteca
- 2002 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 30 de dezembro
- 2003 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral
- 2003 Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações, (capítulo), Missões de Paz, Editora Log on/RJ

*Claudia D'Angelo*  
**CLAUDIA D'ANGELO**  
 Diretora do Departamento do Serviço Exterior

## AUSTRÁLIA



- **Área:** 7,686,850 km<sup>2</sup>;
- **Clima:** De árido a semi-árido, temperado ao sul e leste, tropical ao norte;
- **Recursos naturais:** Bauxita, carvão, minério de ferro, cobre, ouro, prata, urânio, níquel, tungstênio, areias minerais, zinco, diamantes, gás natural, petróleo, chumbo;
- **População:** 20,4 milhões (2005);

- **Analfabetismo:** 0% desde 1980;
- **Expectativa de vida (2000):** 80 anos;
- **Índice (IDH):** 3º lugar no ranking mundial (2005) – ref: Brasil 63º lugar;
- **Idioma (Censo 2001):** Inglês (79,1%), Mandarim (2,1%), Italiano (1,9%), Outros (11,1%), Não Especificado (5,8%);
- **Etnias:** Brancos (92%), Asiáticos (7%), Aborígenes e Outros (1%);
- **Religiões (Censo 2001):** Catolicismo (26,4%), Anglicanismo (20,5%), Outros Cristãos (20,5%), Budismo (1,9%), Islamismo (1,5%), Outras (1,2%), Não Especificadas (12,7%), Nenhuma (15,3%);
- **Forma de Estado:** Monarquia Parlamentarista;
- **Forma de Governo:** Sistema federativo que reconhece o monarca britânico como Chefe de Estado;

- 
- 
- **Crescimento do PIB:** 2,5 % (2005);
  - **PIB per capita:** US\$ 26,900 (2004);
  - **Inflação:** 2,7% (2005);
  - **Agric:** 3,7%; **Ind:** 25,6%; **Serv:** 70,7% (Banco Mundial 2004);

- 
- 
- **Exportações Totais da Austrália:** US\$ 106,626 bilhões (2005, fob);
  - **Produtos:** Carvão, ouro, carne, lã, alumínio, minério de ferro, equipamento de transporte e maquinaria;
  - **Destinos (2004):** Japão (18,6%), China (9,2%), Estados Unidos (8,1%), Coréia do Sul (7,7%), Nova Zelândia (7,4%), Índia (4,6%), Reino Unido (4,2%);
  - **Importações Totais da Austrália:** US\$ 120,144 bilhões (2005, fob.);
  - **Produtos:** Maquinaria, equipamento de transporte, computadores, máquinas de escritórios, equipamento de telecomunicação derivados de petróleo e petróleo não refinado;
  - **Origem:** Estados Unidos (14,8%), China (12,7%), Japão(11,8%), Alemanha (5,8%), Cingapura (4,4%), Reino Unido (4,1%);
  - **Saldo comercial:** - US\$ 13,518 bilhões (2005);
  - **Exportações para o Brasil:** US\$ 628,3 milhões (2005, fob);
  - **Produtos:** Combustíveis, óleos, ceras minerais, níquel, veículos automóveis, caldeiras e máquinas;
  - **Importações do Brasil :** US\$ 462,4 milhões (2005, fob);
  - **Produtos:** Veículos automóveis, tratores, ciclos, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, máquinas e aparelhos elétricos;
  - **Saldo com o Brasil:** US\$ 165,8 milhões (2005);

## PERFIL DO PAÍS

### 1. POLÍTICA INTERNA

São cinco os partidos políticos principais a figurar na política australiana: o Liberal, o Trabalhista, o Nacional, o Verde e o Democrata. Desde 1996, o país é governado pela Coalizão Liberal/Nacional, sob a liderança de John Howard. Nas eleições parlamentares de 2004, a coalizão obteve maioria tanto na Câmara dos Deputados ("House of Representatives") como no Senado. Eleições gerais podem ser convocadas a qualquer tempo a pedido do Primeiro-Ministro, com prévia anuência do Governador-Geral (que é o representante da Rainha Elizabeth II). As próximas eleições gerais australianas estão previstas para 2007.

O líder do segundo maior partido na Câmara dos Deputados é o líder da oposição e comanda um "Ministério Sombra" (Shadow Ministry), formado por parlamentares de seu partido. Cumpre observar, porém, que o Partido Trabalhista é uma agremiação bastante fragmentada internamente. O atual líder da oposição é o Deputado Kim Beazley, do Partido Trabalhista ("Australian Labor Party"), representante da velha liderança do partido, que não vinha logrando formular um projeto de real apelo frente ao eleitorado australiano. Recentemente, o partido passou por crise interna com a renúncia inesperada do então líder, Mark Latham, que apesar de derrotado nas eleições gerais de 2004, era tido como uma esperança de renovação. Agrava este quadro o fato, sempre lembrado nos meios políticos, de que Beazley já foi derrotado duas vezes por John Howard.

O Primeiro-Ministro John Howard, às vésperas de completar dez anos no poder, segue como figura de maior destaque da política australiana. Periodicamente surgem especulações sobre quando e como o Primeiro Ministro, de 66 anos, deixará o poder. Uma eventual alternativa a Howard é o *Treasurer* (Ministro da Fazenda), Peter Costello. Howard, no entanto, não dá indicações de que esteja pronto a encerrar sua carreira política no momento em que avança nos temas mais polêmicos de sua agenda legislativa, principalmente a reforma das leis trabalhistas. Conhecidas como "Workplace Relations Reforms", elas incluem a simplificação de regulamentos federais, um novo mecanismo de cálculo do salário mínimo e o virtual cancelamento de leis coibindo demissões sem justa causa para empresas com menos de 100 empregados. Possível fonte de irritação entre os partidos da Coalizão são as recorrentes tentativas do Partido Nacional de negociar vantagens para o eleitorado rural, sua base de apoio, dentro do esquema maior de reformas das leis trabalhistas.

## 2. POLÍTICA EXTERNA

A política externa da Austrália concebe hoje dois pólos de atração que condicionam a atuação internacional do país: de um lado os EUA (ainda o principal parceiro, do ponto de vista político), e de outro, o leste e sudeste da Ásia. Essa perspectiva tem razões históricas, já que o desafio constante que a Austrália enfrenta desde a independência (em 1901) é o de conciliar sua origem - ocidental - com sua geografia - oriental ou asiática - harmonizando-as para forjar sua identidade nacional. Para tanto revela-se essencial superar a noção de que o país seria uma nação ocidental isolada em sua própria região. A aproximação com o sudeste e leste da Ásia gradualmente vem superando essa avaliação.

Desde o pós-guerra, o Reino Unido, pólo de atração original do país, foi substituído pelos EUA. O *Security Treaty between Australia, New Zealand and the United States of America* (ANZUS), de 1951, no início da Guerra Fria, foi o marco formal nesse processo. Quanto ao entorno regional, foi somente a partir da década de 1980, que a Austrália iniciou aproximação com maior intensidade na Ásia e Pacífico. Elementos do novo desenho de forças na região - a parceria econômica que se havia estabelecido com o Japão desde os anos 50, a abertura da China a partir dos anos 70, o desenvolvimento dos "tigres asiáticos" e a necessidade de atenção constante no relacionamento bilateral com a Indonésia - motivaram o Governo de Camberra a dirigir foco para o sudeste e leste da Ásia, sem, no entanto, afastar-se dos Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro John Howard definiu como fulcro da ação no exterior a aliança militar com os EUA, a "guerra ao terror" e a busca de oportunidades comerciais bilaterais. EUA, Japão, Indonésia e China ocupam o mais alto nível do relacionamento bilateral australiano. O governo John Howard, no poder desde 1996, deu tonalidades à inserção na Ásia, ao sintetizar a política externa australiana na frase: "Asia first, but not Asia only". Camberra passou a ver a Ásia mais sob o ponto de vista econômico e comercial e a privilegiar nitidamente o relacionamento político com os Estados Unidos.

O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 reforçou a tendência da coalizão Liberal/Nacional a levar a crescente preocupação com segurança ao primeiro plano dos interesses australianos. As declarações de Howard sobre o direito de a Austrália atacar preventivamente focos terroristas no exterior, entretanto, causaram impacto negativo no Sudeste Asiático.

### 3. ECONOMIA

A Austrália vem implementando uma política de liberalização econômica desde o início dos anos oitenta, ainda sob o governo trabalhista, cujo marco inicial foi a livre flutuação da moeda nacional - o dólar australiano - em 1983.

A coalizão de governo entre os partidos Liberal e Nacional assumiu o poder no início de 1996 com uma agenda de reformas fiscais. Além de ter sido capaz de praticamente eliminar o déficit orçamentário, a aliança também cumpriu a promessa de diminuir o imposto de renda. O processo de redução das barreiras tarifárias às importações, iniciada em governos anteriores, foi intensificado. Deu-se início, igualmente, à liberalização parcial do sistema bancário e foi aprovada legislação para reforma fiscal. Do ponto de vista do crescimento econômico, aumento da produtividade e competitividade, redução do desemprego e contenção da inflação, o governo da coalizão Liberais/Nacionais colheu resultados satisfatórios. No plano externo, o Governo estimula a celebração de acordos de livre comércio com seus principais parceiros comerciais.

Com a vitória nas eleições parlamentares federais de 2004, que garantiu maioria da coalizão também no Senado a partir de julho de 2005, o aprofundamento da agenda liberal tomou novo ímpeto. Nessa linha, o governo, além de seguir a política de equilíbrio orçamentário, deverá ampliar as privatizações, com destaque para a provável privatização completa da Telstra (principal empresa de telecomunicações do país); desregulamentar o mercado de trabalho; e facilitar a propriedade por estrangeiros dos setores de mídia.

### 4. RELAÇÕES BRASIL - AUSTRÁLIA

A primeira representação diplomática da Austrália na América Latina instalou-se em 1946 no Rio de Janeiro (naquele momento, a Austrália mantinha representações em apenas oito países); as relações diplomáticas entre Brasil e Austrália haviam sido

estabelecidas no ano anterior. O Brasil instalou sua legação em Camberra também em 1946. Somente no último quartel do século XX, todavia, as relações australianas com a América Latina vieram a adensar-se comparativamente, em especial nos campos de comércio e de investimentos.

Em 2001, às vésperas da primeira visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros Alexander Downer à América Latina (Brasil, Argentina e Chile), foi criado, no âmbito do Departamento (Ministério) dos Negócios Estrangeiros e Comércio (DFAT), o Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR), com o objetivo de incrementar as relações da Austrália com a América Latina e estimular o conhecimento mútuo. No âmbito da América Latina, o relacionamento com o Brasil é prioritário para o governo australiano, segundo o DFAT tem indicado à Embaixada em Camberra. As relações bilaterais vêm registrando significativo incremento nos últimos anos, com multiplicação de visitas de alto nível, expansão do comércio e dos investimentos e identificação de maiores possibilidades de cooperação científica e tecnológica.

A Austrália tem apoiado ostensivamente o pleito brasileiro a uma vaga de membro permanente do CSNU. Há significativas convergências também em outros temas da agenda multilateral como, por exemplo, nas negociações comerciais no âmbito da OMC, e naquelas sobre preservação ambiental na Antártida e atuação na Comissão Internacional da Baleia, embora um ponto de discordância seja a não ratificação pela Austrália do Protocolo de Quioto. Além disso, a Austrália é uma das principais vozes do Grupo de Cairns, que busca coordenar posições entre os exportadores agrícolas e do qual o Brasil é membro fundador.

As relações econômicas entre os dois têm se intensificado paulatinamente. Contudo, embora venham-se registrando crescimentos percentuais importantes, tanto nos fornecimentos brasileiros quanto nas compras de produtos australianos, o intercâmbio comercial bilateral é ainda baixo ao se considerar o tamanho das duas economias. Em 2005 a Austrália foi destino de 0,38% das exportações brasileiras, ao passo que se originaram naquele país 0,85% de nossas importações. No plano do investimento, estima-se em US\$ 1,7 bilhão o estoque de origem australiana acumulado no Brasil até o final de 2004, concentrado sobretudo no setor mineral.



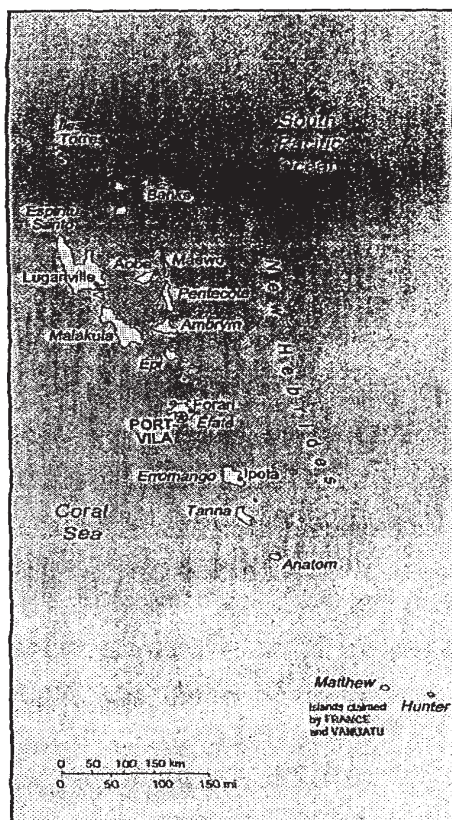
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES  
ECONÔMICO-COMERCIAIS  
AUSTRÁLIA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL – AUSTRÁLIA <sup>(1)</sup> (US\$, F.O.B)	2004	2005
<b>Exportações Brasileiras</b>	<b>368.181.094</b>	<b>462.441.656</b>
Variação em relação ao ano anterior	20,88%	25,60%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,39%	0,39%
<b>Importações Provenientes da Austrália</b>	<b>373.656.856</b>	<b>628.293.832</b>
Variação em relação ao ano anterior	27,70%	68,15
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,59%	0,85%
<b>Intercâmbio Comercial</b>	<b>741.837.950</b>	<b>1.090.735.488</b>
<b>Balança Comercial</b>	<b>-5.475.762</b>	<b>-165.852.176</b>

Fonte: MDIC

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES  
Divisão da Ásia e Oceania I**

**VANUATU**



**VANUATU – DADOS GERAIS**

**Nome oficial do país:** República de Vanuatu;

**Área territorial:** 12.189 Km<sup>2</sup>

**População:** 213 mil (2004);

**Etnias:** melanésios nativos (98%), franceses, vietnamitas, chineses e outras etnias das Ilhas do Pacífico (2%);

**Língua:** três línguas oficiais: inglês, francês, bislama e mais de 100 línguas locais;

**Capital:** Porto Vila (ilha Éfaté);

**Sistema de governo:** República Parlamentarista;

**Chefe de Estado:** Presidente Kalkot Matas Kelekele (desde 16 de agosto de 2004);

**Chefe de Governo:** Primeiro Ministro Ham Lini (desde 11 de dezembro de 2004);

**Religião:** Presbiterianos 36,7%, Anglicanos 15%, Católicos Romanos 15%, crenças indígenas 7,6%, Adventistas do Sétimo Dia 6,2%, Igreja de Cristo 3,8%, outros 15,7%;

**Data nacional:** 30 de julho;

**PIB:** US\$ 316,3 milhões (2004);

**PIB per capita:** US\$ 1,151(2004);

**PNB per capita:** US\$1,180 (2004);

**Taxa de crescimento do PIB:** 3,0 % (2004);

**Composição do PIB por setor:** agricultura 26%; indústria 12%; serviços 62%;

**Principais atividades econômicas:** Produção de coco, polpa de coco, cacau, café, frutas, peixe, carne. Indústrias de congelados alimentícios, processamento de madeira e enlatados de carne;

**Exportações:** US\$38.1 milhões F.O.B. (2004);

**Principais produtos exportados:** Carne bovina, cacau, café, madeira, aguardente de kava, polpa de coco;

**Principais produtos importados:** maquinaria e equipamentos, produtos alimentícios e combustíveis;

**Importações:** US\$111.6 milhões C.I.F. (2004);

**Principais parceiros comerciais:** Exportações: UE 44,9%, Austrália 12,1%, Japão 6,8%, Nova Caledônia 4,6% (2004). Importações: Austrália 42,5%, Nova Zelândia 13%, Fiji 8,6%, Cingapura 6,2% (2004);

## 1. POLÍTICA INTERNA

Em dezembro de 2004, após decisão da Corte Suprema e da Corte de Apelação de Vanuatu, o Parlamento daquele país aprovou voto de desconfiança contra o então Primeiro-Ministro Serge Vohor. Com a decisão e a conseqüente validação da votação, Vohor teve que deixar o poder e foi substituído por Ham

Lini, irmão mais novo de Walter Lini, considerado o fundador do Estado. Ham Lini já foi Vice-Primeiro-Ministro em sucessivas administrações anteriores. Espera-se que o novo Gabinete traga maior tranquilidade política ao país, tumultuado pelos seis meses do Governo Vohor, acusado de corrupção.

O último episódio controvertido de Vohor esteve ligado ao estabelecimento de relações diplomáticas com Taiwan, o que foi rejeitado por seus próprios Ministros, pois Vanuatu já reconhecia a República Popular da China – um dos poucos países do mundo a manter Embaixada em Port Vila. Assim, o voto de desconfiança culminou uma série de controvérsias que envolviam a administração de Vohor e teria sido precipitado pela decisão pessoal de Vohor em assinar um acordo com Taiwan, no último dia 3 de novembro. Comitê de Ética de Vanuatu estaria, ademais, investigando alegações de que as autoridades de Taipé teriam pago milhares de dólares americanos em propinas no contexto de tal reconhecimento. Desde a posse do novo governo, o país tem vivido tempos de estabilidade política.

## 2. POLÍTICA EXTERNA

Dos cerca de 7,8 milhões de habitantes da Oceania (excluídas Austrália e Nova Zelândia), 5,7 milhões correspondem à população da Papua Nova Guiné e 800 mil, à de Fiji. O 1,3 milhão restante distribui-se pelos demais 12 países. Niue, o menor deles, tem hoje apenas 1.650 habitantes - 20.000 niuenses emigraram, sobretudo para a Nova Zelândia. Vanuatu possui cerca de 200 mil habitantes.

A partir de 2001, multiplicaram-se crises na região, como secessão em Bougainville, golpes de estado em Fiji, crônica instabilidade política e elevado índice de violência criminal na Papua Nova Guiné. Em Vanuatu, motins da polícia foram a principal expressão da crise. Em dezembro de 2004, a instabilidade política no país desdobrou-se na aprovação do voto de desconfiança do Parlamento dirigido ao Primeiro Ministro Serge Vohor, substituído por Ham Lini.

A cooperação regional encontra-se consubstanciada no Foro das Ilhas do Pacífico, que realizou em 2004 sua 35ª reunião de cúpula anual. Seus principais objetivos são crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, segurança e boa governança (incluindo bom gerenciamento econômico e financeiro, respeito à lei e aos direitos de propriedade, eficiência do setor público, fortalecimento das instituições e do processo democrático e combate à corrupção).

As relações com Camberra – a economia mais forte da região – são muito importantes para Vanuatu. O Governo australiano deu claros sinais de endurecimento contra o Governo de Vohor, com ameaças de redução do nível do relacionamento e corte na ajuda externa, caso as autoridades não tomassem medidas

eficazes contra a corrupção e o crime. A preocupação de Camberra estaria centrada nos temas do crime transnacional e suas implicações para a segurança regional, com a contínua piora da situação na ilha no sentido da ausência da lei. O Governo australiano deseja que a Administração de Vanuatu estabeleça uma força policial profissional independente, inclusive com um importante papel de apoio da Polícia Federal Australiana, com vistas a prevenir a recorrência de motins policiais. Teme-se, ademais, que uma falta de cooperação com as forças policiais australianas baseadas em Vanuatu redunde, segundo Camberra, na contínua utilização da ilha como plataforma para o contrabando de cocaína e heroína para a Austrália e outros mercados.

A Austrália provê mais de 50% da ajuda externa recebida por Vanuatu – A\$ 31 milhões (aproximadamente US\$ 25 milhões) em 2004 – e constitui seu maior supridor de produtos (A\$ 60 milhões em 2003), turistas e investimentos. Essa ajuda, contudo, está vinculada às prioridades australianas de política externa e, em particular, ao combate ao crime por meio da observância pelo Governo em Port Vila dos princípios de boa governança.

### 3. ECONOMIA

Trata-se de economia de um país minúsculo, com uma população de aproximadamente 200 mil habitantes e as naturais dificuldades que tal dimensão causa ao desenvolvimento sustentado, envolvendo problemas ligados à própria identificação cultural. A economia informal ocupa 80% da população e a instabilidade política afeta o país há cerca de dez anos.

A despeito das dificuldades, Vanuatu possui até uma companhia aérea. A partir de 2003, o país registrou expansão anual do PIB superior a 2%, após a recessão dos dois anos anteriores. O crescimento foi especialmente favorecido pelo aumento dos preços dos produtos primários no mercado internacional (Vanuatu exporta cobre e cacau) e pela aquisição de propriedades em áreas costeiras, especialmente por australianos.

O papel do investimento estrangeiro e do aporte de recursos de doadores internacionais tem grande importância para a viabilidade econômica do país, cujo grande potencial econômico se encontra no setor de turismo.

#### 4. RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. Ainda não houve nenhuma visita de alto nível de parte a parte; as relações têm-se limitado à troca de votos em organismos multilaterais.

Quando da apresentação de credenciais pelo último Embaixador Brasileiro, em outubro de 2005, foi levantado o tema de possível cooperação técnica entre os dois países. Autoridades locais mencionaram as áreas de agricultura, aquíicultura, manejo florestal e futebol, como as mais propícias para o desenvolvimento da cooperação.

Vanuatu manifestou apoio à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Em sua visão, um CSNU ampliado poderia incluir o Japão, um país africano, um país do Oriente Médio e representantes dos pequenos países em desenvolvimento.

As exportações brasileiras para Vanuatu resumem-se, desde 1999, a produtos de consumo de bordo e outras mercadorias para embarcações.

**Intercâmbio Comercial Brasil – Vanuatu**  
US\$ milhares – FOB (fonte: MDIC)

Ano	Exportações Brasileiras	Importações Brasileiras	Saldo para o Brasil	Porcento Intercâmbio
1999	2,5	---	2,5	2,5
2000	2,2	---	2,2	2,2
2001	0,9	16,2	-15,3	17,1
2002	1,7	17,4	-15,7	19,2
2003	2,3	---	2,3	2,3
2004	---	---	---	---
2005	4,0	3,3	0,6	7,3
2006 (jan- abril)	0,5	---	0,5	0,5

## MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

## INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

## Informações Básicas

- Nome Oficial: Estado Independente de Papua Nova Guiné;
- Capital: Port Moresby;
- Área: 462.840km<sup>2</sup>;
- População: 5,9 milhões (2005);
- Línguas: Pidgin, Inglês, Hirimotu, dialetos;
- Moeda: Kina;
- Forma de Estado: Monarquia Constitucional;
- Organização Administrativa: 19 províncias com governos próprios;
- Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II, representada pelo Governador-Geral, Sir Paulius Matane (empossado em 29 de junho de 2004);
- Chefe de Governo: Sir Michael Somare, líder da National Alliance, eleito Primeiro Ministro pelo Parlamento em agosto de 2002;
- PIB: US\$bi 5,4 (2005);
- Crescimento: 3,2% (2005);
- Inflação: 1,7% (2005);
- Exp/Imp: 3,2 U\$bi/1,5 U\$bi (2005);
- Principais Produtos de Exportação: Ouro, Óleo cru, Cobre;
- Principais Produtos de Importação: Maquinário, Manufaturados;

*Fonte: Economist Intelligence Unit*

## 1. PAPUA NOVA GUINÉ (PNG) – LINEAMENTOS DE POLÍTICA INTERNA

Depois de ter parte de seu território pertencente à Alemanha, no fim do século XIX, e de ser ocupada por australianos durante a I Guerra Mundial, Papua Nova Guiné tornou-se independente em 1975. Seu território consolidou-se com o fim das hostilidades secessionistas de Bougainville, em 1997.

O sistema político é parlamentarista, com eleições a cada cinco anos, organizado de forma unicameral, contando 109 membros. O sistema partidário ainda está em definição, elencando-se a Aliança Nacional (do Premiê), o Movimento Democrático do Povo, e o Partido Progresso do Povo, entre outros. No geral, o país é uma democracia em organização, maciçamente rural (85%), que tenta adaptar instituições herdadas da experiência colonial inglesa. Isso significa que o país se empenha em reorganizar o espaço público, mitigando a influência tribal originária.

A dinâmica administrativo-institucional de PNG pode ser descrita como uma busca de maior estabilidade e de consolidação. A gestão do Primeiro-Ministro (PM), Sir Michael Somare dá-se no quadro

da novel Lei Orgânica sobre Integridade de Partidos e Candidatos, cujo escopo é limitar o número de parlamentares independentes e fortalecer o sistema partidário. A lei é importante, dado que os antecedentes revelam que a formação de coalizões é particularmente complexa e a ameaça de moções pontilha a vida política.

## 2. POLÍTICA EXTERNA

A prioridade de Política Externa para PNG é a recuperação do ativismo regional, com ênfase no Pacífico e Ásia meridionais (“looking north and working the Pacific”). Pelo fato de os meios e recursos do país serem limitados, não existe uma política mais sofisticada para os outros contextos.

Assinala-se a centralidade das relações bilaterais com a Austrália. Os números do intercâmbio comercial falam por si, respondendo o parceiro meridional por 25,3% das exportações neo-guineenses e 51,3% de suas importações. O país também cede assistência técnica e domina o mercado de serviços em Papua. Contudo, essa perspectiva deve ser matizada, lembrando que PNG não tem votado em favor da Austrália em Organismos Multilaterais e existe uma atitude de certa resistência pós-colonial.

Papua Nova Guiné foi o primeiro país a engajar-se no processo da APEC e logrou aderir ao esquema de Lomé. Esse compromisso foi renovado, e hoje chama-se Acordo de Cotonou, mantendo a estrutura original de um sistema de preferências tarifárias entre a UE e países Africanos e Caribenhos, mas que também possibilita investimentos de infra-estrutura (Rodovias Magi e Hiritano, Hidrelétrica Yonki). No Pacífico Sul, é membro de uma Zona de Livre Comércio Limitada com Vanuatu e Ilhas Salomão, sendo também membro associado da ASEAN. Neste caso, busca sua efetivação como membro pleno.

Ao longo da década de 90, obteve programas de ajuda econômica da Europa e Japão. Atualmente, por estar em situação econômica ainda vulnerável, tem enfrentado dificuldades na obtenção de recursos.

## 3. ECONOMIA

No que diz respeito à economia, após atravessar uma recessão de três anos com inflação alta, na casa dos dois dígitos, o país logrou voltar a crescer com estabilidade de preços. Contribuiu para isso a alta dos preços de petróleo e decorrente melhora do balanço de pagamentos do país. A política do governo se caracteriza pela busca de “estabilização com crescimento”. Isso significa ênfase no setor exportador associada a um certo grau de restrição fiscal.

As dificuldades assinaladas no campo político e econômico não devem afastar a lembrança de que PNG é um país dotado de vultosos recursos naturais, com demanda sólida no mercado internacional (petróleo, ouro, cobre). As mazelas que atingem o país são claramente institucionais, o que significa que não é um “Estado Falido”. Superados os reveses, e estabelecidas instituições confiáveis, PNG tem boas perspectivas de se tornar relevante no contexto regional.

### INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE PNG

	2001	2002	2003	2004	2005
Crescimento do PIB	-2,3%	-0,8%	1,8%	0,7%	2,9%
Inflação	9,3%	11,8%	14,7%	2,1%	1,7%
Exportações (US\$ bilhões)	1,812	1,639	2,2	2,3	3,2
Importações (US\$ bilhões)	0,932	1,077	1,187	1,3	1,5
Dívida externa (US\$ bilhões)	2,5	2,5	2,6	2,2	1,9

Fonte: *The Economist Intelligence Unit*. abril/2006.

## 1. RELAÇÃO COM O BRASIL

Por um conjunto de circunstâncias, geográficas, políticas, econômicas, Papua Nova Guiné tem valor estratégico limitado para o Brasil. Estabelecemos relações diplomáticas em 1989, e desde então não existem projetos de monta, muito embora as relações venham se fortalecendo nos últimos anos.

De qualquer maneira, é importante lembrar que PNG é membro das Nações Unidas e que busca adquirir visibilidade por sua participação em organismos internacionais, marcando sua independência da Austrália. O país não adotou uma postura pró-Estados Unidos, quanto ao Iraque, sempre havendo defendido a primazia das Nações Unidas nessa questão.

Em termos de iniciativa empresarial, as pautas de Brasil e PNG não são largamente complementares. Entretanto, PNG é um país importador líquido de alimentos, e suas maiores necessidades incluem maquinário para mineração e manufaturados não duráveis. Existe uma clara dependência da aviação regional para o transporte entre as ilhas, o que pode gerar alguma oportunidade para a Embraer.

Em dezembro de 2005, visitou o país delegação brasileira na área de cooperação técnica. Nessa ocasião, foram definidas como campos prioritários para a cooperação bilateral agricultura, particularmente café e cacau, pecuária e capacitação técnica entre outros. Iniciativas de capacitação técnica estão em curso presentemente.

Papua Nova Guiné se manifesta favoravelmente à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Autoridades já declararam que o país votaria nos países do G-4, inclusive o Brasil, para um CSNU ampliado.

**Intercâmbio Comercial Brasil – PNG (US\$ mil F.O.B.)**

	Exportações Brasilianas	Variação	Importações Brasilianas	Variação	Total de Anos-âmbios	Saldo
2000	1.078	-14,56	...	...	1.078	1.078
2001	813	-24,54	...	...	813	813
2002	1.372	68,69	...	...	1.372	1.372
2003	783	-42,91	...	...	783	783
2004	1.855	136,87	17,73	-98,62	1.838	1.873
2005	1.877	1,17	245	...	1.877	1.877
2006 (jan a abril)	590	32,06	202	...	590	590

Fonte: MDIC

DAOC-I/23.05.06

Aviso nº 614 - C. Civil

Em 7 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Fernando Paulo de Mello Barreto Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade da Austrália, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República de Vanuatu e no Estado Independente de Papua Nova Guiné, desde que obtido os **agrément**s dos governos desses países.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**MENSAGEM Nº 165, DE 2006**

(Nº 434, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, indicado pela Mensagem



gem nº 369, de 16 de maio de 2006, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Os méritos do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 214 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE APES

Brasília, 31 de maio de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 12 de outubro de 1986, bem como no art.

39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **currículo vitae** do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

### INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

#### MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PEDRO MOTTA PINTO COELHO

CPF.: 14653265100

ID.: 5115 MRE/DF

- 1946 Filho de Luiz Pinto Coelho e Maria do Carmo Motta, nasce em 28 de maio, em Santa Bárbara/MG
- 1972 CPCD - IRBr
- 1973 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
- 1973 Divisão das Nações Unidas, assistente
- 1975 Direito pela UFMG/MG e CEUB/DF
- 1975 Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário
- 1976 Segundo Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro
- 1979 Ciências Humanas pela George Washington University, Washington D.C., EUA
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1980 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
- 1981 Mestre em Ciência Política pela Georgetown University, Washington D.C., EUA
- 1984 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Chefe, substituto
- 1984 Divisão das Nações Unidas, Assistente.
- 1985 Divisão do Mar, do Espaço e da Antártida, Chefe, substituto
- 1985 XIII Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, Bournemouth, Chefe de delegação
- 1985 IV Operação Antártica, Antártida, Chefe de delegação
- 1985 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
- 1986 Centro de Documentação, Chefe, substituto
- 1986 Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
- 1987 Centro de Documentação, Chefe
- 1987 Divisão de América Meridional II, Chefe
- 1987 I Reunião da Comissão Mista Brasil-Colômbia de Cooperação Amazônica, Leticia, Chefe de delegação

- 1987 Ordem Francisco Miranda, Venezuela, Oficial
- 1988 I Reunião da Comissão Executiva do Plano-Modelo de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas ao Eixo Tabatinga -Apaporis, Bogotá, Chefe de delegação
- 1988 II Reunião da Comissão Executiva do PAT, Manaus, Chefe de delegação
- 1988 III Reunião da Comissão Executiva do PAT, Brasília, Chefe de delegação
- 1988 I Reunião da Subcomissão de Cooperação Fronteiriça da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Rio Branco, Chefe de delegação
- 1988 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, Brasília, Chefe de delegação
- 1988 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 1988 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
- 1989 I Reunião da Comissão Executiva do Plano-modelode Desenvolvimento Integrado das Comunidades Vizinhas á Fronteira Brasil -Peru, a ter início por Inapari, Assis Brasil, Lima, Chefe de delegação
- 1989 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Peru de Cooperação Amazônica, Lima, Chefe de delegação
- 1989 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
- 1989 GATT-Rodada Uruguai; GT sobre Serviços; GT sobre Investimentos; e GT sobre Propriedade Intelectual, Chefe das delegações
- 1989 Fundo Multilateral para o Meio-Ambiente, Comitê Executivo, reuniões de Genebra, Roma, Nairobi, Abidjan e Washington, Chefe de delegação
- 1991 Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Comitê Executivo, Genebra, Chefe de delegação
- 1992 Convenção sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, Convenção de Basiléia, Comitê Técnico, Genebra, Chefe de delegação
- 1992 CAE - IRBr, Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado
- 1992 Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília
- 1992 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
- 1993 Ordem Rio Branco, Brasil, Comendador
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
- 1994 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro
- 1994 O Tratamento Multilateral do Meio Ambiente:Ensaio de um Novo Espaço Ideológico, in Temas de Política Externa Brasileira II, Paz e Terra, São Paulo, Versão integral em "Cadernos do IPRI", n. 18, Brasília
- 1997 "Repensando el Mercosur. Brasil-Argentina y una nueva sociedad política", in Archivos del Presente, Año 3, n.9, Buenos Aires

- 1998 Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geo-econômica da integração, in Política Externa, Vol.7,n.1,Paz e Terra, São Paulo
- 1998 Ordem San Martín, Argentina, Gran-Oficial
- 1999 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
- 2000 Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje, in Argentina-Visões Brasileiras, Samuel Pinheiro Guimarães, org., IPRI-CAPES, Brasília
- 2001 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
- 2001 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande-Oficial
- 2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de junho
- 2003 Departamento da África, Diretor

  
**CLAUDIA D'ANGELO**

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**

## **INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DE CHIPRE**

Junho de 2006

## Informações sobre Chipre

### Dados básicos

---

Nome oficial	República de Chipre
Superfície	9.250 Km <sup>2</sup>
Localização	Mar Mediterrâneo
Capital	Nicósia
Principais cidades	Nicósia, Gazimacusa, Girne
População (2004)	780.133
Idiomas	Grego, turco e inglês
PIB (2005 est.)	US\$ 16,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2005 est.)	US\$ 20.125
Crescimento do PIB (2005)	3,6%
Moeda	Libra cipriota

*Fonte: The Economist Intelligence Country Report Dezembro de 2005*

### Autoridades governamentais

---

Chefe de Estado: Presidente Tassos Papadopoulos  
Chefe de Governo: Presidente Tassos Papadopoulos  
Ministro de Negócios Estrangeiros: Embaixador Tasos Tzionis

### Evolução do quadro político

---

Em 1878, nos termos da Convenção sobre a Aliança Defensiva entre a Turquia e o Reino Unido, o Governo britânico assumiu a administração da ilha de Chipre, embora a soberania formal permanecesse com a Turquia. Em 1914, com a entrada turca na I Guerra Mundial, o Reino Unido anexou a ilha, que se tornou "Colônia da Coroa" em 1925.

O país se tornou independente em 1960, vivendo desde então ciclos de tensão entre a maioria de origem greco-cipriota e a minoria com origens na Turquia, cujas forças militares invadiram a ilha em 1974 e estabeleceram território (de cerca de 36% da ilha) sob controle da chamada República Turca do Norte do Chipre, reconhecida apenas por Ancara. A linha divisória entre os dois setores é vigiada por tropas da ONU, que mantém desde 1964 na ilha a UN-FICYP, missão de manutenção da paz composta por 909 militares (dados de dezembro de 2005) de cerca de 15 países, inclusive dois do Brasil, agregados ao batalhão de infantaria argentino.

O Chipre tem área total de 9 mil km<sup>2</sup> e por volta de 800 mil habitantes (78% de origem grega, 18% de origem turca e 4% de minorias diversas). A República do Chipre é integrante das Nações Unidas, da "Commonwealth", da OSCE e, desde 1º de maio de 2004, da União Européia.

Desde o fim do domínio colonial do Reino Unido sobre Chipre, em 1960, permanecem sob jurisdição britânica na ilha duas "Áreas de Bases Soberanas".

Akrotiri e Dhekelia. Segundo descrição da Chancelaria britânica, “as Áreas de Bases Soberanas [“Sovereign Base Areas”/ SBAs] são território soberano britânico e cobrem 98 milhas quadradas de Chipre [cerca de 254 km<sup>2</sup>, aproximadamente de 3% da área total da ilha]. As SBAs são puramente de natureza militar. As Áreas são governadas pela Administração das SBAs e têm sua própria legislação, força policial e tribunais. São muito ligadas à República de Chipre, com que mantêm união aduaneira e monetária.” O quartel-general das SBAs se localiza em Episkopi.

Houve, no início de 2006, tentativas britânica (do então Secretário do Exterior Jack Straw) e turca (plano do Primeiro-Ministro Erdogan) de propor a retomada do processo de entendimento, acolhidas com frieza pelas partes.

## Avaliação do estado das relações bilaterais

### Relacionamento político

---

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde o ano de 1966, com a troca de embaixadas cumulativas; a do Brasil com a de Tel-Aviv e a de Chipre com a de Lisboa. O Brasil adota uma política de equilíbrio no conflito intercomunitário na ilha e no impasse entre a Grécia e a Turquia a respeito de Chipre. O Brasil apóia, entretanto, as decisões da ONU que condenaram a invasão daquele país pela Turquia em 1974 e a unilateral proclamação do pretense Estado independente da República Turca do Norte de Chipre em 1983. O Brasil, portanto, não reconhece a RTNC, reconhecendo apenas a República de Chipre, tal como constituída em 1960, país membro da *Commonwealth* e com o qual mantém relações diplomáticas.

O Brasil defende o tratamento da questão nos moldes estabelecidos pela AGNU, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, integridade territorial e independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades. Nesse sentido, o Governo brasileiro apóia integralmente a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas para que sejam iniciadas conversações entre as partes grega e turca do Chipre.

Como elemento na ampliação dos contatos entre os dois países, realizou-se em Nicósia, de 4 a 30 de outubro de 2004, o Mês da Cultura Brasileira, que teve, entre outros eventos, festival de cinema brasileiro, exibição de fotografias de Sebastião Salgado e debates sobre a literatura nacional. O Presidente interino do Chipre e Presidente da Câmara dos Deputados Dimitris Christofias compareceu à recepção de lançamento do Mês da Cultura Brasileira.

O Presidente Papadopoulos compareceu à reunião de líderes mundiais para a Ação contra a Fome e a Pobreza em setembro de 2004, em Nova York.

**Dados do comércio bilateral**

Exportações (FOB)	
2005	2002
US\$106.085.044	US\$10.915.526

Importações (FOB)	
2005	2002
US\$4.340.223	US\$1.276.050

Saldo	
2005	2002
US\$101.744.821	US\$9.639.476

**Principais produtos exportados ao Chipre (jan-dez 2005)**

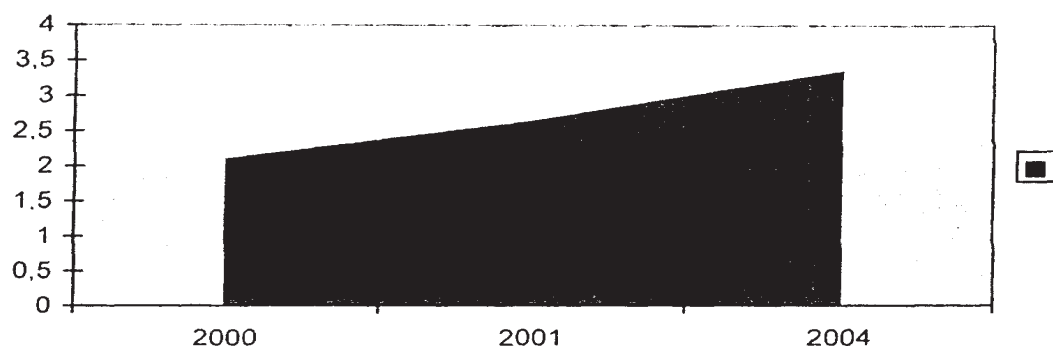
Óleo combustível
Café em grão, não torrado e não descafeinado
Automóveis
Carne bovina congelada

**Principais produtos importados do Chipre (jan-dez 2005)**

Hulha
Pigmentos
Resíduos de alumínio
Derivados de hormônios córtico-suprarenais

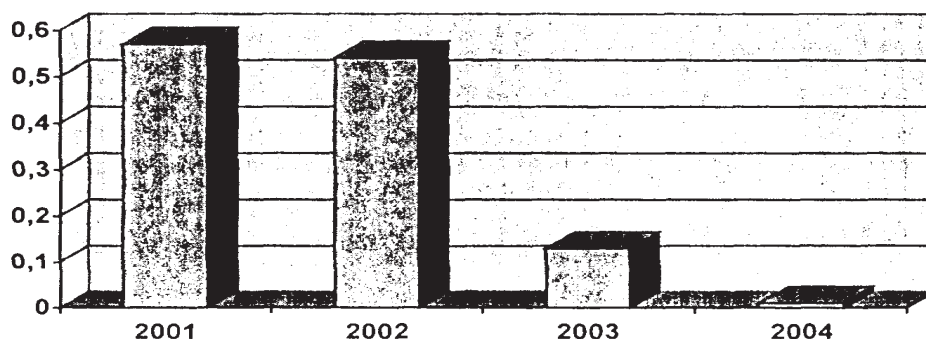
**Dados de investimento de Chipre no Brasil****Estoque de investimentos cipriotas no Brasil (em US\$ milhões)**

2000	2001	2004
2,09	2,63	3,34



### Fluxo de investimentos cipriotas ao Brasil (em US\$ milhões)

2001	2002	2003	2004
0,57	0,54	0,13	0,01



Fonte: Banco Central Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio. Ingressos de investimentos e conversões de empréstimos e financiamentos em investimento direto. Conversões em dólares às paridades históricas.

### Principais empresas brasileiras de exportação para e importação do Chipre

EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO
PETROBRAS	CSN
COIMEX TRADING	PROFERTIL
MINERVA LTDA	BASF
MULTIBRAS	GALENA
QUATRO MARCOS	EMS
MANSUETO PIEROTTI & FILHOS	GENIX
PERIM CAFÉ	INDUKERN
MASISA DO BRASIL	EUROFARMA LABORATÓRIOS
DRESSER	ALCOA ALUMINIO
GVA	BIOLAB SANUS
FRANCO FABRIL	CRISTALIA
SADIA	MARJAN
RIPASA	BHP BILLITON
AGRO FOOD	COTIA TRADING
UNIVERSAL TRADING	LABORATÓRIO NEO QUÍMICA

Aviso nº 613 – C. Civil

Em 7 de junho de 2006

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado de Israel, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Chipre.

Atenciosamente, **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – As Mensagens que acabam de ser lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou, na última sexta-feira, o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2006**, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *altera o art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, para que os Tratados e Acordos Internacionais passem a ser apreciados de modo terminativo pelas Comissões.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 670, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão á Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná.**

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 174, de 2006 (nº 1.998, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial,

nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 174, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

#### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 174, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos



quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do

Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006. – Senador **Gerson Camata**, Presidente – Senador **Flávio Arns**, Relator.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 174/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:  (Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

PMDB	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	
AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS RELATOR	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 174/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN	X				IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO	X			
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 AUTOR: 1

PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006



SENADOR-GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II

**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V

**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– O Parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Com referência ao **Ofício nº 47, de 2006**, da Comissão de Educação, lido em 9 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o **Parecer nº 34, de 2003**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº

174, de 2006, aprovado pela Comissão de Educação, seja apreciado pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– O Senhor Presidente da República adotou, em 8 de junho de 2006, e publicou em 9 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 296, de 2006**, que “Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, para fins de constituição dos quadros de pessoal das novas instituições federais de educação profissional e tecnológica e das novas instituições federais de ensino superior.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

**SENADORES**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

Alvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

**PMDB**

Ney Suassuna	José Maranhão
Luiz Otávio	Alberto Silva
Valdir Raupp	Wellington Salgado de Oliveira

**Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)**

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

**PTB**

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

**\*PDT**

Jefferson Péres	vago
-----------------	------

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

**DEPUTADOS**

<b>Titulares</b>	<b>Suplentes</b>
------------------	------------------

**PT**

<b>Henrique Fontana</b>	Ângela Guadagnin
<b>Fernando Ferro</b>	Anselmo

**PMDB**

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
-----------------	-------------------

Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes
	<b>PFL</b>
Rodrigo Maia Kátia Abreu	Luiz Carlos Santos José Rocha
	<b>PSDB</b>
<b>Jutahy Junior</b>	Bismarck Maia
	<b>PP</b>
Mário Negromonte	Benedito de Lira
	<b>PTB</b>
José Múcio Monteiro	Fleury
	<b>PL</b>
Luciano Castro	José Carlos Araújo
	<b>PSB</b>
Alexandre Cardoso	Dr. Ribamar Alves
	<b>PDT</b>
Miro Teixeira	Álvaro Dias
	<b>*PTC</b>

Carlos Willian

\*Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **9-6-2006**
- Designação da Comissão: **12-6-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **13-6-2006**
- Emendas: **até 15-6-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **9-6-2006 a 22-6-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **22-6-2006**
- Prazo na CD: **de 23-6-2006 a 6-7-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **6-7-2006**
- Prazo no SF: **de 7-7-2006 a 3-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **3-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: **de 4-8-2006 a 6-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **7-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **21-8-2006** (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2006

**Altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis, explosivos em condições de risco acentuado, e em redes de energia elétrica e telefonia fixa ou móvel.

..... (NR)”

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica e no setor de telefonia fixa ou móvel, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

A alteração proposta ao art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, objetiva contemplar operações em redes de energia elétrica e telefonia móvel ou fixa, com o adicional de periculosidade.

O Tribunal Superior do Trabalho tem acórdão no sentido de que o direito à percepção do adicional de periculosidade relacionado à energia elétrica também pode ser estendido aos empregados de empresa de telefonia. A hipótese foi admitida pela Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, conforme o voto do ministro Renato de Lacerda Paiva. Em seu julgamento, o órgão do TST negou provimento a um recurso de revista interposto pela Telecomunicações de Minas Gerais S/A (Telemar).

O objetivo da empresa era o de reformar determinação anterior do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais que assegurou a um cabista a percepção do adicional de periculosidade, conforme a previsão

do art. 1º da Lei nº 7.369/85. O dispositivo prevê que o empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.

Em suas atividades, o cabista realizava operações diárias, variáveis de uma a seis horas de serviço, junto às redes aéreas de telefonia, instaladas em postes. As tarefas consistiam em reparar defeitos provocados por descargas elétricas em período chuvosos, descargas elétricas oriundas das linhas de distribuição em alta tensão da Cemig, deterioração da rede, falta de aterramento da rede, falha operacional, acidentes envolvendo veículos, vandalismo, etc.

Segundo os autos, a distância entre as redes de telefonia e de alta tensão (energia elétrica) variava de 20 centímetros a um metro. Em favelas, o cabista operava em emaranhados de ligações aéreas e clandestinas, onde fios e cabos elétricos se confundem com caixas e cabos telefônicos. Verificou-se, também, em vários pontos da rede de energia elétrica aérea (Cemig) transformadores abaixadores de tensão e/ou corrente e próximos à rede telefônica aérea Telemar.

Diante deste quadro, o TRT – MG deferiu o adicional de periculosidade ao trabalhador, embora esse pertencesse à categoria dos telefônicos. O laudo pericial traz elementos suficientes para chegar à caracterização da periculosidade, em face do contato de maneira permanente e habitual (não ocasional nem eventual) em área considerada de risco pelo Ministério do Trabalho nos termos do Decreto nº 93.412/86, registrou o acórdão regional.

Esse posicionamento foi confirmado pela Segunda Turma do TST, durante a interpretação feita sobre a previsão específica da legislação.

O deslinde da controvérsia decorre da delimitação do alcance da Lei nº 7.369/85, a fim de verificarmos se o direito ao adicional de periculosidade abrange também os empregados de empresas de telefonia, observou o ministro Renato Paiva.

Por outro lado, segundo inúmeras correspondências dos sindicatos de trabalhadores da área telefônica, os acidentes de trabalho são constantes, motivados pela utilização simultânea de rede elétrica e telefônica no mesmo espaço físico.

Não há razão para se excluir os operários responsáveis pela manutenção da rede de telefonia, constantemente vistos em célere escalada nos postes de sustentação da rede elétrica, assegurando a prestação

de um serviço indispensável para todos nós, razão pela qual merecem a percepção do adicional de periculosidade, da mesma forma que seus paradigmas eletricitários.

Assim, contamos com o apoio dos nossos eminentes Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.369, DE 20 DE SETEMBRO DE 1985

**Institui salário adicional para os empregados no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade.**

.....  
 Art. 1º O empregado que exerce atividade no setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, tem direito a uma remuneração adicional de trinta por cento sobre o salário que perceber.  
 .....

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

**Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

.....  
 Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem em contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

§ 1º O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

§ 2º O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido.  
 .....

DECRETO Nº 93.412,  
 DE 14 DE OUTUBRO DE 1986

**Revoga o Decreto nº 92.212, de 26 de dezembro de 1985, regulamenta a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, que institui salário adicional para empregados do setor de energia elétrica, em condições de periculosidade, e dá outras providências.**  
 .....

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**REQUERIMENTO Nº 662, DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, de Manaus, ocorrido em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo Falecimento do Educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos – ICBEU.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares do professor e ao ICBEU de Manaus.

**Justificação**

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se. Manoel Gonzalez dedicou toda sua vida da educação, fundando em 1956, com outros professores, o ICBEU – Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos. Era também dedicado mestre de Yoga e dava aulas no Parque Municipal do Idoso, na Capital amazonense. Deu aula até o dia em que morreu, vítima de infarto.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 663, DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Acácia da Silva Sevalho, do Jornal Correio Amazonense, ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar, pelo falecimento de Acácia da Silva Sevalho, do jornal **Correio Amazonense** ocorrido no dia 5 de junho de 2006, em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Acácia Sevalho e da direção do jornal **Correio Amazonense**.

**Justificação**

Acácia da Silva Sevalho integrava a equipe comercial do **Correio Amazonense**. Era pessoa estimada por todos os seus colegas e amigos, pela imagem correta, dedicada ao trabalho e a família. Ela morreu no dia 5 de junho de 2006, em desastre automobilístico, o mesmo que vitimou também Marta Vasquez, que estava no mesmo veículo que se desgovernou, capotando imediatamente. O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 664, DE 2006**

**Requer Voto de Pesar pelo falecimento de Marta Vasquez, do Jornal Correio Amazonense, ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus.**

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de pesar, pelo falecimento de Marta Vasquez, do jornal **Correio Amazonense**, ocorrido no dia 5 de junho de 2006, em Manaus.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Marta Vasquez e da direção do jornal **Correio Amazonense**.

**Justificação**

Marta Vasquez integrava a equipe comercial do **Correio Amazonense**. Era pessoa estimada por todos os seus colegas e amigos, pela imagem correta, dedicada ao trabalho e à família. Ela morreu no dia 5 de junho de 2006, em desastre automobilístico, o mesmo que vitimou também Acácia da Silva Sevalho, que estava no mesmo veículo que se desgovernou, capotando imediatamente. O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**REQUERIMENTO Nº 665, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso à comunidade Portuguesa e Luso – Brasileira do Amazonas pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 de junho.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, pelo transcurso, no dia 10 de junho de 2006, do Dia de Portugal, na data consagrada a homenagear Luís de Camões, o imortal criador do poema épico Os Lusíadas.

Requeiro, ademais, que este Voto seja levado ao conhecimento do Presidente do Conselho da Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, João André Nogueira da Silva, e, por seu intermédio, a todos os portugueses e luso-brasileiros do Estado. Além disso, aos três homenageados este ano, por relevantes serviços prestados à entidade: Srs. Alfredo Monteiro Vieira, Guilherme Garcia Almeida e Manuel Lucas Batatel.

**Justificação**

O Voto de Aplauso que estou requerendo ao Senado da República é de enaltecimento a entidade cultural do meu

Estado, ao ensejo do transcurso do Dia de Portugal, Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas.

É evidente que o Voto proposto homenageia todos os portugueses e luso-brasileiros do País. Particularizo, no entanto, a parcela residente no meu Estado em reconhecimento ao trabalho que ali desenvolve a Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, que tem seu Conselho presidido por João André Nogueira da Silva.

As comemorações destacaram inclusive o nome do imortal poeta Luís de Camões, autor dos Lusíadas.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 666, DE 2006**

**Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a liberação e o repasse de recursos públicos para entidades que reivindicam a reforma agrária.**

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

1. Quantas entidades e/ou organizações recebem recursos da União com a finalidade de realizar serviços sociais e de infra-estrutura nos assentamentos rurais?

2. Quais são essas entidades e/ou organizações?

3. Qual o volume de recursos da União que foi destinado a cada uma dessas entidades e/ou organizações nos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, até a presente data?

4. Existe, por parte do atual governo, alguma fiscalização com relação à efetiva aplicação desses recursos na realização de serviços sociais e de infra-estrutura?

5. Existe, por parte do atual governo, alguma fiscalização com relação aos convênios firmados entre essas entidades e/ou organizações e às associações a elas ligadas?

#### **Justificação**

A imprensa noticiou, nos últimos dias, que o Presidente Lula liberou, em 2004, R\$9 milhões para

o Movimento de Libertação dos Trabalhadores Sem-Terra (MLST), responsável pelo ataque à Câmara dos Deputados no dia 6 de junho.

Segundo as matérias, a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), fundada e comandada por integrantes do MLST, recebeu R\$5,6 milhões durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A imprensa deu destaque, também, à possibilidade de “instrumentalização política” desses movimentos sociais que têm feito uso da violência como estratégia de luta para reivindicar mudanças nas leis fundiárias. O líder do MLST, Bruno Maranhão, é secretário nacional de movimentos populares da Executiva do Partido dos Trabalhadores.

Assim, as informações que ora requeiro são de fundamental importância para que se tenha o devido esclarecimento do assunto.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

#### CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

#### REGIMENTO INTERNO

#### SUBSEÇÃO II

#### **Dos Requerimentos de Informações** (Const., art. 50, 2º)

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 667, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Autoregulação e Publicitária - CONAR, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – CONAR, por ter se mostrado sensível à preocupação da sociedade e estabelecido novas normas, a vigorarem a partir de 1º de setembro, relativas à publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes, bem como de alimentos e refrigerantes.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento daquele Conselho.

#### **Justificação**

Levando em consideração os avanços técnico-científicos ocorridos nos últimos anos e sobretudo a crescente preocupação da sociedade, principalmente com a obesidade, que vem se tornando problema de saúde pública – e não apenas para as camadas mais abastadas da população – o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – CONAR, estabeleceu novas normas para a publicidade de produtos alimentícios e refrigerantes, bem como daqueles que têm por alvo o público infante-juvenil. Em relação às crianças e adolescentes, as novas normas proíbem apelos imperativos como “Peça pra sua mãe comprar...” ou sugestivos, como “Faça como eu, use...”, além de determinar outras medidas visando a proteger um público que, ainda em formação, é naturalmente muito sugestionável.

Em relação a alimentos, refrigerantes, sucos e correlatos, as novas normas visam a impedir que a publicidade induza a seu consumo em detrimento de produtos naturais e de atividades físicas. Com essas normas auto-regulamentadoras, o Conar se antecipa a quaisquer medidas governamentais ou legislativas, estabelece, ele próprio, limites para a publicidade, respeitando, porém, a liberdade dos profissionais de anunciar os produtos e o direito do público de escolher

o que lhe parecer melhor. O Conar merece, portanto, este Voto de Aplauso que ora proponho.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 534/2006 — GP

Brasília, 7 de junho de 2006

Senhor Presidente,

A Ordem dos Advogados do Brasil — Seccional do Distrito Federal, preocupada com o grave incidente ocorrido na última terça-feira (6-6-2006) nas dependências da Câmara dos Deputados, envolvendo membros do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), que resultou em prisões de mais de 400 manifestantes, dentre os quais mulheres e crianças, designou a Comissão de Direitos Humanos para acompanhar os procedimentos junto às autoridades competentes.

Cumpramos ressaltar que esse acompanhamento foi motivado pela preocupação com as condições de acomodação, alimentação e de assistência médica sob a responsabilidade do Estado, tendo sido constatada a precariedade, diante de um acontecimento de tão elevadas proporções, de infra-estrutura para o pronto atendimento a todo o contingente de manifestantes.

Com relação ao ocorrido, a OAB/DF condena, veementemente, toda e qualquer ação de vandalismo contra o patrimônio público, sobretudo suas instituições representativas, como é o caso da Câmara dos Deputados, que, em última análise, constitui um atentado à própria democracia. Mas entende que os direitos das pessoas devem ser constitucionalmente respeitados e manifesta sua preocupação com a situação das crianças recolhidas à Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), envolvidas inocentemente no episódio, bem como de suas mães e acompanhantes, para os quais solicita atenção especial e rigoroso respeito ao que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13-7-1990)

Por fim, a OAB/DF, por intermédio de sua Comissão de Direitos Humanos (CDH), permanecerá acompanhando, diuturnamente, todo o desenrolar dos acontecimentos, a fim de que se encontre uma solução que venha a atender os pressupostos e requisitos legais de direito de defesa e de respeito à dignidade da cidadania.

Atenciosamente, – **Estefânia Viveiros**, Presidente da OAB/DF.



**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O Ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, sem prejuízo dos inscritos, o Senador Papaléo Paes.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento, Senador.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao inaugurar as instalações de um grupo hospitalar em Porto Alegre, há algumas semanas, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em mais um de seus arroubos verbais, disse que o Brasil “não está longe de atingir a perfeição no tratamento da saúde”.

Nesse despautério, o Presidente Lula é reincidente, porquanto, em dezembro de 2005, na V Conferência Nacional de Assistência Social, já fizera afirmação semelhante.

Ora, Sr. Presidente, ninguém há de negar as virtudes do Sistema Único de Saúde ou a crescente universalização do atendimento médico – um desafio que se impôs com a Constituição Federal de 1988, e que desde então vem sendo perseguido com razoável êxito. Daí a considerar o Sistema Único de Saúde próximo da perfeição, sem qualquer trocadilho, vai uma distância astronômica. Ou o Presidente Lula se deixou levar pelo entusiasmo, ou precisa novamente percorrer o País, em todos os seus quadrantes, para retomar contato com a realidade.

Informa o Ministério da Saúde que o SUS é utilizado hoje por 120 milhões de pessoas, e que uma das suas conquistas foi a inclusão de um terço da sociedade brasileira, que não tinha qualquer outro tipo de assistência médica. Os números do SUS realmente impressionam: são 625 milhões de consultas médicas anuais, 12 milhões de internações e 300 milhões de exames laboratoriais. O Brasil é referência mundial na prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas a Aids. O País é elogiado pelo Programa Nacional de Imunizações e tem o segundo maior programa de transplantes de todo o mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, onde somente 20% desses procedimentos são bancados pelo Poder Público.

Esses números que nos impressionam positivamente também impressionam o Presidente Lula – o que é natural –, mas não podem impedi-lo de enxergar a outra face da moeda: o lado da saúde pública que está ainda engatinhando em termos de rapidez, eficiência e qualidade no atendimento à população.

Ressalvando que as diretrizes do SUS são adequadas, e assinalando que o sistema é uma reforma social incompleta, com implantação heterogênea

conforme a região ou localidade, o Professor Gastão Wagner, da Unicamp, aponta falhas no Programa: financiamento insuficiente, crescimento da atenção primária em velocidade e qualidade abaixo do desejado, regionalização e integração quase virtuais e eficácia e eficiência de hospitais e serviços abaixo do padrão pretendido. E o mais grave, na opinião do Professor Gastão Wagner, é “a impressão de que há certo desencanto com o SUS, um descrédito quanto à viabilidade de uma política tão generosa e racional”.

A opinião do Professor da Unicamp é citada no artigo “Vícios e Virtudes Públicas”, de autoria de Vagner Ricardo e publicado na revista **Conjuntura Econômica**, de maio de 2006.

No texto, o autor, embora reconhecendo os méritos do sistema, diz:

(...)utopia do atendimento universal cai por terra ao constatar que milhões de brasileiros esperam em filas sem fim nos hospitais públicos e postos de saúde, convivem com falta de medicamentos e recebem atendimento às vezes precário, a despeito das regiões em que morem.

As falhas no atendimento aumentam a preocupação em um País em que quase um terço da população sofre com doenças crônicas, como diabetes, hipertensão, câncer, problemas de coluna e reumatismo, segundo informações organizadas pelo PNAD 2003, do IBGE.

Em artigo intitulado “A Saúde na UTI”, publicado no jornal **Correio Braziliense**, do dia 07 de fevereiro último, o Consultor de Saúde, Carlos Gropen denunciava:

É grave a situação da saúde pública brasileira. Já não bastasse a falta de medicamentos, luvas descartáveis, agulhas, frascos de soro e outros insumos básicos, destaca-se agora um outro aspecto da crise: a degradação do componente humano. Médicos e outros profissionais da área de saúde se submetem a condições de trabalhos desumanas, com conseqüência para si mesmos e para os pacientes.

Ouç o aparte do Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Papaléo, gostaria de participar do seu pronunciamento e cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Suassuna, Professor Suassuna, a quem chamo de Shakespeare. Professor Suassuna, em vim atentamente ouvindo o rádio, como V. Ex<sup>a</sup>. Olha, Professor Suassuna, olha para cá. Professor Suassuna, olhe para cá. Entre o Jamanta e o Lula, sou mais o Jamanta: é simpático, é bondoso, é honesto. Professor Papaléo, V. Ex<sup>a</sup> reflete a realidade das Ciências de Saúde. Professor Suassuna, eu vim de

Picos agora, no fim de semana. Picos é para o Piauí o que São Paulo é para o Brasil: trabalho. Conversei com médicos, recebi-os em um banquete e conversei. Lá deve haver uns 150 profissionais. Atentai bem, ó Jamanta da República: só dois operam – já estão no fim, por unanimidade – pelo SUS. Dois reais, ó Jamanta da República, é o preço de uma consulta! Os médicos, na sua característica humanitária, atendem gratuitamente. Não é pelo SUS do Jamanta. Só dois! Olha, isso aqui é moleza! Isto é como o homem disse: é um céu. Próstata, eu fiz muitas. Suassuna, operar próstata é idoso, é velho, é complicado, mete, sangra, entope o balão... Jamanta, uma próstata é R\$ 100,00! Ninguém faz. Estou dizendo como está. Jamanta da República, se manca, mande-me convidar para eu o ensinar. Foi conquistado isso, coisa de Mão Santa. Dois reais por consulta! Suassuna, um médico para ganhar R\$ 5 mil teria que dar 110 consultas por dia. Só são 20 dias úteis. Hoje ninguém atende pelo SUS. Sou especialista em SUS e eduquei a minha família. As tabelas eram honradas com dignidade e, por isso, estou aqui. Todos estão deixando o SUS; estão atendendo por caridade. Atentai bem, Suassuna: uma anestesia, um procedimento para colocar um braço no lugar, numa luxação, uma cirurgia ortopédica tem tabela de R\$ 6,00 e R\$ 9,00 para o anestesista. Isso é uma molecagem! O Jamanta governaria este País melhor do que Lula. É um inconseqüente! O que está havendo é o seguinte, Suassuna, vamos para o debate: existe roubalheira aí, desde os vampiros; é esculhambação; é negócio de ambulância, e o Jamanta: “eu não sei; eu não vi”. Isso é uma vergonha! Pelo SUS ninguém está atendendo nada. O que está havendo é o seguinte – atentai bem: os médicos especialistas estão deixando as suas especialidades e estão pegando esse PSF. Não há resolubilidade. Olha, e é cara a medicina privada. Todos os hospitais estão aí. Convivo com a classe médica. E agradeço a Deus porque no meu tempo não era isso não. Ganhávamos. Estou aqui, sou aposentado pelo INSS, sou cirurgião. As tabelas tinham dignidade. Hoje uma próstata é R\$ 100,00. E para se operar uma próstata tem que se fazer o diagnóstico e não dorme, não; entope a sonda... Operei muito! Mas é sacrifício! O Jamanta da República não tem a mínima noção do que é saúde. Sou muito mais o Jamanta. E ele não pode dizer, não sabe o que é a saúde. A saúde tem que ser como o sol: igual para todos. Ô, Suassuna, diz para o Jamantão da República que um dia em uma UTI são R\$ 10 mil. Isso é coisa de rico, para quem pode, para nós. Esse é o Partido mais injusto! E nunca a ignorância foi tão audaciosa. Ela só é superada pela corrupção do PT. Jamais! Te manca, Jamanta da República! O meu Partido vai ser o rabo da sua incompetência!

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Ouçó V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador Papaléo Paes, eu não posso discordar, de maneira alguma, do Senador Mão Santa quanto a essa tabela do SUS. Tínhamos 400 milhões no Orçamento que deviam ter sido aplicados para melhorar a situação. É preciso um médico, considerando o valor de R\$ 2,50, fazer duas consultas para engraxar um sapato, pois o preço é R\$ 5,00. Hoje, um parto – e há o pré e o pós-parto –, uma cesariana custa R\$ 100,00.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – São nove meses.

**O Sr. Ney Suassuna** – (PMDB – PB) – São nove meses de acompanhamento.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Para fazer uma cesariana, há o pré-natal. A cesariana é a conseqüência do tratamento. Depois pode haver complicação. Então, na prática, são 10 meses para um médico...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Fiz um discurso aqui, há duas semanas, exatamente reclamando da situação dos hospitais do meu Estado. Esses hospitais estão em uma situação muito difícil, uma vez que, por exemplo, os psiquiátricos contam com R\$ 25,00 de diária para dar alimento – três refeições –, todos os remédios, internação e roupa lavada. Realmente precisa haver uma reformulação nessa tabela do SUS.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Só um instante, Shakespeare, US\$ 400,00 me foram oferecidos como diária para ir à China e, agora, para os Estados Unidos. E V. Ex<sup>a</sup>, Senador, está falando que a diária paga a um hospital é de R\$ 25,00, com atendimento e medicamento. Ô Lula, ô Jamanta, acorda!

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Então, todos os hospitais psiquiátricos de João Pessoa, exceto o público, estão fechando. E não fecharam ainda porque não têm o dinheiro para a indenização. Nobre Senador, V. Ex<sup>a</sup> está abordando um tema muito difícil, muito importante e que atinge a vida de todos nós. Hoje somente para os hospitais privados compensam realizar os procedimentos mais complexos; os outros não querem. Portanto, não posso tirar a razão do Senador Mão Santa – não dessa maneira como fala – quando diz que, de 150 médicos, só 2 estão aceitando fazer esse atendimento do SUS. É preciso reformar essas tabelas, que não são condizentes. Meu Estado e os Estados periféricos do Norte e do Nordeste estão sofrendo muito mais do que os do Sul e do Sudeste, onde a maioria da população tem condição de pagar plano de saúde. Portanto, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que, neste caso específico, concordo em gê-

nero, número e grau: é hora e tempo de fazermos uma reformulação nessa tabela do SUS.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna.

Concedo aparte ao Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Papaléo, este tema é de extrema importância, e V. Ex<sup>a</sup>, como médico, conhece mais do que ninguém esta questão que ainda não foi resolvida, ainda não tem uma política consistente por parte do Governo Federal. Assim como o Senador Mão Santa referiu-se aos recursos destinados a determinadas cirurgias, que são uma esmola, uma gorjeta, não são recursos, eu queria aproveitar o seu pronunciamento para dizer que, há pouco, recebi uma ligação de uma senhora chamada Alcinéia – parece-me – da Penha, do meu Estado de Santa Catarina. Ela dizia que o marido dela está doente, com um problema no coração, e faltam remédios para ele. Ela vai à prefeitura, e não os consegue; apela para o SUS, dizem que não tem; para comprar em uma farmácia, ela não tem dinheiro, pois são muito caros. Ela gostaria de saber o que fazer para manter a saúde do seu marido? Ela não tem dinheiro, e é capaz de ele morrer por falta de medicamento. Isso acontece, Senador Papaléo, com centenas, com milhares de pessoas, todos os dias, em nosso País. Não responsabilizo apenas o Governo atual, mas a política de saúde do nosso País. Ela destina recursos, mas é impossível para um médico atender uma pessoa, como deve fazer, com esses recursos do Governo. É impossível manter a saúde do povo como deve ser mantida, liberando apenas determinados remédios, e não os essenciais. Aqueles que são caros e importantes, o Governo não libera. Os caros, que são os melhores remédios e os mais eficazes, o Governo não libera. E pobre não pode comprar remédio. Qual é a saída? Um País que diz que está investindo nos pobres, nos miseráveis, nas pessoas menos assistidas, precisa tomar providências para atender à classe pobre, justamente nos remédios mais caros, porque os baratos ela é capaz de comprar. O problema são os remédios caros. Então, aproveito a oportunidade do seu pronunciamento também para repudiar a política da saúde de nosso País: mal elaborada, mal administrada, e com uma irresponsabilidade que nós só temos de repudiar. É uma irresponsabilidade muito grande do atual Governo Federal, que não tem uma política consistente para a saúde em nosso País. Obrigado, e desculpe-me por tomar o seu tempo, amigo Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Agradeço muito ao Senador Leonel Pavan, bem como aos Senadores Mão Santa e Ney Suassuna, por tudo a que já me referi e pela participação de V. Ex<sup>as</sup>.

É natural que o ufanismo do Presidente Lula fosse rebatido por Parlamentares diversos, como ocorreu, e também por técnicos da área da saúde, bem como por aqueles que melhor podem opinar sobre a saúde pública: os usuários do SUS. Para o cidadão que passa horas nas filas dos hospitais, aguardando atendimento, a infeliz frase do Presidente Lula foi quase um acinte.

Os jornais, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na sua informação cotidiana, acabam por traçar uma radiografia mais visível do programa da saúde do que os textos técnicos, que resumem o drama humano a números, cifras e estatísticas. Pois os periódicos relatam, com uma constância gregoriana, as mazelas da saúde pública brasileira. O **Jornal de Brasília**, em dezembro de 2005, destacava:

Pacientes internados na rede pública que necessitam atendimento em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) enfrentam uma verdadeira maratona para conseguir um leito. A falta de vagas nos hospitais públicos e a recusa das instituições particulares em receber o doente têm obrigado as famílias a recorrerem à Justiça para conseguirem a internação. Em muitos casos, a demora custa a vida do paciente.

Outro problema que se observa com certa recorrência no funcionamento do SUS são as fraudes, o que expõe uma precariedade nos mecanismos de controle e fiscalização. O já citado **Jornal de Brasília**, em 10 de dezembro, denunciava em manchete: “Rombo de R\$40 milhões contra o SUS”.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP) – Isso, Sr. Presidente, em plena Capital da República. Mais recentemente, em meados de abril, o **Correio Brasileiro** repercutiu os resultados de uma auditoria em Minas Gerais, com a manchete: “Fraude milionária em hospital de Minas Gerais”.

Os rombos, a ineficácia da fiscalização e a utilização política de sua estrutura são apenas alguns dos problemas do SUS, Sr. Presidente. Ao criticar o Presidente da República por sua declaração infeliz e despropositada, não queremos condenar a filosofia e as diretrizes do Sistema Único de Saúde nem ignorar os seus méritos. Nossa crítica tem a intenção de alertar o Presidente Lula para uma realidade que ele insiste em desconhecer, para que, conhecendo as precariedades da saúde pública, possa concentrar seus esforços em aprimorá-la e, assim, tornar menos dura e menos angustiada a vida de milhões de cidadãos brasileiros que hoje sofrem com as filas imensas e com atendimento médico inadequado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado ao Senador Papaléo Paes.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Passamos a palavra ao Senador Leonel Pavan, pela ordem.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – O Senador Arthur Virgílio concedeu-me o seu tempo. Assim que V. Ex<sup>a</sup> entender que deve me atender, ficarei grato. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Vamos inscrever V. Ex<sup>a</sup>. Pela ordem dos inscritos seria agora, Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, eu não sei se é pela ordem ou questão de ordem. Peça a palavra pela sensibilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Pela sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup> eu posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Claro, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu gostaria de fazer uso da palavra, se os companheiros me cedessem a oportunidade, porque às 15 horas haverá uma reunião fundamental do PMDB, e quero levar a minha solidariedade. Foram convidados os candidatos a governador, que estarão lá as 15 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Consulto o Senador Marco Maciel se concede a vez ao Senador Mão Santa?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Fica preservada, então, a inscrição de V. Ex<sup>a</sup>, e eu concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que tem urgência para resolver os problemas do PMDB, com a aquiescência do Líder Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me dissesse qual é a minha ordem de inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela ordem, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como um dos últimos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Pela Liderança, V. Ex<sup>a</sup> tem preferência. Depois do Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Suassuna, brasileiros e brasileiras, atentai bem, nem tudo está perdido.

Senador Marco Maciel, 180 anos de Senado! Isto aqui não se reunia nunca, jamais às segundas e sextas-feiras. Esta Casa salvou a pátria de uma ditadura cubana. Daqui eu disse que havia mesada.

Suassuna, está no jornal em que Cláudio Humberto escreve. O mais independente e competente jornalista disse: “Mão Santa disse que há mesada.” Fui o primeiro a dizer isso. Cláudio Humberto, pode ver isso lá. Eu quero até uma cópia. Isso foi apelidado de mensalão, mas eu já havia denunciado. Daqui chamamos José Dirceu de Zé Maligno. Agora é fácil, mas foi ele que pensou.

Senador Suassuna, quando daquela reforma da Previdência, reforma que tirava direito dos velhinhos aposentados e proibiu-se haver aposentado trabalhador neste País. Paim sabe que o pobre começa a trabalhar com dez anos de idade. Ô Suassuna, de dez anos para 65 anos são 55 anos. Sou mecânico da máquina humana. A máquina de ferro não dura dez anos, uma automóvel, como a máquina humana, Senador Alvaro Dias, vai agüentar 55 anos, Paim? Não agüenta: está estropiado da coluna, perdeu o dedo. Motivado por isso, eu disse daqui uma coisa que se faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT.

Por que esta Casa funciona às segundas e sextas-feiras? Sensibilidade deste homem do PT, Paulo Paim, quando Vice-Presidente. Aliás, o destino colocou o melhor Vice-Presidente da história da nossa República, Marco Maciel, e o melhor Vice-Presidente em 180 anos de Senado, Paim. Ele, com a sua formação – vamos dizer – nas cadeiras do Parlamento, pós-graduado em Parlamento, a sua aquiescência lhe permitia, e aqui chegavam quatro – Alvaro Dias, você vai entrar na história, mas é como a novela da Globo, aquela em que aparece o Jamanta, bondoso: Alvaro Dias, Efraim Moraes, Arthur Virgílio, Antero Paes, Mão Santa; e a aquiescência de Paim permitia a voz do Parlamento, a verdade do Parlamento, e abríamos a sessão de segunda-feira e de sexta-feira, que nunca havia. E foi aumentando. Heloísa Helena estava que nem Joana d’Arc, na fogueira – aliás, estamos no mês da fogueira, de Santo Antônio e São João. O Zé Dirceu contratou uma fogueira. E nós lá, com a aquiescência de Paim, o grande Vice-Presidente, atiramos. Então, foi

umentando. Quatro meses depois, Suassuna, chega esse bravo Alvaro Dias. Não havia, nunca houve sessão segunda-feira e sexta-feira. Os Anais mostram que eu presidi muito mais de cem, porque eu era o mais velho. Aí vem Pedro Simon, Alvaro Dias, com a camisa dez. Assim, começamos a reagir.

A Câmara está ali. Os sem-terra deram uns ensinamentos neles. Falta de autoridade moral do “comunistinha” que está lá.

Senador Suassuna, sou filhote político de Petrônio Portella. No meu gabinete, só há dois homens: o Papa, abençoando-me, e eu abraçado, menino, com Petrônio.

Eu vi – ó “comunistinha”, aprenda com o Piauí – o dia em que se fechou este Congresso. Ô Marco Maciel, Geisel, reforma do Judiciário, lembra-se? Eu estava do lado de Petrônio. A imprensa pediu: diga alguma coisa. Ele só disse o seguinte, Leonel Pavan – ó “comunistinha”, olhe o que é moral: “Este é o dia mais triste da minha vida”.

Os canhões voltaram, e Geisel mandou abrir. Marco Maciel, Petrônio, Ministro da Justiça, para recepcioná-lo em Parnaíba, fui buscar o melhor carro de um amigo empresário, ditador da moda. O Ministro Petrônio chegou ao Piauí, Parnaíba, a minha serra – ô Leonel Pavan, de Camboriú, olhe a praia!

Aí meu irmão, que hoje é Deputado Federal, Lauro Correa, o Presidente e Petrônio. Um cortejo para esperar aquele Ministro piauiense. Ô Marco Maciel, atentai bem. Lá no meio, quando vejo, Petrônio grita: “Mão Santa, pára, pára, pára”. Eu disse: “Por que, Ministro? V. Ex<sup>a</sup> está passando mal”. Disse ele: “Tire esses batedores daí”. Autoridade de um Ministro tem de ser moral. Vem cá, Suassuna, esses Ministros aí têm moral? Autoridade é moral. Eu o vi fazer isso no Rio de Janeiro. Está faltando moral neste Congresso. Eu governei o Piauí. Havia sem-terra, havia tudo, mas... Essa é a verdade. Mas por quê?

Ô Suassuna, nosso líder está encantado no fundo do mar. V. Ex<sup>a</sup> está nos liderando, mas vivemos de passado, de história. V. Ex<sup>a</sup> está aí, Suassuna, não é porque é grande, não. Alberto Silva, que grande! Mão Santa há dois do Piauí. PMDB é que é grande. O povo acreditou na história, na nossa história. Ulysses, encantado no fundo do mar; Teotônio, moribundo com câncer, pregando; o nosso Tancredo, que se imolou, retardou a cirurgia para fazer a transição; Juscelino, cassado, humilhado. Então, o povo acreditou nessa história! Isso é que nos trouxe o Partido. O Partido é que é grande! Os militantes, o povo que acreditou na história e vota no PMDB! Atentai bem: os delegados da convenção, está indo um monte, uma leva; o Marcos Valério está sendo esperado lá no Piauí com uma

agência do Banco Rural para nos tomar uma convenção. Mas, ô Suassuna, Ulysses foi que liderou aqui, que se candidatou contra a ditadura, contra Geisel, e nem a ditadura impediu o PMDB de ter candidato. É muita ignomínia, é muita ignorância, é muita audácia do “Jamanta” da República do PT querer que o PMDB não participe da democracia!

Atentai bem, Suassuna. Ulysses disse: “a corrupção é o cupim que destrói a democracia”. Senador Marco Maciel, nunca vi tanto “cupim”. “A corrupção é o cupim que destrói a democracia”, e aqui se alastra o “cupim”. Lá no meu Piauí – quero dizer-lhe –, olhe a vergonha: é tudo PT. Está aqui no **Correio Braziliense**. O jornal é bom. Antigamente eu lia os do Rio e de São Paulo. Mas esse jornal é bom. Olhe aqui a safadeza: “O Piauí mistura o público com o privado”. O Secretário de Comunicação inventou; tudo é quadrilha. O Procurador-Geral botou quarenta. Lá deve haver até mais. Só não cita o chefe, o Procurador-Geral. O Jamanta não é o que a gente vê. O homem é tão bom! Não é o meu Jamanta da “Belíssima”.

Atentai bem: público e privado. Norberto Bobbio – a gente tem de estudar, Lulinha! O Lula diz que cansa ler uma página de livro; é melhor fazer uma hora de esteira. Haja besteira! Segundo Norberto Bobbio, que é o pai da teoria política, do país do Renascimento, Senador vitalício, duas desgraças acabam com a democracia...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Concedo.

E ficamos fortes, porque o Senador Alvaro Dias foi o quinto homem que chegou – ele estava de licença – e aí deu força para esta Oposição. Quero agradecer.

Mas atentai bem. Nós estamos nessa democracia.

Ouçó o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Leonel Pavan.

**O Sr. Leonel Pavan** (PSDB – SC) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> sempre traz fatos novos para a sociedade brasileira; não para nós. V. Ex<sup>a</sup> está sempre mostrando falhas do Governo e alguns novos envolvimento de pessoas ligadas ao Governo em corrupção. Senador Mão Santa, todos os dias, 80% dos que estão no Senado usam da tribuna para apontar falhas do Governo, para apontar o envolvimento de pessoas do Governo em corrupção. Todos os dias, as revistas **IstoÉ**, **Veja**, **Exame** e outras, da mesma forma, apontam falhas, apontam corrupção. Os jornais, grandes, médios e pequenos, bem como o rádio e a televisão, todos os dias, anunciam problemas que, sem dúvida, empobrecem a política nacional. O Presidente Lula

debocha, dizendo: “Podem falar do mensalão! Podem falar ‘isso ou aquilo!’ Que se unam todos e venham!” Ora, isso é abusar. Sua Excelência governa o Brasil como se governasse a sua própria Casa. Não é assim. Sua Excelência governa os nossos bens, os bens de toda a população brasileira, os Municípios, os Estados, a Nação por inteiro. No entanto, debocha dizendo que não há problema, que podem falar que houve corrupção nas estatais, nos Ministérios, que houve envolvimento de pessoas do Governo, que desviaram recursos, que houve caixa dois. Sua Excelência apenas não liga. V. Ex<sup>a</sup> não crê que, talvez, a sociedade brasileira esteja mais preocupada com outros temas do que com a questão nacional? Todos os dias, usamos a tribuna aqui para alertar sobre o atual momento do nosso País, a imprensa também o faz, mas o Presidente da República ignora todos os fatos negativos, considera-se o dono da bola. Ele diz: “eu sou o bom, eu entendo!”, “podem dizer que estou envolvido, não tenho medo”. É claro que tudo isso não é orientação que recebe de seus assessores. Que isso é, realmente, um deboche com a sociedade brasileira, é inegável.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu queria apenas complementar dizendo que o povo brasileiro é de Deus, é de Jesus, e está escrito: sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito. O tempo agora é de pagarmos pelo erro que cometemos. Mas chegará o tempo da alternância no poder, em que o povo, em que a voz rouca das ruas vai se manifestar. Há tempo de nascer, de morrer, de plantar e de colher, e há o tempo de tirar. Nós o elegemos com uma esperança, mas fomos enganados.

Não vou para o deboche, vou para o entendimento. Ney Suassuna, um homem de muita cultura, e Marco Maciel, membro da Academia Brasileira de Letras, conhecem Norberto Bobbio. Duas desgraças aconteceram. Primeiro, o mínimo que se tem que exigir de um governo é a segurança, o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Se sequer o Congresso tem segurança, ninguém mais a tem. Acabou. Segundo: quando se une o público e o privado, essa ignomínia.

O Secretário de Comunicação inventou... Suassuna, é cada uma... Com essa engenhosidade, ele está ganhando do carequinha, do Marcos Valério. Um pai conta: ele formou uma empresa e é ela que cobra a conta da Cepisa, da água, do trânsito, além de emprestar dinheiro para os velhinhos, que os “jamantas” do PT dizem que é barato. É 2,9% ao mês, Lulinha! Isso dá 41% ao ano, porque são juros sobre juros. Aprenda, Jamanta!

Os velhinhos estão se suicidando. Eu conheço, eu sou médico.

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Um minuto, Sr. Presidente, que representa a grandeza do Paraná.

O velho, Senador Suassuna, está se suicidando, porque ele é honrado. Ele tinha um salário e, de repente, se tira 41% de seu salário, que já é pouco. Então, ele pega dinheiro emprestado.

Os juros de um país civilizado são de 2% a 5%. Ele tem seus compromissos. Se deixa de comprar seu remédio, ele morre. Às vezes, a mulher não tem dinheiro para pagar. Então, eles estão se suicidando. São 41%, Lula Jamanta! Atentai bem!

No Piauí é pior, porque é um Secretário quem faz isso. No meu Governo, isso não acontecia. Aliás, não só no meu; isso não acontecia em nenhum governo, porque os Governadores foram todos homens de grandeza, como Petrônio Portella, Lucídio e Dirceu, que morreu aqui, pois tombou defendendo a Pátria, nossa tradição.

Nem tudo está perdido...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Lá havia um promotor – o Senador Ney Suassuna tem de saber – que era do PCdoB. Ele foi eleito Deputado Federal. Ele foi para o PDT, morreu e está no céu. Eu pensei que não houvesse mais nenhum cristão no Ministério Público, pois a corrupção é grande e se alastra em todos os Poderes. Porém, apareceu um e apresentou uma queixa-crime. É o Procurador Ruszel – está aqui no jornal –, a quem quero homenagear. Acho que ele devia até ser candidato a Senador, porque do jeito que as coisas estão...

Então, ele apresentou uma queixa-crime. Veio aqui porque lá não havia condições. A Imprensa é o Secretário de Comunicação, que tem essa empresa, que cobra tudo. Não há mais Secretaria de Comunicação.

É essa vergonha que está o nosso País! Tinha que se alastrar, tinha que chegar. Misturaram o público com o privado! Isso é uma indecência!

Senador Ney Suassuna, seria como eu, médico, ter um hospital e pegar todo o dinheiro do Governador do Estado para aquele hospital.

Um elemento do Governo negociando e tirando vantagens... E vantagens ilegítimas, porque os juros que estão por aí são de agiotagem. O Lula é que pensa que é de 2%.

Senador Paulo Paim, permita-me dizer: fique lá com o seu PT dos trabalhadores honrados e vamos pôr essa turma, essa patota, cujo presidente nacional

é Henrique Meirelles, do PB, o “partido dos banqueiros”.

Manifesto meu entusiasmo. Foi preciso que um jornal de Brasília publicasse a matéria, porque lá, como o homem é Secretário de Comunicação, a matéria não sai. É grande a reportagem, que diz que o Procurador Ruszel Lima Verde veio a Brasília apresentar uma queixa-crime ao Procurador-Geral da República.

Ainda há homens, lá no Piauí, como o Procurador daqui, que denunciaram quarenta ladrões, todos da intimidade... Só faltou coragem a ele para dizer quem era o chefe. Eu sei que o Jamanta não é, porque hoje à noite eu vou ver a generosidade: “Lula é bonzinho, Jamanta é melhor”.

Vamos com o PMDB, que é do povo, à luta e às urnas para salvaguardar a maior riqueza da democracia: a alternância no poder.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Com a palavra, pelo prazo de cinco minutos, o Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

Em seguida, falará o Senador Marco Maciel.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a primeira riqueza vegetal do nosso Nordeste foi o pau-brasil. E o pau-brasil do Nordeste era muito mais tenro, e por isso foi muito mais buscado na época da colonização.

Há algum tempo, principalmente na Paraíba, nossa riqueza era o algodão, o agave, o sisal, a oiticica e frutas, em alguns lugares onde havia irrigação. Agora estamos vivendo um outro *boom* econômico, o álcool, que está sendo, depois do Protocolo de Kyoto, buscado em todo o mundo. A Europa quer álcool para misturar ao petróleo, o Oriente quer álcool para misturar ao petróleo, e nós também usamos álcool nos nossos carros. Daí o *boom* econômico enorme do álcool.

Senador Marco Maciel, o álcool trouxe uma riqueza enorme para o usineiro, que pode escolher entre produzir álcool ou produzir açúcar, ambos bastante valorizados. Está havendo, com essa riqueza, uma verdadeira expansão no setor. Da Paraíba já saíram empresários, na área de usinas, que foram para o Tocantins, para Goiás, para Minas Gerais e para Pernambuco. Temos o mesmo grupo de empresários: Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo. E aí o que acontece na nossa região? A nossa região está definindo em relação a um importante personagem dessa economia: o plantador de cana.

O meu Estado tinha 2.600 plantadores de cana na associação; hoje, só temos 900. Por quê? Porque ele só tem um comprador: o usineiro. Havia um equilíbrio. Nós concorreremos com quem? Com o Sul, com o

Sudeste, com o Tocantins, com Goiás, onde há chuva regular, terras boas, e onde se pode, até pela equação econômica, usar máquinas. Cada máquina que colhe a cana-de-açúcar cobre o trabalho de setenta trabalhadores. Setenta! E o que está acontecendo? Usineiros que saíram da Paraíba, que estão com usinas fora da Paraíba, já têm setenta ou oitenta máquinas. Estamos falando do trabalho de cinco mil pessoas que deixou de ser feito manualmente em cada usina dessas. Cinco mil pessoas!

No Nordeste, não temos essa condição econômica, nem no meu Estado, nem no Estado de V. Ex<sup>a</sup>, nem em Alagoas, onde se planta cana-de-açúcar. Nós usamos o trabalho manual. E o que está acontecendo com esse plantador de cana? Ele está definindo. Eram 2.700 na associação, e agora são apenas 900. Eles ainda empregam milhares de pessoas, graças a Deus. É um emprego difícil, mas é o emprego que temos.

Peço ao Presidente da República e ao Ministro da Agricultura que voltem com a equalização. Havia uma equalização que fazia o equilíbrio econômico desses plantadores. Eram R\$5,00 por tonelada, e foi abolida. Já foram várias vezes ao Presidente, já se reuniram, os políticos acompanharam. Fomos ao Ministro da Agricultura, mas a equalização não saiu. Resultado: estão perdendo os empregos. A categoria está sofrendo muitíssimo enquanto vê o progresso, o crescimento dos que têm a usina e que passam a comprar as terras desses plantadores de cana. É um setor que está tendo um *boom* econômico, e paga caríssimo, porque não tem condições de mecanizar. E, se mecanizar, vai desempregar uma verdadeira legião de trabalhadores que vivem disso, o que é, com toda certeza, uma injustiça.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, peço que o Ministro da Agricultura e o Presidente da República voltem a usar a equalização que existia no tempo do IAA, que existia até há pouco tempo e, de repente, foi retirada sem nenhuma explicação, o que está causando uma verdadeira celeuma, uma verdadeira hecatombe aos plantadores de açúcar.

Concedo um aparte ao Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Líder, Senador Ney Suassuna, em rápido aparte, gostaria de dizer que subscrevo integralmente a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> com relação ao retorno do pagamento da equalização. Fico à vontade para fazê-lo porque o instituto da equalização, se assim posso denominá-lo, foi aprovado ao tempo em que eu era vice-Presidente da República e presidia o País o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso. Realmente, é algo que vem compensar as diferenças de produtividade do produtor nordestino, *vis-à-vis*, do produtor

nacional, sobretudo aqueles situados nas regiões mais desenvolvidas do País, como Sul e Sudeste, e também o Centro-Oeste, outra área de grande afluência econômica. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, que suscita com muita oportunidade o tema nesta Casa. Espero que ele venha a receber efetiva decisão do Poder Executivo, que, infelizmente, não tem demonstrado preocupação em dar continuidade a esse programa. Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Eu é que agradeço, Senador Marco Maciel. Com muita honra, os dizeres de V. Ex<sup>a</sup> passam a fazer parte do meu discurso.

Estou tentando realizar um encontro dos plantadores de cana do meu Estado e de Pernambuco com o Presidente Lula. É preciso voltar a equalização. Que distorção a equalização cria? Como só existe um comprador, a usina, que está ganhando com esse *boom* econômico, compra a terra dos plantadores, causando uma concentração de riqueza ainda maior, e nós estamos perdendo milhares de empregos.

Gostaria, portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, de pedir ao Ministro da Agricultura que volte os seus olhos para a indústria sucroalcooleira do Nordeste, que sofre, com toda certeza, uma injustiça muito grande. A equalização, que era justa e que criava equilíbrio, deixou de existir. Com isso, como acabei de dizer, 2.700 empresas que plantavam cana-de-açúcar deixaram de existir. Agora, são pouco mais de 700 associados. Isso representa desemprego e um prejuízo muito grande à minha região.

Muito obrigado.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como tenho uma viagem marcada para as 16h40min, peço para falar depois do Senador Marco Maciel.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> terá a palavra, após o Senador Marco Maciel.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Mas, antes, eu gostaria de falar da minha preocupação com relação à Varig que, todos sabemos, está passando por uma situação muito difícil. Alguns vôos para Santa Catarina foram cancelados, mas o que não entendemos é o atraso dos vôos que não foram cancelados. Existem atrasos de duas a três horas. Deixei de participar de um encontro com vereadores, em Seara, no oeste de Santa Catarina, região do Alto Uruguai. O avião atrasou aqui em Brasília, depois não deu certo em São Paulo, e não conseguimos chegar ao encontro.

Isso tem ocorrido com inúmeros compromissos. Estamos perdendo agora o respeito para com a empresa. Defendemos a Varig aqui no Congresso Nacional, nas Comissões. Mas penso, Sr. Presidente, que dentro da Varig existe alguém boicotando as viagens a fim de facilitar ainda mais a venda, para que, no leilão, o preço seja menor. É impossível, não dá mais para retirar uma passagem na Varig e acreditar que vai chegar ao destino no horário correto.

É o registro que gostaria de fazer, e chamo a atenção da Anac, por meio do Sr. Milton Zuanazzi, cujo nome aqui aprovamos, matéria da qual fui Relator, para tomar providências. Cancelar vôos, tudo bem; atrasar todos os dias, da forma como está, é porque deve estar havendo algum boicote dentro da própria empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Marco Maciel.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de quinze minutos, Senador.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Excelente Sr. Presidente desta sessão, ilustre Senador Alvaro Dias, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de saudar especialmente os Senadores Paulo Paim e Leonel Pavan.

O Presidente Washington Luís há cerca de 80 anos, em mensagem ao Congresso Nacional, quando o País ainda era escassamente habitado, observou que “governar é povoar”, mas que não se povoa, acrescentou ele, sem abrir estradas, e de todas as espécies.

Ao longo do tempo, a sentença do último Presidente da República Velha, o notável homem público Washington Luís, foi interpretada como uma pregação em favor da construção de estradas rodoviárias, isto é, do “rodoviarismo”, embora o objetivo dele não fora esse, mas um bem mais amplo.

Ele solicitava, na mensagem de abertura dos trabalhos do Congresso Nacional, em 1927, medidas de apoio ao plano que concebera com a finalidade de desenvolver “*ao lado das comunicações ferroviárias, rodoviárias, fluviais e marítimas se estabeleça a aérea*” – àquela ocasião ainda incipiente –, “*e ao lado da telegrafia venha a radiografia*” (isto é, via rádio).

Tais observações me ocorrem a propósito da imprescindibilidade – se é que desejamos realizar um robusto projeto de crescimento – de melhorar e expandir a nossa infra-estrutura no campo dos transportes, propiciando, obviamente, a sua integração intermodal.

Semana passada, em Brasília, realizou-se um conclave intitulado “Brasil nos trilhos – as ferrovias trilhando o Século XXI”, cuja finalidade foi dar ênfase aos resultados de 10 anos de concessão de parte da



malha ferroviária e a importância do setor no desenvolvimento do País.

O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, ANTF, presidido pelo Dr. Mauro Dias. “O audacioso desafio de aumentar a participação das ferrovias na matriz dos transportes de cargas” – anotou o Dr. Rodrigo Vilaça, Diretor-Executivo da citada instituição, a ANTF – “passa pela necessidade de efetivar ações de aprimoramento da infra-estrutura, para reduzir o seu custo logístico”.

Lembre-se, Sr. Presidente, antes de mais nada, a importância das ferrovias no desenvolvimento brasileiro desde os fins do século XIX. Recordo, aqui, o Visconde de Mauá, seu maior precursor, e a Inglaterra, a principal investidora na construção e administração das primeiras estradas de ferro, em grande escala, no Nordeste e no Centro-Sul do País. Naquela época, estavam elas entre as primeiras construídas no mundo.

No Nordeste, havia a Great Western, que cumpriu um papel muito importante no desenvolvimento de uma cultura do ferroviarismo.

Durante mais de um século, as ferrovias foram o principal meio de transporte de cargas e passageiros do litoral ao interior daquelas regiões. O descuido na manutenção das estradas de ferro determinou a preferência pelas rodovias, quando era possível manter ambas, ao modo de países de grande extensão territorial como os Estados Unidos e o Canadá.

Evidentemente, Sr. Presidente, não se pode pensar num país com crescimento compatível com sua grandeza territorial e, sobretudo, a sua expressão demográfica, sem se cogitar de uma adequada malha ferroviária e de sua articulação com outros modais: as rodovias, as hidrovias e os portos. Somente assim, poderemos também cumprir o nosso processo de país exportador, que, esperamos, seja cada vez mais de produtos de alto valor agregado e não apenas produtor de minérios *in natura* e de produtos agrícolas sem maior agregação tecnológica.

Sr. Presidente, considero muito importante o encontro realizado pela Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, que vem a meu ver contribuindo para o debate dessa questão e o acompanhamento das soluções para a retomada da expansão quantitativa e qualitativa das estradas de ferro brasileiras.

O sistema ferroviário brasileiro tem atualmente quase 30 mil quilômetros, o maior da América Latina. É lógico que isso é pouco se levarmos em conta nossas dimensões, e sobretudo se cotejarmos com países desenvolvidos.

Foram concedidos à iniciativa privada 28.239 quilômetros, isto é, 95% total, para manutenção e expansão. Aliás, é bom dizer que essa providência foi ado-

tada ao tempo em que governava o País o Presidente Fernando Henrique Cardoso, nos idos de 1996. Essa medida nos permitiu fazer retornar os investimentos ao setor ferroviário, uma vez que o Brasil estava praticamente investindo somente em rodovia e, obviamente, em aeroportos e na modernização dos portos, também privatizados. O setor ferroviário estava sendo sucateado e relegado a segundo plano, quando se sabe que o transporte de cargas de grande densidade necessita de ferrovias, que criam, portanto, condições de redução dos custos.

Quando se fala nas ferrovias, não se pode descartar a importância das hidrovias para o desenvolvimento do nosso País. Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup> representante do Estado do Paraná sabe quanto é importante essa integração intermodal entre rodovias e hidrovias. Baixar os custos do que se produz no País, contribui para reduzir o ônus do produtor, muitas vezes apenado por custos elevados do transporte.

Sr. Presidente, volto a Washington Luís para salientar que o então Chefe do Governo Federal entendia que “*o Estado só deve realizar diretamente serviços industriais quando as necessidades da segurança coletiva o exigam ou quando o vulto das despesas em material e pessoal para a sua aparelhagem e funcionamento não permitam que particulares o façam*”.

Registre-se o descortino do Presidente Washington Luís ao definir o papel do Estado e o fato de precionar a concessão de serviços públicos naquela época, com vistas a atrair capitais privados para efetivação de obras essenciais ao País.

Eis em alguns dados, os resultados auferidos pela administração Fernando Henrique Cardoso no setor ferroviário: No período de 1997 a 2005, os investimentos aumentaram em cerca de R\$9,5 bilhões; a carga movimentada, em 55%; a utilidade por quilômetro útil, em 62%, com destaque para o agronegócio. Foram criados cerca de 30 mil empregos diretos e indiretos.

Do ponto de vista qualitativo, houve incremento na melhoria e modernização do sistema com novas tecnologias, aumento nas parcerias com clientes e operadores logísticos, diversificação e segmentação na oferta dos serviços aos clientes; campanhas educativas, preventivas e de conscientização de segurança também foram implantadas e assinados contratos operacionais de longo prazo, até 23 anos, entre concessionárias e clientes.

Do ponto de vista especificamente quantitativo, houve desoneração de R\$300 milhões por ano, pois os déficits eram então transferidos aos cofres públicos. Agora, a arrecadação é superior a R\$2,127 bilhões e de R\$1,764 bilhão o recolhimento à União resultante dos leilões da Rede Ferroviária Federal.

Como vê V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, houve melhoria tanto do ponto de vista qualitativo, quanto do quantitativo.

No período de 1994 a 1996, o prejuízo acumulado somente com a RFFSA foi de R\$2,2 bilhões. De 1997 a 2005, o sistema ferroviário recolheu aos cofres públicos o montante de R\$5,6 bilhões, referente a impostos, concessões e Cide.

Sr. Presidente, antes de concluir, queria observar, após esses dados, quais etapas próximas deveríamos atingir. Quais seriam as próximas etapas ou metas que o Brasil deveria executar?

É preciso, mesmo urgente, aumentar a pequena participação ferroviária na matriz de transportes do País e sua baixa integração com as outras modalidades.\*

Portanto, os objetivos são a integração e reconstituição dos corredores operacionais de transporte, atendendo às exportações e à demanda interna. Para isso, cumpre melhorar as condições de convivência entre a ferrovia e as populações residentes perto delas, para elevar-lhes os níveis de segurança e a qualidade de vida, bem como a segurança e a melhoria das operações ferroviárias.

As ferrovias, muitas vezes, são desenhadas em áreas que, posteriormente, se convertam em grandes aglomerados urbanos, fazendo com que haja uma população em risco permanente e criando óbices ao próprio desenvolvimento do modal ferroviário.

A prioridade dos investimentos consiste em segurança do tráfego, solução dos conflitos ferroviários em áreas urbanas – a que já me referi –, expansão e integração da malha ferroviária entre si e com a rodoviária, maior atenção ao **link** entre ferrovia e os portos. Para tudo isso, é necessário eliminar os pontos críticos que comprometem a capacidade do sistema e construir novos trechos, ampliando a sua cobertura.

O programa ferroviário, portanto, deve ser institucionalizado como programa de governo, definindo e selecionando os corredores de transporte, priorizando as obras de maior impacto sócio-econômico operacional e garantindo recursos constantes no Orçamento Geral da União, para continuidade do programa.

Cumpre também realizar trabalho conjunto com entidades governamentais e não-governamentais, privadas e concessionárias, visando dinamizar a aplicação dos recursos.

Tais providências, Sr. Presidente, foram debatidas no seminário em que, em curta permanência, tive oportunidade de participar e expressam algo que poderia classificar de consenso nacional.

A Associação Nacional dos Transportes Ferroviários surgiu no primeiro leilão de malhas da Rede Ferroviária Federal, ou seja, em 1996, quando era Pre-

sidente o ex-Senador Fernando Henrique Cardoso. A Associação reúne as ferrovias então privatizadas numa importante etapa de modernização e desenvolvimento do Brasil e visa promover a expansão e a melhoria desse tipo de transporte, reunindo pessoas e grupos envolvidos nessa atividade para sua mobilização rumo aos objetivos definidos.

O atual Governo Federal, que pouca importância dá ao setor, anuncia agora que pretende iniciar a Transnordestina, ferrovia sonhada desde o Brasil Império, mas – é bom registrar – não aloca os recursos indispensáveis para a sua construção. Como Governador de Pernambuco, por sugestão do então Secretário de Transportes, Professor Antão Melo, apresentamos um projeto para execução da obra, à época chamada de Ferrovia Sertaneja.

Não posso, porém, deixar de referir-me ao fato de haver, como Governador, realizado algo sem precedentes em Pernambuco, ao construir uma ferrovia com recursos estaduais, ligando o Porto de Suape a ferrovia federal, a EF 101. Além disso, viabilizei junto ao Governo Federal a construção do Metrorec, o metrô de superfície da região metropolitana do Recife, que opera desde 1982, cujas obras de ampliação, pelas quais tanto luto desde os tempos em que exercia as funções de vice-Presidente da República, encontram-se atrasadas pelo desinteresse do atual Chefe do Poder Executivo Federal, em que pesem as gestões feitas pelos Governadores Jarbas Vasconcelos e Mendonça Filho, pelos Senadores da bancada de Pernambuco, José Jorge e Sérgio Guerra e muitos integrantes da nossa representação na Câmara Federal.

Aproveito a ocasião para renovar os cumprimentos à Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, pelo expressivo êxito obtido no seminário que realizou na semana passada.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Marcos Maciel.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento voto de aplauso à Comunidade Portuguesa e Luso-Brasileira do meu Estado e do Brasil, pelo transcurso, no dia 10 de junho de 2006, do Dia de Portugal, na data consagrada a homenagear Luís de Camões, o imortal criador do poema épico **Os Lusíadas**.

Requeiro, ademais, que este voto seja levado ao conhecimento do Presidente do Conselho da Comu-

nidade Portuguesa e Luso-Brasileira do Amazonas, João André Nogueira da Silva, e, por seu intermédio, a todos os portugueses e luso-brasileiros do Estado e do País. Além disso, aos três homenageados neste ano, no meu Estado, pelos relevantes serviços prestados à entidade: Srs. Alfredo Monteiro Vieira, Guilherme Garcia Almeida e Manuel Lucas Batatel.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Papaléo Paes.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há aproximadamente dois meses, o Presidente José Sarney fez um pronunciamento nesta Casa comunicando que o Deputado Estadual Eider Pena teve a sua residência invadida por assaltantes e que aquilo seria um acontecimento inédito no Estado. Nós todos ficamos solidários nesse caso. Agora houve um problema parecido com o candidato ao Governo do Estado, Deputado Lucas Barreto. Os assaltantes, supondo que ele estivesse em seu sítio, foram lá, amarraram, amordaçaram e interrogaram os servidores, para saber onde estava o candidato ao Governo do Estado.

O que é importante nisso tudo é que essas situações no Amapá se apresentam como novidades. Foi preso um dos membros da quadrilha, que confessou, pela informação que tenho – é uma informação digna de crédito –, que era uma quadrilha de Belém, especializada, formada para atuar em Macapá, assaltando candidatos ao Governo do Estado, em busca de dinheiro. Ele também disse que, nesta semana, as próximas vítimas seriam eu, que sou pré-candidato ao Governo do Estado, e outro pré-candidato, João Capiberibe.

Faço este registro e solicito ao Governador do Estado, que também é candidato, mas logicamente tem as proteções naturais que o cargo lhe assegura, que essas investigações sejam aceleradas e que as medidas cabíveis sejam tomadas para não colocar em risco pessoas que se dispõem a se apresentar para exercer cargo eletivo no Estado, para servi-lo, nem expô-las a situações constrangedoras, trazendo riscos aos pré-candidatos – foi assim que ele se referiu – e a membros da sua família.

Então, a solicitação ao Sr. Governador é no sentido de tomar providências com muito rigor e determinação para nos proteger.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por 15 minutos, e, a seguir, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, antes de iniciar o discurso, quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio por me conceder seu tempo para que eu pudesse usar da tribuna do Senado Federal nesta tarde.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apesar de todas as críticas que o Governo Lula foi alvo desde o dia 1º de janeiro de 2003, da falta de efetividade na área social às inúmeras denúncias de corrupção, havia uma área que era exceção à regra. Era justamente a agricultura.

De fato, a agricultura brasileira, nos primeiros meses da administração Luiz Inácio Lula da Silva, colhia os frutos de um período de bonança, iniciado por volta de 2001, no Governo Fernando Henrique Cardoso. Amparados por iniciativas como o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa), de 1998, os produtores brasileiros reuniram condições, no alvorecer do séc. XXI, de chamar a atenção de todo o mundo para a pujança da agropecuária brasileira, com o PIB do setor crescendo até 12% ao ano e com sucessivos recordes nas safras.

Desde 2004, porém, a agricultura brasileira vinha apresentando sinais de que tempos difíceis se aproximavam. Em 2005, a crise já estava instalada e se agravou ainda mais em 2006, com a valorização excessiva do real perante o dólar, que fez a competitividade dos produtos agrícolas brasileiros despencar no exterior.

Lula “pegou o carro andando e o fez parar”, dando os três anos mais complicados para a agricultura. Uma série de fatores concorrem para criar um quadro de dificuldades. Estiagens em algumas regiões e excesso de chuvas em outras provocaram redução na produção agrícola. Mesmo assim, não há escassez e, no mercado mundial, há excesso de oferta de grãos. Por isso, os preços estão muito baixos e devem continuar assim por algum tempo. A única fartura disso é a popularização do Governo Lula, que consegue arrecadar cada vez mais votos diante do baixo preço de alguns alimentos, provocados até pelo excesso do plantio e da colheita dos agricultores, que não têm condições de colocá-la no mercado externo.

Eu gostaria de dizer que o Governo Lula, o atual Governo Federal, que propôs criar uma política agrícola decente, correta, que trouxesse mais visibilidade, garantia para os agricultores brasileiros, não aconteceu e não estamos vendo nenhuma perspectiva de que isso poderá acontecer no futuro.

No Governo Lula há ações boas, que não são novas, e há ações novas, que não são boas.

Os agricultores da Região Sul, além de padecerem dos aspectos nacionais da crise e serem afetados por ocorrências locais, como a gravíssima estiagem

do ano de 2005, que causou perdas enormes nas lavouras e deixou endividados milhares de produtores nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, padecem pela falta de um governo sério, comprometido, que dê atenção às inúmeras crises que assolam a função. Que o digam as manifestações, os bloqueios das rodovias. Tudo isso mostra o tamanho da crise em vista da necessidade de tanto esforço dos agricultores de pararem as suas atividades, de se reunirem e virem até Brasília fazerem protestos intensos, como foi o caso do “tratoação”.

Sabemos que essas crises de estiagem não têm nada a ver com o Governo, mas ele tem que ter uma política. É preciso que o Governo estenda as mãos nessas horas difíceis, pois ninguém quer que casos como esses aconteçam, ninguém torce para que tragam prejuízo ao setor da agricultura. Mas é preciso que o Governo Federal, quando acontece, por exemplo, estiagem ou excesso de chuvas, estenda as mãos aos agricultores e possa socorrê-los para que não tenham prejuízos maiores ainda, principalmente em relação às suas atividades no campo.

O não-investimento do Governo Federal nessas horas tão difíceis está fazendo com que os agricultores deixem o campo, aluguem ou arrendem as suas terras para plantio de eucalipto, para outros poderem explorar. Os pequenos agricultores estão saindo do campo e procurando outras cidades à busca de novas oportunidades, criando um êxodo rural jamais visto na história e, com isso, acabam criando um cinturão de pobreza nas grandes cidades. O Governo Federal transfere os problemas sem solucioná-los, sem trazer nenhuma política concreta para atender os nossos pequenos agricultores.

Sr. Presidente, a minha fala tem o propósito de juntar a minha voz à de milhões de agricultores que atravessam tempos difíceis em nosso País, agricultores que esperam do Governo Federal uma atitude firme, um pulso forte, ao menos um aceno de que medidas efetivas, e não meramente paliativas, serão tomadas em prol da agropecuária brasileira.

Recebo, intensivamente, apelos de todos os municípios catarinenses. Inclusive casos de total desespero me foram relatados. Junto minha voz às vozes dos agricultores, assim como dos vereadores do Município de Guarujá do Sul, que recentemente me encaminharam a Moção nº 01, de 2006, na qual solicitam ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que tome providências no sentido de valorizar o produto agrícola nacional e apresentar à classe produtora um plano para uma política agrícola que inverta com urgência a queda de produtividade e de competitividade do setor primário nacional.

A Câmara Municipal de Guarujá do Sul, porta-voz legítima dos produtores rurais desse Município de Santa Catarina, é apenas um entre os incontáveis órgãos públicos, entidades de classe, cooperativas, sindicatos, federações e confederações, que exigem do Governo Federal providências urgentes para aplacar a crise da agricultura. Eu citei esse Município, mas são inúmeros, inúmeros os Municípios que, por intermédio de seus vereadores, prefeitos e comunidade rural, procuram-nos, procuram o Congresso, para tentar sensibilizar o Governo.

As medidas anunciadas pelo Presidente Lula no último dia 6 de abril, ao contrário de dar alguma esperança à classe produtora, foi antes um balde de água fria, pois as ações propostas são meramente emergenciais e não contemplam pontos importantíssimos da crise. As prorrogações de pagamentos propostas não fazem nada além de rolar a dívida para um futuro confortável para o Palácio do Planalto, para depois das eleições, e nem de longe lidam com a crise em toda a sua profundidade.

Sr. Presidente, estávamos indo até o oeste de Santa Catarina para uma reunião no Município de Seara, para discutir, no Encontro Regional de Vereadores do Alto Uruguai Catarinense, principalmente a questão da agropecuária, da agricultura, enfim, discutir ações para o homem do campo. Íamos levar até lá a mensagem do Senado Federal e mostrar principalmente a falta de vontade política do Governo Federal em relação aos agricultores do nosso País.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, não conseguimos chegar a esse encontro, porque hoje não podemos mais programar nossas atividades, nossos compromissos, porque não podemos confiar na programação das empresas aéreas do nosso País. Sempre ouvimos, e constatamos, que as empresas TAM, Varig e Gol trabalhavam com pontualidade, respeitavam a previsão da saída dos vôos. Agora, com a crise da Varig, Senador Paim, a TAM também passou a deixar todo mundo sem nenhuma garantia quanto ao horário programado, quanto ao compromisso da empresa. Não pude estar presente nesse encontro de vereadores no Alto Uruguai, um encontro importantíssimo para discutirmos a agricultura nacional, para discutirmos a agricultura do meu Estado. Não nos fizemos presente em função do desleixo e da falta de compromisso da empresa em relação a seus passageiros.

Concedo, com muita honra, um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Pavan, é a segunda vez que V. Ex<sup>a</sup> utiliza a tribuna no dia de hoje para demonstrar sua preocupação com o nosso transporte aéreo de passageiros, principalmente

ênfatisando a questão da Varig. Estou tão preocupado quanto V. Ex<sup>a</sup> com a nossa querida Varig. Até o momento, não há nenhuma definição. Os representantes dos trabalhadores em consórcio apresentaram uma proposta, mas o juiz não deu a palavra final, e há no ar a possibilidade – que espero não se concretizar – de ser decretada a falência da Varig. Espero que isso não aconteça, que o juiz encaminhe no entendimento do consórcio dos trabalhadores e de outros investidores que estão se apresentando para fazer parte desse consórcio. Se a Varig está com dificuldade neste momento, calculemos nós como ficaremos se a Varig deixar de voar. Apenas duas companhias estarão operando no âmbito nacional e internacional de forma direta: a Tam e a Gol. Claro que poderão aparecer outras no futuro, mas creio que essa dificuldade que nós já estamos percebendo devido à crise por que está passando a Varig é latente – e V. Ex<sup>a</sup> destacou isso. Quanto maior o número de passageiros e quanto menor o número de companhias voando, tanto mais problemas e cada vez mais graves. A minha fala vai na linha de trabalharmos muito, reagirmos e torcermos para que se dê mas um prazo para que a Varig não entre em falência, como estão anunciando que poderá acontecer ainda esta semana. O consórcio de trabalhadores, juntamente com alguns outros investidores, está trabalhando para que isso não aconteça. Espero que o juiz seja sensível, como tem sido até o momento. Ele tem sido quase que um herói nessa batalha contra o fechamento da Varig. Estou com a mesma expectativa e a mesma preocupação de V. Ex<sup>a</sup> de que a Varig volte a voar normalmente com as outras companhias, não apenas com as outras duas, mas com outras que poderão vir. Quem ganha com isso é o País e o consumidor. Por isso, eu fiz somente um destaque, porque estou esperançoso de que a Varig volte a voar normalmente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, eu mencionei o atraso dos vôos, porque nós íamos discutir a questão agrícola com os vereadores do Alto Uruguai, no oeste de Santa Catarina, e o Presidente daquele encontro era o Vereador Sadi Antonio Pichetti, de Itá. Eu não pude comparecer ao encontro em função de não terem cumprido o horário programado. Então, isso nos tem prejudicado bastante.

Por último, Sr. Presidente, depois dessa questão da agricultura em nosso País, eu estou buscando uma esperança para o ano que vem. Vamos de novo ao ano que vem.

Nós participamos da convenção do PSDB em Belo Horizonte, Minas Gerais, no dia de ontem. Foi maravilhoso. Eu queria questionar aqui o que saiu na imprensa. Foi veiculado que o número de pessoas não ultrapassou 6 mil. Só de ônibus cadastrados, foram

250 presentes na convenção. Se calcularmos 40 pessoas por ônibus, teríamos mais de dez mil pessoas. Nós estimamos de 12 mil a 15 mil pessoas no evento em que foi lançado o nosso candidato a Presidente, Geraldo Alckmin. Vimos lá manifestações carinhosas da população, o apoio irrestrito, forte e firme de Aécio Neves a Alckmin, a participação vigorosa do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, a participação de José Serra, que foi levar a sua mensagem, o seu apoio total às candidaturas do PSDB.

Vimos um candidato a Presidente equilibrado, uma pessoa que tem segurança e que transmite segurança à população brasileira com propostas que poderão fazer, sem dúvida alguma, o Brasil voltar a crescer. Ouvimos um discurso técnico, porém com propostas boas, um discurso que mostrou algumas verdades ao atual Presidente. Isso porque o Lula precisa ouvir algumas coisas. O atual Governo e alguns assessores precisam ouvir algumas coisas. Geraldo Alckmin não é dessas pessoas que ficam apenas criticando, mas ontem ele não se conteve, teve que dizer algumas coisas para alertar o Brasil. Se nós continuarmos mais quatro anos do jeito que estamos andando hoje, o Brasil poderá perder tempo, um tempo difícil de recuperar no futuro.

Geraldo Alckmin fez um discurso mostrando propostas, mostrando soluções, mostrando os defeitos do atual Governo, dizendo algumas verdades e nos trazendo a certeza de que ele será vencedor e de que o Brasil voltará a ser o País que tanto sonhamos e de que possamos nos orgulhar, mostrando ao mundo inteiro que é possível transformar esta Nação em exemplo para o mundo. Geraldo Alckmin, essa grande figura, é o grande candidato para fazer com que o Brasil volte a ter crédito e respeito no mundo inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Leonel Pavan, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marco Maciel.*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a V. Ex<sup>a</sup> a palavra, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requiero, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Marta Vasquez e Acácia da Silva Sevalho, ambas funcionárias do jornal **Correio Amazonense**, vítimas de brutal desastre ocorrido no dia 5 de junho último.

Da mesma forma, solicito a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento de Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil-Estados Unidos.

Encareço a V. Ex<sup>a</sup> essas providências que são de absoluta importância, pelo que chocou a sociedade amazonense com os fatos e pelo merecimento que tiveram os três em vida.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – A Presidência se solidariza com a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e fará a comunicação do requerimento de V. Ex<sup>a</sup> às famílias enlutadas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Paim.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever pela Liderança do Governo, assim que for possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido tão logo o Senador Paulo Paim encerre a sua manifestação.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, volto à tribuna, nesta segunda-feira, da qual fiquei afastado devido a uma hérnia de disco. E não poderia ser diferente, pela nossa caminhada, que hoje eu não falasse da questão da decisão da Câmara quanto ao reajuste dos aposentados e dos pensionistas.

Sr. Presidente, o meu Líder, Romero Jucá, e Tião Viana sabem que, nesta matéria, a minha posição terá que ser coerente com aquilo que fui ao longo de minha vida. Não só apresentei o Estatuto do Idoso como, no Estatuto do Idoso, já colocava que o reajuste dos aposentados e pensionistas deveria acompanhar o reajuste do salário mínimo.

Fui Constituinte de 1986 para 1988 e lá já dizia que, no momento em que desvinculassem, as aposentadorias cairiam e o salário mínimo também cairia. Foi exatamente o que aconteceu: o salário mínimo cai e as aposentadorias também caem.

Sr. Presidente, ao longo desses anos,

Sr. Presidente, ao longo desses anos, toda vez em que apresentei à Casa um único projeto de lei sobre o tema salário mínimo, sempre estendi o mesmo percentual aos aposentados.

Foi assim, Sr. Presidente, em 1991. Projeto de lei de nossa autoria, 147% para o salário mínimo e para os aposentados. Na época, disseram que era demagogia e que ia quebrar a Previdência. Terminamos no Supremo, Sr. Presidente, e ganhamos. Foram pagos os 147% para o salário mínimo e para os 20 milhões de aposentados e pensionistas.

Em 1995, foi a mesma novela. Fomos à negociação, fizemos o debate, apresentei o relatório: 42,86% para o salário mínimo e 42,86% para todos os 20 milhões de aposentados e pensionistas. E a Previdência continuou superavitária. Em 1996, 12% para o mínimo e 15% para os aposentados. Em 1997, 7,14% para o salário mínimo e 7,76% para os aposentados. Em 1999, 4,61% para o salário mínimo e 4,61% para os aposentados. Em 2003, praticamente 20% para o salário mínimo e para os aposentados. Agora, está aí o debate outra vez.

Sr. Presidente, sei que terei a oportunidade no dia do debate da medida provisória, mas, com certeza, nesse dia, mostrarei dados e números. Alguém perguntará: onde está o dinheiro? Pelo amor de Deus, trarei dados e tabelas para mostrar onde está o dinheiro. Darei apenas um exemplo que está escrito aqui e vou deixá-lo na Mesa, Sr. Presidente. Se analisarem apenas os últimos dez anos, mais de R\$100 bilhões saíram da seguridade e foram destinados a outros fins. Para onde, alguém diria? Para gastos do Legislativo, por exemplo, para gastos do Judiciário e para outros gastos do Executivo. Peguemos o superávit primário. Os dados não são meus, mas da Anfip. Do superávit primário, quase 80% são do dinheiro da seguridade. Então, não me digam que faltaram R\$6 bilhões, R\$7 bilhões. Não dá.

Vamos fazer um debate aprofundado. Quando, legitimamente, os produtores fazem uma grande pressão sobre Brasília, apontamos caminhos corretos. Apontamos R\$75 bilhões. Vão dar até mais. Se pegarmos tudo, serão mais de R\$100 bilhões. Quando setores do Judiciário, do Legislativo, do Executivo, fazem um movimento surgem outros tantos bilhões.

E o aposentado. Qual é o sindicato do aposentado? Como é que o aposentado vai sair lá da sua casinha? Estou falando de quem ganha seis ou sete salários mínimos, porque esse reajuste é só para quem ganha seis ou sete salários mínimos. Ninguém ganha mais do que isso. Há um papo furado de dez salários mínimos. Isso não existe. Ninguém ganha mais dez salários mínimos no regime geral da Previdência. Todos ganham de sete para baixo. Estamos falando dos baixos salários. Alguém me disse: “Pode causar inflação.” Tudo não causa inflação. O coitado do aposentado – e está provado pela Fundação Getúlio Vargas que a sua inflação, sim, é a mais alta do que em outros setores – terá problemas em sua aposentadoria, se for dado o reajuste.

Sr. Presidente, estou sendo coerente com as emendas que apresentei, emendas à política do salário mínimo e apresentei também emendas à política

Ou seja, para receber um valor digno, o trabalhador brasileiro deve requerer sua aposentadoria mais tarde e continuar contribuindo para ganhar mais.

Com a expectativa de vida subindo ano a ano, cada vez mais o trabalhador se distancia da possibilidade de alcançar a aposentadoria sem redução no valor integral de seu benefício.

Assim, o que teremos? Logo nossos aposentados só receberão o equivalente a um salário mínimo.

Ou seja, o fator penaliza, sobremaneira, aquelas pessoas que começaram a trabalhar cedo, na maioria dos casos, cidadãos das classes mais pobres.

Por sermos contra isso é que apresentamos o PLS 296/03 que extingue o Fator Previdenciário. Matéria já aprovada aqui, mas que, em função de recurso, deverá ser apreciado em Plenário. Para que isso aconteça o mais rápido possível, apresentamos requerimento de urgência solicitando que o projeto seja apreciado o mais rapidamente possível. Também o Senador Fernando Bezerra solicitou audiência pública na CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.

O PLS 296/03 une todo o movimento sindical brasileiro.

Diferente do que defendem alguns: o fator previdenciário não reduz o déficit da previdência, pois a previdência não é deficitária, mas sim superavitária.

Um estudo elaborado a partir de 1999 pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), nos expõe, com riqueza de detalhes, as datas e as leis. Mostra que somente em dez anos mais de R\$ 100 bilhões da Previdência Social foram desviados para outros fins.

Cálculos de especialistas indicam que no passado o desvio foi de R\$ 1 trilhão.

O levantamento feito pela ANFIP deixa claro que o Orçamento da Seguridade Social tem sido a grande fonte de recursos para socorrer orçamentos de órgãos dos Três Poderes.

Um exemplo: 80% do tão aclamado superávit primário é oriundo da Seguridade Social, conforme demonstra a ANFIP.

O déficit é apontado apenas pelos que consideram somente as contribuições de empregados e empregadores, sem lembrar que a Constituição de 1988 também destinou à Seguridade Social parte das receitas de tributos como Cofins, PIS, Lucro Líquido, Faturamento, Jogos Lotéricos, CPMF.

Por isso, ressaltamos nossa proposta de emenda Constitucional que estabelece que os recursos da Seguridade Social devam permanecer na Seguridade Social, onde se encontra a Previdência, a Saúde e a Assistência, a PEC 24/03.

Além disso, temos outro problema: a defasagem salarial. Recebemos diariamente em nosso gabinete correspondências relativas a isso. Nossos idosos vêm suas aposentadorias e pensões serem corroídas e temem não conseguir mais se manter.

A política para quem ganha mais de um salário-mínimo é cruel, o seu índice de reajuste é sempre inferior ao salário-mínimo. Além disso, falta de clareza na aplicação dos índices. Uma hora é INPC, outra é IGP-DI, que de qualquer maneira é sempre o menor possível e não consegue acompanhar a inflação real.

As perdas até hoje, se usarmos como referência o ano de 1995, já chegam a 70%.

O achatamento é tão selvagem e desumano que se não for implementada uma mudança todos os aposentados do Regime Geral de Previdência Social daqui a alguns anos estarão realmente recebendo apenas o equivalente a um salário-mínimo.

Em todos os projetos que apresentamos sempre vinculamos o salário-mínimo aos benefícios dos aposentados e pensionistas que ganham mais que o mínimo. Um exemplo é o PLS 58/03 que tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões pagas pela previdência social e às pagas pela União a seus inativos e pensionistas.

A relatoria do projeto é do senador Rodolpho Tourinho e, segundo ele, o parecer é favorável.

Propomos a atualização dos valores desses benefícios restabelecendo a quantidade em salários-mínimos que possuíam quando de sua concessão.

Temos também a PEC 13/06 que tem por fim vincular os benefícios dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, ao salário mínimo.

Sr. Presidente, amanhã a Câmara deve votar outra Medida Provisória extremamente importante, a MP 291/06. Ela trata sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela previdência social.

Como dissemos, também apresentamos emenda a ela e esperamos que aconteça o mesmo que ocorreu na votação da MP 288: que o reajuste de 16,7% para aposentados e pensionistas seja aprovado.

Precisamos refletir:

Foi correto investirmos R\$11 bilhões no Bolsa Família? Sim, foi. Então, por que não investirmos R\$7 bilhões em nossos aposentados e pensionistas?

Foi justo destinarmos R\$75 bilhões para o pacote agrícola? Sim, foi. Então, por que não seria investirmos R\$7 bilhões em nossos aposentados e pensionistas?

Acertamos ao destinar R\$4,5 bilhões em infra-estrutura? Sim. E acertaríamos ainda mais se investirmos R\$7 bilhões em nossos aposentados e pensionistas.

da medida provisória dos aposentados, garantindo simplesmente o mesmo percentual.

Deixo bem claro, Sr. Presidente – e vou deixar na Mesa, cartas da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que reúne mais de 20 milhões de aposentados e pensionistas. Ela está fazendo um apelo, quase em lágrimas, para que Senadores e Deputados consigam aprovar e sensibilizar o Executivo, para que a matéria não seja votada.

Acho que é possível votar a matéria aqui no Senado, acompanhando a votação quase unânime na Câmara. Confesso que, numa época, cheguei a ser defensor do Congresso unicameral. Depois, no Senado, a partir do momento em que fomos avançando numa postura, diria, progressista, fui vendo que o Senado avançava. Isso também me foi convencendo da importância de se ter um Congresso Bicameral. Por outro lado, não entendo como um Partido pode, na Câmara dos Deputados, por unanimidade, votar a favor de uma proposta e o mesmo Partido, no Senado, votar diferente. Por que digo isso? Sabem quantos votos tivemos na Câmara contra o reajuste dos aposentados? Cinco. Não foram mais do que cinco votos. No PMDB, por exemplo, só houve um voto contra. Do PT, só houve três votos contra. Do PL, só houve um. A não ser que todos os partidos estejam errados, chego a dizer que isso, para mim, é unanimidade. Se há 513 votos, e somente cinco votos contra! São cinco votinhos apenas, e não cinco partidos!

Isso demonstra que as emendas que apresentamos têm uma sustentação técnica, política e social. Por isso, Sr. Presidente, faremos nesse tema não um debate contra ninguém. Por onde tenho passado, preocupo-me em dizer que o que defendemos é a causa, a proposta, um princípio, uma lógica. Não é contra um ou outro, mas sim a favor daqueles que são efetivamente prejudicados. Por isso é que, nesses dados, estou calculando a situação desses milhões de aposentados, que, a partir dessa decisão da Câmara, criaram uma expectativa de que o Senado irá referendar os 16,7% de reajuste e de que efetivamente não haverá veto por parte do Executivo.

Ontem ainda, Sr. Presidente, participava de um evento com algumas centenas de idosos, e todos eles me perguntavam: “Qual é a expectativa no Senado?” Eu respondia: “Olha, a expectativa no Senado é que o Senado deve acompanhar a decisão da Câmara dos Deputados”. Porque, Sr. Presidente – eu tenho aqui os Anais da Câmara –, vamos ver que parlamentares de praticamente todos os partidos – não apenas do meu – apresentaram emendas nesse sentido. E não importa qual emenda foi aprovada ou de qual Partido.

Se há coerência é porque foram parlamentares de todos os Partidos.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, ouço com satisfação o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Senador Paulo Paim, fiz questão de fazer este aparte porque V. Ex<sup>a</sup>, recorrentemente, tem tratado deste tema e tem dedicado sua vida política e profissional a assuntos relevantes e importantes socialmente, como este da questão do reajuste do salário mínimo e apoio aos aposentados, e eu gostaria de participar e dizer que é um debate muito difícil. V. Ex<sup>a</sup> entende a complexidade deste debate, porque, inclusive já tendo sido Ministro da Previdência, sabemos das dificuldades operacionais da Previdência Social, e não só da Previdência federal, mas das estaduais e municipais, aquelas que existem. Há toda uma construção de recuperação do salário mínimo que tem sido feita ao longo dos últimos anos e que tem sido sinalizada para a sociedade. A extensão do reajuste para os outros aposentados do nível de recuperação do salário mínimo é uma decisão política que tem que se discutir, que é justa – não quero tirar aqui a justeza do atendimento dos aposentados –, mas que, dependendo de como seja enfocada daqui para frente, pode causar um impacto...

*(Interrupção do som)*

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – ...na diminuição da aceleração de recuperação do salário mínimo. O salário mínimo foi recuperado em 15%, não é? O reajuste salarial que havia sido previsto era de 5%, 1,5% a mais do que a correção específica. Temos que discutir isso. Se for para ter essa política – acho que é justo que se tenha essa política, que se tome essa decisão –, que também se estenda essa decisão para Estados e Municípios. Quer dizer, o aposentado federal vai ter 15% de reajuste; o aposentado estadual precisa também ter 15% de reajuste. Senão, seria injusta essa medida.

Então, temos ou que pactuar um tipo de ação ou eu mesmo, como Líder do Governo, farei uma emenda, estendendo a Estados e Municípios o reajuste de 15% para os aposentados. Eu não separo aposentado federal de aposentado estadual e municipal. Todos têm a mesma necessidade. Acho que essa discussão é importante de ser travada, mas já digo a V. Ex<sup>a</sup>, corroborando com as suas posições de luta em defesa dos aposentados, que a minha disposição é a de apresentar uma emenda, ampliando para Estados e Municípios o reajuste de 15%.



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Primeiro, faço um apelo ao Sr. Presidente, Senador Marco Maciel. Todos aqui usaram quinze minutos, além de um tempo extra. Eu recebi dez minutos mais dois, até o momento. Hoje, aqui, ninguém falou menos que vinte minutos. Eu me submeto, mas sei que o tema dos aposentados é delicado. Por isso, faço um apelo a V. Ex<sup>a</sup> para que eu possa falar um pouco mais.

Senador Romero Jucá, veja bem a importância do aparte que V. Ex<sup>a</sup> fez ao meu pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup>, na verdade, abordou o princípio da paridade. Se V. Ex<sup>a</sup> quiser dar paridade aos aposentados e pensionistas, está feito o jogo! V. Ex<sup>a</sup> quer garantir para os servidores públicos estaduais e municipais a paridade total. Se se garantir a paridade total para todos – que é um outro princípio que não tem nada a ver com o Regime Geral da Previdência, e V. Ex<sup>a</sup> conhece a área -, temos como dialogar, porque são propostas. Por que não conceder a paridade? O princípio da paridade é legítimo. O que estou propondo também é a paridade: o que foi dado ao salário mínimo deve se estender aos aposentados. É o princípio da paridade.

No entanto, insisto, meu caro Senador – e vi que há sensibilidade por parte de V. Ex<sup>a</sup> -, que estabeleçamos um belo debate – talvez uma negociação com o Executivo – para verificarmos efetivamente se as fontes de recursos que estamos apontando, que não são só de empregado e empregador, mas de Cofins, Pis/Pasep, CPMF, tributação pelo lucro, enfim, todo aquele arcabouço que garante a seguridade, ou seja, saúde, assistência e previdência. Se dali forem destinados somente R\$5 bilhões, estará resolvido o nosso problema com tranquilidade.

Fui Secretário-Geral e Vice-Presidente da CUT Nacional e fui Presidente da Central Unitária do Rio Grande do Sul, que englobava todas as categorias e todos os setores. Houve desmembramento e criaram a Central.

Dizem que há acordo com as Centrais? Não é bem assim. Sou obrigado a dizer que algumas Centrais fizeram acordo; outras não. E a Cobap, primeira Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, em nenhum momento, selou nenhum tipo de acordo. Não há acordo sobre este tema! Há controvérsias. Há visões diferentes. Naturalmente, o meu Partido e o próprio Presidente sabem que não é possível que eu acompanhe tal votação, ocasião em que farei a defesa do reajuste dos aposentados e pensionistas coerente com o Estatuto do Idoso, com os projetos de política salarial que aqui apresentei e com as duas emendas que apresentei, estampadas junto à medida provisória, tanto a do salário mínimo quanto a dos aposentados e pensionistas.

O Senado deve acompanhar a Câmara, porque, a continuar a atual lógica, não haverá mais sentido em o trabalhador continuar pagando a Previdência. Não haverá lógica, porque ele paga a Previdência sobre dez, que não é dez, paga sobre oito.

Só que, a cada vez que vem um reajuste, o dele é reduzido, ano a ano. O que vai acontecer? Ora, se eu recebo um terço do percentual dado ao mínimo, em pouco tempo estarei também ganhando o mínimo. Já que é assegurado a todos com 65 anos o direito a receber um salário mínimo, não há por que se pagar a Previdência.

*(Interrupção do som)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu vou garantir o meu, porque eu vou ter direito aos 65 anos. Não tem por que pagar. É nessa lógica, Sr. Presidente, que espero que construamos um grande entendimento. Penso ser possível. Temos que, nesta Casa, olhar efetivamente para os idosos, para os mais pobres, para os aposentados, que pagaram ao longo de sua vida e que estão na expectativa de receber o reajuste concedido neste momento ao salário mínimo. E para eles, infelizmente, não houve a mesma lógica.

Tenho aqui todos os dados, Sr. Presidente. Mas é claro que vou aprofundar o tema em outro momento. Eles comprovam que poderemos fazer um debate tranquilo, equilibrado sobre a importância de esta Casa estender aos aposentados e pensionistas o mesmo percentual, ou seja, 16%.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Faço um apelo ao nobre Senador Paulo Paim para que conclua. V. Ex<sup>a</sup> já está praticamente há 18 minutos na tribuna.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, eu comecei a falar, e V. Ex<sup>a</sup> me concedeu 10 minutos. Depois, V. Ex<sup>a</sup> me deu um minuto mais dois. Todos os outros oradores falaram mais. Quero apenas dar uma pequena explicação, porque as pessoas também estão assistindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Certo.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SC) – Hoje, se não me engano, o orador dispõe de 15 minutos. A mim, esse tempo não foi dado em nenhum momento. Iniciou-se com 10 minutos, e não com 15 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE.) – Bom, mas eu gostaria, de toda maneira, de fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>, porque há três Líderes inscritos depois da fala de V. Ex<sup>a</sup>. Mas V. Ex<sup>a</sup> pode concluir.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e ao Presidente Marco Maciel por sua tolerância, mas esse aparte tem por objetivo parabenizá-lo. Eu vinha ouvindo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, e é muito bonito se ver neste País que, no Partido de V. Ex<sup>a</sup>, há pessoas que não mudaram de idéia ainda e que continuam pensando aquilo que pregaram em praça pública.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Ao chegar ao Poder, três anos e meio depois, continuam pensando da mesma maneira. V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, o aposentado não se alimenta menos do que o ativo. O aposentado cria, após longos anos de trabalho, condições para viver seus dias tranquilos de velhice ao lado da família. Essa discriminação não era exatamente o que o Partido de V. Ex<sup>a</sup> pregava. Se formos recorrer aos Anais do Congresso, veremos que não era exatamente isso. Compreendo a posição do Senador Romero Jucá, como Líder, que corre inclusive o risco, candidato a Governador de um Estado que também têm aposentados, assume essa posição corajosa, e isso é louvável. Mas tenho certeza de que o Partido de V. Ex<sup>a</sup> nunca pregou isso. V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Parabéns.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Eu vou concluir, Sr. Presidente.

Naturalmente, eu também entendo a situação do Líder do Bloco ao fazer aqui as suas argumentações sobre o tema.

Entendo que haverá uma outra oportunidade. Vamos aprofundar esse debate. Com certeza – espero –, devemos construir aqui uma proposta que atenda esses 22 milhões de aposentados e pensionistas, que estão nessa expectativa.

**O Sr. Romero Jucá** (PMDB – RR) – Quero apenas deixar claro que não assumi posição contrária a esse entendimento. Apenas creio que isso precisa ser bem discutido porque hoje existe uma vertente de discussão de recuperação do salário mínimo que, ao atrelar o salário com a indexação previdenciária como um todo, terá que tomar uma decisão de fazer mais ou menos, mas é um debate legítimo e importante. Volto a dizer: se a posição majoritária do Senado for essa, vamos buscar caminhos para fortalecer outros segmentos de aposentados que não estão inseridos no Regime Único da Previdência Social Federal.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> está discutindo paridade do servidor público, e eu estou discutindo regime geral da Previdência.

Sr. Presidente, faremos o debate no momento da medida provisória, com os devidos argumentos. Estou convicto de que a coerência que todos os partidos mantiveram na Câmara será mantida também aqui no Senado, e os aposentados terão esse reajuste.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última quarta-feira, dia 7, o Brasil conquistou uma vitória: o plenário da Câmara aprovou a emenda à medida Provisória 288/06, que prevê o aumento de 16,6% para todos os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), os que recebem o equivalente ao salário mínimo e aqueles que recebem acima desse valor.

A MP 288 dispõe sobre o reajuste do salário mínimo que vigora desde o dia 1º de abril deste ano. A emenda aprovada é idêntica às que já apresentamos, tanto a essa MP quanto na MP 291/06 referente aos aposentados.

Estão de parabéns os deputados e deputadas que, em sua ampla maioria, votaram em favor desse aumento. Somente cinco parlamentares votaram contra.

Agora a MP vem para esta Casa e esperamos que aqui o resultado seja o mesmo. Isso para que possamos dar a nossos aposentados e pensionistas o que eles merecem: dignidade e respeito.

A aposentadoria não deveria ser um momento de desalento. Ao contrário, ela deve ser tratada com todo respeito.

A pergunta é: nossos trabalhadores conseguem isso? Respondemos: não, pois quando recebem o 1º vencimento de suas aposentadorias, percebem que lhe foram tirados de 30 a 40% daquilo que recebiam enquanto estavam trabalhando.

Sim, esse é o perverso fator previdenciário, cuja fórmula de cálculo leva em consideração a alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE).

A lógica do fator é simples. Quanto mais o trabalhador demora a requerer o benefício, mais chance tem de aumentar o valor de sua aposentadoria.

Agora vejam a perversidade: Como o brasileiro está vivendo mais, quem se aposenta jovem fica mais tempo recebendo do INSS. Por isso, o valor de sua aposentadoria deve ser menor para que o trabalhador seja estimulado a continuar trabalhando.

Enfim, o governo investiu em diversas áreas importantes. Foram gastos justos e necessários, assim como o investimento em nossos aposentados e pensionistas também é.

Esperamos que nesta Casa a votação da MP 288 tenha o mesmo resultado obtido na Câmara: a aprovação. E que a MP 291 siga na mesma linha.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Líder Romero Jucá, mas antes ouço V. Ex<sup>a</sup>, nobre Líder Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário sobre a liberação e repasse de recursos públicos para entidades que reivindicam a reforma agrária. Pergunto quantas são essas entidades, quais são elas, o volume de recursos da União destinados a elas a partir de 2003 até a presente data, qual é a fiscalização que o Governo porventura estaria fazendo e, por outro lado, como está fiscalizando os convênios, enfim.

Na justificativa, eu me refiro a uma entidade chamada Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por integrantes desse famigerado MLST, que recebeu R\$5,6 milhões durante a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A grande verdade é que, se a Câmara quiser processar por danos ao patrimônio daquela Casa o MLST, isso não será possível, porque não existe juridicamente. Não dá para processar o MST. Eles fazem isso a propósito. Não existe a figura jurídica do MST nem do MLST. Existem essas empresas que recebem o dinheiro e que o usam não em atividades de preparação de agricultores, não em atividades de reforma agrária, não em atividades de técnicas de plantio ou de colheitas, mas sim nisso que vimos aqui: em tentativas de desmoralizar o regime democrático brasileiro.

Por tudo isso, quero de uma vez por todas retirar esse véu, convocando o Ministro do Desenvolvimento Agrário à CAE e à CFC, para que, de frente para nós, S. Ex<sup>a</sup> possa explicar mesmo que história é essa, qual é a efetiva ligação entre o Governo, essas entidades tipo MST e MLST e as “Anaras da vida”, que recebem o dinheiro e o repassam para a baderna enquanto este Governo não faz nenhuma reforma agrária neste País.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, serei breve. Pedi a palavra para fazer o registro à Casa e tornar público que, neste último sábado, dia 10, o PMDB, em convenção estadual em Roraima, junto com mais dez partidos de Oposição referendaram o meu nome, a minha indicação para a disputa ao Governo do Estado de Roraima.

Recebi essa incumbência com muita honra, porque é um desafio muito grande. Vamos enfrentar a máquina do Governo, enfrentar os desafios de dificuldade e de necessidade por que passa hoje o povo de Roraima, mas todos nós, dessa ampla coligação formada por PMDB, PT, PPS, PSB, PV, PCdoB, PST, PSDC e por vários outros Partidos, como PSC, PTC, PTN, enfim, estamos conscientes de que é preciso apresentar uma alternativa para que Roraima possa ser um Estado modelo para o País.

Existe essa possibilidade. O Estado de Roraima é potencialmente muito rico e possui uma população ainda pequena, com uma ocupação rarefeita. Sem dúvida alguma, é possível – com uma proposta moderna que respeite o meio ambiente e as questões indígenas, mas que resgate o desenvolvimento auto-sustentável da Amazônia em Roraima – fazer, como eu disse, um modelo de desenvolvimento.

Nós aceitamos o desafio, aceitamos a indicação. A partir de sábado, somos candidato ao Governo do Estado, vamos procurar construir uma grande aliança e vencer as eleições disputando-as democraticamente.

Faço esse registro dizendo inclusive que, mesmo sendo candidato, acumularei a Liderança do Governo. Para mim isso será sacrificado e trabalhoso, mas, sem dúvida alguma, eu não poderia prescindir de aceitar o desafio e essa convocação formada pelos partidos que hoje são Oposição ao Governo do Estado.

Então, fica o registro. Agradeço a confiança do povo de Roraima e a confiança e o apoio dos diversos segmentos organizados da sociedade que temos recebido. Fica o nosso compromisso de fazer uma campanha de alto nível, democrática, limpa, apresentando propostas, levando a condição do debate político para o alto nível que as campanhas devem ter, porque adentram os lares, adentram as famílias de todos os Estados e, portanto, precisam ser respeitadas, criteriosas e positivas. Fica aqui o meu agradecimento e o registro da nossa candidatura ao Governo do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE) – Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias,

mas antes escuto o nobre Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que solicita a palavra pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requero Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária e encaminho um breve pronunciamento explicativo.

O Voto deve-se ao fato de o Conar ter-se mostrado sensível à preocupação da sociedade e estabelecido novas normas, a vigorarem a partir de 1º de setembro, relativas à publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes, bem como de alimentos e refrigerantes. Com isso, tomam conta da saúde das nossas crianças, que são, afinal de contas, um públi-

*O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB - AM. Sem acompanhamento taquigráfico.) –*

*Sr. Presidente,*

*Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,*

Recebi na semana passada, em meu gabinete, a visita do presidente do Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – Conar, Sr. Gilberto Leifert, que me deu conhecimento das novas normas que entrarão em vigor a partir de 1º de setembro, relativas à publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados ao público infanto-juvenil.

O Conar é entidade não-governamental fundada em 1980 e integrada pela Associação Brasileira de Anunciantes, Associação Brasileira de Agências de Publicidade, Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, Associação Nacional de Editores de Revistas, Associação Nacional de Jornais, Associação Brasileira de TV por Assinatura e IAB Brasil – Interactive Advertising Bureau. Tem por objetivo “impedir que a publicidade ofensiva, enganosa ou abusiva cause constrangimento ou prejuízo a consumidores e empresas e, ao mesmo tempo, zelar pela liberdade de expressão comercial independentemente de censura”.

co mais facilmente induzível, evitando propagandas que procurem fazê-las ingerir alimentos não naturais, o que tem gerado esse fenômeno que não é próprio dos segmentos economicamente mais baixos da sociedade, mas que atinge a todos igualmente em um País como o Brasil, que é o da obesidade, com todos os custos pessoais e psicológicos para os que sofrem trauma e com todos os custos para Previdência e para a saúde pública no País.

Está de parabéns o Conar.

Encaminhei o pronunciamento e o requerimento de Voto de Aplauso à Mesa

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

É auspicioso ver que o próprio setor se preocupa em estabelecer limites para a sua atividade, em respeito aos interesses maiores da sociedade e do País, dispensando qualquer intervenção governamental e mesmo legislativa. “Já existem leis demais no País”, assinala o Conar, com toda razão.

Importante também é que o Conar, mesmo sem dizer nada disso, dá lição ao governo Lula, useiro e vezeiro em pretender impor controle e censura a setores da sociedade. Tentou criar um Conselho Federal de Jornalismo que outro objetivo não tinha senão o de cercear a liberdade de imprensa. Tentou ampliar o âmbito e as atividades da Agência Nacional de Cinema com o mesmo objetivo: submeter a controle a produção audiovisual. Sem falar na censura que tentou impor a servidores públicos. A sociedade reagiu e frustrou essas iniciativas.

Antes que o governo Lula tentasse intervir também no setor da publicidade, para, do alto de sua pretendida sapiência, dizer o que pode ou não ser anunciado, e de que forma deve ou não ser anunciado, o Conar, numa demonstração de estar atento às suas responsabilidades, deu nova redação às normas do Código Brasileiro de Auto-regulamentação Publicitária relativas a crianças e

adolescentes e a alimentos e refrigerantes, adaptando-as à evolução técnico-científica e às novas exigências da sociedade.

“A curtíssimo prazo – diz o presidente do Conar – a publicidade de produtos destinados a crianças e adolescentes e a de produtos alimentícios, refrigerantes, sucos etc. deverá observar novas normas éticas, concebidas com o propósito de manter elevados os padrões éticos da comunicação e, principalmente, dar respostas apropriadas às preocupações da sociedade.”

No caso de produtos destinados a crianças e adolescentes, as novas normas vedam o apelo imperativo, como aquele: *“Peça pra mamãe comprar...”*. Adotam o conceito de que a publicidade deve ser fator coadjuvante aos esforços de pais, educadores, autoridades e da comunidade na formação das crianças e adolescentes, contribuindo para o desenvolvimento positivo das relações entre pais e filhos, alunos e professores.

É de destacar também que nenhum anúncio de produto voltado ao público infanto-juvenil deve empregar crianças e adolescentes como modelos para recomendações como *“Faça como eu, use isso ou aquilo...”* Nenhum anúncio deve provocar qualquer tipo de discriminação, inclusive em relação aos que não podem ser consumidores do produto. Os anúncios devem, sim, “respeitar a dignidade, ingenuidade,

credulidade, inexperiência e sentimento de lealdade do público a que se destinam”.

Quanto à publicidade de alimentos, refrigerantes, sucos, achocolatados e outros, o Conar levou em consideração a preocupação cada vez maior da sociedade com a obesidade, que nos últimos anos vem se tornando problema de saúde pública – e não apenas nas camadas mais abastadas da população.

As novas normas estabelecidas pelo Conar dizem que a publicidade desses produtos não deve encorajar consumo excessivo, não deve menosprezar a importância da alimentação saudável, não deve apresentar produtos como substitutos das refeições, não deve empregar apelos ligados a *status*, êxito social e sexual etc. Devem, isto sim, valorizar a prática de atividades físicas.

Por ter dado essa prova de sensibilidade em face das preocupações da sociedade e por antecipar-se a qualquer providência governamental ou legislativa, o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária – Conar merece o Voto de Aplauso que neste momento estou requerendo ao Senado Federal.

Epa o que táicho ← plizer

Antonio Carlos

**O SR. PRESIDENTE** (Marco Maciel. PFL – PE)  
– O requerimento de V. Ex<sup>a</sup>, será devidamente processado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, após a convenção que homologou a candidatura do Geraldo Alckmin à Presidência da República, o PT e o Presidente Lula reagem de forma autoritária às críticas proferidas durante aquele evento, principalmente no extraordinário discurso do candidato Geraldo Alckmin. Ou seja, o PT, em que pese o fato de ter, durante 25 anos, usado todos os instrumentos disponíveis para a crítica mais contundente, não admite ser criticado quando do confronto democrático, especialmente no período eleitoral, hora do balanço, da avaliação definitiva e do julgamento popular.

Os jornais retratam: “Planalto e PT vêem desespero na crítica tucana”. Alegam sempre existir desespero em razão de pesquisas que são divulgadas. Ora, Sr. Presidente, em que pese o fato de as pesquisas observarem um cenário distante do interesse popular – hoje não há o interesse da população pela candidatura de quem quer que seja –, por volta do dia 15 de agosto, quando os candidatos estiverem no rádio e na televisão, certamente a população fará concessão aos políticos e acompanhará o processo eleitoral. Digo que fará concessão até porque nós os políticos – estou generalizando, evidentemente com o cuidado de dizer que não vale a generalização, mas, para usar o plural, nós, os políticos, não estamos merecendo muita atenção da população à nossa pregação. A palavra do político está tremendamente desvalorizada, exatamente em função da falta de respeito daqueles que, como autoridades maiores, se transformam em bravateiros, ilusionistas, escamoteadores da verdade, na esperança de se sustentarem popularmente à custa do engodo verborrágico.

É evidente que nós não merecemos mesmo tanta atenção da opinião pública neste momento e nem a mereceremos à frente. Mas nós a teremos, porque há uma preocupação com o futuro do País. E a população inteligente do Brasil haverá de sentir a sua responsabilidade diante do confronto eleitoral e procurará usufruir da melhor forma de todas as informações, para julgar de maneira acertada e fazer a melhor escolha.

Não vou fazer referência a essas afirmações, que recolho na imprensa no dia de hoje, relativas às reações oficiais, tanto do Presidente Lula quanto do seu Partido, o PT, ao discurso do candidato à Presidência Geraldo Alckmin proferido ontem, em Belo Horizon-

te. Prefiro dizer que realmente não há desespero, ao contrário do que diz o PT. Há, sim, consciência de que temos muito a caminhar para chegarmos ao dia 1º de outubro em condições de sairmos vitoriosos. Mas estamos certos de que é possível buscar a vitória, sobretudo com propostas.

Obviamente, não há como o Governo livrar-se das críticas. É obrigação, é dever da Oposição, no ano do balanço final, do julgamento, lançar luzes sobre os desmandos governamentais, para permitir à população os instrumentos adequados a fim de que ela possa julgar implacavelmente. Mas não ficaremos apenas na crítica. O PSDB, o PFL, o PPS, aqueles que sustentam a candidatura Alckmin à Presidência da República deverão de ter a competência necessária para oferecer ao País uma alternativa inteligente de mudança, com propostas que digam respeito às aspirações da sociedade.

Ontem, em seu discurso, Alckmin orientou-nos sobre o que pretende. Deu sinais de que sua proposta tem tudo para conquistar a preferência popular. Vou fazer referência apenas a alguns tópicos do longo discurso do Presidente Alckmin. Ele resumiu os seus objetivos, desejando um Brasil mais justo, menos desigual, com menos miséria e mais oportunidades, com crescimento econômico acelerado e permanente. São objetivos ambiciosos, mas não há um bom vento para quem não sabe onde quer chegar.

Diz Alckmin em seu discurso:

No ano passado, na América Latina, o Brasil só cresceu mais do que o Haiti, um país pequeno e despedaçado pela guerra. Em 2002, o Brasil respondia por 56% de tudo o que se produzia na América Latina. No ano que vem, segundo projeções dos organismos internacionais, vamos produzir só 47%.

É sobre isso que deveria o Governo Lula responder, e não fazer alusão a um eventual desespero, que não existe, em razão de números de pesquisas que são transitórios, que não são definitivos, que não se sustentarão até o dia 1º de outubro, porque haverá de se estabelecer o contraditório, e, no estabelecimento do contraditório, a verdade sempre há de prevalecer.

Aliás, essa postura autoritária não é nova. Isso é bom porque nos lembra de fatos importantes durante esses três anos de Governo que exteriorizaram o perfil autoritário do Presidente da República. Todos nos lembramos da tentativa de se instituir a Ancinave, todos nos lembramos da tentativa de se adotar normas que significariam uma espécie de censura à imprensa, nós nos lembramos da tentativa de adotar a mordação para o Ministério Público. Portanto, a imprensa, a arte e a cultura e mais o Ministério Público foram ameaçados em razão da arquitetura de um projeto de poder



autoritário de longo prazo que culminou com o grande escândalo de corrupção que investigamos por meio de CPIs no Congresso Nacional e que levou o Procurador da República a denunciar quarenta daqueles que foram apontados pela CPMI dos Correios.

Portanto, essa postura autoritária esteve presente durante os três anos não só na palavra de quem governa e de quem apóia o Governo, mas, sobretudo, em atos concretos que tinham por objetivo o estabelecimento, sim, a arquitetura, enfim, de um projeto de poder autoritário de longo prazo.

Alckmin disse:

Estamos perdendo terreno, mesmo comparados a vizinhos que sempre foram mais frágeis e mais lentos. Não há propaganda ou discurso que esconda essa constatação: o Brasil de Lula ficou para trás. Apequenou-se.

Pior: além do crescimento medíocre, o Governo Lula não fez nada, absolutamente nada, para que as condições de crescimento no futuro sejam melhores. Nenhuma das reformas estruturais. Nada. Não avançamos na infra-estrutura, andamos para trás nas agências reguladoras, pioramos no front do sistema tributário, aumentamos o custo-Brasil com a adição do custo-PT.

Aliás, quando destacamos a ausência de realizações do Governo Lula, no Paraná, na última sexta-feira, indagava-se a Lideranças políticas que recepcionaram Alckmin e mesmo aos jornalistas: “você se lembram de uma obra do Governo Lula no Paraná durante esses três anos?” Surpreendentemente, ninguém – nenhum político, nenhum jornalista – teve condições de apontar sequer uma obra realizada pelo Governo Lula.

Lembrei-me de uma que ele inaugurou na campanha municipal. Para que tivesse um pretexto e pudesse chegar a Curitiba e apoiar seu candidato à Prefeitura de Curitiba, o Presidente Lula ousou inaugurar uma obra que mal começara: um laboratório. Colocou-se uma placa e o laboratório foi inaugurado na periferia de Curitiba. O que ocorreu? O laboratório não foi concluído até hoje. Ao contrário, está coberto pela mata, totalmente abandonado. Foi a única inauguração que vi o Presidente Lula realizar no Paraná nesses três anos.

Volto ao discurso de Alckmin:

Com a taxa de juros mais alta do mundo, com impostos levando 40% da riqueza produzida por ano, com a manutenção das desigualdades regionais, com as estradas esburacadas e a infra-estrutura abandonada, com sua burocracia, com o empreguismo, o

Governo é responsável por um ambiente pouco propício ao empreendimento, ao investimento produtivo, à geração de riqueza, à criação de postos de trabalho.

Os maiores entraves imediatos ao nosso crescimento econômico são conhecidos: carga tributária de mais, investimentos de menos e um Estado ineficiente no cumprimento de suas funções básicas, da provisão de estabilidade institucional à educação e segurança pública.

Vou direto ao ponto. Meu compromisso é enviar ao Congresso, na primeira semana de Governo, projeto de reforma tributária que simplifique o modelo, estimule novos investimentos e busque eficiência. Em São Paulo, desde o Governo Mário Covas, reduzimos impostos de mais de duzentos produtos e serviços. Vamos fazer isso no Brasil.

Sei que a palavra do político está desvalorizada; a palavra do candidato ainda mais. Então, é possível que as pessoas digam: “Mas todos prometem, chegam ao poder e não realizam”. É por essa razão que é preciso verificar o que se fez, muito mais do que o que se diz. Tem autoridade para assumir compromissos quem, precedentemente, exercendo mandato executivo, tenha realizado os compromissos assumidos, tenha honrado os compromissos assumidos. É por essa razão que Geraldo Alckmin, ao apontar para uma eventual reforma tributária, já no início de seu mandato, traz a experiência vivida no Governo de São Paulo. Aliás, são os pressupostos básicos indispensáveis para que o eleitor possa depositar sua confiança em qualquer candidatura. Experiência administrativa positiva, comprovadamente positiva, e honestidade são os requisitos básicos que fazem, a meu ver, de Geraldo Alckmin um candidato vitorioso.

Volto ao discurso de S. Ex<sup>a</sup>:

Erra de novo ao imaginar que desenvolvimento se faz com inauguração de editais ou de estradas de ferro imaginárias, como a Transnordestina, ou obras virtuais, numa clara tentativa de iludir a população na véspera da eleição. É preciso dar um basta nisso tudo. As regiões menos desenvolvidas não podem ser tratadas como pedintes da Nação.

Junto com a economia, nossa prioridade será a educação. Não há país que tenha progredido sem investimento e esforço enormes em educação. Cada vez mais, a escola deve ocupar um papel central na vida, não só dos estudantes, mas de suas famílias e da comu-

nidade, articulada com as políticas de trabalho, saúde, segurança, cultura e lazer.

Vamos retomar o acompanhamento das transferências de renda associadas à educação, saúde, segurança e oportunidades, para assegurar, de fato, a superação da pobreza.

Na saúde, como na educação, o Brasil também andou para trás nos últimos anos. Não preciso lembrar o quadro caótico do atendimento público de saúde, embora o atual Presidente o veja como 'quase perfeito', o que demonstra, mais uma vez, que ou ele é cínico ou vive em outro mundo, totalmente mal-informado. Minha visão é outra. Precisamos trabalhar, e muito, para melhorar o sistema público de saúde.

Aliás, Srs. Senadores, no Paraná, o item saúde é o de pior avaliação nas pesquisas de opinião pública. No Paraná – e imagino que esse quadro se repita em todo o País –, saúde pública é verdadeiro descalabro. É uma lástima. A população pobre, sobretudo, está totalmente excluída dos benefícios dos serviços públicos de saúde.

Enfim, essa é a constatação, e não a assertiva do Presidente da República, de que seu Governo é maravilhoso em matéria de atendimento na área de saúde pública.

Precisamos trabalhar, e muito, para ampliar o acesso, a oferta dos serviços de saúde e para melhorar o atendimento. O primeiro passo para resolver um problema é reconhecer que ele existe. E não, como o atual Presidente, fingir que não o vê.

O Brasil precisa de uma reforma política. É um tema difícil para qualquer presidente, pois há muitos interesses enraizados e que não admitem ser contrariados. Mas não vou me omitir. Como Presidente, vou propor a discussão e as mudanças em que acredito, em termos francos e honestos. Da fidelidade partidária à discussão sobre o voto distrital misto. O essencial, no caso, é combater a descrença no sistema e aproximar os representantes dos representados. Com o desgaste da atividade política, disseminou-se, no Brasil, a falsa idéia de que todos os políticos são iguais. Não são. Somos muito diferentes, por exemplo, dos nossos adversários que hoje estão atolados na lama moral que eles próprios criaram.

O povo brasileiro não é corrupto. O povo brasileiro não é mentiroso. O povo brasileiro não é preguiçoso. O povo brasileiro não é omissivo. O povo brasileiro não é enganador. O povo brasileiro não é cínico. O seu presidente também não pode ser.

Minha missão é governar para incluir. Para diminuir desigualdades. Para assegurar

oportunidades. Para construir soluções coletivas para os problemas coletivos. Para assegurar que o Brasil possa crescer economicamente e que todos os brasileiros possam se beneficiar desse progresso.

Aos mais fracos e aos mais necessitados, um apoio maior. A todos, a certeza de que vamos construir uma Nação melhor. Minha missão é construir a maioria necessária para a realização desse projeto brasileiro. Tenho certeza de que vou conseguir.

O que os brasileiros viram nos últimos anos não tem paralelo na história do nosso País. Nunca houve tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República. "Mensalão", corrupção nas estatais, dólar na cueca, dólar em caixa de bebida, malas de dinheiro, propinas, compra de Deputados, sanguessugas do dinheiro público. O aparelho de Estado tomado de assalto por quem devia geri-lo, especialmente por um partido político que deixou o Brasil vermelho de vergonha.

Que tempos são esses, em que um Procurador-Geral da República denuncia uma quadrilha de 40 criminosos e no meio da lista estão Ministros, auxiliares do Presidente, amigos do Presidente? Que tempos são esses, no Brasil, em que a cada vez que ouvem uma notícia sobre a quadrilha dos 40, os brasileiros pensam automaticamente, em silêncio: e o chefe? Onde está o chefe, o líder dos 40 ladrões?

Tristes tempos. Tristes tempos que, tenho certeza, vão acabar. Porque os brasileiros não aceitam a desonestidade e a traição dos que foram depositários dos seus sonhos.

Meus amigos e minhas amigas, nossa jornada começa hoje, aqui em Minas. Vamos com entusiasmo mostrar aos brasileiros que o Brasil tem jeito, que o Brasil pode, e vai, melhorar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, são alguns tópicos do longo discurso do Presidente Alckmin, ontem, em Minas Gerais. Aliás, a escolha do local foi uma escolha emblemática. Minas Gerais é a terra da inteligência política de Tancredo Neves, da competência administrativa e do espírito empreendedor e desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Tem a governar o Estado um administrador capaz de superar dificuldades e de vencer, Aécio Neves, que certamente, pelos índices magníficos que ostenta nas pesquisas de opinião pública, será reeleito Governador do Estado, para continuar com esse choque de gestão que, em Minas Gerais, demonstra que o Brasil tem jeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Marco Maciel, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, Líder do PSDB no Senado Federal.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

A seguir, serei eu, Senador Tião Viana, e, posteriormente, o Senador Pedro Simon.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tratarei de três tópicos no tempo que V. Ex<sup>a</sup> me concede, Sr. Presidente.

O primeiro, sem dúvida, é prosseguir na análise tão competente que o Líder, Senador Alvaro Dias, acaba de oferecer a esta Casa. E não redundarei, pois darei uma versão que busca acrescentar ao que foi posto pelo Senador Alvaro Dias.

Para mim, ficou patente, no discurso sóbrio, que muitos disseram ser longo e que a mim pareceu necessariamente longo, porque resumia os tópicos principais daquilo que será um futuro programa de Governo do agora candidato Geraldo Alckmin, não mais pré-candidato. Esse pronunciamento, necessariamente longo, mostra a diferença entre sua posição e a de adversário, sempre com posições ligeiras, apressadas, não raro levianas. Só se estende o Presidente Lula quando fala de futebol e, como ele não perde o bom humor, afirmou certo dia que não gosta de ver futebol acompanhado, porque as pessoas dizem muita besteira quando assistem a futebol ao lado dele. Chega a ser irônico, porque foi precisamente ele, tratando de futebol, a praticar aquela grosseria com o craque Ronaldo, o qual respondeu de maneira altiva à pergunta. Imaginem se o Ronaldo se estende e resolve perguntar sobre mensalão, suborno, prevaricação, falcatuas.

A convenção do PSDB foi um fato bonito, expressivo e marca o início de uma caminhada que, a partir da progressiva equalização, do progressivo equilíbrio das oportunidades de divulgação da proposta dos candidatos, levará, sem dúvida, também ao equilíbrio dos votos na aferição inicial das pesquisas.

Até então, Lula estava sozinho. Daqui para frente, ainda com muita propaganda, com os exageros que pratica a Petrobras, falando de uma auto-suficiência ilusória, pois é apenas uma situação de equilíbrio momentâneo entre o que se importa e o que se exporta. O Brasil importa ainda o petróleo leve de que precisa e exporta o petróleo pesado, de que não faz uso e, portanto, continua dependente não só dessa *commodity* do exterior para cá, como também depende dos preços dela nos mercados internacionais. Do mesmo jeito, nós vivemos em uma situação de equilíbrio. E eu procuro dizer, de uma maneira equilibrada, que não é mais do que uma situação de equilíbrio, porque o crescimento econômico um pouco a mais já faria o Brasil,

novamente, ter déficit em relação à relação exportação e importação de petróleo.

Geraldo Alckmin falou como estadista. Falou com firmeza. A parte ética foi bem posta. A resposta do PT foi pífia. O Presidente Berzoini usa aquela estória de que se está desesperado... Desesperado por quê? O que denotou desespero? E o que leva o Presidente Berzoini a achar que o candidato Geraldo Alckmin estaria desesperado? Digamos que fosse para perder a eleição. Qual é o problema, Sr. Presidente, de um democrata perder uma eleição? Qual é o problema? Não gostam de perder eleição dois tipos de gente: o corrupto e o ditador. O autoritário e o corrupto. Aquele não quer perder porque quer continuar mandando, e o outro que não se afastar do cofre público. Mas, a pessoa normal, equilibrada, decente, por que não pode perder uma eleição? Pode e ganha. Pode perder como pode ganhar. E, ganhando, trata do mesmo jeito a sua vida e trata, de maneira especial, a vida das pessoas a quem vai governar. Se perder, que o Brasil cumpra com a sua destinação, com o seu destino, enfim... Mas só na cabeça de quem está com visão deturpada é que parece uma aberração, Senador Paulo Paim, se perder uma eleição. Qual é o problema? Em uma democracia, e na eleição não têm empate, as pessoas ganham ou perdem a eleição. Então, quando o Presidente Berzoini diz “está desesperado”, a impressão que passa é que ele se reflete no espelho. Quer dizer, estaria desesperado se fosse ele a estar ameaçado de perder a eleição. Um democrata, não! Um democrata perde ou ganha, mas desesperado não fica. Só fica se não for honesto – e esse não é o caso do Berzoini, eu tenho, por ele, um respeito grande nesse campo – ou autoritário. Aí, sim, ele me parece autoritário, porque, se não fosse autoritário, não teria colocado pessoas de 90 anos nas ruas, nas filas das madrugadas lá na Previdência Social.

Sr. Presidente, foi um grande fato, foi um grande feito. Estamos caminhando. Estamos em marcha batida para buscar a vitória de Geraldo Alckmin e José Jorge e já com o apoio do PPS, Partido de enorme significação, do Deputado Roberto Freire, figura símbolo das lutas por democracia no País, alguém de quem se pode discordar e com quem se pode concordar, mas que me parece uma unanimidade quando a análise parte das pessoas de boa-fé. Roberto Freire é um homem de bem, Roberto Freire é um homem corajoso, Roberto Freire é um homem que pensa, acima de tudo, no País. Poderia perfeitamente demorar com uma pré-candidatura, levar até o último momento. Não pensa nele próprio, pensa no País. Por isso, aqui desta tribuna, rendo uma homenagem muito especial a Roberto Freire, ao seu espírito público e ao seu Partido, que, sem dúvida nenhuma, honra as tradições, tradições libertárias sim, tradições humanistas sim, tradições que fazem parte da melhor história política do Brasil, que são as tradições do Partido Comunista Brasileiro, o Partido ao qual Roberto Freire deu os melhores anos de sua vida – uma vida que continua dando frutos significativos até hoje.

Sr. Presidente, na semana passada, fiz desta tribuna apelo ao Governo para a reabertura do necessário diálogo com os servidores do Judiciário, em greve em todo o País.

O início dos entendimentos é urgente. Até aqui, o Governo mantém-se insensível, e a continuidade do movimento grevista pode colocar em risco, inclusive, a realização das eleições de 1º de outubro. Dou exemplo do meu Estado: alguns meses são demandados para que se possa preparar uma eleição num Estado tão vasto e de comunicação tão complicada quanto o Amazonas.

A greve atinge 24 Estados, incluindo os servidores dos tribunais regionais eleitorais. Procurarei o Ministro Tarso Genro para levar-lhe a preocupação que acabo de relatar.

Os servidores pretendem a aprovação do projeto de lei que trata do plano de cargos e salários da categoria. Outro dia, estive com os grevistas quando fui fazer uma visita de cortesia ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Desembargador Glacimar.

Neste momento, saúdo a entrada, neste plenário, do tetracampeão mundial de boxe, nosso querido Popó, Acelino Freitas. O Senador Magno Malta está trazendo esse cinturão que tem custado tanto esforço, suor e lágrimas a Popó e aos que acreditam nele. Faço essa saudação, com todo empenho, ao querido amigo, uma figura por quem tenho muito carinho e a quem o Brasil deve muito.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta. Em seguida, retomo o fio do meu discurso.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur Virgílio, foi providência divina a presença de V. Exª agora na tribuna. V. Exª é lutador de jiu-jitsu e ama tanto as artes marciais, os esportes e aqueles que os praticam. Certamente, o esporte é o antídoto e também o preventivo mais significativo contra as drogas e a violência. Popó simboliza isso tudo para nós. É o orgulho brasileiro, porque é o único tetracampeão mundial de boxe. O Brasil tinha dois eventos importantes neste ano: esse tetracampeonato do Popó nos Estados Unidos e a Copa do Mundo. O Popó foi e já resolveu o problema: já ganhou e está com o cinturão. Vamos torcer agora para a nossa Seleção trazer o campeonato do mundo para nós. O Popó simboliza muito porque a história dele... Senador Tião Viana, V. Exª que está na Presidência, enquanto recebe o Popó, eu tive...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Vamos parar tudo para dar um abraço no Popó.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco/PL – ES) – Senador Arthur, eu dizia ao Presidente Lula – e até citei o nome de V. Exª – que o Popó vai receber patrocínio do Governo. Nós somos o País do futebol, o Ronaldinho ser o primeiro do mundo não é novidade. Daqui a pouco será o Robinho, depois outro Robinho, depois outro Ronaldinho... Vai ser sempre assim aqui, porque somos o País do futebol. Mas não somos o País do boxe e temos o

tetracampeão do mundo aqui, sem a tradição. Quer dizer, você tem o Servílio, o nosso Éder Jofre, o Sertão, o Miguel de Oliveira, mas não um tetracampeão. Então, Senador Arthur, eu tive o privilégio de assistir à última luta do Popó, quando vi nossos irmãos americanos tentando construir outro ídolo, depois do Mike Tyson. Refiro-me a Zahir Raheem, tratado nas televisões americanas como rei. Eu fiquei constrangido ao ver isso. O Popó era mostrado rapidinho, por uns trinta segundos, como se nada fosse, para construir esse novo rei, esse novo ídolo nos Estados Unidos. Eu acompanhei, sofrendo, aquela luta de doze *rounds*. Popó, brasileiro pobre, da Baixa de Quintas, tinha tudo para ser um drogado, um alcoólatra, mas fez do esporte a sua razão de viver, o seu objetivo. A vida dele nos chama a atenção e nos dá muito orgulho. Ao Presidente Lula, eu dizia: “Presidente, o senhor fique absolutamente tranquilo, porque o Popó é unanimidade no Brasil e também no Senado. O Senador Arthur Virgílio sente pelo Popó o mesmo que eu sinto”. Eu disse tudo isso ao Presidente, que agora descobriu que nós temos tanta vocação para esse esporte quanto temos para o futebol, mas nada se fez pelo boxe, nada se investiu nesse esporte. Senador Tião Viana, é a Petrobras que vai patrocinar o Popó e também outros campeões brasileiros, como o Sertão, um homem analfabeto, baiano, que foi para São Paulo ganhar a vida, acreditando no esporte que ia praticar. Ele foi lá e ganhou o título mundial, como tantos outros que estão espalhados nas academias. Eu concluo o meu aparte, Senador Arthur Virgílio, dizendo que na minha instituição – o Projeto Vem Viver, de recuperação de drogados – há uma academia chamada “Academia Popó, Mão de Pedra”, que é a academia do Popó. Lá há crianças de nove anos, traficantes de crack; de oito anos, alcoólatras; de doze anos de idade, traficantes. Eu os tenho acolhido como filhos. Eles estão dentro da academia, treinando, se disciplinando e vivendo o sonho de, daqui a pouco, virarem um campeão brasileiro, um campeão capixaba, um campeão do mundo, como Popó, inspirados na vida desse baiano, desse brasileiro, que inspira a todos nós. Sentimos muito orgulho de tê-lo como amigo e saber que ele nos representa muito bem. Muito obrigado pelo aparte. Os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim e todos os que aqui estão querem abraçar o nobre tetracampeão mundial de boxe.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Arthur Virgílio, peço licença a V. Exª para, em nome da Presidência, cumprimentar Popó e dizer que seu exemplo tem de ser observado e seguido por todas as gerações. Sua luta é motivo de orgulho para todo o País, assim como a sua trajetória como homem, como esportista e como brasileiro.

Parabéns.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Antes de retomar o fio do discurso, lembro-me de que tivemos dois pugilistas de bom nível no País: o Doria\* e o Maguila, que chegaram a campeões do mundo por entidades de importância menor que as

que consagraram Popó. Tivemos recentemente o Sertão\*; Miguel de Oliveira, por um breve período; o Servílio\*, que foi medalha de bronze na Olimpíada; antes desses, tivemos Éder Jofre\*, excepcional lutador nos pesos: galo, primeiro, depois, pena, excepcional campeão.

Nesse mesmo pé, nesse mesmo calibre, há o Popó que resume toda a garra, toda a luta e todo o espírito de resistência do povo brasileiro. A ele, todas as minhas homenagens, Sr. Presidente.

Retomo o discurso para dizer que a greve dos servidores da Justiça atinge 24 Estados, incluindo os servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais. Procurarei o Ministro Tarso Genro para levar-lhe a preocupação que acabo de relatar.

Os servidores querem a aprovação do Projeto de Lei que trata do Plano de Cargos e Salários da categoria. O Projeto deve ser votado amanhã na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, e sua aprovação é necessária.

A proposição foi elaborada em comum acordo entre o Executivo e o Poder Judiciário. Espero que o Governo seja sensível e dialogue com os servidores em greve. Eles advertem que a aprovação deve ocorrer em tempo, ou seja, até o dia 30 deste mês, tendo em vista as proibições legais, a partir de 1º de julho, por causa das eleições de outubro. Então, o prazo é muito curto.

Falei sobre o tema com o ilustre Deputado pernambucano Maurício Rands, do PT, que é o relator do Projeto. Repito que procurarei o Ministro Tarso Genro. Insisto que é hora de negociação. A greve é justa e, portanto, desta vez entro no mérito, sim, e me solidarizo com o movimento.

Repito que visitei o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Embaixador Manuel Glacimar, e lá mantive contato com os grevistas e coloquei à disposição toda a estrutura do meu gabinete. Resolvi apoiá-los por entender ser uma greve justa.

Aqui faço este pronunciamento, que é o primeiro de uma série. Espero que possamos realmente abrir uma negociação decente com os grevistas.

Outro assunto:

Sr. Presidente, o principal pólo do Distrito Industrial de Manaus é o de televisores e está ameaçado por um facciosismo. Há Estados que começam uma discussão tênue, mas que quero pura e simplesmente esclarecer no nascedouro, tentando fazer com que a futura televisão digital seja enquadrada nos benefícios da Lei de Informática. Isso equivaleria a dizer que a televisão analógica, a atrasada, ficaria para o pólo de Manaus, ou seja, o pólo morreria, e a televisão digital, incentivada pela Lei de Informática, ficaria em outros Estados que não o Amazonas. Isso quebraria um contrato nacional, segundo o qual, na atual divisão social do trabalho, ao meu Estado caberia produzir televisores.

Eu devo deixar bem claro que estou vigilante. A minha Bancada está vigilante. E os Deputados e Senadores do Amazonas estamos vigilantes. Nós não compactuaremos com essa idéia e não aceitaremos

isso de jeito algum, até porque, Sr. Presidente, para nós está muito claro que televisores e suas evoluções tecnológicas são, na divisão social do trabalho estabelecida no Brasil, contemplados pelos incentivos da lei que criou a Zona Franca de Manaus e ponto.

Então, se a televisão, amanhã, nadar, ela vai ser fabricada no Amazonas. Se ela voar, vai ser fabricada no Amazonas. Se ela flutuar, como aquele astronauta do Presidente Lula, ela vai flutuar no Amazonas, ou seja, não vamos abrir mão, sob nenhuma hipótese, da TV digital.

Deixo bem claro que isso será realmente um cavalo-de-batalha para nós, que temos o maior respeito e orgulho pelos avanços e progressos obtidos pelos outros Estados, mas saberemos defender a parte que é nossa, com muita disposição e garra. Não haverá nada que nos impeça de defender aquilo que é nosso.

Portanto, esse é o primeiro aviso. Eu digo isso com muita tranquilidade. Que não usem de subterfúgios para dizer que televisão digital não é televisão, que é computador, porque não o é. Daqui a pouco alguém faz uma operação, coloca um *chip* para não morrer e vão dizer que aquele homem virou um computador. Não virou; é um homem. Então, a televisão com *chip* é televisão. E televisão, na divisão social do trabalho, repito, que tem regido a vida econômica brasileira, é um bem produzido no Pólo Industrial de Manaus; portanto, sob os benefícios fiscais do pólo da minha cidade, do meu Estado. Estamos alerta porque já percebemos uma tentativa insidiosa de se enfraquecer o pólo de Manaus, levando para outros Estados aquilo que hoje é a principal fonte de recursos, num pólo que este faturará alguma coisa entre US\$20 e US\$22 bilhões, algo que não é desprezível e que deve ser levado no devido respeito, na devida conta pelo conjunto deste País chamado Brasil.

Finalmente, Sr. Presidente, eu lamento que Lula e o PT aceitem mensaleiros no seu palanque. A direção do PT afirma nesta segunda que nem o Presidente Lula nem o PT se constrangerão em receber nos seus palanques Deputados acusados de receber mensalão e denunciados à Justiça por integrar esquemas de corrupção. Segundo o Presidente do PT, seriam pessoas sem interdição política e, portanto, com direito a disputar e que serão julgadas pelo povo.

Como mudou o PT! Como era e como é! Tenho muito medo de como venha a ser o futuro, porque dizem alguns, os pessimistas, que é para trás que se anda.

Eles falam aqui em biografia, mas o grande fato é que não se parece nem de leve com aquele partido que primava pelo cuidado com a ética na vida pública e que, portanto, hoje em dia acha que tudo soma, inclusive mensaleiros no palanque, só porque os mensaleiros não foram ainda condenados em última instância, apesar de todas as provas que as CPIs coligiram, de todas as evidências que as CPIs coligiram e de todas as circunstâncias que foram devidamente apuradas, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valdir Raupp.*

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)  
– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedemos a palavra, como orador inscrito, ao nobre Senador Tião Viana, do PT do Estado do Acre.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago uma análise que foi veiculada, de maneira muito positiva, no jornal **Valor Econômico** e também no caderno **Folha Dinheiro** do jornal **Folha de S.Paulo** do último final de semana, cujo título julgo de relevância para o nosso País: “Renda chinesa’ aquece a economia e ameaça contas”. Estão falando sobre os programas sociais do Governo brasileiro. É matéria da maior importância e vem reconhecida, em termos de análise, por Marcelo Neri, que dirige o IBGE, e também por Ricardo Paes de Barros, que dirige institutos econômicos de avaliação e qualidade de vida da população brasileira, como, no caso, a PNAD.

Acho que é uma matéria muito importante, sobretudo quando vem comparada a um artigo do jornalista Gilberto Dimenstein, do jornal **Folha de S.Paulo** de domingo, dia 4 de junho, de que eu gostaria de fazer a leitura e abrir para uma reflexão do próprio Senado Federal.

Diz o seguinte Gilberto Dimenstein:

Para os mais pobres, Brasil cresce como a China

A explicação do enigma Lula – Folha de São Paulo, 4 de junho de 2006.

Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente?

Um dos mais respeitados estudiosos da realidade social brasileira, o economista Ricardo Paes de Barros, fez uma série de cálculos matemáticos que ajudam a esclarecer o enigma de Lula. Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente, como mostraram mais uma vez, na semana passada, Ibope e Vox Populi?

Sabemos que boa parte desse prestígio se deve a programas como o Bolsa Família, à estabilidade da moeda – o preço dos alimentos cresce abaixo da inflação -, ao aumento do salário mínimo e à geração de empregos. Ricardo Paes de Barros vai mais longe e detalha o impacto dessas ações entre os 20% mais pobres da população. “É como se essas pessoas, sem nenhum exagero, estivessem na China.” Em 2004, por exemplo, nesse segmento mais pobre, o aumento da renda *per capita* foi de 12%, para um crescimento médio, no País, de 3% – é um movimento que, embora em menor intensidade, vem desde 2000 e perdura até agora.

Os cálculos dele são baseados nas amostras oficiais realizadas pelo IBGE e se baseiam na redução da desigualdade combinada com o crescimento econômico. “Em geral, as pessoas não percebem o efeito dessa combinação porque não se traduzem os indicadores”, diz ele.

É difícil, de fato, entender o que significa uma redução do coeficiente de Gini (medida de concentração de renda) [...] [Quanto mais próximo de um, maior a concentração de renda; quanto mais distante de um, menor a concentração de renda e, portanto, a desigualdade é rompida, e começa a haver um processo de recuperação da inclusão social em qualquer país.] [...], que, de 2000 a 2004, caiu de 0,597 para 0,574. É uma redução de 4%, o que, ainda assim, não diz muita coisa – 1% menos ao ano. Parece também não dizer nada que, nesse período, a renda dos 20%, em relação ao total do bolo, subiu de 2,2% para 2,7%.

Supondo-se que o crescimento econômico fosse zero e mantida a redução da desigualdade de 1%, a evolução da renda *per capita* dos mais pobres chegaria a 4%; daí se vê o peso da distribuição de renda. A tradução desses amontoados de números é o padrão “chinês”, ou seja, um aumento médio, nesses quatro anos, de quase 8%. Para os 10% mais pobres, no ano de 2004, o poder aquisitivo subiu 16%.

Em nenhum momento, nem indiretamente, Ricardo Paes de Barros vincula esses dados ao desempenho eleitoral de Lula. Mas é como pode ser entendido o significado do anúncio, na quarta-feira, do aumento de 1,4% do PIB do primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso indica que, no final do ano, a economia terá crescido algo em torno de 4%.

Na tradução de Paes de Barros, supondo (como ele imagina provável) que a distribuição de renda continue evoluindo, devido à ampliação, por exemplo, dos programas de renda e do salário mínimo, aquela faixa dos 20% mais pobres continuará acima do “padrão chinês”. “Esse segmento está na euforia. Ao contrário do que acontece nas camadas mais altas, onde a renda está estagnada ou, em determinadas faixas, caindo”, diz. É algo que as pessoas que estão no topo não conseguem sentir e, talvez por isso, tenha sido mais difícil vislumbrar a força de Lula nas camadas mais pobres. [...]

E depois continua o artigo de Gilberto Dimenstein, comentando uma matéria dessa dimensão.

Sr. Presidente, quando temos o debate longo da responsabilidade política e social dos governos, eu só fico na expectativa de que, um dia, possamos reconhecer o que seria o avanço na área social de governos brasileiros. E tivemos, de modo reconhecido, o ano de 2000

como um marco de um processo de inclusão, um marco de políticas sociais que tiveram alcance social.

Não tenho problema algum em dizer que foi no Governo de Fernando Henrique que houve um passo nesse sentido; que esse processo se acelerou e teve um pico no ano de 2004; que o Governo do Presidente Lula tem como marca esse processo de inclusão e de oportunidades ao cidadão brasileiro excluído; que há um choque, um debate entre aqueles que dizem que esses recursos poderiam ser investidos para um processo de desenvolvimento econômico localizado, que redundaria em absorção da pobreza para um outro patamar da vida nacional.

Mas é aquela frase de Betinho que nos desperta sempre: a fome tem pressa, a fome tem muita pressa. E o Presidente Lula, como um filho legítimo da pobreza que foi, que passou a sua travessia de dificuldades, tinha o dever de ter responsabilidade social, como teve. Tem erros de Governo? Tem. De governabilidade? Tem. Soube avançar muito e multiplicar a ampliação dos programas sociais, que começaram, de maneira sólida, no Governo Fernando Henrique? Soube. Merece o reconhecimento? Merece.

Hoje, há um debate posto até no campo eleitoral. Eu acho que, mais importante para a relação Governo e Oposição, seria que a responsabilidade social do Governo Fernando Henrique e a do Governo Lula não entrassem no debate direto, porque esse programa é maior do que qualquer governo, é maior do que qualquer responsabilidade política que estejamos vivendo. Acho que, assim, faríamos uma eleição baseada em temas muito mais relevantes.

O Senador Arthur Virgílio, que sempre debate em campo aberto, com tanta lucidez e profundidade, enriquecerá, sem dúvida, o meu pronunciamento, num posicionamento político que tem a respeito da matéria. Depois, concederei um aparte ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM)** – Senador Tião Viana, é sempre bom ouvi-lo, porque V. Ex<sup>a</sup> faz parte daqueles que propõem sempre um debate qualificado. Mas eu tenho uma observação a fazer. Primeiro, quaisquer avanços devem ser inseridos na idéia do processo brasileiro. Discordo muito do ajuntamento de programas. Eu preferiria os programas seccionados, que atenderiam melhor aos setores – por exemplo, o Bolsa Escola, claramente destinado a manter o aluno na sala de aula. Mas nada de se diminuir, e, sim, a idéia de se estender a quem precise, com a preocupação que, para mim, deveria ter sido acrescentada neste Governo, de se ter a porta de entrada e a porta de saída. O ideal mesmo não é hoje um milhão, amanhã dois milhões e, depois de amanhã, dez milhões. O ideal é hoje cinco milhões, amanhã quatro milhões e, depois, três milhões, porque mais famílias estariam sendo libertadas da miséria e da fome. Então, eu quero fazer aqui dois alertas. A conjuntura internacional mudou. Isso também está bastante claro quando se lê o relatório do Ipea. A conjuntura internacional mudou.

Ela não é mais a mesma. Ela não está tétrica, mas não é mais cor-de-rosa. Temos uma situação fiscal que se complica. Os gastos públicos estão aumentando de maneira exponencial, estão aumentando muito mais amplamente do que o crescimento positivo do PIB. Por outro lado, há muito tempo – depois do início deste Governo, em que se tentou fazer reformas –, abandonou-se neste País a idéia da reforma estrutural. Qual é a situação? Inevitavelmente, terá que se fazer o ajuste das contas públicas – seja quem venha a ser o próximo Presidente – e terá que se retomar o fio das reformas estruturais – seja quem venha a ser o próximo Presidente. Ou seja, não prevejo para o próximo Presidente boa vida, não prevejo facilidades. E creio que esse é um calcanhar-de-aquiles do próximo Governo, porque ele poderia ter insistido nas reformas e não o fez. E, para isso, ele contaria com o apoio da Oposição nesta Casa – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso. Por outro lado, poderia ter sido mais cuidadoso na questão fiscal, e não o foi. Por outro lado ainda, poderia ter, a meu ver, aproveitado esta maré de bonança para ter imprimido crescimento que não se deveria comparar a governos passados – e V. Ex<sup>a</sup> não o faz, pela honestidade intelectual de que é munido –, mas a comparação deveria ser feita com países à nossa volta nesta atual conjuntura. E nós vemos que o Brasil cresceu menos do que poderia. Diferente da formiguinha, armazenou menos do que seria o necessário e menos do que poderia. E nós imaginamos que possa estar vindo algum “inverno” por aí, com a aterrissagem da economia americana, com o fato de que não manteremos um mundo com essa voracidade de consumo e de *commodities* que a China demonstra a vida toda, nem um mundo que financie os déficits gêmeos americanos do jeito que a China o tem feito. Então, para mim a palavra de ordem está em olharmos a questão fiscal, está em olharmos para valer a retomada do processo de reformas estruturais, sem o que teremos problemas, sem dúvida, no próximo quadriênio – e acho até que já vamos ter. Obrigado, Senador Tião. Uma contribuição para o seu raciocínio.

**O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, que só engrandece o meu pronunciamento e tem tido o cuidado de debater e alertar este País para esse momento de viés, podemos dizer, de inquietação da taxa de juros nos países desenvolvidos, que pode afetar seriamente este momento auspicioso das economias emergentes onde o Brasil se insere. A sua preocupação com os gastos públicos também tem sido legítima e muito elevada.

Aliás, pude ver hoje um artigo do Ministro Tarso Genro assumindo o interesse que tem ele, como um quadro intelectual da maior relevância do nosso projeto de Governo, para que o Brasil esteja aberto a um grande debate e a um grande pacto a favor das reformas estruturantes de que o Estado brasileiro precisa. Acho que esse é o caminho do diálogo. Não tenho dúvida de que podemos contribuir para que este País avance, se tivermos uma visão de Estado que seja maior do que a visão partidarizada.

Veja estes dados, Senador Paulo Paim: temos 3,9 milhões de empregos formais; temos recursos da ordem de mais de R\$8,5 bilhões dirigidos para programas sociais como o Bolsa Família, ampliando aquilo que foi concebido e implantado no ano de 2000/2001 pelo Governo Fernando Henrique Cardoso e, no nosso Governo, teve um efeito multiplicador muito grande; existe sólida estabilidade do custo dos bens de consumo básico. Todos esses são fatores que intervêm, de maneira muito direta, na inclusão social, com oportunidades para os trabalhadores mais pobres.

É por isso que o Presidente Lula tem índices tão relevantes e tão positivos de governo nas regiões mais pobres do País, o que a classe média alta não percebe, porque está preocupada com perdas individuais. É a sociedade brasileira sentindo o impacto da inclusão social, sim, porque, no todo, as políticas de Governo têm tido um saldo positivo.

Concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Tião Viana, primeiro cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Eu dizia aqui ao Senador Pedro Simon como é boa essa relação com V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> é um daqueles homens públicos que não têm meias palavras. Em certos temas, V. Ex<sup>a</sup> me diz, com toda a tranqüilidade: “Neste tema, eu lhe acompanho; neste, não lhe acompanho”. E nesse outro tema que é a PEC paralela, da qual V. Ex<sup>a</sup> foi o grande construtor, eu pude lhe acompanhar e trabalhamos juntos com muita alegria. V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, da tribuna, demonstra toda sua sensibilidade com a questão social, falando exatamente sobre a situação dos mais pobres. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que concordo com a análise de V. Ex<sup>a</sup> e fico feliz. No fechamento, quando V. Ex<sup>a</sup> faz a análise do combate à pobreza, com dados que lhe são fornecidos pelos analistas...

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – E nunca podemos deixar de destacar o salário mínimo, que é uma bandeira sagrada da vida pública de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – De todos nós. Durante um longo período, tentávamos um aumento real maior para o salário mínimo, mas nos diziam: “A demagogia vai quebrar o País”. E neste ano o Presidente Lula concedeu um aumento que é o maior – e não tem como alguém deixar de reconhecer – dos últimos 25 anos. O que aconteceu? Foi positivo, e o impacto acabou alavancando muitos programas sociais que têm ligação com o salário mínimo. O reajuste real foi em torno de 12%. Real! Quando se fala em aumento de 16,7%, tem de se descontar a inflação, com o aumento real para o salário mínimo sendo em torno de 12%. É claro que isso teve repercussão positiva. Eu me senti contemplado, pois, felizmente, neste momento, uma tese que defendemos há tantos anos está sendo posta em prática, não provocando impacto negativo nenhum. Alguns diziam: “Com a inflação em torno de 2% ou 3%, como se vai dar um aumento de 16%?” Seríamos chamados de loucos se propuséssemos. Como sempre propusemos...! E o Presidente Lula, com a sua sabedo-

ria e o seu equilíbrio, no momento adequado, soube fazer esse aporte de recursos, para distribuição de renda para o conjunto do povo brasileiro. Isso também repercutiu – não somente isso, é claro, mas isso e toda essa lista que V. Ex<sup>a</sup> enumerou. Aliás, eu poderia incluir, para completar, a importância do Programa Luz para Todos. Eu o acho um programa bellissimo, Senador Tião Viana. Com isso, termino, cumprimentando V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sem dúvida.

V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, Senador Paim. É a constatação da responsabilidade social praticada pelo Governo, fruto de um processo de aprendizado das políticas públicas brasileiras e dos governantes brasileiros.

Há poucas semanas, eu citava aqui o ocorrido no semi-árido nordestino. Em 1976, 50% crianças do semi-árido nordestino eram subnutridas. Hoje, essa taxa caiu para 6%. Então, houve uma ação oriunda de responsabilidade partilhada, uma pactuação entre o Governo Federal e Governos estaduais, e hoje temos outra realidade em onze Estados, pois nossos indicadores estão próximos aos chilenos.

Quanto à redução da pobreza no Brasil, a que se referiu o meu caro amigo e colega Arthur Virgílio, o Brasil não cresceu tanto quanto alguns países da América Latina, mas reduziu a pobreza três vezes mais do que qualquer país da América Latina nesse período. São, pois, dados que compensam a responsabilidade social em relação ao crescimento econômico. E o fato é que estamos crescendo. Temos um indicador de 4%, para este ano, de crescimento do PIB, o que pode ser alentador. Além disso, segundo o IPEA, mais precisamente segundo o Dr. Ricardo de Barros e o Dr. Marcelo Neri, se analisarmos em profundidade os dados de 2005, o impacto do aumento do salário mínimo para os aposentados, vamos obter indicadores muito mais fortes e observar que o índice de Gini tem caído gradativamente, demonstrando que a concentração da riqueza está sendo rompida no Brasil. Isso, associado ao Luz para Todos, a um avanço efetivo do processo de Reforma Agrária – que sei que V. Ex<sup>a</sup> cobra tanto quanto nós – e a uma política de consolidação de empregos informais e formais, fará com que este País seja outro. Poderemos, então, ter otimismo realista e responsável no futuro, conscientes de que a dívida ainda é muito grande, mas de que muito esforço tem sido feito pelo Presidente Lula e por seu Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex<sup>a</sup> que inserisse no meu discurso, como anexo, os dados que tenho aqui.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



## AUMENTO DA RENDA DA POPULAÇÃO MAIS POBRE

- De 1995 a 2004, a **renda média** do brasileiro caiu 0,63% ao ano, enquanto a **dos mais pobres cresceu 0,7%**. "Por isso, esse período não pode ser definido como da crise da pobreza" – Marcelo Néri.
- "O Brasil enfrentou um período de virtual estagnação econômica de 1995 a 2004, mas mesmo assim a renda dos pobres cresceu no período." (Valor Econômico)
- As análises têm por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, de 2004, do IBGE.
- A tendência de queda da desigualdade, iniciada em 2001, prosseguiu em 2005, e **2004 foi o grande destaque do período. Naquele ano, a renda per capita dos pobres aumentou 14%, enquanto a renda média avançou 3,6%**.
- Entre 2001 e 2004, **os 10% da população mais pobre tiveram sua renda aumentada em 23,3%**; os 20% mais pobres, em cerca de 15%. Essa tendência manteve-se ao longo de 2005.
- Destaque para o **papel fundamental do Bolsa-Família** nesse processo: entre 2001 a 2004, o programa explica dois terços do crescimento da renda dos pobres no período.
- Do aumento de 14% da renda dos mais pobres, 10% se deveram ao crescimento da renda do trabalho (~~o significativo aumento do salário mínimo em 2005 teve pouco impacto sobre a renda do trabalho~~), e os 4% restantes ao impacto do Bolsa-Família.
- Essa melhora substancial na qualidade de vida dos mais carentes é resultado de programas sociais voltados à população pobre: além do Bolsa-Família e dos benefícios da Previdência

Social, estão os reajustes do salário mínimo acima da inflação, os 3,9 milhões de empregos formais gerados no governo Lula, mais crédito e queda nos preços de produtos básicos. (Folha de S. Paulo)

- Em 2004, a desigualdade atingiu o nível mais baixo desde 1960. Em 2005, desigualdade continuou a cair, mas a um ritmo mais lento do que em 2003 e 2004. **O índice de Gini atingiu 0,597 em 2005, uma queda de 0,07 ponto em relação a 2004.** Em 2004, o recuo tinha sido de 0,14 ponto e em 2003, de 0,19. (Quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país.)
- "O ano de 2004 é um ano muito raro na história brasileira, não apenas pela melhora na distribuição de renda, mas também pela qualidade. Os números de 2004 mostram um processo com maior sustentabilidade, com baixo custo fiscal." (Marcelo Néri)
- Marcelo Néri avalia que, quando saírem os dados da PNAD 2005, Quando sair a PNAD de 2005, que incluirá os rendimentos provenientes do pagamento de aposentadorias (fortemente influenciados pelo salário mínimo) e do Bolsa-Família, a queda da desigualdade deverá ser maior.
- Bolsa-Família: é mais focado nos mais pobres e tem um custo fiscal bem mais baixo do que a Previdência Social, embora desde 1988 o Governo federal tenha adotado uma política de reajustes mais altos para os benefícios mais baixos.
- A Folha de S. Paulo diz que "na prática, o governo substituiu investimento direto por mais assistencialismo". Mas reconhece que os efeitos econômicos são indiscutíveis no NE – "o impacto dos programas assistenciais sobre as famílias do Nordeste é incontestável. Ele significa, basicamente, mais comida na mesa dos miseráveis e a compra de produtos essenciais", diz a Folha.

Esse crescimento – associado pela Folha ao “crescimento chinês” - vem provocando dinamismo nas regiões mais pobres do País. “É como se essas pessoas, sem nenhum exagero, estivessem na China”, diz o pesquisador do IPEA Ricardo Paes e Barros.

- Vale lembrar que o Presidente comprometeu-se a colocar comida na mesa de quem não tinha o que comer. E que isso foi conseguido para grande parte dessa parcela da população em apenas 4 anos, quando o histórico da fome neste País é longo.
- Por isso, quando a Folha diz que, por outro lado, “onde o Bolsa-Família chega, faltam investimentos que poderiam emancipar economicamente os pobres”, é bom não esquecer o que dizia Betinho: “quem tem fome, tem pressa”. Os investimentos que faltam, também de longa data, devem ser o próximo passo.
- **Dados da Folha:**
  - o comércio no NE cresceu 4 vezes mais que a média nacional – 19,1% ao ano contra 5% na média do País;
  - a produção industrial no NE cresceu 1,2% no mês de abril deste ano, enquanto no País como um todo caiu 1,9%;
  - Bolsa-família é considerado o principal responsável pelo aumento da renda – em 2006 atenderá 11,1 milhões de famílias, investindo R\$ 8,5 bilhões → 31% mais que em 2005;
  - ao longo do governo Lula, o salário mínimo teve aumento real de 32,2% (nos 8 anos do governo FHC, este aumento foi de cerca de 21%). Vale lembrar que 46% dos trabalhadores nordestinos recebem o salário mínimo;
  - o salário mínimo compra, hoje, 2 cestas básicas (em 1994, comprava menos de 70% dos produtos de 1 cesta).

- Estudo do **BNDES** revela que a renda da metade mais pobre da população avançou **0,53%** entre 2003 e 2006, contra **0,12%** entre 1993 e 2002.

### Domingo, Junho 04, 2006

#### **Para os mais pobres, Brasil cresce como a China** GILBERTO DIMENSTEIN

A explicação do enigma Lula - Folha de São Paulo, 4 de junho de 2006

Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente?

UM DOS mais respeitados estudiosos da realidade social brasileira, o economista Ricardo Paes de Barros fez uma série de cálculos matemáticos que ajudam a esclarecer o enigma de Lula. Como alguém é capaz de apanhar tanto por tanto tempo e ainda ficar mais forte eleitoralmente, como mostraram mais uma vez, na semana passada, Ibope e Vox Populi?

Sabemos que boa parte desse prestígio se deve a programas como o Bolsa-Família, à estabilidade da moeda -o preço dos alimentos cresce abaixo da inflação-, ao aumento do salário mínimo e à geração de empregos. Ricardo Paes de Barros vai mais longe e detalha o impacto dessas ações entre os 20% mais pobres da população. "É como se essas pessoas, sem nenhum exagero, estivessem na China." Em 2004, por exemplo, nesse segmento mais pobre, o aumento da renda per capita foi de 12%, para um crescimento médio, no país, de 3% -é um movimento que, embora em menor intensidade, vem desde 2000 e perdura até agora.

Os cálculos dele são baseados nas amostragens oficiais realizadas pelo IBGE e se baseiam na redução da desigualdade combinada com o crescimento econômico. "Em geral, as pessoas não percebem o efeito dessa combinação porque não se traduzem os indicadores", diz ele.

É difícil, de fato, entender o que significa uma redução do coeficiente de Gini (medida de concentração de renda), que, de 2000 a 2004, caiu de 0,597 para 0,574. É uma redução de 4%, o que, ainda assim, não diz muita coisa -1% menos ao ano. Parece também não dizer nada que, nesse período, a renda dos 20%, em relação ao total do bolo, subiu de 2,2% para 2,7%.

Supondo-se que o crescimento econômico fosse zero e mantida a redução da desigualdade de 1%, a evolução da renda per capita dos mais pobres chegaria a 4%; daí se vê o peso da distribuição de renda. A tradução desses amontoados de números é o padrão "chinês", ou seja, um aumento médio, nesses quatro anos, de quase 8%. Para os 10% mais pobres, no ano de 2004, o poder aquisitivo subiu 16%.

Em nenhum momento, nem indiretamente, Ricardo Paes de Barros vincula esses dados ao desempenho eleitoral de Lula. Mas é como pode ser entendido o significado do anúncio, na quarta-feira, do aumento de 1,4% do PIB do primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior. Isso indica que, no final do ano, a economia terá crescido algo em torno de 4%.

Na tradução de Paes de Barros, supondo (como ele imagina provável) que a distribuição de renda continue evoluindo, devido à ampliação, por exemplo, dos programas de renda e do salário mínimo, aquela faixa dos 20% mais pobres continuará acima do "padrão chinês".

"Esse segmento está na euforia. Ao contrário do que acontece nas camadas mais altas, onde a renda está estagnada ou, em determinadas faixas, caindo", diz. É algo que as pessoas que estão no topo não conseguem sentir e, talvez por isso, tenha sido mais difícil vislumbrar a força de Lula nas camadas mais pobres. Tal intimidade com os mais pobres explica, pelo menos em parte, por que tanta gente experiente tenha decretado antecipadamente o fim de Lula, a tal ponto que se supunha que o escolhido pelo PSDB já estaria com um pé na Presidência.

Aponta-se, e com certa razão, que boa parte da população não entende as notícias sobre corrupção. Muitos dizem que, no fundo, os brasileiros aceitam o rouba-mas-faz. Fala-se que os mais pobres, segundo pesquisas qualitativas, se recusam a acreditar que Lula - um deles"- esteja vinculado à bandalheira.

Nada disso, porém, teria muita influência se boa parte dos eleitores não sentissem melhoria em suas vidas. Os cálculos de Ricardo Barros, um economista independente, estão mostrando que, em determinado segmento, essa melhoria é muito maior do que se imaginava, daí a resiliência presidencial. Diante disso, termos como choque de gestão, ajuste fiscal, bandeiras de Alckmin, embora relevantes, são, até aqui, abstrações.

### **Agência Reuters**

Segunda, 5 de junho de 2006, 19h22

### **Aumento na renda dos mais pobres acelera no governo Lula**

A renda da metade mais pobre da população brasileira deve crescer cerca de 4 vezes mais rápido entre 2003 e 2006 do que no período 1993 a 2002, disse o presidente do BNDES, Demian Fiocca, citando um estudo do banco. Levantamento revela, segundo ele, que entre

2003 e 2006, durante o governo Lula, a renda da metade mais pobre da população avançou 0,53% ao ano contra 0,12% anual entre 1993 e 2002, período em que Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso governaram o país.

"Dependendo de outras variáveis, como o crescimento da economia e do emprego formal, é possível até que esses resultados sejam maiores. Mas nós escolhemos essas duas variáveis porque elas representam políticas efetivas de governo de redução da desigualdade. Essa duas variáveis são de fato renda para os mais pobres", disse Fiocca a jornalistas em uma conferência da Câmara de Comércio Americana.

A projeção para o período entre 2005 e 2006 levou em conta apenas dois elementos: o aumento do salário mínimo e o orçamento do programa Bolsa Família.

Pelo estudo, a metade mais pobre abocanhará 15,1% das riquezas produzidas pelo país ante 12,1% em 1993. No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, essa parcela era de 13,5%.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)  
– V. Ex<sup>a</sup> será atendido, na forma do Regimento.

Concedemos a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos, nobre Senador Pedro Simon.

Como próximo orador inscrito, o nobre Senador Heráclito Fortes.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. Hoje, pela manhã, realizou-se uma sessão especial do Movimento Democrático Brasileiro, para o qual tinham sido convocados, além dos membros da Executiva Nacional, Governadores, Presidentes Regionais e Lideranças Partidárias. A reunião foi marcada pela Executiva na quarta-feira passada, quando o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral baixou uma medida e criou um impacto em todo o País, determinando que as eleições fossem todas verticalizadas, seja para Presidente, Governador ou Senador.

Naquela reunião da Executiva, se criou um ambiente realmente muito interessante. Os Líderes Governistas que querem um apoio ao Governo estavam muito preocupados, muito sérios, muito responsáveis, muito angustiados com o que ia acontecer. E as palavras

dele foram palavras de bom senso, no sentido de que aqui não dá para ver quem ganhou nem quem perdeu, temos que tomar uma atitude e ver o que vamos fazer para enfrentar essa realidade. Os que queriam e que querem a candidatura própria concordaram. E eu fui um dos que disse que realmente achava que sim.

Concordamos em não realizar a Convenção ontem, domingo, dia 11, marcada pela Justiça Eleitoral, para realizar antes uma nova reunião, essa que foi que feita hoje, para buscar o entendimento, para buscar uma fórmula através da qual o MDB sairia do impasse em que se encontrava.

Acontece que entre a marcação da data de hoje para a realização dessa reunião e a realização dela hoje, o Tribunal deu uma volta de cento e oitenta graus, atendendo a pressões de parlamentares e mais gente e decisões pessoais. O Tribunal resolveu alterar e voltar à posição anterior: verticalização, só para a Presidência da República. Não implicava e não alterava a obrigatoriedade de quem não tivesse candidato à Presidência da República, não poderia fazer também coligações estaduais.

Realizamos a reunião hoje, e o clima era completamente diferente, era claro. Os governistas, mais exaltados, mais firmes, vieram com um pensamento uniforme no sentido de que nada de candidatura pró-

pria, nada de realização de Convenção, a candidatura própria estava sepultada.

A discussão entre os Líderes era qual a data do sepultamento. Uns queriam sepultar a candidatura própria hoje; outros queriam deixar para sexta-feira. Os que queriam sepultar hoje argumentavam que o defunto ficaria insepulto e passaria a cheirar mal até sexta-feira. Ter-se-ia que colocar numa câmara funerária.

Interessante: por quinze a zero, a Executiva decidiu que o MDB não vai ter candidato a Presidente. E cada Estado faça o que bem entender. Essa foi a decisão de um longo debate, que durou um ano, no qual, de um lado, estavam Líderes como o Sr. Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros; o Senador José Sarney, ex-Presidente da República; o Senador Ney Suassuna, Líder da Bancada; o Deputado Jader Barbalho, ex-Presidente do Partido e ex-Presidente do Senado; o ex-Líder da Bancada e Deputado da Bahia; o ilustre Presidente da Fundação Ulysses Guimarães e ex-Governador do Rio de Janeiro. Todos os governistas, por unanimidade, falaram.

O interessante é que, na última convenção, que lotou o auditório Petrônio Portella, nenhum falou, a tal ponto de que o Presidente Michel Temer dava a palavra para um e, depois, para outro a favor da candidatura própria e não a dava para ninguém contra. Eu levantei uma questão de ordem, dizendo que o Sr. Michel Temer estava sendo parcial porque os que não queriam candidatura própria também queriam falar. Ele concedeu a palavra, mas ninguém falou.

Mas hoje falaram todos. É verdade que a reunião era fechada. Não havia imprensa, não tinha base, mas falaram todos os contrários à candidatura própria. E o argumento é um: também não haveria condições de ter candidatura própria. O problema é fortalecer as candidaturas dos governadores estaduais.

Eu dizia: mas que Partido é este, o maior do País, que se despreocupa de se apresentar com um candidato à Presidência da República em uma eleição, em um momento tão traumatizante como esse? O PSDB e o PT praticamente iniciam a campanha, que começou hoje com o primeiro pronunciamento oficial do candidato de Oposição, dizendo que a quadrilha são quarenta e que o Presidente é o chefe dela? Começou como eu imaginei que ia terminar. Eu pensei que no fim ele fosse dizer isso.

Se ele começa dizendo que o Presidente da República é o chefe da quadrilha de quarenta como vai terminar a campanha, Sr. Presidente? Isso dizíamos nós. O momento é do MDB. A história, o destino colocou nas mãos do MDB o momento que está presente.

O PSDB teve os seus oito anos; o PT, os seus quatro. A situação é dramática. Uma mensagem de paz,

de respeito e de concórdia para somar o MDB poderia apresentar. Mas os líderes do MDB, os governistas, estão todos lá. Ministério daqui, Ministério dali, diretoria daqui, diretoria de lá, estão todos com cargos no Governo. E isso pesou mais forte do que uma candidatura à Presidência da República. É estranho como, na reunião de hoje, pude sentir nesses Líderes que falaram como não há, dentro do sentimento deles, um amor, uma dedicação pelo seu Partido, o MDB. Em parte, compreendo o nosso querido Presidente do Senado. Ele era do PCdoB; depois, ele passou para o PRN e, naquela época, jovem, tinha uma garra enorme. Ele pegou o PRN como Governador de Alagoas, e fez dele Presidente da República e foi Líder desse Presidente. Depois, foi Ministro do Fernando Henrique. Depois apoiou a candidatura do Serra para Presidente e, hoje, é apaixonado pelo Lula. O Sr. Sarney, Presidente vitalício da Arena... Precisamos dele para ser candidato... Precisamos, não. Ele se impôs como candidato em uma eleição em que nós precisávamos fazer um racha na antiga Arena para eleger Tancredo no Colégio. Morre Tancredo. Ele fica. O seu filho foi Ministro do Governo Fernando Henrique. A sua filha está no PFL; o outro, no Partido Verde; os seus Líderes estão em vários Partidos. Ele não tem ninguém no MDB a não ser ele. Qual é a paixão que ele tem pelo MDB? E assim são os outros homens. Então, praticamente o MDB parece uma legião estrangeira no comando. Todas as pessoas sem história, sem biografia. Se olharmos para ontem: o Tancredo, o Teotônio, o Ulisses, as Diretas Já, na beira das cadeias, das prisões, não estava essa gente. Então, eles não conseguem sentir. Fala-se em MDB, na história do MDB, em reviver o MDB, o velho MDB. A gente não está dizendo nada a essa gente. A gente não está falando nada a essa gente.

Hoje, encerrou-se um capítulo do nosso Partido. Questão aberta, cada um segue o caminho que quiser. Interessante é que eu volto a repetir, os mais apaixonados que defendem. Não podemos ter candidato a presidente, porque temos que ter candidato a governador. Temos que fortalecer os governadores. Os que dizem isso nem têm candidato a governador nos seus Estados.

O Dr. Sarney, no seu Estado, o Maranhão, a candidata é a sua filha pelo PFL, não pelo MDB. No Amapá, o candidato é do Partido Socialista, não é do MDB. O Sr. Jader Barbalho, no Pará a candidata é a Senadora PT, não é do MDB. O ilustre Deputado, que é o mais bravo, mais lutador da Bahia, o ex-Líder Geddel, o candidato dele, se for, será do PT. E o nosso Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, tem candidato do PSDB.



Quando eu disse, na reunião de hoje de manhã, que S. Ex<sup>a</sup> não tem candidato do MDB em seu Estado, que o candidato era do PSDB, ele me respondeu: “V. Ex<sup>a</sup> sabe que sou Presidente do Senado e que, nessa condição, não posso ser candidato a governador. Se pudesse, eu seria”. Então, tive que responder: perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>, concordo que V. Ex<sup>a</sup> é o **primus inter pares**, é o grande nome de Alagoas, mas não é o único. Será que Alagoas não tinha um segundo nome do MDB para ser candidato a governador? É V. Ex<sup>a</sup> ou ninguém?

Mas aconteceu. Essa vai ser uma eleição em que o MDB vai assistir a um grande debate. Confio que o Sr. Geraldo Alckmin, um homem sério, um homem de bem, vai debater suas idéias, e o PSDB vai apresentá-las. Confio que o Presidente Lula vai refazer muitos dos seus equívocos.

Há dois pensamentos com relação à Lula: um fala na maldição do segundo mandato e apresenta nomes como o de Fernando Henrique, como o de Perón, como o de Getúlio, como o de Menem; são pessoas que, no segundo mandato, foram muito piores do que no primeiro. Outros, como eu, acham que não, que se pode revisar, alterar, modificar e, talvez, refazer os gravíssimos equívocos que cometeram.

Vamos ver a candidatura da Heloísa Helena, que agora terá mais um ou dois minutos, porque o MDB não tem candidato. Ela vai empolgar porque tem autenticidade. Na disputa que teve com o PT, ela saiu ganhando porque poderia ter sido expulsa por mil razões, mas o PT a expulsou porque ela cumpriu o programa do Partido, votando a favor de não se cortar o vencimento dos aposentados, não se mexer no vencimento dos inativos para baixar. E por isso ela foi cassada. Vejo no Rio Grande uma simpatia enorme em torno da candidatura dela.

O PDT até aqui com a candidatura do ilustre Senador por Brasília Cristovam Buarque. Teremos um grande debate, ao qual nós do MDB vamos assistir como se não fôssemos parte, como se não tivéssemos responsabilidade. O velho MDB, que foi no passado o responsável pela introdução no País da luta democrática, das Diretas Já e da democracia e que poderia apresentar a bandeira da moral, da ética, da seriedade, da dignidade, da justiça social, vai ficar de braços cruzados, assistindo.

Candidato a governador aqui, com o apoio do PT; candidato a governador lá, com o apoio do PSDB; ali adiante, apoiando um candidato a governador do PT, como no Pará; ou apoiando um candidato a governador do PSDB, como em Alagoas. Esse é o papel que deixaram para um partido do tamanho do MDB.

É uma pena, Sr. Presidente, o que eu sinto por esse comando partidário. Faço ressalva ao Presidente

do Partido, que agiu com a maior dignidade e tentou de todas as formas a candidatura própria. Mas esse grupo se adonou do Partido, como se fosse uma legião estrangeira. Nunca tiveram um sentimento de afeto, carinho ou amor pelo seu Partido. Vê-se que é alguém que está ali para buscar tirar vantagem até o fim, porque não está nem um pouco preocupado com o que vai acontecer com o Partido. O pensamento é: eu estou aqui, sou líder, secretário, estou na Presidência do Senado; o que eu posso levar agora? Depois, que se dane.

Eu acho que esse foi, talvez, o maior golpe; essa foi a maior paulada que o MDB levou no Brasil. As outras foram da ditadura, do arbítrio, dos generais. Mas essa nós levamos em casa. Quem deu a paulada no MDB foi o seu comando; foram os líderes do MDB, que se aproveitaram dos cargos que receberam do MDB para usarem contra o nosso destino.

Minha fé e meu espiritualismo levam-me a acreditar no futuro e a achar que por mais negra que seja a noite sempre há o raiar de uma luz anunciando a aurora. Eu não sei como, mas nós teremos que escolher o caminho. Eu não sei como será a convivência com essa gente que na verdade não devia estar no MDB, não sei o que fazem no MDB. Vamos ter que escolher uma fórmula e um caminho. O MDB não pode morrer por inanição nas mãos de alguns que estão gordos e ferosos. No que depender deles, o MDB morre à míngua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Valdir Raupp. PMDB – RO)  
– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 15 minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu vou falar hoje de Copa do Mundo, porque este é o clima que domina todos os brasileiros. Não podemos fugir ao sentimento nacional.

Em 1958, o Brasil sagrou-se campeão pela primeira vez. Foi um feito histórico.

Era Presidente da República Juscelino Kubitschek. O seu envolvimento com a seleção brasileira limitou-se a de um torcedor comum que ficou vendo a ansiedade dos brasileiros e assistindo de maneira precária aos jogos realizados na Suécia por meio das transmissões limitadíssimas dos rádios da época. Após o Brasil se sagrar campeão, Senador Saturnino, Sua Excelência, como Chefe de Estado, recebeu no Rio de Janeiro a delegação brasileira para parabenizar os atletas por aquele grande feito.

Em 1962, o Presidente João Goulart repetiu o feito diante da vitória do Brasil no Chile.

Passamos alguns anos num jejum de vitórias, e, em 70, nos chamados anos de chumbo, o Brasil sagra-se tricampeão. Apesar de se viver então numa ditadura, não se tem notícia de nenhuma visita da seleção brasileira ao Presidente de então, Médici. A única anormalidade naquele episódio foi um palpite, Senador Simon, do então Presidente gaúcho, dizendo que gostaria de ver o Dadá, do Atlético Mineiro, o famoso Dadá Maravilha, como jogador da seleção.

Aquilo, na época, deu um quiproquó danado, e quero crer até que isso tenha feito com que o jovem técnico Zagalo, para não aceitar interferências externas indevidas, evitasse ao máximo colocar em campo o Dadá Maravilha. E o Dadá ficou marcado como um candidato a centroavante do Palácio do Planalto.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois não, com o maior prazer.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Acho que estamos fazendo certo equívoco. O centroavante era esse, mas o técnico era o João Saldanha. O João Saldanha era o técnico, quando, lá no estádio do Internacional, no intervalo do primeiro para o segundo tempo, a imprensa conseguiu o milagre de chegar perto do Presidente – o que era uma coisa impossível, mas o Médici gostava de futebol – e perguntou: “Presidente, o que o senhor acha do time? “– Está bom.” “– O senhor faria alguma convocação diferente?” O Presidente, com certa elegância, disse: “Eu convocaria o Dadá”. Aí, os repórteres foram ao João Saldanha, o técnico, e disseram: “João Saldanha, o Presidente terminou de dizer que, se o técnico fosse ele, ele convocaria o Dada”. E João Saldanha respondeu: “Fiz um trato com o Presidente: eu não me meto no Ministério dele, e ele não se mete na escalção do Brasil”. Mas, logo, logo, demitiram-no.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Exatamente. Nós estamos certos. Depois da crise da saída do João Saldanha, quem foi ao México, como técnico, foi o Zagalo. E Dadá Maravilha já estava estigmatizado por esse desejo do Presidente Médici, que até se respeita, pois gostava de futebol e popularizou o radinho de pilha no ouvido. O João Saldanha foi uma fase. Em um desvio de rota na sua brilhante carreira de comentarista, numa crise resolveram colocá-lo como técnico e, após esse episódio, ele resolveu dizer que o Pelé estava míope. O restante da história o Brasil todo conhece.

Em 1994, o Presidente era Itamar Franco, que, como V. Ex<sup>a</sup> sabe, é um homem de temperamento,

impulsivo. Mas não se sabe de nenhuma opinião ou posição de Itamar Franco para escalar jogadores – e ele faria uma média fantástica porque vários mineiros despontavam para o futebol naquela época; inclusive o próprio Ronaldo, hoje Fenômeno, que, para alguns, está gordo, jogava em um clube mineiro naquela época.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Faço questão de dizer que, em minha opinião, ele não está gordo, e o Presidente não bebe.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, em 2002, o Presidente da República era Fernando Henrique Cardoso. Era ano de eleição, e o candidato do Presidente Fernando Henrique estava lançado. O Brasil foi para aquela Copa, que, pela primeira vez, teve sua sede dividida entre a Coréia e o Japão. O Brasil sagrou-se campeão. O Presidente também não escalou seleção, não deu pitaco. E, na volta, a seleção foi recebida.

O que vimos na semana passada, naquela teleconferência, foi o absurdo dos absurdos. Criou-se, inclusive, uma crise, que a imprensa está conseguindo, a muito custo, abafar. O que se sabe é que um grande atrito envolveu a comissão técnica. Algum prestador de serviço ao Governo de plantão – e isso acontece – quis punir Ronaldo Fenômeno, hoje dito gordo, por sua resposta. Mas outro jogador com liderança disse: “Nesse caso, temos que punir Zagalo, porque o Zagalo fez apologia ao número 13, número do Lula”.

Assim, vemos o que pode um Presidente sem ocupação, sem responsabilidade para com um País cheio de problemas, é capaz de fazer. Preocupou-se com os investimentos de Cafu lá fora, bem mais fáceis de justificar do que os de alguns de seus companheiros de equipe, que tiveram de ser demitidos porque não souberam como justificar as contas que possuem no exterior. O que o Presidente da República tem a ver – já que não é da sua competência – com os investimentos que Cafu ou quem quer que seja faz no exterior?

Nunca vi, na minha vida, mesmo que se diga que estamos no Brasil, o País do Futebol, um Presidente se dar ao luxo de, no horário em que deveria estar trabalhando pelo País, estar em uma roda de conversa de futilidade, usando da tecnologia da teleconferência e se expondo a esse ponto.

A comissão técnica é que tem capacidade suficiente de avaliar as condições de um jogador. O próprio diálogo mostrado pela televisão demonstra a perda de tempo que foi aquela teleconferência. Acho até, Senador Paim, que, se o Presidente, como torcedor, quisesse manter esse diálogo para dar conforto ou estimular os atletas, poderia tê-lo feito naquela teleconferência, sem necessidade de divulgação nacional. Ele quis, na

realidade, tirar uma casquinha à custa da popularidade da seleção brasileira, o que é grave.

Quero até louvar a posição da atual namorada do Ronaldo, a modelo Raica, que disse que o que lhe causa espécie e estranheza é um Presidente de um País como o nosso, em que o povo passa fome, as estradas estão esburacadas e as dificuldades são grandes, preocupar-se com o peso de um jogador de futebol. É lamentável. Mas, de tropeço em tropeço, Sua Excelência vai levando a vida.

Acho que o Senhor Presidente, agora, está na obrigação de fazer teleconferências permanentes. Por exemplo, deveria fazer uma teleconferência com a família do João José, aquele engenheiro morto de maneira misteriosa no Iraque, desaparecido, para a Nação brasileira saber que ele se preocupa com um trabalhador que desapareceu; fazer uma teleconferência para o Brasil saber que ele está preocupado com o destino dos familiares daquele rapaz que foi assassinado no metrô de Londres. Assim poderia demonstrar que se preocupa com esse tipo de assunto. O Presidente da República deveria usar a tecnologia e a teleconferência para mostrar ao Brasil a sua sensibilidade, hoje, por exemplo, com as chuvas que abatem na cidade do Rio de Janeiro ou para confortar a mãe daquele guitarrista assassinado no trânsito daquela capital. Por que, na rebelião que aconteceu nos presídios de São Paulo, Sua Excelência não falou com os policiais, com os familiares dos policiais que foram mortos, para dizer que o Governo Federal, embora impotente diante da onda avassaladora de violência, era solidário e envidaria esforços ao seu alcance, pelo menos para confortar ou dar apoio moral aos que sofriam e aos que sofrem ainda hoje a dor dos entes perdidos? Não! Não dá voto, não dá popularidade.

Agora, pegar uma seleção brasileira, em cujo sucesso ele não tem nenhuma participação, pois é um esporte coletivo e que depende exatamente do esforço, da dedicação de cada um, e querer tirar casquinha, pensando que o brasileiro é trouxa, isso é um episódio inconcebível e lamentável.

A liturgia do cargo de Presidente da República não permite comportamento dessa natureza.

Não digo nem que o Ronaldinho está certo pela resposta que deu, mas quem diz o que quer ouve o que não quer. Aliás, o Ronaldinho correu um risco muito grande, pois um jornalista americano que tratou do assunto há três anos foi ameaçado de ser expulso do País, quando, na realidade, não cometia calúnia, estava praticando o exercício pleno da liberdade de imprensa, que, logo em seguida, por sinal, o PT, por meio de modificações legais, quis cercear ou limitar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu disse aqui, na sexta-feira, que o meu medo nisso tudo é que o Brasil, para alegria dos brasileiros, avance e chegue às quartas-de-final e que o Presidente Lula destitua o técnico Parreira, forme sua comissão técnica, e chegue aqui...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – ... com a taça na mão, dizendo que a Copa é nossa. O Presidente seria o técnico e Zé Dirceu, Delúbio e Silvinho Pereira estariam na comissão e trariam, no aerolula, os vitoriosos da Europa ao Brasil. Seria o fim da picada, mas não é impossível. Do jeito que as coisas estão e com o desrespeito com que se vem tratando a coisa pública, Senador Valdir Raupp, não podemos duvidar de nada, nem podemos nos espantar com nada.

Por fim, como torcedor brasileiro humilde e modesto, desejo que esta seleção tenha sucesso nos campos da Alemanha e que traga para o Brasil mais um título, para alegria de todos nós, principalmente dos que não têm pão e que vão se contentar com o circo.

Caso o Brasil vença, que, a cada partida, cada um comemore como o Ronaldinho disse ou como quiser, mas com compostura e, acima de tudo, de maneira ordeira, e que não se deixe inibir, nos seus sentimentos, por percalços dessa natureza. A vitória do Brasil não tem dono, a não ser esta Pátria, que se cobre de verde e amarelo, para esperar, mais uma vez, a consagração de seu futebol nos campos da Europa, para alegria dos brasileiros e o encantamento do mundo.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Valdir Raupp, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Valdir Raupp, com último orador inscrito.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entrevistaram produtores, cerealistas, técnicos e empresas de máquinas e insumos visando levantar os custos de produção do café Robusta em Rondônia. As entrevistas foram realizadas de 5 a 9 de junho, nas regiões de Ouro Preto d'Oeste, Cacoal e Rolim de Moura.

Além de Rondônia, Sr. Presidente, esse mesmo levantamento está sendo feito em Minas Gerais, São

Paulo, Paraná, Espírito Santo e Bahia, pois são os seis principais Estados brasileiros produtores de café.

De acordo com o levantamento de safra da Conab de 2005 a 2006, Rondônia conta com uma área de 172 mil hectares plantados com a cultura, para uma produção de 1,7 milhão de sacas beneficiadas com produtividade média de 10,68 sacas/hectare.

Por meio desse trabalho, pretende-se identificar a participação da produção de grãos e da indústria de café desses Estados em relação às estruturas das economias de cada um e em relação à economia nacional, além dos impactos sobre as economias estaduais, caso a produção agrícola de café em alguns desses Estados seja reduzida a níveis mais baixos ou mesmo deixe de existir.

Com relação à industrialização, hoje concentrada em São Paulo e Paraná, pretende-se identificar qual será o impacto sobre a economia de cada Estado caso se desloque para outras regiões produtoras, além dos efeitos sobre a economia estadual e nacional.

Rondônia, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, possui apenas pequenas torrefadoras de café. Não temos, por exemplo, uma fábrica de café solúvel, a exemplo do Paraná e do Estado de São Paulo. Está na hora de o Governo brasileiro descentralizar a implantação de indústrias.

Eu falava, há pouco, na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Zona Franca de Manaus, e sobre a possibilidade de se criarem outras zonas francas no Brasil. Dizia eu que não sou contrário à criação de nenhuma outra zona franca, mas não posso permitir que o meu Estado, Estado de Rondônia, possa ficar fora desses incentivos, pois é um Estado que está distante, do Norte do Brasil, temos uma capital pobre, uma periferia pobre, com falta de emprego, com falta de geração de renda, e se tivéssemos lá 5% das indústrias que tem hoje o Pólo Industrial de Manaus, certamente, a miséria, o desemprego, a falta de geração de renda não seria tão grande.

Então, reivindico para o meu Estado de Rondônia pelo menos uma grande fábrica de café solúvel e também algumas grandes torrefadoras de café, tendo em vista que Rondônia é o quinto maior produtor de café do País, pois está entre os seis maiores produtores de café do Brasil.

O levantamento está inserido no projeto "Relações entre os setores de produção e industrialização do café dos principais Estados produtores brasileiros e a economia nacional: um modelo inter-regional de insumo-produto", executado pelo IAC e pelas unidades Embrapa Café (Brasília-DF) e Embrapa Rondônia (Porto Velho-RO), financiado pela Fundação de Apoio

à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp, com o apoio do Centro de Inteligência do Café – CIC.

Paralelamente a esse trabalho, Sr. Presidente, a Embrapa Rondônia, uma empresa muito conceituada no meu Estado e no Brasil, está executando projetos sobre aspectos socioeconômicos da cafeicultura em Rondônia, cujo objetivo é calcular o custo de produção do café Conilon no Estado, considerando diferentes regiões produtoras e os sistemas produtivos em uso.

Serão diagnosticadas 95 unidades de produção de café, abrangendo os Municípios de Ouro Preto d'Oeste, Machadinho D'Oeste, Cacoal, Alto Paraíso e Buritis\*. E poderia citar inúmeros outros grandes Municípios produtores de café em meu Estado: Rolim de Moura, Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Santa Luzia d'Oeste, Novo Horizonte, Nova Brasilândia, Alvorada d'Oeste, São Miguel do Guaporé, Monte Negro, na grande região de Ariquemes, Cacaúlândia, Colorado d'Oeste, Ministro Andreazza, Espigão d'Oeste e tantos outros. Os dados levantados serão utilizados para embasar as ações deste grande projeto.

Sr. Presidente, o café foi, no passado, uma das principais fontes de renda e de geração de emprego em meu Estado. Devido os altos e baixos dos preços, hoje apresenta alguma dificuldade, mas ainda é, sem dúvida, uma grande fonte de riqueza, de renda e de emprego, tendo em vista o grande número de produtores, cerealistas e pequenas torrefadoras existentes no Estado de Rondônia.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte posteriormente?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Já, já, nobre Senador Amir Lando, com muito prazer.

Quando Prefeito do Município de Rolim de Moura, ainda no primeiro mandato – fui Prefeito por dois mandatos –, incentivei o plantio de café.

Criei um viveiro municipal, coloquei pessoas para trabalhar junto com o Secretário de Agricultura, e foram distribuídas 1 milhão de mudas aos produtores de Rolim de Moura.

Quando Governador do Estado, fui mais longe: foram distribuídas 1 bilhão de mudas de café. Até hoje, ao encontrar produtores do Estado de Rondônia, eles me agradecem pelo incentivo, porque, mesmo com os altos e baixos, o café ainda é vendido por algo em torno de R\$140,00 a R\$150,00 por saca. É, portanto, uma boa fonte de renda para os pequenos produtores do Estado de Rondônia e dos seis Estados brasileiros produtores de café.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao nobre Senador Amir Lando.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Senador Valdir Raupp, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema de interesse não apenas do Estado de Rondônia, mas do País. V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade moral de brandir a sua voz e solicitar um processo de industrialização do café em nosso Estado. Ora, V. Ex<sup>a</sup> incentivou, como bem disse, na condição de Prefeito, e depois de Governador, o plantio do café. Entendo, como V. Ex<sup>a</sup> entendia, que o café, uma cultura perene, além de proteger o meio ambiente, é também uma atividade agrícola, e até agroflorestal, de grande interesse para o Estado. Sabemos que uma pequena área de 2 ou 3 hectares de café pode propiciar uma renda familiar que chega a algo em torno de quatro salários mínimos mensais por família, que é uma renda significativa. V. Ex<sup>a</sup> fez bem diversificando. Que houve crise e oscilação no mercado internacional, houve. Mas todos têm de saber. Agora é a soja. Antes foi o café. Agora, o café está cotado a um preço que não é de alta, mas de sustentação à atividade agrícola do produtor rural. Por isso, parabênizo V. Ex<sup>a</sup> e faço coro com o que V. Ex<sup>a</sup> diz a fim de que consigamos atrair investimentos para Rondônia. Mas, para isso, o que é preciso? É preciso um Governo, nobre Senador, que exercite uma política de industrialização do Estado, que olhe para além da ponta do nariz e que descubra que há algo mais do que ele mesmo. Narciso se apaixonou por si mesmo ao olhar a fonte e ver a própria imagem. Há governantes que se olham e acreditam que são a solução de tudo. Não. A solução são os investimentos; a solução são exatamente essas atividades que vão gerar emprego e renda. A industrialização é o passo lógico, necessário e imperativo para o nosso Estado. Quando V. Ex<sup>a</sup> aborda o assunto, eu só posso felicitá-lo e dizer que esse é o caminho do Estado de Rondônia, mas é o caminho também traçado por outros Estados do Brasil, em que o café se constitui uma cultura importante. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>, que incentivou o plantio do café, como Governador. Sei que, em certos momentos, há um certo desânimo. Mas, em seguida, ele volta àquela média. É uma questão de mercado. E ninguém pode controlar o mercado. Do contrário, não seria livre; seria um mercado planejado. E isso nós sabemos que não combina com o sistema capitalista em que vivemos e que, certamente, foi o que mais trouxe benefícios no sentido de progressão, sobretudo de avanço da própria humanidade e das economias ocidentais. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>. Parabéns.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela contribuição ao nosso pronunciamento. Espero que V. Ex<sup>a</sup>, como pré-candidato ao Governo do Estado de Rondônia, incentive o plantio de café, assim como o plantio de cacau, de que Rondônia é o quarto maior produtor do Brasil, claro que

não descuidando das demais atividades produtivas do Estado, como a soja, o arroz, o milho, o feijão, a produção de gado de corte e de gado leiteiro. E não fazendo como o Governador atual, o Sr. Ivo Narciso Cassol, que não tem incentivado a produção de café, não tem incentivado a produção de cacau, e tem destinado a maior parte das verbas para obras no Estado de Rondônia às suas empresas ou às empresas de testas de ferro.

V. Ex<sup>a</sup> citou Narciso. Narcisista, Ivo Narciso Cassol, Governador do Estado de Rondônia, faz jus ao nome. Acredito que Ivo Narciso Cassol, todo dia, ao se olhar no espelho, deve se considerar o mais lindo, o mais belo de todos os governadores do mundo, que gasta R\$4 mil, R\$5 mil por hora, viajando de helicóptero para jogar futebol e distribuir meia dúzias de sacas de sementes, em locais em que os técnicos da Emater ou da Secretaria de Agricultura poderiam distribuir.

Tenho certeza que V. Ex<sup>a</sup> pensará em coisas maiores para o Estado de Rondônia. Não sou contra jogar futebol, desde que não seja pago com o dinheiro do contribuinte.

O passe do atual Governador do Estado de Rondônia, nobre Presidente Paulo Paim, talvez esteja mais caro do que o do Ronaldinho Gaúcho ou o do Ronaldo Fenômeno, porque gasta milhões e milhões por mês para visitar os Municípios de Rondônia, jogando futebol e usando o dinheiro da educação.

Existem processos em que consta que ele gastou R\$2 milhões do Fundef, e dizia que o Secretário de Educação estava voando, mas, na maioria absoluta dos vãos, mais de 90% dos vãos, o Secretário da Educação sequer voava no helicóptero. E foram pagos mais de R\$2 milhões, dinheiro do Fundef, da educação, para o Governador do Estado de Rondônia jogar futebol pelo Estado afora.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite mais um aparte, Senador Valdir Raupp?

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Pois não, Senador Amir Lando, concedo mais um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Amir Lando** (PMDB – RO) – Era exatamente o que gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>. Inclusive para visitar a reserva de diamantes, de onde era retirados os recursos da educação. Sabemos que ali há um processo de desvios, um processo de exploração indevida e criminosa, que está sendo apurado pelo Superior Tribunal de Justiça. Espero que esses pontos sejam esclarecidos, pois a educação não pode propiciar atividades duvidosas.

**O SR. VALDIR RAUPP** (PMDB – RO) – Da mesma forma, nobre Senador Amir Lando, está no STJ também um processo em que o Prefeito, Governador

atual, executava obras – praticamente 100% das obras do Município – com empresas em nome de “laranjas”, em nome de “testas de ferro”. O processo está no STJ, e o mesmo feito está acontecendo hoje no Governo do Estado de Rondônia. Já está comprovado que empresas em nome de “testas de ferro” estão executando obras também por todo o Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM)

– Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Gilberto Mestrinho, pela ordem, para a devida informação solicitada à Mesa. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Amir Lando.

**O SR. GILBERTO MESTRINHO** (PMDB – AM.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para uma retificação da Emenda nº 37 ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006, do qual fui Relator revisor.

Por distração, houve um equívoco no art. 1º do projeto. Com o acréscimo do art. 4º, o item II do § 2º, letra **c**, *de turismo, para movimentação de passageiros*, linha pontilhada, ficando assim válido o restante da lei alterada.

Era o que eu tinha a dizer.

É a seguinte a retificação:

*É o seguinte o texto retificado da emenda nº 37- relator-revisor*

#### EMENDA Nº 37 – RELATOR-REVISOR

Inclua-se no Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006, o seguinte art. 21, renumerando-se os demais:

“Art. 21. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 8.630, de 8 de janeiro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 1º .....

§ 1º .....

I – Porto organizado: o construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária;

II – Operação portuária: a de movimentação de passageiros ou de movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários;

.....

V – Instalação portuária de uso privativo: a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

.....’ (NR)

‘Art. 4º .....

§ 2º .....

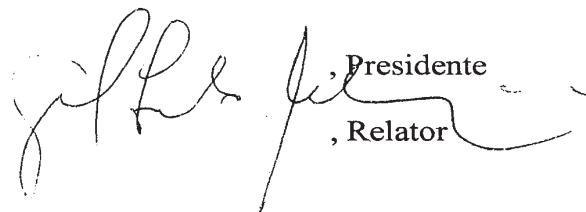
II – uso privativo:

.....

c) de turismo, para movimentação de passageiros.’

..... (NR)”

Sala das Sessões,



, Presidente  
, Relator

É o seguinte o texto da Redação Final, incorporando a retificação do Relator-Revisor a Emenda nº 37:

#### PARECER Nº 648, DE 2006

(Comissão Diretora)

#### Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006).

A Comissão Diretora apresenta a redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006), que altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.23, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.711, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de

Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre a servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de junho de 2006. – **Tião Viana**, Presidente – **Efraim Moraes**, Relator – **Serys Slhessarenko** – **Aelton Freitas**.

ANEXO AO PARECER Nº 648, DE 2006

**Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006 (Medida Provisória nº 283, de 2006).**

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais; a Lei nº 10.23, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes; a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; a Lei nº 11.711, de 2 de setembro de 2005, que dispõe sobre a criação de carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT; a Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural – GEAC, cria e extingue cargos em comissão no âmbito do Poder Executivo; dispõe sobre a servidores da extinta Legião Brasileira de Assistência; sobre a cessão de servidores para o DNIT; e sobre controvérsia concernente à remuneração de servidores do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; a Lei

nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União; e o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre os bens imóveis da União; a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004; e a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973; e revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; e da Medida Provisória nº 280, de 15 de fevereiro de 2006; e autoriza prorrogação de contratos temporários em atividades que serão assumidas pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à Emenda nº 35 – Relator-revisor)

Substitua-se, na alínea **b** do inciso III do § 1º do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 2º do Projeto, a expressão “no inciso II” por “nos incisos II a IV”.

EMENDA Nº 2

(Corresponde à Emenda nº 37 – Relator-revisor)

Inclua-se no Projeto o seguinte art. 21, renumerando-se os demais:

“Art. 21. Os arts. 1º e 4º da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º .....  
§ 1º .....

I – Porto Organizado: o construído e aparelhado para atender às necessidades da navegação, da movimentação de passageiros ou da movimentação e armazenagem de mercadorias, concedido ou explorado pela União, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob a jurisdição de uma autoridade portuária;

II – Operação Portuária: a de movimentação de passageiros ou a de movimentação de ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário, realizada no porto organizado por operadores portuários;

.....  
V – Instalação Portuária de Uso Privativo: a explorada por pessoa jurídica de direito público ou privado, dentro ou fora da área do porto, utilizada na movimentação de passageiros ou na movimentação ou armazenagem de mercadorias, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

.....”(NR)  
“Art. 4º .....

.....  
 § 2º .....

.....  
 II – uso privativo:

.....  
 c) de turismo, para movimentação de passageiros.”

..... (NR)”

#### EMENDA Nº 3

(Corresponde à Emenda nº 38 – Relator-revisor)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. 76-B. O disposto nesta lei não se aplica ao art. 144, inciso I, da Constituição Federal.”

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Exª será atendido na forma regimental. A Presidência encaminhará o novo autógrafo à Câmara dos Deputados e a redação final será republicada.

De imediato, passamos a palavra ao Senador Amir Lando. S. Exª dispõe por 15 minutos.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não diria que vivemos o fim dos tempos nem estamos desvendando os sete selos do Apocalipse. Vivemos, sobretudo, um tempo que certamente haveremos de chorá-lo, como choramos a Idade Média, o Santo Ofício, a Revolução Francesa. Depois do momento de Hitler, tivemos que chorar o Holocausto e tantos outros momentos em que o homem foi o grande sicário do homem, em que o homem não respeitou os direitos e garantias individuais, em que a lei foi brandida, sim, com mão-de-ferro, tendo um viés da responsabilidade objetiva.

Ora, Sr. Presidente, eu aprendi, nas primeiras lições de Direito Penal, que o crime se compõe de duas faces: o elemento objetivo ou material e o elemento subjetivo, elemento intencional do agente criminoso.

Aqui não há mais a mínima consideração sobre o que motivou ou impulsionou o eventual agente à prática criminosa. Há uma presunção absoluta e objetiva da conduta tipificada: estamos criminalizando tudo. Tudo está sendo criminalizado.

Quem leu algumas exposições, sobretudo da legislação da Idade Média, vai encontrar algo muito parecido. Encontrará, em primeiro lugar, sanções que não têm um caráter definitivo, mas elástico. Mas o pior de tudo são os preceitos, ou seja, a definição dos crimes. Esses, então, pegavam algo como uma lauda ou lauda e meia escritas à mão. E aqui, hoje, pegamos uma legislação ambiental, da mesma forma extensa, que capitula tudo e nada ao mesmo tempo, dependendo do aplicador da lei.

Hoje, o arbítrio absoluto está em quem aplica a lei. Ele tem um poder imenso como tinham os componentes do Santo Ofício. Nós sabemos que Torquemada era aquele inquiridor-mor, perigoso, rigoroso, implacável, e aí de quem caísse no seu âmbito de competência. Quando se mistura política com religião, com outros ingredientes, com o ódio e os desafetos, tudo isso pode levar à condenação e à morte.

Sr. Presidente, lembro-me muito bem de ter lido há muito tempo – isso está no fundo da minha memória – sobre um caso chamado “o Barbeiro de Milão”. Um belo dia, alguém passou e viu que havia fumaça no fundo do quintal da casa dele e que ali havia um unguento escuro e meloso. Estava ele fabricando sabão, nada mais que sabão. Mas aquilo foi o suficiente para se levantar a suspeita de que ele estava fabricando o unguento da peste. Como grassava a peste, ele foi levado sob suspeita. Alguém viu, em alguns muros, algo como uma pincelada de uma tinta – não vou chamar de tinta escura – parecida com unguento e sabão. Naquela época não se tinha a tecnologia que se tem hoje para fabricar sabão. A soda cáustica não estava disponível pura e acabada. Era um processo muito mais primário, que envolvia vários dias de cozimento, cinzas etc., segundo li, que poderia formar o sabão. Então, a partir disso, houve a denúncia de um vizinho que tinha uma disputa. Dessa denúncia, ocorreu a prisão do barbeiro. E aí jamais pôde ele sair. E ele dizia: “Eu estava fazendo sabão, não há nada!”. Todavia, ele teve de confessar o crime e delatar vários nomes previamente estabelecidos pelos inquisidores, para que os inimigos fossem levados à fogueira. Toda a espécie de tortura, uma tortura brutal... É até asqueroso lembrar essa leitura, a forma brutal como foi tratado o barbeiro e também os seus “comparsas”, que foram incluídos no processo por indicação dos inquisidores, que queriam eliminá-los. Nessa ocasião, não havia o devido processo legal; havia a tortura.

Nós passamos também pela tortura aqui, no Brasil. Todos nós lamentamos a tortura fática, mas há também a tortura que vem da aplicação incorreta da lei e de leis que estamos fazendo e que são torturantes.

Sr. Presidente, leio aqui um caso concreto, ocorrido em Guajará-Mirim, em que os condutores de passageiros são examinados pela polícia, que, encontrando algum produto, não produto criminoso do narcotráfico, mas eventual objeto de contrabando ou descaminho, que ninguém sabe se seriam mercadorias vindas da Bolívia...

Pelo Tratado de Petrópolis, esse comércio de fronteira foi assegurado com uma tolerância de convívio e de sobrevivência daquelas comunidades, perdidas nos confins deste País, isoladas na solidão da floresta,



hoje, aos poucos conectada pelas estradas, conectada pelas vias de acesso. Mas isso é um fato histórico.

Mas o taxista, que é um dos condutores mais comum de pessoas, é multado em R\$15 mil, conforme manda a lei – manda a lei, nós fizemos essa lei, que é recente. Mais do que isto: o taxista tem o veículo apreendido, que é o ganha-pão dele.

Sr. Presidente, esqueceu-se a lei, ao estabelecer essa responsabilidade objetiva, ao menos de conferir aos taxistas o poder de polícia, para examinar as mercadorias dos usuários. A lei deveria ser coerente, concedendo aos taxistas poder polícia, segundo o qual os condutores de passageiros têm o direito de examinar toda a mercadoria: as malas, os pacotes de quem usa esse serviço. Evidente que esses transeuntes vêm pela Alfândega, passam pela barreira e pegam um táxi para se conduzir a algum lugar da cidade. No meio do caminho, aparece a polícia, numa batida, examina e constata alguma irregularidade. Apreende o veículo e autua o condutor com uma multa de R\$15 mil. Trata-se de uma comunidade pobre, isolada nos confins da Amazônia, de vasta solidão. Um Monza que vale R\$7 mil foi apreendido por uma multa de R\$15 mil. Ficou o taxista sem o ganha-pão. Assim são os vários veículos apreendidos.

Ora, Sr. Presidente, há uma incoerência nisso tudo. Há uma falta de lógica, há uma tentativa de criminalizar qualquer conduta. Vejam o art. 41 da Lei nº 9.840. Tudo é possível ser criminalizado. Tudo! Tudo! No Senado, temos imunidade, mas se levasse para a objetividade da Lei nº 9.840 se poderia dizer que eu estou aqui querendo cooptar votos.

Então, será que é esse o caminho da convivência pacífica na sociedade? Será que se pratica essa violência em nome da lei? Os inquisidores do Santo Ofício também o faziam em nome da lei e se achavam no dever de serem rigorosos. Será que estamos repetindo esses capítulos obscuros da História? Será que estamos repetindo essa noite da Idade Média, que durou mil anos? No final desse processo, quantas vítimas cairão inocentemente sob o castigo pelo crime que, muitas vezes, é motivado por uma questão pessoal, pela inveja, como fez Davi, que, querendo se apropriar da mulher amada, mandou o general para o *front*, e ele lá pereceu. Assim Davi pôde ficar com a mulher dele.

Essas condutas verificam-se na vida real. Um desafeto pode ser levado ao patíbulo e condenado em um processo em que as provas pouco importam. É como acontecia na Revolução Francesa. Já repeti muitas vezes que Fouquier-Tinville, o inquiridor-mor da Revolução, dizia que não era preciso processo, que não eram necessárias provas. Só são importantes a

acusação e a condenação. O devido processo legal pouco importava ou pouco importa ainda hoje.

Temos que chamar a atenção para a politização do Poder Judiciário, que, quando entende que precisa eliminar, no processo, alguma pessoa da sociedade, algum indivíduo, algum cidadão, pode fazê-lo aplicando os rigores da lei. É tenebroso esse tempo. É um tempo anuviado, movido pelo ódio, pela parcialidade e, sobretudo, quero dizer, Sr. Presidente, movido por princípios que não condizem com a democracia.

A democracia é a convivência da tolerância, é o comando das leis onde o indivíduo não tem espaço para aplicar e cunhar as suas idiosincrasias. A democracia é, sobretudo o governo das leis objetivas, que não podem estabelecer um corte na verificação profunda do conteúdo dos fatos. Hoje não interessa. Em princípio, essa responsabilidade objetiva é o que importa, basta que alguém tenha conduzido um passageiro, que, na sua intimidade, carregava um produto que não tenha origem fidedigna. Não estou falando aqui de narcotráfico ou de tráfico de armas; estou falando de mercadorias comuns e ingênuas, como sutiãs, como bonecos de pelúcia etc. Estou falando de algo que não tem nada a ver com violência, mas talvez tenha a ver com a pureza dos brinquedos das crianças ou a proteção da intimidade das mulheres. Isso é o que está acontecendo em Guajará-Mirim.

Há o caso do Sr. Belarmino Martins de Araújo. Há um abaixo-assinado de todos os taxistas, que estão impedidos de trabalhar porque a qualquer momento podem sofrer uma punição impagável. Aqui são citados outros três veículos – não vou nem citar o nome dos condutores. Há o caso, inclusive, de uma pessoa idosa, quase chegando aos 80 anos, que conduzia uma caminhonete, e ela foi apreendida. Felizmente foi solta depois da minha intervenção.

O que quero dizer, Sr. Presidente, é que todo abuso é lamentável, todo rigor que não olhe, sobretudo, se o taxista tinha ou não conhecimento de que estava transportando produto de contrabando, de descaminho.

Mas como verificar isso se alguém chega com uma mala ou uma sacola e entra no veículo? Esqueceu o legislador de conferir ao taxista o poder de polícia para examinar o que porta o usuário do táxi. E aí responde ele objetivamente e sofre sanções.

Eu ia abordar outro tema, Sr. Presidente, muito importante, que trata da Reserva Biológica do Jarú. Amanhã eu o farei para mostrar também a violência que se pratica em nome da lei, em nome das autoridades, onde animais são sacrificados com tiro à queima-roupa. Quero invocar, e invocarei amanhã, sobretudo, a Lei de Proteção aos Animais não para defender o líder

Prestes, mas para pedir a condenação de agentes do Estado que usam e abusam da força e da violência contra humildes trabalhadores rurais que não tinham onde morar, que adquiriram áreas para isso, estavam lá dentro e, de repente, aquela área foi transformada em reserva biológica.

Amanhã abordarei esse tema. Sei que há pessoas nos ouvindo, e também a elas eu digo que amanhã vou abordar esse assunto com profundidade, para mostrar que é um tempo de violência, é um tempo obscuro, é um tempo de ódio, é um tempo de idiosincrasias, é um tempo em que a lei é brandida de acordo com a vontade do agente público que detém autoridade,

seja ele do Poder Judiciário, seja do Executivo, seja do Legislativo.

E, antes de encerrar, Sr. Presidente, peço que conste dos Anais do Senado o ofício dirigido a mim pelo Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Rondônia – Sincavir.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AMIR LANDO EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, Inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**SINCAVIR-** Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Rondônia

DELEGACIA SINDICAL DE GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA

Fundada em 17 de Janeiro de 1.989

CNPJ 05.900.220/0003-57

*San. Amir Lando*

Ofício nº 257 /06/DSGM

*San. Constantino*  
*Amir - Guajará-Mirim*

Guajará-Mirim, 29 de Maio de 2006

Excelentíssimo Senador:

*Autorizado*  
*12.06.06*

Com os nossos respeitosos cumprimentos, venho através deste solicitar a Vossa Excelência, o seu apoio à intervir junto a Inspeção da Receita Federal de Guajará-Mirim/RO, na questão de veículos táxi. Que os mesmos estão sendo apreendidos, perseguidos e discriminados por alguns fiscais desta Inspeção, ao ser solicitado o táxi em hotéis, ponto de táxi e rodoviária, por turistas ou passageiros, sendo que os mesmos são abordados e suas referidas bagagens são revistadas pelos fiscais, ao ser encontrada algumas mercadorias sem está declarada é feito à apreensão da mercadoria e o veículo que está transportando, sendo que somos autônomos prestadores de serviços não tendo autonomia de revistar e conferir bagagens de passageiros. No momento estamos com 03 (Três) veículos apreendidos (táxi), nesta Inspeção da Receita Federal, e os proprietários e familiares estão passando por necessidades por não poder trabalhar, por ser o meio de sobrevivência dos mesmos.

Por esse motivo aguardamos se apoio, antecipadamente nossos sinceros votos de agradecimentos.

Exmº Senhor.  
Amir Lando  
Senador

DSGM SINCAVIR

Raimundo Ribeiro da Silva  
Delegado

MINISTERIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

AUTO DE INFRAÇÃO

Unidade TRF GUAJARA-MIRIM		Número do MPF 0250151/00066/06
Contribuinte		
Nome EDMILTON DANTAS DE CARVALHO		CPF 617.253.402-59
Legislação Rua 8 de Dezembro	Número 3995	Complemento
Endereço 10 de Abril		Cidade/UF GUAJARA-MIRIM/RO
Local de Lavatura TRF GUM RO	Data 08/05/2006	Hora 13:48

Demonstrativa do Crédito Tributário em R\$		
MULTA REGULAMENTAR (NÃO Passível de Redução)	Cód. Receita-DARF 2185	Valor 15.000,00
VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO APURADO		Total 15.000,00
Valor por extenso QUINZE MIL REAIS.		

**Descrição dos fatos e Enquadramento Legal**  
A descrição dos fatos que originaram o presente Auto e os respectivos enquadramentos legais encontram-se em folhas de continuação anexas.

**Intimação**  
Fica o contribuinte intimado a recolher ou impugnar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência deste auto de infração, nos termos dos arts. 5º, 15, 16 e 17 do Decreto nº 70.235/72, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.748/93 e nº 9.532/97, o débito para com a Fazenda Nacional constituído pelo presente Auto de Infração, cujo montante acima discriminado será recalculado, na data do efetivo pagamento, de acordo com a legislação aplicável.  
Esta multa NÃO É PASSÍVEL DE REDUÇÃO, conforme art. 91 da Lei 10.833/2003.

Auditores Fiscais da Receita Federal	
Nome JOÃO ADELAR DEFAVERI	Matrícula 1.220.912
<i>[Assinatura]</i>	
Nome JOSÉ AGOSTINHO FERREIRA	Matrícula 763.934
<i>[Assinatura]</i>	

**Declaração do Contribuinte/Responsável:**  
Declaro-me ciente deste Auto de Infração e seus anexos, dos quais recebi cópia.

Nome: Edmilton Dantas de Carvalho Cargo: condutor

CPF: 617.253.402-59 Data: 08/05/2006 Assinatura: Edmilton Dantas de Carvalho

**TABELIONATO DE NOTAS**  
Aq. Consultório, 251 C. n.º  
Fone: (69) 641-2238  
Guajará-Mirim - Rondônia

Autenticado, por ser fotocópia fiel original apresentado.  
(Lei 10.148/1991)  
p/ Autenticação e Selo: R\$ 2,00

*[Assinatura]*  
Escrivente Autorizada

**VALIDO SOMENTE COM SELO DE FISCALIZAÇÃO**

SELO DE FISCALIZAÇÃO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RONDÔNIA  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

03A26592  
MA 2006

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

## folha de continuação de AUTO DE INFRAÇÃO

Contribuinte

CPF:

617.253.402-59

Nome:

EDNILTON DANIAS DE CARVALHO

## DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO(S) LEGAL(ES)

Em procedimento fiscal de verificação do cumprimento das obrigações tributárias pelo contribuinte supracitado, foram apuradas infrações abaixo descritas, nos dispositivos legais mencionados.

## 001 - TRANSPORTE IRREGULAR DE MERCADORIAS, SUJEITAS A PENA DE PERDIMENTO

O transportador, de passageiros ou carga, em viagem doméstica ou internacional, transportando mercadoria sem identificação do proprietário ou possuidor, ou ainda que identificado, pelas suas características ou quantidade de volumes transportados evidenciem tratar-se de mercadoria sujeita à pena de perdimento, conforme apurado no Termo de Retenção de Mercadorias - Operações Especiais nr. 019/2006 de 05/05/2006.

Em 05 de maio de 2006 a Receita Federal em conjunto com a Polícia Federal em operação de fiscalização e repressão ao Contrabando e Descaminho na RN 423, nas imediações da ponte do Ribeirão, abordaram um veículo Taxi, marca GM, modelo Monza GL, ano 1994/95, cor verde, conduzido pelo Sr. Ednilton Danias de Carvalho. Este veículo levava um passageiro, o Sr. Adon Bolando Garay Canchari, de nacionalidade Peruana (RNE Y244678-G) que declarou-se proprietário de todas as mercadorias, de procedência boliviana, encontradas no porta-malas do taxi as quais não tinham qualquer documentação legal.

As mercadorias eram as seguintes: 660 sutiãs, 24 animais de pelúcia, 37 de estojos de maquiagem e 05 caixas de creme de menta. O preço total destas mercadorias foi avaliado em R\$ 1.510,00.

Diante do exposto verificamos que os fatos estão perfeitamente enquadrados no Art. 75 da Lei 10.833/2003, abaixo transcrito.

Art. 75. Aplica-se a multa de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) ao transportador, de passageiros ou de carga, em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita a pena de perdimento:

I - sem identificação do proprietário ou possuidor; ou

II - ainda que identificado o proprietário ou possuidor, as características ou a quantidade dos volumes transportados evidenciarem tratar-se de mercadoria sujeita à referida pena.

§ 1º Na hipótese de transporte rodoviário, o veículo será retido, na forma estabelecida pela Secretaria da Receita Federal, até o recolhimento da multa ou o deferimento do recurso a que se refere o § 3º.

§ 2º A retenção prevista no § 1º será efetuada ainda que o infrator não seja o proprietário do veículo, cabendo a este adotar as ações necessárias contra o primeiro para se ressarcir dos prejuízos eventualmente incorridos.

§ 3º Caberá recurso, com efeito exclusivamente devolutivo, a ser apresentado no

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

Folha de continuação do AUTO DE INFRAÇÃO

Contribuinte

CNPJ

617.253.402-59

Nome

ELIVELTON DANTAS DE CARVALHO

DESCRIÇÃO DOS FATOS E ENQUADRAMENTO(S) LEGAL(S)

prazo de 20 (vinte) dias da ciência da retenção a que se refere o § 1º, ao titular da unidade da Secretaria da Receita Federal responsável pela retenção, que o apreciará em instância única.

§ 4º Decorrido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da aplicação da multa, ou da ciência do indeferimento do recurso, e não recolhida a multa prevista, o veículo será considerado abandonado, caracterizando dano ao Erário e ensejando a aplicação da pena de perdimento, observado o rito estabelecido no Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.

§ 5º A multa a ser aplicada será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na hipótese de:

I - reincidência da infração prevista no caput, envolvendo o mesmo veículo-transportador; ou

II - modificações da estrutura ou das características do veículo, com a finalidade de efetuar o transporte de mercadorias ou permitir a sua ocultação.

§ 6º O disposto neste artigo não se aplica nas hipóteses em que o veículo estiver sujeito à pena de perdimento prevista no inciso V do art. 104 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, nem prejudica a aplicação de outras penalidades estabelecidas.

§ 7º Enquanto não consumada a destinação do veículo, a pena de perdimento prevista no § 4º poderá ser relevada à vista do requerimento do interessado, desde que haja o recolhimento de 2 (duas) vezes o valor da multa aplicada.

§ 8º A Secretaria da Receita Federal deverá representar o transportador que incorrer na infração prevista no caput ou que seja submetido à aplicação da pena de perdimento de veículo à autoridade competente para fiscalizar o transporte terrestre.

§ 9º Na hipótese do § 8º, as correspondentes autorizações de viagens internacionais ou por zonas de vigilância aduaneira do transportador representado serão canceladas, ficando vedada a expedição de novas autorizações pelo prazo de 2 (dois) anos.

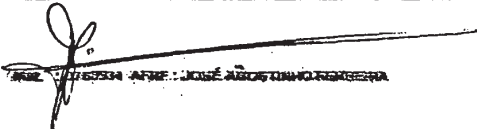
Fato Gerador	Valor
05/05/2006	R\$ 15.000,00

ENQUADRAMENTO LEGAL

Art. 75, incisos I e II da Lei nº 10.833/03.

No que se refere à atualização monetária e às penalidades aplicáveis, os enquadramentos legais correspondentes constam dos respectivos demonstrativos de cálculo.

Fazem parte integrante do presente Auto de Infração todos os termos, demonstrativos, anexos e documentos nele mencionados.

  
SINTESE AFRE: JOSÉ ARIUSO UNO REISERA

  
SINTESE AFRE: JOSÉ ARIUSO UNO REISERA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO  
Multa Regulamentar

## Contribuinte

CPF
617.253.402-59
Nome
EDWILTON TRANTAS DE CARVALHO

Data de Referência	UEIR/Unidade	Multa Por Unidade Quantidade	Total em UEIR/Unidade UEIR	Multa Dev. UEIR Multa Dev. R\$
05/05/2006	R\$	15.000,00		15.000,00
Total de Multa Devida em R\$				15.000,00

## Enquadramento Legal

Art. 75, incisos I e II da Lei n° 10.833/03.

1228912 AFRR JOSÉ ABOSTINHO FERREIRA

1228912 AFRR JOSÉ ADELAR DE FÁVERE

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

TERMO DE ENCERRAMENTO

Distrito: IRF GUAJARA-MIREM Número do RPP: 0250151/00066/06

Contribuinte  
Nome: EDNILTON DANTAS DE CARVALHO CPF: 617.253.402-59  
Logradouro: Rua 8 de Dezembro Número: 3995 Complemento: Telefone: 069.99025000  
Bairro: 10 de Abril Cidade/UF: GUAJARA-MIREM/RO CEP: 78957-000

Local de Lavratura: IRF GUN RO Data: 08/05/2006 Hora: 13:48

Contexto  
Encerramos, nesta data, a ação fiscal levada a efeito no contribuinte acima identificado, tendo sido verificada, a irregularidade mencionada na Descrição dos Fatos e Enquadramento Legal.

Da referida ação fiscal foi apurado o Crédito Tributário abaixo descrito:

VALOR DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO APURADO: .....R\$. 15.000,00

Devolvemos nesta data todos os livros e documentos utilizados na presente fiscalização, no estado em que foram recebidos.

E, para constar e surtir seus efeitos legais, lavramos o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, assinado pelo(s) Auditor(es)-Fiscal(is) da Receita Federal e pelo representante da fiscalizada, que neste presente ato recebe uma das vias.

Auditor(es) Fiscais da Receita Federal:  
Nome: JOÃO ADELAR DE FÁVERI Matrícula: 1.220.912  
Assinatura: [assinatura]  
Nome: JOSÉ ADJSTINHO FERREIRA Matrícula: 783.934  
Assinatura: [assinatura]

Ciência do Contribuinte/Responsável  
Declaro-me ciente deste Termo do qual recebi cópia.

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Data: 08/05/2006 Assinatura: Ednilton Dantas de Carvalho

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

## Contribuinte:

CPF:

617.253.402-59

Nome:

EDNILTON DEANTAS DE CARVALHO

As instruções abaixo são de seu interesse:

- 1- Efetuando recolhimento integral ou parcial dos créditos tributários ora constituídos, preencha um DARF para cada TRIBUTO ou CONTRIBUIÇÃO, em duas vias, se manual, indicando:
  - a) No campo "Período de Apuração" a data: 08/08/1980;
  - b) O Código da Receita adequado (4 algarismos), conforme especificado na Folha de Rosto do Auto de Infração;
  - c) Referência: o número do processo administrativo fiscal;
  - d) Destacadamente, os valores correspondentes a cada parcela do crédito tributário (imposto, juros e multa);
  - e) Os juros de mora atualizados, considerando a data do efetivo pagamento.
- 2- Informações sobre o número do processo, formas e meios de obtenção de parcelamento, cálculo dos valores a serem recolhidos, prazos e outras dúvidas poderão ser obtidas na repartição da SRF, localizada no endereço abaixo, pessoalmente ou por telefone:

IRF GUAJARA-MIRIM  
END.: AV. XV DE NOVEMBRO, N° 50,  
CENTRO - GUAJARA-MIRIM / RO  
FONE: 068 541.3611
- 3- Outras informações que estejam protegidas pelo sigilo fiscal, somente poderão ser prestadas ao próprio contribuinte ou ao seu representante legal, devidamente comprovado ou habilitado nos autos do processo.




MINISTERIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal

Folha: \_\_\_\_\_

INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SIGILO FISCAL

DADOS PARA REGISTRO MANUAL NO SISTEMA PROFISC  
RPF/RPF 0250151/00066/06

		Situação do Processo		Data Início Situação	
Processo Fiscal					
Nome:		CPF:			
EDNILTON DANTAS DE CARVALHO		617.253.402-59			
Legenda:		Número		Complemento	
Rua 8 de Dezembro		3995			
Bairro		Cidade/UF		CEP	
10 de Abril		GUAJARA-MIRIM/RO		78957-000	
UF Controle: 0250151 - GUAJARA-MIRIM					
UF Lavadora: 0250151 - GUAJARA-MIRIM					
Origem do Débito		Auto de Infração			
Tributo Referência		PR/EX		Vencimento	
Multa de Nota		Unid. Monetária		Valor	
2185		05/2006		99/99/9999	
R		R		15.000,00	
				Multa Não Pass. Redução	
				Multa(%)	
				0,00	
		O-OTN B-BTWF C-Cr\$ U-UFIR R-R\$			

  
0250004-RPF - JOSÉ AGOSTINHO FERREIRA

  
Mot. 1320912 - RPF - JOÃO ADELAR DEFÁVERI

**Quadro 2 - INTIMAÇÃO**

Em face da retenção ora feita e diante do enquadramento indicado no Quadro 1, INTIMAMOS o contribuinte/responsável acima qualificado a **considerar a intimação indicada com um "X"**:

1. Diante da situação 01: apresentar, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na unidade da Receita Federal indicada no início deste Termo, os documentos comprobatórios da entrada legal no país (ou de seu trânsito regular no território nacional) da(s) mercadoria(s) ora retidas. A não apresentação constituirá a presunção legal de mercadoria(s) ingressadas irregularmente no país.

2. Diante das situações 02, 06, 07, 10 e 11: comparecer, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na unidade da Receita Federal indicada no início deste Termo, a fim de tomar as providências legais exigidas para a liberação da(s) mercadoria(s). O não comparecimento neste prazo constituirá declaração de abandono de tal(is) mercadoria(s), sujeitando-a(s) à pena de perdimento.

3. Diante das situações 03, 04 e 08: comparecer, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, na unidade da Receita Federal indicada no início deste Termo, a fim de tomar as providências legais exigidas para a liberação da(s) mercadoria(s). O não comparecimento neste prazo constituirá declaração de abandono de tal(is) mercadoria(s), sujeitando-a(s) à pena de perdimento.

4. Diante das situações 05, 09, 13, 14 e 15: o contribuinte receberá em seu domicílio o Auto de Infração, que poderá ser impugnado com base nas regras do Decreto 1455/78

**Quadro 3 - RELAÇÃO DAS MERCADORIAS RETIDAS**

Mercadoria (com número de série, se existente)	Qtd.	Marca	Modelo	País de Origem	Valor (Indicar moeda)
Veículo Taxi marca Chevrolet, marca placas NBF9183, ano 1994/95, cor verde.	01	GM	Monza GL	Brazil	R\$ 7.000,00
					Total R\$ 7.000,00

→ Valor do apreendido caso apreendido

**Servidores da Secretaria Receita Federal**

Nome	Matrícula	Assinatura
01 João Adilson de Azevedo	1220312	[Assinatura]
02 MARCOS GIRA PEREIRA	51261	[Assinatura]
03		

Nome do Contribuinte/Responsável que recebe neste ato: Daniel de Carvalho  
 Endereço: Daniel de Carvalho  
 Cargo: Condutor Matrícula: 17.253.402-59 Data: 05/05/2006

**Guarda Fiscal**

Recebi, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, as mercadorias constantes da Relação das Mercadorias Retidas (Quadro 3 deste Termo de Retenção).  
 Carimbo e Assinatura do Responsável pelo Depósito

**Termo do Recebimento das Mercadorias**

Recebi, em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, as mercadorias constantes da Relação das Mercadorias Retidas (Quadro 3 deste Termo de Retenção), em perfeito estado de conservação e uso.  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

A Sua Excelência o Senhor  
Amir Francisco Lando  
Senador da República do Brasil

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Guajará-Mirim, 05 de Junho de 2006

Senhor Senador

Venho por meio desta, solicitar, o empenho, de Vossa Excelência, para a liberação, do Carro Taxi Monza, placa KAN0880 junto a Receita Federal, pois, o mesmo, foi apreendido enquanto transportava roupas, pela Polícia Militar, que o conduziu, para a Competência Federal. Na Hora do ocorrido, o referido Veículo, estava, sendo dirigido por Motorista Terceiro.

Antecipo-lhe meu reconhecimento por seu empenho e colaboração.

Aproveito para apresentar a Vossa Excelência, meus sinceros e cordiais cumprimentos.

Atenciosamente

  
Belarmino Martins de Araújo

Belarmino Martins de Araújo, brasileiro, casado, eletricitista, portador da CI 136.888 /SSP-RO e CPF 138.888.892-00, residente à Avenida Quintino Bocalúva, 1165, Bairro Tamandaré, Município de Guajará-Mirim (RO).

**SINCAVIR-** Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens no Estado de Rondônia

DELEGACIA SINDICAL DE GUAJARÁ-MIRIM - RONDÔNIA

Fundada em 17 de Janeiro de 1.989

CNPJ 05.900.220/0003-57

**ABAIXO ASSINADO**

A classe de taxistas do Município de Guajará-Mirim, através do presente abaixo assinado, vem manifestar sua indignação aos fatos que vêm ocorrendo com vários colegas da classe, quando aos atos praticados por alguns funcionários da Inspeção da Receita Federal de nossa cidade, que de forma discriminatória vem perseguindo, sem qualquer justificativa o trabalho honesto de vários chefes de família.

Nº	Nome	RG
01	Alfonso de Sá Filho	422390 SSIR0
02	Alfonso de Sá Filho	501157
03	Paulo Sérgio de Sá Filho	662.252
04	Alfonso de Sá Filho	0077667
05	Edson de Sá Filho	02487952-34
06	Edson de Sá Filho	32815
07	Paulo de Sá Filho	226.309.55PR0
08	Paulo de Sá Filho	263.150
09	Paulo de Sá Filho	33823153,4
10	DARION RAMA DA SILVA	756201
11	Paulo de Sá Filho	547-593
12	Roberto Rodrigues da Silva	00274290
13	Paulo de Sá Filho	165356
14	Angelo Martins Alves de Souza	53987238PR0
15	Françisco Ferreira V. da Silva	545.853
16	Alfonso de Sá Filho	38032

**TABELIONATO DE NOTAS**  
 Av. Constituição, 251 - Centro  
 Fone: (69) 541-2238  
 Guajará-Mirim - Rondônia

Autentico, por ser fotocópia fiável do original apresentado.  
 (Decreto-Lei nº 2.148/1940)  
 Por Autenticação e Selo AF  
 G. Mirim, R.O.  
 Selo Rondônia de 21 de junho n.  
 Escrivente Autorizada  
**Valdo Semente com Selo DE FISCALIZAÇÃO**



303AZ6561 - Id. Antônio Correa da Costa - Bairro 10 de Abril Fone. (69) 541-3857  
 GUAJARÁ - MIRIM RONDÔNIA

MAT2006j

17	Amastacio Rodrigues	R.G.: 368199
18	José Giacálves Rangel	R.G. 36.668
19	Edilson Aguiar Funches	75.660
20	José Margem de Funches	201561-81 SSP CE
21	Wanome F. Zimanel	RG 25314283-6 SSP-PA
22	Antonio Manceira Lima Gó	170254944 MA
23	Edilson Sara Flores	367169 RO
24	Joãozinho Simões R.	124-253-SSP-RO
25	Comidio de Romero Jovick	611.168 54/RO
26	Elias V. Gomes	738394 RO
27	Francisco Maria da Silva	47 55 63 RO
28	Norberto Olimery e Silva	409 983 SSP/RO
29	Anderson Mendes de Lima	516-415-SSP/RO
30	Jenny Mendes de Lima	826772 SSP/RO
31	Paulo Sérgio de Almeida	70417 SSP/RO
32	<del>Francisco</del>	187421-SSP/RO
33	Apotungydo José do Carmo Abreu	393178 SSP/RO
34	GM. Silva	331.255 SSP/RO
35	Aosom Rocha Ribeiro	RG. 412605 SSP
36	Roberto Cipriano Moreira	RG 621 285 SSP/RO
37	Tamara X Silva de Melo	RG: 258.801 SSP/RO
38	Jenifer Maria de Aquino Mendes	RG: 405.471. SSP. RO
39	F. Romário Lima de Lima	RG. 26.454
40	Algenir Teotônio de Abreu	265565 A-E
41	Alber Soares da Silva	124783
42	Edson Ramos da Silva	59246 RO
43	José Maria da Silva	25.945 SSP/RO
44	Adilson Paiva da Silva	719.741 SSP/RO
45	Gilberto Pereira Lima	731.861 SSP/RO
46	Quey REGALADO DA COSTA	1712675-82
47	Francisco de Assis	52.821 SSP/RO
48	Antonio R. do Carmo de Araújo	1345030 SSP-DF
49	José Aldemar Soares	124765 SSP/RO

50	Ferdinando Lythof Arfons	7913.769 SSP/RO
51	Homero de Lima Cavalcanti	300.763. SSP/RO.
52	Alencar Garcia de Azevedo	000472416 SSP/RO
53	Wagner T. Neves	817259 SSP/RO
54	Cilcio J. C. Suenigo	438062/SSP/RO
55	Leandro Lima Nunes Mendes	114929 SSP/AC
56	Francisco de Assis de Souza	151.465
57	Lucivaldo Leobodo Souza	652588
58	Jamilson Vasquez da Costa	522443 SSP/RO
59	Edilson Francisco da Silva	238.440 SSP/RO
60	Miguel Noronha Assis	139.171.730. SSP/RO.
61	Uacilio de Brito	R9 33114 SSP/RO
62	Antonio de Jesus	6689
63	Marcel da Silva Souza	687752 SSP/RO
64	Osman Pereira de Souza	414995 SSP/RO
65	Luiz Carlos de Souza	723168
66	Carlos Freitas da Silva	RG: 545388
67	Antonio de Jesus Rondon	RG: 722249-844000.
68	Francisco de Assis de Souza	RG 46425220
69	Diego Roberto de Medeiros	RG 1137310 SSP-PR
70	Antônio Carlos de Souza	RG-287.853
71	João Francisco de Brito Barbosa.	
72	Gabriel R. de Andrade	RG: 000486469 SSP/RO
73	Osvaldo Franco Veloso	RG: 868360 SSP/RO
74	Raimundo Manoel Maia	RG: 515293
75	Raimundo Silva Furtado	RG 263 015
76	Leandro Goldino da Silva	RG: 680007 SSP/RO
77	Edilton Dantas de Carvalho	RG: 0285380 SSP/AC
78	João Wilson Silva	CPF 10321226279
79	Osvaldo Aguiar de Souza	RG 164.100
80	Francisco de Assis	RG 157.316
81	Osvaldo Forno da Silva	RG: 1957456 SSP/RO
82	Osvaldo Pereira Carvalho	RG-156-737-SSP-RO
83	Rogério de Souza	RG-0052084 SSP/AC
84	João de Deus Sales	RG-70-2464 CF
85	Jose Wilson Goldino	RG 1814206 SSP G.
86	Antonio de Souza	RG. 1.100.607 SSP/RO
87	Antônio Salgueiro	RG. 166.294
88	Osvaldo Dantas de Souza	RG. 920889

BOLETIM DE OCORRÊNCIA - BO

Obs.: PARA PREENCHER USE LETRAS DE "FORMA"

HISTÓRICO

Após de uma denúncia anônima, dando conta que na margem do rio próxima a praia de Acácio, havia dois veículos em atitude suspeita. Esta guarda foi deslocada até o endereço para averiguações e ao chegar nas proximidades do local, conseguiu localizar apenas um dos veículos, o veículo de marca GM, modelo MONZA, de aluguel (TAXI), de placa nº KAN-0880 Vi. Itena-RO, e ao proceder buscas no interior do veículo foi encontrado 06 (seis) volumes (fardos) de aproximadamente 06 (seis) sessenta) cada, contendo confecções diversas oriundas da Bolívia. O veículo e as confecções foram apreendidos e entregues, juntamente com cópias dos documentos do veículo e com a chave de ignição ao Chefe da Receita Federal.

3419-2  
(S)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Informar que a condutor do veículo retirou: chave de Roda, motor, estepe e Apanalha de sem do interior do veículo e os levou consigo.

3419-2  
(S)

Componentes da Comissão  
 SGT PM Eranildo  
 PM Wilmac  
 PM Wendel  
 Apoio:  
 SGT PM Pedraza  
 PM Eliel  
 PM Adilson

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**  
**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

Nº **1228**  
CONTINUAÇÃO BOP Nº \_\_\_\_\_

OPM **PM BPM** RES **RP 400** DATA **04/06/06** HOR **07:10**

TIPO DE OCORRÊNCIA **Desseminação** CIDADE **Guajará-Mirim**

LOCAL **Av. Campos Sales s/n. C. Mairós / AMANUAIRÉ**

- AGENTE     - INFRATOR

NOME **Jemito Furtado Roca** DATA NASC. **09/05/72**

FILIAÇÃO **Ademir Roca Duran & Fatima Furtado Duran**

ENDEREÇO **Av. Lourenço M. Bouchabir, 3770 (Linda) G. Mirim RO**

TIPO DE DOC. \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ ORGÃO EXP. UF \_\_\_\_\_ COND. FÍSICA DO AGENTE **Naema L**

ARMA OU OBJETO APREENDIDO **06/Seis / Fardos contendo Confeções de res**

PERTENCES DO AGENTE **CONT. SAS**

(CONTINUAÇÃO)

- VÍTIMA     - SOLICITANTE     - PACIENTE

NOME \_\_\_\_\_ DATA NASC. \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_ CIDADE \_\_\_\_\_ EST. \_\_\_\_\_

PERTENCES DA VÍTIMA \_\_\_\_\_

TESTEMUNHAS

PRIMEIRA **PM Nilmar** NOME **PM Nilmar** CIDADE **G. Mirim RO**

SEGUNDA **PM Wendel** NOME **PM Wendel** CIDADE **G. Mirim RO**

DADOS GERAIS

HÓVE RESISTÊNCIA?  - SIM     - NÃO

ESTADO FÍSICO DA VÍTIMA \_\_\_\_\_

DESTINO DO AGENTE **Depto** DESTINO DA VÍTIMA \_\_\_\_\_

ANEXO(S) \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA **Guajará-Mirim 04/06/2006**

**SGT PM Edanildo 3419-2**  
ASS. PM (POSTO, GRAD, NOME DE GUERRA E RE)

RECEBI O AGENTE / INFRATOR, PERTENCES, OBJETOS, ARMAS, ANEXOS DE ACORDO COM ESTE BOLETIM ÀS **07h** 19

**Petronilo S. Lima**  
57329  
ASS. (NOME E FUNÇÃO)



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência ia encerrar a sessão, mas o Senador Gilvam Borges pediu a palavra.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> por cinco minutos, Senador Gilvam Borges. O Senador Amir Lando ficou dentro do tempo previsto, exatamente quinze minutos.

**O SR. GILVAM BORGES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é prerrogativa inalienável de qualquer Parlamentar, seja Deputado Federal, seja Senador da República, a liberdade de votos e de opiniões. Dessa liberdade, nunca me esquivei! Dessa liberdade, jamais irei abdicar!

Foi com esse espírito – o apreço à prerrogativa de manifestar livremente minhas convicções – que apresentei projeto de lei objetivando acabar com o malsinado e injusto Exame de Ordem, que priva milhares de jovens brasileiros do exercício da advocacia, profissão que aprenderam por cinco longos nos bancos das instituições de ensino superior.

Eu sabia que inúmeras críticas me seriam dirigidas. Entretanto, esperava receber críticas inteligentes e educadas e não críticas deselegantes e grosseiras. Infelizmente, minhas expectativas se revelaram por demais otimistas. Sem qualquer fundamentação, muito menos argumento, o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sr. Roberto Busato, classificou o meu projeto de inconseqüente e de incentivador do estelionato.

Ao presidente da instituição, dado a grosserias, responderei com argumentos. Não é do meu feito ofender a quem quer que seja, muito menos desferir improperios e grosserias. Prefiro defender minhas idéias com elegância e discernimento.

O Presidente da OAB justifica a existência do Exame da Ordem ao afirmar que é um instrumento necessário para defender a sociedade dos maus profissionais, formados por péssimas faculdades de Direito. Ora, me pergunto: será que a OAB tenciona assumir a gestão das escolas de Direito existentes no País? Será que a OAB pretende atropelar o Ministério da Educação, avaliando diretamente a qualidade dos cursos superiores brasileiros?

Não consigo entender por que as instituições de ensino superior podem formar médicos, pedagogos, engenheiros, economistas sem que, para ingressarem no mercado de trabalho, precisem realizar qualquer exame de Ordem ou Conselho, mas não possam formar bacharéis em Direito em iguais condições!

Não é justo que um jovem entre numa Faculdade de Direito reconhecida pelo Ministério da Educação e passe cinco anos da vida estudando e se dedicando plenamente para, depois de formado, ser privado de exercer sua profissão por um Exame de Ordem, que se propõe a aferir o grau ético do candidato. Será que um simples exame é capaz de medir se uma pessoa

é ética ou não, se é honesta ou não? Sinceramente, não acredito que isso seja possível. A reprovação no Exame da Ordem representa, isto sim, uma pá de cal nos sonhos de milhares de jovens brasileiros, ansiosos por exercer uma profissão que aprenderam por anos a fio. Para os reprovados, resta tentar outra vez, sob pena de permanecer num limbo interminável, sem poder advogar, nem sequer atuar como simples estagiário.

Nesse meio tempo, os jovens bacharéis precisam conviver com a situação vexatória de, mesmo formados, terem de se contentar com o subemprego para poder obter o seu sustento. Afinal, para a OAB, eles são bacharéis em Direito e não advogados!

Quais seriam as verdadeiras razões da OAB para defender, com unhas e dentes, esse absurdo Exame de Ordem? Seriam razões pura e simplesmente mercadológicas? Seria uma forma de garantir aos advogados já estabelecidos uma reserva de mercado? Honestamente, tenho de confessar-me perplexo com a defesa tão veemente de um exame que nada contribui para o aperfeiçoamento da advocacia brasileira.

Todos sabemos que da depuração dos bons e dos maus profissionais se encarrega o próprio mercado de trabalho. É assim com qualquer profissão: quem não tem competência não se estabelece. Não é um simples Exame de Ordem que será capaz de proibir a entrada de maus profissionais no mercado, muito menos de segregar aqueles que não são partidários da ética e da honestidade.

Os maus profissionais, como em qualquer outra área do conhecimento, serão condenados ao ostracismo e à falta de reconhecimento, que se traduzem, mais cedo ou mais tarde, no descrédito da sociedade e na ausência de clientes. Em última instância, os profissionais medíocres serão expelidos, naturalmente, do mercado de trabalho.

Essas são as minhas convicções às quais faço questão de apresentar com educação e elegância. Ao contrário do Presidente da OAB, não costumo chamar os estudantes de Direito de estelionatários, pois bem sei o quanto se esforçam para aprender, de forma honesta e digna, uma das mais importantes profissões que existem neste País.

Jamais abrirei mão de minhas convicções e, por isso, defenderei o meu projeto até o fim. Em oposto ao que pensa o Sr. Busato, a sociedade brasileira jamais deplorará a proposta de extinção do Exame de Ordem. Irá, isto sim, aplaudir minha iniciativa, pois ela contribui para remover um enorme empecilho no caminho dos jovens brasileiros que sonham com o livre acesso ao mercado de trabalho.

Sr. Presidente, esse malfadado Exame da Ordem é inconstitucional. Isso desclassifica o diploma desses estudantes que, por longos cinco anos, sentam no banco das faculdades e universidades e são credenciados por meio de diploma. Não tem uma instituição

de categoria o livre direito de fazer isso, senão todas as profissões que o mercado absorve, levadas pelas faculdades e universidades, teriam que prestar exames novamente.

Eu acho, então, que a OAB, ou qualquer ordem ou organização, deveriam assumir o papel das universidades e fazer as suas avaliações com os estudantes e abrir os cursos para os cinco anos. Isso é um crime, um absurdo! É chegada a hora de uma ampla discussão. Milhares de jovens brasileiros – cerca de 80 a 90% dos inscritos – são reprovados nesse Exame da Ordem. É um absurdo! Nem juízes e promotores, às vezes, que se submetem a tão rigoroso exame conseguem passar.

É hora de discutirmos esta matéria. O nosso projeto está apresentado. Conclamo todos os segmentos universitários, todos os estudantes e também a OAB para uma ampla discussão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Sérgio Guerra, a Sra. Senadora Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Leonel Pavan e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, Inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há milhares de anos, a humanidade vem desenvolvendo técnicas de manipulação genética, ainda que o conceito de gene seja algo recente.

De fato, sempre que promovia a seleção de um determinado indivíduo de uma espécie – seja ela animal, seja vegetal – em detrimento de outro menos desejável, o homem estava, sim, interferindo no processo natural de seleção e introduzindo um critério humano na transferência de genes daquela espécie. Ainda que indireta, essa é uma forma de manipulação genética praticada há milênios.

Foi por meio de tais processos que os criadores de cães de todo o Planeta desenvolveram as diversas “raças” que hoje nos parecem tão naturais.

O mesmo é verdade em relação à manipulação de vegetais para o consumo humano. A seleção de plantas que apresentavam certas características mais desejáveis à produção agrícola é uma ação humana que se opõe ao mecanismo natural de seleção.

Em tempos mais recentes, os genes de vegetais vêm sendo diretamente modificados, visando a melhorias em seu desempenho agrônomo, tais como resistência a determinadas pragas, maior taxa de pro-

dutividade, melhores índices de absorção de energia solar, etc.

As plantas geneticamente modificadas visando a um melhor rendimento agrícola são classificadas como pertencentes à primeira geração de vegetais geneticamente modificados.

A segunda geração foi a dos vegetais que tiveram seu código genético alterado para apresentarem vantagens nutricionais. Por essa técnica, buscou-se, e ainda se busca, a melhoria de alguma característica nutricional do vegetal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos hoje no limiar de uma nova geração de vegetais geneticamente modificados, as plantas biofábricas.

Essas são plantas que, após terem seu código genético modificado em laboratórios, passam a ter a capacidade de produzir determinadas proteínas de interesse biomédico ou industrial, como anticorpos, vacinas, biofármacos, enzimas e polímeros. Essas plantas constituem a terceira geração de vegetais geneticamente modificados – e estão relacionadas ao conceito de agricultura molecular.

Na agricultura molecular, em vez de sementes ou frutos, o produto que as plantas nos fornecem são moléculas com funcionalidade conhecida e desejável para alguma aplicação benéfica à humanidade.

Atualmente, antígenos usados em vacinas contra doenças que atacam seres humanos já são encontrados em plantas geneticamente modificadas. Alguns exemplos: um antígeno para a hepatite B, presente na batata, no fumo e na alface; e um outro para o rotavírus, também encontrado na batata. Semelhantemente, há plantas sendo usadas para elaborar vacinas contra doenças animais, tais como a febre aftosa e a raiva, cujo antígeno é uma glicoproteína encontrada no tomate.

Para a exploração de todo o potencial existente nessa nova modalidade de tecnologia de manipulação genética, Sr. Presidente, são necessários conhecimentos e técnicas avançadas de agricultura. Não surpreende, portanto, que os países que atualmente lideram o *ranking* de domínio dessas técnicas sejam os Estados Unidos e o Canadá, nações cujo conhecimento tecnológico é reconhecidamente superior.

Contudo, pode-se, com fundada razão, crer que exista uma larga fatia desse mercado à espera da agricultura brasileira, uma das mais modernas e avançadas do mundo.

Se soubermos aproveitar esse novo conceito de manipulação genética, explorando o potencial de nossa agricultura e de nosso clima favorável, certamente poderemos participar da oferta de plantas biofábricas para todo o planeta.

O produto obtido pelo emprego de plantas biofábricas possui grande valor agregado, que demanda um alto nível de integração entre a lavoura produtora e a

indústria beneficiadora do vegetal. Em decorrência, é necessário o desenvolvimento de pesquisas avançadas e de treinamentos para a qualificação do pessoal que lidará com essa nova tecnologia.

Quero, portanto, Sr. Presidente, dizer que estou acompanhando a questão da agricultura molecular no Brasil e farei o máximo para que ela se torne uma importante fonte de renda para a nossa população e um mecanismo de geração de empregos.

Muito obrigado.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Vai ter ira santa na eleição”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 31 de maio do corrente.

A matéria comenta o encontro do candidato à presidência Geraldo Alckmin com um grupo de grandes empresários, realizado durante um jantar em São Paulo. Na reunião, Alckmin afirmou que as pessoas estão decepcionadas e indignadas com a atual situação do País e que durante a eleição teremos uma “ira santa” contra a incompetência do governo petista.

Sr. Presidente, para concluir, requiero que a matéria citada passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Alckmin: ‘Vai ter ira santa na eleição’

Pré-candidato tucano diz a empresários que o povo está frustrado com o governo e vai reagir em outubro

Ana Paula Scinocca  
Cida Fontes

Após o conselho político de sua campanha se reunir pela primeira vez para aparar arestas, o pré-candidato do PSDB a presidente, Geraldo Alckmin, disse ontem à noite para um grupo de 220 empresários, em São Paulo, que a população está frustrada com o governo Lula e reagirá. “Vai ter uma ira santa na eleição. As pessoas estão decepcionadas, há indignação”, afirmou ele, durante discurso de cerca de meia hora. Cada empresário desembolsou R\$ 3 mil para participar do evento, no Restaurante Gallery Oggi, nos Jardins.

Alckmin voltou a chamar o governo Lula de “frouxo” eticamente, uma administração de “amigos, companheiros e cupinchas”. “O País está paralisado,

o governo acabou antes da hora”, destacou. Para ele, se o Brasil tivesse um sistema parlamentarista, Lula já teria deixado o governo. “Mas infelizmente temos um modelo engessado.”

Em seguida, o presidencialista ressaltou que um segundo mandato de Lula poderá ser ainda pior. “Se não fez reforma em quatro anos, por que vai fazer num segundo mandato, que já começa terminando?”, indagou. Nesse cenário, disse ele, o País continuará “em último na fila”. “Um segundo governo pode ser ainda pior, com base menor de governabilidade.”

Apesar das duras críticas ao adversário, Alckmin utilizou a maior parte de sua fala para explicar a onda de violência que

atingiu São Paulo. Para ele, os atentados promovidos pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) foram uma reação à política dura do governo paulista com os criminosos.

“Às vezes não há rebelião porque há paz acordada: você faz de conta que eu não te vejo e você faz de conta que não me vê. Em São Paulo, não”, afirmou ele, recordando a decisão do governo paulista de isolar 745 líderes criminosos. “Se não enfrentarmos o crime, vai virar Farc”, anotou, referindo-se ao grupo guerrilheiro Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Alckmin usou do bom humor quando disse ter certeza de que chegará ao segundo turno, mas terá de suar a camisa. “Outro

dia eu estava em Campo Grande na Micarandi. Imagine eu, que não tem nada a ver com carnaval. Candidato sofre.”

## CONSELHO

Ontem à tarde, em Brasília, o conselho político da campanha de Alckmin discutiu ontem os rumos da candidatura por quase três horas. No encontro, PSDB e PFL resolveram investir na ampliação das alianças partidárias, dar prioridade aos parlamentos estaduais e concentrar a campanha em 80 municípios considerados polos importantes na formação de opinião. Alckmin saiu de lá dizendo que um eventual segundo mandato de Lula seria um “pesadelo”.

O conselho também decidiu reagir ao suposto uso da máquina pública em favor da reeleição de Lula. “Não podemos continuar nessa mesmice, um governo autoritário na sua maneira de agir, sem espírito republicano. A utilização da máquina pública jamais vista, fora de qualquer critério de razoabilidade, uma publicidade à custa do dinheiro público”, atacou o pré-candidato tucano.

Na reunião de ontem, os aliados do PSDB e PFL resolveram também estabelecer uma ação política clara em Minas Gerais e em São Paulo, os dois Estados mais populosos, onde o PSDB tem candidatos competitivos a governador. Segundo Alckmin,

seu programa de governo começou a ser discutido.

Na avaliação do ex-governador, a reunião do conselho serviu para pacificar a aliança. “Agora estamos unidos”, disse. “Estou absolutamente zen.”

Foi realizado um balanço da campanha em maio e uma avaliação positiva dos resultados das pesquisas. Pela primeira vez, Alckmin se sentou à mesa com as cúpulas do PSDB e do PFL – que passaram as duas últimas semanas trocando farpas publicamente – com o objetivo de efetivamente dar um rumo à campanha e buscar sintonia. ●

**A SRª LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o IBGE divulgou recentemente pesquisa mostrando que aproximadamente 14 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2004 e que 72 milhões estão em situação de insegurança alimentar. Os números refletem a derrota de um governo que fez do combate à fome uma de suas principais propostas.

Sr. Presidente, é nesse contexto que faço o registro do editorial do jornal **O Globo** intitulado “Falta de foco”, publicado em sua edição de 19 de maio do corrente. Segundo o editorial, “A baixa eficácia das políticas sociais de Lula tem origem num erro de filosofia. Todas elas se têm revelado formas mais ou me-

nos disfarçadas de assistencialismo”. O artigo afirma, ainda, que é preciso “atender a quem de fato precisa, sem paternalismo e desperdício”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o editorial acima citado passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# O GLOBO

## Falta de foco

**O** mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está chegando ao fim e 14 milhões de brasileiros passam fome. Sequer são atendidos pelo Bolsa Família, que atende a 11 milhões de famílias, e sob o qual estão os programas sociais do governo. Essa melancólica realidade, revelada por pesquisa que o IBGE acaba de divulgar, é uma derrota para uma administração que fez do combate à miséria o seu grito de guerra. Repita-se: em 3,3 milhões de domicílios, pelo menos um morador não teve o que comer nos 90 dias anteriores à visita do recenseador. Já foi pior, é verdade. E também nem de longe se confirma o contingente de 50 milhões de famélicos que o PT brandia nos tempos de oposição.

Percebe-se com facilidade que a raiz do problema está mais na falta de planejamento do que de recursos — o que leva o governo federal a perder o foco da ação e a desperdiçar verbas e boas intenções. Se os diversos programas de assistência social fossem mais bem concebidos e executados, parte dos bilhões de reais neles investidos — melhor seria dizer malbaratados — poderia ser liberada para outras áreas cruciais, como educação, saúde e obras de infra-

estrutura. Principalmente a educação básica, sem a qual não haverá ascensão social e melhoria duradoura e efetiva do padrão de vida dos pobres.

A baixa eficácia das políticas sociais de Lula tem origem num erro de filosofia. Todas elas se têm revelado formas mais ou menos disfarçadas de assistencialismo. O Estado não pode se comportar como um pai rico e magnânimo, indefinidamente responsável pela subsistência dos filhos — porque não tem condições materiais e nem é essa a razão de existirem Estados nacionais. Programas sociais não devem ser confundidos com esmolas, porque esmolas não alimentam nem fortalecem a cidadania. E, para a saúde e a sobrevivência do Brasil, seus pobres não podem ser vistos, fatalistamente, como eternos dependentes — ou como um exército numeroso e estrangalhado de famintos, analfabetos e desempregados, sem perspectiva de ascensão. Para ter êxito no socorro aos necessitados, o governo precisa racionalizar os programas sociais, e cobrar daqueles que socorre o compromisso de se esforçarem para sair da condição de necessitados. E atender a quem de fato precisa, sem paternalismo e desperdício.

---

**Bolsa Família não atinge a população para a qual foi criado**

---

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Parlapatice desbragada”, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 07 de junho do corrente.

O texto primoroso diz, entre outras verdades, sobre o governo petista, que “Pensar, mesmo, e agir com empenho, só quando a questão a ser resolvida de uma vez por todas é a da sua permanência no Planalto por mais quatro anos. Ou quando o problema é persuadir a sociedade de sua completa inocência no escândalo do mensalão e da impossibilidade de saber o que faziam, não raro as cercanias de seu gabinete, os companheiros integrantes da “sofisticada organização criminosa” de que fala o Procurador-Geral da República”.

“Para compensar uma inação que manifesta todos os sintomas de laborfobia, ele produz factóides por atacado, em eventos coreografados por colaboradores pagos com o dinheiro do contribuinte para exhibir um Chefe de Estado que, a rigor, não existe.”

Sr. Presidente, requeiro que o editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento e que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Parlapatice desbragada

Quaisquer que sejam as realizações que o governo acredite que tenha a mostrar aos brasileiros, faltando meio ano para o término do mandato que o presidente Lula deseja ardentemente que seja apenas o primeiro, a modernização e o desenvolvimento da infra-estrutura física do País definitivamente não figuram entre elas. Mas que diferença faz? No Planalto, a quatro meses das eleições, Lula parece imitar, sem dramas de consciência aparentes, o jornalista fictício do clássico *O homem que matou o facínora*, filmado por John Ford, que ensinava que se deve publicar a lenda sempre que ela seja mais conveniente do que a realidade. E as lendas que o presidente da República propaga com a maior sem-cerimônia – ou melhor, em sucessivas cerimônias-comício – são as das obras que ele se vangloria de tocar, fazendo o que os antecessores não fizeram.

A diferença entre fato e mito, no caso, é que Lula não inaugura obras: inaugura intenções ou, quando muito, início de obras, e isso no último semestre do seu período de governo – mais uma singularidade desse presidente que não deve ter passado um único dia desde que se instalou no Planalto sem pensar na reelei-

ção e ainda hoje tem o desprante de não assumir a recandidatura, mesmo quando se reúne e torna a se reunir com hierarcas do PMDB para oferecer ao partido a vaga de vice. O mais recente exemplo da desbragada parlapatice presidencial foi o anúncio, anteontem, do plano de desenvolvimento sustentável da área cortada pela Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) no Pará. “Eu não prometi (construir a estrada, na campanha de 1989) porque era contar uma mentira. E depois de tantos anos estamos aqui falando da BR-163”, discursou Lula, pondo as palavras de ponta-cabeça.

Ele começou a falar do plano da BR-163 em fevereiro do ano passado, numa tentativa de rebater as críticas à omissão federal que teria conduzido ao assassinio da missionária americana Dorothy Stang. E só voltou a falar do assunto em fevereiro deste ano, dessa vez numa solenidade para anunciar a criação de um distrito florestal de 16 milhões de hectares destinado a impedir que a pavimentação da rodovia provocasse o aumento do desmatamento na região. Agora, na sua terceira incursão oral pelo te-

ma, o sentido de missão cumprida que transbordava de sua retórica encobria a singela verdade de que o asfaltamento de há muito esperado ainda depende de uma parceria público-privada a ser formalizada e que a obra levará pelo menos dois anos para ficar pronta. Outra parlapatice, ventilada na mesma segunda-feira, dava como líquida e certa a conclusão do Ferroanel, uma via férrea de 125 km ao redor da capital paulista, para transporte de carga.

Numa exibição de duplimentar que teria feito a delícia do escritor inglês George Orwell, Lula disse que “estamos pensando em resolver definitivamente a questão do Ferroanel” – indiferente à distância entre o pensar e o resolver os problemas, mesmo que não definitivamente, uma das marcas salientes de sua gestão. A verdadeira história da obra é prova disso. Tão logo assumiu, em 2003, o governador Geraldo Alekmin pediu ao então ministro dos Transportes, Anderson Adauto, participação federal no projeto de término do anel ferroviário. Em outubro daquele ano, União e Estado assinaram um convênio para esse fim. “Fizemos

até algumas reuniões”, lembra o agora candidato tucano à Presidência, “mas nada saiu do papel.” É assim que o presidente se põe a pensar em resolver definitivamente as grandes questões da vida real que dele dependem.

Pensar, mesmo, e agir com empenho, só quando a questão a ser resolvida de uma vez por todas é a da sua permanência no Planalto por mais quatro anos. Ou quando o problema é persuadir a sociedade de sua completa inocência no escândalo do mensalão e da sua impossibilidade de saber o que faziam, não raro nas cercanias de seu gabinete, os companheiros integrantes da “sofisticada organização criminosa” de que fala o procurador-geral da República. Para compensar uma inação que manifesta todos os sintomas de laborfobia, ele produz factóides por atacado, em eventos coreografados por colaboradores pagos com o dinheiro do contribuinte para exhibir um chefe de Estado que, a rigor, não existe. “Esse é o trololô eleitoral de Lula”, resumiu o ex-prefeito José Serra. Às vezes, a inércia vem para o bem. Poupo o Nordeste, por exemplo, da transposição do São Francisco – algo que merece ficar definitivamente no terreno do trololô.



**O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para fazer o registro do artigo intitulado “Humilhação continuada”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 24 de maio do corrente.

O artigo faz referência ao contencioso entre Bolívia e Brasil envolvendo a questão da nacionalização do petróleo e mostra como foi a reação do governo Lula diante das medidas adotadas pelo presidente boliviano, Evo Morales.

Em síntese, o artigo afirma que “Tivesse o governo brasileiro reagido com a devida firmeza quando Morales o deixou com a cara no chão ao assinar em 1º de maio o seu ‘decreto supremo’, a crônica das relações do Brasil com a Bolívia e a Venezuela não

seria a da humilhação dessas três semanas – do que a ida do chanceler Amorim a La Paz foi apenas mais um capítulo”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL **O ESTADO DE S. PAULO** DIA/MÊS/ANO: 24 mai. 06

## Humilhação continuada

**E**stado-cliente da Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales se comporta com desenvoltura de grande potência no seu contencioso com o Brasil – e não perde oportunidade de carregar nas tintas desse quadro surrealista. Anteontem, em Brasília, numa reunião com uma centena de líderes evangélicos, o presidente Lula pediu orações para a Bolívia, “um país muito pobre, que precisa de ajuda” – quando são as relações do Brasil com o país vizinho que precisam urgentemente de intervenção divina para voltar aos eixos. A falência dos recursos diplomáticos convencionais, no caso, ficou de novo patente nesse mesmo dia em La Paz, onde o chanceler Celso Amorim se reuniu, na presença do seu homólogo boliviano David Choquehuanca, com o presidente Morales.

O titular do Itamaraty fez o que pôde para que os seus interlocutores entendessem que o Brasil não considera águas passadas a forma como Morales nacionalizou o gás e o petróleo bolivianos – sem avisar o “irmão mais velho” Lula da Silva e com a ocupação militar de uma instalação da Petrobrás, para esfregar sal na ferida alheia e se mostrar *muy macho* perante

os seus. “O presidente Evo Morales sabe o que pensamos”, afirmou Amorim numa entrevista, “e (conhece) a sensibilidade desse assunto para o Brasil.” Ainda assim, o diplomata viajou a La Paz não para externar indignação, mas para restabelecer a “racionalidade”, como tem dito, no relacionamento bilateral. Para isso, moveu duas peças: recusou-se a discutir a questão técnica do preço de gás (“o importante é o enquadramento político”) e deixou consignado que Brasília demanda que a Petrobrás seja indenizada.

No entanto, ouviu publicamente de Choquehuanca que o seu governo não arreda pé do argumento de que a Petrobrás já obteve o retorno dos seus investimentos, não havendo assim por que indenizá-la caso as negociações com os seus interlocutores bolivianos levem a nada até a data fatal de 1º de outubro, obrigando a empresa a sair do país. As contas da estatal passarão por uma auditoria boliviana – e não de especialistas independentes, como quer Amorim –, cujos resultados não são difíceis de prever. Além disso, o chanceler saiu de mãos abanando também da dis-

cussão sobre o futuro dos 2 mil agricultores e extrativistas brasileiros sem titulação comprovada das áreas que ocupam na região fronteiriça de Pando, do outro lado do Acre.

Enquanto Amorim fala em resolver essa outra questão “de forma construtiva” – nem sequer precisando lembrar que muitos dos 80 mil bolivianos em território brasileiro são “indocumentados”, como se diz eufemisticamente nos Estados Unidos –, Choquehuanca foi curto e grosso. “Os ilegais, sejam brasileiros ou bolivianos, terão de ser desalojados”, avisou na entrevista à imprensa, ao lado de Amorim. O governo de La Paz se comporta como o do imaginário país da clássica comédia de Hollywood, *O rato que rugiu*, por ter tomado gosto pelos petrodólares do coronel Hugo Chávez, convertendo a Bolívia em satélite venezuelano. A estatal Petroleos de Venezuela (PDVSA) se prepara para participar de quase toda a cadeia do setor boliviano de hidrocarbonetos. A empresa poderá investir no país até US\$ 1,5 bilhão – ironicamente, o mesmo valor que a Petrobrás aportou ali.

Além de servir para desalojar a Petrobrás,

o dinheiro venezuelano irrigará outras atividades e programas sociais na Bolívia, como será anunciado esta semana em La Paz, na terceira visita de Chávez ao país desde a posse de Morales, em janeiro. Tamanho o pouco-caso do coronel com o que possa achar o presidente Lula que ele convidou representantes de grandes empresas brasileiras a acompanhá-lo nessa viagem, noticiou ontem o jornal *Valor*. Numa reunião reservada, no Itamaraty, os empresários foram informados de que a iniciativa causou profunda irritação no Planalto. Trata-se, de fato, de um acinte: caso as empresas invistam na Bolívia, Chávez – e não Lula – é quem ficará com a paternidade de uma iniciativa favorável ao desenvolvimento boliviano. Não por acaso, as grandes firmas abordadas têm interesses na Venezuela ou pretendem fazer negócios no país.

Tivesse o governo brasileiro reagido com a devida firmeza quando Morales o deixou com a cara no chão ao assinar em 1º de maio o seu “decreto supremo”, a crônica das relações do Brasil com a Bolívia e a Venezuela não seria a da humilhação dessas três semanas – do que a ida do chanceler Amorim a La Paz foi apenas mais um capítulo.

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** de 24 de maio do corrente intitulada “Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro”.

A matéria destaca a opinião do Senador petista Eduardo Suplicy, que faz declaração sobre o encontro entre Bastos e Dantas: “é melhor que tenhamos as informações completas. Pode haver reuniões na casa de senadores. O importante é que as partes envolvidas esclareçam o que foi conversado e, se é do interesse

público, que os presentes dêem transparência total ao conteúdo”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro

**MALU DELGADO**  
DA REPORTAGEM LOCAL

Fator de irritação da cúpula do PT por seus sucessivos questionamentos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), agora, quer explicações detalhadas sobre o encontro do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, com o dono do banco Opportunity, Daniel Dantas.

Antes, ele assinou o requerimento de criação da CPI dos Correios, foi a favor da convocação do caseiro Francenildo Costa na CPI dos Bingos e mandou há duas semanas carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que sugere o comparecimento dele ao Congresso para falar sobre a crise política e atual conjuntura.

Ontem, no entanto, ele votou contra a convocação de Dantas pela CPI dos Bingos. A seguir, trechos da entrevista:

★

**FOLHA** - Qual sua opinião sobre o encontro entre Daniel Dantas e o ministro Márcio Thomaz Bastos?

**EDUARDO SUP LICY** - Liguei para o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), porque a reunião foi na casa dele. O assunto Daniel Dantas foi objeto de perguntas e questionamentos na CPI dos Correios. Sinceramente, não estou persuadido de que há necessidade de outra CPI. São informações frágeis [denúncias sobre supostas contas de petistas no exterior]. Sobre o encontro, eu próprio avalio que seja melhor que tenhamos as informações completas. O senador Heráclito me disse que faz questão de contar o que ocorreu na casa dele. Pode haver

reuniões na casa de senadores. Agora, o importante é que as partes envolvidas esclareçam o que foi conversado e, se é do interesse público, que os presentes dêem transparência total ao conteúdo.

**FOLHA** - Ao longo da crise, o sr. pensou em deixar o PT?

**SUP LICY** - Não. Sou a favor da fidelidade partidária. Não teria vontade nenhuma de deixar o PT ao longo do meu mandato.

Prefiro continuar a batalhar para que o PT seja o partido cujos objetivos e metas maiores sempre me entusiasmarão: a luta pela democracia, por ética na política e por realização de justiça em nosso país. Uma das razões pelas quais eu sou do PT é porque eu gosto muito de desvendar a verdade. É humano. É um princípio de vida.

**FOLHA** - O que levou o PT a cometer desvios éticos?

**SUP LICY** - Uma das razões é que alguns viram que, uma vez obtida a Presidência, era preciso assegurar-la por todos os meios.

**FOLHA** - O presidente Lula já perdeu a paciência com o sr.?

**SUP LICY** - Em alguns momentos eu sei que sim. Mas, em ele me dando a oportunidade de explicar olho no olho o que eu tenho feito, tenho a convicção de que, como amigo, ele vai respeitar.

**FOLHA** - Com a crise em São Paulo, segurança pública será um dos principais assuntos da campanha. Como o sr. analisa o ocorrido e quais bandeiras defenderá?

**SUP LICY** - Na minha avaliação, é muito importante que percebamos que todos somos responsáveis pelo que aconteceu. Precisamos ter espírito suprapartidário e de cooperação das autoridades estaduais, munici-



Sobre o encontro [entre Bastos e Dantas], é melhor que tenhamos as informações completas. Pode haver reuniões na casa de senadores. O importante é que as partes envolvidas esclareçam o que foi conversado e, se é do interesse público, que os presentes dêem transparência total ao conteúdo.

**EDUARDO SUP LICY**  
senador (PT-SP)

pais e da União para resolver os problemas. Na segunda-feira passada eu liguei para o governador Cláudio Lembo e expressei minha solidariedade e me coloquei à disposição para trocarmos idéias sobre o episódio. Eu pretendo dar muito mais ênfase à resolução das raízes que causam tanta violência, com os programas que defendo da renda básica de cidadania, do que dar tanta ênfase a se aumentar de um para três anos o isolamento dos presos. Eu temo um pouco por esses excessos de isolamento dos detentos porque eu fico pensando se não poderão levá-los a se tornar piores, senão à loucura. Vou dedicar meu tempo defendendo a reforma agrária, expansão do microcrédito e passagem gradual do Bolsa-Família para a Renda Básica de Cidadania.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 26 de maio do corrente.

A matéria destaca que “Dois meses após o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, ter denunciado 40 pessoas suspeitas de envolvimento com o mensalão, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não conseguiu notificar todos os investigados”.

Por fim, Sr. Presidente, requiro que a referida matéria passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## OS 40 DO MENSALÃO

# Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra

Dois meses após denúncia do MP, há acusados ainda não notificados

**Mariângela Gallucci**  
BRASÍLIA

Dois meses após o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ter denunciado 40 pessoas suspeitas de envolvimento com o mensalão, o Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não conseguiu notificar todos os investigados. En-

tre os que não foram encontrados até agora está o deputado cassado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, que esteve ontem em Brasília para se reunir com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e frequentemente dá palestras e participa de eventos públicos. Além de Dirceu, os oficiais de Justiça também não conseguiram noti-

ficar o deputado José Janene (PP-PR) e os ex-deputados Pedro Corrêa e Paulo Rocha.

A informação de que o paradeiro de Dirceu era “desconhecido” foi dada ontem pelo relator dos dois inquéritos que tramitam no STF sobre o mensalão, ministro Joaquim Barbosa. Ele também contou que, antes de apresentar a denúncia, o pro-

curador pediu a prisão de pessoas ligadas ao esquema, incluindo o publicitário Marcos Valério, sua mulher e sócios. Indagado se também teria sido requisitada a prisão de Dirceu, Barbosa acenou afirmativamente com a cabeça. Em seguida, questionado se realmente havia sido pedida essa prisão, ele disse que não fulanizaria.

Barbosa adiantou, porém, que rejeitou todos os pedidos de prisão. Segundo ele, a prisão preventiva não pode ser utilizada como uma antecipação de cumprimento de pena.

Ele observou que é necessário que existam de fato motivos para a prisão, como risco de fuga ou de cometimento de novos crimes. “Os requisitos (*de prisão preventiva*) são muito rigorosos”, disse. “A prisão cria dificuldades processuais. Se decretar a prisão de um grupo desses, imagina o inferno que viraria (*o tribunal*). O plenário não faria outra coisa a não ser julgar *habeas corpus*”, afirmou.

### ENDEREÇO

Segundo Barbosa, “as notificações não foram realizadas porque as pessoas mudaram de endereço. Ele (Dirceu) é um de-

les”, afirmou o ministro. O ministro do STF disse que caberá ao procurador-geral, o autor da denúncia, localizar os investigados e, se eles não forem encontrados pelos oficiais de Justiça, serão notificados por edital. Se não aparecerem mesmo assim, o inquérito tramitará à revelia.

Entre as 40 pessoas denunciadas há 11 que moram ou já moraram em Brasília. Outras 29 residem em 7 Estados e estão sendo notificadas pela Justiça. Informados oficialmente sobre a denúncia, terão um prazo de 15 dias para apresentar a defesa ao Supremo.

A grande quantidade de denunciados é um dos motivos para o atraso na tramitação do inquérito, que tem cerca de 40 mil páginas. Cada pessoa que é notificada também recebe uma cópia do inquérito. ●



**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores

Tem razão o candidato tucano Geraldo Alkmin ao dizer que o governo do PT “deixou o Brasil vermelho de vergonha” e que nunca houve no País “tanta desfaçatez e tanto banditismo em esferas tão altas da República.”

Vergonha, sim, é o que sente todo brasileiro, num simples abrir do jornal diário ou da leitura das revistas semanais. De fato, nunca houve no Brasil tanta corrupção comandada nos altos escalões da República, num Governo que, eleito para dirigir o País, armou esquemas satânicos de falcruas.

A vergonha a que nos sujeita o Governo petista está no ar, na terra, no mar, em qualquer lugar. Ao léu, basta ler as manchetes do dia:

**Agora candidato, Alckmin endurece:**

‘Onde está o chefe dos 40 ladrões?’

O povo sabe. O povo não é como o Presidente, que sempre diz de nada ter ciência.

Outra manchete, esta do cinismo do grupo do Planalto:

**Governistas dizem não temer devassa**

É aguardar para ver. Não tem essa de não investigar. Não tem, mesmo! Se eleito, o Governo Alkmin não será como o atual, que empenha a alma ao diabo para evitar CPIs.

Outra, do lado cínico do Brasil:

**Mercadante pede 2<sup>a</sup> chance para acusados**

**Candidato afirma que mensaleiros serão julgados pelo povo nas urnas.**

Não é por aí. Era só o que faltava. Mensaleiros pedindo voto? Estão todos na marca do penalty e o mais que deveriam fazer é esperar o julgamento no Supremo. Nas urnas, definitivamente, não! O País quer varrer do mapa esses e outros corruptos.

Quer, mesmo!

Para um dia ler as notícias sem corar de vergonha pelo quê de roubalheira foi praticado por esse grupelho.

Para um dia ler notícias diferentes dessas de hoje, num cenário sem violência, que o Governo Petista de Lula assiste indolente e até afagando a cabeça de marginais, como no caso do MST e suas derivações.

O Brasil está cansado de tanta inação. O atual Governo nada realiza e limita-se a entoar loas ao cenário de inflação controlada, sem saber, agora sim,

de verdade, que os êxitos na economia resultam do bom Governo FHC.

Mais aspas da vergonha:

**Ex-cliente liga Rastos a conta no exterior**

Engenheiro afirma ter pago, em 1993, US\$4 milhões no exterior para o atual Ministro da Justiça, que nega a transação.

PF abriu investigação em 2003, mas arquivou o caso em 2004 sem ter ouvido o ministro nem quebrado os sigilos das empresas citadas.

É o rosário da vergonha.

A **Veja** desta semana está repletas de notícias que fazem o brasileiro corar. De Vergonha.

Começa pela capa:

Aí está dito o que todos os brasileiros sabem, que o Governo Lula pensa que pode negar e que infelicita a vida de todos nós:

**Os PTbulls**

**Financiados pelo Governo e chefiados por um dirigente do partido, os agitadores que depredaram o Congresso Nacional são apenas um dos grupos que se comportam como o bravo armado do PT.**

Aí está: braço armado do PT.

É de se indagar: vale repetir essa gente, para mais quatro anos de bagunça, roubalheira e corrupção sortida?

A resposta é não! O Brasil não quer de novo um Governo que tem **braços armados**, esses grupos de desordeiros que intranquilizam a vida das nossas populações. O povo ordeiro, o Governo petista é pro-violência, pro-roubo, pro-indecência.

Mais aspas envergonhadas:

**Lula liberou R\$5,6 mi para entidade do MLST**

**Os líderes Bruno Maranhão e Lima assinaram três dos quatro convênios entre o governo e a Anara.**

Outro título, também com aspas da vergonha. Está num jornal de Curitiba (**Gazeta do Povo**):

**“Mensaleiros” do PT serão candidatos**

Lista inclui o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci e o ex-presidente do partido José Genoíno

Belo presente de Copa do Mundo! Há quem ache que até as urnas de 1<sup>o</sup> de outubro vão corar de vergonha!

Encerro, Senhor Presidente, com um misto de fé na remoção do entulho que o Governo petista acu-

mulou neste País, mas sem deixar de lamentar todo esse quadro de vergonha com o qual estamos sendo obrigados a conviver.

O partido do Presidente Lula sai em campo, com seus candidatos, como se nada de anormal o tivesse envolvido ao longo desses quase quatro anos de mandato. Engana-se o Presidente se acha que o povo aceita coisas como essa de dar a legenda a candidatos-mensaleiros. Engana-se redondamente. O povo está de olho e o número de **e-mails** que a todo instante chegam ao meu gabinete. Leio um deles, recebido esta manhã.

Vem de São Paulo, enviado por Sidnei:

Mensagem original

De: Sidnei A. Francisco

[mailto: sidneifrancisco@uol .com .br]

Enviada em: segunda-feira, 12 de junho de 2006  
12:37

Para: Sen. Arthur Virgílio Neto

Assunto: formação de quadrilha

**Senador Arthur Virgílio,**

**O PT não poderia ter escolhido data mais própria e emblemática para a convenção nacional que vai homologar a candidatura do Chefe para mais um mandato: 24-6-2006 – Dia de São João.**

Haveria melhor dia para iniciar a formação da quadrilha?

**Sidnei Francisco**

**São Paulo – SP**

O brasileiro não perde, felizmente, o bom humor, como nesse outro **e-mail**:

Vem de algum lugar do Brasil, enviado por Joe Rego, e diz:

Senador, vejo que nem o fenômeno Ronaldo consegue atingir o Presidente. Apesar de Lula, a blindagem desse homem é fenomenal. Sucesso de **marketing** da mais baixa qualidade e da mais alta blindagem. Sugi-ro, então, à indústria bélica brasileira a criação de um blindado com o nome de Lula, como os blindados anteriores: Carcará e Urutu.

Sugestão à parte, essa inoportuna tentativa de **marketing**, com a tal de videoconferência, é bem reveladora de como pensam nossos dirigentes.

Ninguém poderia imaginar uma agressão gratuita como a de que foi vítima o fenômeno Ronaldo. À grosseria, o técnico Parreira soube reagir com elevação, ao dizer que ele (Ronaldo) está forte.

Foi um autêntico tapa de lula de pelica, que, de tão incômoda, obrigou o Presidente a tentar se desculpar. Poderia dormir sem essa.

Senhor Presidente,

Estou anexando a este pronunciamento o noticiário de hoje sobre o Mundo Petista, incluindo a íntegra da matéria de capa da revista **Veja**.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso  
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

**ELEIÇÕES 2006**-Lista inclui o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci e o ex-presidente do partido José Genoíno

## “Mensaleiros” do PT serão candidatos

São Paulo – Importantes políticos do PT atingidos pelas denúncias de corrupção que afetaram a legenda e o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foram

homologados como candidatos do partido a deputado federal por São Paulo, durante a convenção regional, realizada ontem no Palácio das Convenções do Parque Anhembi.

A lista de candidatos inclui o ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci, o ex-deputado e ex-presidente da agremiação partidária José Genoíno e o ex-presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que se candidatará à reeleição, depois ter sido absolvido em plenário em processo de cassação motivado pelo seu envolvimento no chamado escândalo do mensalão.

O presidente estadual do PT, Paulo Frateschi, informou que Palocci ainda deverá confirmar, até o próximo dia 30, sua intenção de concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. Mas, segundo ele, o ex-ministro autorizou a inclusão de seu nome na lista de candidatos, com a ressalva de que precisava de mais tempo para confirmar sua participação na disputa. Palocci não compareceu à convenção, ao contrário de Genoíno que marcou presença, mas evitou dar entrevistas em sua chegada. “Se ele decidir, a gente não registra a candidatura”, disse Paulo Frateschi.

Ao todo, são 58 postulantes à Câmara dos Deputados e 118 à Assembléia Legislativa. Outro deputado federal acusado de envolvimento no mensalão e igualmente absolvido pela Câmara é o deputado José Mentor, homologado para disputar a reeleição.

Também absolvido, o professor Luizinho é mais um deputado que buscará a reeleição, assim como a deputada Ângela Guadagnin, ex-integrante da Comissão de Ética que protagonizou a chamada “dança da pizza” ao comemorar a absolvição de João Paulo Cunha. “Aquele episódio acabou levando meu nome para outras regiões do estado”, declarou a deputada.

Da atual bancada petista no Legislativo federal, também vão disputar a reeleição os deputados Ricardo Berzoini, presidente nacional do partido, José Eduardo Martins Cardozo, Arlindo Chinaglia, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Entre os candidatos a deputado estadual, está a militante do MST na região do Pontal do Paranapanema, Diolinda Alves, mulher do líder José Rainha. Paulo Rocha – que renunciou antes da cassação –, Josias Gomes e João Magno, que sacaram das contas de Marcos Valério, serão candidatos no Pará, na Bahia e em Minas.

No auge da crise, o atual ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que na época presidia interinamente o PT, afirmou que o partido não daria legenda aos deputados que sacaram dinheiro das contas do valerioduto. Mas, segundo o senador Aloízio Mercadante, homologado como candidato do PT ao governo de São Paulo nas eleições de outubro, o partido acertou ao dar a legenda e permitir que os acusados se expliquem à população.

“Os erros foram graves, as críticas foram implacáveis. Ao dar a legenda, o partido está dando oportunidade de eles se defenderem, discutirem com a opinião pública o que aconteceu. O povo vai julgar comparando os erros e a biografia de cada um”, afirmou.

O senador Eduardo Suplicy, que teve homologada sua candidatura à reeleição, procurou justificar seu comportamento no Congresso, afirmando que, embora suas declarações e atitudes às vezes sejam vistas com preocupação pelos petistas, ele se dirige ao partido e explica que suas posições são compatíveis com “os pilares históricos” do PT. Ele argumentou que defende sempre a busca de um diálogo de alto nível entre Executivo e Legislativo e elogiou o PT por ter realizado prévias para a disputa do governo de São Paulo. Para Suplicy, com isso o PT deu uma demonstração de democracia.

Brasil

## Insulto à democracia

**No mais violento ataque ao congresso nacional desde a ditadura militar, 500 sem-terra mostram todo o seu desprezo pelo símbolo da democracia - e colhem uma crítica pífia, apenas protocolar, do PT e do presidente Lula**

.....  
Julia Duailibi e Otávio Cabral

As imagens de 500 militantes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra invadindo e depredando as dependências do Congresso Nacional parecem, à primeira vista, conformar um ato tresloucado. Carregando pedras, galhos de árvore, pedaços de concreto e cones de trânsito, eles invadiram o Anexo 2 da Câmara dos Deputados e saíram quebrando tudo que viam pela frente. Viraram e destruíram um automóvel que estava em exibição para um sorteio dos funcionários, quebraram portas de vidro blindex, terminais de auto-atendimento, computadores, câmeras de circuito interno. Aos gritos de “o povo unido jamais será vencido”, atropelaram uma exposição de plantas e outra de fotografias, deceparam a cabeça do busto de bronze do ex-governador de São Paulo Mario Covas (1930-2001) e fizeram pelo menos 28 feridos – um deles, Normando Fernandes, funcionário da segurança da Câmara, foi atingido com um pedaço de concreto na cabeça, sofreu traumatismo craniano e ficou dois dias na UTI entre a vida e a morte. Só vândalos fazem isso. Mas as cenas da terça-feira da semana passada não se limitam à barbárie. Elas são ao mesmo tempo um insulto e um teste do grau de tolerância da democracia brasileira.

Por serem contra o Congresso Nacional, contra a casa das leis, a casa do povo, contra

o poder que simboliza a democracia e a liberdade, os sem-terra do MLST fizeram um ataque frontal à consciência democrática. Talvez seja a mais violenta e acintosa agressão à democracia desde que a ditadura militar fechou as portas do Congresso Nacional, em abril de 1977. "Eles atacaram em Brasília, no coração do poder, no Congresso Nacional, que é o poder mais aberto da República. Quebraram tudo para deixar marca. Deixam marcas como ameaça de que podem voltar", afirma o jurista Paulo Brossard, ex-ministro da Justiça, que foi um dos mais lúcidos combatentes do regime militar. Por que os sem-terra atacaram o Congresso? Porque a reforma agrária não avança, os assentamentos estão parados? Porque são marginalizados, ninguém os ouve, não têm acesso aos parlamentares, ao presidente da República, ao Palácio do Planalto? Nada disso. Eles têm representantes no Congresso, recebem verbas públicas e são recebidos pelo presidente Lula no Palácio do Planalto. O petista Bruno Costa de Albuquerque Maranhão, o líder do MLST e do quebra-quebra da semana passada, foi recebido duas vezes por Lula no Palácio do Planalto, uma em julho de 2004 e outra em novembro do ano passado. Portanto, a resposta é outra: os sem-terra promoveram a baderna contra o alvo determinado porque em sua cartilha e em sua visão de mundo não existe lugar para o Congresso. Também não existe lugar para a liberdade de expressão, para universidades livres, para laboratórios de pesquisa ou para progresso científico.

Os líderes dos sem-terra e seus protetores no governo são acometidos do "mal de Marxzheimer", doença social que produz miséria física e mental. Ele envenenou todo o século passado. A doença foi debelada na Europa quando, minada pelo espírito libertário dos cidadãos, a União Soviética se derreteu. O mal sobrevive apenas em sua forma tropical. Seus sintomas são a hipocrisia, a estupidez, a preguiça e a violência. Ele se alimenta de verbas públicas e de inocentes úteis. No governo Lula transformou-se em uma verdadeira epidemia. O remédio? Não existe cura definitiva para o mal de Marxzheimer. Sem verbas públicas, ele definha mas não morre. Exposição à luz diminui a virulência dos efeitos. Mas o máximo que a profilaxia consegue é fazê-lo cristalizar-se como certos vírus, estado dormente em que aguarda até atacar outra vez a democracia representativa, os laboratórios de pesquisa, as empresas, enfim, tudo o que signifique progresso, prosperidade e melhoria de vida para a maioria. Eta doença!

Os sem-terra agem com patrocínio do próprio governo federal. Na semana passada, descobriu-se que uma tal Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), entidade fundada por militantes do MLST, recebeu 5,7 milhões de reais do governo. O primeiro repasse, de 75.000 reais, foi feito ainda no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Depois disso, a Anara ficou três anos sem receber um tostão do governo, mas a partir de 2004 seus cofres passaram a ficar abarrotados com doações na casa do milhão. Só naquele ano, o governo despachou 1,4 milhão de

reais para a Anara. No ano passado, foram mais 3,2 milhões. Agora, já foi pouco mais de 1 milhão de reais, sempre a título de "reestruturação econômica, social e cultural de assentamentos". Com isso, é o próprio governo que sustenta o MLST e seus abusos. Em artigo publicado na semana passada, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg foi direto ao ponto: "A violência contra leis e regras sociais acaba financiada pelos impostos pagos pela sociedade".

Sim, já surgiram indícios de que até mesmo o quebra-quebra pode ter sido diretamente financiado pelos impostos pagos à União. Na agenda de Bruno Maranhão, apreendida pela polícia, há várias anotações com os preços da manifestação e, ao lado de alguns números, lê-se: "União financia". A relação financeira do governo com as entidades de sem-terra é sempre por vias tortas porque esses movimentos são quase clandestinos. Eles não existem oficialmente. Não são registrados na Receita Federal, não aparecem na Junta Comercial, não possuem sequer um cadastro de pessoa jurídica. Tudo para poder viver às margens da lei e, assim, fugir da responsabilização judicial por seus atos. Ao aceitar repassar dinheiro por meio de subterfúgios, o governo compactua com essa quase-clandestinidade dos movimentos sem-terra. O MST, por exemplo, sempre recebe verba pública através da Contag, entidade que reúne os agricultores do país, federações ou sindicatos de trabalhadores rurais. O MLST, o MST e seus congêneres, agindo à sombra da lei e incorrendo em reiteradas ilicitudes, podem ser chamados de movimentos sociais?

Os movimentos sociais surgiram com a Revolução Francesa, em 1789, e nasceram associados a um duplo rótulo: o de servirem como instrumentos revolucionários e o de serem protagonistas de ações violentas, como foi o ataque à Bastilha. Eles cresceram com a emergência da sociedade industrial, sobretudo na Inglaterra, e chegaram ao apogeu – como instrumentos da revolução e da violência – com a Revolução Russa, em 1917. Mas, depois disso, em especial após a II Guerra Mundial, os movimentos sociais foram-se adaptando à sociedade moderna e perderam o caráter revolucionário e violento. Passaram a defender grupos sociais, como mulheres, negros ou gays, e

levantar causas em favor de toda a sociedade, como a defesa da paz, o combate à fome, a preservação ecológica. O Brasil abriga esse tipo de movimento – e isso é saudável. Os movimentos sociais ajudam a organizar a sociedade e a fazê-la avançar. São apartidários, têm mandato, líderes conhecidos e vivem à luz do dia, promovendo ações transparentes. Mas no Brasil, lamentavelmente, ainda subsistem os movimentos sociais nos moldes do século passado, congelados no atraso e na velha idéia de servir como instrumento de mudanças revolucionárias que, comprovadamente, só ajudam a trocar alguns opressores por outros.

Os movimentos de sem-terra são o exemplo mais acabado dessa distorção. "Os sem-terra têm a lógica do terrorismo, do autoritarismo. Querem ocupar o Estado pela violência, com métodos ultrapassados. Não aceitam o diálogo com quem tem pensamento diferente", afirma o professor e filósofo Roberto Romano, da Universidade Estadual de Campinas. Na mão dessas organizações de sem-terra, a reforma agrária, em geral, é apenas um pretexto de luta, cujo objetivo final é a revolução. A corrente Brasil Socialista, que existe dentro do PT e é a força político-partidária do MLST, prega isso com franqueza em seus documentos. Num deles, diz que a reforma agrária é a bandeira mais acertada para ser levantada, não porque poderia distribuir justiça no campo ou emancipar trabalhadores rurais da miséria, mas simplesmente porque tem maior potencial para atizar a rebeldia revolucionária por tratar-se da causa mais "nacional" e "massiva" do momento. Ou seja: tem mais potencial para atrair os incautos.

Mesmo assim, os sem-terra são tratados com extrema leniência pelas autoridades – do governo, do Congresso, da Justiça. Não é uma novidade. No governo de Fernando Henrique, os sem-terra também eram vistos como interlocutores legítimos, mesmo quando cometiam atos flagrantemente ilegais, e sempre foram contemplados com dinheiro público. No governo Lula, os privilégios se agravaram. Com força total, retomou-se a distribuição, suspensa na gestão anterior, de cestas básicas aos sem-terra. Só no ano passado, foi despachado 1,9 milhão de cestas, mais do que o dobro das 715.000 do ano anterior. O governo atual ainda estuda incluir os sem-terra como beneficiários do Bolsa Família, o principal programa oficial de assistência. Além disso, Lula ignora a lei segundo a qual uma terra invadida não pode ser desapropriada. No

governo anterior, essa lei conseguiu estancar as invasões de terra. Agora, com o sinal verde dado pelas autoridades, as invasões voltaram a reinar. Nos três primeiros anos de mandato de Lula, ocorreram 770 invasões a imóveis rurais, 55% mais do que as 497 ocorridas nos três últimos anos do governo tucano.

Com financiamento e cesta básica, os sem-terra contam ainda com um fator primordial para cometer ilegalidade: a impunidade. Em maio de 1997, um grupo de agricultores da Contag invadiu o Ministério do Planejamento com porcos, patos, galinhas e bodes. Um peru foi colocado sobre a mesa do ministro - e o que aconteceu? Quatro foram indiciados, dois sofreram processo, mas um foi inocentado, e o outro, beneficiado pela prescrição do crime. Em março de 2002, na ação mais debochada e ousada de sua história, sem-terra do MST invadiram a fazenda dos filhos de Fernando Henrique Cardoso. O que aconteceu? Dezesesseis foram indiciados, mas o Ministério Público achou que eram todos inocentes, e a Justiça concordou. O que se pode esperar que aconteça com os sem-terra que, em março passado, sob a liderança de mulheres de uma tal Via Campesina, invadiram uma propriedade da Aracruz, no Rio Grande do Sul, arrancaram milhares de mudas de eucalipto e destruíram um laboratório de pesquisas?

Na semana passada, outro elemento favoreceu as ilicitudes cometidas pelos sem-terra - a reação pífia do governo ao ataque contra o Congresso Nacional é um sinal evidente da simpatia que une os baderneiros do MLST, o governo e o PT. De início, Lula limitou-se a lançar uma nota em que dizia que "o grave ato de vandalismo" deve ser tratado "com o rigor da lei". Nada mais. "Dada a extrema gravidade do ocorrido, era de esperar que o presidente da República fosse além dessa reação 'protocolar'.", diz um editorial publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ao acrescentar que Lula poderia ter convocado "uma rede nacional de rádio e televisão para manifestar ao país, de viva voz e em termos compatíveis com a dimensão do acontecimento, sua repulsão pela depredação da Casa das Leis e sua aversão pelos seus autores, incentivadores e cúmplices". Deveria ter feito mais. Deveria ter anunciado o imediato corte de verbas para todas as organizações de sem-terra, sem-teto, sem-limites, que usam impostos gerados pela sociedade a cuja destruição eles visam. Por que a reação leve, quase tolerante? Porque o PT e os sem-terra comungam de uma certa antipatia contra o



Congresso, visto como instrumento da "democracia burguesa". É... eles chamam eleição, voto secreto, multipartidarismo, liberdade de expressão, economia de mercado de "democracia burguesa". No mundo de sonhos dos baderneiros pagos com o dinheiro produzido pela "economia burguesa", o sistema ideal seria uma certa "ditadura do proletariado" – estágio superior do "mal de Marxzheimer", em que toda inteligência e consciência individuais são destruídas e substituídas pela vontade de um ditador.

Ao abrigar essas correntes e dar apoio a esses movimentos, o PT cai no equívoco histórico de achar que é com eles que o país vai avançar. Porque o PT já deu sinais evidentes de que trata os movimentos sociais como linha auxiliar. Em meados do ano passado, no auge da ameaça de impeachment, o então presidente do partido, Tarso Genro, e hoje ministro do governo, disse nas entrelinhas que, caso o mandato de Lula fosse ameaçado, o PT acionaria os movimentos sociais. Na semana passada, falando do vandalismo na Câmara e da resposta tênue do governo e do PT, um editorial do jornal *O Globo* lembrou as referências de Genro feitas no ano passado e disse: "Deverão ser entendidas como uma ameaça inaceitável de ruptura institucional violenta contra a sociedade brasileira, caso o projeto de poder petista seja contrariado nas urnas um dia". É disso mesmo que se trata. *O Globo* foi direto ao ponto. A fala de Tarso Genro tem todos os ingredientes da chantagem dos terroristas: "Ou vocês atendem às nossas exigências ou explodiremos o avião".

A ocupação do Congresso foi um ato minuciosamente preparado pelos líderes dos sem-terra. Um vídeo, com uma hora e dezoito minutos de duração, é prova material da premeditação. A invasão foi planejada nos moldes de uma operação militar. Havia uma estratégia clara, os alvos estavam definidos, os prováveis pontos de resistência do inimigo identificados, enfim, tudo minuciosamente estudado pelos comandantes. Como numa operação militar, o planejamento era discutido em códigos. Os invasores eram os "convidados", e o alvo principal, o Salão Verde da Câmara dos Deputados, era o "salão de baile". A fita de vídeo mostra que havia uma espécie de estado-maior dos sem-terra. Na véspera da invasão, três líderes do MLST aparecem em uma gravação discutindo os detalhes finais da operação. "Nós vamos falar para o Brasil que tipo de reforma agrária que nós queremos. Nós vamos dizer para o Brasil o que é que essa corja de PFL e PSDB está fazendo com o Brasil quando deixou de votar o Orçamento da União, só aprovado em maio, achando que estava atingindo o Lula", afirma Antonio José Arruti Baqueiro, um dos generais da tropa sem-terra e também vinculado ao PT, para concluir: "...E o Lula continua aí, tranquilo, com 63%...". Baqueiro assessora Yulo Oiticica, deputado estadual do PT na Bahia. Ganha 2.800 reais.

Nas imagens, não há um convite explícito à depredação, mas fica claro que ninguém deveria fugir de um eventual confronto. "Deixar de levar umas bolachas, dar uns pontapés, ninguém vai deixar não, pode acontecer", diz outro general, Joaquim Ribeiro. E arremata: "Para isso é que os companheiros foram escolhidos a dedo. Se levar um, dá dois". Joaquim Ribeiro foi filiado ao PT durante seis anos, entre 1998 e 2004, e chegou a presidir a legenda em Cascavel, no interior do Paraná. Organizado, o MLST enviou a Brasília, duas semanas antes, espiões para identificar os pontos vulneráveis da segurança do Congresso. Na véspera da invasão, um grupo foi encaminhado para fazer o reconhecimento da área. No dia do ataque, esse mesmo grupo voltou ao Parlamento e ocupou posições estratégicas antes da chegada dos ônibus trazendo cerca de 500 manifestantes. "Muitos companheiros que estão chegando não sabem o que estão fazendo em Brasília", diz na gravação um dos generais. Mesmo numa guerra, os soldados devem saber por que estão lutando e os riscos que estão correndo. No caso dos sem-terra, nem isso.

Uma boa parte da massa que compõe o MLST, bem como outros movimentos de sem-terra, inclusive o MST, a organização mais conhecida, é formada por brasileiros pobres e humildes, que querem apenas um meio para melhorar de vida. Gente simples que, em condições de normalidade, jamais patrocinaria cenas de vandalismo explícito como as da semana passada. Francielli Denizia Asêncio, 20 anos, é um exemplo. Com piercing na sobrancelha e tatuagem nas costas, Francielli foi flagrada destruindo os terminais de auto-atendimento com uma viga de ferro. Acabou presa junto com os outros 536 sem-terra, que passaram a noite num ginásio de esportes. Ela própria não sabe dizer o que se passou. "Não sei explicar, foi uma coisa errada, aconteceu de improviso", diz. Outro exemplo comovente de como a gente humilde vira instrumento na mão de líderes inescrupulosos é o caso de Arildo Joel da Silva, 21 anos, acusado de desferir o golpe que produziu o traumatismo craniano no funcionário da Câmara. O pai do garoto, Aldo da Silva, entrevistado pelo *Jornal Nacional* na quarta-feira passada, exibia todo o seu desespero e, com voz embargada, dizia não entender as razões que levaram seu filho a fazer isso.

Os líderes do quebra-quebra, no entanto, têm biografia inteiramente diferente. Eles sabem onde estão e o que fazem. Bruno Maranhão, por exemplo. Ele tem 66 anos, é engenheiro mecânico e membro de uma abastada família de usineiros de Pernambuco. Já militou nas Ligas Camponesas do velho Francisco Julião, ajudou a fundar um partido comunista, o PCBR, e passou anos de exílio no Chile e na França. Ao voltar para o Brasil, foi fundador do PT, em que se revelou bom de agitação e ruim de voto. Entre 1982 e 1985, perdeu duas eleições, uma para o Senado e outra para a prefeitura do Recife. Até a semana passada, esse agitador profissional era membro da direção do PT, tinha assento na comissão que coordena a reeleição de Lula e era ainda secretário Nacional de Movimentos Populares. Por suas atividades como dirigente petista, ganha 6.800 reais por mês. Assim que seus vínculos partidários vieram a público, o PT tratou de afastar Maranhão da direção e abrir um processo no conselho de ética. Como Maranhão era tão enfrontado no partido, e era recebido por Lula em palácio, ficou a impressão de que o PT só reagiu assim com medo da exploração eleitoral do episódio, que reaviva na memória a imagem do PT como instrumento da baderna.

"Essa barbárie vai causar profundas marcas na sociedade brasileira. Mais do que a violência do PCC. Dessa vez, foi um ataque flagrante às instituições", interpreta o jurista Manoel Gonçalves Ferreira Filho, especialista em direito constitucional. Um ataque às instituições, ao contrário do que o PT e o governo parecem entender, é gravíssimo. Como o Brasil pode aspirar a um papel internacional se num mês o PCC pára sua maior cidade e no mês seguinte um bando de vândalos paralisa o Congresso? Respeitar as instituições não é recomendável apenas por mandamento legal, mas sobretudo porque é com instituições sólidas e inatacáveis que se constrói o futuro de uma nação, como já demonstrou o americano Douglass North, que recebeu o Nobel de Economia em 1993. North é o criador da tese segundo a qual sem instituições sólidas um país simplesmente não avança. E as instituições – as leis, os contratos, a Justiça, os partidos, o Parlamento etc. – são obras de construção lenta. São a síntese da história de um povo, um resultado de suas crenças, de sua visão de mundo, de suas tradições e experiências. É por isso que são diferentes ao redor do mundo. É por isso que não se erguem instituições de um dia para outro – mas se pode destruí-las rapidamente. É o que querem o MLST e seus cúmplices. O governo se aproveita disso para chantagear os adversários e a sociedade, como Tarso Genro mostrou com clareza. Quem nos defende?

## **Surrada e ameaçada de morte pelo MST**

### **Ex-militante é espancada por revelar crimes dos sem-terra**

.....  
Leonardo Coutinho

*A cabeleireira Marivalda Aguiar Braga, de 35 anos, viveu durante dez meses no acampamento Padre Josimo, erguido pelo MST numa fazenda ocupada em Acará, no Pará. Em maio deste ano, decidiu deixar o local. Foi espancada e ameaçada de morte. Em entrevista a VEJA, Marivalda fala sobre o que passou entre os sem-terra.*

"Fui para o acampamento Padre Josimo com a ilusão de que ganharia terra de graça do MST. Mas lá só encontrei violência. Vivi dez meses com os sem-terra. Descobri que quem manda no acampamento é um grupo de bandidos. Para mim, a gota d'água foi quando um dos companheiros chegou baleado. Acho que ele foi ferido numa troca de tiros com jagunços, porque eles saíam para assaltar e matar gado a tiro. O pessoal do MST não tem piedade. Coloca fogo até na casa dos peões. Isso eu não admito, porque eles são pobres como eu. Quando vi o sujeito baleado, pensei: 'Se ficar aqui, quem pode acabar levando bala sou eu'. Então, fui escondida a Belém e contei à polícia tudo o que acontecia dentro do acampamento. O problema é que tive de voltar para buscar minhas coisas, que tinham ficado lá.

"Peguei tudo o que tinha e fui para um porto pegar um barco para Belém. Quando eu já estava na beira do rio, apareceram dois militantes. Um carregava uma espingarda e o outro, um terçado (*facão*). Disseram que o Reis (*Wellington Raimundo Reis, chefe do acampamento*) queria falar comigo. Eu disse que não ia. Aí, eles me pegaram pelo braço. Caí no rio, mas eles me pegaram de novo e me arrastaram. Puxaram minha blusa com tanta força que meu peito saltou para fora. Eles me chamaram de traidora, vagabunda, prostituta. Logo depois, o Reis apareceu no porto. Ele pegou a espingarda do militante, deu um tiro para cima, encostou o cano na minha testa e disse: 'Vem cá, ô vagabunda, o que você falou para a polícia? Quanto o dono da terra te pagou para entregar a gente?'.

"Aí, me arrastaram pelo mato até o acampamento. Lá, me sentaram em uma cadeira, dentro de uma barraca. Um militante me deu um soco no meio do peito. Senti como se todos os meus ossos estivessem saindo do lugar. Foi uma dor horrível. Você sabe o que é levar um soco de mão fechada de um homem no meio do peito? A força foi tanta que caí para trás, com cadeira e tudo. O Reis riu e falou: 'Vagabunda, traidora tem que apanhar. Bate mesmo, pessoal'. Um militante disse que ia me cortar com um terçado. Reis esfregava a espingarda no meu pescoço, no meu peito e no meu rosto. Aí, confessei que tinha ido à polícia, mas inventei que era para resolver um problema do meu marido, que estava preso. Na verdade, ele é ex-presidiário. Cumpru pena por assalto a mão armada. Está na condicional. Os militantes desconfiaram da minha história. Disseram que iriam falar com a advogada da CNBB (*Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*) em Belém, para ver se meu marido estava na cadeia mesmo. Se fosse mentira, eu ia morrer.

"Tomamos um barco para Belém. Na viagem, ficavam me mostrando um revólver a toda hora. Um dos sem-terra disse que se eu tentasse fugir tomaria um tiro antes de conseguir completar dez passos. Ele dizia que tinha sido polícia e me acertaria de primeira. Quando chegamos à CNBB, falei para uma advogada dos padres que meu marido estava na prisão. Era mentira, mas acho que eles acreditaram. Depois de muita conversa, acertamos que eu iria até minha casa em Belém, para buscar os documentos do meu marido, e voltaria no dia seguinte. Saindo de lá, fui direto para a delegacia. O delegado me mandou para a Polícia Federal.

"Contei que todo mundo que vive no Padre Josimo deixou suas casas em Belém pela promessa de ganhar terra e cesta básica. Quem fez as promessas foi o Reis. Ele organiza reuniões na periferia. No ano passado, meu marido e eu fomos a uma delas. O Reis disse que a gente deveria ir para uma terra no Acará. Ele garantia que a fazenda não tinha documento e que estava tudo certo com o Incra para a gente entrar. Disse que ia ter lona para montar as barracas e que o governo ia mandar cesta básica. Na reunião, explicaram que quem não pudesse deixar o trabalho para começar a invasão podia colaborar com dinheiro. Eles cobram uma mensalidade de 30 reais para deixar no cadastro o nome de quem não fica no assentamento. O pessoal paga para ter direito a um lote quando a reforma agrária chegar. Como meu marido estava desempregado, topamos. Ele ficou em Belém e eu fui com o filho da gente.

"Uma semana depois de entrarmos na terra, as cestas básicas do Incra começaram a chegar. Não falhou um mês. Chegavam até mais cestas do que a gente precisava. Reis ficava com o que sobrava. Ele dizia que era para vender e fazer dinheiro para as despesas do acampamento. Mas o pessoal dizia que ele usava as cestas para manter a família dele e os militantes de Belém. Fui nomeada coordenadora de saúde, porque sei ler bula de remédio e fazer massagem. Nunca gostei de viver lá. O pessoal vive armado. É um antro. Tinha até acampado que vivia de assaltar os barcos que passavam pelo rio. Não fui para lá para virar bandida. Coloquei a vida do meu filho em risco. Queria que a promessa deles fosse de verdade, mas o MST é feito de mentiras.

"Três dias depois do meu depoimento, os policiais me levaram ao acampamento para prender o pessoal. Fui para identificar quem andava armado, mas escondi o rosto com uma touca. Chegamos lá com oito policiais em duas viaturas. Na hora, os acampados cercaram a gente e disseram: 'Se quiser levar um, vai ter que levar os 300'. Fomos embora sem prender ninguém. Hoje, vivo escondida do MST. Tenho medo do que pode acontecer comigo."

## **Lula liberou R\$ 5,6 mi para entidade do MLST**

**Os líderes Bruno Maranhão e Lima assinaram 3 dos 4 convênios entre o governo e a Anara**

A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), fundada e comandada por líderes do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), responsável pela invasão violenta da Câmara dos Deputados na terça-feira, é financiada com dinheiro público. A entidade recebeu, de 1999 a 2006, R\$ 5,7 milhões, dos quais R\$ 5,6 milhões só do governo do PT, para assistência a assentamentos dentro do programa de reforma agrária.

A informação está no site Contas Abertas, especializado em acompanhar a execução do Orçamento da União. Um dos militantes do MLST, Idevanir da Silva, representante do Assentamento Paulo Faria, na cidade de Prata (MG), afirmou ontem que “os recursos não chegam aos assentamentos” e o dinheiro “deve ter ficado no meio do caminho”. Mas, na sede da Anara, em Brasília, a funcionária Elizabeth da Silva Ribeiro confirmou que a associação recebe recursos públicos: “Obviamente que todo movimento social tem de ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto.”

Segundo o Contas Abertas, os dirigentes do MLST Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, presos sob acusação de envolvimento no planejamento e execução da invasão e do quebra-quebra na Câmara, assinaram como responsáveis três dos quatro convênios entre o governo e a Anara. O site informa que, dos R\$ 5,7 milhões, a maior parte - R\$ 4,2 milhões - foi repassada à associação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), a partir de 2005.

De acordo com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), os recursos serviriam para a “reestruturação econômica, social e cultural do Assentamento Paulo Faria” e financiariam a realização de cursos e oficinas de capacitação em diversos Estados, além de 21 encontros regionais da Anara e um nacional.

Parte do dinheiro, segundo o Contas Abertas, foi liberado para a associação um mês depois da visita de Maranhão ao Palácio do rural. O site informa ainda que os repasses federais mais recentes para a Anara foram feitos em fevereiro de 2006, no total de R\$ 1 milhão. Seu primeiro convênio com o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003, para repasse de R\$ 250 mil, que só se efetivou em abril de 2005. Esse dinheiro teria sido usado no pagamento de cursos, estudos, pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas agrícolas.

O Contas Abertas divulgou também a informação de que, em agosto de 2004, a Anara recebeu mais R\$ 1,1 milhão do Incra, para “reestruturação produtiva, social e cultural de assentamentos”, em benefício de 6.234 famílias. Esse repasse foi feito cerca de um mês depois de visita de 14 líderes do MLST, entre eles Maranhão, ao presidente Lula no Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula teria prometido aos líderes dar especial atenção à estruturação dos assentamentos e autografou o boné dos militantes.

Ainda em 2004, a Anara recebeu R\$ 50 mil, dessa vez do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para “capacitação de agricultores familiares”. Além disso, Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima teriam recebido “diárias financiadas com dinheiro público para servirem de colaboradores eventuais em Brasília”. Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder

**Ataque ao MLST e comandada por Bruno Maranhão recebeu R\$ 5,7 milhões do governo federal**

A invasão comandada pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) que deixou 41 feridos e um rastro de destruição na Câmara, esta semana, pode ter sido financiada por recursos públicos. A Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), entidade fundada e comandada por líderes do MLST, já recebeu R\$ 5,7 milhões do governo federal, de 1999 até 2006, sendo R\$ 5,6 milhões só na gestão petista. Dos quatro convênios firmados entre a ANARA e o governo, três têm como responsável Bruno Maranhão e um, Edmilson de Oliveira Lima, outro integrante do MLST, que também está preso pela invasão da Câmara.

Desse dinheiro, a maior parte (R\$ 4,2 milhões) foi repassada para a Associação Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), de 2005 para cá. Documentos extraídos do Sistema de Administração Financeira (Siafi) demonstram que o dinheiro, repassado por meio de dois convênios, iria ser usado para a "reestruturação econômica, socio e cultural dos assentamentos de reforma agrária que existem aqui, para ver os extratos dos convênios

existentes, os recursos financiariam a realização de cursos e oficinas de capacitação em diversos estados além de 21 encontros regionais e um nacional. Parte do dinheiro foi recebido um mês após a visita de Bruno Maranhão ao Planalto para reivindicar a punição dos assassinos de um líder rural. Os últimos recursos repassados à associação de reforma agrária, referentes a esse convênio, foram feitos em fevereiro deste ano, no valor de R\$ 1 milhão.

No assentamento Paulo Faria do município de Prata (MG), Idevanir da Silva explica que alguns cursos foram oferecidos às famílias assentadas da região no ano passado, mas ressalta que as aulas não foram dadas por integrantes do MLST. No entanto, Silva afirma desconhecer a existência de repasses de recursos não chegarem aos assentamentos. Não sei onde foi parar esse dinheiro, deve ter ficado no caminho", afirma.

Um convênio firmado entre a ANARA e o governo Lula foi publicado em dezembro de 2003 e repassou o dinheiro para a associação, pagos apenas em abril de 2005. Segundo o documento, o dinheiro serviria para estudos, pesquisas, produção de textos, cartilhas e propostas de funcionamento de empresas e outros serviços, para assentamentos localizados em nove estados do país. Em agosto de 2004, voltou a receber R\$ 1,1 milhão do Incra, desta vez para cumprir um novo convênio que previa "ação produtiva, social e cultural de assentamentos", beneficiando 6.234 famílias.

O repasse foi feito pouco mais de um mês depois da visita de 14 líderes do MLST, dentre os quais Bruno Maranhão, ao Palácio do Planalto. Na ocasião, Lula prometeu aos coordenadores do movimento dar suporte à estruturação dos assentamentos e até autografou o boné dos militantes. Como se já não bastasse, em 2004, o Incra, no mesmo ano, a ANARA recebeu R\$ 50 mil do Ministério do Desenvolvimento para a "capacitação de agricultores familiares".

Além disso, repasses para a associação que representam, Bruno Maranhão e Edmilson de Oliveira Lima, receberam financiadas com dinheiro público para servirem de colaboradores eventuais em Brasília. Ainda na gestão de Henrique Cardoso, o líder do vandalismo praticado na Câmara, curiosamente, recebeu R\$

ria para participar como palestrante no Fórum Nacional de Prevenção e Mediação de Tensões e Risks no Campo. Também no governo FHC, em 2000, foram repassados R\$ 75 mil à ANARA para assistência jurídica a trabalhadores rurais assentados em projetos do Incra, envolvendo 5.000

realizada hoje (8), em Brasília, representantes do MLST confirmaram a ligação entre o movimento. No entanto, não comentaram se recebem dinheiro da associação. "Nosso orçamento vem de várias fontes: associações de bairros, de vereadores, prefeitos, deputados, dentre outros", declarou Jutai Moraes. Quando perguntados se recebiam recursos do governo federal, os militantes mandaram os jornalistas "procu-

O Contas Abertas foi até a sede da ANARA em Brasília - que fica em uma casa sem identificação - para falar com os responsáveis da associação. No entanto, a funcionária Elizabeth da Silva Ribeiro informou que eles não estavam no local. Elizabeth Ribeiro explicou que a sede serve como abrigo para militantes do MLST e confirmou que a associação recebe recursos públicos. "Obviamente que todo movimento social tem que ter ajuda do governo. Receber nós também recebemos, só não sei quanto", afirmou a funcionária.

Diante dos dados o presidente do Contas Abertas conclui que recursos federais podem ter financiado a invasão da Câmara. "Se recursos públicos foram transferidos para entidades comandadas por membros do MLST, é possível que o dinheiro público tenha financiado a baderna ocorrida esta semana",

## fica

Imprensa, que ocorreu hoje à tarde em Brasília, do MLST, Jutai Moraes e Aparecido Dias prestaram entrevistas à imprensa sobre os atos violentos ocorridos no Congresso Nacional. Segundo Jutai Moraes, a idéia era de ocupar o salão verde e entregar uma pauta de reivindicações. "Não estava previsto nenhum tipo de vandalismo", disse Moraes.

Moraes, o quebra-quebra começou por causa da presença de pessoas aglomeradas. "Na noite da preparação não tínhamos combinado nenhum vandalismo, mas como as pessoas estão juntas sempre há essa possibilidade", disse Moraes. "Estamos dizendo que estamos certos", explicou.

Um grupo de pessoas que invadiram o Congresso, um grupo de 305 manifestantes foi preso. "Muitas pessoas não estavam sendo presas. Estamos tentando soltar os companheiros", disse Moraes.

Moraes explicou ainda que Bruno Maranhão foi pego como "bode expiatório" e colocado pela imprensa como responsável pelo ato injustamente. "Nós não temos um único representante, nem um chefe, o companheiro coordenou a ação", afirmou.

Quanto aos danos materiais, Moraes disse que os tijolos usados para depredar o órgão, Moraes disse que tudo foi pego numa



perto do Congresso. "Se tivéssemos a intenção de quebrar o Congresso, teríamos levado maças", acrescentou. Sobre a suspeita de terem sido encontrados pedaços de concretos e tijolos nus do movimento, Moraes disse que a polícia terá que provar a veracidade das informações.

l repassado pela União à ANARA, de 2000 a 2006, clique aqui.

, Aline Sá Teles e Caroline Olinda  
rtas

### REPASSES DA UNIÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO À REFORMA AG

### REPASSES DA UNIÃO À ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA - ANARA

ANO	VALORES RECEBIDOS R\$
2000	75.000,00
2001	-
2002	-
2003	-
2004	1.422.394,50
2005	3.223.693,28
2006*	1.011.951,00
<b>TOTAL</b>	<b>5.733.038,78</b>

Fonte: SIAFI

\* Até 08/08

## Chateado com Lula, Ronaldo revela veto em videoconferência

**A videoconferência entre a seleção brasileira e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, causou um momento de constrangimento à delegação e que foi respondido com uma revelação pior nesta manhã de sexta-feira.**

Leia abaixo o texto ↗

Ausente na videoconferência, pois ainda se recuperava de uma gripe, Ronaldo foi alvo de uma pergunta do presidente ao técnico Carlos Alberto Parreira. "Ele está gordo?", questionou Lula, antes de ouvir de Parreira que o atacante "está forte" e que estará pronto para a Copa.

Nesta sexta, o Fenômeno tratou de dar a resposta e mostrou estar chateado com o questionamento vindo até do presidente. "Eu não estava na videoconferência, mas o presidente deve ter entrado na onda da imprensa, que vem constantemente falando disso", apontou.

Em seguida, Ronaldo revelou um fato que não deve agradar o Palácio do Planalto. "Eu também teria várias perguntas a fazer ao presidente, mas fomos instruídos a não fazer perguntas. Fomos proibidos de perguntar alguma coisa", revelou.

Ao se dar conta da frase polêmica, o atacante tentou corrigir, mas o estrago já estava feito. "Eu não estava na videoconferência e só fiquei sabendo disso depois. Mas não sei se foi proibido, mas acredito que sim", disse. O Fenômeno aproveitou a entrevista para confirmar que deve participar do treino desta sexta-feira em Konigs-tein.

## Cirurgia de catarata quase pára no País

**Suspensão de mutirões do SUS cria déficit de 80% em atendimentos; ajuda de Hugo Chávez foi muito criticada**

*Ricardo Westin*

O episódio dos 79 pernambucanos que foram levados na semana passada à Venezuela para serem operados de catarata, a convite do presidente Hugo Chávez, provocou revolta entre os médicos brasileiros. No entanto, se continuassem no Brasil, eles provavelmente não seriam atendidos tão cedo. Desde que o Ministério da Saúde cancelou os mutirões de catarata e implantou outro sistema, no fim de fevereiro, cerca de 60 mil pessoas deixaram de ser operadas no País.

O número é estimativa do Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO), que calcula que deixaram de ser atendidos 80% dos 25 mil brasileiros operados mensalmente - 20 mil cirurgias a menos a cada mês. O Ministério da Saúde não tem dados oficiais. A catarata é uma doença que pode levar à cegueira. Segundo entidades médicas, 500 mil cirurgias precisam ser feitas por ano. Até 2005, o País realizava 300 mil.

Até fevereiro, o Hospital de Olhos de Sorocaba (SP) fazia em média 200 cirurgias por mês. Em maio, foram 11. Na cidade do Recife, eram 500 operações mensais. De fevereiro para cá, só cinco pessoas foram atendidas.

O hospital da Unicamp continuou operando mesmo sem receber do governo federal. "Estamos bancando as cirurgias com recursos próprios. Não sabemos até quando conseguiremos sustentar a situação", diz a médica Denise Fornazari, coordenadora do Núcleo da Cegueira.

Membros do CBO, da Associação Médica Brasileira, da USP, da Unifesp e da Santa Casa de São Paulo farão uma manifestação hoje na Câmara Municipal paulistana contra o governo por não ter se manifestado em relação ao episódio da Venezuela e por ter suspenso os mutirões.

Os pernambucanos da cidade de Abreu e Lima foram levados à Venezuela, à revelia do governo brasileiro, como parte de um programa do governo Chávez chamado Misión Milagro, que realiza cirurgias de catarata de graça em pacientes pobres do continente. Entidades médicas do Brasil dizem que não foram consultadas e que, de qualquer forma, a oftalmologia brasileira é suficientemente avançada e não precisa de ajuda estrangeira. Os 79 brasileiros ainda estão sendo operados e sem data para voltar.

### **FORÇA-TAREFA**

Os mutirões são uma espécie de força-tarefa que os hospitais fazem para atender o maior número de pessoas num único dia. Os pacientes fazem cerca de dez exames de visão e, se for o caso, saem com a data da operação marcada. Os mutirões são importantes porque esses pacientes já estão com a visão bastante comprometida e são pobres e mais velhos - não têm condições de se deslocar várias vezes para se submeter a todos os exames.

Até fevereiro, os hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS) operavam e logo depois eram reembolsados - cerca de R\$ 500 por cirurgia. No fim daquele mês, o ministério baixou uma portaria acabando com os mutirões. As operações passaram a fazer parte da Política de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos de Média Complexidade.

Agora os hospitais precisam apresentar um projeto - com os nomes dos que serão operados - à respectiva secretaria municipal ou estadual de Saúde. Aprovado, o projeto é levado ao ministério, que só então libera a verba. Os hospitais deixaram de operar livremente. Agora só podem fazê-lo após receber a verba federal.

Os médicos reclamam de duas coisas: não podem operar todas as pessoas que julgam necessárias - as secretarias podem impor limites - e todo o processo até a liberação da verba é demorado. "Cortamos funcionários e estamos recebendo ajuda financeira das cidades vizinhas", diz Tomás Scalamandrê Mendonça, diretor do Hospital de Olhos de Taquaritinga (SP), que viu os recursos federais caírem de R\$ 50 mil mensais para R\$ 16 mil.

Por causa da mudança, o vendedor Valter Lúcio Pavanel, de 53 anos, passou por uma situação, segundo ele, absurda. Foi operado no ano passado de um dos olhos no Hospital de Sorocaba - de graça. A operação do segundo olho estava marcada para abril. Teve de ser cancelada por causa da falta de verbas. Para voltar a enxergar, ele se viu obrigado a pagar R\$ 1 mil ao hospital. "Pagamos milhares de impostos, mas, quando precisamos usar o serviço de saúde, corremos o risco de morrer", diz ele.

No início da década de 90, o sistema público de saúde realizava cerca de 65 mil cirurgias de catarata por ano. Com o surgimento dos mutirões, em 1999, o número saltou para 300 mil. "Até então, conseguíamos responder bem à necessidade de cirurgias. Agora a demanda começa a ser novamente reprimida", diz Harley Bicas, presidente do CBO.

Os mutirões foram cancelados num ano eleitoral, em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva provavelmente tentará a reeleição. O sistema é uma das marcas do PSDB, criado em 1999 pelo então ministro José Serra.

O Ministério da Saúde diz que a mudança dará transparência aos gastos, já que os hospitais terão de apresentar projetos antes das operações, e não mais simplesmente cobrar a fatura. Ainda segundo o ministério, as dificuldades estão ocorrendo por problemas de prefeituras e Estados na hora de levar os projetos ao governo federal. A Saúde diz que verbas já foram liberadas.



**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– A Presidência lembra às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que a sessão deliberativa ordinária de amanhã será às 10 horas. E lembra, também, que hoje é dia 12 de junho, Dia dos Namorados.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 10 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

### 1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória  
nº 284, de 2006)

(Encontra-se Sobrestando a Pauta, nos Termos  
do § 6º do Art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão  
Prazo final: 4.7.2006

### 2

#### MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

RELATOR REVISOR:  
Prazo final: 6.7.2006

### 3

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta*

*parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 4

#### SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

### 5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

### 6

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

## 8

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

## 9

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

## 10

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público*.

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

## 11

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

## 12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

19

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

20

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

21

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 1999**  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

## 22

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

## 23

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do*

*art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

## 24

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

## 25

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 28 minutos.*)

# Ata da 80ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 13 de junho de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

## REGISTRO DE COMPARECIMENTO

### Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 13/6/2006 07:38:57 até 14/6/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
PMDB	RO	AMIR LANDO	X						
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X						
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PTB	MS	ANTÔNIO JOÃO	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X						
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSE AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X						

**Compareceram: 48 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 48 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, avisos que serão lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

### AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

- Nº 228/2006, de 5 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 278, de 2006, do Senador Romeu Tuma; e
- Nº 229/2006, de 5 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 246, de 2006, do Senador Tasso Jeressaiti.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, pareceres que serão lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

### PARECER Nº 671, DE 2006

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005 (nº 3.432/2004, na casa de origem), que dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar.**

Relator: Senador **Aelton Freitas**

#### I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005 (Projeto de Lei nº 3.432, de 2004, na origem), de autoria do Deputado Welinton Fagundes, dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, **internet** ou outro meio similar.

Três artigos compõem o Projeto.

O art. 1º apresenta o objeto da proposição legislativa, que é o de obrigar, como estabelece o art. 2º, todo fornecedor de produtos ou serviços que ofereça atendimento pessoal ao consumidor, em local apropriado e específico para esse fim.

O art. 3º estatui que a vigência se inicia após noventa dias a contar da publicação.

A justificativa explícita que diversos fornecedores substituem o atendimento pessoal pelo atendimento telefônico, com o intuito de reduzir seus custos operacionais. Tal medida afeta de maneira adversa o número de pessoas empregadas, bem como a qualidade do atendimento prestado ao consumidor, especialmente àqueles que possuem menor grau de instrução.

Na Câmara dos Deputados, sob o nº 3.432, de 2004, foi o Projeto apreciado pelas Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição, Justiça e de Cidadania e, ao final, aprovado em sua redação original.

Nesta Comissão, o Projeto não recebeu emendas.

#### II – Análise

Passamos à abordagem do PLC nº 114, de 2005, sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, foram observadas as regras pertinentes à competência do ente federativo – dado que cabe à União, concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal, legislar sobre direito econômico, produção e consumo (art. 24, incs. I e V, da Constituição) – e à iniciativa legislativa, atribuída a qualquer membro do Senado Federal (art. 61 da Constituição), inclusive para o tema em análise, que não se insere entre aqueles de iniciativa privativa do Presidente da República ou de outros titulares previstos no texto constitucional.

Acerca da constitucionalidade material, o Projeto não apresenta vícios, porquanto a restrição que opera ao direito de liberdade de iniciativa econômica (Constituição, art. 170, **caput**), representada pela impossibilidade de escolha de formas de atendimento ao consumidor que sejam exclusivamente à distância, não impede o exercício da atividade de fornecimento de bens ou serviços no mercado de consumo.

A limitação que aqui se encerra ao direito de livre iniciativa econômica, por sua vez, objetiva efetivar princípios sociais reconhecidos pela Constituição, quais sejam, a defesa do consumidor e a busca do pleno emprego, como anotados nos incs. V e VIII ao art. 170 da Constituição: o primeiro representado pela facilidade e efetividade que o atendimento pessoal propicia aos consumidores, em especial aos que possuem dificuldades financeiras ou intelectuais para utilizar formas de atendimento à distância; e o segundo, pela contratação de profissionais a serem empregados nos postos de atendimento pessoal.

Observadas as regras pertinentes à regimentalidade, dado que cabe a esta Comissão emitir parecer sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, inclusive estudar, elaborar e propor normas e medidas

voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores (RISF, art. 102-A, inc. III, alínea a.).

Sobre a juridicidade, observa o Projeto os aspectos de: **a)** inovação, porque atribui ao atendimento pessoal a condição de modalidade obrigatória de atendimento ao consumidor; **b)** efetividade, representada pela clareza do texto normativo quanto à exigência posta: adoção obrigatória de atendimento pessoal aos consumidores, corroborada pela existência de órgãos públicos especializados na investigação de violações aos direitos do consumidor; **c)** espécie normativa adequada, já que as restrições ao direito de liberdade de iniciativa econômica devem ser reguladas em lei; **d)** coercitividade, representada pela submissão dos fornecedores à exigência posta pelo Projeto, sob pena de sanções, em especial as de natureza administrativa previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e **e)** generalidade, vez que as normas do Projeto se aplicam, imediatamente, a todos os fornecedores de bens e serviços.

No que respeita à técnica legislativa, merece o Projeto três reparos.

Primeiro, não se recomenda a edição de mais de uma lei tendo por objeto tratar do mesmo assunto: restrições à liberdade de iniciativa do fornecedor de bens ou serviços ao mercado de consumo, hoje regulada pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. O Projeto deve, assim, inserir dispositivo nessa lei – na hipótese, inc. XIV ao art. 39 – ao invés de contemplar lei autônoma, a fim de observar o disposto no inc. IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Segundo, como consequência do item anterior, deve o Projeto resumir-se ao originalmente disposto no art. 2º, que contém a efetiva obrigação dirigida ao fornecedor, e no art. 3º, que traz a regra de vigência.

Terceiro, a redação conferida ao originário art. 2º do Projeto deve ser alterada, a fim de conferir maior clareza, precisão e ordem lógica à regra, como exige o art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. A exigência de oferta de atendimento pessoal não deve ser endereçada apenas a quem fornece atendimento por telefone, internet ou similar, mas a todo e qualquer fornecedor. A melhor leitura da regra inserta no art. 2º da redação original deve considerar que a oferta de atendimento por telefone, internet ou similar não dispensa o atendimento pessoal.

As adequações necessárias à melhor técnica legislativa serão solucionadas em substitutivo, ao final apresentado.

Acerca do mérito, deve-se observar que a exigência de atendimento pessoal aos consumidores de produtos e serviços ofertados no mercado assegura,

efetivamente, maior proteção aos direitos do consumidor, porque facilita a defesa de seus direitos, em especial: **a)** o direito à informação, que compreende as características, qualidade, quantidade, composição e preço do produto ou serviço, **b)** o direito à publicidade leal e informativa, isto é, não enganosa e não abusiva; e **c)** o direito a reparações em decorrência de responsabilidade civil imputável ao fornecedor.

Anote-se, também, que a oferta de postos de atendimento pessoal pelos fornecedores efetiva o princípio social da busca do pleno emprego dos fatores de produção, previsto no art. 170, inciso VIII, da Constituição, dado que o funcionamento de tais estabelecimentos demandará a contratação de mão-de-obra, utensílios e espaços físicos com fins empresariais.

Por fim, digno de nota o pleno atendimento, na hipótese, ao princípio da proporcionalidade, porque a restrição imposta ao direito de liberdade de iniciativa econômica não é plena, mas relativa, dado que a manutenção de posto de atendimento pessoal não inviabiliza, por completo, a atividade desenvolvida pelo fornecedor.

### III – Voto

Em consonância com as justificativas apresentadas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005, na forma do seguinte substitutivo:

#### EMENDA Nº 1 – CMA (Substitutivo)

#### **Acrescenta inciso XIV e § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para exigir que o fornecedor de produtos ou serviços mantenha serviço de atendimento pessoal ao consumidor.**

Art. 1º O art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido de inciso XIV e de § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como § 1º, com a seguinte redação:

“Art. 39. ....  
.....

XIV – ofertar produtos ou serviços sem disponibilizar ao consumidor atendimento, pessoal em estabelecimento vinculado a essa finalidade.

§ 1º .....

§ 2º A oferta de atendimento ao consumidor por meio de telefone, televenda, internet ou similar não afasta a exigência de atendimento pessoal prevista no inciso XIV desse artigo. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos 90 (noventa) dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 114 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/06/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>L. Quintanilha</i> (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR: <i>Elton Freitas</i> (SEN. AELTON FREITAS)	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXÁ RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
GILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
VAGO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (PRESIDENTE)	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
ELTON FREITAS - PL (RELATOR)	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
IBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
DAO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
ERYSLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
<b>PDT</b>	
GUSTO BÓTELHO	1-OSMAR DIAS

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 24. Compete á União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....  
V – produção e consumo;

.....  
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....  
Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios;

.....  
V – defesa do consumidor;

.....  
VIII – busca do pleno emprego;

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

.....  
Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III – o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV – o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....  
Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I – para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando o preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II – para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões focais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões ‘anterior’, ‘seguinte’ ou equivalentes; (Alínea incluída pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

III – para a obtenção de ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação – subseção, seção, capítulo, título e livro – apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b) restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no **caput** do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.

.....  
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

.....  
Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

(Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11-6-1994)

.....  
Art. 56. As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conlorme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

- I – multa;
- II – apreensão do produto;
- III – inutilização do produto;
- IV – cassação do registro do produto junto ao órgão competente;
- V – proibição de fabricação do produto;
- VI – suspensão de fornecimento de produtos ou serviço;
- VII – suspensão temporária de atividade;
- VIII – revogação de concessão ou permissão de uso;
- IX – cassação de licença do estabelecimento ou de atividade;
- X – interdição, total ou parcial, de estabelecimento, de obra ou de atividade;
- XI – intervenção administrativa;
- XII – imposição de contrapropaganda.

Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo.

.....  
**PARECER Nº 672, DE 2006**

**Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.**

Relator: Senador **Valdir Raupp**

**I – Relatório**

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 134, de 2005 (PL nº 2.390, de 2003, na Casa de origem), de iniciativa do Deputado Celso Russomanno, que pretende ampliar o conceito de fornecedor e dilatar o prazo para reclamação relativa a vícios aparentes.

Para tanto, acresce um § 3º ao art. 25 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para definir “fornecedor” como “aquele que coloca no mercado produtos novos e usados, fazendo disso o seu negócio”.

Da mesma forma, modifica o art. 26 da referida Lei, para estender de trinta para sessenta dias o prazo máximo de reclamação por vício, no caso de fornecimento de serviços e de produtos não-duráveis, e de noventa para cento e oitenta dias, quando se tratar de fornecimento de serviços e de produtos duráveis.

Acrescenta, por fim, um § 4º a esse mesmo dispositivo, para determinar que, ocorrendo vício aparente ou oculto devidamente registrado e reclamado pelo consumidor, deve reipiciar a contagem dos prazos mencionados, a partir da data da solução do problema pelo fornecedor do produto ou serviço.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi apreciado e aprovado, por unanimidade, na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC), juntamente com o PL nº 4.003, de 2004 (a ele apensado), com substitutivo. Recebeu parecer favorável, também unânime, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na forma do substitutivo apresentado pela CDC.

Com fundamento no **caput** do art. 65 da Constituição Federal e no art. 134 do Regimento Comum, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal em 7 de dezembro de 2005.

**II – Análise**

Cabe a esta Comissão opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, de acordo com o disposto no inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, com a redação dada pela Resolução nº 1, de 2005.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade são atendidos pela proposição, tendo em vista que compete concorrentemente à União legislar sobre direito econômico, produção e consumo, a teor do disposto no art. 24, incisos I e V da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido vulnerada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa parlamentar.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura intocável, porquanto i) o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado, ii) a matéria nele vertida inova o ordenamento jurídico, iii) possui o atributo da generalidade, iv) se afigura dotado de potencial coercitividade e v) se revela compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

No tocante ao mérito, note-se que, ao longo dos últimos anos, cresceu a demanda por produtos usados em face da conjuntura socioeconômica do País. E, com isso, tornou-se necessário o aperfeiçoamento da norma consumerista no tocante à proteção dos consumidores desses bens.

Vale ressaltar que a proposta está em perfeita consonância com a Política Nacional das Relações de Consumo, insculpida no art. 4º do CDC, que encerra importantes princípios, dentre os quais o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo (inciso I).

Além disso, foi proposta, acertadamente, a alteração dos incisos I e II do art. 26 da Lei nº 8.078, de 1990, com vistas a aumentar os prazos para reclamação referente a vícios aparentes, tendo em vista a exigüidade dos prazos estipulados nesses dispositivos.

Em relação à ocorrência de vício aparente ou oculto devidamente registrado e reclamado pelo consumidor, entendemos legítima a determinação de reiniciar a contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II do **caput** do art. 26 a partir da data da solução do problema pelo fornecedor do produto ou serviço.

Cabem, no entanto, duas emendas destinadas a aprimorar o texto do PLC nº 134, de 2005. A primeira aperfeiçoa a ementa, atribuindo-lhe a objetividade exigida pelo rigor da técnica legislativa. A segunda consiste em i) encaminhar a ampliação do conceito de fornecedor decorrente da comercialização de “produtos usados” ao **caput** do art. 3º do CDC (mediante inclusão dos verbetes “novos” e “usados”); ii) esclarecer que o reinício da contagem de prazos sugerida se refere aos casos de reparo do produto ou reexecução do serviço, alcançando apenas a parte substituída ou a porção novamente executada; iii) determinar que a renovação de prazo será controlada mediante emissão de nota fiscal pelo serviço autorizado ao fabricante. Essas duas últimas alterações se encontram no bojo dos §§ 4º e 5º acrescidos ao art. 26 do CDC.

### III – Voto

Em face do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005, com as seguintes emendas:

#### EMENDA Nº 1-CMA

Dê-se à ementa do PLC nº 134, de 2005, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para ampliar o conceito de fornecedor, aumentar o prazo para reclamação por vícios aparentes e determinar o reinício da contagem desse prazo após, o atendimento da reclamação pelo fornecedor”.

#### EMENDA Nº 2-CMA

Dê-se ao art. 1º do PLC nº 134, de 2005, a seguinte redação:

Art. 1º Os arts. 3º e 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos, novos ou usados, ou prestação de serviços.

..... (NR)”

“Art. 26. ....

I – sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II – cento e oitenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis;

.....  
§ 4º Devolvido ao consumidor o produto ou executado o serviço objeto da reclamação limitado ao prazo da garantia legal, será reiniciada, a partir do atendimento da reclamação pelo fornecedor, a contagem dos prazos mencionados nos incisos I e II do **caput** deste artigo, alcançando, no entanto, somente a parte do produto substituída ou a porção do serviço novamente executada.


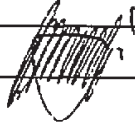
§ 5º A renovação de prazo a que se refere o § 4º deste artigo será determinada por meio da nota fiscal emitida pelo serviço autorizado pelo fabricante. (NR)”

Sala da Comissão, 6 de junho de 2006.

## COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 134 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/06/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR:  (SEN. VALDIR RAUPP)	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3- ROSEANA SARNEY - PFL
LUIZ PONTES - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
REXA RIBEIRO - PSDB	6-ALVARO DIAS - PSDB
<b>PMDB</b>	
SILVAM BORGES	1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTAVIO	2-ROMERO JUCÁ
LAGO	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP (RELATOR)	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA (PRESIDENTE)	5-MÃO SANTA
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
ELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-FÁTIMA CLEIDE - PT
IBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
DÃO RIBEIRO - PL	4-IDELI SALVATTI - PT
BERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
<b>PDT</b>	
VIGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....  
V – produção e consumo;

.....  
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....  
Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

.....  
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

**Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.**

.....  
Art. 3º Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

**PARECERES Nºs 673 E 674, DE 2006**

**Sobre Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005 (nº 3.969/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências.**

**PARECER Nº 673, DE 2006**

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **César Borges**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2005, encaminhado ao exame da Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania (CCJ), fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências.

Essa proposição originou-se do Projeto de Lei (PL) nº 3.969, de 2004, encaminhado à Câmara dos Deputados pelo Presidente da República e aprovado por aquela Casa do Congresso Nacional.

O PLC nº 138, de 2005, dispõe os limites máximos para os efetivos de pessoal militar da ativa do Comando da Aeronáutica em tempo de paz, define a competência do Presidente da República para distribuir anualmente os efetivos de Oficiais pelos diversos postos e ao Comandante da Aeronáutica os efetivos dos Praças e dos alunos de Escola Preparatória de Cadetes-do-Ar, de Cursos de Formação de Oficiais e Praças e de Estágios de Adaptação de Oficiais e Praças.

**II – Análise**

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto, estando reservada a CRE a análise de mérito, por se tratar de matéria afeta às forças armadas.

De modo geral, o PLC nº 138, de 2005, altera a distribuição dos efetivos do Comando da Aeronáutica, revogando as Leis nºs 6.837, de 29 de outubro de 1980; 7.130, de 26 de outubro de 1983; 7.200, de 19 de junho de 1984; e 9.009, de 29 de março de 1995.

As principais modificações referem-se ao aumento dos efetivos dos Oficiais em contraposição à diminuição do número dos Praças. Essa alteração estrutural da Aeronáutica não envolveria, no cômputo geral, acréscimo de despesa para pagamento de pessoal, conforme exposição de motivos do então Ministro da Defesa José Viegas Filho.

O aumento do número de oficiais em relação aos praças denota opção pelo profissionalismo das forças armadas, apostando em pessoal capacitado para manejo de materiais militares e formulação de estratégia. Além dessa opção, a proposição tem como virtude a flexibilidade na distribuição dos efetivos de pessoal militar da ativa do Comando da Aeronáutica em tempo de paz, que está representado não só no aumento dos efetivos, mas na simplificação das categorias de Oficiais e de Praças.

Cada uma dessas categorias é dividida em três subcategorias, nomeadamente, os Oficiais seriam Generais, superiores ou intermediários/subalternos, e os Praças seriam Suboficiais/Sargentos, Cabos/Soldados ou Taifeiros. As leis anteriores, a serem revogadas pelo PLC 38/2005, possuíam categorias mais detalhadas. Por exemplo, a Lei nº 7.130, de 1983, distribuía os efetivos dos oficiais em tenentes-brigadeiros, maiores-



brigadeiros, brigadeiros, coronéis, tenente-coronéis, maiores, capitães e primeiros e segundos-tenentes.

No concernente à constitucionalidade da proposição, cumpre ressaltar que atende aos requisitos de iniciativa, porquanto foi proposto pelo Presidente da República, consoante o disposto no art. 61, § 1º, I, da Constituição Federal. Formulada em boa técnica legislativa, bem como não há críticas sobre sua juridicidade.

Concluímos, pois, inexistirem óbices à aprovação do Projeto, uma vez que ele não apresenta vícios de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa.

**III – Voto**

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005.

Sala da Comissão, 31 de maio de 2006.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROPOSIÇÃO: PLC Nº 138 DE 2005**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 31/05/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	<i>Senador César Borges</i>
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (Presidente)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES (Relator)	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO <i>[Assinatura]</i>
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-LÚCIA VÂNIA <i>[Assinatura]</i>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-ANTONIO JOÃO <sup>(4)</sup>
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4- PATRÍCIA SABOYA GOMES
IDELI SALVATI	5-SIBÁ MACHADO <i>[Assinatura]</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SHESHARENKO	7-MARCELO CRIVELLA <sup>(2,3)</sup>
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET <i>[Assinatura]</i>	1-LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	2-(VAGO) <sup>(5)</sup>
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-WELLINGTON SALGADO
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i>
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 17/05/2006.

(1) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(2) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28.09.2005.

(3) O Partido Municipalista Renovador (PMR) passou a denominar-se Partido Republicano Brasileiro (PRB), conforme certidão expedida pelo TSE em 27.03.2006.

(4) Vaga cedida pelo PT.

(5) O Senador Gerson Camata afastou-se do exercício do mandato em 04/05/2006 para assumir o cargo de Secretário de Estado no Estado do Espírito Santo.

**PARECER Nº 674, DE 2006**

(Da Comissão de Relações Exteriores  
e Defesa Nacional)

Relator: Senador **Romeu Tuma**

**I – Relatório**

Por força do art. 61 da Constituição Federal, vem a esta Comissão para exame o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005, de autoria do Poder Executivo.

O Projeto de Lei em apreço altera o limite máximo do efetivo de oficiais e praças do Comando da Aeronáutica; atribui ao Presidente da República a competência pela distribuição anual dos efetivos de Oficiais pelos postos dos Quadros do Corpo de Oficiais da Ativa (COA) e ao Comandante da Aeronáutica a tarefa de distribuição, também anual, dos efetivos dos Praças por Quadros e por Graduações do COTO de Praças da Ativa (CPA); determina os postos de oficiais e praças que não serão computados para efeitos da determinação daqueles efetivos; confere ao Comandante da Aeronáutica a incumbência de estabelecer o efetivo de alunos, de acordo com o critério da necessidade, nas Escolas, Curso de Formação e Estágios de Adaptação; e, finalmente, prevê que as despesas decorrentes da execução da futura lei serão cobertas pelas dotações constantes no Orçamento Geral da União.

A Exposição de Motivos do então Ministro de Estado da Defesa, José Viegas Filho, que acompanha o Projeto, esclarece que a Proposta visa à atualização e modernização dos diplomas legais vigentes, por meio do ajuste da composição dos efetivos às demandas geradas pelos modernos sistemas de armas, pela instituição das mais de oitenta organizações militares criadas no Comando da Aeronáutica após a promulgação da Lei nº 7.130, pela própria criação do Ministério da Defesa, pela implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), e em virtude do fato de que imprime maior regularidade e flexibilidade no fluxo da carreira militar aeronáutica. Ademais, o novo marco legal avança em termos de racionalização técnica, vez que consolida os demais diplomas em documento único, que revogará as Leis nº 6.837, de 29 de outubro de 1980, nº 7.130, de 26 de outubro de 1983, nº 7.200, de 19 de junho de 1984, e nº 9.009, de 29 de março de 1995.

O Projeto, recebido na Câmara dos Deputados, foi despachado às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania em 5 de agosto de 2004. Nesta Casa parlamentar, foi distribuído apenas às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição e Justiça e Cidadania, em 13 de dezembro de 2005, tendo na última obtido parecer favorável.

**II – Análise**

O mérito do Projeto revela-se na busca pela adequação do perfil do Comando aos desafios advindos da sua atual dimensão, da também novel estruturação das Forças Armadas, da magnitude de suas atribuições e da tendência irrefutável da tecnologização dos sistemas de defesa e das guerras, de todas as dimensões, tomando necessário o melhoramento do perfil dos membros das Forças Armadas em geral, há muito almejado pelos estudiosos brasileiros no tema da Defesa Nacional.

A mudança ocorrerá por meio do decréscimo de dez mil cargos de cabos e soldados e de três mil e duzentos taifeiros em compensação ao aumento de onze cargos privativos de oficiais-generais, trezentos e setenta e cinco oficiais superiores, duzentos oficiais intermediários e subalternos e de mil suboficiais e sargentos. Essa determinação ressalta o cuidado pela racionalização administrativa do Comando da Aeronáutica.

**III – Voto**

À luz do exposto, em razão da sua oportunidade e conveniência, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2006. – **Eduardo Azeredo**, Presidente em Exercício – **Romeu Tuma**, Relator – **Sérgio Zambiasi** – **Pedro Simon** – **Heráclito Fortes** – **Álvaro Dias** – **Eduardo Suplicy** – **Ney Suassuna** – **José Agripino** – **Mão Santa**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da

Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

### **PARECER Nº 675, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2006 (nº 1.928/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina.**

Relator: Senador **Leonel Pavan**

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 115, de 2006 (nº 1.928, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização pan serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara das Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatase que o referido projeto não confraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PPS nº 115, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

#### **III – Voto**

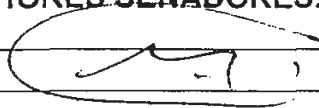
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 115, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 115/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE ELIÇÃO

LISTA DE VOTOS NOMINAL - PDS 415 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 02

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 676, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2006 (nº 1.966/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná.**

Relator: Senador **Flávio Arns**.

Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

## I – Relatório

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 165, de 2006 (nº 1.966, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lapa, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

## II – Análise

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe também pronunciarse sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de radiodifusão educativa são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que comple-

mentou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Não se aplicam à radiodifusão educativa as exigências da Resolução do Senado Federal nº 39, de 1992, que dispõe sobre formalidades e critérios para a apreciação dos atos de outorga e renovação de concessão e permissão para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

## III – Voto

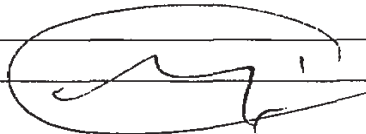
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 165, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Lapa, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 165/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Sen Gerson Camata)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZERÉDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTÓN FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS RELATOR	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 165 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN	X				JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCÁ				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 15 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 03

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 04 / 2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
Da Comunicação Social

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962

**Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.**

DECRETO-LEI Nº 236,  
DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967

**Complementa e modifica a Lei nº 4.117(\*), de 27 de agosto de 1962.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do**

**art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 677, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2006 (nº 2.005/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná.**

Relator: Senador **Flávio Arns**  
Relator *ad hoc*: **Juvêncio da Fonseca**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 176, de 2006 (nº 2.005, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 32, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos

requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constatou-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 176, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

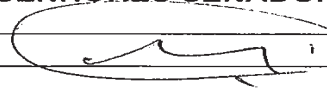
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 176, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006. .

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 176/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZÉREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

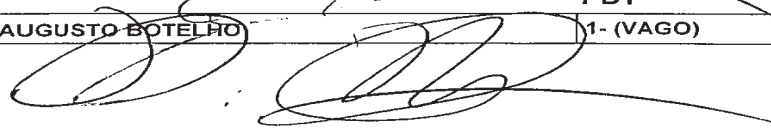
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS RELATOR	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

**PDT**

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 126/06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP					GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESIRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS					DELCÍDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: OJ

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**PARECER Nº 678, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2006 (nº 2.057/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

Relator *ad hoc*: Senador **Edison Lobão**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 181, de 2006 (nº 2.057, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 181, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### **III – Voto**


Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 181, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 181/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:


 (Senador Gerson Camata)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO (Ad Hoc)	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA RELATOR
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 18/106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES					CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVENCIO DA FONSECA					SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGJITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARANHÃO					LÚZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MÓZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 16 SIM: 13 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 55/104/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
 DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 679, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2006 (nº 2.086/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a**

**executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná.**

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator **ad hoc**: Senador **Juvêncio da Fonseca**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 182, de 2006 (nº 2.086, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de

radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante a sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 182, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### **III – Voto**


Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 182, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 182/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen: Gerson Camata

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES-FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
RELATOR	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 482 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABS	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABS
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
JUVENCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA	X			
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 47 SIM: 46 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 04 / 2006



SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 680, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2006 (nº 1.933/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.**

Relator: Senador **Leonel Pavan**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 183, de 2006 (nº 1.933, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 183, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

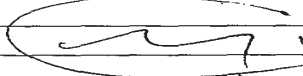
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 183, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 183/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 (Senador Gerson Camata)

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
RELATOR	10- JOÃO BATISTA MOTTA
(VAGO)	

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

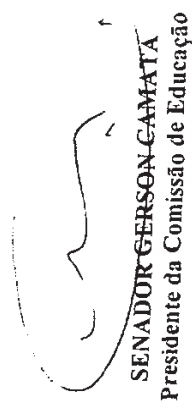
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 183 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA				
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MÓZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

  
**SENADOR GERSON CAMATA**  
 Presidente da Comissão de Educação

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 06 / 2006

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para a serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 681, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006 (nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná.**

Relator: Senador **Flávio Arns**

Relator *ad hoc*: Senador **Juvêncio da Fonseca**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 187, de 2006 (nº 1.986, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223. § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, tele-



visão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 187, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

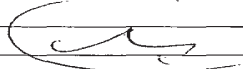
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 187, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 187/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

 (Sen. Gerson Camata)

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FIEHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS RELATOR	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

**PDT**

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

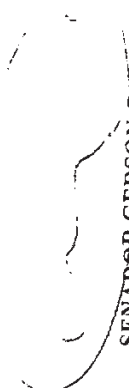
## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 127 / 06

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOITA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LÂNDIO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BÔTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006



SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**PARECER Nº 682, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2004 (nº 2.225/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol**

**Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

Relator **Ad Hoc**: Senador **Garibaldi Alves Filho**

### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 63, de 2004 (nº 2.225, de 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão,

permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal. Orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

### **III – Voto**

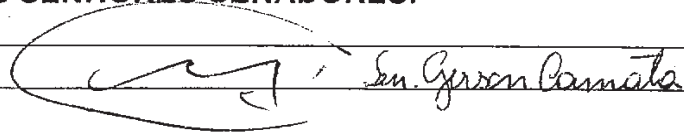
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 63, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 63/04 NA REUNIÃO DE 25/04 106  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

#### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

#### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

#### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO

#### PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 63/04

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO	X				EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**  
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....  
XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;  
.....

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**  
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º Prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.  
.....

**PARECER Nº 683, DE 2006**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2005 (nº 1.806/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator *ad hoc*: Senador **Garibaldi Alves Filho**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 543, de 2005 (nº 1.806, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 543, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 543, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela apro-

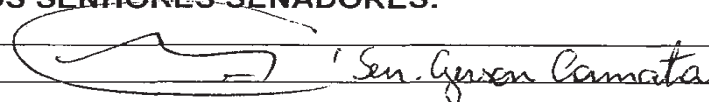
vação do ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 543/05 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR
AUGUSTO BOJTELHO	8- JOÃO RIBEIRO
	<b>PDT</b>
	1- (VAGO)



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 343 105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PELE PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSE JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO	X			
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSE MARIANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SAI VATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM; 17 NÃO; -- ABS; -- AUTOR; -- PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão ou permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26  
DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 684, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2005 (nº 1.853/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator *ad hoc*: Senador **Garibaldi Alves Filho**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 551, de 2005 (nº 1.853, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão

e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 551, de 2005, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

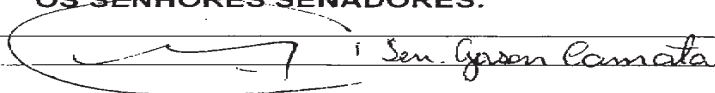
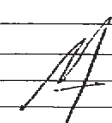
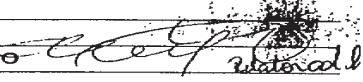
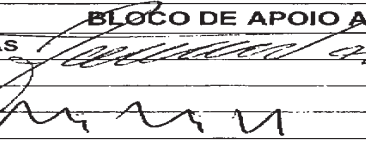
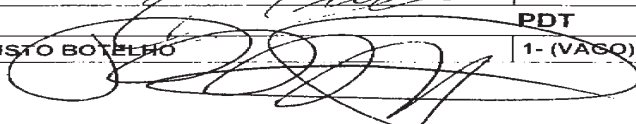
**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 551, de 2005, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 551/05 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:**

<b>PRESIDENTE:</b>		
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)</b>		
DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY	
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO	
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES	
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE	
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL	
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO	
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA	
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA	
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA	
<b>PMDB</b>		
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO	
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO	
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES	
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA	
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA	
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO	
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ	
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)</b>		
AELTON FREITAS	1- (VAGO)	
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE	
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA	
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL	
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES	
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA	
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES	
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO RIBEIRO	
<b>PDT</b>		
AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)	

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 55105

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN	X				IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÉ	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOITA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LÂNDIO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MAI TA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão ou permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26  
DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os

procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 685, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2006 (nº 1.855/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator **ad hoc**: Senador **Garibaldi Alves Filho**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 50, de 2006 (nº 1.855, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se

também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 50, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

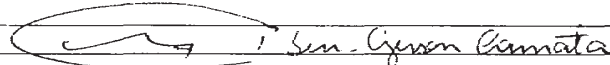
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 50, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 24 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 50/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZERÉDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR
AUGUSTO BOTELHO	8- JOÃO RIBEIRO
	PDT
	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 50 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão ou permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26  
DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do

Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

PARECER Nº 686, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2006 (nº 1.556/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator *ad hoc*: Senador **Aelton Freitas**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 74, de 2006 (nº 1.556, de 2001, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se



também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 74, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 74, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 74/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

*[Assinatura]* *Em nome da Comissão*

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES-FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

<i>(relator ad hoc)</i> AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR
AUGUSTO BOTELHO	8- JOÃO RIBEIRO
	PDT
	1- (VAGO)

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 74 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JOSÉ JORGE	X				JONAS PINHEIRO				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CÉSAR BORGES				
EDISON LOBÃO	X				CRISTOVAM BUARQUE				
MARCELO CRIVELLA					MARCO MACIEL	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					ROMEU TUMA	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				EDUARDO AZEREDO	X			
LEONEL PAVAN	X				SÉRGIO GUERRA				
VAGO					LÚCIA VÂNIA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	JOÃO BATISTA MOTTA				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MAGJITO VILELA					AMIR LANDO				
VALDIR RAUPP	X				GARIBALDI ALVES FILHO	X			
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES				
SÉRGIO CABRAL					GERALDO MESQUITA				
JOSÉ MARANHÃO					MÃO SANTA				
NEY SUASSUNA					LUIZ OTÁVIO				
GILBERTO MESTRINHO					ROMERO JUCA				
VAGO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 04

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/06/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 687, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2006 (nº 1.935/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator *ad hoc*: Senador **Aelton Freitas**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 83, de 2006 (nº 1.935, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora

e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

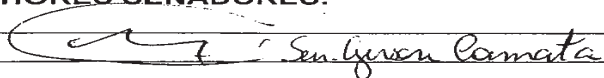
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 83, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação de Radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 83/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR
	8- JOÃO RIBEIRO

### PDT

AUGUSTO BORELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------


COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 93 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGÉ	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL				
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SÉRGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP					GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SÉRGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUÍZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SÉRGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 15 SIM: 14 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

  
**SENADOR GERSON CAMATA**  
 Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão ou permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 688, DE 2006

**Da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2006 (nº 1.815, de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator *ad hoc*: Senador **Aelton Freitas**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 90, de 2006 (nº 1.815, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que ver-

sem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 03 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 90, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 90, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 90/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

*Sen Gerson Camata*

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVÁTTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR
	8- JOÃO RIBEIRO

**PDT**

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 90 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CESAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LUCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 689, DE 2006

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2006 (nº 1.884/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará.**

Relatora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**  
Relator *ad hoc* Senador **Aelton Freitas**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 109, de 2006 (nº 1.884, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora

e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita

consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 109, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

### III – Voto

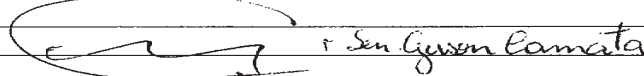
Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 109, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá – Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 109/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06  
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

 Sen. Gerson Camata

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

### PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FRÉITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI	RELATOR
AUGUSTO BOFELHO	8- JOÃO RIBEIRO
	PDT
	1- (VAGO)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 109 106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGÊ BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE				
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA	X				ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVENCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VÂNIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTÁVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FATIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS	X				DELÍCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOÃO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 19 SIM: 17 NÃO: 2 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 04 / 2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

PARECER Nº 690, DE 2006

**Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2006 (nº 1.924 de 2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação – POPGOIABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói Estado do Rio de Janeiro.**

Relator: Senador **Roberto Saturnino**

Relator *ad hoc*: Senador **Wellington Salgado de Oliveira**

**I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 113, de 2006 (nº 1.924, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação POPGOIABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

**II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que ver-

sem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Consta-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica

legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 113, de 2006, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

**III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 113, de 2006, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação – POPGOIABA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 25 de abril de 2006.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 113/06 NA REUNIÃO DE 25/04/06 OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:

*Sen Gerson Camata*

**BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)**

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZÉREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
(VAGO)	10- JOÃO BATISTA MOTTA

**PMDB**

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- GILVAM BORGES
GERSON CAMATA	4- GERALDO MESQUITA
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)**

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDÉ	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
RELATOR	7- PATRÍCIA SABOYA GÓMES
MOZARILDO CAVALCANTI	8- JOÃO RIBÉIRO
SÉRGIO ZAMBIASI	

**PDT**

AUGUSTO BOTELHO	1- (VAGO)
-----------------	-----------

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL - PDS 113106

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY	X			
JORGE BORNHAUSEN					IONAS PINHEIRO				
JOSÉ JORGE	X				CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				CRISTOVAM BUARQUE	X			
EDISON LOBÃO	X				MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTÔNIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO	X			
JUVÊNCIO DA FONSECA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LUCIA VANIA				
VAGO					JOÃO BATISTA MOTTA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO	X			
VALDIR RAUPP	X				GILVAM BORGES				
GERSON CAMATA					GERALDO MESQUITA				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA				
JOSÉ MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
NEY SUASSUNA					ROMERO JUCA				
GILBERTO MESTRINHO					VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS	X				VAGO				
PAULO PAIM					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE					FERNANDO BEZERRA				
FLAVIO ARNS	X				DELCIDIO AMARAL				
IDELI SALVATTI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				JOAO RIBEIRO	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				VAGO				

TOTAL: 18 SIM: 17 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 25/04/2006

SENADOR GERSON CAMATA  
Presidente da Comissão de Educação

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão ou permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não-renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

**Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cum-

pridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. (Redação dada pela Lei nº 10.597, de 11-12-2002)

DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998

**Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26  
DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Os Pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 671 a 674, de 2006**, das Comissões de Meio ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre as seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005** (nº 3.432/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar;
- **Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005** (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (amplia o conceito de fornecedor e o prazo para reclamação referente a vícios aparentes); e
- **Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005** (nº 3.969/2004, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que *fixa os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 46, de 2006**, da Comissão de Educação, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto**

**Legislativo nºs 63, de 2004; 543 e 551, de 2005; 50, 74, 83, 90, 109 e 113, de 2006**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício recebido:

Of. Nº CE/046/2006.

Brasília, 25 de abril de 2006

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, os Projetos de Decretos Legislativos de nºs: 63 de 2004, 543 e 551 de 2005, 50, 74, 83, 90, 109 e 113 de 2006.

Atenciosamente, – Senador **Gerson Camata**, Presidente da Comissão de Educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência ao **Ofício nº 47, de 2006**, da Comissão de Educação, lido em 9 do corrente, a Presidência comunica ao Plenário, que nos termos do art. 91, § 3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 115, 165, 176, 181, 182, 183 e 187, de 2006**, aprovados pela Comissão de Educação, sejam apreciados pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2006** (nº 4.559/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984; e dá outras providências.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 39, de 2006**, de iniciativa da Comissão Especial – Reforma do Regimento Interno, que *altera os arts. 2º e 3º do Regimento Interno para estabelecer o período de funcionamento do Senado Federal e as datas de realização das sessões legislativas preparatórias.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o **Recurso nº 9, de 2006**, interposto no prazo regimental, no sentido de que continue a tramitação do **Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2005** (nº 3.516/2004, na Casa de origem), que *reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidentes sobre os produtos que menciona.*

A matéria ficará sobre a Mesa durante cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, e, do Regimento Interno.


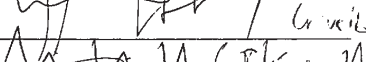

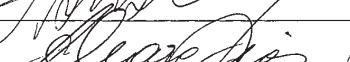
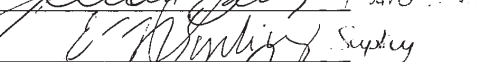
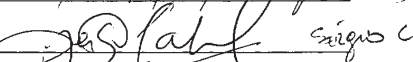



É o seguinte o recurso recebido:

#### RECURSO Nº 9, DE 2006

Nos termos do Art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno, apresentam interposição de Recurso ao PLC nº 136/2005 que “reduz alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, incidentes sobre os produtos que menciona”, no sentido de dar continuidade a sua tramitação.

Brasília, 5 de junho de 2006.

Senador:

01 -   
 02 -  *Luiz*  
 03 -  *(Flávio Arns)*  
 04 -   
 05 -  *Franco*  
 06 -  *Simplicy*  
 07 -  *Sergio*  
 08 -   
 09 -  *AMIR*



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O Senhor Presidente da República adotou, em 9 de junho de 2006, e publicou em 12 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 297, de 2006**, que *regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.*

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002 – CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

#### Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Álvaro Dias (PSDB)	Rodolpho Tourinho (PFL)
Juvêncio da Fonseca(PSDB)	Demóstenes Torres (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	vago
César Borges (PFL)	vago
Eduardo Azeredo (PSDB)	vago

#### PMDB

Ney Suassuna	José Maranhão
Luiz Otávio	Alberto Silva
Valdir Raupp	Wellington Salgado de Oliveira

#### Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	vago
Sibá Machado (PT)	vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	vago

#### PTB

Mozarildo Cavalcanti	Sérgio Zambiasi
----------------------	-----------------

#### PSOL\*

Heloísa Helena	vago
----------------	------

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

#### PT

Henrique Fontana	Ângela Guadagnin
Fernando Ferro	Anselmo

#### PMDB

Wilson Santiago	Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	Asdrúbal Bentes

#### PFL

Rodrigo Maia	Luiz Carlos Santos
Kátia Abreu	José Rocha

### PSDB

Jutahy Junior	Bismarck Maia
---------------	---------------

#### PP

Mário Negromonte	Benedito de Lira
------------------	------------------

#### PTB

José Múcio Monteiro	Fleury
---------------------	--------

#### PL

Luciano Castro	José Carlos Araújo
----------------	--------------------

#### PSB

Alexandre Cardoso	Dr. Ribamar Alves
-------------------	-------------------

#### PDT

Miro Teixeira	Álvaro Dias
---------------	-------------

#### PPS\*

Fernando Coruja	Rogério Teófilo
-----------------	-----------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002 – CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO: 12-6-2006**
- Designação da Comissão: **13-6-2006** (SF)
- Instalação da Comissão: **14-6-2006**
- Emendas: **até 18-6-2006** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **12-6-2006 a 25-6-2006** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **25-6-2006**
- Prazo na CD: **de 26-6-2006 a 9-7-2006** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **9-7-2006**
- Prazo no SF: **de 10-7-2006 a 6-8-2006** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **6-8-2006**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **7-8-2006 a 9-8-2006** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **10-8-2006** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **24-8-2006** (60 dias)

\* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000 – CN.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, projetos que serão lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI DA CAMÃRA  
Nº 65, DE 2006**

(Nº 832/2003 na Casa de Origem)

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. Dos recursos alocados pelo Programa do Seguro-Desemprego em ações de qualificação profissional, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados a programas de formação profissional de negros e pardos, segundo a classificação de raças adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI Nº 832, DE 2003 ORIGINAL**

**Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro – Desemprego, seja destinada à população afro – descendente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art 1º O art. 2º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º .....

Parágrafo único. Dos recursos alocados pelo Programa do Seguro-Desemprego em ações de qualificação profissional, pelo menos 20% (vinte por cento) serão destinados a programas de formação profissional de negros e pardos, segundo a classificação de raças adotada pelo IBGE.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O art. 239 da Constituição Federal assegura que até 60% dos recursos oriundos da arrecadação do PIS-

PASEP deve ser obrigatoriamente aplicada no Programa do Seguro-Desemprego e no pagamento do abono salarial anual. Desde 1994, a legislação prevê, como parte integrante do Programa do Seguro-Desemprego, a implementação de ações de qualificação profissional. Tais ações de qualificação profissional podem ter um escopo abrangente, na medida em que não se destinam apenas aos trabalhadores em percepção do benefício, mas também aos demais desempregados e até mesmo àqueles grupos de trabalhadores em risco de serem dispensados.

Desde 1995, os programas, projetos e atividades de qualificação profissional, no bojo do Programa do Seguro-Desemprego, vêm sendo reunidos no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

Os dados disponíveis sobre o Planfor para o período 1996-1998 indicam que, apesar de o número de treinandos afro-descendentes aproximar-se de 45% do total de beneficiários, percentagem muito próxima à sua participação na população total, o valor dos investimentos em formação profissional da população negra e parda só atingiu 10,9% dos recursos totais gastos pelo FAT nessa área.

O presente projeto de lei visa corrigir essa evidente distorção na alocação dos recursos do FAT para qualificação profissional, ao assegurar que pelo menos 20% do total de recursos seja alocado em ações de qualificação profissional para as populações negra e parda.

Diante do elevado grau de justiça social desta proposta, temos a certeza de contarmos com o apoio dos ilustres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2003. – Deputado **Sandes Júnior**.

*LEGISLAÇÃO CITADA*

*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 7.998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990

**Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.**

**Desemprego**

Art. 2º O Programa de Seguro-Desemprego tem por finalidade:

I – prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa, inclusive a indireta, e ao trabalhador comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; (Redação dada pela Lei nº 10.608, de 20-12-2002)

II – auxiliar os trabalhadores na busca de emprego, promovendo, para tanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. (Redação dada pela Lei nº 8.900, de 30-6-94) (Vide Medida Provisória nº 2.164-41, de 24-8-2001)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 66, DE 2006**

(Nº 4.733/2004, na Casa de Origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

**Dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 (oito) dias:

I – de decisão não unânime de julgamento que:

a) conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei; e

b) julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

II – das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior Federal do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. (revogado).” (NR)

Art. 2º A alínea **b** do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º .....

III – .....

b) os embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único do art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.733, DE 2004**

**Dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 894. No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de oito dias:

I – de decisão não unânime de julgamento que:

a) conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei; e

b) julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas;

II – das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal”. (NR)

Art. 2º A alínea **b** do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

b) os embargos das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais;” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor noventa dias após a data de sua publicação.

Brasília,

**MENSAGEM Nº 874, DE 2004**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Dá nova redação ao art. 894 da

Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988”.

Brasília, 15 de dezembro de 2004. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 200 – MJ

Brasília, 10 de dezembro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que “Dá nova redação ao art. 894 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a alínea b do inciso III do art. 3º da Lei nº 7.701, de 21 de dezembro de 1988”.

2. O projeto decorre de sugestão apresentada ao Ministério da Justiça pelos membros do Tribunal Superior do Trabalho, e foi elaborado com o objetivo de alterar o art. 894 da CLT, para conferir maior celeridade e efetividade na prestação jurisdicional do trabalho.

3. O projeto visa a atualizar a redação do caput do art. 894 da CLT, eliminando a figura dos embargos para o Pleno do TST.

4. Passa-se, também, a prever, expressamente, que são cabíveis embargos de decisão não unânime de julgamento: (i) que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho e estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei e (ii) que julgar as ações rescisórias propostas contra suas sentenças normativas.

5. Na regra da alínea b do art. 894, transformada em inciso II, elimina-se a possibilidade de a Seção de Dissídios Individuais examinar em duplicidade a violação da Lei Federal.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

#### **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.**

Art. 894. Cabem embargos, no Tribunal Superior do Trabalho, para o Pleno, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da publicação da conclusão do acórdão: (Redação dada pela Lei nº 5.442, de 24-5-1968) (Vide Lei nº 5.584, de 1970)

a) das decisões a que se referem as alíneas b e c do inciso I do art. 702; (Redação dada pela Lei nº 5.442, de 24-5-1968)

b) das decisões das Turmas contrárias à letra de lei federal, ou que divergirem entre si, ou da decisão proferida pelo Tribunal Pleno, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.033, de 5-10-1982)

Parágrafo único. Enquanto não forem nomeados e empossados os titulares dos novos cargos de juiz, criados nesta lei, e instaladas as Turmas, fica mantida a competência residual de cada Tribunal na sua, atual composição e de seus Presidentes, como definido na legislação vigente. (Redação dada pela Lei nº 5.442, de 24-5-1968)

LEI Nº 7.701, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988

#### **Dispõe sobre a especialização de Turmas dos Tribunais do Trabalho em processos coletivos e dá outras providências.**

Art. 3º Compete à Seção de Dissídios Individuais julgar:

III – em última instância:

b) os embargos interpostos às decisões divergentes das Turmas, ou destas com decisão da Seção de Dissídios Individuais, ou com enunciado da Súmula e as que violarem literalmente preceito de lei federal ou da Constituição da República;

#### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 67, DE 2006**

(Nº 5.450/2005, na Casa de Origem)

**Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, item 2.2.2, constante do anexo ao Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.450, DE 2005**

**Inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que menciona.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, item 2.2.2, constante do anexo ao Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do trecho rodoviário de ligação entre a BR-222, na localidade de Chapadinha/MA, e a BR-343, na cidade de Buriti dos Lopes/PI.

Art. 2º O traçado definitivo, a designação oficial e demais características do trecho de que trata o art. 1º serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

**Justificação**

O trechos rodoviários das MA-230 e MA-034, que se estendem no nordeste do Estado do Maranhão, apresentam tráfego intenso por permitir acesso à região litorânea dos Estados dos Maranhão e do Piauí. Entre esses dois Estados nordestinos há uma área paradisíaca, chamada Delta do Parnaíba, cada vez mais procurada pelos turistas de todo o mundo. O trecho em questão começa na cidade de Chapadinha/MA, no entroncamento com a BR-222 e termina na cidade de Buriti dos Lopes, no Estado do Piauí, no encontro com a BR-343. Área cuja economia hoje está impulsionada pelo plantio da soja.

Esta nova ligação rodoviária, com extensão de aproximadamente 220 quilômetros, compõe-se de trechos estaduais que pretendemos federalizar. É fácil demonstrar que o turismo tem apresentado crescimento progressivo, tanto no Maranhão, quanto no Piauí, gerando dividendos imediatos e consideráveis para os referidos estados. Porém, o pleno aproveitamento das potencialidades turísticas depende, fundamentalmente, de facilidades para o turista. No caso específico do Delta do Parnaíba, esse requisito traduz-se na necessidade de ligações rodoviárias modernas e bem conservadas, razão pela qual entendemos que o trecho rodoviário em questão deve ser incluído no Plano Nacional de Viação.

Tendo em vista essas considerações, apresentamos o presente projeto de lei, solicitando aos nobres Deputados apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, 16 de junho de 2005. – Deputado **Pedro Fernandes**.

**LEGISLAÇÃO CITADA**

**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

**Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.**

.....  
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006**, vai à Comissão de Assuntos Sociais; o de **nº 66, de 2006**, à de Constituição, Justiça e Cidadania; e o de **nº 67, de 2006**, à de Serviços de Infra-Estrutura.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

OF. Nº 048/06-GLPFL

Brasília, 12 de junho de 2006

Senhor Presidente,

Solicito que sejam feitas substituições na representação deste Partido na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização) de modo que o Senador Heráclito Fortes passe a compô-la, como suplente, na vaga ocupada pelo Senador Jonas Pinheiro, e este ocupe a vaga de Titular.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Será feita a substituição solicitada.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – V. Exª tem a palavra.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço autorização para falar pela Liderança, de acordo com autorização encaminhada à Mesa, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra a V. Exª.

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO** (PMDB – GO. Pela Liderança do PMDB.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a preocupação com a responsabilidade fiscal da União e dos entes federados, surgida a partir das crises de endividamento, é uma das linhas mestras do pensamento atual no campo da administração pública. Assim como sempre souberam os chefes de família, os órgãos de Estado precisam estar atentos às restrições orçamentárias – para não gastar mais do que podem

arrecadar e não se endividarem acima da capacidade de saldar seus compromissos.

Acabou-se o tempo do hábito cínico, comum até recentemente, de uma administração pública adquirir empréstimo em condições impagáveis, iniciar obras muito vistosas, mas nem sempre úteis para a comunidade, deixando o pagamento da dívida – o chamado “papagaio” – para o sucessor. Essa prática não é mais possível, até porque este Senado Federal, no exercício de suas competências privativas relacionadas à regulação das operações de crédito dos entes públicos, definida no art. 52 da Constituição, tem tido papel importante na consolidação da mentalidade fiscal e administrativa, de responsabilidade orçamentária.

Exemplo de dispositivo legal introduzido por esta Casa é a Resolução nº 43, de 2001, que dispôs regras para as operações de crédito de Estados e Municípios, seus limites e condições de autorização, tratando também da concessão de garantias. Em seu art. 16, veda a contratação de operações de crédito por Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios que respondam por valores relativos à dívida consolidada, mobiliária ou por antecipação de receita e precatórios judiciais devidos e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Pelo texto dessa Resolução, os entes federados são definidos como compostos por suas “respectivas administrações diretas, os fundos, as autarquias, as fundações e as empresas estatais dependentes”. Isso significa que, para que um órgão qualquer de um Estado ou Município possa contratar operação de crédito, é necessário que todos os órgãos deste Estado ou Município estejam adimplentes. Apenas nesses casos de completa regularidade o Senado poderá aprovar a realização dessas operações.

Trata-se, como se pode ver, de medida de forte cunho moralizador, porque impede que eventuais governadores ou prefeitos desonestos saiam “estourando” orçamentos de cada órgão subordinado a sua administração, antes que o fato seja percebido aqui em Brasília pelos Senadores integrantes da comissão competente ou por seus assessores.

O art. 21, além disso, exige dos pleiteantes a apresentação de certidões de regularidade junto ao Programa de Integração Social, ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, ao Fundo de Investimento Social, à Contribuição Social, ao Financiamento da Seguridade Social, ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Havia, porém, um problema para o exercício de verificação de adimplência de todos os órgãos ligados a um Estado ou Município: não existia, até o final de 2005, uma base de dados integrando os números do

Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) dos órgãos e entidades de um mesmo ente. A partir do momento em que a Secretaria do Tesouro Nacional, concluindo outra etapa da implantação de seu Cadastro Único de Convênio, viabilizou esse controle, a efetivação do intento do legislador – verificar a adimplência de um ente federado – passou a ser possível.

Verificou-se, então, que, em sua maior parte, os Estados e Municípios estariam impedidos de contrair quaisquer operações de créditos, muitas vezes em consequência de um único débito irrisório de algum órgão do Estado. O que levaria ao extremo oposto da irresponsabilidade fiscal: a imobilidade, o cancelamento dos investimentos mais urgentes nas áreas social e de infraestrutura – que, por exemplo, não podem esperar.

Para contornar esse obstáculo, foi editada a Resolução nº 67, de 2005, que estabeleceu prazo até este 31 de maio de 2006 para que todos os entes federados estejam com suas contas regularizadas.

Estando próximo o vencimento do prazo acordado, verificamos que muitas administrações estaduais e municipais ainda não concluíram seus ajustes, não estando, portanto, habilitadas a controlar sua adimplência em todas as instâncias, o que as impede de contrair empréstimos.

A própria Secretaria do Tesouro Nacional já detectou a necessidade de estender o prazo de adaptação para os fins da execução das transferências voluntárias. E alterou sua Instrução Normativa nº 2, de 2005, prorrogando o prazo até 31 de dezembro de 2006. O Senado Federal, por uma questão de coerência e para harmonizar sua norma à da STN, pode igualmente dilatar o período de adaptação dos entes federados à nova sistemática de controle da inadimplência para autorizar operações de crédito.

Foi assim que, apesar de defensora entusiasta da responsabilidade fiscal e administrativa dos órgãos públicos e apoiadora integral dos propósitos dos redatores da Resolução nº 43/2001, apresentei projeto de resolução para alterar os arts. 16 e 21 daquela RSF, no sentido de incluir a nova data-limite de adaptação, de 31 de dezembro deste ano.

Na semana passada, o projeto foi votado, e aprovado, na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa, sendo relatado pelo próprio Presidente da CAE, Senador Luiz Otávio, do PMDB do Pará. Também foi aprovado requerimento de urgência, garantindo o rápido encaminhamento à análise deste Plenário.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO)** – Só mais um minuto, Sr. Presidente.

Insisto em que uma administração responsável é a que investe na realização dos melhoramentos necessários ao bem-estar da população – desde que dentro de seus limites de endividamento. Não é responsável ficar de braços cruzados – muito menos se as dívidas não saldadas forem de pequeno montante, esquecidas, às vezes, na confusão que costumava dominar nossas administrações locais antes da nova mentalidade e dos novos controles.

Estou convicta de que todos os entes federados conseguirão se ajustar dentro do novo prazo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL)

– Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 166, DE 2006**

(Nº 448/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 104 da Constituição, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Arnaldo da Fonseca.

Brasília, 8 de junho de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

## **MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA**

### ***CURRICULUM VITAE***

São Paulo, fevereiro de 2006

#### **DADOS PESSOAIS:**

#### **MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA**

**Filiação:** Arthur de Assis Moura e Maria Aparecida Rocha de Assis Moura

**Nascimento:** 14 de outubro de 1956, São Paulo (SP)

**CPF:** 039.163.658-86

**Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Secção de São Paulo, sob nº 59.272, desde 08.04.1980.**

**Estado civil:** solteira

**Residência:** Al. Fernão Cardim 376, apto 23- Jardim Paulista- São Paulo/SP

CEP 01403-020 - Tel.: 289.7195

**Escritório:** Rua Padre João Manuel, 450, 4º andar, conj. 44/47 – São Paulo/SP

CEP 01411-000 – Tel./Fax: 3064.1314.

**Telefone celular:** 9980.8333

## ÍNDICE

### **I - ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

1. Como advogada
2. Como estagiária

### **II - ATIVIDADES NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCÃO DE SÃO PAULO**

3. Na Comissão de Estágio e Exame de Ordem
4. Na Comissão de Direitos e Prerrogativas
5. Na Comissão de Direitos Humanos
6. Na Escola Superior da Advocacia

### **III – PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

7. Livros.
8. Artigos e outros trabalhos publicados no Brasil
9. Artigos e outros trabalhos publicados no exterior.
10. Prefácio e apresentação de livro
11. Dissertação e tese.

### **IV – ATIVIDADES DIDÁTICAS**

12. No Curso de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
13. No Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
14. Em cursos de pós-graduação em instituições fora da USP.
15. Aulas, palestras e conferências proferidas em diversas entidades.
16. Atividades no exterior

### **V – TÍTULOS DA CARREIRA UNIVERSITÁRIA**

17. Qualificações universitárias.
18. Função na carreira universitária.



## **VI – DIPLOMAS E CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE**

### **CURSOS**

19. Diplomas e certificados de curso superior e de pós-graduação.
20. Cursos de especialização.
21. Cursos de extensão universitária.
  - A – Direito Penal e Processo Penal
  - B – Direito Constitucional
  - C – Direito Civil e Direito Processual Civil

## **VII – OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, TÉCNICAS E**

### **CIENTÍFICAS**

22. Participação em bancas de concurso público
23. Participação em congressos, seminários e similares.
24. Participação em grupos de trabalho e comissões.
25. Trabalhos Técnicos.

## **VIII – OUTROS DADOS**

26. Participação em órgãos e instituições.
27. Idiomas estrangeiros
28. Referências especiais

## **I – ATIVIDADES PROFISSIONAIS**

### ***1. Como advogada***

- De fevereiro de 2002 até hoje, advoga no escritório Zanoide de Moraes Advogados Associados, nas áreas cível e criminal.
- De janeiro de 1980 a janeiro de 2002, advogou em companhia do advogado Mario de Passos Simas, nas áreas cível e criminal.
- De setembro de 1983 a maio de 1987, atuou como advogada da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP. Até dezembro de 1985, prestou assistência judiciária aos presos carentes de diversos estabelecimentos penais, Distritos Policiais e Cadeias Públicas do Estado de São Paulo, principalmente na área da execução da pena. De janeiro a abril de 1986, coordenou o serviço de assistência judiciária prestado pela Fundação nos Distritos Policiais de São Paulo e, de maio de 1986 a maio de 1987, coordenou todo o serviço de assistência judiciária prestado pela Fundação no Estado de São Paulo.
- De novembro de 1987 a novembro de 1989, atuou como advogada do Centro "Santo Dias" de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, nas áreas cível e criminal, mais especificamente questões relativas a moradia coletiva e violência policial, tendo coordenado o Departamento Jurídico da entidade de agosto de 1988 a novembro de 1989.
- De abril de 1993 a janeiro de 1995, atuou como advogada da Assessoria Jurídica da Emplasa S/A, nas áreas cível e administrativa, oferecendo pareceres jurídicos e atuando nas causas cíveis da empresa.

### ***2. Como estagiária***

- De setembro de 1978 a dezembro de 1979, estagiou no escritório de advocacia dos Drs. Paulo Gonçalves da Costa e Mario de Passos Simas, nas áreas cível e criminal.
- De julho de 1975 a março de 1978, estagiou no escritório de advocacia dos Drs. João Paulo Rocha de Assis Moura e Serafim Ferreira Neto, na área cível.

## **II.- ATIVIDADES NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, SECCÃO DE SÃO PAULO**

### ***3. Na Comissão de Estágio e Exame de Ordem***

- Examinadora do “Exame de Ordem” na área de Direito Penal de 1989 a 2004, participando da correção das provas e, até dezembro de 2003, também da elaboração das mesmas.

### ***4. Na Comissão de Direitos e Prerrogativas***

- Colaboradora da Comissão nos anos de 1994 e 1995, com elogio no prontuário.

### ***5. Na Comissão de Direitos Humanos***

- Colaboradora da Comissão nos anos de 1987 a 1989.

### ***6. Na Escola Superior da Advocacia***

- Professora da Escola Superior da Advocacia - Centro, tendo dado aulas no Curso de Aprimoramento no período de 1998 a 2001 e 2003. Professora da Escola Superior da Advocacia – Leste no Curso de Direito Processual Penal a partir de 2003.

## **III – PRODUÇÃO CIENTÍFICA**

### ***7. Livros***

- **A Prova por Indícios no Processo Penal.** São Paulo, Saraiva, 1994, esgotado.

- **Justa causa para a ação penal: doutrina e jurisprudência.** São Paulo, Revista dos Tribunais, 2001.

- **Código de Processo Penal e sua Interpretação Jurisprudencial**, organizado por Alberto Silva Franco e Rui Stoco. 2. ed.. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004, 5 volumes. Autora de 30 capítulos da obra (nos volumes 2 e 3).

### ***8. Artigos e outros trabalhos publicados no Brasil***

- **Defesa penal: direito ou garantia?** (em co-autoria com Cleunice A. Valentim Bastos). Revista Brasileira de Ciências Criminais, 4: 110-125, out./dez. 1993.

- **O Perigo da Privatização dos Presídios**. Revista Tempo e Presença, CEDI, n. 268, março/abril de 1993.

- **Sistema Carcerário e Privatização de Presídios**. Revista Pensando o Brasil, n.3, junho de 1993.

- **Direito ao silêncio no interrogatório**. (em co-autoria com Maurício Zanoide de Moraes). Revista Brasileira de Ciências Criminais, 6:133-147, abr./jun. 1994.

- **Habeas corpus e advocacia criminal: liminar e âmbito de cognição** (em co-autoria com Cleunice Aparecida Valentim Bastos Pitombo). In: Jaques Camargo Penteado (coord.), Justiça Penal: críticas e sugestões, v. 5, Centro de Extensão Universitária/SP, RT, 1997, p. 128-166.

- **Interceptação telefônica: breves reflexões**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, 21: 411-12, jan.mar. 1998.

- **Alteração da competência da Justiça Militar**. In: Jaques de Camargo Penteado (coord.), Justiça Penal –7: Críticas e Sugestões - Justiça criminal moderna, São Paulo, RT, 1999, p. 230-266.

- **Lei complementar estadual nº 851/98: Inconstitucionalidade do art. 26**, Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 81:10/11, agosto 1999.

- **Execução penal e falência do sistema carcerário**, Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 83: 10, outubro 1999.

- **Execução penal e falência do sistema carcerário**, Revista Brasileira de Ciências Criminais, 29 : 351-363, jan./mar. 2000.

- **Breves notas acerca do Seminário “Las Reformas Procesales Penales em América Latina”**, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 97:13, dezembro 2000.

- **Meios de impugnação à quebra indevida de sigilo bancário**. In: Heloisa Estellita Salomão (coord.), Direito penal empresarial, São Paulo, Dialética, 2001, p. 159-182.

- **O indulto e o decreto nº 4.495, de 4 de dezembro de 2002**, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 123: 6-7, fevereiro de 2003.
- **Sê tudo em cada coisa**, no Jornal O Pátio, do Centro Acadêmico XI de Agosto, ano III, nº 58, semana de 12 a 17 de março de 2003, p. 3.
- **Breves notas acerca do seminário internacional “Persecução penal de crimes internacionais sob uma perspectiva comparada”**, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 125:9, abril de 2003.
- **Tributo a Sérgio Marcos de Moraes Pitombo**, na Revista da Escola Paulista da Magistratura, ano 4, nº 1, jan./jun. 2003, p. 25-35.
- **Carta ao Professor Sérgio Marcos de Moraes Pitombo**, em co-autoria com Benedito Roberto Garcia Pozzer, no Boletim do Instituto Manoel Pedro Pimentel, 22: 2-3, jun./ago. 2003.
- **Breves reflexões sobre a necessidade de ampliação do instituto da suspensão condicional do processo**, em Escritos em homenagem a Alberto Silva Franco, São Paulo: RT, 2003, p. 324-333.
- **Persecução penal internacional na América Latina e Espanha**. Coord. Kai Ambos e Ezequiel Malarino, trad. e org. IBCCRIM, São Paulo: IBCCRIM, 2003 (participante do informe elaborado pelo IBCCRIM em Projeto do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, em colaboração com Sylvia Steiner, Gustavo Henrique Righi I. Badaró e Tarciso Dal Maso Jardim).
- **Drogas e Política Criminal: Mesa de Estudo e Debates**, em co-autoria com Mariângela Gama de Magalhães Gomes, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 130:13, setembro de 2003.
- **Breves reflexões sobre o Processo Penal após 15 anos de vigência da Constituição Federal de 1988**, em Carta Brasileira, publicação do C.A. XI de Agosto, FDUSP, outubro 2003, nº 3, p. 7-9.
- **Publicidade, ampla defesa e contraditório no novo interrogatório judicial**, em co-autoria com Cleunice Valentim Bastos Pitombo, Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró e Marcos Alexandre Coelho Zilli, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 135:2, fevereiro de 2004.
- **A implementação do Estatuto de Roma no direito interno e outras questões de Direito Penal Internacional**, em co-autoria com Cleunice Valentim Bastos Pitombo e Marcos Alexandre Coelho Zilli, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 139:2-3, junho de 2004.

- **Notas sobre a inconstitucionalidade da Lei 10.792/2003, que criou o regime disciplinar na execução penal**, na Revista do Advogado, São Paulo, v. 24, n. 78, p. 61-66, 2004.
- **Implementação do Estatuto de Roma na América Latina**, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 152:12, julho de 2005.
- **Reformas necessárias ao código de processo penal**, no Boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 155:13-14, outubro de 2005.
- **Implementação do Estatuto de Roma na América Latina**, na página da Associação Internacional de Direito Penal – AIDP, <http://www.aidpbrasil.org.br/artigos.asp>.
- **Reformas necessárias ao código de processo penal**, na Revista Literária do Direito, São Paulo, no prelo.
- **Notas sobre a inconstitucionalidade da Lei 10.792/2003, que criou o regime disciplinar na execução penal**, em Carvalho, Salo (org.): Crítica à execução penal, 2. ed., Rio de Janeiro, no prelo.

### ***9. Artigos e outros trabalhos publicados no exterior***

- **Jurisdicción penal para crímenes internacionales en América Latina** (colaboradora com Kai Ambos, na condição de relatora do Brasil em Projeto do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Freiburg im Breisgau, Alemanha), em colaboração com Sylvia Steiner e Fauzi Hassan Chourk), Revista Penal La Ley, Espanha, v. 10, p. 130/160, julho 2002.
- **Breves notas sobre o Seminário Internacional “Persecución penal nacional de crímenes internacionales desde una perspectiva comparada”**, na página da Internet do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Freiburg im Breisgau, Alemanha) a partir de 01 de abril de 2003, texto em português e em espanhol.  
[http://www.iuscrim.mpg.de/forsch/straf/docs/natstraf\\_montevid\\_p.pdf](http://www.iuscrim.mpg.de/forsch/straf/docs/natstraf_montevid_p.pdf)
- **Persecución penal nacional de crímenes internacionales en América Latina y España**, Kai Ambos e Ezequiel Malarino, ed. (participante do informe elaborado pelo IBCCRIM em Projeto do Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, em colaboração com Sylvia Steiner, Gustavo

Henrique Righi I. Badaró e Tarciso Dal Maso Jardim). Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer Uruguay, 2003, p. 119-161.

- **Os sistemas de persecução penal e seus órgãos de acusação**, em *Criminalia*, órgão da Academia Mexicana de Ciências Penais, México, ano LXIX, nº 2, maio/agosto 2003, p. 89-123.

- **The punishment of serious crimes: a comparative analysis of sentencing law and practice – Contry Reports**. Freiburg/Breisgau., Max-Planck-Institutes für Ausländisches und Internationales Strafrecht, 2004, v. 2.

- **Dificuldades jurídicas e políticas para a ratificação ou implementação do Estatuto de Roma** (participante do informe elaborado pelo IBCCRIM em Projeto da Fundação Konrad Adenauer, em colaboração com Gustavo Henrique Righi I. Badaró, Marcos Alexandre Coelho Zilli, Cleunice Bastos Pitombo e Carlos Eduardo Japiassu), em obra organizada por Kai Ambos e Ezequiel Malarino. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer, no prelo.

### ***10. Prefácio e apresentação de livro***

- **Sigilo bancário**, Prefácio. Juliana Garcia Belloque. São Paulo : RT, 2003.

- **A iniciativa instrutória do juiz no processo penal**, apresentação. Marcos Alexandre Coelho Zilli. São Paulo : RT, 2003.

- **O direito de defesa no inquérito policial**, Prefácio. Marta Cristina Saad. São Paulo: RT, 2004.

### ***11. Dissertação e tese***

- **A prova por indícios no processo penal**, São Paulo, dissertação de mestrado, 1991.

- **Justa causa para a ação penal condenatória no direito brasileiro**, São Paulo, tese de doutoramento, 1997.

## **IV – ATIVIDADES DIDÁTICAS**

### ***12. No Curso de Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo***

- A partir de 1998, ministra as disciplinas Direito Processual Penal I, II, III, IV e V e Direito Processual Penal (Procedimentos Especiais II) no curso de Graduação da Faculdade de Direito da USP, estando a lecionar, no 1º semestre de 2006, a disciplina Direito Processual Penal III aos alunos do 4º ano diurno dessa Faculdade.

### ***13. No Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo***

- A partir de 2000, credenciada nas disciplinas de “Direito Processual Penal Constitucional”, a saber: Prisão e Liberdade, Devido Processo Legal, Nulidades do Processo Penal, Sentença e coisa julgada”, e “Estudo Crítico da Teoria das Provas Penais”, juntamente com os Professores Antonio Magalhães Gomes Filho e Antonio Scarance Fernandes.

- Lecionou a disciplina Processo Penal e Direitos Humanos, de agosto a dezembro de 2005, no Curso de Especialização em Direitos Humanos, coordenado pelo Professor Fábio Konder Comparato.

### ***14. Em cursos de pós-graduação em instituições fora da USP***

- Ministrou aulas no Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Santos, em setembro e outubro de 1994, abril e maio de 1995, maio, junho, agosto e setembro de 2001, junho, agosto, setembro e outubro de 2002 e maio de 2003.

- Ministrou aula na Escola Superior do Ministério Público, no Curso de Pós Graduação, em nível de Especialização em Direito Penal e Processual Penal, no dia 01 de julho de 1998 e 5 de junho de 2001.



- Ministrou aula na Universidade Federal de Uberlândia, no Curso Pós-Graduação, em nível de Especialização em Direito Penal, Criminologia e Direito Processual, nos dias 29 e 30 de agosto, 4 e 5 de dezembro, 11 e 12 de dezembro de 1998, 3 e 4 de dezembro de 1999.
- Ministrou aula na “Faculdades Integradas Toledo Araçatuba”, São Paulo, no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, no dia 27 de março de 1999, 28 de abril, 12 e 26 de maio de 2001.
- Ministrou aula na UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, no Curso de Pós Graduação, em nível de Mestrado, no dia 14 de abril de 2000.
- Ministrou aula na “Faculdades Integradas Toledo Araçatuba”, São Paulo, no Curso de Pós Graduação, em nível de Mestrado, nos dias 19 e 20 de outubro de 2000, 25 e 26 de janeiro de 2001, 26 e 27 de abril de 2001, 10, 11, 24 e 25 de maio de 2001.
- Ministrou aula na Universidade Federal do Amazonas, em Manaus, no Curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização, nos dias 15, 16 e 17 de março de 2001.
- Ministrou aula na Universidade Estadual de Londrina, no Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, nos dias 28 e 29 de setembro de 2001 e 25 e 26 de outubro de 2002.
- Ministrou aula na Escola Superior da Magistratura, no I Curso de Pós-Graduação “lato sensu” – Especialização em Direito Processual Penal, nos dias 8 de abril e 9 de setembro de 2002.
- Ministrou aula na Fundação Instituto de Ensino Para Osasco – FIEO, no Curso de Pós Graduação em nível de Especialização, nos dias 4 de março, 29 de abril e 27 de maio de 2002.

### ***15. Aulas, palestras e conferências proferidas em diversas entidades***

- Conferência sobre “**Sistema Carcerário e Direitos Humanos**”, no 1º Congresso Nacional das Mulheres de Carreira Jurídica, realizado em Brasília, Distrito Federal, no período de 28 a 31 de maio de 1989.
- Debate sobre o tema “**Licitude e Ilícitude da Prova no Processo**”, no 2º Encontro Regional de Advogadas da Região de Campinas, realizado em Campinas, São Paulo, em 29 de agosto de 1992.

- Debate sobre o tema "**A Visão Policial da Questão do Jovem Infrator**", no Fórum de Debates sobre a Criança e o Adolescente, promovido pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, em 31 de agosto de 1992.
- Palestra sobre "**Interceptações Telefônicas e Gravações Clandestinas: Quebra de Sigilo**", no Encontro Regional de Advogadas de Ribeirão Preto, em 17 de outubro de 1992.
- Painel sobre "**Aspectos controvertidos da Lei 9099/95: autoridade policial e procedimento**", nas I Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal, realizado em Brasília, Distrito Federal, em 07 de novembro de 1996.
- Debate sobre o tema "**Escuta telefônica**", no III Seminário Regional do IBCCRIM- Florianópolis, em 03 de outubro de 1997.
- Debate sobre o tema "**O processo cautelar criminal**", no Seminário "O processo cautelar no âmbito civil e penal", promovido pela Procuradoria da República em São Paulo, no dia 10 de novembro de 1997.
- Palestra sobre "**A ilicitude na obtenção da prova e sua aferição**", no I Seminário no Estado de Minas Gerais – V Seminário Regional do IBCCRIM- Uberlândia, no dia 5 de dezembro de 1997.
- Palestra sobre "**Provas ilícitas**", no Curso "Temas Polêmicos de Processo Penal", promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo na cidade de Franca, Estado de São Paulo, no dia 16 de abril de 1998.
- Palestra sobre "**Provas ilícitas**", no Curso "Temas Polêmicos de Processo Penal", promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo na cidade de Marília, Estado de São Paulo, no dia 25 de maio de 1998.
- Painel sobre "**Provas Ilícitas**", nas II Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal, em São Paulo, no dia 5 de junho de 1998.
- Palestra sobre "**Prova Ilícita**", na Subsecção da OAB/Penha-SP, no dia 6 de agosto de 1998.
- Aula sobre o tema "**Execução Penal**", na Escola Superior da Advocacia, no Curso de Aprimoramento, nos dias 1º e 4 de dezembro de 1998.
- Palestra sobre "**Provas Ilícitas e Interceptações Telefônicas**", no 3º Simpósio Estadual de Direito Penal e Processual Penal, em Cuiabá, Mato Grosso, no dia 10 de dezembro de 1998.
- Palestra sobre "**Temas fundamentais de execução penal**", no VIII Seminário Nacional de Estudos Jurídicos, em Aracaju, no dia 30 de abril de 1999.

- Aula sobre o tema “**Jurisdição e competência**”, no Centro de Estudos Jurídicos, Jundiaí, São Paulo, no curso “Temas Jurídicos – Ciclo de Palestras e Reciclagem, no dia 21 de agosto de 1999.
- Debate sobre o tema “**Sistema Penitenciário**”, na I Semana de Direito Penal, Processual Penal e Criminologia, promovida pelo Departamento Jurídico XI de Agosto, na Faculdade de Direito da USP, no dia 2 de setembro de 1999.
- Painel de debates sobre “**Execução penal e falência do sistema carcerário**”, no V Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM, em São Paulo, no dia 7 de outubro de 1999.
- Aula sobre o tema “**Execução Penal**”, na Escola Superior da Advocacia, São Paulo, no Curso de Aprimoramento, no dia 13 de dezembro de 1999.
- Aula sobre o tema “**Individualização da Pena**”, na Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina – Curso de Preparação para a Magistratura, no dia 4 de maio de 2000.
- Palestra sobre “**Garantias constitucionais no Processo Penal**”, no Seminário Saberes Penais, promovido pela UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina, , em Florianópolis, no dia 5 de maio de 2000.
- Palestra sobre “**Reforma no Direito Penal e Processual Penal**”, no 1º Fórum Nacional de Justiça e Sistema Prisional, em Goiânia, no dia 02 de setembro de 2000.
- Palestra sobre “**Direitos e garantias individuais**”, no I Seminário de Direito Penal de Campinas, em Campinas, no dia 26 de outubro de 2000.
- Aula sobre os temas “**Citação, Notificação e Intimação**” e “**Execução Penal**”, na Escola Superior da Advocacia, São Paulo, no Curso de Aprimoramento, nos dias 18 de setembro de 27 de novembro de 2000.
- Palestra sobre “**Reforma penal e reflexos na execução penal**”, no III Encontro Nacional de Execução da Pena, em Belém, no dia 29 de novembro de 2000.
- Conferência sobre “**A reforma do Código de Processo Penal**”, no II Seminário de Direito Penal e Processual Penal, em Manaus , no dia 29 de novembro de 2000.
- Palestra sobre “**Penas alternativas na realidade brasileira**”, no Ciclo de Palestras da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, no dia 1º de fevereiro de 2001.
- Debate sobre o tema “**Sigilo bancário**”, no curso “Atualidades em Direito Penal Econômico”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e OAB de Goiás, em Goiânia, no dia 20 de fevereiro de 2001.

- Palestra sobre **“Provas”**, no curso sobre **“A reforma Processual Penal”**, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, no dia 28 de março de 2001.
- Palestra sobre **“Sigilo bancário”**, no curso **“Atualidades em Direito Penal Econômico”**, promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais e o Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais – ITEC, em Porto Alegre, no dia 17 de abril de 2001.
- Palestra sobre **“Medidas cautelares e liberdade”**, no Quarto Painel sobre a reforma processual penal, realizado na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, em 23 de abril de 2001.
- Palestra sobre **“Habeas corpus”**, no Colóquio Anual de Direitos Humanos, realizado pelo Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos, em São Paulo, no dia 17 de maio de 2001.
- Conferência sobre o tema **“Reforma da Lei de Execução Penal”**, no IV Encontro Nacional de Execução da Pena, realizado em Recife, no dia 20 de junho de 2001.
- Palestra sobre **“Reforma do Código de Processo Penal”**, no II Seminário de Ciências Criminais do Sudoeste Mineiro, em Passos, Minas Gerais, no dia 23 de agosto de 2001.
- Palestra sobre o tema **“Princípio do contraditório e da ampla defesa”**, na I Semana Jurídica, promovida pela Diretoria do Curso de Direito e Pró-Reitoria Adjunta de Assuntos Comunitários, Culturais e de Extensão da Universidade Cidade de São Paulo – UNICID, no dia 3 de setembro de 2001.
- Palestra sobre o tema **“Reforma do Código de Processo Penal, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Bauru**, no dia 17 de outubro de 2001.
- Aula sobre os temas **“Recursos” e “Execução Penal”**, na Escola Superior da Advocacia, São Paulo, no Curso de Aprimoramento, nos dias 19 e 26 de novembro de 2001.
- Palestra sobre o tema **“Produção probatória”**, no Seminário **“A reforma do processo penal brasileiro”**, promovido pela Escola da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), no dia 25 de março de 2002.
- Palestra sobre o tema **“A prova por indícios no direito processual”**, no curso **“Temas atuais de processo penal”**, promovido pelo Instituto dos Advogados de Minas Gerais, no dia 1 de abril de 2002.
- Palestra sobre o tema **“Prisão e seus aspectos processuais”**, no curso sobre **“Reflexões atuais sobre Prisão”**, promovido pela UNOESTE, em Presidente Prudente, no dia 25 de abril de 2002.

- Painel sobre o tema **“Análise do sistema prisional”**, no Debate sobre **“O sistema prisional”**, promovido pelo Diretório Acadêmico XIII de Setembro, da FMU/São Paulo, no dia 8 de maio de 2002.
- Painel sobre o tema **“Prisão cautelar”**, no 1º Congresso sobre **“As reformas do Código de Processo Penal e Estado Democrático de Direito”**, promovido pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, no dia 20 de agosto de 2002.
- Aula sobre o tema **“Devido processo penal III: prisão e liberdade”**, no **“Laboratório de Ciências Criminais”** do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, no dia 11 de setembro de 2002.
- Debate sobre o tema **“Novos modelos de execução penal”**, na Semana de Direito Penal e Segurança Pública, promovido pelo Partido Acadêmico Autônomo da Faculdade de Direito da USP, no dia 26 de setembro de 2002.
- Palestra sobre o tema **“Visão crítica da reforma do procedimento do júri, no III Encontro Estadual de Juízes do Tribunal do Júri – O procedimento do júri na reforma do Código de Processo Penal”**, no dia 29 de novembro de 2002.
- Aulas sobre os temas **“Procedimento comum ordinário”** e **“Juizado Especial Criminal”**, na Escola Superior da Advocacia – Zona Leste, no Curso de Direito Processual Penal, nos dias 10 e 12 de junho de 2003.
- Aulas sobre os temas **“Habeas Corpus e Revisão Criminal”**, na Escola Superior da Advocacia – Zona Leste, no Curso de Direito Processual Penal, nos dias 16 de setembro e 07 de outubro de 2003.
- Painel sobre **“Foro Privilegiado e Princípio da Igualdade”**, no 9º Seminário Internacional do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, no dia 02 de outubro de 2003.
- Aula sobre os temas **“Nulidades no processo penal, Recursos. Princípios gerais, Recursos – Os recursos em espécie e Embargos infringentes e embargos de declaração”**, na Escola Superior da Advocacia, no Curso de Aprimoramento, nos dias 27 de outubro e 12 e 17 de novembro de 2003.
- Palestra sobre o tema **“Sessões de julgamento: modernização do rito – uma questão de sobrevivência institucional e acesso popular”**, no VIII Encontro Nacional de Tribunais do Júri, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, no dia 28 de novembro de 2003, em Macapá.
- Aula sobre o tema **“Ação penal”**, no IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, no curso **“Parte Geral do Direito Penal”**, no dia 1º de dezembro de 2003.

- Palestra sobre o tema “**Sistema penitenciário, execução penal e penas alternativas**”, no IV Congresso Nacional de Defensores Públicos, realizado em Recife, no dia 14 de maio de 2004.
- Aula sobre os temas “**Processo penal: prisão cautelar, liberdade e fiança**”, na Escola Superior da Advocacia – Zona Leste, no Curso de Aprimoramento, nos dias 3, 8 e 15 de junho de 2004..
- Palestra sobre o tema “**A violação dos princípios da execução penal pela reforma da LEP**”, no VI Encontro Nacional de Execução Penal, realizado em João Pessoa, no dia 19 de junho de 2004.
- Aula sobre o tema “**Do novo interrogatório**”, no Curso Superior de Polícia, promovido pela Polícia Militar de São Paulo, no dia 16 de julho de 2004.
- Palestra sobre o tema “**Inquérito sigiloso e direito de defesa**”, na Faculdade de Direito da UFMG, Belo Horizonte, no Simpósio Direito Penal e Processo Penal na Democracia, promovido pelo Departamento de Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da UFMG e IBCCRIM, Belo Horizonte, no dia 19 de maio de 2005.
- Palestra sobre o tema “**O interrogatório no processo penal brasileiro**”, no II Simpósio de Ciências Criminais, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, Recife, em 09 de junho de 2005.
- Aula sobre “**Execução penal**”, no Laboratório de Ciências Criminais do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, para as turmas I e II, no dia 12 de setembro de 2005.
- Palestra sobre o tema “**O processo penal constitucional – uma visão garantista**”, no IV Simpósio de Direito Penal para Mato Grosso do Sul, promovido pela Meritum – Instituto de Direito, em 20 de outubro de 2005.
- Palestra sobre o tema “**A polícia judiciária e o devido processo legal**”, na Ordem dos Advogados do Brasil de Sorocaba, no dia 22 de novembro de 2005.

### ***16. Atividades no exterior***

- Palestra sobre o tema “**La implementación del Estatuto de Roma en Brasil**”, no dia 27 de fevereiro de 2003, no Seminário Persecución penal nacional de crímenes internacionales desde una perspectiva internacional comparada, promovido pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht (Freiburg im Breisgau, Alemanha) e Fundación Konrad Adenauer – Programa Estado de Derecho para Suramérica (Uruguai), realizado em Montevideu, representando o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

- Participação, como relatora nacional do tema “Os sistemas de persecução penal e seus órgãos de acusação, no XII Congresso Mundial de Direito Processual, realizado na cidade do México no dia 25 de setembro de 2003.

- Participação, como representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, do Seminário Dificuldades jurídicas e políticas para a ratificação ou implementação do Estatuto de Roma, organizado pela Fundação Konrad Adenauer, realizado na cidade do México nos dias 5 e 6 de abril de 2005.

- Participou, como representante do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, do Seminário Iberoamericano Implementación del Estatuto de la Corte Penal Internacional, organizado pela Fundação Konrad Adenauer, realizado na Cidade do México nos dias 6, 7 e 8 de abril de 2005.

## **V – TÍTULOS DA CARREIRA UNIVERSITÁRIA**

### ***17. Qualificações universitárias***

- Mestre em Direito Processual pela Universidade de São Paulo, com a dissertação “A prova por indícios no processo penal”, defendida em 9 de outubro de 1991, perante banca integrada pelos Professores Rogério Lauria Tucci, Vicente Greco Filho e José Maria Marlet Pareta. Nota obtida: 9,66 (nove e sessenta e seis décimos).

- Doutor em Direito Processual pela Universidade de São Paulo, com a tese “Justa causa para a ação condenatória no direito brasileiro”, defendida em 9 de setembro de 1997, perante banca integrada pelos Professores Rogério Lauria Tucci, Ada Pellegrini Grinover, Miguel Reale Júnior, Nilzardo Carneiro Leão e José Barcelos de Souza. Nota obtida: 9,8 (nove e oito décimos).

### ***18. Função na carreira universitária***

- Professora doutora contratada junto ao Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, de 18 de junho de 1998 a 8 de agosto de 2002, após processo seletivo realizado no período de 11 a 13 de março de 1998 (Editais 46/97 e 34/98).

- Professora doutora do Departamento de Direito Processual da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em exercício desde 9 de agosto de 2002, após concurso público realizado no período de 28 de março a 2 de abril de 2002 (Edital FD 37/2001).

## **VI – DIPLOMAS E CERTIFICADOS DE CONCLUSÃO DE CURSOS**

### ***19. Diplomas e certificados de curso superior e de pós-graduação.***

- Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, expedido em 7 de janeiro de 1980.
- Mestre em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, expedido em 26 de fevereiro de 1993.
- Doutor em Direito Processual pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, expedido em 11 de agosto de 2000.

### ***20. Cursos de especialização***

- Curso de Especialização em Direito Processual Penal da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período de 19 de setembro a 28 de novembro de 1981. Certificado de aproveitamento expedido em 5 de março de 1982.
- Curso de Especialização em Direito Penal Econômico e Europeu, promovido pela Faculdade de Direito de Coimbra, Instituto de Direito Penal Econômico Europeu e IBCCRIM, em São Paulo, nos meses de agosto, setembro e outubro de 2000. Certificado de participação expedido em agosto de 2001.

### ***21. Cursos de extensão universitária***

#### **A - Direito Penal e Direito Processual Penal**

- “Ciclo de Estudos de Direito Penal”, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de 23 de março a 13 de abril de 1982.
- Curso “O Novo Código Penal (Parte Geral)”, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo no período de 11 a 27 de março de 1985.
- Palestra “O Novo Código Penal - Parte Geral e o Anteprojeto da Reforma da Parte Especial: Crimes contra o Patrimônio, a Ordem Econômica, Financeira e



Tributária", proferida pelo Dr. Luiz Vicente Cernicchiaro em 23 de maio de 1985.

- Curso "Execução Penal no Brasil", promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo no período de 25 de setembro a 16 de outubro de 1986.

- Curso "Elementos do Penitenciário", promovido pelo Departamento de Direito Público e Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual de Londrina, Paraná, no período de 20 a 24 de agosto de 1988.

- 2º Curso sobre Temas de Criminologia, promovido pelo Centro de Recursos Humanos da Administração Penitenciária de São Paulo e Instituto Manoel Pedro Pimentel no período de 03 a 31 de agosto de 1992.

- Curso sobre "Juizados Especiais Criminais", promovido pelo IBCCRIM, no período de 28 a 30 de novembro de 1995.

- Curso sobre "Atualidades em Direito Penal Econômico", promovido pelo IBCCRIM, entre os dias 20 e 22 de fevereiro de 2001.

- Conferência "A tutela penal da vida humana", proferida pelo Professor Dr. Claus Roxin, no Centro de Convenções Rebouças, no dia 6 de março de 2002.

- Curso "Justiça e Finitude – uma visão hermenêutica do Direito", promovido pela Escola Paulista da Magistratura, no período de 26 a 29 de agosto de 2002.

## **B - Direito Constitucional**

- Curso de Alto Nível sobre os Instrumentos de Proteção aos Direitos Individuais (O Mandado de Segurança e o Habeas-Corpus), promovido pela Associação dos Procuradores da República, Associação dos Juizes Federais do Brasil, Associação dos Advogados da Prefeitura do Município de São Paulo e Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no período de 1º de outubro a 26 de novembro de 1979.

- Ciclo de Palestras sobre o "Habeas Corpus", promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, em maio de 1981.

- Seminário "Direitos Fundamentais na Sociedade Moderna", promovido pela Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica, no período de 3 a 7 de março de 1986.

- Curso "Visão Geral da Constituição Federal", promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, no período de 05 a 29 de junho de 1989.

### **C. Direito Civil e Direito Processual Civil**

- Ciclo de Conferências sobre a Nova Lei da Sociedade Anônima, promovido pelo Diretório Acadêmico “João Mendes Júnior”, da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, no período de 11 a 25 de abril de 1977.
- II Curso de Direito Civil, promovido pelo Diretório Acadêmico “João Mendes Júnior”, da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, em abril de 1978.
- Curso "Quatro Anos de Vigência do Código de Processo Civil, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, em julho de 1978.
- Curso "Segunda Semana de Estudos de Direito Civil", promovido pelo Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de 21 a 25 de agosto de 1978.
- Curso de Processo Civil, promovido pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo no período de 27 de agosto a 25 de setembro de 1980.
- Curso de Direito Processual Civil, promovido pelo Centro Acadêmico 22 de Agosto da Faculdade de Direito da PUC/SP no período de 13 a 17 de agosto de 1984.
- Curso "Direito Processual do Trabalho", promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Secção de São Paulo, no período de 12 a 22 de agosto de 1985.
- Ciclo de Estudos sobre Responsabilidade Civil, promovido pela Associação Paulista de Magistrados no período de 4 a 12 de maio de 1988.
- Curso "Responsabilidade Civil", promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo no período de 19 a 30 de março de 1990.
- II Simpósio sobre as recentes alterações do Código de Processo Civil, promovido pela Associação Paulista de Magistrados, nos dias 24 e 27 de março e 4 de abril de 1995.
- Seminário “Direito Processual Civil Comparado Brasil-Itália”, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e Instituto Brasileiro de Direito Processual, no período de 18 a 20 de agosto de 1997.
- Curso “A nova reforma do CPC (Leis n.ºs. 10.352/01, 10.358/01, 10.444/02), promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, no período de 5 a 15 de agosto de 2002.
- Curso “O novo Código Civil”, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, no período de 8 de agosto a 5 de dezembro de 2002.

## **VII – OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, TÉCNICAS E CIENTÍFICAS**

### ***22. Participação em bancas de concurso público***

- Membro efetivo da banca de concurso público para ingresso na carreira do Ministério Público do Ceará, nos dias 1º e 2 de dezembro de 2001, em Fortaleza.

- Membro efetivo da Comissão Julgadora do Concurso Público para provimento de cargo de Professor Assistente na disciplina *Direito Processual Penal* do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté/SP, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2003.

- Membro efetivo da Comissão Julgadora do Concurso Público para provimento de cargo de Professor Assistente na disciplina *Teoria Geral do Processo* do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté/SP, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2003.

- Membro efetivo da Comissão Julgadora do Concurso Público para provimento de cargo de Professor Assistente na disciplina *Introdução ao Estudo do Direito* do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté/SP, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2003.

- Membro efetivo da Comissão Julgadora do Concurso Público para provimento de cargo de Professor Assistente na disciplina *Direito Internacional* do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Taubaté/SP, nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2003.

### ***23. Participação em congressos, seminários e similares.***

- Participou do Congresso Brasileiro sobre a Reforma Penal, promovido pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de 11 a 22 de setembro de 1984.

- Participou do XII Congresso Mundial da Federação Internacional das Mulheres de Carreira Jurídica, realizado em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no período de 04 a 08 de setembro de 1988.

- Participou do II Congresso Brasileiro de Criminologia, realizado em Londrina, Estado do Paraná, no período de 20 a 24 de agosto de 1988.
- Participou das I Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, realizado em Brasília, Distrito Federal, no período de 6 a 8 de novembro de 1996.
- Participou do 5º Simpósio de Justiça Penal – Críticas e Sugestões, promovido pelo Centro de Extensão Universitária em novembro de 1997.
- Participou do V Seminário Regional do IBCCRIM, em Uberlândia, nos dias 5 e 6 de dezembro de 1997.
- Participou do II Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, realizado em São Paulo no período de 3 a 5 de junho de 1998.
- Participou do IV Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 9 a 12 de setembro de 1998.
- Participou do V Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 9 a 12 de setembro de 1999.
- Participou do 7º Simpósio de Justiça Penal – Críticas e Sugestões, realizado no Centro de Extensão Universitária – São Paulo, no dia 20 de novembro de 1999.
- Participou do I Seminário Regional de Ciências Criminais – Ribeirão Preto, realizado nos dias 12 e 13 de maio de 2000 em Ribeirão Preto.
- Participou do VI Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 3 a 6 de outubro de 2000.
- Participou do Seminário Internacional “Las reformas procesales penales en América Latina”, promovido pela Fundação Konrad Adenauer e Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, realizado nos dias 30 e 31 de outubro de 2000, em Santiago, Chile, representando o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.
- Participou do 1º Congresso Nacional sobre Reforma Penal: O Código de Processo Penal, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil nos dias 3º e 31 de agosto de 2001.
- Participou do VII Seminário Internacional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 2 a 5 de outubro de 2001, em São Paulo.
- Participou do Colóquio Internacional “Estado de derecho y delincuencia de Estado en América Latina – Procesos de transformación comparados”, promovido pela Fundación Konrad Adenauer- Programa Estado de Derecho para

Suramérica e pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, realizado no período de 22 a 24 de fevereiro de 2002, em São Paulo, representando o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

- Participou do VIII Seminário Internacional do IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 8 a 11 de outubro de 2002.

- Participou do Seminário Internacional “Persecución penal nacional de crímenes internacionales desde una perspectiva internacional comparada”, promovido pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht e Fundación Konrad Adenauer – Programa Estado de Derecho para Suramérica, realizado no período de 27 e 28 de fevereiro de 2003, em Montevideo, representando o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais.

- Participou do XII Congresso Mundial de Direito Processual, realizado na Cidade do México no período de 22 a 26 de setembro de 2003.

- Participou do IX Seminário Internacional do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 30 de setembro a 3 de outubro de 2003.

- Participou do VIII Encontro Nacional de Tribunais do Júri, realizado em Macapá no período de 26 a 28 de novembro de 2003.

- Participou do Seminário Internacional “La implementación del Estatuto de Roma en el Derecho interno y otras cuestiones fundamentales de Derecho Penal Internacional”, promovido pela Fundación Konrad Adenauer e IBCCRIM, realizado em São Paulo nos dias 19 e 20 de março de 2004.

- Participou do Seminário Internacional “Derecho Penal Internacional y Estatuto de Roma”, promovido pela Fundación Konrad Adenauer no Rio de Janeiro no dia 22 de março de 2004.

- Conferência Internacional sobre Penas Alternativas, promovida pelo Ministério da Justiça, realizado no mês de maio de 2004.

- Participou do VI Encontro Nacional de Execução Penal, realizado em São Luiz, Maranhão, no mês de outubro de 2004.

- Participou do IV Congresso Nacional de Defensores Públicos: Defensoria Pública, Direito do Cidadão, realizado em Recife, no mês de junho de 2004

- Participou do X Seminário Internacional do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 5 a 8 de outubro de 2004.

- Participou do XI Seminário Internacional do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, realizado em São Paulo no período de 4 a 7 de outubro de 2005.

- Participou do Primeiro Simpósio Pan-Americano. O futuro da Amazônia e os direitos da humanidade, realizado em Belém, Pará, no período de 26 a 29 de outubro de 2005.

#### ***24. Participação em grupos de trabalho e comissões***

- Participou, na qualidade de membro, do Grupo Especial de Trabalho sobre Medidas de Apoio às Vítimas e de Prevenção contra a Violência Urbana, constituído pelo Secretário da Administração Penitenciária em outubro de 1995, e coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Scarance Fernandes.

- Participou, na qualidade de membro, da Comissão Especial designada pelo Ministro da Justiça, através da Portaria 466, de 7 de junho de 2000, com vistas a propor a elaboração de um Anteprojeto de Lei que modifique a Lei de Execução Penal, que foi entregue ao Ministro em janeiro de 2001.

- Participou da Comissão constituída pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, para análise e estudo dos anteprojetos de reforma do Código de Processo Penal, em junho de 2000.

- Participou, como relatora, em colaboração com Sylvia Helena de Figueiredo Steiner e Fauzi Hassan Choukr, de informe no projeto desenvolvido pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, na Alemanha, sob o título “Jurisdição penal para crimes internacionais na América Latina”, no ano 2001.

- Participou do grupo de trabalho do IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, para a elaboração de informe no projeto desenvolvido pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, na Alemanha, em conjunto com a Fundación Konrad Adenauer – Programa Estado de Derecho para Suramérica, no Uruguai, sob o título “Persecução penal nacional de crimes internacionais sob a perspectiva internacional comparada”, no ano 2003.

- Participou, na condição de convidada da Subcomissão Permanente de Segurança Pública do Senado Federal, de audiência pública, em Reunião Extraordinária, realizada no dia 2 de setembro de 2003 no Senado Federal, destinada à discussão do tema “O crime organizado, lavagem de dinheiro e narcotráfico”.

- Participou, como relatora nacional, dos trabalhos para o XII Congresso Mundial de Direito Processual, realizado na cidade do México, no período de 22 a 26 de setembro de 2003, sobre o tema “Los sistemas de enjuiciamiento penal y sus órganos de acusación”.
- Participou do grupo de trabalho do IBCCRIM – Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, para a elaboração de informe no projeto desenvolvido pelo Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Strafrecht, na Alemanha, sob o título “The punishment of serious crimes: a comparative analysis of sentencing law and practice”, no ano 2003.
- Membro da Comissão Julgadora do “Prêmio Universidade de São Paulo de Direito Humanos” do ano 2003.
- Participou do grupo de trabalho do IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, para a elaboração de informe no projeto desenvolvido pela Fundación Konrad Adenauer – Programa Estado de Derecho para Suramérica, no Uruguai, sob o título “Dificuldades jurídicas e políticas para a ratificação ou implementação do Estatuto de Roma”, no ano 2005.

### ***25. Trabalhos Técnicos***

- Avaliou o Curso de Direito da UNESP – Universidade Paulista do Estado de São Paulo nos dias 17 e 18 de novembro de 2005.

## **VIII – OUTROS DADOS**

### ***26. Participação em órgãos e instituições.***

- Membro do Conselho de Coordenação das atividades, no Brasil, do Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente – ILANUD, com mandato de dois anos, a partir de junho de 2002 e de dois anos, a partir de dezembro de 2004.
- Membro do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - IBCCRIM desde a fundação, em outubro de 1992.
- Membro do Conselho deliberativo do Instituto Manoel Pedro Pimentel no quadriênio de 1996/2000 e no quadriênio 2000/2004.
- Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual.
- Membro associado da Comissão Teotônio Vilela, de Direitos Humanos.

- Membro suplente do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana-CONDEPE, vinculado à Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania no período de 1995 a 1997.

## **27. Idiomas estrangeiros**

- Inglês : - Cultura Inglesa - 1970/1976  
Certificado : Lower Cambridge Examination em 1974
- Francês : - Aliança Francesa - 1972/1977  
Certificado : Certificat d'Etudes Pratiques de L'Alliance Française - CEPAL em 1977
- Italiano : - Instituto Italiano de Cultura - 1978/1979  
Certificado : Conclusão de curso em 1979
- Alemão: Goethe - Institut - 1996/2005  
Certificados: Zertifikat Deutsch als Fremdsprache em 1998  
Zentrale Mittelstufenprüfung em 2002  
Atestados: conclusão do curso de alemão, nível Oberstufe 4/4 (Avançado 4/4), em dezembro de 2003; conclusão de curso especial "Lesen und Sprechen" em dezembro de 2004 e conclusão de curso especial "Lesen und Sprechen" em dezembro de 2005.
- Espanhol: Instituto Hispânico de São Paulo – UNIBERO - 2003  
Certificado: Conocimiento de la lengua española em 2003  
Atestado: conclusão do nível Avançado I no primeiro semestre de 2003.
- Hebraico: Centro de Cultura Judaica – 2003/2005  
Atestado: conclusão do Quarto Módulo de Língua Hebraica no primeiro semestre de 2005.

## **28. Referências especiais**

- 1ª Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais para o biênio 2005-2006.
- 2ª Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais para o biênio 2004-2005.
- Diretora da Revista Brasileira de Ciências Criminais no biênio 2001-2002.
- Colabora permanente da Revista Brasileira de Ciências Criminais, publicada pela Editora Revista dos Tribunais.



- Membro do Conselho de Apoio e Pesquisa da Revista de Processo, publicada pela Editora Revista dos Tribunais.
- Cientista convidada do Max-Planck-Institut de Direito Penal Estrangeiro e Internacional (Freiburg im Breisgau, Alemanha), no período de 11 de julho a 31 de julho de 2001. Título da pesquisa: Princípio da proporcionalidade.

São Paulo, fevereiro de 2006.

  
 Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Aviso nº 627 – C. Civil

Em 8 de junho de 2006

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Doutora Maria Thereza Rocha de Assis Moura, para compor o Superior Tribunal de Justiça, na vaga destinada a Advogado, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro José Arnaldo da Fonseca.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra, sem prejuízo dos inscritos, ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem, por nossa iniciativa, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realizou mais uma audiência pública para discutir a violência contra o idoso. Infelizmente, devido à confusão que atualmente ocorre no transporte aéreo e às dificuldades da nossa querida Varig, não consegui chegar a tempo de assistir à audiência, mas ela foi realizada e presidida pelo Senador Cristovam Buarque, Presidente da Comissão.

Foi uma belíssima audiência, Sr. Presidente. Mas, antes de tratar desse assunto, eu quero dizer, mais uma vez, que sou otimista. Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> foi um dos lutadores naquela Comissão, da qual fui um dos coordenadores, criada para discutir o caso da Varig, a fim de que a empresa volte a voar normalmente. O consórcio dos trabalhadores se habilitou, o juiz foi favorável à não-falência e deu mais 48 horas para que outros investidores aportem recursos e a Varig possa voltar à normalidade.

Repito que sou um otimista e digo, há muito tempo, que os pessimistas são derrotados por antecedência. É com esse sentimento que acredito que, em 48 horas, as corretas exigências do juiz serão atendidas e o consórcio dos trabalhadores e aposentados poderá assumir a direção da Varig, para que ela volte a cruzar não somente os ares de nosso País, mas os de todo o mundo.

Sr. Presidente, quanto à violência contra o idoso, assunto debatido ontem, ficou comprovado que ela atinge principalmente as pessoas que ganham quatro ou cinco salários mínimos. Esse tema, sobre o qual estou pautando uma discussão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e na Comissão de Assuntos Sociais, é também o eixo do debate no Congresso, onde estamos tratando da reposição dos benefícios dos aposentados e pensionistas incluídos nessa faixa salarial.

Reafirmo que entendo correta a aprovação, na Câmara dos Deputados, do reajuste de 16,7% aos milhões de aposentados e pensionistas que não receberam o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo. Sr. Presidente, pelo menos dez milhões de famílias serão contempladas com esse pequeno reajuste. Não podemos entrar na paranóia de acreditar que dar reajuste para o aposentado criará dificuldades na economia do País, porque isso já foi feito inúmeras vezes. Fazendo uma

retrospectiva histórica, desde a Constituinte, por mais de dez vezes já foi dado o mesmo percentual de reajuste do salário mínimo para os aposentados. Por isso, pela lógica, uma diferença de 10% ou de 11%, algo em torno de quatro bilhões, não provocaria impacto algum.

Nós debatemos a concessão de recursos para todos os setores, Senador Romeu Tuma, mas esse é o único segmento que não tem força, devido à idade, para acampar em frente ao Congresso, já que as pessoas poderiam até adquirir uma pneumonia. Os únicos que não têm condição de entupir o Congresso Nacional são os idosos, mas eles assistem à TV Senado.

V. Ex<sup>a</sup> precisa ver o número de correspondências animadoras que recebi, elogiando o Senado e dizendo que haveremos de acompanhar a decisão da Câmara dos Deputados, no sentido de assegurar esse pequeno reajuste àqueles que já estão com uma defasagem de 70% dos benefícios a que teriam direito. Com isso, pelo menos, o prejuízo será de 60%.

Por isso, Senador Romeu Tuma, faço questão de receber o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e, em seguida, o do nobre Senador Edison Lobão.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – A melhor coisa que me acontece neste plenário, Senador Paulo Paim, é fazer um aparte à inteligência e aos objetivos da palavra de V. Ex<sup>a</sup>, que sempre busca a melhoria dos menos favorecidos. Esse é o comentário permanente. O Senador Edison Lobão é testemunha disso, porque também é um defensor claro dos menos favorecidos, já que vem de uma região pobre e sabe como é o sofrimento dos trabalhadores, principalmente dos aposentados. Dizem que o aposentado não precisa de sapato, camisa ou roupas, então, não precisa ganhar os reajustes, mas se alteram os preços de tudo aquilo que ele precisa, como alimentos e medicamentos. Estes, na farmácia popular, correspondem a 10% das suas necessidades. Sr. Senador, parabéns pela sua firmeza no programa Roda Viva. Desculpe-me, mas o carinho está sobrando. Senador, continue a sua luta, porque Deus o abençoará sempre. Os aposentados precisam da palavra de pessoas como V. Ex<sup>a</sup>, porque muitos não têm nem força para falar. Eles ficam à distância, assistindo, acompanhando e mandando centenas de *e-mails*, pois o estado de necessidade por que passam é grande, já que, ao longo do tempo, sua aposentadoria tem sido cada vez mais reduzida, se comparada com a contribuição permanente que são obrigados a fazer. O Governo não pode dizer, nas emissoras de rádio e televisão, que vai vetar o reajuste. Pelo amor de Deus, Presidente Lula, ouça o seu parceiro que luta pelos menos favorecidos, o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, o mínimo que estou pedindo é que o Senado acompanhe a Câmara, onde ocorreram apenas cinco votos contrários. Não houve, praticamente,

um voto a mais por partido que votou contra. Parece-me que foram três votos de um partido e um voto de outros dois. Se na Câmara, composta por 513 Deputados, só houve cinco pessoas que ousaram dizer que o aposentado não tem direito ao percentual dado ao salário mínimo, no Senado não será diferente. Por isso estou muito esperançoso.

Eu falei por telefone, antes de vir à tribuna, com o Presidente da Cobap, confederação que reúne todos os aposentados e pensionistas do País. Ele me disse: “Paim, nós estamos desesperados. Estaremos aí, na semana que vem, não com milhares, porque eles não podem se deslocar, mas com uma comissão, para conversar com cada Senador”. Depois, naturalmente, aprovado no Senado, vamos dialogar com o Executivo, no sentido de tentar evitar o veto.

Concedo o aparte ao Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Paulo Paim, fui Governador de Estado e aprendi que se governa mais com imaginação criadora do que com recursos financeiros. Se o Governo entende que tem dificuldades para atender aos mais necessitados, aos mais carentes, àqueles que já estão no final da sua reta de vida, e que, como acentuou o Senador Romeu Tuma, necessitam, mais que os demais, de recursos médicos, assistência e despesas, então precisa ter a sua criatividade em ação para encontrar uma solução para os aposentados. Não pode, simplesmente, virar-lhes as costas. Por que eles estão aposentados? Porque cumpriram a legislação brasileira, segundo a qual todos, em primeiro lugar, são iguais perante a lei e, em segundo lugar, porque fizeram o recolhimento da sua parcela de contribuição para a Previdência. Eles têm esse direito assegurado por lei. Não é possível seqüestrar-lhes os direitos ao final da vida. Há o dever de cada um de nós de solidariedade para com os aposentados brasileiros. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa de trazer o assunto à discussão do Plenário do Senado Federal. Temos de levar a sério isto: aposentado não pode ser removido de um grupo de pessoas que cumpriram seus deveres para com a Previdência, para com as leis do Estado brasileiro. Aproveito para voltar àquela questão inicial do discurso de V. Ex<sup>a</sup>: a Varig. É preciso também que o Governo brasileiro, definitivamente, juntamente com o Poder Judiciário, tome uma atitude. A Varig não pode estar sangrando, a cada dia, até fenececer, como aconteceu com a Vasp. O Governo, prometendo, assegurando uma negociação, uma ajuda, um equacionamento da situação da Vasp, fez com que a empresa fosse além daquilo que podia ir e acabou fechando suas portas. Assim acontece com a Varig. É preciso encontrar uma solução definitiva. Sobretudo, sabemos que a empresa ganhou na Justiça o direito a receber uma indenização que lhe pertence. Hoje mesmo, eu estava ouvindo no noticiário das emissoras de

rádio que a Varig cancelou mais de dez vôos. A cada dia cancela tantos assim. Vai chegar a um ponto em que ela não vai suportar mais. É preciso encontrar uma solução o mais depressa possível, e V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem em se colocar na Comissão que está tentando equacionar o rumo para essa empresa de tão grande importância para o povo brasileiro.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Edison Lobão, eu falava hoje com o Comandante Márcio Marsillac, representante do consórcio dos trabalhadores, que me assegurava que, em 48 horas, eles vão cumprir tudo o que pediu o juiz encarregado do processo, e a Varig há de voltar a voar normalmente. Essa é a expectativa – eu estou relatando o que ele me disse.

Quero também dizer que tanto V. Ex<sup>a</sup> quanto o Senador Romeu Tuma têm toda a razão. Hoje o dinheiro do aposentado e do pensionista, Senadora Heloísa Helena, que fará um aparte em seguida, é praticamente para o remédio. Não estamos falando dos altos salários. Estamos falando de quem ganha de 1,1 até 7 salários mínimos, no máximo. Então, é esse universo. No primeiro momento, chegaram a dizer que seriam gastos de R\$16 a R\$18 bilhões. Por amor de Deus! Depois, baixaram para R\$8 bilhões, para R\$7 bilhões, para R\$6 bilhões. Agora, parece que está em R\$4,5 bilhões. Se forem R\$4 bilhões, por exemplo, podemos fazer esse bom debate, mostrando que é recurso, que não causará impacto negativo algum na economia. Serão atendidas, repito este dado importante, algo em torno de dez milhões de famílias.

Quero também dizer – e não foi porque S. Ex<sup>a</sup> entrou aqui, porque eu ia falar – que a emenda não é minha. A emenda é do Deputado Ranzolin, que está aqui presente. Casualmente, eu tinha apresentado uma emenda igual – como outros apresentaram –, mas a destacada e aprovada foi a do Deputado Ranzolin, que garante R\$16,7 bilhões. O que estamos pedindo? Que o Senado referende simplesmente. Não precisa dizer que tantos Deputados e outros Senadores apresentaram emenda igual. Vamos aprovar uma emenda que veio da Câmara. Pronto. Está resolvida a situação. Está aqui o Deputado Ranzolin, casualmente, e vamos trabalhar para evitar o veto, se houver.

Senadora Heloísa Helena.

**A Sr<sup>a</sup> Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Em primeiro lugar, quero saudar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, o Deputado pela iniciativa e os Senadores Romeu Tuma e Edison Lobão pelos apartes feitos, quanto a nossa solidariedade, mais uma vez, à Varig. O que está ocorrendo é algo impressionante. Sentimos isso todos nós que viajamos de avião. É uma situação constrangedora e triste para mulheres e homens, enquanto o BNDES tem R\$60 bilhões paralisados, porque não faz nada, não empresta nada para dinamizar a economia local em função dessa ortodoxia monetária acovardada,

serviçal do capital financeiro. Chega-se, realmente, a um processo de indignação. Em relação à paridade, que é consagrada no texto constitucional, infelizmente não implementada na legislação, é bom deixar claro – e V. Ex<sup>a</sup> já fez isso várias vezes, Senador Paulo Paim – que, de fato, é uma parcial recomposição de perdas. A partir do momento em que, há vários anos, existe uma diferença no reajuste, há um montante de perdas inimaginável. Então, o aumento, agora, igual a quem está na ativa, torna-se quase insignificante diante dos 75% de perda já existentes. Então, é tão pouco, é tão injusto que, mais uma vez, o Governo use os mesmos argumentos em relação ao veto, que são as duas farsas técnicas e fraudes políticas. Ou teremos de esfregar – no bom sentido – o déficit da seguridade social no rosto de alguma liderança governista, ou de qualquer outra que queira votar contra?! O próprio relatório do Tribunal de Contas da União mostrou a situação real da seguridade social, mostrou o quanto vem sendo saqueado da seguridade social por meio da desvinculação da receita da União, que tem prazo de validade neste ano e a qual esperamos que seja, de fato, extinta. Por isso, parabênizo V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, quero concluir. Dói-me muito quando vejo...

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador Paulo Paim, posso apartear V. Ex<sup>a</sup> antes da sua conclusão?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Com certeza absoluta, Senador Roberto Saturnino, nem que eu tivesse somente um minuto, eu o concederia a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Quero somente 15 segundos de aparte para cumprimentá-lo uma vez mais pelo discurso, pela tese justa que está defendendo, pela posição justa em relação aos aposentados brasileiros. Assim como também quando V. Ex<sup>a</sup> se refere à Varig, que nos toca a todos. Estamos aqui na expectativa da decisão do juiz de Nova Iorque, porque o juiz brasileiro, com uma atitude extremamente positiva, está procurando construir uma solução. Então, ficamos todos na expectativa da decisão do juiz de Nova Iorque. Eu o cumprimento, Senador Paulo Paim. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por mais um pronunciamento em defesa dos aposentados, V. Ex<sup>a</sup> que constrói a sua vida política em cima da causa da justiça social.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido, juntamente, repito, com tantos outros Senadores aqui, um lutador em defesa da Varig. V. Ex<sup>a</sup> teve o cuidado de conversar com o juiz no Rio de Janeiro para evitar uma medida que não fosse ao encontro do interesse maior da nossa Varig. O Senador Heráclito Fortes, cito sempre, foi fundamental quando reuniu as quatro comissões, inclusive o Senador Romeu Tuma estava presente, para estabelecer o debate para a recuperação da Varig.

Concluindo a questão dos idosos, quero apenas dizer, Sr. Presidente, que fico muito triste quando vejo parlamentares, alguns por quem tenho o maior carinho, mas talvez seja por desinformação, dizerem que pagar o reajuste dos aposentados pode causar inflação. Fico assim triste porque isso não tem sentido, não tem lógica. Se formos para o campo da argumentação, com a maior tranquilidade, será um reajuste miserável, que vai garantir apenas a compra do remédio, do pão, do leite e o pagamento do aluguel. É tão pequeno o reajuste em comparação a todo o gasto da macroeconomia! Quantas coisas aprovamos aqui, na Câmara, que envolvem de R\$20 bilhões a R\$50 bilhões. Podemos citar uma série de exemplos aqui, inclusive renegociações de dívidas que são legítimas, mas, para o aposentado, não pode. Não dá para entender.

Por isso, tenho a convicção de que, a partir do momento em que todos os parlamentares souberem efetivamente o que representa esse pequeno reajuste para os aposentados, ele será aprovado quase por unanimidade, Deputado Ranzolin, porque, como eu disse, somente cinco votaram, contra dentre 513. Alguém não votou e, se não votou, concordou. Cinco votaram contra, se não me engano, três de um partido, um de um outro partido e outro de um terceiro partido. Espero que isso se repita aqui, no Senado.

Sr. Presidente, conluo, pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que considere como lida, na íntegra, essa análise que fiz da violência contra os idosos, cujo eixo foi exatamente o salário, porque a maior violência contra os idosos é não lhes dar salário. Se eles não têm salário, não têm onde morar, não têm o que vestir, não têm remédio, não têm como pagar, se for necessário, até mesmo uma enfermeira, porque, muitas vezes, não podem se locomover, precisam de um acompanhante ou estão em uma casa de longa permanência.

No relato que deixo aqui, refiro que a maior violência contra o idoso é não dar esse pequeno reajuste corretamente aprovado pela Câmara dos Deputados. Diversos Deputados e Senadores, tanto da base do Governo como da Oposição, apresentaram a mesma emenda. Então, ninguém me venha com o discurso de que se trata de uma emenda de um parlamentar que não pertence à base do Governo. E eu com isso? Quero saber se a emenda é boa, se o projeto é bom, se faz justiça. É isso que interessa, e não quem é o autor da emenda. Isso é o que menos interessa. Para mim, é um argumento desprezível alegar que a emenda não é de sicrano, não é de beltrano e nem mesmo é de minha autoria. Não importa se foi a nossa emenda ou não que foi destacada; foi destacada aquela que, no momento objetivo, mais tinha condições de ser votada; e foi aprovada. É isso que interessa.

É nessa ótica e nesse sentido que estamos muito convictos de que os mesmos partidos – e foram todos,

não estou excluindo nenhum –, todos os partidos, quase por unanimidade, na Câmara, que votaram a favor. Espero que os partidos aqui do Senado sejam os mesmos da Câmara. E não poderia ser diferente: os partidos daqui são os mesmos de lá. Estou me fazendo de mal-entendido porque espero que o PSDB da Câmara e o do Senado seja o mesmo; que o PT da Câmara e o do Senado seja o mesmo; que o PMDB, que o P-SOL, que o PTD daqui sejam os mesmos de os da Câmara. Se todos são os mesmos, porque essa é a lógica, o PMDB que também votou em massa...

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paim, eu só queria dizer a V. Ex<sup>a</sup> que falei com o Desembargador, somando os meus modestos esforços aos esforços existentes, para que possamos fazer tudo, absolutamente tudo, para salvar a nossa Varig. V. Ex<sup>a</sup> foi a primeira pessoa que falou comigo a respeito. Era a informação que tinha a lhe dar.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Renan Calheiros, quero concluir que foi conversando com V. Ex<sup>a</sup> que nós articulamos, por iniciativa também do Senador Heráclito Fortes, para que a composição das comissões mistas efetivamente acontecesse e a Varig pudesse ter um bom caminho. Felizmente, estamos avançando.

De público, quero cumprimentar também o trabalho do nosso Presidente Renan Calheiros, tanto quanto nas questões relacionadas aos aposentados e pensionistas, ressaltando a sua participação para que efetivamente caminhássemos para uma boa solução.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, lamentavelmente, não pude participar da Audiência Pública realizada em 12 de junho, que tratava da difícil questão da violência contra a pessoa idosa. Eu estava no Rio Grande do Sul e vinha para Brasília participar deste evento, mas não foi possível que o avião decolasse em virtude do mau tempo.

Na audiência foram feitas importantes ponderações que eu gostaria de trazer a este Plenário.

Praticamente todos os países sofrem do mal da violência contra as pessoas idosas e foi fato surpreendente verificar que ela está presente também nos Países orientais, onde existe toda uma filosofia mais humanista.

Foi trazido ao foco o fato de que a violência contra os idosos é resultado de um déficit da democracia, sob o ponto de vista da participação de recursos e de informações. A dificuldade de acesso aos recursos e maiores informações é grande desafio a ser enfrentado.

A AMPID – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de defesa do Idoso e da Pessoa

Com Deficiência, celebrou convênio para promover cursos de capacitação aos promotores, relativamente à questão da violência contra a pessoa idosa e também desenvolver uma qualificação mais efetiva, com a criação de uma rede, neste enfrentamento.

Foi salientada a importância da construção da Rede Nacional de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa e que, os recursos para tanto são importantíssimos na questão da Violência Contra a Pessoa idosa.

Essa Rede, Sras. e Srs. Parlamentares, como um sistema se caracteriza por congregar várias perspectivas, temas, dinâmicas, processos e ações capazes de dar conta da urgência e da diversidade da demanda de realização de proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa em âmbito nacional, em relação à discriminação e a violência, o que significa que agrega diversos aspectos numa perspectiva de um sistema organizacional. É um sistema articulado, orgânico e descentralizado.

Os dados mostram que 3,5% da mortalidade de idosos é por causas violentas. A maior parte das mortes se dá no trânsito. Outra causa grave são as quedas que os idosos sofrem.

Foi salientado também que o Ministério das Cidades deveria entrar em cena e preparar transporte mais humano, cidades mais adequadas. Assim como as casas também deveriam ser preparadas para receber seus velhos.

Os idosos morrem também em grande número por homicídios e suicídios. A taxa de suicídios de idosos é quase o dobro da de outras faixas etárias.

A questão da alocação de recursos, no enfrentamento da questão, foi trazida por diversas vezes, tal como a questão da capacitação dos cuidadores familiares e profissionais.

Foi trazida também uma informação assustadora de que a capacitação dos profissionais de saúde foi pesquisada e os resultados mostraram que os grupos estão totalmente desprotegidos e muitas vezes, por cumprirem o Estatuto do Idoso, tem suas vidas ameaçadas quando da denúncia de maus tratos, tendo em vista a questão do tráfico.

Algumas das propostas levantadas foram:

- Apoio à família;
- Formação de cuidadores familiares e profissionais;
- Olhar para outras áreas (ILPIs onde também ocorrem violências). A área de saúde por exemplo, deve fazer a fiscalização nestes setores.

Na Audiência foi colocado o fato de que o Estatuto do Idoso contribuiu para a diminuição da violência contra a pessoa idosa e foi enfatizado também que o Estatuto será cada vez mais implementado se contar com a ajuda de todos, sociedade, Governo, Legislativo, Judiciário.

Neste evento, o Sr. Emídio Rebelo, do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Pará, entregou uma carta Aberta à Nação conclamando as autoridades constituídas das três esferas de governo e a sociedade em geral, ao combate de todas as formas de violência e maus tratos contra a pessoa idosa e ao cumprimento das Leis que asseguram seus direitos.

Eu peço que esta Carta seja registrada nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, os mitos de que “O idoso é descartável” e de que “Velhice é doença” são facilmente derrubados frente aos números que demonstram que 60% dos idosos trabalham e mais de 30% sustentam suas famílias, segundo dados do IPEA. 85% dos idosos continuam firmes, capazes de curtir a vida.

Tais mitos são discriminatórios e a discriminação é uma forma social de violência.

Outro fator importante levantado na Audiência foram os proventos dos idosos. 75% ganham até 3 salários mínimos.

E aqui eu afirmo, eis a nossa chance de contribuir para melhorar a vida dos nossos idosos.

Nós teremos grande oportunidade de fazer isto quando apreciarmos a emenda à MP 288/06 que possibilita aos aposentados e pensionistas um reajuste maior.

Sabedores de que a Previdência é comprovadamente superavitária, que é mais do que justo dar aos aposentados este reajuste, creio que só nos falta fazer o que é certo.

Meus nobres colegas Parlamentares, vamos fazer o que é certo. Vamos exterminar esta forma de violência chamada de abuso financeiro e econômico.

Os índices mostram que a taxa de fecundidade cai ao mesmo tempo em que têm subido a expectativa de vida dos nossos idosos. O nº de crianças atualmente passou a ser menor que o de idosos.

Temos diante de nós um novo quadro do ciclo da vida.

Vamos abraçar esta causa que na verdade é pelo bem dos idosos e pela garantia de um futuro mais tranquilo para os nossos jovens, que serão os futuros idosos do nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO PARÁ

### CARTA ABERTA À NAÇÃO

AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
 AO CONGRESSO NACIONAL  
 AOS MINISTROS DE ESTADO  
 AO PODER JUDICIÁRIO  
 À SOCIEDADE BRASILEIRA

*Pai m: Sergio  
 que leia esta  
 carta no plenário.  
 In Lide por um  
 senhor durante a  
 audiência, que foi  
 muito bom. link*

A sociedade brasileira, ao longo de sua trajetória histórica, absorveu dos países imperialistas, formas de dominação e subjugação em que vence o mais forte – o poder é utilizado para satisfazer interesses particulares de pessoas ou grupos.

As relações capitalistas que se estabeleceram no Brasil incutiram no povo brasileiro valores culturais distanciados da verdadeira ética do respeito ao ser humano enquanto cidadãos de direitos.

O uso do poder, distante de contribuir para o fortalecimento da verdadeira consciência cidadã, isto é, uma consciência que se volta ao bem estar coletivo da sociedade e não apenas para alguns ou pequenos grupos, priorizou sempre aspectos econômicos em detrimento do social.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Brasil apresenta hoje 17,6 milhões de pessoas idosas o que corresponde a 9,4% da população brasileira. Em 2050 o Brasil terá 34,3 milhões de idosos, número superior ao de crianças e jovens.

De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde – OMS, até 2025, o Brasil será o 6ª país do mundo em número de idosos.

Apesar do crescimento da população idosa, pouco tem sido feito para a efetivação da cidadania das pessoas a partir dos 60 anos.

A violência e maus tratos contra a pessoa idosa ocupa o sexto lugar na mortalidade e constitui hoje 3,5% dos óbitos de pessoas idosas, dos quais 66% são de homens e 34% de mulheres.

Por estes dados, conclui-se que a sociedade brasileira apresenta hoje marcas indelévels de um processo histórico e político de abandono dos interesses coletivos e de valorização das pessoas esquecendo até mesmo da dimensão humana do ser.

Quando se trata da pessoa idosa agrava-se mais ainda o quadro. O idoso longe de ser valorizado pela sua experiência de vida e conhecimentos é considerado como improdutivo, oneroso, velho no sentido pejorativo do termo e desta forma não é respeitado, valorizado como aquele que é sujeito da construção histórica e política do país.

Ressalta-se que a construção entre governo e sociedade civil foi importante para a construção democrática da legislação pertinente à pessoa idosa.

O Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 – constitui-se em grande conquista da sociedade brasileira ao regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Entretanto, por melhores que sejam as Leis, elas por si não resolvem ou superam a condição de não cidadania. Apesar de preconizarem ações, estas não são operacionalizadas. As pessoas idosas permanecem excluídas, discriminadas e violentadas em seus direitos como saúde, previdência, assistência social, trabalho e renda, transporte entre outros direitos já estabelecidos em Leis.

Entende-se por violência e maus tratos todas as formas de desrespeito aos direitos e o não cumprimento das Leis. Omissão, negligência também.

Infelizmente, apesar dos avanços na legislação pertinente, as pessoas idosas, desde a Constituição Federal de 1988 e Leis subseqüentes que à regulamentam, o Brasil apresenta quadros de violência e maus tratos contra pessoas idosas, incompatíveis com a dignidade da pessoa humana.

Por esta razão, as autoridades e a sociedade brasileira precisam saber:

Que as pessoas idosas unidas aos demais segmentos da sociedade não medirão esforços para a superação das injustiças sociais e uma nova sociedade onde o velho seja tratado com respeito e valorizado na sua condição de ser humano;

Que em 2050 os 34,3 milhões de idosos poderão fazer a diferença na família e na sociedade, contribuindo para a construção de um novo Brasil;

Que a construção do futuro deve se iniciar no presente, pois só assim será possível o alcance da utopia de uma nova sociedade brasileira, sem injustiças sociais;

Que é preciso extinguir a cultura do descaso, maus tratos e violência aos direitos, estabelecendo com eficácia o que já está instituído em Leis.  
**CUMPRAM-SE AS LEIS;**

Que a educação é importante política para a valorização da pessoa idosa a partir da formação de crianças e jovens quer nas famílias, quer nas escolas e na sociedade em geral, o que também já está consagrado na Política Nacional do Idoso – Lei nº 8.842 de 04 de janeiro de 1994 e no Estatuto do Idoso.

Os órgãos responsáveis pela educação devem com urgência incluir nos currículos escolares e Universidades o estudo da geriatria e gerontologia social, pois desta forma poderá ser revertido a violência e o desrespeito contra a pessoa idosa.

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDPI/PARÁ, considerando a instituição do dia 15 de junho como *1 Dia Mundial Contra Maus Tratos a Idosos* faz exigência, conclamando as autoridades constituídas das três esferas de governo (Federal, Estadual, Municipal) e a sociedade em geral, ao combate a todas as formas de violência e maus tratos contra a pessoa idosa e ao cumprimento das Leis que asseguram seus direitos.

**CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA – CEDPI/PARÁ**



**ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS**

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DO TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL - SETEPS

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA - SESPA

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER - SEEL

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJU

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - COHAB

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO - PARATUR

**ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL**

ASSOCIAÇÃO PARAENSE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - APPD

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO ESTADO DO PARÁ - FAAPPA

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BANCO DO BRASIL DO ESTADO DO PARÁ - AFABB

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA - SEÇÃO PARÁ - SBGG

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS 1ª REGIÃO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA SEÇÃO PARÁ - ANG

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO BANCO DA AMAZÔNIA S.A - AABA

Belém, 09 de junho de 2006.



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) - A Mesa atenderá ao pedido de V. Ex<sup>a</sup> com relação à transcrição de seu pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Quero comunicar à Casa que acabo de designar o Senador Marcelo Crivella para ser o Relator revisor da **Medida Provisória nº 286, de 2006**, que *abre crédito extraordinário em favor do Ministério Justiça, da Previdência Social e do Esporte no valor de R\$250,5 milhões, para os fins que especifica.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Convoco sessão conjunta do Congresso Nacional para amanhã, dia 14 de junho de 2006, às 13 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB - AL) - Tenho a honra de conceder a palavra à próxima oradora inscrita, nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de iniciar minha fala, gostaria de reforçar os dois aspectos a que o Senador Paulo Paim acabou de se referir nesta tribuna. O primeiro deles é a necessidade de salvar a Varig, o que é fundamental, de extrema relevância. Não tenho nenhuma dúvida disso. Como minha fala hoje não é sobre a Varig, faço das suas palavras, Senador Paulo Paim, as minhas.

Também quero ressaltar a justiça que se faz com relação ao reajuste dos aposentados, solidarizando-me com V. Ex<sup>a</sup> na luta que trava a esse respeito. Temos certeza de que eles, mais do que ninguém, precisam que esse reajuste se dê de conformidade com o reajuste daqueles que estão na ativa.

Disseram muito bem o Senador Roberto Saturnino, o Senador Romeu Tuma, a Senadora Heloísa Helena e outros Senadores que se pronunciaram a respeito do assunto que realmente é nessa faixa etária que o ser humano mais precisa de condições mínimas para se sustentar com dignidade, especialmente com relação à saúde. Como disse o Senador Romeu Tuma, alguns afirmam que o aposentado não precisa de luxo. Mas como pode o salário mínimo dar a alguém condições de luxo? Esse salário mínimo vai proporcionar condições mínimas para se comprarem apenas remédios, nada mais nada menos que isso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estive, nesse fim de semana, no nosso Araguaia, no norte Araguaia – norte do Araguaia ou Araguaia do Norte, como se queira –, no meu Estado de Mato Grosso. Estivemos reunidos com lideranças de vários Municípios em Porto Alegre do Norte, juntamente com representantes de Vila Rica, de Santa Terezinha, de Confresa, de Alto Xingu, enfim, de todas as proximidades daquele Município de Porto Alegre do Norte.

Há dias, referindo-me ao Araguaia, mencionei as excelentes terras lá existentes, o povo trabalhador, determinado e decidido que mora numa região de acesso difícil, mas de belezas naturais incríveis, onde a terra é da melhor qualidade. Infelizmente, as dificuldades de sobrevivência daquele povo são grandes. Há dificuldade, inclusive, no escoamento da produção, porque a BR-158 estava com seu asfaltamento parado há mais de dez anos, faltando apenas, no Estado de Mato Grosso, em torno de quatrocentos quilômetros a serem completados. Já está retomada essa obra, esse asfaltamento, assim como também o Linhão.

Há um compromisso sério, eu diria, de praticamente toda a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, de Parlamentares como a Deputada Verinha Araújo, os Deputados José Carlos do Pátio e Silval Barbosa, Presidente da Assembléia Legislativa, aliás, de todos os membros da Assembléia – justiça tem de ser feita –, independentemente de coloração partidária.

Nós estivemos sempre nessa luta permanente pela questão das estradas em Mato Grosso, pela BR-364, pela BR-163, pela continuidade da BR-163 no Pará, pelas pontes no Pará, que estão sendo licitadas; em algumas, já estão sendo iniciados trabalhos pelo Exército, porque se faz necessário, imprescindível a saída, pela BR-163, por Santarém, da produção e a entrada dos fertilizantes por Santarém, o que barateia grandemente o frete da saída do produto do chamado nortão do nosso Estado de Mato Grosso e da entrada dos fertilizantes de forma mais barata, por Santarém também. Portanto, isso é extremamente importante.

Também a BR-158, no norte do Araguaia, é fundamental, porque é a única forma de chegarmos até o nosso Araguaia. Assim também é importante o Linhão. Digo sempre: sem energia, sem estrada, não dá. O Linhão já está aprovado – Querência, Vila Rica –, com seus tentáculos em dezesseis Municípios do Araguaia. E, na história inteira do Araguaia, essa luta sempre foi muito grande por parte de todas as lideranças, de lideranças comunitárias, de lideranças políticas, de todas as organizações da sociedade dessa região, para que houvesse realmente energia de um Linhão e não só dos motores a *diesel*, que eram apenas quebra-galhos. Ainda há Municípios em que a energia acaba em determinado momento da noite, Senador Romeu Tuma, e em que a população fica sem energia, porque não tem como tocar os motores em determinados momentos em que o diesel acaba.

O projeto do Linhão está aprovado, e os recursos – são R\$115 milhões – foram liberados pela Eletrobrás. A população do norte do Araguaia, no prazo máximo de um ano e meio, contará com o Linhão, fazendo passar energia por dezesseis Municípios, com o Luz Para Todos na área rural, com energia na área urbana.

Já falei da BR-163 e, agora, quero voltar a outro assunto. Temos lutado bastante em Mato Grosso ao lado do movimento que apóia a continuidade da produção da soja e do algodão. Infelizmente, hoje, nosso Estado está restrito à produção de produtos primários para exportação. Sempre digo que o produto para a exportação é extremamente importante. Mato Grosso

é, hoje, o maior produtor de soja, de algodão e de gado para exportação. Precisamos continuar exportando soja, algodão, carne de boi e também outros produtos, mas principalmente esses três, que são fundamentais para o nosso Estado e para a busca de divisas para o País. Precisamos, porém, estimular a agricultura familiar e a busca de alternativas de produção que, realmente, tragam condições de sobrevivência digna para todos em nosso Estado do Mato Grosso.

Não é possível continuar na monocultura, que é problemática. A produção em nosso País é cíclica, toda a nossa história conta isso. Não podemos continuar insistindo em produzir apenas um ou dois produtos. Quando há um *crack*, quando há uma quebra num desses produtos, fica todo mundo em estado de pânico e até mesmo de desespero, como estão hoje os produtores rurais em Mato Grosso, especialmente os médios e os grandes. Os pequenos também enfrentam problemas, mas ainda buscam alternativa e conseguem, em algumas situações, sobreviver; em outras, estão em condição também desesperadora.

Estamos atuando permanentemente aqui, lutando. De trinta dias para cá, temos agido junto ao Ministro da Agricultura, ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Fazenda e à Casa Civil, para que, realmente, se busquem saídas e alternativas na tentativa de atender às reivindicações importantes trazidas especialmente pelo movimento Grito do Ipiranga. Algumas dessas reivindicações já foram atendidas em sua totalidade pelo Governo do Presidente Lula, outras foram atendidas em parte. Nosso Governo busca, realmente, fazer com que a produção em Mato Grosso continue no mesmo patamar que havia alcançado.

Não podemos deixar que a produção em Mato Grosso caia, porque será um prejuízo para o Brasil e para o nosso Estado, indiscutivelmente. Por isso, nós estamos – quando digo “nós”, refiro-me ao nosso Governo, ao Governo do Presidente Lula – buscando alternativas e soluções para que a produção continue no mesmo patamar alcançado nos anos anteriores no Estado de Mato Grosso.

Não vou falar aqui das reivindicações, porque todos já as conhecem, e o tempo é curto. Não vou falar aqui das conquistas, que também foram amplamente divulgadas.

Queria apresentar alguns dados, mas tenho apenas mais um minuto. De qualquer modo, quero ressaltar que, em Mato Grosso, temos motivos de sobra para afirmar que temos alternativas extremamente

significativas, como o *biodiesel*, a cana-de-açúcar e o bagaço da cana-de-açúcar – pensava-se antes no bagaço como poluição apenas, mas hoje já se sabe que, tratado de forma devida, o bagaço pode resolver o problema da energia elétrica, pois permite a produção de energia limpa para o Estado de Mato Grosso. Isso é de um significado espantoso.

Ontem mesmo, numa reunião em São Paulo, eu discutia o crédito de carbono, que é alternativa extremamente significativa para Mato Grosso. Podem ser usados para a obtenção de créditos de carbono o farelo de arroz, o farelo de serragem de madeira e o bagaço de cana, além de muitos outros produtos.

E temos de tratar também do reflorestamento. Mato Grosso tem muita madeira, mas não pode continuar sendo desmatado de forma desorganizada. Para evitar que isso se dê assim, precisamos de projetos de manejo florestal.

Isso acontecendo, Mato Grosso terá todas as alternativas para estourar, para produzir um grande *boom*. Queremos ser um grande Estado, mas um grande Estado com uma produção diversificada e não restrito à monocultura como está hoje, o que vem dando um prejuízo significativo aos produtores do nosso Estado de Mato Grosso. É nessa busca que estamos empenhados. Voltaremos a esse assunto.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Serys Slhessa-renko.

Antes de conceder a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Romeu Tuma, há expedientes a serem lidos.

Sobre a mesa, expedientes que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto de Souza.

São lidos os seguintes:

OF. nº 376 /06/PS–GSE

Brasília, 7 de junho de 2006

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (Medida Provisória nº 287/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 31-5-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes,

no valor de R\$361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,  
Primeiro Secretário.

OF nº 378/06/PS–GSE

Brasília, 9 de junho de 2006

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006 (Medida Provisória nº 288/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 7-6-6, que “Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 10 de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nos 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nos 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,  
Primeiro Secretário

OF. nº 379/06/PS–GSE

Brasília, 9 de junho de 2006

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 289, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 07.06.06, que

“Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais) para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,  
Primeiro Secretário.

OF. nº 380/06/PS–GSE

Brasília, 9 de junho de 2006

Assunto: Envio de MPv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 290, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 7-6-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais) para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Na forma da Constituição Federal e do Regimento Interno do Senado Federal, as matérias que acabam de ser lidas – **Projetos de Lei de Conversão nºs 17 e 18, de 2006 (provenientes das Medidas Provisórias nºs 287 e 288, de 2006), e Medidas Provisórias nºs 289 e 290, de 2006** – constarão da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Com referência aos Projetos de Lei de Conversão nºs 17 e 18, de 2006 (provenientes das Medidas Provisórias nºs 287 e 288, de 2006), e das Medidas Provisórias nºs 289 e 290, de 2006, que acabam de ser lidos, a Presidência comunica ao Plenário que o

prazo de 45 dias para apreciação das matérias pelo Congresso Nacional encontra-se esgotado, e o de vigência foi prorrogado por Atos da Mesa do Congresso Nacional por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, esgotando-se, respectivamente, nos próximos dias 9, 11, 21 e 23 de agosto.

Uma vez recebidas formalmente pelo Senado Federal, nesta data, as matérias passam a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultimem suas votações.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui as matérias na Ordem do Dia de amanhã.

São as seguintes as matérias recebidas:

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória Nº 287, de 2006)

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios, no valor de R\$ 361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para os fins que especifica.**

Este avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo da Medida Provisória
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 195, de 2006
- Exposição de Motivos nº 51/2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão

- Ofício nº 376/2006, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da medida provisória
- Nota Técnica nº 7, de 2006, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados
- Parecer sobre a medida provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Almir Sá (PL-RR)
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 21, de 2006, prorrogando o prazo de vigência da medida provisória

#### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)

**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinqüenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para atender às programações constantes dos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	162.153,144
			162.153,144
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	162.153,144
			162.153,144
QUADRO SINTESE POR FUNCOES SUBFUNCOES			
26 TRANSPORTE			162.153,144
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	162.153,144
			162.153,144
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES			58.250
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO			26.457,613
0230 CORREDOR LESTE			95.312,294
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			18.744,196
0235 CORREDOR NORDESTE			18.974,384
0236 CORREDOR OESTE-NORTE			648,369
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			1.108,507
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			849,531
		TOTAL - GERAL	162.153,144
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		TOTAL - GERAL	162.153,144
			162.153,144
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153,144
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.845,610
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.845,610
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			159.307,534
6.2.1.0.00.00 TESOURO			159.307,534
6.2.1.1.00.00 DIRETO			72.583,878
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			86.723,656
TOTAL DA RECEITA	162.153,144	RECEITAS CORRENTES	2.845,610
		RECEITAS DE CAPITAL	159.307,534

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 162.153,144			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
26 TRANSPORTE			162.153,144
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			162.153,144
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES			58.250
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO			26.457,613
0230 CORREDOR LESTE			95.312,294
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			18.744,196
0235 CORREDOR NORDESTE			18.974,384
0236 CORREDOR OESTE-NORTE			648,369
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			1.108,507
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			849,531
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
39210 COMPANHIA DOCS DO CEARA - CDC			454,768
39211 COMPANHIA DOCS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			20.273,136
39212 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA			26.457,613
39213 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP			18.744,196
39215 COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP			1.756,876
39216 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ			75.888,689
39217 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			18.577,866
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153,144
TOTAL			162.153,144
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153,144
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.845,610
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.845,610
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			159.307,534
6.2.1.0.00.00 TESOURO			159.307,534
6.2.1.1.00.00 DIRETO			72.583,878
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			86.723,656
TOTAL DA RECEITA	162.153,144	RECEITAS CORRENTES	2.845,610
		RECEITAS DE CAPITAL	159.307,534

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39210 - COMPANHIA DO CAS DO CEARA - CDC

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 454.768								
QUADRO SINTESE POR FUNCOES								
26 TRANSPORTE								454.768
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES								
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO								454.768
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS								
0225 GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES								58.250
0235 CORREDOR NORDESTE								396.518
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA								
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								454.768
TOTAL								454.768
QUADRO SINTESE POR RECEITA								
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO								454.768
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS								58.250
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA								58.250
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO								396.518
6.2.1.0.00.00 TESOURO								396.518
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES								396.518
TOTAL DA RECEITA	454.768	RECEITAS CORRENTES	58.250	RECEITAS DE CAPITAL				396.518

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39210 - COMPANHIA DO CAS DO CEARA - CDC

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E.S.F.	C.N.D.	R.P.	M.O.D.	I.U.T.E.	VALOR
	0225	GESTAO DA POLITICA DOS TRANSPORTES						58.250
		ATIVIDADES						
26	784	0225 6504 ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE						58.250
26	784	0225 6504 0023 ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DO CEARA						58.250
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0 495	58.250
	0235	CORREDOR NORDESTE						396.518
		PROJETOS						
26	784	0235 10VZ IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE)						7.494
26	784	0235 10VZ 0023 IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						7.494
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0 495	7.494
26	784	0235 1889 OBRAS CIVIS PARA O APROFUNDAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE FORTALEZA (CE)						117.114
26	784	0235 1889 0023 OBRAS CIVIS PARA O APROFUNDAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						117.114
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0 495	117.114
26	784	0235 5490 DERROCACEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE)						271.910
26	784	0235 5490 0023 DERROCACEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						271.910
		DERROCACEM REALIZADA (M²) 140	1	4 - INV	2	90	0 495	271.910
		TOTAL - INVESTIMENTO						454.768





		<b>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100</b>	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000
26 784	0230 3E78	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERCOS 101, 102 E 103							1.589.039
26 784	0230 3E78 0032	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERCOS 101, 102 E 103 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.589.039
		<b>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 83</b>	1	4 - INV	2	90	0	495	1.589.039
26 784	0230 3E79	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES)							383.140
26 784	0230 3E79 0032	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							383.140
		<b>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 15</b>	1	4 - INV	2	90	0	495	383.140
26 784	0230 3503	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES)							38.484
26 784	0230 3503 0032	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							38.484
		<b>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8</b>	1	4 - INV	2	90	0	495	38.484
26 784	0230 7362	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA							5.026.223
26 784	0230 7362 0032	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							5.026.223
		<b>OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 30</b>	1	4 - INV	2	90	0	495	5.026.223
26 784	0230 7374	DERROCAGEM DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE VITORIA (ES)							1.394.036
26 784	0230 7374 0032	DERROCAGEM DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.394.036
		<b>DERROCAGEM REALIZADA (M²) 539</b>	1	4 - INV	2	90	0	495	1.394.036
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>20.273.136</b>

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 26.457.613

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	26.457.613
26 TRANSPORTE	
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	26.457.613
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	26.457.613
0229 CORRIDOR SÃO FRANCISCO	
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	26.457.613
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	
TOTAL	26.457.613
QUADRO SINTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	26.457.613
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	26.457.613
6.2.1.0.00.00 TESOURO	26.457.613
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	26.457.613
TOTAL DA RECEITA	26.457.613
26.457.613 RECEITAS CORRENTES	
0 RECEITAS DE CAPITAL	26.457.613

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
		0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO							26.457.613
		ATIVIDADES							
26	784	0229 4948 DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE SALVADOR (BA)							4.779.175
26	784	0229 4948 0029 DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							4.779.175
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 669	I	4 - INV	2	90	0	495	4.779.175
26	784	0229 4953 DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE ARATU (BA)							4.500.000
26	784	0229 4953 0029 DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							4.500.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 128	I	4 - INV	2	90	0	495	4.500.000
		PROJETOS							
26	784	0229 10DX CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA							3.485.835
26	784	0229 10DX 0002 CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA							3.485.835
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 40	I	4 - INV	2	90	0	495	3.485.835
26	784	0229 10VD IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO PATIO DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA)							393.266
26	784	0229 10VD 0029 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DO PATIO DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							393.266
		AREA ILUMINADA (M²) 39	I	4 - INV	2	90	0	495	393.266
26	784	0229 10VE AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA NO PORTO DE ARATU (BA)							143.708
26	784	0229 10VE 0029 AMPLIAÇÃO DA REDE DE AGUA NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							143.708
		REDE AMPLIADA (M) 48	I	4 - INV	2	90	0	495	143.708
26	784	0229 10VQ IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA)							261.060
26	784	0229 10VQ 0029 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							261.060
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 5	I	4 - INV	2	90	0	495	261.060

26 784	0229 10VX	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA)							60.000
26 784	0229 10VX 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							60.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	60.000
26 784	0229 10VY	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS (BA)							60.000
26 784	0229 10VY 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							60.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	60.000
26 784	0229 100V	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHEUS (BA)							1.081.969
26 784	0229 100V 0029	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							1.081.969
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL MP) 30	1	4 - INV	2	90	0	495	1.081.969
26 784	0229 11KC	MELHORIAS NAS SUB-ESTACOES ELETRICAS E NO SISTEMA DE ILUMINACAO NO PORTO DE SALVADOR (BA)							500.000
26 784	0229 11KC 0029	MELHORIAS NAS SUB-ESTACOES ELETRICAS E NO SISTEMA DE ILUMINACAO NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 35	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
26 784	0229 12IS	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SALVADOR							503.157
26 784	0229 12IS 0029	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA							503.157
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	503.157
26 784	0229 12IT	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE ARATU							477.545
26 784	0229 12IT 0029	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE ARATU - NO ESTADO DA BAHIA							477.545
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 96	1	4 - INV	2	90	0	495	477.545
26 784	0229 7326	CONSTRUCAO DE DOIS BERCOS DE ATRACACAO COM RETROAREA NO PROLONGAMENTO DO CAIS DE AGUA DE MENINOS NO PORTO DE SALVADOR (BA)							10.211.898
26 784	0229 7326 0029	CONSTRUCAO DE DOIS BERCOS DE ATRACACAO COM RETROAREA NO PROLONGAMENTO DO CAIS DE AGUA DE MENINOS NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							10.211.898
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0	495	10.211.898
TOTAL - INVESTIMENTO									26.457.613

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.744.196

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 26 TRANSPORTE 18.744.196

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO 18.744.196

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO 18.744.196

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 18.744.196

TOTAL 18.744.196

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 18.744.196  
 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 18.744.196  
 6.2.1.0.00.00 TESOURO 18.744.196  
 6.2.1.1.00.00 DIRETO 7.190.000  
 6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES 11.554.196  
 TOTAL DA RECEITA 18.744.196 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 18.744.196

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S S E	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
	0231	CORREDOR TRANSMETROPOLITANO							18.744.196
PROJETOS									
26	784	0231 1C66							1.000.000
		IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE GUARUJA (SP)							
26	784	0231 1C66 0035							1.000.000
		IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE GUARUJA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26	784	0231 1C67							6.590.998
		IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS (SP)							
26	784	0231 1C67 0035							6.590.998
		IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.590.998
26	784	0231 10VR							3.863.198
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS (SP)							
26	784	0231 10VR 0035							3.863.198
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	3.863.198
26	784	0231 12IN							100.000
		CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SANTOS							
26	784	0231 12IN 0035							100.000
		CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	100.000
26	784	0231 3E66							2.500.000
		DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)							
26	784	0231 3E66 0035							2.500.000
		DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 267	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000

26 784	0231 3E67	DERROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)						640.000	
26 784	0231 3E67 0035	DERROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						640.000	
		DERROCAGEM REALIZADA (M²) 6400	1	4 - INV	2	90	0	495	640.000
26 784	0231 3E68	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP)						150.000	
26 784	0231 3E68 0035	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO						150.000	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	150.000
26 784	0231 3E69	REMOCAO DE DESTROCOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS						3.900.000	
26 784	0231 3E69 0035	REMOCAO DE DESTROCOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO						3.900.000	
		REMOCAO EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>18.744.196</b>	

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.756.876

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 26 TRANSPORTE 1 1.756.876

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO 1 1.756.876

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0236 CORREDOR OESTE-NORTE 1 648.369  
 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS 1.108.507

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 1 1.756.876

TOTAL 1 1.756.876

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 1.756.876  
 6.2.0.0.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 1.756.876  
 6.2.1.0.00 TESOURO 1.756.876  
 6.2.1.3.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES 1.756.876  
 TOTAL DA RECEITA 1.756.876 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 1.756.876

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP



ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 75.888.689

QUADRO SINTESE POR FUNCOES	26 TRANSPORTE	75.888.689
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	784 TRANSPORTE HIDROVIARIO	75.888.689
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	0230 CORREDOR LESTE	75.039.158
	0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	849.531
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	75.888.689
TOTAL		75.888.689
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
	6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	75.888.689
	6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO	75.888.689
	6.2.1.0.00.00 TESOURO	75.888.689
	6.2.1.1.00.00 DIRETO	52.895.476
	6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES	22.993.213
TOTAL DA RECEITA	75.888.689 RECEITAS CORRENTES	75.888.689
	0 RECEITAS DE CAPITAL	75.888.689

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F.	G N D.	R P.	M O D.	I U T.	F T E.	VALOR
	0230	CORREDOR LESTE							75.039.158
		<b>PROJETOS</b>							
26	784	0230 10VS							2.950.164
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							
26	784	0230 10VS 0033							2.950.164
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 28	1	4 - INV	2	90	0	495	2.950.164
26	784	0230 10VW							7.644.951
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							
26	784	0230 10VW 0033							7.644.951
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 36	1	4 - INV	2	90	0	495	7.644.951
26	784	0230 12EK							4.030.000
		MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							
26	784	0230 12EK 0033							4.030.000
		MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 44	1	4 - INV	2	90	0	495	4.030.000
26	784	0230 12IE							508.249
		RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO DO PORTO DE SEPETIBA							
26	784	0230 12IE 0033							508.249
		RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 95	1	4 - INV	2	90	0	495	508.249
26	784	0230 12IF							770.256
		ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE SEPETIBA							
26	784	0230 12IF 0033							770.256
		ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 77	1	4 - INV	2	90	0	495	770.256



26 784	0230 12IG	IMPLEMENTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE SEPETIBA							1.000.000
26 784	0230 12IG 0033	IMPLEMENTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 122	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 784	0230 12IH	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							475.000
26 784	0230 12IH 0033	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							475.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 75	1	4 - INV	2	90	0	495	475.000
26 784	0230 12II	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SEPETIBA							490.000
26 784	0230 12II 0033	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							490.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 98	1	4 - INV	2	90	0	495	490.000
26 784	0230 12IJ	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							90.000
26 784	0230 12IJ 0033	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							90.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	1	4 - INV	2	90	0	495	90.000
26 784	0230 12IK	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SEPETIBA							90.000
26 784	0230 12IK 0033	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							90.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	1	4 - INV	2	90	0	495	90.000
26 784	0230 12IL	CONSTRUCAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							503.702
26 784	0230 12IL 0033	CONSTRUCAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							503.702
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 72	1	4 - INV	2	90	0	495	503.702
26 784	0230 12IM	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							58.760
26 784	0230 12IM 0033	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							58.760
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	58.760
26 784	0230 3E70	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							10.000.000
26 784	0230 3E70 0033	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							10.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 109	1	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
26 784	0230 3E71	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							5.481.223
26 784	0230 3E71 0033	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							5.481.223
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 362	1	4 - INV	2	90	0	495	5.481.223
26 784	0230 3E72	IMPLANTACAO DE BALANCAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							309.534
26 784	0230 3E72 0033	IMPLANTACAO DE BALANCAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							309.534
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 60	1	4 - INV	2	90	0	495	309.534
26 784	0230 3E73	AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO							512.820
26 784	0230 3E73 0033	AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							512.820
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	512.820

26 784	0230 3E75	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							16.338.234
26 784	0230 3E75 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							16.338.234
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 1062	1	4 - INV	2	90	0	495	16.338.234
26 784	0230 3232	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI (RJ)							910.729
26 784	0230 3232 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							910.729
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 59	1	4 - INV	2	90	0	495	910.729
26 784	0230 3338	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ)							1.000.000
26 784	0230 3338 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 784	0230 3340	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTEINERES NO CAIS DO CAJU (RJ)							635.536
26 784	0230 3340 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTEINERES NO CAIS DO CAJU (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							635.536
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495	635.536
26 784	0230 7376	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							20.000.000
26 784	0230 7376 0033	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							20.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 1636	1	4 - INV	2	90	0	495	20.000.000
26 784	0230 7390	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO NAUTICA DO PORTO DE SEPETIBA							1.240.000
26 784	0230 7390 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO NAUTICA DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.240.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 21	1	4 - INV	2	90	0	495	1.240.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									849.531
PROJETOS									
26 784	0807 3270	IMPLANTACAO DO ANEXO DA SEDE DO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							849.531
26 784	0807 3270 0033	IMPLANTACAO DO ANEXO DA SEDE DO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							849.531
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	2	90	0	495	849.531
TOTAL - INVESTIMENTO									75.888.689

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.577.866									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES	26	TRANSPORTE							18.577.866
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES	784	TRANSPORTE HIDROVIARIO							18.577.866
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS	0235	CORREDOR NORDESTE							18.577.866
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495	RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO							18.577.866
TOTAL									18.577.866
QUADRO SINTESE POR RECLITA	6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO							18.577.866
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PROPRIOS								2.787.360
6.1.1.0.00.00	GERACAO PROPRIA								2.787.360
6.2.0.0.00.00	RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO								15.790.506
6.2.1.0.00.00	TESOURO								15.790.506
6.2.1.3.00.00	SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES								15.790.506
TOTAL DA RECEITA	18.577.866	RECEITAS CORRENTES							15.790.506
		2.787.360	RECEITAS DE CAPITAL						15.790.506

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E.S.F.	C.N.D.	R.P.D.	M.O.D.	I.U.T.E.	VALOR
	0235	CORREDOR NORDESTE						18.577.866
		<b>PROJETOS</b>						
26	784	0235 1D15						1.287.360
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE MACEIO (AL)						1.287.360
26	784	0235 1D15 0027						1.287.360
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE MACEIO (AL) - NO ESTADO DE ALAGOAS						1.287.360
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0 495	1.287.360
26	784	0235 1D33						1.500.000
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DUTOS COM BOMBA NO PORTO DE MACEIO (AL)						1.500.000
26	784	0235 1D33 0027						1.500.000
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DUTOS COM BOMBA NO PORTO DE MACEIO (AL) - NO ESTADO DE ALAGOAS						1.500.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0 495	1.500.000
26	784	0235 10EE						1.916.046
		AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						1.916.046
26	784	0235 10EE 0004						1.916.046
		AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						1.916.046
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 48	1	4 - INV	2	90	0 495	1.916.046
26	784	0235 10VP						386.428
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN)						386.428
26	784	0235 10VP 0024						386.428
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						386.428
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 14	1	4 - INV	2	90	0 495	386.428
26	784	0235 3255						7.848.986
		RECUPERACAO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)						7.848.986
26	784	0235 3255 0024						7.848.986
		RECUPERACAO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						7.848.986
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 22	1	4 - INV	2	90	0 495	7.848.986
26	784	0235 5597						5.086.301
		CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO						5.086.301
26	784	0235 5597 0027						5.086.301
		CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS						5.086.301
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0 495	5.086.301
26	784	0235 7714						552.745
		DRAGAGEM DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE NATAL (RN)						552.745
26	784	0235 7714 0024						552.745
		DRAGAGEM DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE						552.745
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 162	1	4 - INV	2	90	0 495	552.745
TOTAL - INVESTIMENTO								
18.577.866								

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 287, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00, para os fins que específica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para atender às programações constantes dos Anexos I e II desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de março de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

**ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES**  
**UNIDADE : 39251 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**

**ANEXO I** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VAGA/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	O	R	M	I	F	VALOR
<b>0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL</b>											<b>171.401.452</b>
<b>PROJETOS</b>											
26 702	0220 1F71	RECUPERACAO DE RODOVIAS									171.401.452
26 702	0220 1F71 0101	RECUPERACAO DE RODOVIAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									171.401.452
		TRCCHO RECUPERADO (KM) 19243	F	4	2	90	0	100			171.401.452
<b>0230 CORREDOR MERCOSUL</b>											<b>25.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>											
26 702	0230 3766	ADEQUACAO DE TRCCHO RODOVIARIO - BEVEIA SC/RS - OSORIO/RS - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL									25.000.000
26 702	0230 3766 0105	ADEQUACAO DE TRCCHO RODOVIARIO - BEVEIA SC/RS - OSORIO/RS - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									25.000.000
		TRCCHO ADEQUADO (KM) 6	F	4	3	90	0	100			25.000.000
<b>0235 CORREDOR NORDESTE</b>											<b>3.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>											
26 702	0235 1F72	DESAPROPRIACOES DE AREAS PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA									3.000.000
26 702	0235 1F72 0101	DESAPROPRIACOES DE AREAS PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									3.000.000
		AREA DESAPROPRIADA (HA) 520	F	4	2	90	0	100			3.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>											<b>199.401.452</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>											<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>											<b>199.401.452</b>

<b>ANEXO II</b>		<b>CREDITO EXTRAORDINARIO</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>		<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L88</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>		
36 TRANSPORTE		162.153.144
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>162.153.144</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		162.153.144
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>162.153.144</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES/SUBFUNÇÕES</b>		
26 TRANSPORTE		162.153.144
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		162.153.144
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>162.153.144</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>		
0229 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES		58.258
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO		26.457.613
0229 CORREDOR LESTE		95.312.294
0221 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		18.744.196
0225 CORREDOR NORDESTE		18.974.384
0226 CORREDOR OESTE-NORTE		648.369
0227 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		1.188.587
0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		849.531
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>162.153.144</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR ÓRGÃO</b>		
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		162.153.144
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>162.153.144</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RUBRICA</b>		
6.888.0000 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		162.153.144
6.1.88.0000 RECURSOS PRÓPRIOS		2.845.618
6.1.88.0000 GERAÇÃO PRÓPRIA		2.845.618
6.2.88.0000 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		159.387.534
6.2.18.0000 TESOURO		159.387.534
6.3.1.1.0000 DIRETO		71.983.878
6.2.18.0000 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		86.723.656
<b>TOTAL DA RUBRICA 162.153.144</b>	<b>RECEITAS CORRENTES 2.845.618</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL 159.387.534</b>
<b>ÓRGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES</b>		
<b>ANEXO II</b>		<b>CREDITO EXTRAORDINARIO</b>
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)</b>		<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ L88</b>
<b>TOTAL DO ÓRGÃO : R\$ 162.153.144</b>		
<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>		
36 TRANSPORTE		162.153.144
<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>		
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		162.153.144
<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>		
0229 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES		58.258
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO		26.457.613
0229 CORREDOR LESTE		95.312.294
0221 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO		18.744.196
0225 CORREDOR NORDESTE		18.974.384
0226 CORREDOR OESTE-NORTE		648.369
0227 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS		1.188.587
0887 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		849.531
<b>QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS</b>		
39200 COMPANHIA DOCS DO CEARÁ - CDC		454.788
39211 COMPANHIA DOCS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA		18.577.136
39212 COMPANHIA DAS DOCS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA		26.457.613
39213 COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP		18.744.196
39215 COMPANHIA DOCS DO PARÁ - CDP		1.756.876
39226 COMPANHIA DOCS DO RIO DE JANEIRO - CODEJ		75.888.889
39217 COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		18.577.866

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
<b>495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>	<b>162.153.144</b>
<b>TOTAL</b>	<b>162.153.144</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>			
6.8.8.8.8.8.8 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153.144
6.1.8.8.8.8.8 RECURSOS PRÓPRIOS			2.845.618
6.1.1.8.8.8.8 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.845.618
6.2.8.8.8.8.8 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			159.387.534
6.2.1.8.8.8.8 TÍTULO			159.387.534
6.2.1.1.8.8.8.8 DÉBITO			71.583.878
6.2.1.1.8.8.8.8 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			86.773.656
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>162.153.144</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.845.618</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>159.387.534</b>

ORÇAO : 3998 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39218 - COMPANHIA DO CAS DO CEARA - CDC

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 454.788

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
<b>26 TRANSPORTE</b>	<b>454.788</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>	
<b>704 TRANSPORTE FERROVIARIO</b>	<b>454.788</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>	
<b>8225 GESTÃO NA POLÍTICA DOS TRANSPORTES</b>	<b>98.250</b>
<b>8225 CORREIO NOROESTE</b>	<b>396.538</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
<b>495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO</b>	<b>454.788</b>
<b>TOTAL</b>	<b>454.788</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>			
6.8.8.8.8.8.8 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			454.788
6.1.8.8.8.8.8 RECURSOS PRÓPRIOS			58.250
6.1.1.8.8.8.8 GERAÇÃO PRÓPRIA			58.250
6.2.8.8.8.8.8 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			396.538
6.2.1.8.8.8.8 TÍTULO			396.538
6.2.1.1.8.8.8.8 DÉBITO			396.538
6.2.1.1.8.8.8.8 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			396.538
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>454.788</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>98.250</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>396.538</b>

ORÇAO : 3998 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39218 - COMPANHIA DO CAS DO CEARA - CDC

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

**8225 GESTÃO NA POLÍTICA DOS TRANSPORTES** **98.250**

		ATIVIDADES							
26	786	8225 8904	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE						58.250
26	786	8225 6504 0023	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DO CEARÁ						58.250
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	98	8	495	58.250

**0206 CORREDOR NOROESTE**

**396.510**

		PROJETOS						
26 704	0226 10VZ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE)						7.404
26 704	0226 10VZ 0020	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						7.404
		SISTEMA IMPLANTADO (% TR EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	405
26 704	0226 10VZ	OBRAS CIVIS PARA O APROFUNDAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE FORTALEZA (CE)						117.114
26 704	0226 10VZ 0020	OBRAS CIVIS PARA O APROFUNDAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						117.114
		OBRAS EXECUTADAS (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	405
26 704	0226 5400	DERROGACAO NO PORTO DE FORTALEZA (CE)						271.910
26 704	0226 5400 0020	DERROGACAO NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA						271.910
		DERROGACAO REALIZADA (M) 140	1	4 - INV	2	90	0	405
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>454.760</b>

ORGAO : 2000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 3001 - COMANHIA DOAS DO ESPRITO SANTO - CODESA

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.373.136

QUADRO SINTese POR FUNCOES  
 26 TRANSPORTE | 20.373.136

QUADRO SINTese POR SUBFUNCOES  
 206 TRANSPORTE REGIOVIARIO | 20.373.136

QUADRO SINTese POR PROGRAMAS  
 0206 CORREDOR LESTE | 20.373.136

QUADRO SINTese POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 405 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 20.373.136

TOTAL | 20.373.136

QUADRO SINTese POR RECEITA  
 6.80.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 20.373.136  
 6.1.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 20.373.136  
 6.1.1.00.00 TESOURO | 20.373.136  
 6.1.1.00.00 DIBITO | 12.096.482  
 6.2.1.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 7.774.734  
 TOTAL DA RECEITA 20.373.136 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 20.373.136

ORGÃO : 3999 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 3911 - COMPANHIA SOCAS DO ESPRITO SANTO - CODESA

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES F	GN D	RP	MO D	I U	PT E	VALOR
0208 CORREDOR LESTE									30.773.134
		<b>PROJETOS</b>							
26 704	0230 10VT	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE2) NO PORTO DE VITORIA							1.987.185
26 704	0230 10VT 0002	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE2) NO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							1.987.185
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 26	I	4 - INV	2	90	0	495	1.987.185
26 704	0230 1150	RECUPERACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA							1.000.000
26 704	0230 1150 0002	RECUPERACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 704	0230 121Q	ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO AO CAIS DE CAPIABA (ES)							3.293.029
26 704	0230 121Q 0002	ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO AO CAIS DE CAPIABA (ES) - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							3.293.029
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 63	I	4 - INV	2	90	0	495	3.293.029
26 704	0230 122R	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE VITORIA (ES)							60.000
26 704	0230 122R 0002	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							60.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	I	4 - INV	2	90	0	495	60.000
26 704	0230 3E76	RECUPERACAO DO PATIO DOS MERCOS 201 E 202 NO CAIS COMERCIAL DE VITORIA (ES)							3.000.000
26 704	0230 3E76 0002	RECUPERACAO DO PATIO DOS MERCOS 201 E 202 NO CAIS COMERCIAL DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							3.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
26 704	0230 3E77	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO NO CAIS DE CAPIABA (ES)							2.300.000
26 704	0230 3E77 0002	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO NO CAIS DE CAPIABA (ES) - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							2.300.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495	2.300.000
26 704	0230 3E78	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS MERCOS 101, 102 E 103							1.389.039
26 704	0230 3E78 0002	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS MERCOS 101, 102 E 103 - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							1.389.039
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 83	I	4 - INV	2	90	0	495	1.389.039
26 704	0230 3E79	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES)							343.140
26 704	0230 3E79 0002	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPRITO SANTO							343.140
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 15	I	4 - INV	2	90	0	495	343.140



26 784	0230 3383	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES)								38.484
26 784	0230 3383 0032	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								38.484
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	493		38.484
26 784	0230 7362	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUARA								5.026.223
26 784	0230 7362 0032	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUARA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								5.026.223
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 30	1	4 - INV	2	90	0	493		5.026.223
26 784	0230 7374	DERROGACAO DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE VITORIA (ES)								1.394.036
26 784	0230 7374 0032	DERROGACAO DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								1.394.036
		DERROGACAO REALIZADA (M²) 539	1	4 - INV	2	90	0	493		1.394.036

TOTAL - INVESTIMENTO

28.273.136

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39012 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 26.457.613

QUADRO SINTese POR FUNCOES  
 26 TRANSPORTE | 26.457.613

QUADRO SINTese POR SUBFUNCOES  
 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 26.457.613

QUADRO SINTese POR PROGRAMAS  
 8229 CORREDOR SAO FRANCISCO | 26.457.613

QUADRO SINTese POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 26.457.613

TOTAL | 26.457.613

QUADRO SINTese POR RECEITA  
 6.800.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 26.457.613  
 6.2.00.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 26.457.613  
 6.2.10.00.00 TESOURO | 26.457.613  
 6.2.1.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 26.457.613  
 TOTAL DA RECEITA 26.457.613 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 26.457.613

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39012 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNCO	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	O	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D		D		E	

0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO								26.457.613
		ATIVIDADES						
26 784	0229 4940	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE SALVADOR (BA)					4.779.175	
26 784	0229 4940 0029	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					4.779.175	
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 669	I	4 - INV	2	90 0 495	4.779.175	
26 784	0229 4953	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE ARATU (BA)					4.500.800	
26 784	0229 4953 0029	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					4.500.800	
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 128	I	4 - INV	2	90 0 495	4.500.800	
		PROJETOS						
26 784	0229 100X	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA					3.465.833	
26 784	0229 100X 0002	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA					3.465.833	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 49	I	4 - INV	3	90 0 495	3.465.833	
26 784	0229 10VD	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO DO PATIO DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA)					393.266	
26 784	0229 10VD 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO DO PATIO DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					393.266	
		AREA ILUMINADA (M <sup>2</sup> ) 39	I	4 - INV	2	90 0 495	393.266	
26 784	0229 10VE	AMPLIACAO DA REDE DE AGUA NO PORTO DE ARATU (BA)					143.708	
26 784	0229 10VE 0029	AMPLIACAO DA REDE DE AGUA NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					143.708	
		REDE AMPLIADA (M) 48	I	4 - INV	2	90 0 495	143.708	
26 784	0229 10VQ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA)					261.060	
26 784	0229 10VQ 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					261.060	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	I	4 - INV	2	90 0 495	261.060	
26 784	0229 10VX	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA)					60.000	
26 784	0229 10VX 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					60.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90 0 495	60.000	
26 784	0229 10VY	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEIUS (BA)					60.000	
26 784	0229 10VY 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEIUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA					60.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90 0 495	60.000	

26 784	0229 100V	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILEIUS (BA)							1.081.969
26 784	0229 100V 0029	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILEIUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							1.081.969
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 36	1	4 - INV	2	90	0	495	1.081.969
26 784	0229 11KC	MELHORIAS NAS SUB-ESTACOES ELETRICAS E NO SISTEMA DE ILUMINACAO NO PORTO DE SALVADOR (BA)							500.000
26 784	0229 11KC 0029	MELHORIAS NAS SUB-ESTACOES ELETRICAS E NO SISTEMA DE ILUMINACAO NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 35	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
26 784	0229 12IE	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SALVADOR							503.157
26 784	0229 12IE 0029	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA							503.157
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	503.157
26 784	0229 12IT	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE ARATU							477.545
26 784	0229 12IT 0029	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE ARATU - NO ESTADO DA BAHIA							477.545
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 96	1	4 - INV	2	90	0	495	477.545
26 784	0229 130E	CONSTRUCAO DE DOIS BERCOS DE ATRACACAO COM RETROAREA NO PROLONGAMENTO DO CAIS DE AGUA DE MENINOS NO PORTO DE SALVADOR (BA)							10.211.898
26 784	0229 130E 0029	CONSTRUCAO DE DOIS BERCOS DE ATRACACAO COM RETROAREA NO PROLONGAMENTO DO CAIS DE AGUA DE MENINOS NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA							10.211.898
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0	495	10.211.898

TOTAL - INVESTIMENTO

26.497.613

ORGAO : 39988 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - COORSP

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.744.196

QUADRO SINTETICO POR FUNCOES  
26 TRANSPORTES

18.744.196

QUADRO SINTETICO POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTES HIDROVIARIO

18.744.196

QUADRO SINTETICO POR PROGRAMAS  
031 CORRIDOR TRANSMETROPOLITANO

18.744.196

QUADRO SINTETICO POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

18.744.196

TOTAL

18.744.196

QUADRO SINTETICO POR RECEITA  
6.2.0.0.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.2.0.0.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO

18.744.196

18.744.196

6.1.1.0.00 TESOURO

18.744.196

6.1.1.0.00 DEREITO

7.198.000

6.1.1.0.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES

11.546.196

TOTAL DA RECEITA 18.744.196 RECEITAS CORRENTES

8 RECEITAS DE CAPITAL

18.744.196

ORGÃO : 30000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 20213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	S S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO</b>									<b>18.744.196</b>
		<b>PROJETOS</b>							
26 704	0231 1066	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE GUARUBA (SP)							1.000.000
26 704	0231 1066 0035	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE GUARUBA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO TRECHO PAVIMENTADO (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 704	0231 1067	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS (SP)							6.390.990
26 704	0231 1067 0035	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO TRECHO PAVIMENTADO (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.390.990
26 704	0231 1070	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (SEPS - CODES) NO PORTO DE SANTOS (SP)							3.863.198
26 704	0231 1070 0035	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (SEPS - CODES) NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	3.863.198
26 704	0231 1220	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSANITARIA NO PORTO DE SANTOS							100.000
26 704	0231 1220 0035	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSANITARIA NO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	100.000
26 704	0231 3206	BRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)							2.300.000
26 704	0231 3206 0035	BRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO BRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 267	1	4 - INV	2	90	0	495	2.300.000
26 704	0231 3207	DEBROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)							640.000
26 704	0231 3207 0035	DEBROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO DEBROCAGEM REALIZADA (M <sup>3</sup> ) 6400	1	4 - INV	2	90	0	495	640.000
26 704	0231 3208	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP)							150.000
26 704	0231 3208 0035	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495	150.000
26 704	0231 3209	REMOCAO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS							3.900.000
26 704	0231 3209 0035	REMOCAO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO REMOCAO EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>18.744.196</b>

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.756.876

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
 26 TRANSPORTE 1.756.876

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO 1.756.876

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS  
 0236 CORREDOR OESTE-NORTE 648.369  
 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS 1.108.507

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.756.876

TOTAL 1.756.876

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA  
 648.369,00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1.756.876  
 623.889,00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 1.756.876  
 623.889,00 TERCENÁRIO 1.756.876  
 623.889,00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 1.756.876  
 TOTAL DA RECEITA 1.756.876 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 1.756.876

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DO CAS DO PARA - CDP

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	R S P	O N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0236 CORREDOR OESTE-NORTE									648.369
		PROJETOS							
26	784	0236 18W2							428.369
26	784	0236 18W2 0015							428.369
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTAREM							
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTAREM - NO ESTADO DO PARA							
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	428.369
26	784	0236 3334							220.000
26	784	0236 3334 0015							220.000
		RECUPERACAO DO PIER Nº 1 DO PORTO DE SANTAREM (PA)							
		RECUPERACAO DO PIER Nº 1 DO PORTO DE SANTAREM (PA) - NO ESTADO DO PARA							
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	2	90	0	495	220.000
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									1.108.507
		PROJETOS							
26	784	0237 18VU							533.923
26	784	0237 18VU 0015							533.923
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM							
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM - NO ESTADO DO PARA							
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	1	4 - INV	2	90	0	495	533.923
26	784	0237 18W1							264.584
26	784	0237 18W1 0015							264.584
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE							
		IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA							
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	1	4 - INV	2	90	0	495	264.584

26 704	8237 1305	MELHORAMENTOS NO PORTO DE VILA DO CORDE (PA)								310.000
26 704	8237 1305 0015	MELHORAMENTOS NO PORTO DE VILA DO CORDE (PA) - NO ESTADO DO PARA								310.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISCA) 2	1	4 - INV	2	90	0	493		310.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>1.796.876</b>

ORGAO : 3900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 3016 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 75.000.000**

<b>QUADRO SINTETICO POR FUNCOES</b>	
26 TRANSPORTE	75.000.000
<b>QUADRO SINTETICO POR SUBFUNCOES</b>	
704 TRANSPORTE HIDROVIARIO	75.000.000
<b>QUADRO SINTETICO POR PROGRAMAS</b>	
8230 CORREDOR LESTE	75.079.150
8237 INVESTIMENTO NAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	808.531
<b>QUADRO SINTETICO POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
00 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	75.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>75.000.000</b>

<b>QUADRO SINTETICO POR RECEITA</b>		
4.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		75.000.000
6.200.000 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		75.000.000
6.1.000.000 TESOURO		75.000.000
6.1.1.000.000 DEBITO		52.000.476
6.1.1.000.000 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		22.999.524
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>75.000.000 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>0 RECEITAS DE CAPITAL</b>

ORGAO : 3900 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 3016 - COMPANHIA DO CAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	I U T E	VALOR
<b>8230 CORREDOR LESTE</b> <span style="float: right;"><b>75.079.150</b></span>								
<b>PROJETOS</b>								
26 704	8230 10V3	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SIPIETIBA (RJ)						2.930.164
26 704	8230 10V3 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SIPIETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						2.930.164
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISCA) 23	1	4 - INV	2	90	0 493	2.930.164
26 704	8230 10VV	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)						7.644.951
26 704	8230 10VV 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO						7.644.951
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISCA) 36	1	4 - INV	2	90	0 493	7.644.951

26 784	0230 12EK	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							4.030.000
26 784	0230 12EK 0033	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							4.030.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 44	1	4 - INV	2	90	0	495	4.030.000
26 784	0230 12EI	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO DO PORTO DE SEPETIBA							502.249
26 784	0230 12EI 0033	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							502.249
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 95	1	4 - INV	2	90	0	495	502.249
26 784	0230 12EF	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE SEPETIBA							770.256
26 784	0230 12EF 0033	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							770.256
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 77	1	4 - INV	2	90	0	495	770.256
26 784	0230 12EG	IMPLEMENTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE SEPETIBA							1.000.000
26 784	0230 12EG 0033	IMPLEMENTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 784	0230 12EH	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							475.000
26 784	0230 12EH 0033	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							475.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 75	1	4 - INV	2	90	0	495	475.000
26 784	0230 12EI	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SEPETIBA							490.000
26 784	0230 12EI 0033	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							490.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 96	1	4 - INV	2	90	0	495	490.000
26 784	0230 12EJ	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSANITARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							90.000
26 784	0230 12EJ 0033	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSANITARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							90.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	1	4 - INV	2	90	0	495	90.000
26 784	0230 12EK	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSANITARIA NO PORTO DE SEPETIBA							90.000
26 784	0230 12EK 0033	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSANITARIA NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							90.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	1	4 - INV	2	90	0	495	90.000
26 784	0230 12EL	CONSTRUCAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							503.702
26 784	0230 12EL 0033	CONSTRUCAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							503.702
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 72	1	4 - INV	1	90	0	495	503.702

26 784	0230 1224	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								20.760
26 784	0230 1224 0033	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								20.760
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495		20.760
26 784	0230 3E70	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								10.000.000
26 784	0230 3E70 0033	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								10.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		10.000.000
26 784	0230 3E71	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO								5.481.223
26 784	0230 3E71 0033	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								5.481.223
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 362	1	4 - INV	2	90	0	495		5.481.223
26 784	0230 3E72	IMPLANTACAO DE BALANCAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO								309.534
26 784	0230 3E72 0033	IMPLANTACAO DE BALANCAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								309.534
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 60	1	4 - INV	2	90	0	495		309.534
26 784	0230 3E73	AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO								512.820
26 784	0230 3E73 0033	AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								512.820
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495		512.820
26 784	0230 3E75	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								16.338.234
26 784	0230 3E75 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								16.338.234
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 1062	1	4 - INV	2	90	0	495		16.338.234
26 784	0230 3330	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI (RJ)								910.729
26 784	0230 3332 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								910.729
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 50	1	4 - INV	2	90	0	495		910.729
26 784	0230 3338	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ)								1.000.000
26 784	0230 3338 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495		1.000.000
26 784	0230 3340	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTENEDORES NO CAIS DO CAJU (RJ)								635.536
26 784	0230 3340 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTENEDORES NO CAIS DO CAJU (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								635.536
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495		635.536
26 784	0230 7376	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE SEPETIBA (RJ)								20.000.000
26 784	0230 7376 0033	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								20.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 1636	1	4 - INV	2	90	0	495		20.000.000



26 784	0230 7390	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO NAUTICA DO PORTO DE SEPETIBA								1.240.000
26 784	0230 7390 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO NAUTICA DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								1.240.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 21	I	4 - INV	2	90	0	493		1.240.000
<b>0007 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>849.531</b>
		<b>PROJETOS</b>								
26 784	0007 3270	IMPLANTACAO DO ANEXO DA SEDE DO PORTO DE SEPETIBA (RJ)								849.531
26 784	0007 3270 0023	IMPLANTACAO DO ANEXO DA SEDE DO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								849.531
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	I	4 - INV	2	90	0	493		849.531
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>73.808.689</b>

ORGAO : 30690 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39417 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.577.866

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 18.577.866  
26 TRANSPORTE

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 18.577.866  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 18.577.866  
0023 CORREDOR NORDESTE

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 18.577.866  
498 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

**TOTAL** **18.577.866**

QUADRO SINTESE POR RECEITA 18.577.866  
6.000.000 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 18.577.866  
6.1.000.000 RECURSOS PROPRIOS 2.787.368  
6.1.1.000.000 GERACAO PROPRIA 2.787.368  
6.2.000.000 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 15.790.506  
6.2.1.000.000 TESOURO 15.790.506  
6.2.1.3.000.000 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES 15.790.506  
**TOTAL DA RECEITA** **18.577.866** **RECEITAS CORRENTES** **2.787.368** **RECEITAS DE CAPITAL** **15.790.506**

ORGAO : 30690 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	O N D	R P	M O D	1 U	P T E	VALOR
-------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0205 CORREDOR NORDESTE								18.577.866
		PROJETO						
26 704	0235 1B45	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE MACIEIRO (AL)					1.287.360	
26 704	0235 1B45 0027	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE MACIEIRO (AL) - NO ESTADO DE ALAGOAS					1.287.360	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0 495	1.287.360
26 704	0236 1B93	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DUTOS COM BOMBA NO PORTO DE MACIEIRO (AL)					1.380.000	
26 704	0235 1B93 0027	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DUTOS COM BOMBA NO PORTO DE MACIEIRO (AL) - NO ESTADO DE ALAGOAS					1.380.000	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0 495	1.380.000
26 704	0235 10E2	AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					1.916.046	
26 704	0235 10E2 0004	AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					1.916.046	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 48	1	4 - INV	2	90	0 495	1.916.046
26 704	0235 10V7	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN)					386.428	
26 704	0235 10V7 0024	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					386.428	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 14	1	4 - INV	2	90	0 495	386.428
26 704	0235 3236	RECUPERACAO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)					7.843.986	
26 704	0235 3236 0024	RECUPERACAO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					7.843.986	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 73	1	4 - INV	2	90	0 495	7.843.986
26 704	0235 3307	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTENHEDORES NO PORTO DE MACIEIRO					5.086.301	
26 704	0235 3307 0027	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTENHEDORES NO PORTO DE MACIEIRO - NO ESTADO DE ALAGOAS					5.086.301	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0 495	5.086.301
26 704	0236 7714	DRAGAGEM DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE NATAL (RN)					552.745	
26 704	0235 7714 0024	DRAGAGEM DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					552.745	
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 162	1	4 - INV	2	90	0 495	552.745
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>							<b>18.577.866</b>	

**MENSAGEM Nº 195, DE 2006**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto a elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 287, de 28 de março de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 28 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 51/2006-MP

Brasília, 28 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar a Proposta de Medida Provisória que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes – MT, no valor de R\$361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais).

2. O crédito em favor do MT, no montante de R\$199.401.452,00 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e um mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais), permitirá ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, atenda despesas relativas à realização de obras de recuperação em rodovias. Permitirá, ainda, a adequação de trechos rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul, visando reduzir os danos causados aos usuários. Também serão realizadas desapropriações indispensáveis ao início da construção da ferrovia Nova Transnordestina.

3. No caso das Companhias Docas, os recursos no valor de R\$162.153.144,00 (cento e sessenta e dois milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e quarenta e quatro reais) permitirão a execução de investimentos dessas empresas, necessários para a ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Segurança dos Portos (Implantação do Sistema de Segurança Portuária – ISPS –CODE).

4. Com relação à execução de obras e serviços em rodovias, o crédito possibilitará recuperar os trechos que se encontram em acelerada deterioração, em função do uso das rodovias acima do previsto, das ocorrências adversas que surgem com o tráfego e das condições climáticas atípicas, que têm prejudicado a logística de transporte, provocando o incremento dos custos operacionais e de acidentes, em continuidade aos esforços já despendidos pelo Governo Federal

para recuperação das condições de trafegabilidade da malha rodoviária.

5. No tocante à adequação de trechos na BR-101/RS, os recursos possibilitarão a desapropriação de áreas que interferem em sua construção e que, se postergadas, podem prejudicar a conclusão das obras consideradas indispensáveis; a aquisição de materiais betuminosos para serem aplicados no pavimento asfáltico; e a supervisão e ao apoio a fiscalização e gerenciamento das obras, visto que o ritmo de execução dos serviços encontra-se bastante acelerado.

6. O sistema de transporte rodoviário é hoje objeto de investimento público e privado, voltado à melhoria da infra-estrutura do País, fator indispensável ao desenvolvimento nacional e à competitividade de nossos produtos no mercado internacional. Portanto, é por ele que se movimentam os produtos da retomada da economia e o desenvolvimento e a integração regional.

7. Quanto à Nova Transnordestina, essa é uma ferrovia com 1.860km, que liga os portos de Pecém (CE) e Suape (PE) ao cerrado do Piauí, no Município de Eliseu Martins, cujo objetivo é elevar a competitividade da produção agrícola e mineral da região com uma moderna logística que une uma ferrovia de alto desempenho e portos de profundidade com capacidade para receber navios de grande porte.

8. Diante dos fatos, urge proceder às desapropriações das áreas necessárias à implantação do novo projeto da Ferrovia, com previsão de início em abril de 2006, bem como às providências imprescindíveis à célere realização do empreendimento, que figuram como responsabilidade da União no Protocolo de Intenções, firmado recentemente com os acionistas da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, concessionária dos serviços de transporte de cargas da Malha Nordeste. A não-realização imediata da construção inibirá os investidores e o desenvolvimento regional. Cabe ressaltar que os recursos ora tratados são suficientes apenas para as desapropriações necessárias e indispensáveis.

9. Os projetos de infra-estrutura portuária estão detalhados, a seguir, pelas empresas responsáveis:

- a) **Companhia Docas do Ceará – CDC** – R\$454.768,00 destinados à implantação do Sistema indispensável à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e à execução de obras necessárias para o aprofundamento do cais comercial e de derrocagem no Porto de Fortaleza, no Estado do Ceará;

- b) Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA** – R\$20.273.136,00 destinados à implantação do Sistema imprescindível à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e à execução de obras imediatas de ampliação da infra-estrutura dos Portos de Vitória e Capuaba, no Estado do Espírito Santo;
- c) Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA** – R\$26.457.613,00 destinados à implantação do Sistema essencial à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e à execução de obras inadiáveis como dragagem, construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, no Estado da Bahia;
- d) Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP** – R\$18.744.196,00 destinados à implantação do Sistema indispensável à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e da Avenida Perimetral Portuária, imprescindível ao acesso ao Porto de Santos, bem como à realização urgente de obras de dragagem de aprofundamento, de derrocagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura do referido Porto, no Estado de São Paulo;
- e) Companhia Docas do Pará – CDP** – R\$1.756.876,00 destinados à implantação do Sistema essencial à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e à execução de obras necessárias à melhoria da infra-estrutura dos Portos de Santarém, Belém e Vila do Conde, no Estado do Pará;
- f) Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ** – R\$75.888.689,00 destinados à implantação do Sistema indispensável à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e à execução de obras prioritárias de dragagem de aprofundamento e de manutenção, de construção, ampliação, modernização e recuperação da infra-estrutura do Cais do Caju e dos portos de Sepetiba, do Rio de Janeiro e de Niterói, no Estado do Rio de Janeiro; e
- g) Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN** – R\$18.577.866,00 destinados à implantação do Sistema indispensável à Segurança Portuária (ISPS–CODE) e à execução de obras imediatas de dragagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos Portos de Maceió, no Estado de Alagoas, e de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca, no Estado do Rio Grande do Norte.

10. Desse modo, a urgência na abertura do referido crédito decorre da necessidade iminente de:

**a)** aumentar a segurança dos usuários, com a redução de acidentes causados pelo mau estado das rodovias;

**b)** restabelecer a trafegabilidade das estradas, com vistas a evitar grandes prejuízos para a economia do País;

**e)** permitir o pagamento das desapropriações suficientes e indispensáveis para o início da construção da ferrovia Nova Transnordestina, prevista para abril de 2006, cuja postergação poderá comprometer o cronograma de aporte de recursos acordado com os agentes financeiros envolvidos, e obstar ou, até mesmo, inviabilizar os investimentos privados, de interesse para o desenvolvimento regional e nacional;

**d)** evitar a descontinuidade, neste exercício, da implantação de projetos inadiáveis, sob a responsabilidade das Companhias Docas, de ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Segurança dos Portos (ISPS–CODE), obras essas necessárias à habilitação plena dos portos brasileiros junto a organismos internacionais, e das medidas de segurança marítima e portuária baixadas pela Organização Marítima Internacional (IMO). O não atendimento iminente de tais medidas poderá ocasionar prejuízos aos portos brasileiros e à economia do País; e

**e)** aumentar a eficiência dos portos nacionais, exigida pelos padrões internacionais, e reduzir os custos operacionais, com impacto positivo nas exportações brasileiras, especialmente de grãos, bem como nas importações de bens, diminuindo, assim, as restrições ao crescimento econômico e seus conseqüentes impactos indesejáveis sobre os níveis de emprego e renda.

11. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

12. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência, em anexo, a Proposta de Medida Provisória, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

OF. nº 376/06/PS-GSE

Brasília, 7 de junho de 2006

Assunto: Envio de PLV para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (Medida Provisória nº 287/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 31-5-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes,

no valor de R\$361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para os fins que especifica.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

## MPV Nº 287

<b>Publicação no DO</b>	29-3-2006
<b>Emendas</b>	até 4 – 4 - 2006 (7º dia da publicação)
<b>Prazo final na Comissão</b>	29-3-2006 a 11-4-2006 (14º dia)
<b>Remessa do Processo à CD</b>	11-4-2006
<b>Prazo na CD</b>	de 12-4-2006 a 25-4-2006 (15º ao 28º dia)
<b>Recebimento previsto no SF</b>	25-4-2006
<b>Prazo no SF</b>	26-4-2006 a 9-5-2006 (42º dia)
<b>Se modificado, devolução à CD</b>	9-5-2006
<b>Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD</b>	10-5-2006 a 12-5-2006 (43º ao 45º dia)
<b>Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de</b>	13-5-2006 (46º dia)
<b>Prazo final no Congresso</b>	27-5-2006 (60 dias)
<b>(*) Prazo prorrogado</b>	9-8-2006
<b>(*)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 21, de 2006 – DO de 18-5-2006</b>	

## MPV Nº 287

<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	31-5-2006
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	

## NOTA TÉCNICA Nº 7/2006

### Subsídios para a apreciação da Medida Provisória nº 287, de 28 de março de 2006, quanto à adequação orçamentária e financeira.

#### I – Introdução

A presente Nota Técnica atende à determinação do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece: “O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator de Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional a Medida Provisória (MP) nº 287, de 28 de março de 2006, que “abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00, para os fins que especifica.”

#### II – Síntese e Aspectos Relevantes

Segundo a Exposição de Motivos nº 51/2006-MP, de 28 de março de 2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha a Mensagem Presidencial, a destinação, por unidade orçamentária, dos recursos previstos na medida provisória em análise é a seguinte:

- a) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT: R\$199,4 milhões, destinados a recuperação de rodovias (R\$171,4 milhões); à adequação de trecho rodoviário na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul (R\$25,0 milhões); e à desapropriação de áreas para construção da Ferrovia Transnordestina (R\$3,0 milhões);
- b) Companhia Docas do Ceará – CDC: R\$454,7 mil, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras para o aprofundamento do cais comercial e de derrocagem no porto de Fortaleza;
- c) Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA: R\$20,3 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de ampliação da infra-estrutura dos portos de Vitória e Capuaba;
- d) Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA: R\$26,4 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de dragagem, construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus;
- e) Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP: R\$18,7 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, de dragagem de aprofundamento, de derrocagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura do porto de Santos;
- f) Companhia Docas do Pará – CDP: R\$1,7 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de melhoria da infra-estrutura dos portos de Santarém, Belém e Vila do Conde;
- g) Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$75,9 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de dragagem de aprofundamento e de manutenção, de construção, ampliação, modernização e recuperação da infra-estrutura do Cais do Caju e dos portos de Sepetiba, do Rio de Janeiro e de Niterói;
- h) Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN: R\$18,6 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de dragagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos portos de Maceió, de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca.

#### III – Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que “Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências”, refere-se da seguinte forma ao exame da adequação orçamentária e financeira: “O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.”

O § 3º do art. 167 da Constituição estabelece que “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção

interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.”

Dessa forma, a abertura de um crédito extraordinário deve ter objeto específico e detalhado, e estar amparada em justificativa que demonstre claramente o prejuízo irreparável que adviria da demora na liberação dos recursos. A EM nº 51/2006-MP justifica a urgência na abertura do crédito em decorrência da necessidade iminente de:

**a)** aumentar a segurança dos usuários, com a redução de acidentes causados pelo mau estado das rodovias;

**b)** restabelecer a trafegabilidade das estradas, com vistas a evitar grandes prejuízos para a economia do País;

**c)** permitir o pagamento das desapropriações suficientes e indispensáveis para o início da construção da Ferrovia Nova Transnordestina, prevista para abril de 2006, cuja postergação poderia comprometer o cronograma de aporte de recursos acordado com os agentes financeiros envolvidos, e obstar ou, até mesmo, inviabilizar os investimentos privados, de interesse para o desenvolvimento regional e nacional;

**d)** evitar a descontinuidade, neste exercício, da implantação de projetos inadiáveis, sob a responsabilidade das Companhias Docas, de ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Segurança dos Portos (ISPS – CODE), necessárias à habilitação plena dos portos brasileiros junto a organismos internacionais, e das medidas de segurança marítima e portuária estabelecidas pela Organização Marítima Internacional (IMO);

**e)** aumentar a eficiência dos portos nacionais, exigida pelos padrões internacionais, e reduzir os custos operacionais, com impacto positivo nas exportações brasileiras, especialmente de grãos, bem como nas importações de bens, diminuindo, assim, as restrições ao crescimento econômico e seus conseqüentes impactos indesejáveis sobre os níveis de emprego e renda.

Verifica-se que a maior parte das ações objeto de suplementação (46 ações de um total de 74) na MP em análise já constaram da Lei Orçamentária para 2005 e/ou constam da proposta orçamentária para 2006,

ora em tramitação no Congresso Nacional. Visto que estas ações já constaram do orçamento do exercício anterior ou constam da proposta orçamentária para o exercício corrente, não se pode considerá-las despesas imprevisíveis.

A abertura de crédito extraordinário por intermédio da MP nº 287 na realidade aporta recursos em caráter urgente para ações, que estão não somente presentes ordinariamente na lei e/ou proposta orçamentárias, mas também são destituídas de qualquer caráter de imprevisibilidade.

Considera-se, portanto, que a edição da MP em análise extrapola a autorização contida no § 3º do art. 167 da Constituição Federal e está em desacordo com o inciso III do art. 41 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Outro ponto a ser observado ao se proceder ao exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira de medidas provisórias abrange a análise de possíveis implicações quanto ao cumprimento da meta de resultado primário constante da LDO/2006.

No orçamento fiscal, os recursos necessários à abertura do crédito em tela são totalmente provenientes de fonte 100, recursos ordinários do Tesouro Nacional. Assim, supõe-se que se tratem de recursos alocados em função da expectativa de arrecadação durante o exercício de 2006.

Já no orçamento de investimento das estatais, do total de R\$162,1 milhões previstos, R\$2,8 milhões advêm de recursos de geração própria e R\$159,3 milhões decorrem de recursos para aumento da participação da União no capital das Companhias Docas, dos quais R\$72,6 milhões correspondem a recursos do Tesouro referentes ao exercício de 2006 e R\$86,7 milhões a saldos de exercícios anteriores.

No que se refere ao cumprimento da meta de superávit primário constante da LDO/2006, cabe mencionar que o valor global do crédito de R\$361,5 milhões se refere ao incremento de despesas primárias. Dos recursos utilizados, R\$274,8 milhões correspondem à arrecadação de receitas primárias no exercício (recursos ordinários do Tesouro Nacional e recursos de geração própria das Companhias Docas). No orçamento de investimento das estatais, porém, R\$86,7 milhões são provenientes de fontes financeiras (saldos de exercícios anteriores).

Note-se, portanto, que a utilização da fonte ‘Saldos de recursos repassados pelo Tesouro Nacional em exercícios anteriores a título de participação da União no capital social das Companhias Docas’ para a abertura do crédito afetaria a meta de resultado fis-

cal estabelecida para as empresas estatais, uma vez que se trata da utilização de recursos financeiros para o incremento de despesas primárias.

Ademais, no caso da MP nº 287, qualquer análise com relação a possíveis implicações, quanto ao cumprimento da meta de resultado primário constante da LDO/2006, fica prejudicada pela ausência de informações, seja no texto da MP, seja em sua exposição de motivos, sobre a possibilidade de compensação dos impactos financeiros decorrentes das despesas propostas. Não se sabe, por exemplo, se os efeitos decorrentes dos créditos programados na MP em questão serão absorvidos pelas metas de resultado fiscal ou se serão compensados pelo cancelamento em igual montante de outras ações primárias previstas em Lei Orçamentária para 2006.

Esses são os subsídios julgados pertinentes.

Brasília, 5 de abril de 2006. – **Edson Tubaki**, Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira/CD

**PARECER DO RELATOR PROFERIDO NO  
PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS  
EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA  
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS  
E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 287, DE 2006, E EMENDAS**

**O SR. ALMIR SÁ** (PL – RR. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, coube a mim relatar a Medida Provisória nº 287, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00, para os fins que especifica”.

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 25, de 2006, do Congresso Nacional, a Medida Provisória nº 287, de 28 de março de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor já especificado.

Conforme a Exposição de Motivos nº 51, de 2006, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e instrui a referida Mensagem Presidencial, a destinação, por unidade orçamentária, dos recursos previstos na Medida Provisória em análise é a seguinte:

a) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT: R\$199,4 milhões, destinados à recuperação de rodovias (R\$171,4

milhões); à adequação de trecho rodoviário na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul (R\$25 milhões); e à desapropriação de áreas para construção da Ferrovia Transnordestina (R\$3 milhões);

b) Companhia Docas do Ceará – CDC: R\$454,7 mil, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) e à execução de obras para o aprofundamento do cais comercial e de derrocagem no porto de Fortaleza;

c) Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA: R\$20,3 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) e à execução de obras de ampliação da infra-estrutura dos portos de Vitória e Capuaba;

d) Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA: R\$26,4 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária e (ISPS-CODE) à execução de obras de dragagem, construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus;

e) Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP: R\$18,7 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) e à execução de obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, de dragagem de aprofundamento, de derrocagem, de construção, ampliação e modernização da infraestrutura do porto de Santos;

f) Companhia Docas do Pará – CDP: R\$1,7 milhão, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) e à execução de obras de melhoria da infra-estrutura dos portos de Santarém, Belém e Vila do Conde;

g) Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$75,9 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) e à execução de obras de dragagem de aprofundamento e de manutenção, de construção, ampliação, modernização e recuperação da infra-estrutura do Cais do Caju e dos portos de Sepetiba, do Rio de Janeiro, e de Niterói;

h) Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN: R\$18,6 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) e à execução de obras de dragagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos portos de Maceió e Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca.



A citada Exposição justifica a urgência e relevância da Medida Provisória em análise como decorrência da necessidade iminente de:

**a)** aumentar a segurança dos usuários, com a redução de acidentes causados pelo mau estado das rodovias;

**b)** restabelecer a trafegabilidade das estradas, com vistas a evitar grandes prejuízos para a economia do País;

**c)** permitir o pagamento das desapropriações suficientes e indispensáveis para o início da construção da Ferrovia Nova Transnordestina, prevista para abril de 2006, cuja postergação poderia comprometer o cronograma de aporte de recursos acordado com os agentes financeiros envolvidos, e obstar ou, até mesmo, inviabilizar os investimentos privados, de interesse para o desenvolvimento regional e nacional;

**d)** evitar a descontinuidade, neste exercício, da implantação de projetos inadiáveis, sob a responsabilidade das Companhias Docas, de ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Segurança dos Portos (ISPS-CODE), necessárias à habilitação plena dos portos brasileiros junto a organismos internacionais, e das medidas de segurança marítima e portuária estabelecidas pela Organização Marítima Internacional – IMO;

**e)** aumentar a eficiência dos portos nacionais, exigida pelos padrões internacionais, e reduzir os custos operacionais, com impacto positivo nas exportações brasileiras, especialmente de grãos, bem como nas importações de bens, diminuindo, assim, as restrições ao crescimento econômico e seus conseqüentes impactos indesejáveis sobre os níveis de emprego e renda.

Foram apresentadas 30 emendas à Medida Provisória em exame no prazo regimental.

É o relatório.

Voto do Relator:

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser

único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência; de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Dos aspectos constitucionais e pressupostos de relevância e urgência.

Do exame da Medida Provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

Da adequação financeira e orçamentária.

Da análise da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria dispositivos ou preceitos legais pertinentes, em particular, no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual para 2004/2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-04), e sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005), e da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006.

Do mérito.

No mérito, verifica-se que o crédito extraordinário visa destinar recursos a ações relevantes como:

**a)** no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes: à execução de obras de recuperação de rodovias; de adequação de trechos rodoviários na BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul; e à realização de desapropriações de áreas para a construção da Ferrovia Transnordestina;

**b)** no caso das Companhias Docas: à execução de investimentos necessários para a ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive, a implantação do Sistema de Segurança Portuária – ISPS – CODE.

Portanto, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator nada tem a objetar.

Do cumprimento da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional (§ 1º do art. 2º).

A Exposição de Motivos nº 51/06/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, acerca da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

Das emendas.

Por contrariar o inciso I do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, que estabelece que as emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei, comunicamos a inadmissibilidade da Emenda nº 15.

Quanto às demais emendas, cumpre observar que a matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza e sua edição remete a despesas de realização imediata ou que podem ter sido totalmente realizadas até a última ação de sua tramitação no Congresso Nacional.

Por conseguinte, com o fito de evitar a descaracterização da iniciativa original da Medida Provisória e o risco da insuficiência de recursos remanescentes para a execução de eventual programação aprovada por meio de emenda parlamentar, somos pela rejeição das Emendas nºs 1, 14 e 16 a 30.

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 287, de 2006, na forma editada pelo Executivo.

É o parecer.

**REFORMULAÇÃO DO PARECER DO RELATOR,  
EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE  
PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS  
E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 287, DE 2006, E EMENDAS  
(PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO)**

**O SR. ALMIR SÁ** (PL – RR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, baseado no que foi acordado hoje pela manhã, esta Relatoria procedeu à devida alteração ao final de seu parecer:

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 287, de 2006.

Encaminharemos à Mesa e aos Srs. Líderes interessados o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 287.

Conforme o acordado, o anexo fala da operação ou outros encargos especiais: participação da União no capital da Companhia Docas do Espírito Santo, participação da União no capital da Companhia Docas do Rio de Janeiro e participação da União no capital da Companhia Docas do Estado de São Paulo, totalizando o montante de 72 milhões 583 mil e 878 reais, que foi o argüido hoje pela manhã, conforme entendimento dos restos a pagar de 2005 e agora fazendo parte da conversão os detalhes da abertura da participação do capital da União nessas companhias.

**O SR. PRESIDENTE** (Inocêncio Oliveira) – A Presidência solicita a V. Exª que entregue à Mesa o parecer para tirarmos cópias e distribuirmos ao Plenário. Após a distribuição das cópias, daremos um tempo para votar a matéria.

Indago a V. Exª se foi consultado sobre o texto o Líder do PSDB, o ilustre Deputado Ronaldo Dirnas.

**O SR. ALMIR SÁ** – Sr. Presidente, estamos aguardando a chegada do Deputado Ronaldo Dimas, mas o que foi acordado está expresso aqui. Esperamos dar cabo e votar de vez a Medida Provisória nº 287 e, assim, permitir que esta Casa cumpra mais uma das suas missões.

**PARECER ESCRITO ENCAMINHADO  
À MESA**

**PARECER Nº**

**Dispõe sobre a Medida Provisória nº 287, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00, para os fins que especifica”.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Almir Sá**

**I – Relatório**

Nos termos do art. 62, combinado com o art. 167, § 3º da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 25/2006-CN (nº 195/2006, na origem), a Medida Provisória (MP) nº 287, de 28 de março de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais), para atender às programações constantes do seu Anexo I.

Conforme a Exposição de Motivos nº 51/2006-MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que acompanha e instrui a referida Mensagem Presidencial, a destinação, por unidade orçamentária, dos recursos previstos na medida provisória em análise é a seguinte:

- a) Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT: R\$199,4 milhões, destinados à recuperação de rodovias (R\$171,4 milhões); à adequação de trecho rodoviário na BR-101 no estado do Rio Grande do Sul (R\$25,0 milhões);

- e à desapropriação de áreas para construção da Ferrovia Transnordestina (R\$3,0 milhões);
- b)** Companhia Docas do Ceará – CDC: R\$454,7 mil, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras para o aprofundamento do cais comercial e de derrocagem no porto de Fortaleza;
- c)** Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA: R\$20,3 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de ampliação da infra-estrutura dos portos de Vitória e Capuaba;
- d)** Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA: R\$26,4 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de dragagem, construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos portos de Salvador, Aratu e Ilhéus;
- e)** Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP: R\$18,7 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária, de dragagem de aprofundamento, de derrocagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura do porto de Santos;
- f)** Companhia Docas do Pará – CDP: R\$1,7 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de melhoria da infra-estrutura dos portos de Santarém, Belém e Vila do Conde;
- g)** Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ: R\$75,9 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de dragagem de aprofundamento e de manutenção, de construção, ampliação, modernização e recuperação da infra-estrutura do Cais do Caju e dos portos de Sepetiba, do Rio de Janeiro e de Niterói;
- h)** Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN: R\$18,6 milhões, destinados à implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – CODE) e à execução de obras de dragagem, de construção, ampliação e modernização da infra-estrutura dos portos de Maceió, de Natal e do Terminal Salineiro de Areia Branca.

A citada Exposição justifica a urgência e relevância da medida provisória em análise como decorrência da necessidade iminente de:

**a)** aumentar a segurança dos usuários, com a redução de acidentes causados pelo mau estado das rodovias;

**b)** restabelecer a trafegabilidade das estradas, com vistas a evitar grandes prejuízos para a economia do País;

**c)** permitir o pagamento das desapropriações suficientes e indispensáveis para o início da construção da Ferrovia Nova Transnordestina, prevista para abril de 2006, cuja postergação poderia comprometer o cronograma de aporte de recursos acordado com os agentes financeiros envolvidos, e obstar ou, até mesmo, inviabilizar os investimentos privados, de interesse para o desenvolvimento regional e nacional;

**d)** evitar a descontinuidade, neste exercício, da implantação de projetos inadiáveis, sob a responsabilidade das Companhias Docas, de ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive para cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Segurança dos Portos (ISPS – CODE), necessárias à habilitação plena dos portos brasileiros junto a organismos internacionais, e das medidas de segurança marítima e portuária estabelecidas pela Organização Marítima Internacional (IMO);

**e)** aumentar a eficiência dos portos nacionais, exigida pelos padrões internacionais, e reduzir os custos operacionais, com impacto positivo nas exportações brasileiras, especialmente de grãos, bem como nas importações de bens, diminuindo, assim, as restrições ao crescimento econômico e seus conseqüentes impactos indesejáveis sobre os níveis de emprego e renda.

Foram apresentadas 30 (trinta) emendas à Medida Provisória em exame no prazo regimental.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente

à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência; de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

### **II.1. Dos Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência**

Do exame da Medida Provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

### **II.2. Da Adequação Financeira e Orçamentária**

Da análise da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, verifica-se que o crédito extraordinário não contraria dispositivos ou preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004), e à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 (Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005), e da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006.

### **II.3. Do Mérito**

Verifica-se que o crédito extraordinário visa destinar recursos a ações relevantes como:

**a)** no Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes: à execução de obras de recuperação de rodovias; de adequação de trechos rodoviários na BR-101 no Estado do Rio Grande do Sul; e à realização de desapropriações de áreas para a construção da Ferrovia Transnordestina;

**b)** no caso das Companhias Docas: à execução de investimentos necessários para a ampliação, modernização e revitalização da infra-estrutura dos portos nacionais, inclusive a implantação do Sistema de Segurança Portuária – ISPS-CODE.

Portanto, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator nada tem a objetar.

### **II.4. Do Cumprimento da Resolução nº 1, de 2002–CN (§ 1º do art. 2º)**

A Exposição de Motivos nº 51/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Reso-

lução nº 1, de 2002–CN, acerca da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

### **II.5. Das Emendas**

Por contrariar o inciso I do art. 29 da Resolução nº 1, de 2001–CN, que estabelece que as emendas a projeto de lei de crédito adicional não serão admitidas quando contemplarem subtítulos em unidade orçamentária não prevista no projeto de lei, comunicamos a inadmissibilidade da Emenda de nº 00015.

Quanto às demais emendas, cumpre observar que a matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza, e sua edição remete a despesas de realização imediata ou que podem ter sido totalmente realizadas até a ultimização de sua tramitação no Congresso Nacional.

Por conseguinte, com o fito de evitar a descaracterização da iniciativa original da Medida Provisória e o risco da insuficiência de recursos remanescentes para a execução de eventual programação aprovada por meio de emenda parlamentar, somos pela rejeição das Emendas nos 00001 a 00014, e 00016 a 00030.

Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 287, de 2006.

Sala das Sessões, – Deputado **Almir Sá**, Relator.

### **PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 287, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.596,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$361.554.59600 (trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais) para atender às programações constantes dos Anexos I e II desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 31 de maio de 2006. – Deputado **Almir Sá**.

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39101 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
<b>0909 OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</b>										<b>72.583.878</b>
<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>										
26 846	0909 8A87	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCCAS DO ESPIRITO SANTO								12.498.402
26 846	0909 0A87 0102	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCCAS DO ESPIRITO SANTO - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO ( CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	2	90	0	100		12.498.402
26 846	0909 09JD	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCCAS DO RIO DE JANEIRO								52.895.476
26 846	0909 09JD 0102	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCCAS DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO ( CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	2	90	0	100		52.895.476
26 846	0909 09JE	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO								7.190.000
26 846	0909 09JE 0102	PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - NO ESTADO DE SÃO PAULO ( CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)	F	5	2	90	0	100		7.190.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>72.583.878</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>72.583.878</b>

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
<b>0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL</b>										<b>171.401.452</b>
<b>PROJETOS</b>										
26 782	0220 1F71	RECUPERACAO DE RODOVIAS								171.401.452
26 782	0220 1F71 0101	RECUPERACAO DE RODOVIAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) TRECHO RECUPERADO (KM) 19243	F	4	2	90	0	100		171.401.452
<b>0233 CORREDOR MERCOSUL</b>										<b>25.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>										
26 782	0233 3766	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - OSORIO/RS - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL								25.000.000
26 782	0233 3766 0105	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - DIVISA SC/RS - OSORIO/RS - NA BR-101 - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO) TRECHO ADEQUADO (KM) 6	F	4	3	90	0	100		25.000.000
<b>0235 CORREDOR NORDESTE</b>										<b>3.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>										
26 783	0235 1F72	DESAPROPRIACOES DE AREAS PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA								3.000.000
26 783	0235 1F72 0101	DESAPROPRIACOES DE AREAS PARA CONSTRUCAO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO) AREA DESAPROPRIADA (HA) 520	F	4	2	90	0	100		3.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>199.401.452</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>199.401.452</b>

ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>			
26 TRANSPORTE		TOTAL - GERAL	162.153.144
			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	162.153.144
			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES</b>			
26 TRANSPORTE			162.153.144
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		TOTAL - GERAL	162.153.144
			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>			
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES			58.250
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO			26.457.613
0230 CORREDOR LESTE			95.312.294
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			18.744.196
0235 CORREDOR NORDESTE			18.974.384
0236 CORREDOR OESTE-NORTE			648.369
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			1.108.507
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			849.531
		TOTAL - GERAL	162.153.144
			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR ORGAO</b>			
39000 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		TOTAL - GERAL	162.153.144
			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153.144
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.845.610
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.845.610
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			159.307.534
6.2.1.0.00.00 TESOURO			159.307.534
6.2.1.1.00.00 DIRETO			72.583.878
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			86.723.656
TOTAL DA RECEITA 162.153.144	RECEITAS CORRENTES 2.845.610	RECEITAS DE CAPITAL 159.307.534	
<b>ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES</b>			
ANEXO II		CREDITO EXTRAORDINARIO	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DO ORGAO : R\$ 162.153.144</b>			
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>			
26 TRANSPORTE			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>			
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>			
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES			58.250
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO			26.457.613
0230 CORREDOR LESTE			95.312.294
0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO			18.744.196
0235 CORREDOR NORDESTE			18.974.384
0236 CORREDOR OESTE-NORTE			648.369
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS			1.108.507
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			849.531
<b>QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS</b>			
39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC			454.768
39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA			20.273.136
39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA			26.457.613
39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP			18.744.196
39215 COMPANHIA DOCAS DO PARA - CDP			1.756.876
39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ			75.888.689
39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN			18.577.866
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153.144
			162.153.144
<b>TOTAL</b>			
			162.153.144
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			162.153.144
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.845.610
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.845.610
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			159.307.534
6.2.1.0.00.00 TESOURO			159.307.534
6.2.1.1.00.00 DIRETO			72.583.878
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			86.723.656
TOTAL DA RECEITA 162.153.144	RECEITAS CORRENTES 2.845.610	RECEITAS DE CAPITAL 159.307.534	

*valente*

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39210 - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 454.768

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 26 TRANSPORTE

454.768

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO

454.768

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES  
 0235 CORREDOR NORDESTE

58.250  
 396.518

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

454.768

TOTAL

454.768

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO  
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS  
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA  
 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO  
 6.2.1.0.00.00 TESOURO  
 6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES

454.768  
 58.250  
 58.250  
 396.518  
 396.518  
 396.518

TOTAL DA RECEITA 454.768 RECEITAS CORRENTES 58.250 RECEITAS DE CAPITAL 396.518

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39210 - COMPANHIA DOCAS DO CEARA - CDC

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)**

**CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0225 GESTÃO DA POLÍTICA DOS TRANSPORTES									58.250
ATIVIDADES									
26 784	0225 6504	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE							58.250
26 784	0225 6504 0023	ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZACAO DA OPERACAO PORTUARIA E PROTECAO AO MEIO-AMBIENTE - NO ESTADO DO CEARA							58.250
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) I	I	4 - INV	2	90	0	495	58.250
0235 CORREDOR NORDESTE									396.518
PROJETOS									
26 784	0235 10VZ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							7.494
26 784	0235 10VZ 0023	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							7.494
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) I	I	4 - INV	2	90	0	495	7.494
26 784	0235 1889	OBRAS CIVIS PARA O APROFUNDAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE FORTALEZA (CE)							117.114
26 784	0235 1889 0023	OBRAS CIVIS PARA O APROFUNDAMENTO DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							117.114
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) I	I	4 - INV	2	90	0	495	117.114
26 784	0235 5490	DERROCAGEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE)							271.910
26 784	0235 5490 0023	DERROCAGEM NO PORTO DE FORTALEZA (CE) - NO ESTADO DO CEARA							271.910
		DERROCAGEM REALIZADA (M²) 140	I	4 - INV	2	90	0	495	271.910
TOTAL - INVESTIMENTO									454.768

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.273,136

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE 20.273.136

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO 20.273.136

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0230 CORREDOR LESTE 20.273.136

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 20.273.136

TOTAL 20.273.136

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 20.273.136  
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 20.273.136  
6.2.1.0.00.00 TESOURO 20.273.136  
6.2.1.1.00.00 DIRETO 12.498.402  
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES 7.774.734  
TOTAL DA RECEITA 20.273.136 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 20.273.136

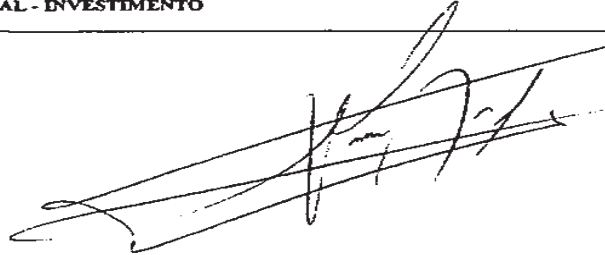
ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39211 - COMPANHIA DO CAS DO ESPIRITO SANTO - CODESA

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE									20.273.136
PROJETOS									
26 784	0230 10VT	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA							1.987.185
26 784	0230 10VT 0032	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITORIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.987.185
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 26	1	4 - INV	2	90	0	495	1.987.185
26 784	0230 1158	RECUPERACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA							1.000.000
26 784	0230 1158 0002	RECUPERACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 784	0230 121Q	ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO AO CAIS DE CAPUABA (ES)							3.295.029
26 784	0230 121Q 0032	ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO AO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							3.295.029
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 63	1	4 - INV	2	90	0	495	3.295.029
26 784	0230 121R	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE VITORIA (ES)							60.000
26 784	0230 121R 0032	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							60.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	1	4 - INV	2	90	0	495	60.000
26 784	0230 3E76	RECUPERACAO DO PATIO DOS BERCOS 201 E 202 NO CAIS COMERCIAL DE VITORIA (ES)							3.000.000
26 784	0230 3E76 0032	RECUPERACAO DO PATIO DOS BERCOS 201 E 202 NO CAIS COMERCIAL DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							3.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
26 784	0230 3E77	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO NO CAIS DE CAPUABA (ES)							2.500.000
26 784	0230 3E77 0032	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO NO CAIS DE CAPUABA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO							2.500.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000



26 784	0230 3E78	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERCOS 101, 102 E 103								1.589.039
26 784	0230 3E78 0032	RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERCOS 101, 102 E 103 - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								1.589.039
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 83	I	4 - INV	2	90	0	495		1.589.039
26 784	0230 3E79	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES)								383.140
26 784	0230 3E79 0032	OBRAS DE CONTENCAO NO CAIS DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								383.140
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 15	I	4 - INV	2	90	0	495		383.140
26 784	0230 3503	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES)								38.484
26 784	0230 3503 0032	AMPLIACAO E RECUPERACAO DAS INSTALACOES DO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								38.484
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	I	4 - INV	2	90	0	495		38.484
26 784	0230 7362	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA								5.026.223
26 784	0230 7362 0032	RECUPERACAO DA PAVIMENTACAO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								5.026.223
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 30	I	4 - INV	2	90	0	495		5.026.223
26 784	0230 7374	DERROGAGEM DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE VITORIA (ES)								1.394.036
26 784	0230 7374 0032	DERROGAGEM DO CANAL DE ACESSO NO PORTO DE VITORIA (ES) - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO								1.394.036
		DERROGAGEM REALIZADA (M²) 539	I	4 - INV	2	90	0	495		1.394.036
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>20.273.136</b>



ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 26.457,613

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26.457.613  
 26 TRANSPORTE

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 26.457.613  
 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 26.457.613  
 0229 CORREDOR SAO FRANCISCO

QUADRO SINTESE POR PONTES E GRUPOS DE DESPESA 26.457.613  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

**TOTAL** **26.457.613**

QUADRO SINTESE POR RECEITA 26.457.613  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 26.457.613  
 6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 26.457.613  
 6.2.1.0.00.00 TESOURO 26.457.613  
 6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES 26.457.613  
**TOTAL DA RECEITA** **26.457.613** **0 RECEITAS DE CAPITAL**

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39212 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	IND	RP	MOD	I	F	TE	VALOR
0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO										26.457.613
ATIVIDADES										
26 784	0229 4948	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE SALVADOR (BA)								4.779.175
26 784	0229 4948 0029	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 669	I	4 - INV	2	90	0	495		4.779.175
26 784	0229 4953	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE ARATU (BA)								4.500.000
26 784	0229 4953 0029	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 128	I	4 - INV	2	90	0	495		4.500.000
PROJETOS										
26 784	0229 10DX	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA								3.485.835
26 784	0229 10DX 0002	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MODERNIZACAO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 40	I	4 - INV	2	90	0	495		3.485.835
26 784	0229 10VD	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO DO PATIO DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA)								393.266
26 784	0229 10VD 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ILUMINACAO DO PATIO DE ESTOCAGEM NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA AREA ILUMINADA (M²) 39	I	4 - INV	2	90	0	495		393.266
26 784	0229 10VE	AMPLIACAO DA REDE DE AGUA NO PORTO DE ARATU (BA)								143.708
26 784	0229 10VE 0029	AMPLIACAO DA REDE DE AGUA NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA REDE AMPLIADA (M) 48	I	4 - INV	2	90	0	495		143.708
26 784	0229 10VQ	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA)								261.060
26 784	0229 10VQ 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5	I	4 - INV	2	90	0	495		261.060
26 784	0229 10VX	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA)								60.000
26 784	0229 10VX 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ARATU (BA) - NO ESTADO DA BAHIA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495		60.000
26 784	0229 10VY	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS (BA)								60.000
26 784	0229 10VY 0029	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495		60.000
26 784	0229 100V	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHEUS (BA)								1.081.969
26 784	0229 100V 0029	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHEUS (BA) - NO ESTADO DA BAHIA DRAGAGEM REALIZADA (MIL M³) 30	I	4 - INV	2	90	0	495		1.081.969
26 784	0229 11KC	MELHORIAS NAS SUB-ESTACOES ELETRICAS E NO SISTEMA DE ILUMINACAO NO PORTO DE SALVADOR (BA)								500.000
26 784	0229 11KC 0029	MELHORIAS NAS SUB-ESTACOES ELETRICAS E NO SISTEMA DE ILUMINACAO NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 35	I	4 - INV	2	90	0	495		500.000
26 784	0229 12IS	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SALVADOR								503.157
26 784	0229 12IS 0029	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495		503.157

26 784	0229 12IT	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE ARATU								477.545
26 784	0229 12IT 0029	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE ARATU - NO ESTADO DA BAHIA								477.545
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 96	1	4 - INV	2	90	0	495		477.545
26 784	0229 7326	CONSTRUCAO DE DOIS BERCOS DE ATRACAO COM RETROAREA NO PROLONGAMENTO DO CAIS DE AGUA DE MENINOS NO PORTO DE SALVADOR (BA)								10.211.898
26 784	0229 7326 0029	CONSTRUCAO DE DOIS BERCOS DE ATRACAO COM RETROAREA NO PROLONGAMENTO DO CAIS DE AGUA DE MENINOS NO PORTO DE SALVADOR (BA) - NO ESTADO DA BAHIA								10.211.898
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 20	1	4 - INV	2	90	0	495		10.211.898
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>26.457.613</b>

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.744.196**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**

26 TRANSPORTE 18.744.196

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**

784 TRANSPORTE HIDROVIARIO 18.744.196

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**

0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO 18.744.196

**QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA**

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 18.744.196

**TOTAL** **18.744.196**

**QUADRO SINTESE POR RECEITA**

6.0.0.8.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 18.744.196

6.2.0.8.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO 18.744.196

6.2.1.8.00.00 TESOURO 18.744.196

6.2.1.1.00.00 DIRETO 7.190.000

6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES 11.554.196

**TOTAL DA RECEITA** **18.744.196 RECEITAS CORRENTES** **\* RECEITAS DE CAPITAL 18.744.196**

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39213 - COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SAO PAULO - CODESP

**ANEXO II** **CREDITO EXTRAORDINARIO**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MO D	I U	FT E	VALOR
<b>0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO</b>									<b>18.744.196</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 784	0231 1C66	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE GUARUJA (SP)							1.000.000
26 784	0231 1C66 0035	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE GUARUJA (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							1.000.000
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
26 784	0231 1C67	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS (SP)							6.590.998
26 784	0231 1C67 0035	IMPLANTACAO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUARIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICIPIO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO							6.590.998
		TRECHO PAVIMENTADO (KM) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.590.998

26 784	0231 10VR	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS (SP)								3.863.198
26 784	0231 10VR 0035	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								3.863.198
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495		3.863.198
26 784	0231 12IN	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SANTOS								100.000
26 784	0231 12IN 0035	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO								100.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		100.000
26 784	0231 3E66	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)								2.500.000
26 784	0231 3E66 0035	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								2.500.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 267	1	4 - INV	2	90	0	495		2.500.000
26 784	0231 3E67	DERROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)								640.000
26 784	0231 3E67 0035	DERROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								640.000
		DERROCAGEM REALIZADA (M <sup>3</sup> ) 6400	1	4 - INV	2	90	0	495		640.000
26 784	0231 3E68	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP)								150.000
26 784	0231 3E68 0035	CONSTRUCAO DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SANTOS (SP) - NO ESTADO DE SAO PAULO								150.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495		150.000
26 784	0231 3E69	REMOCAO DE DESTROCOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS								3.900.000
26 784	0231 3E69 0035	REMOCAO DE DESTROCOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS - NO ESTADO DE SAO PAULO								3.900.000
		REMOCAO EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - INV	2	90	0	495		3.900.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>18.744.196</b>

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.756.876

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

26 TRANSPORTE

1.756.876

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

784 TRANSPORTE HIDROVIARIO

1.756.876

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0236 CORREDOR OESTE-NORTE

648.369

0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS

1.108.507

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.756.876

TOTAL

1.756.876

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO

1.756.876

6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO

1.756.876

6.2.1.0.00.00 TESOURO

1.756.876

6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES

1.756.876

TOTAL DA RECEITA 1.756.876 RECEITAS CORRENTES

0 RECEITAS DE CAPITAL

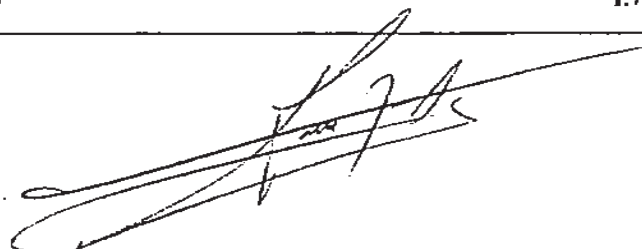
1.756.876

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39215 - COMPANHIA DOCS DO PARA - CDP

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO EXTRAORDINARIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0236 CORREDOR OESTE-NORTE</b>									<b>648.369</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 784	0236 10W2	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTAREM							428.369
26 784	0236 10W2 0015	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTAREM - NO ESTADO DO PARA PARA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 86	I	4 - INV	2	90	0	495	428.369
26 784	0236 3334	RECUPERACAO DO PIER N° 1 DO PORTO DE SANTAREM (PA)							220.000
26 784	0236 3334 0015	RECUPERACAO DO PIER N° 1 DO PORTO DE SANTAREM (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 4	I	4 - INV	2	90	0	495	220.000
<b>0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS</b>									<b>1.108.507</b>
<b>PROJETOS</b>									
26 784	0237 10VU	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM							533.923
26 784	0237 10VU 0015	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELEM - NO ESTADO DO PARA PARA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 53	I	4 - INV	2	90	0	495	533.923
26 784	0237 10W1	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE							264.584
26 784	0237 10W1 0015	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE - NO ESTADO DO PARA PARA SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 53	I	4 - INV	2	90	0	495	264.584
26 784	0237 1305	MELHORAMENTOS NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)							310.000
26 784	0237 1305 0015	MELHORAMENTOS NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA) - NO ESTADO DO PARA OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495	310.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>1.756.876</b>



ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 75.888.689</b>		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES 26 TRANSPORTE		75.888.689
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 784 TRANSPORTE HIDROVIARIO		75.888.689
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0230 CORREDOR LESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		75.039.158 849.531
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		75.888.689
<b>TOTAL</b>		<b>75.888.689</b>
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		75.888.689
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO		75.888.689
6.2.1.0.00.00 TESOIRO		75.888.689
6.2.1.1.00.00 DIRETO		52.895.476
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		22.993.213
<b>TOTAL DA RECEITA</b> 75.888.689 RECEITAS CORRENTES      0 RECEITAS DE CAPITAL		<b>75.888.689</b>

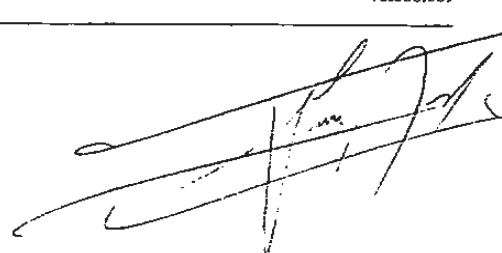
ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39216 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)      CREDITO EXTRAORDINARIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0230 CORREDOR LESTE									75.039.158
PROJETOS									
26 784	0230 10VS	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							2.950.164
26 784	0230 10VS 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.950.164
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 28	I	4 - INV	2	90	0	495	2.950.164
26 784	0230 10VW	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)							7.644.951
26 784	0230 10VW 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO							7.644.951
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 36	I	4 - INV	2	90	0	495	7.644.951
26 784	0230 12EK	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ)							4.030.000
26 784	0230 12EK 0033	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							4.030.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 44	I	4 - INV	2	90	0	495	4.030.000
26 784	0230 12IE	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO DO PORTO DE SEPETIBA							508.249
26 784	0230 12IE 0033	RECUPERACAO DO SISTEMA VIARIO INTERNO DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							508.249
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 95	I	4 - INV	2	90	0	495	508.249
26 784	0230 12IF	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE SEPETIBA							770.256
26 784	0230 12IF 0033	ADEQUACAO DAS INSTALACOES DE CONTROLE DE TRANSPORTE DE CARGA DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							770.256
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 77	I	4 - INV	2	90	0	495	770.256

26 784	0230 12IG	IMPLEMENTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE SEPETIBA								1.000.000
26 784	0230 12IG 0033	IMPLEMENTACAO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRAFEGO NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495		1.000.000
26 784	0230 12IH	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO								475.000
26 784	0230 12IH 0033	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 75	I	4 - INV	2	90	0	495		475.000
26 784	0230 12II	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SEPETIBA								490.000
26 784	0230 12II 0033	CONSTRUCAO DE COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUARIO NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 98	I	4 - INV	2	90	0	495		490.000
26 784	0230 12IJ	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO								90.000
26 784	0230 12IJ 0033	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	I	4 - INV	2	90	0	495		90.000
26 784	0230 12IK	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SEPETIBA								90.000
26 784	0230 12IK 0033	CONSTRUCAO DE INSTALACAO PORTUARIA PARA INSPECAO FITOSSANITARIA NO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 90	I	4 - INV	2	90	0	495		90.000
26 784	0230 12IL	CONSTRUCAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								503.702
26 784	0230 12IL 0033	CONSTRUCAO DE SUBESTACAO DE ENERGIA ELETRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 72	I	4 - INV	2	90	0	495		503.702
26 784	0230 12IM	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								58.760
26 784	0230 12IM 0033	MELHORAMENTOS NA INFRA-ESTRUTURA PORTUARIA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	I	4 - INV	2	90	0	495		58.760
26 784	0230 3E70	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								10.000.000
26 784	0230 3E70 0033	RECUPERACAO DO ACESSO RODOFERROVIARIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 100	I	4 - INV	2	90	0	495		10.000.000
26 784	0230 3E71	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO								5.481.223
26 784	0230 3E71 0033	DRAGAGEM DE MANUTENCAO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 362	I	4 - INV	2	90	0	495		5.481.223
26 784	0230 3E72	IMPLANTACAO DE BALANCAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO								309.534
26 784	0230 3E72 0033	IMPLANTACAO DE BALANCAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 60	I	4 - INV	2	90	0	495		309.534
26 784	0230 3E73	AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO								512.820
26 784	0230 3E73 0033	AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 26	I	4 - INV	2	90	0	495		512.820

26 784	0230 3E75	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)								16.338.234
26 784	0230 3E75 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								16.338.234
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 1062	1	4 - INV	2	90	0	495		16.338.234
26 784	0230 3232	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI (RJ)								910.729
26 784	0230 3232 0033	DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO DO CANAL DE ACESSO AOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO E NITEROI (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								910.729
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 59	1	4 - INV	2	90	0	495		910.729
26 784	0230 3338	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ)								1.000.000
26 784	0230 3338 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE MINERIO, GUSA E PRODUTOS SIDERURGICOS - PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								1.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495		1.000.000
26 784	0230 3340	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTEINERES NO CAIS DO CAJU (RJ)								635.536
26 784	0230 3340 0033	CONSTRUCAO DO TERMINAL DE CONTEINERES NO CAIS DO CAJU (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								635.536
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 8	1	4 - INV	2	90	0	495		635.536
26 784	0230 7376	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE SEPETIBA (RJ)								20.000.000
26 784	0230 7376 0033	DRAGAGEM DO CANAL DE ACESSO DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								20.000.000
		DRAGAGEM REALIZADA (MIL M <sup>3</sup> ) 1636	1	4 - INV	2	90	0	495		20.000.000
26 784	0230 7390	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO NAUTICA DO PORTO DE SEPETIBA								1.240.000
26 784	0230 7390 0033	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SINALIZACAO NAUTICA DO PORTO DE SEPETIBA - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								1.240.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 21	1	4 - INV	2	90	0	495		1.240.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>849.531</b>
		<b>PROJETOS</b>								
26 784	0807 3270	IMPLANTACAO DO ANEXO DA SEDE DO PORTO DE SEPETIBA (RJ)								849.531
26 784	0807 3270 0033	IMPLANTACAO DO ANEXO DA SEDE DO PORTO DE SEPETIBA (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO								849.531
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	2	90	0	495		849.531
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>75.888.689</b>





ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
<b>TOTAL DA UNIDADE : R\$ 18.577.866</b>			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 26 TRANSPORTE			18.577.866
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			18.577.866
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0235 CORREDOR NORDESTE			18.577.866
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			18.577.866
<b>TOTAL</b>			<b>18.577.866</b>
<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			18.577.866
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.787.360
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.787.360
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			15.790.506
6.2.1.0.00.00 TESOURO			15.790.506
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			15.790.506
<b>TOTAL DA RECEITA</b>		<b>18.577.866 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.787.360 RECEITAS DE CAPITAL</b>

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
<b>0235 CORREDOR NORDESTE</b>									<b>18.577.866</b>	
<b>PROJETOS</b>										
26	784	0235 ID15	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE MACEIO (AL)							1.287.360
26	784	0235 ID15 0027	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE MACEIO (AL) - NO ESTADO DE ALAGOAS							1.287.360
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.287.360	
26	784	0235 ID33	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DUTOS COM BOMBA NO PORTO DE MACEIO (AL)							1.500.000
26	784	0235 ID33 0027	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DUTOS COM BOMBA NO PORTO DE MACEIO (AL) - NO ESTADO DE ALAGOAS							1.500.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.500.000	
26	784	0235 10EE	AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							1.916.046
26	784	0235 10EE 0004	AMPLIACAO E RECUPERACAO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							1.916.046
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.916.046	
26	784	0235 10VP	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN)							386.428
26	784	0235 10VP 0024	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							386.428
			1	4 - INV	2	90	0	495	386.428	
26	784	0235 3255	RECUPERACAO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)							7.848.986
26	784	0235 3255 0024	RECUPERACAO E MELHORAMENTOS DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							7.848.986
			1	4 - INV	2	90	0	495	7.848.986	
26	784	0235 5597	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO							5.086.301
26	784	0235 5597 0027	CONSTRUCAO DE CAIS PARA CONTEINERES NO PORTO DE MACEIO - NO ESTADO DE ALAGOAS							5.086.301
			1	4 - INV	2	90	0	495	5.086.301	
26	784	0235 7714	DRAGAGEM DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE NATAL (RN)							552.745
26	784	0235 7714 0024	DRAGAGEM DA BACIA DE EVOLUCAO DO PORTO DE NATAL (RN) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							552.745
			1	4 - INV	2	90	0	495	552.745	
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>18.577.866</b>	

**Proposição: MPV-287/2006****Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 29/03/2006**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.**Ementa:** Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00, para os fins que especifica.**Explicação da Ementa:** Crédito extraordinário destinado à recuperação de rodovias, incluindo a BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul; pagamento de desapropriação para o início da construção da ferrovia Nova Transnordestina; e à Companhia Docas do Ceará (CDC), do Espírito Santo (CODESA), da Bahia (CODEBA), de São Paulo (CODESP), do Pará (CDP), do Rio de Janeiro (CDRJ), e do Rio Grande do Norte (CODERN), para revitalização da infraestrutura dos portos nacionais, inclusive a Implantação do Sistema de Segurança Portuária.**Indexação:** Crédito Extraordinário, Ministério dos Transportes, (DNIT), obra pública, recuperação, rodovia federal, trecho rodoviário, Estado, (RS), desapropriação, início, construção, ferrovia, Região Nordeste, Companhia Docas, implantação, sistema, segurança, porto, atividade portuária.**Despacho:**

12/4/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN )

**MSC 195/2006 (Mensagem) - Poder Executivo****Legislação Citada****Emendas**

- MPV28706 (MPV28706)

**EMC 1/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Anivaldo Vale****EMC 2/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Anivaldo Vale****EMC 3/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Anivaldo Vale****EMC 4/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia****EMC 5/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Aleluia****EMC 6/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando de Fabinho****EMC 7/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando de Fabinho****EMC 8/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado****EMC 9/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado****EMC 10/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Carlos Machado****EMC 11/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Sandro Mabel****EMC 12/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Sandro Mabel****EMC 13/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Amauri Gasques****EMC 14/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Amauri Gasques****EMC 15/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Sandro Mabel****EMC 16/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Wellington Fagundes****EMC 17/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Caldas****EMC 18/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Caldas****EMC 19/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Caldas****EMC 20/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Caldas****EMC 21/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo****EMC 22/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 23/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Geraldo Resende****EMC 24/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cezar Silvestri****EMC 25/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Colbert Martins****EMC 26/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Colbert Martins****EMC 27/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Colbert Martins****EMC 28/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Colbert Martins****EMC 29/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Colbert Martins****EMC 30/2006 MPV28706 (Emenda Apresentada na Comissão) - Colbert Martins****Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV28706 (MPV28706)

**PPP 1 MPV28706 (Parecer Proferido em Plenário) - Almir Sá****PPR 1 MPV28706 (Parecer Reformulado de Plenário) - Almir Sá**

## Originadas

- PLEN (PLEN)


**PLV 17/2006 (Projeto de Lei de Conversão) - Almir Sá**

## Última Ação:

31/5/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 287-B/06) (PLV 17/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
29/3/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
29/3/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 30/03/2006 a 04/04/2006. Comissão Mista: 29/03/2006 a 11/04/2006. Câmara dos Deputados: 12/04/2006 a 25/04/2006. Senado Federal: 26/04/2006 a 09/05/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 10/05/2006 a 12/05/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 13/05/2006. Congresso Nacional: 29/03/2006 a 27/05/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 28/05/2006 a 26/07/2006.
12/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeta à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
12/4/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 13/4/2006.
20/4/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Almir Sá (PL-RR)
25/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 137, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 287, de 2006. Informa, ainda, que foram oferecidas 30 (trinta) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.
16/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
16/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 285/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
17/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
18/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
18/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 280-C/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
23/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
23/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 286/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
24/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
24/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>

	Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Ronaldo Dimas, Vice-líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Almir Sá (PL-RR), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária: pela inadmissibilidade da Emenda nº 15; e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 14 e 16 a 30. 
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO) e Dep. Luiz Sérgio (PT-RJ).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Ronaldo Dimas, na qualidade de Líder do PSDB, e pelo Dep. Luiz Sérgio, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento. Sim: 63; Não: 198; Abst.: 1; Total: 263.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiu a Matéria o Dep. Eduardo Valverde (PT-RO).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Requerimento de Srs. Líderes que solicita o encerramento da discussão e do encaminhamento da votação.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.

31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a votação por acordo dos Srs. Líderes.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer reformulado de Plenário pelo Relator, Dep. Almir Sá (PL-RR), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pela aprovação desta MPV, com alterações, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade da Emenda nº 15, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Em consequência, a Emenda de nº 15 deixa de ser submetida a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 287, de 2006, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo Vice-líder do PSDB, Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO), o Destaque de sua bancada para votação em separado da expressão "Anexo II" constante do texto desta MPV e, em consequência, a supressão do respectivo Anexo II da MPV 287/06.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Almir Sá (PL-RR).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 287-B/06) (PLV 17/06)

Cadastrar para Acompanhamento

#### Nova Pesquisa

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 21, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 287, de 28 de março de 2006**, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de R\$ 361.554.596,00, para os fins que especifica", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 28 de maio de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 17 de maio de 2006.

  
Senador **Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 18, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)

**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nºs 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nº 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.**

Este avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 200, de 2006
- Exposição de Motivos nº 9/2006, dos Ministérios correspondentes
- Ofício nº 378/2006, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica s/nº, de 10-4-2006, da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Sr. Vignatti (PT – SC)
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 22, de 2006 prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória
- Legislação citada

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 18, DE 2006**

(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)

**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.294, de 10 de março de 1966, e das Leis nºs 7.769, de 3 de julho de 1999, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000,**

**10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrida de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

§ 1º Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$1,59 (um real e cinquenta e nove centavos)

§ 2º O valor da aplicação do percentual previsto no **caput** deste artigo é estendido a todos os aposentados e pensionistas do Regime Geral da Previdência Social, independentemente do valor do benefício.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados, a partir de 1º de abril de 2006:

I – o art. 17 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986;

II – O Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987;

III – o art. 1º da Lei nº 7.789, de 3 de julho de 1989;

IV – o art. 10 da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991;

V – o art. 1º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;

VI – o art. 1º da Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995;

VII – a Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000;

VIII – a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001;

IX – a Lei nº 10.525, de 6 de agosto de 2002;

X – o art. 1º da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003;

XI – o art. 1º da Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004; e

XII – a Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005.

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 288, DE 2006**

**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2006, após a aplicação do percentual corresponde à variação do Índice

Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ocorrido de 1º de maio de 2005 a 31 de março de 2006, a título de reajuste, e de percentual a título de aumento real, sobre o valor de R\$300,00 (trezentos reais), o salário mínimo será de R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$11,67 (onze reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$1,59 (um real e cinquenta e nove centavos).

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados, a partir de 1º abril de 2006:

I – o art. 17 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986;

II – o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987;

III – o art. 1º da Lei nº 7.789, de 3 de julho de 1989;

IV – o art. 10 da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991;

V – o art. 1º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995;

VI – o art. 1º da Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995;

VII – a Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000;

VIII – a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001;

IX – a Lei nº 10.525, de 6 de agosto de 2002;

X – o art. 1º da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003;

XI – o art. 1º da Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004; e

XII – a Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005.

Brasília, 30 de março de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

#### MENSAGEM Nº 200, DE 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 288 de 30 de março de 2006, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006”.

Brasília, 30 de março de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EMI Nº 9 /MTE/MF/MPS/MP

Em 30 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência proposta de Medida Provisória, objetivando reajustar, a partir de 1º de abril de 2006, o

valor do salário mínimo para R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

2. O novo valor proposto para o salário mínimo, R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais), representa reajuste pela estimativa da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, no período de maio de 2005 a março de 2006, acrescido do aumento real.

3. A medida proposta beneficiará cerca de 23,7 milhões de trabalhadores formais e informais que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD – 2004, recebiam até um salário mínimo mensal.

4. A este contingente se agregam 15,7 milhões de pessoas que recebem o equivalente a um salário mínimo como benefício previdenciário ou assistencial pagos pela Previdência Social, o que significa, direta ou indiretamente, que aproximadamente 40 milhões de pessoas poderão ter a sua renda mensal elevada por efeito do aumento proposto para o salário mínimo.

5. O valor para o novo salário mínimo submetido à consideração de Vossa Excelência reproduz o esforço na busca da melhoria das condições de vida da população, por meio da elevação real e da preservação de seu poder de compra, assim como a promoção de sua gradual recomposição.

6. O impacto orçamentário-financeiro previsto para 2006 nas despesas líquidas da Previdência e Assistência Social foi estimado em R\$7,8 bilhões. Além disso, há um impacto estimado de R\$1,5 bilhão nas despesas com seguro-desemprego e abono salarial. O impacto total estimado perfaz, aproximadamente, R\$9,4 bilhões. As despesas nos anos fiscais seguintes serão compensadas pelo aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia nacional previsto para aqueles períodos.

7. O novo valor proposto para o salário mínimo foi objeto de variados estudos e ampla discussão no âmbito do Governo Federal, com a participação das centrais sindicais. Reflete, assim, o consenso alcançado, resultado do esforço de conciliar a melhoria das condições de vida da população e os efeitos dinamizadores da economia que advêm do aumento real deste salário com as limitações impostas pelo orçamento da União, em especial, as derivadas do aumento dos gastos com benefícios pagos pela Previdência Social.

8. A relevância e a urgência que justificam a edição da medida provisória proposta a Vossa Excelência derivam da urgente necessidade de fixação do novo valor do salário mínimo que terá vigência a partir de 1º de abril de 2006, haja vista não ter sido aprovado, pelo Congresso Nacional, em tempo hábil, o Projeto de Lei encaminhado pelo Poder Executivo contendo esta providência.

9. Vale ressaltar que o PLOA-2006 prevê reserva de contingência específica para riscos previdenciários

no valor de R\$ 1,2 bilhão, conforme estabelece o § 2º do art. 13 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – 2006. É imprescindível a adequação do Projeto de Lei Orçamentária de 2006, ora em tramitação no Congresso Nacional, de forma a contemplar o montante de recursos necessários ao atendimento da despesa adicional decorrente do novo salário mínimo proposto.

São essas, Senhor Presidente, as razões que nos levam a submeter à apreciação de Vossa Excelência o anexo Projeto de medida provisória.

Respeitosamente, – **Luiz Marinho**, – **Guido Mantega**, – **Nelson Machado**, – **Paulo Bernardo**.

OF. Nº 378/06/PS-GSE

Brasília, 9 de junho de 2006

Assunto: envio de PLV para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto

de Lei de Conversão nº 18, de 2006 (Medida Provisória nº 288/06, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 7-6-06, que “dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Primeiro-Secretário.

<b>MPV Nº 288</b>	
Publicação no DO	31-3-2006
Designação da Comissão	3- 4-2006(SF)
Instalação da Comissão	4-4-2006
Emendas	até 6-4-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	31-3-2006 a 13-4-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	13-4-2006
Prazo na CD	de 14-4-2006 a 27-4-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	27-4-2006
Prazo no SF	28-4-2006 a 11-5-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	11-5-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	12-5-2006 a 14-5-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	15-5-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	29-5-2006 (60 dias)
(*) Prazo prorrogado	11-8-2006
(*)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 22, de 2006 – DO de 24-5-2006	

<b>MPV Nº 288</b>	
Votação na Câmara dos Deputados	7-6-2006
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	



## NOTA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Brasília, 10 de abril de 2006

**Assunto:** Adequação orçamentária da MP nº 288/06, que dispõe sobre o salário mínimo, a partir de 1º de abril de 2006.

**Interessado:** Secretaria-Geral da Mesa

### 1. Introdução

A presente Nota Técnica atende à determinação constante do art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que estabelece, **ipsis verbis**:

*“Art 19. O órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o Relator da Medida Provisória encaminhará aos Relatores e à Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de Medida Provisória”.*

No art. 62, § 9º, a Constituição estabelece que caberá a uma comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessões separadas, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

Determina, ainda, o art. 19 da Resolução nº 1, de 2002-CN, que o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da Casa a que pertencer o relator da matéria deverá elaborar nota técnica com subsídios acerca da adequação orçamentária e financeira da medida provisória, a ser encaminhada aos relatores e demais membros da comissão mista.

A nota técnica deve atender ao disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que prescreve os requisitos a serem observados quando do exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira: “análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União”.

Para a apreciação da medida provisória em questão, compete a esta Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle elaborar a respectiva nota técnica.

### 2. Síntese da Medida Provisória

A Medida Provisória nº 288/2006, altera os valores do Salário Mínimo Nacional para R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais).

No que se refere à adequação orçamentária, esclarecemos que o Relatório aprovado na CMO faz a adequação orçamentária aos valores indicados, conforme consignado abaixo (página 10, item 1.4.3 do Relatório do Relator-Geral do PLOA/2006):

### “Emendas de compatibilização com a LOA/2006

No relatório do relator-geral da lei orçamentária para 2006, dentre as principais alterações incorporadas ao seu substitutivo, chamou-nos a atenção a adoção de uma reserva de recursos no valor de R\$5,7 bilhões, para viabilizar a elevação do salário-mínimo, de R\$ 321,21, como previsto na proposta orçamentária, para R\$350,00 e outra, de R\$0,55 bilhão, com o objetivo de atender à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Devido à magnitude dos valores envolvidos, consideramos, em nosso substitutivo, o impacto dessa decisão no PPA, no ano de 2007. Assim sendo, apresentamos emendas de relator, no valor de R\$9.242,02 milhões, correspondentes à diferença entre as duas colunas de valores da tabela seguinte.

Grupos de Ações	Em R\$	
	PL PPA Rev 2007	Substitutivo PPA Rev 2007
Impacto do Salário-Mínimo	179.733.734.698	186.976.755.095
Benefícios Previdenciários	154.297.054.991	160.246.872.509
Renda Mensal Vitalícia	1.652.103.000	2.036.974.423
Lei Orgânica de Assistência Social	10.488.903.000	10.498.603.000
Aposentadoria	3.328.374.900	3.746.873.454
Seguro-Desemprego	9.897.404.747	10.498.337.710
FUNDEB	0	2.000.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>179.733.734.698</b>	<b>188.976.755.095</b>

No que se refere aos requisitos constitucionais de urgência e relevância, esclarecemos que, salvo melhor juízo, o tema guarda os requisitos essenciais para ser considerado urgente e relevante tendo em vista o impacto social e as datas base de várias categorias.

### 3. Conclusão

São esses os subsídios que consideramos mais relevantes para a apreciação da Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006, quanto à adequação orçamentária e financeira. Esclarecemos, ainda, que a adequação foi procedida no PLOA de 2006 pelo Relator-Geral por meio de emenda de Relator. – **Renato Jorge Brown Ribeiro**, Consultor/de Orçamentos.

**PARECER DO RELATOR, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 2006, E EMENDAS**

**O SR. VIGNATTI (PT – SC.** Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Depu-

tados, com muita honra, tenho o prazer de fazer o relatório desta tão importante Medida Provisória e desse fabuloso salário mínimo para o povo brasileiro.

A Medida Provisória nº 288, de 2006, determina o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006.

### I – Relatório

A Medida Provisória nº 288, de 2006, estipula em 350 reais o valor do salário mínimo mensal, a partir de 1º de abril de 2006. O parágrafo único do Art. 1º dessa proposição fixa o valor diário do salário mínimo em 11 reais e 67 centavos e seu valor horário em 1 real e 59 centavos.

O art. 3º da referida Medida Provisória revoga ainda o art. 17 do Decreto-Lei nº 2.284, e outros dispositivos legais.

No decorrer do prazo regimental, foram apresentadas 29 emendas:

**a)** reajustando o salário mínimo a partir de abril de 2006:

para 365 reais – Emenda nº 3, do Deputado Fernando de Fabinho; para 375 reais – Emenda nº 4, do Deputado Pauderney Avelino; para 400 reais – Emenda nº 5, do Senador Álvaro Dias, nº 6, do Deputado Wladimir Costa, nº 8, do Deputado Eduardo Cunha, nº 9, do Deputado Carlos Souza, e nº 11, do Deputado João Fontes; para 560 reais e 62 centavos – Emenda nº 10, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame; para 615 reais – Emenda nº 13, do Deputado Luiz Carlos Hauly;

**b)** criando outros mecanismos de reajuste do salário mínimo:

– Emenda nº 7, do Deputado Sandro Mabel, determinando que o salário mínimo seja reajustado anualmente, a partir de 1º de abril de 2006, em no mínimo 10,41% acima da inflação medida pelo IPCA, até que o salário mínimo dobre o seu valor real com base naquele em vigor a partir de 1º de abril de 2006;

– Emenda nº 18, do Deputado André Figueiredo, prevendo o reajuste a partir de 12 de setembro de 2006, inclusive, e a cada quadrimestre, em quatro inteiros e cento e oitenta e nove centésimos por cento, a título de aumento real, acrescido do IPC do período, podendo o Poder Executivo propor reajuste superior a tais índices;

– Emenda nº 19, do Senador Paulo Paim, propondo, a partir de 1º de abril de 2007, aumento real correspondente ao dobro da variação real positiva do PIB verificado no ano

anterior, assegurando também a aplicação do reajuste do salário mínimo para os benefícios da Previdência Social;

– Emenda nº 29, do Deputado Renildo Calheiros, determinando o reajuste, a partir de março de 2007, no mínimo, pela variação nominal do PIB apurado no ano anterior ou pelo INPC acumulado desde o último reajuste, se superior, acrescido do índice de aumento de produtividade média do trabalho total, se positivo, também do ano anterior, calculados pelo IBGE;

**c)** Dispondo sobre a aplicação do reajuste do salário mínimo também para os benefícios da Previdência Social:

– Emenda nº 1, do Deputado Ivan Ranzolin;

– Emenda nº 2, do Deputado Ivan Ranzolin: acima do mínimo;

– Emenda nº 12, do Deputado Ivan Ranzolin;

– Emenda nº 14, do Deputado Marco Maia, dispondo sobre a aplicação do reajuste do salário mínimo também para os benefícios da Previdência Social, de forma escalonada: 100% do reajuste do salário mínimo para benefícios até 3 pisos previdenciários; 75% para benefícios acima de 3 e até 5 pisos, 50% acima de 5 até 10 pisos, e a correção pela variação do INPC acima de 10 pisos;

– Emenda nº 15, do Senador Paulo Paim;

– Emenda nº 16, do Deputado Arnaldo Faria de Sá;

– Emenda nº 17, do Deputado Arnaldo Faria de Sá;

– Emenda nº 21, do Deputado Fernando Coruja;

– Emenda nº 22, do Deputado Edinho Bez;

– Emenda nº 27, do Deputado Fernando Coruja;

**d)** Reajustando o salário-família:

– Emenda nº 24, do Deputado André Figueiredo, que reajusta o salário-família com o mesmo índice aplicado ao salário mínimo e determina a aplicação do salário-família também aos domésticos, aumenta de 14 para 16 anos a idade máxima do dependente e usa o termo podador de deficiência;

– Emenda nº 28, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que reajusta o salário-família com o mesmo índice aplicado pelo salário mínimo;

**e) Criando Comissão Mista:**

– Emenda nº 20, do Senador Paulo Paim, que cria Comissão Especial Mista Permanente, composta de membros do Executivo, Legislativo e da sociedade organizada, para estudar, debater e avaliar as políticas permanentes adotadas para o salário mínimo;

**f) tratando dos praças das Forças Armadas:**

– Emenda nº 23, do Deputado Jair Bolsonaro, que revoga o § 2º do art. 18 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a fim de impedir que os praças prestadores de serviço militar inicial, os praças especiais e seus pensionistas recebam como remuneração proventos mensais ou pensão militar de valor inferior ao do salário mínimo vigente;

– Emenda nº 26, do Deputado Jair Bolsonaro, que acrescenta artigo prevendo que a remuneração dos praças prestadores do serviço militar inicial das Forças Armadas não poderá ser inferior ao valor estipulado para o salário mínimo;

**g) tratando das cooperativas:**

– Emendas nºs 25 e 29, do Deputado Luiz Carlos Hauly, visando ao auxílio às atividades cooperativistas em nosso País.

É o relatório.

Voto do Relator.

Da admissibilidade.

Conforme determina a Constituição Federal – art. 62, § 5º – e a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional – art. 5º – cabe ao Congresso Nacional, no que toca a medidas provisórias, deliberar sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais, nos quais se incluem a relevância e a urgência, bem como sobre a adequação orçamentária e financeira e o mérito.

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, determina que, na data da publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, será enviado ao Congresso Nacional o seu texto, acompanhado da respectiva mensagem e documentos que revelem a motivação do ato.

A admissibilidade depende, dessa forma, da obediência aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como do entendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A Exposição de Motivos nº 9, de 2006, alinhou consistentemente as razões da justificativa para a adoção da Medida Provisória nº 288, de 2006.

Da urgência e relevância.

Estão configuradas a urgência e a relevância, tendo em vista a necessidade de efetuar o reajuste do salário mínimo na periodicidade devida, assegurando-se seus efeitos a partir de 1º de abril de 2006 e permitindo ganho real aos trabalhadores brasileiros.

Com base no exposto e tendo em vista o cumprimento do que estabelece o art. 62 da Constituição Federal e o que dispõe o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, somos pela admissibilidade da Medida Provisória no que tange à urgência e à relevância.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A matéria contida na Medida Provisória não se insere entre aquelas de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da Constituição Federal) ou de qualquer de suas Casas (arts. 51 e 52 da Constituição Federal), da mesma forma que não se contrapõe aos temas cujo tratamento é vedado por intermédio desse instrumento normativo (art. 62, § 1º da Constituição Federal).

E a Medida Provisória em tela coaduna-se com o ordenamento jurídico vigente e foi redigida atendendo a todas as normas relativas à boa técnica legislativa, possuindo clareza, precisão e ordem lógica, em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela Lei de nº 107, de 2001.

No entanto, as Emendas de nºs 20, 24, 25, 28 e 29, não tratam do tema objeto da Medida Provisória, estando configurada a injuridicidade de tais emendas, com base no art. 4º, § 4º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional.

Há outro vício constante nas Emendas nºs 23 e 26, que tratam da remuneração dos praças que prestam serviço militar. Além de serem estranhas à matéria tratada na presente Medida Provisória, segundo o art. 61, § 1º da Constituição Federal, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 288, de 2006, pela injuridicidade das Emendas nºs 20, 24, 25, 28, 29, e pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 23 e 26.

Da adequação financeira e orçamentária.

A análise da adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 288, de 2006, deve seguir

as disposições da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. O § 1º do art. 5º dessa Resolução define que o exame da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita e a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do Plano Plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

O impacto orçamentário-financeiro previsto para 2006, nas despesas líquidas da Previdência e Assistência Social foi estimado em 7,8 milhões de reais. Há também um impacto estimado em 1,5 bilhão de reais nas despesas com seguro-desemprego e abono salarial, sendo que o impacto total estimado é de aproximadamente 9,4 bilhões de reais. As despesas nos anos fiscais seguintes serão compensadas pelo aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia nacional previsto para aquele período.

Destaque-se que se trata de impacto no Orçamento em valores líquidos. Ou seja, para se obter os valores supracitados, abateu-se do total do aumento de despesas os valores correspondentes ao aumento previsto na receita da Previdência Social, tendo em vista o impacto do reajuste do salário mínimo na base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Mesmo tendo em vista as várias restrições apresentadas pelo Orçamento, foi feito um grande esforço para a identificação de fontes para custear a revisão e o aumento real do salário mínimo, permitindo-se um ganho real de cerca de 13%. Cito o papel do Relator Carlito Merss e da Comissão de Receita do Orçamento.

Tal índice foi obtido tendo em vista os limites restritos estipulados pelo Orçamento e a demonstração dos impactos orçamentários, atuariais e financeiros, especialmente sobre o Regime Geral da Previdência Social.

Além dos 3,46 bilhões de reais que foram alocados pelo Poder Executivo para promover o aumento do salário mínimo a partir de abril de 2006, com reflexos financeiros a partir de maio de 2006, o Congresso Nacional aprovou a alocação de 5,715 bilhões de reais.

Os 5,7 bilhões de reais foram incluídos no PLOA de 2006 como emenda do Relator Geral da Unidade Orçamentária 90000 – Reserva de Contingência com o subtítulo “Reserva de Contingência para Garantir o Reajuste dos Benefícios da Seguridade Social Decorrente do Aumento Real”.

Convém ressaltar que o acréscimo de cada 1 real no salário mínimo no período de 9 meses de 2006 (caso

do salário mínimo atual de 350 reais a partir de abril, com reflexos financeiros iniciando em maio e incluído o 13º salário), acarretará um aumento no Orçamentos da União de aproximadamente 184 milhões de reais.

As emendas nºs 1, 2, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 22 e 27, prevêem a concessão de reajuste imediato aos benefícios previdenciários, sem previsão de receita no Orçamento de 2006, e sem a justificativa adequada, contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sr. Presidente, resalto que foi editada outra medida provisória com o mesmo teor, em trâmite nesta Casa, como é de conhecimento dos Srs. Deputados: a Medida Provisória nº 291.

Do mesmo modo, as Emendas nºs 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 13, propõem valores maiores para o salário mínimo e as Emendas nºs 7, 18, 19 e 27, que têm outro mecanismo de reajuste para o salário mínimo, também não possuem previsão no Orçamento de 2006, tampouco se fazem acompanhar da justificativa adequada, contrariando a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, consideramos a Medida Provisória nº 288, de 2006, nos termos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, adequada orçamentária e financeiramente. As Emendas nºs 1, 2, 3, 4, são objeto de acordo para destaque. Retiro as Emendas de nºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 27.

Do mérito.

Consideramos que o reajuste previsto na Medida Provisória sob análise, dentro das atuais limitações orçamentárias, garante uma recuperação significativa do poder de compra do salário mínimo, sendo o mais adequado. Segundo tal proposição, a partir de abril de 2006, o valor mensal do salário mínimo será de 350 reais.

Tal proposição também revoga o art. 17, do Decreto-Lei nº 2.284, a Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005, e outros dispositivos legais que se referem aos valores concedidos ao salário mínimo nos respectivos anos de promulgação.

Levando-se em conta a variação acumulada do índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC no período de maio de 2005, a março de 2006, a elevação do salário mínimo para 350 reais mensais a partir de 1º de abril de 2006, assegura o significativo aumento real de 13%. Através do controle de inflação durante o Governo Lula, foi possível evitar que houvesse significativas perdas do valor real dos salários. Nesse sentido, cabe lembrar que a inflação de 2005, foi a menor desde 1998, o que é extremamente benéfico para a manutenção do poder de compra dos salários. Nesse contexto, ganhos reais de 8% para o salário mínimo, como foi conquistado em 2005, mais os 13% de 2006,

ganham uma relevância ainda maior e asseguram um efetivo avanço na distribuição da renda para as camadas mais empobrecidas da Nação.

A elevação do valor do salário mínimo beneficiará mais de 23,7 milhões de trabalhadores formais e informais que, segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2004, recebiam mensalmente até 1 salário mínimo. A estes devem ser somados cerca de 15,7 milhões de cidadãos que recebiam, em 2005, o equivalente a 1 salário mínimo como benefício previdenciário ou assistencial da Previdência Social. Ou seja, cerca de 40 milhões de pessoas terão o benefício direto do aumento de sua renda mensal em virtude da elevação proposta para o salário mínimo.

Além disso, inúmeros outros trabalhadores são beneficiados pelo reajuste, já que serve como parâmetro para a negociação coletiva de muitas categorias profissionais. Por isso, a elevação do salário mínimo acarreta também o aumento dos pisos salariais previstos em convenções e acordos coletivos de trabalho pelo Brasil afora. E a economia informal também utiliza o valor do salário mínimo como referência para o pagamento dos trabalhadores e prestadores de serviços, demonstrando outra repercussão positiva do reajuste para os setores mais necessitados da sociedade. Calcula-se que o reajuste proposto pelo Governo Federal ao salário mínimo injetará cerca de 15 bilhões na atividade econômica brasileira. Com tal aumento, deverá haver uma expansão de 5,8% da massa salarial, o que servirá para incentivar a atividade econômica, sem, no entanto, gerar pressões inflacionárias.

Cabe lembrar ainda que o reajuste do salário mínimo tem um impacto relevante nas pequenas cidades brasileiras. Em cerca de dois terços dos Municípios do País, as aposentadorias pagas pelo INSS são responsáveis por volume de recursos maior que os provenientes do Fundo de Participação dos Municípios – em 2002, foram 3.546 Municípios em tal situação, e 3.773 Municípios em 2003.

Servem também os reajustes concedidos ao salário mínimo nos últimos anos para contribuir para a redução da pobreza e melhoria da distribuição de renda. De acordo com o IPEA, em 2005, 18,4 milhões de pessoas deixaram a condição de indigência em virtude do acesso aos benefícios da assistência e seguridade social, e 3,2 milhões de pessoas saíram de tal condição em virtude do crescimento real do salário mínimo de 1994 a 2005.

Ressalte-se que o reajuste do salário mínimo aumenta o consumo e a produção, fortalecendo o mercado interno e o crescimento, incrementando a

receita do setor público, bem como a produção de bens de consumo.

Por outro lado, devemos conhecer os avanços na democratização do debate acerca do salário mínimo. Em 2005, o Poder Executivo, através do Decreto Presidencial de 20 de abril, criou, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, uma comissão composta por trabalhadores, empregadores, aposentados e Poder Executivo para elaborar política de fortalecimento do salário mínimo. Aos trabalhos dessa comissão, que ainda não estão concluídos, somaram-se as centrais sindicais dos trabalhadores do País que, mais uma vez, e de forma unitária, encaminharam um processo de negociação junto ao Poder Executivo, que resultou na presente proposta e também na correção significativa de tabela do Imposto de Renda.

Esse processo de negociação, prolongado e responsável, confere enorme legitimidade à proposição, que, na realidade, é a expressão de um acordo firmado com os principais e mais diretos interessados no reajuste, que são os trabalhadores, os aposentados e demais beneficiários da Previdência Social. De outra parte, os reajustes conquistados em 2005 e 2006, já delineiam de forma consistente e correta uma política permanente e sustentada de recuperação do valor do salário mínimo.

Isso torna-se ainda mais evidente a partir dos dados abaixo.

A Tabela 1 mostra a evolução do salário mínimo deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor – IPCA, IBGE.

De 1995 a 1996, o IPCA foi escolhido como índice de preços pelo Banco Central do Brasil, usado para fiscalizar a medida oficial da inflação do Brasil.

A base de compensação foi fixada a partir de maio de 1995. A inflação do IPCA foi calculada considerando-se a variação desse índice de preços entre as datas do reajuste do salário mínimo. Os reajustes nos 3 primeiros anos do Governo Lula garantiram um ganho real do salário mínimo, com elevação inflacionada medida pelo IPCA. O valor de 350 reais proposto para vigorar a partir de abril de 2006, equivale a cerca de 150 dólares, implicando ganho real de cerca de 52% quando comparado ao valor vigente em maio de 1995.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Sr. Relator, é exatamente este o ponto a que me referi anteriormente. Se V. Ex<sup>a</sup> der seu parecer como lido, é ele que vai valer. Então, a substituição tem de ser feita neste ponto, na comparação do IPCA com o INPC.

**O SR. VIGNATTI** – Sr. Presidente, tendo em vista o acordo, aproveito para substituir as tabelas, mesmo que as tenha escrito e confiando nos dados apresentados.

Tomo esta decisão em respeito ao Deputado Ronaldo Dimas, sempre presente, que nos trouxe uma sugestão, retiro esta parte do texto e as demais tabelas vinculadas ao IPCA.

**O SR. RONALDO DIMAS** – Agradeço, Deputado.

**O SR. VIGNATTI** – Portanto, ainda que não se configurasse a inadequação orçamentária e financeira das Emendas de nºs 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11 e 13 (propondo outros valores para o salário mínimo), e as Emendas de nºs 7, 18, 19 e 29 (criando outros mecanismos de reajuste), caberia sua rejeição no mérito, ante os motivos supracitados. Ressalto a rejeição da Emenda nº 4, tendo em vista o acordo firmado entre as lideranças partidárias.

E também, caso não restasse caracterizada a inadequação orçamentária e financeira, caberia rejeitar no mérito as Emendas de nºs 1, 2, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 22 e 27, que visam corrigir, a partir de 1º de abril de 2006, os benefícios de prestação continuada do Regime Geral da Previdência Social pelo mesmo percentual do reajuste aplicado ao salário mínimo.

Sr. Presidente, trago também um debate que, com certeza, o Brasil quer presente neste parecer. Trata-se dos pisos regionais.

Convém também analisar outra questão relevante para os trabalhadores. Em 2002, foi promulgada a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, prevendo a possibilidade de os Estados criarem o piso mínimo regional.

Destaque-se que tal piso mínimo não deve ser confundido com salário mínimo. A Lei Complementar nº 103 autoriza os Estados e Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal. Tal inciso refere-se ao direito dos trabalhadores a um piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, e não ao salário mínimo.

Apesar de tal piso ser distinto do salário mínimo, consideramos que sua utilização em Estados em que a renda **per capita** é mais alta também serve para melhorar a condição de vida dos trabalhadores, e deve ser estimulada, sem prejuízo de uma necessária política de aumento de poder de compra do salário mínimo.

Louvamos assim a iniciativa dos Executivos e Legislativos estaduais, que obtiveram ou estão em vias de obter a aprovação de leis estaduais, prevendo pisos mínimos regionais acima do salário mínimo.

Até recentemente, no entanto, somente o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro haviam instituído o referido piso regional.

Há poucos dias, é importante ressaltar, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o que será o maior

piso mínimo regional, mesmo com a correção do Rio Grande do Sul, no valor entre 427 e 437 reais, autorizado pelo Governador Roberto Requião. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE e das 5 centrais sindicais, CUT, Força Sindical, CGT, NCST, SDS, o piso mínimo regional paranaense deve atender a 190 mil trabalhadores diretamente e a 600 mil de forma indireta.

Na tabela abaixo, colocamos os Estados que, em nosso entendimento, têm renda **per capita** maior que a média nacional e poderiam atender a essa proposta.

Conclusão.

Em síntese, cabe dizer que a Medida Provisória sob análise assegura um ganho real muito significativo da ordem de 13% ao salário mínimo; é resultado de acordo produzido no âmbito do processo de negociação entre o Governo e as centrais sindicais brasileiras; tem seus impactos orçamentários devidamente previstos no Orçamento da União; aponta para uma política responsável, sustentada e de natureza permanente, voltada à recuperação do valor do salário mínimo, iniciada em 2005, quando foi assegurado um ganho real de 8%, e continuada em 2006, com um incremento real de 13%, configurando o maior salário mínimo real desde agosto de 1985.

Por conseguinte, sugiro o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 288, e pela injuridicidade das Emendas nºs 20, 24, 25, 28 e 29, pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 23 e 26 e pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1, 2, 3 – destaco a de nº 4, novamente, para deixar separada, devido ao acordo de Lideranças – 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22 e 27.

Sr. Presidente, este é o parecer que ofereço ao povo brasileiro e ao Congresso Nacional para ser apreciado como relatório do salário mínimo.

#### **PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA**

#### **PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO RELATOR DESIGNADO PARA MANIFESTAR-SE PELA COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DA APRECIÇÃO DA MATÉRIA**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 288, DE 2006**

**Determina o valor do salário mínimo,  
a partir de 1º de abril de 2006.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Vignatti**

## I – Relatório

A Medida Provisória nº 288, de 2006, estipula em R\$350,00 o valor do salário mínimo mensal, a partir de 1º de abril de 2006. O parágrafo único do art. 1º desta proposição fixa o valor diário do salário mínimo em R\$11,67 e seu valor horário em R\$1,59.

O art. 3º da referida Medida Provisória revoga ainda o art. 17 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1987, o art. 1º da Lei nº 7.789, de 3 de julho de 1989, o art. 1º da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991, o art. 1º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, o art. 1º da Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995; a Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000; a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001, a Lei nº 10.525, de 6 de agosto de 2002; o art. 1º da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003; o art. 1º da Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004; e a Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005. Tais leis e dispositivos de lei haviam fixado valores do salário mínimo, a partir de 1º de setembro de 1994.

No decorrer do prazo regimental, foram apresentadas 29 emendas, sob a autoria dos seguintes Parlamentares:

**a)** reajustando o salário mínimo a partir de abril de 2006:

– para R\$365: Emenda nº 3 (Dep. Fernando de Fabinho);

– para R\$375: Emenda nº 4 (Dep. Pauderney Avelino);

– para R\$400: Emendas nº 5 (Senador Álvaro Dias), nº 6 (Dep. Wladimir Costa), nº 8 (Dep. Eduardo Cunha), nº 9 (Dep. Carlos Souza), e nº 11 (Dep. João Fontes);

para R\$560,62: Emenda nº 10 (Dep. Antonio Carlos Mendes Thame);

– para R\$615,00: Emenda nº 13 (Dep. Luiz Carlos Hauly).

**b)** criando outros mecanismos de reajuste do salário mínimo:

– Emenda nº 7, do Deputado Sandro Mabel, determinando que o salário mínimo será reajustado anualmente, a partir de 1º de abril de 2006, em no mínimo 10,41% acima da inflação medida pelo IPCA, até que o salário mínimo dobre o seu valor real com base naquele em vigor a partir de 1º de abril de 2006;

– Emenda nº 18 (Dep. André Figueiredo), prevendo o reajuste a partir de 1º de setembro de 2006, inclusive, e a cada quadrimestre, em quatro inteiros e cento (sic) e oitenta e nove centésimos por cento, a título de aumento real, acrescido do INPC do período, podendo

o Poder Executivo propor reajuste superior a tais índices;

– Emenda nº 19 (Senador Paulo Paim), propondo a partir de 1º de abril de 2007 aumento real correspondente ao dobro da variação real positiva do PIB verificada no ano anterior, assegurando também a aplicação dos reajustes do salário mínimo para os benefícios da Previdência Social;

– Emenda nº 29 (Dep. Renildo Calheiros), determinando o reajuste, a partir de março de 2007, no mínimo, pela variação nominal do PIB apurado no ano anterior, ou pelo INPC acumulado desde o último reajuste, se superior, acrescido do índice de aumento de produtividade média do trabalho total, se positivo, também do ano anterior, calculados pelo IBGE;

**c)** Dispondo sobre a aplicação do reajuste do salário mínimo também para os benefícios da Previdência Social:

– Emenda nº 1 (Dep. Ivan Ranzolin);

– Emenda nº 2 (Dep. Ivan Ranzolin): acima do mínimo;

– Emenda nº 12 (Dep. Ivan Ranzolin);

– Emenda nº 14 (Dep. Marco Maia): dispondo sobre a aplicação do reajuste do salário mínimo também para os benefícios da Previdência Social, de forma escalonada: 100% do reajuste do salário mínimo para benefícios até 3 pisos previdenciários, 75% para benefícios acima de 3 e até 5 pisos, 50% acima de 5 até 10 pisos, e a correção pela variação do INPC acima de 10 pisos;

– Emenda nº 15 (Senador Paulo Paim);

– Emenda nº 16 (Dep. Arnaldo Faria de Sá);

– Emenda nº 17 (Dep. Arnaldo Faria de Sá);

– Emenda nº 21 (Dep. Fernando Coruja);

– Emenda nº 22 (Dep. Edinho Baez);

– Emenda nº 27 (Dep. Fernando Coruja);

**d)** Reajustando o salário-família:

– Emenda nº 24 (Dep. André Figueiredo), que reajusta o salário-família com o mesmo índice aplicado ao salário mínimo, e determina a aplicação do salário-família também aos domésticos, aumenta de 14 para 16 anos a idade máxima do dependente, e usa o termo portador de deficiência;

– Emenda nº 28 (Deputado Arnaldo Faria de Sá), que reajusta o salário-família com o mesmo índice aplicado ao salário mínimo;

**e)** Criando Comissão Mista:

– Emenda nº 20 (Senador Paulo Paim): cria Comissão Especial Mista Permanente, composta de membros do Executivo, Legislativo e da Sociedade Organizada, para estudar, debater e avaliar as políticas permanentes adotadas para o salário mínimo;

f) tratando dos Praças das Forças Armadas:

– Emenda nº 23, do Deputado Jair Bolsonaro, revogando o § 2º, do art. 18, da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, a fim de impedir que os praças prestadores de serviço militar inicial, os praças especiais e seus pensionistas recebam como remuneração proventos mensais ou pensão militar de valor inferior ao do salário mínimo vigente;

– Emenda nº 26, do Deputado Jair Bolsonaro, que acrescenta artigo prevendo que a remuneração dos praças prestadores do serviço militar inicial das Forças Armadas não poderá ser inferior ao valor estipulado para o salário mínimo;

g) tratando das cooperativas:

– Emendas ns. 25 e 29 (Dep. Luiz Carlos Hauly), visando o auxílio às atividades cooperativistas em nosso País.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

### Da Admissibilidade

Conforme determina a Constituição Federal, art. 62, § 5º, e a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, art. 5º, cabe ao Congresso Nacional, no que toca a medidas provisórias, deliberar sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais, nos quais se incluem a relevância e a urgência, bem como sobre a adequação orçamentária e financeira e o mérito.

O art. 62 da Constituição Federal dispõe que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. O § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, determina que, na data da publicação da medida provisória no **Diário Oficial da União**, será enviado ao Congresso Nacional o seu texto, acompanhado da respectiva mensagem e documentos que revelem a motivação do ato.

A admissibilidade depende, dessa forma, da obediência aos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, bem como do atendimento ao mencionado dispositivo do Regimento Comum do Congresso Nacional.

A Exposição de Motivos nº 9, de 2006, alinhou consistentemente as razões de justificativa para a adoção da Medida Provisória nº 288/2006.

**Urgência e relevância.** Estão configuradas a urgência e relevância, tendo em vista a necessidade de efetuar o reajuste no salário mínimo na periodicidade devida, assegurando-se seus efeitos a partir de 1º de abril de 2006, e permitindo ganho real aos trabalhadores.

Com base no exposto e tendo em vista o cumprimento do que estabelece o art. 62 da Constituição Federal e o que dispõe o § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, somos pela admissibilidade da Medida Provisória, no que tange à urgência e relevância.

Da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. A matéria contida na medida provisória não se insere entre aquelas de competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da Constituição Federal), ou de qualquer de suas Casas (arts. 51 e 52 da Constituição Federal), da mesma forma que não se Contrapõe aos temas cujo tratamento é vedado por intermédio desse instrumento normativo (art. 62, § 1º, da Constituição Federal).

E a Medida Provisória em tela coaduna-se com o ordenamento jurídico vigente e foi redigida atendendo todas as normas relativas à boa técnica legislativa, possuindo clareza, precisão e ordem lógica, em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, alterada pela de nº 107, de 2001.

No entanto, as emendas de nºs 20, 24, 25, 28 e 29, não tratam do tema objeto da Medida Provisória, estando configurada a injuridicidade de tais emendas com base no art. 4º, § 4º da Resolução nº 1/2002-CN.

Há outro vício constante nas Emendas de nºs 23 e 26, que tratam da remuneração dos praças que prestam serviço militar. Além de serem estranhas à matéria tratada na presente Medida Provisória, segundo o art. 61, § 1º da CF, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: II – disponham sobre: “a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração”

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 288, de 2006, pela injuridicidade das Emendas de nºs 20, 24, 25, 28 e 29, e pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 23 e 26.

### Da adequação financeira e orçamentária.

A análise de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 288, de 2006, deve seguir as disposições da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional. O § 1º do art. 5º dessa Resolução define que o exame de compatibilidade e adequação orçamen-



tária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou sobre a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

O impacto orçamentário-financeiro previsto para 2006 nas despesas líquidas da Previdência e Assistência Social foi estimado em R\$7,8 bilhões. Há também um impacto estimado de R\$1,5 bilhão nas despesas com seguro-desemprego e abono salarial, sendo que o impacto total estimado é de aproximadamente R\$9,4 bilhões. As despesas nos anos fiscais seguintes serão compensadas pelo aumento da arrecadação tributária decorrente do crescimento da economia nacional previsto para aqueles períodos.

Destaque-se que se trata do impacto no Orçamento em valores líquidos. Ou seja, para obter-se os valores supracitados, abateu-se do total do aumento das despesas os valores correspondentes ao aumento previsto nas receitas da Previdência Social, tendo em vista o impacto do reajuste do salário mínimo na base de cálculo das contribuições previdenciárias.

Mesmo tendo em vista as várias restrições apresentadas pelo Orçamento, foi feito um grande esforço para a identificação de fontes para custear a revisão e o aumento real do salário mínimo, permitindo-se um ganho real de cerca de 13%.

Tal índice foi obtido tendo em vista os limites restritos estipulados pelo orçamento, e a demonstração dos impactos orçamentários, atuariais e financeiros, especialmente sobre o regime geral da previdência social.

Além dos R\$3,46 bilhões que foram alocados pelo Poder Executivo para promover o aumento do salário mínimo a partir de maio/2006, com reflexos financeiros a partir de junho/2006, o Congresso Nacional aprovou a alocação de mais 5.715,0 milhões para que fosse possível o aumento do salário mínimo a partir de abril/2006, com reflexos financeiros a partir de maio/2006.

Os 5,7 bilhões foram incluídos no PLOA 2006 como emenda do relator geral na Unidade Orçamentária 90000 – Reserva de Contingência com o subtítulo “Reserva de Contingência para Garantir o Reajuste dos Benefícios da Seguridade Social decorrente do Aumento Real”.

Convém ressaltar que o acréscimo de cada R\$1,00 no salário mínimo no período de 9 meses de 2006 (caso do salário mínimo atual de R\$350,00 a partir de abril, com reflexos financeiros iniciando em

maio e incluindo o 13º salário) acarreta um aumento nos Orçamentos da União de, aproximadamente, R\$184,0 milhões.

Diante do exposto, consideramos ser a Medida Provisória nº 288, de 2006, nos termos da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, adequada orçamentária e financeiramente.

#### Do Mérito

Consideramos que o reajuste previsto na Medida Provisória sob análise, dentro das atuais limitações orçamentárias, garante uma recuperação significativa do poder de compra do salário mínimo, sendo o mais adequado. Segundo tal proposição, a partir de abril de 2006, o valor mensal do salário mínimo será de R\$350,00.

Tal proposição também revoga o art. 17 do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, o Decreto-Lei nº 2.351, de 7 de agosto de 1981, o art. 1º da Lei nº 7.789, de 3 de julho de 1989, o art. 10 da Lei nº 8.178, de 1º de março de 1991, o art. 1º da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, o art. 1º da Lei nº 9.063, de 14 de junho de 1995, a Lei nº 9.971, de 18 de maio de 2000, a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001, a Lei nº 10.525, de 6 de agosto de 2002, o art. 1º da Lei nº 10.699, de 9 de julho de 2003, o art. 1º da Lei nº 10.888, de 24 de junho de 2004, e a Lei nº 11.164, de 18 de agosto de 2005. Tais dispositivos legais referem-se aos valores concedidos ao salário mínimo, nos respectivos anos de promulgação das referidas Leis e Medidas Provisórias.

Levando-se em conta a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, no período de maio de 2005 a março de 2006, a elevação do salário mínimo para R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais a partir de 1º de abril de 2006, assegura o significativo aumento real de 13%. Através do controle da inflação durante o Governo Lula, foi possível evitar que houvesse significativas perdas do valor real dos salários. Neste sentido, cabe lembrar que a inflação de 2005 foi a menor de desde 1998, o que é extremamente benéfico para a manutenção do poder de compra dos salários. Neste contexto, ganhos reais de 8% para o salário mínimo, como foi conquistado em 2005, e os 13% de 2006, ganham uma relevância ainda maior e asseguram um efetivo avanço na distribuição da renda para as camadas mais empobrecidas da nação.

A elevação do valor do salário mínimo beneficiará mais de 23,7 milhões de trabalhadores formais e informais que, segundo as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD-2004, recebiam mensalmente até um salário mínimo. A estes devem ser somados cerca de 15,7 milhões de cidadãos que recebiam em 2005 o equivalente a um salário mí-

nimo como benefício previdenciário ou assistencial da Previdência Social. Ou seja, cerca de 40 milhões de pessoas terão o benefício direto do aumento de sua renda mensal em virtude da elevação proposta para o salário mínimo.

Além disso, inúmeros outros trabalhadores são beneficiados pelo reajuste, já que o mesmo serve como parâmetro para a negociação coletiva de muitas categorias profissionais. Por isso, a elevação do salário mínimo acarreta também o aumento dos pisos salariais previstos em convenções e acordos coletivos. E a economia informal também utiliza o valor do salário mínimo como referência para o pagamento de trabalhadores e prestadores de serviço, demonstrando outra repercussão positiva do reajuste para os setores mais necessitados da sociedade. Calcula-se que o reajuste proposto pelo Governo Federal ao salário mínimo injetará cerca de R\$15 bilhões na atividade econômica brasileira. E com tal aumento, deverá haver uma expansão de 5,8% da massa salarial, o que servirá para incrementar a atividade econômica, sem, no entanto, gerar pressões inflacionárias.

Cabe lembrar ainda que o reajuste do salário mínimo tem um impacto relevante nas pequenas cidades brasileiras. Em cerca de dois terços dos municípios do país, as aposentadorias pagas pelo INSS são responsáveis por volume de recursos maior do que os provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (em 2002 foram 3.546 municípios em tal situação, e 3.773 municípios em 2003).

Servem também o reajustes concedidos ao salário mínimo nos últimos anos para contribuir para a redução da pobreza e melhoria na distribuição de renda. De acordo com o IPEA, em 2005 18,4 milhões de pessoas deixaram a condição de indigência em virtude do acesso aos benefícios da assistência e seguridade social, e 3,2 milhões de pessoas saíram de tal condição em virtude do crescimento real do salário mínimo entre 1994 e 2005.

Ressalte-se que o reajuste do salário mínimo aumenta o consumo e a produção, fortalecendo o mercado interno e o crescimento, incrementando a receita do setor público, bem como a produção dos bens de consumo.

Por outro lado, devemos reconhecer os avanços na democratização do debate acerca do salário mínimo. Em 2005 o Poder Executivo, através de Decreto Presidencial de 20 de abril, criou, junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, uma comissão composta por trabalhadores, empregadores, aposentados e o Poder Executivo, para elaborar política de fortalecimento do salário mínimo. Aos trabalhos desta Comissão, que ainda não estão concluídos, somaram-se as Centrais

Sindicais dos Trabalhadores do País que, mais uma vez, e de forma unitária, encaminharam um processo de negociação junto ao Poder Executivo, que resultou na presente proposta e também na correção significativa da tabela do Imposto de Renda.

Este processo de negociação, prolongado e responsável, confere enorme legitimidade à proposição que, na realidade, é a expressão de um acordo firmado com os principais e mais diretos interessados no reajuste, que são os trabalhadores, os aposentados e demais beneficiários da Previdência Social. De outra parte, os reajustes conquistados em 2005 e 2006, já delineiam de forma consistente e correta, para uma política permanente e sustentada de recuperação do valor do salário mínimo.

Portanto, ainda que não se configurasse a inadequação orçamentária e financeira das emendas 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13 (propondo outros valores para o salário mínimo), e as emendas de nºs 7, 18, 19 e 29 (criando outros mecanismos de reajuste), caberia sua rejeição no mérito, ante os motivos supracitados. E quanto ao mérito, por tais motivos, faz-se necessário rejeitar a Emenda nº 4.

E também, caso não restasse caracterizada a inadequação orçamentária e financeira, caberia rejeitar no mérito as emendas de nºs 1, 2, 12, 14, 15, 16, 17, 21, 22 e 27, que visam corrigir, a partir de 1º de abril de 2006, os benefícios de prestação continuada do Regime Geral da Previdência Social pelo mesmo percentual de reajuste aplicado ao salário mínimo. Tal discussão é extremamente relevante e trata de uma questão que preocupa muito os beneficiários. Este é um debate complexo, que envolve a expectativa dos milhões de aposentados e pensionistas, mas também o financiamento da Previdência Social Pública. Aliás, este é um tema que está sendo objeto de debate na Comissão Especial Mista do Salário Mínimo que, ao final dos seus trabalhos deverá apresentar proposições não apenas para uma política permanente de recuperação do salário mínimo, e dentro desta, uma política coerente e responsável para o tema objeto destas emendas. Por estas razões não cabe acolher tais emendas, mas reafirmo a expectativa de que os debates da Comissão Especial Mista possam trazer novas possibilidades de solução positiva para a justa expectativa de aposentados e pensionistas. No entanto, é necessário destacar que o reajuste proposto para o salário mínimo já beneficia a maioria dos milhões de pensionistas e aposentados, cujo benefício previdenciário é de um salário mínimo. Para esses, a elevação proposta representará, ao longo de 12 meses, um incremento global de quase R\$10 bilhões na sua renda agregada, com reflexos diretos na melhoria

da sua qualidade de vida e no desenvolvimento das comunidades em que residem. Por fim, destaco que existe controvérsia acerca da constitucionalidade de tais emendas, ante o disposto no art. 7º, IV, da Constituição Federal.

Piso Mínimo Regional. Convém também analisar outra questão relevante os trabalhadores. Em 2002, foi promulgada a Lei Complementar nº 103, de 14 de julho de 2000, prevendo a possibilidade dos Estados criarem o piso mínimo regional.

Destaque-se que tal piso mínimo não deve ser confundido com o salário mínimo. A Lei Complementar nº 103 autoriza os estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal. Tal inciso se refere ao direito dos trabalhadores a um “piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho”, e não ao salário mínimo.

Apesar de tal piso ser distinto do salário mínimo, consideramos que sua utilização em Estados em que a renda per capita é mais alta também serve para melhorar a condição de vida dos trabalhadores, e deve ser estimulada, sem prejuízo de uma necessária política de aumento do poder de compra do salário mínimo.

Louvamos assim a iniciativa dos Executivos e Legislativos Estaduais que obtiveram, ou estão em vias de obter, a aprovação de Leis Estaduais prevendo pisos mínimos regionais acima do salário mínimo.

Até recentemente, no entanto, somente o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro haviam instituído o referido piso mínimo regional.

Há poucos dias a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou o que será o maior piso mínimo regional, ou seja, entre R\$427,00 e R\$437,80. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) e das cinco centrais sindicais - CUT, Força Sindical, CGT, NCST, SDS - o piso mínimo regional paranaense deve atender 190 mil trabalhadores diretamente e outros 600 mil indiretamente, promovendo a injeção de R\$46 milhões a R\$66 milhões mensais na economia do Estado. O presidente da Central Única dos Trabalhadores do Paraná (CUT - PR), Roni Barbosa, considera que a aprovação de tal piso irá impulsionar as negociações entre patrões e empregados e corrigir distorções de diversos setores da economia paranaense que ainda pagam salário menor do que o mínimo estabelecido por lei. Servirá também o piso regional para beneficiar 200 mil trabalhadores rurais, que nem sempre são alcançados por negociações coletivas.

No entanto, como veremos a seguir, diversos Estados com renda per capita muito superior à média nacional não instituíram tal piso. Veja-se tabela com

o PIB per capita dos Estados e do Distrito Federal, em Reais, com dados do IBGE de 2003, em ordem decrescente:

Distrito Federal	16.920
Rio de Janeiro	12.671
São Paulo	12.619
Rio Grande do Sul	12.071
Santa Catarina	10.949
Paraná	9.891
Amazonas	9.100
Espírito Santo	8.792
<b>BRASIL</b>	<b>8.694</b>
Mato Grosso do Sul	8.634
Mato Grosso	8.391
Minas Gerais	7.709
Goiás	6.825
Sergipe	6.155
Rondônia	5.743
Amapá	5.584
Bahia	5.402
Pernambuco	5.132
Rio Grande do Norte	4.688
Roraima	4.569
Pará	4.367
Acre	4.338
Paraíba	3.872
Ceará	3.618
Alagoas	3.505
Tocantins	3.346
Piauí	2.485
Maranhão	2.354

Consideramos que pelo menos as Unidades da Federação com PIB *per capita* superior ao brasileiro poderiam ter instituído o referido piso regional. Em relação a tais Unidades, constata-se que:

Distrito Federal – não instituiu o piso	16.920
Rio de Janeiro – instituiu o piso	12.671
São Paulo - não instituiu o piso	12.619
Rio Grande do Sul – instituiu o piso	12.071
Santa Catarina - não instituiu o piso	10.949
Paraná – instituiu o piso recentemente	9.891
Amazonas - não instituiu o piso	9.100
Espírito Santo - não instituiu o piso	8.792

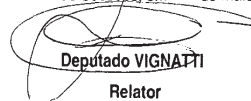
### Conclusão

Em síntese, cabe dizer que a Medida Provisória sob análise assegura um ganho real muito significativo da ordem de 13% para o salário mínimo; é resultado de um acordo produzido no âmbito de um processo de negociação entre o governo e as Centrais Sindicais brasileiras; tem seus impactos orçamentários devidamente previstos no Orçamento da União; aponta para uma política responsável, sustentada e de natureza permanente, voltada à recuperação do valor do salário mínimo, iniciada em 2005 quando foi assegurado um ganho real de 8% e continuada em 2006 com um incremento real de 13%, configurando o maior salário mínimo real desde agosto de 1985.

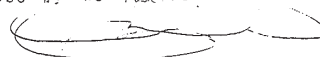
Por conseguinte, sugiro o voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância

e urgência, pela adequação orçamentária e financeira, e no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 288, e pela injuridicidade das Emendas de nºs 20, 24, 25, 28 e 29, pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 23 e 26, e no mérito, pela rejeição das demais Emendas apresentadas.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de maio de 2006.

  
Deputado VIGNATTI  
Relator

DE ACORDO COM O ACORDO FIRMADO PELAS LIBERAMPAS PARTICIPADAS  
RETIFFICO MEU PARECER. DE MODO A CONSIDERAR ADEQUADAS  
ORÇAMENTARIAMENTE AS EMENDAS 1 A 19, 24, 22 E 27;  
REJEITANDO-AS NO MÉRITO.



### Proposição: MPV-288/2006

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 31/03/2006

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Aguardando Encaminhamento.

Ementa: Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006.

Explicação da Ementa: Fixa o valor do salário mínimo em R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

Indexação: Fixação, aumento, reajuste, valor, salário mínimo, revogação, legislação.

### Despacho:

18/4/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

MSC 200/2006 (Mensagem) - Poder Executivo

### Legislação Citada

#### Emendas

- PLEN (PLEN)

EMA 1/2006 (Emenda Aglutinativa de Plenário) - Fernando Coruja

- MPV28806 (MPV28806)

EMC 1/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Ivan Ranzolin

EMC 2/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Ivan Ranzolin

EMC 3/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando de Fabinho

EMC 4/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pauderney Avelino

EMC 5/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Álvaro Dias

EMC 6/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Wladimir Costa

EMC 7/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Sandro Mabel

EMC 8/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Eduardo Cunha

EMC 9/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Carlos Souza

EMC 10/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Antonio Carlos Mendes Thame

EMC 11/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - João Fontes

EMC 12/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Ivan Ranzolin

EMC 13/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Hauly

EMC 14/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Marco Maia

EMC 15/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Paim

EMC 16/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 17/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 18/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo

EMC 19/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Paim

EMC 20/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Paim

EMC 21/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 22/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Edinho Bez

EMC 23/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jair Bolsonaro

EMC 24/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - André Figueiredo

EMC 25/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Hauly

EMC 26/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Jair Bolsonaro

EMC 27/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Fernando Coruja

EMC 28/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá

EMC 29/2006 MPV28806 (Emenda Apresentada na Comissão) - Renildo Calheiros

### Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV28806 (MPV28806)

PPP 1 MPV28806 (Parecer Proferido em Plenário) - Vignatti

### Originadas

- PLEN (PLEN)




PLV 18/2006 (Projeto de Lei de Conversão) - Vignatti

### Última Ação:

20/4/2006 - Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) - Designado Relator, Dep. Vignatti (PT-SC)

- 7/6/2006 - . PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 288-B/06) (PLV 18/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
31/3/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União. 
31/3/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 01/04/2006 a 06/04/2006. Comissão Mista: 31/03/2006 a 13/04/2006. Câmara dos Deputados: 14/04/2006 a 27/04/2006. Senado Federal: 28/04/2006 a 11/05/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 12/05/2006 a 14/05/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 15/05/2006. Congresso Nacional: 31/03/2006 a 29/05/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 30/05/2006 a 28/07/2006.
18/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Ofício nº 149/06, do Senado Federal, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 288, de 2006. Informa, por oportuno, que à Medida foram oferecidas 29 emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou.
18/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência 
19/4/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 20/4/2006.
20/4/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Dep. Vignatti (PT-SC)
25/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 149, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 288, de 2006. Informa, ainda, que foram oferecidas 29 (vinte e nove) emendas e que a Comissão Mista designada não se instalou. 
16/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
16/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 285/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
17/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
17/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
18/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
18/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 280-C/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
23/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
23/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 286/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
24/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
24/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 287/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 287-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PSDB o Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO) que solicita a retirada de pauta desta MPV.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM) que solicita a retirada de pauta desta MPV.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PSDB o Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO) que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM) que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Vignatti (PT-SC), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa desta e das Emendas de nºs 1 a 19, 21, 22 e 27; pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 23 e 26; pela injuridicidade das Emendas de nºs 20, 24, 25, 28 e 29; pela adequação financeira e orçamentária desta e das Emendas de nºs 1 a 19, 21, 22 e 27, e, no mérito, pela aprovação desta MPV, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 19, 21, 22 e 27.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiram a Matéria: Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. André Figueiredo (PDT-CE), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. Babá (PSOL-PA), Dep. Dra. Clair (PT-PR), Dep. Alberto Goldman (PSDB-SP), Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Dep. Ivan Ranzolin (PFL-SC).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PSDB o Requerimento do Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO) que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pela Liderança do PFL o Requerimento do Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM) que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação em turno único.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Dep. Marco Maia (PT-RS), Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM) e Dep. Professor Luizinho (PT-SP).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inconstitucionalidade das Emendas de nºs 23 e 26 e pela injuridicidade das Emendas de nºs 20, 24, 25, 28 e 29, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.

31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Em consequência, as Emendas de nºs 20, 23, 24, 25, 26, 28 e 29 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 19, 21, 22 e 27, ressalvados os destaques.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 288, de 2006, ressalvados os destaques.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), o Requerimento que solicita destaque simples para votação em separado da Emenda nº 17.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 4, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Ronaldo Dimas (PSDB-TO), Dep. Arlindo Chinaglia (PT-SP) e Dep. Pauderney Avelino (PFL-AM).
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação da Emenda nº 4, solicitada pelo Dep. Pauderney Avelino, na qualidade de Líder do PFL, e pelo Dep. Henrique Fontana, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitada a Emenda nº 4", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitada a Emenda nº 4. Sim: 164; Não: 177; Abst.: 2; Total: 343.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Continuação da votação em turno único.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Colbert Martins (PPS-BA) e Dep. Ivan Ranzolin (PFL-SC).
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Colbert Martins, na qualidade de Líder do PPS, pelo Dep. Jovino Cândido, Líder do PV, pelo Dep. Manato, na qualidade de Líder do PDT, e pelo Dep. César Medeiros, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (Obstrução).
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a continuação da votação por falta de "quorum" (OBSTRUÇÃO).
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Continuação da votação em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Requerimento que solicita a retirada de pauta desta MPV.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Requerimento que solicita votação nominal para a Emenda nº 27, objeto do Destaque para votação em separado da Bancada do PPS.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 27, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PPS.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação da Emenda nº 27, solicitada pelo Dep. Vignatti (PT-SC) e pelo Dep. Luiz Sérgio, na qualidade de Líder do

	PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovada a Emenda", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (Obstrução).
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a continuação da votação por falta de "quorum" (Obstrução).
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Continuação da votação em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Luiz Sérgio, na qualidade de Líder do PT, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminharam a Votação: Dep. Henrique Fontana (PT-RS) e Dep. Ivan Ranzolin (PFL-SC).
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Henrique Fontana, Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento. Sim: 50; Não: 274; Abst.: 0; Total: 324.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Requerimento do Dep. Luciano Castro, Líder do PL, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Não acolhida pela Presidência a Emenda Aglutinativa nº 1, resultante da fusão do texto desta MP com a Emenda nº 27, apresentada pelo Dep. Fernando Coruja (PPS-SC) e outros.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Requerimento que solicita, nos termos do "caput" do art. 117 combinado com o § 3º do art. 189 do RICD, que a Emenda nº 27 seja votada separadamente.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Destaque de sua bancada para votação em separado da Emenda nº 27.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação do Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, solicitando - nos termos do § 4º do artigo 185 do RICD - verificação da votação, antes do decurso do interstício de uma hora, para a Emenda nº 12, objeto do Destaque para votação em separado da Bancada do PFL.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitado o Requerimento.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Continuação da votação em turno único.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Requerimento que solicita a retirada de pauta desta MPV.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Requerimento que solicita, nos termos do inciso II do art. 186 do RICD, votação nominal para a Emenda nº 12, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PFL.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Requerimento do Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, que solicita, nos termos do inciso II do art. 186 do RICD, votação nominal para a Emenda Aglutinativa nº 1.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Retirado pelo autor, Dep. Fernando Coruja, Líder do PPS, o Requerimento que solicita, nos termos do inciso II do art. 186 do RICD, votação nominal para a Emenda nº 18, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PDT.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>



	Retirado pelo autor, Dep. André Figueiredo, Vice-Líder do PDT, o Requerimento de sua bancada que solicita Destaque para votação em separado da Emenda nº 18.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Emenda nº 12, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PFL.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Verificação da votação da Emenda nº 12, solicitada pelo Dep. Tarcísio Zimmermann, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovada a Emenda", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Emenda nº 12. Sim: 274; Não: 5; Abst.: 15; Total: 294.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Em face da aprovação da Emenda nº 12, fica aprovada a Medida Provisória nº 288, de 2006, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Vignatti (PT-SC).
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 288-B/06) (PLV 18/06)

## ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO

### CONGRESSO NACIONAL Nº 22, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 288, de 30 de março de 2006**, que "Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 30 de maio de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 23 de maio de 2006.

  
Senador **Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

DECRETO-LEI Nº 2.284, DE 10  
DE MARÇO DE 1986

**Vide Decreto-lei nº 2.322, de 1987**

**Vide Lei nº 7.855, de 1989**

**Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação.**

.....  
Art 17. Em 1º de março de 1986 o salário mínimo passa a valer Cz\$804,00 (oitocentos e quatro cruzados), incluído o abono supletivo de que trata este decreto-lei e restabelecido o reajuste anual para 1º de março de 1987, ressalvado o direito assegurado no artigo 21. (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)  
.....

DECRETO-LEI Nº 2.351, DE 7  
DE AGOSTO DE 1987

**Vide Medida Provisória nº 288, de 2006**

**Institui o Piso Nacional de Salários e o Salário Mínimo de Referência, e dá outras providências.**

.....  
LEI Nº 7.789, DE 3 DE JULHO DE 1989

**Dispõe sobre o salário mínimo.**

Art. 1º O valor do salário mínimo de que trata o inciso IV do art. 7º da Constituição Federal fica estipulado em Ncz\$120,00 (cento e vinte cruzados novos), em todo o território nacional, a partir do dia 1º de junho de 1989. (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)  
.....

LEI Nº 8.178, DE 1º DE MARÇO DE 1991

**Estabelece Regras sobre Preços e Salários, e dá outras Providências.**

.....  
Art. 10. O valor do salário mínimo fica estabelecido para: (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)

I – fevereiro de 1991, em Cr\$15.895,46, mensais; Cr\$529,8487, diários; e Cr\$72,2521, horários;

II – março de 1991, em Cr\$17.000,00, mensais; Cr\$566,6677, diários; e cr\$77,2727, horários.  
.....

LEI Nº 9.032, DE 28 DE ABRIL DE 1995

**Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.**

Art. 1º Em 1º de maio de 1995, após a aplicação do reajuste previsto no § 3º do art. 29 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, sobre o valor de R\$70,00 (setenta reais), o salário mínimo será elevado para R\$100,00 (cem reais), a título de aumento real. (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)

§ 1º Em virtude do disposto no **caput**, a partir de 1º de maio de 1995, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$3,33 (três reais e trinta e três centavos) e o seu valor horário a R\$0,45 (quarenta e cinco centavos).

§ 2º O percentual de aumento real referido no **caput** aplica-se, igualmente, aos benefícios mantidos pela Previdência Social nos termos da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, bem como aos valores expressos em cruzeiros nas Leis nºs 8.212, ambas de 24 de julho de 1991, sem prejuízo dos reajustes de que tratam o § 3º do art. 21 e os §§ 3º e 4º do art. 29 da Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994.  
.....

LEI Nº 9.063, DE 14 DE JUNHO DE 1995

**Dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera disposições das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências.**

Art. 1º No período de 1º de setembro de 1994 a 30 de abril de 1995, o salário mínimo fica fixado em R\$70,00 (setenta reais) mensais, R\$2,33 (dois reais e trinta e três centavos) diários e R\$0,32 (trinta e dois centavos) horários. (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)

Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a política nacional do salário mínimo, bem assim sobre novas medidas necessárias à compatibilização da mesma com o equilíbrio das contas públicas, especialmente na área da Previdência Social.  
.....

LEI Nº 10.699, DE 9 DE JULHO DE 2003

**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2003, e dá outras providências.**

Art. 1º A partir de 1º de abril de 2003, após a aplicação dos percentuais de dezoito por cento, a título de reajuste, e de um inteiro e seiscentos e noventa e

cinco milésimos por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$200,00 (duzentos reais), o salário mínimo será de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais). Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$8,00 (oito reais) e o seu valor horário a R\$1,09 (um real e nove centavos).

LEI Nº 10.888, DE 24 DE JUNHO DE 2004

**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de maio de 2004, e dá outras providências.**

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2004, após a aplicação dos percentuais de sete inteiros e cento e oitenta e um décimos de milésimo por cento, a título de reajuste, e de um inteiro e dois mil, duzentos e oitenta décimos de milésimo por cento, a título de aumento real, sobre o valor de R\$240,00 (duzentos e quarenta reais), o salário mínimo será de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais). (Vide Medida Provisória nº 288, de 2006)

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput**, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$8,67 (oito reais e sessenta e sete centavos) e o seu valor horário a R\$1,18 (um real e dezoito centavos).

LEI Nº 11.164, DE 18 DE AGOSTO DE 2005

**Vide Medida Provisória nº 288, de 2006**

**Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 1º de maio de 2005, e dá outras providências.**

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2005, após a aplicação dos percentuais de 6,355% (seis inteiros e trezentos e cinqüenta e cinco milésimos por cento), a título de reajuste, e de 8,49 (oito inteiros e quarenta e nove centésimos por cento), a título de aumento real, sobre o valor de R\$260,00 (duzentos e sessenta reais), o salário mínimo será de R\$300,00 (trezentos reais).

Parágrafo único. Em virtude do disposto no **caput** deste artigo, o valor diário do salário mínimo corresponderá a R\$10,00 (dez reais) e o seu valor horário a R\$1,36 (um real e trinta seis centavos).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.194-6,  
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

**Vide Medida Provisória nº 288, de 2006**

**Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001, e dá outras providências.**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica.**

**Este avulso contém os seguintes documentos:**

	Pág.
- Autógrafo da Medida Provisoria .....	
- Medida Provisória original .....	
- Mensagem do Presidente da República nº 222, de 2006.....	
- Exposição de Motivos nº 55/2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão .....	
- Ofício nº 379/2006, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado .....	
- Calendário de tramitação da Medida Provisória .....	
- Nota Técnica nº 8, de 2006, da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados .....	
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Sr. Anselmo (PT-RO) .....	
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados .....	
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 23, de 2006, prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória .....	

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais) para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais) para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									118.000.000
ATIVIDADES									
21 691	0352 2B81	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR							118.000.000
21 691	0352 2B81 0101	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							118.000.000
									118.000.000
TOTAL - FISCAL									118.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									118.000.000

ORGAO : 55000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 55101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	R	M	I	F	VALOR
1049 ACESSO A ALIMENTACAO									120.000.000
ATIVIDADES									
08 605	1049 2798	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR							120.000.000
08 605	1049 2798 0101	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							120.000.000
									120.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									120.000.000
TOTAL - GERAL									120.000.000

ORGAO : 74000 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO  
 UNIDADE : 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D		E	
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									500.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
20 846	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI N° 8.427, DE 1992)							500.000.000
20 846	0352 0300 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI N° 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	1	90	0	360	500.000.000
TOTAL - FISCAL									500.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000.000

**MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL  
 Nº 289, DE 2006**

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00, para os fins que especifica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art 167, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, a favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 7 de abril de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
 UNIDADE : 49101 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	M	D	F	D	I	F	VALOR
			M	D	F	D	I	F	
			S	D	D	D		E	
0352 ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR									112.000.000
ATIVIDADES									
21 691	0352 2801	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR							112.000.000
21 691	0352 2801 0101	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	5	2	90	0	100	112.000.000
TOTAL - FISCAL									112.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									112.000.000

ORGÃO : 5500 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME  
 UNIDADE : 5501 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAOS/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	M O D	I U E	F T E	VALOR
<b>1049 ACESSO A ALIMENTACAO</b>								<b>120.000.000</b>
			<b>ATIVIDADES</b>					
08 405	1049 2796	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR						120.000.000
08 405	1049 2796 0101	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						120.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>0</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>120.000.000</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>120.000.000</b>

ORGÃO : 7400 - OPERACOES OFICIAIS DE CREDITO  
 UNIDADE : 7401 - RECURSOS SOB A SUPERVISAO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTÉRIO DA FAZENDA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAOS/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	M O D	I U E	F T E	VALOR
<b>0352 ABASTECIMENTO AGRICOLA/ALIMENTAR</b>								<b>500.000.000</b>
			<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>					
20 846	0352 0300	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992)						500.000.000
20 846	0352 0300 0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						500.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>								<b>500.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>								<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>								<b>500.000.000</b>

**MENSAGEM Nº 222, DE 2006**

EM nº 55/2006 – MP

Brasília, 6 de abril de 2006

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 289, de 7 de abril de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 7 de abril de 2006 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, crédito extraordinário no valor global de R\$738.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais), conforme discriminado no quadro a seguir:

Orgão	R\$ 1,00 Suplementação
- Ministério do Desenvolvimento Agrário	118.000.000
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	120.000.000
- Operações Oficiais de Crédito	500.000.000
<b>Total</b>	<b>738.000.000</b>

2. A não-aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2006 – PLOA-2006 até o presente momento requer do Poder Executivo a tomada de providências urgentes e inadiáveis no sentido de proporcionar, aos Órgãos contemplados por essa Medida Provisória, condições de execução de ações imprescindíveis para a condução da política de garantia de preços agrícolas, que não podem ter sua execução postergada sob risco de sérios prejuízos à comercialização da safra de alimentos dos produtores rurais, agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

3. O crédito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário destina-se à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, compreendendo ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou destinadas à revenda nos centros consumidores objetivando a indução do processo de geração de renda e emprego nesses segmentos economicamente e socialmente desfavorecidos.

4. No que se refere ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os recursos destinam-se também à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados, de forma a complementar as demais medidas voltadas à garantia de preços agrícolas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, os quais compõem cestas básicas distribuídas aos acampados da reforma agrária, quilombolas e populações indígenas.

5. No tocante às Operações Oficiais de Crédito, os recursos objetivam permitir a efetividade da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, regulando os preços e garantindo tenda justa aos produtores e, conseqüentemente, estimulando a produção futura.

6. A urgência e relevância da medida proposta decorre:

a) no âmbito dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da necessidade de viabilizar a compra dos produtos da safra agrícola, impedindo paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o que implicaria em grande prejuízo social econômico, tanto aos agricultores familiares e assentados como também aos que se beneficiam com distribuição dos alimentos; e

b) no âmbito de Operações Oficiais de Crédito, da necessidade de viabilizar condições para realização de gastos até a aprovação do PLOA-2006, de forma a dar continuidade à Política de Preço Mínimos - PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção próxima safra.

7. Desse modo, a imprevisibilidade quanto à aprovação do PLOA-2006, aliada à relevância de ações contempladas por esse crédito extraordinário, as quais demandam atendimento imediato, sob pet de graves

conseqüências, constituíram as circunstâncias que levaram à proposição da presente Medida Provisória.

8. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no art. 62, combinado com o § 3º do art. 167, da Constituição.

9. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto consideração de Vossa Excelência a anexa Proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, Paulo Bernardo Silva.

OF. nº6/PS-GSE

Brasília, 9 de junho de 2006

Assunto: envio de MP para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa

Medida Provisória nº 289, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 7-6-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$738.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais) para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

<b>MPV Nº 289</b>	
<b>Publicação no DO</b>	10-4-2006
<b>Emendas</b>	até 16-4-2006 (7º dia da publicação)
<b>Prazo final na Comissão</b>	10-4-2006 a 23-4-2006 (14º dia)
<b>Remessa do Processo à CD</b>	23-4-2006
<b>Prazo na CD</b>	de 24-4-2006 a 7-5-2006 (15º ao 28º dia)
<b>Recebimento previsto no SF</b>	7-5-2006
<b>Prazo no SF</b>	8-5-2006 a 21-5-2006 (42º dia)
<b>Se modificado, devolução à CD</b>	21-5-2006
<b>Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD</b>	22-5-2006 a 24-5-2006 (43º ao 45º dia)
<b>Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de</b>	25-5-2006 (46º dia)
<b>Prazo final no Congresso</b>	8-6-2006 (60 dias)
<b>(*) Prazo prorrogado</b>	21-8-2006
<b>(*)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 23, de 2006 – DO de 30-5-2006</b>	

<b>MPV Nº 289</b>	
<b>Votação na Câmara dos Deputados</b>	7-6-2006
<b>Leitura no Senado Federal</b>	
<b>Votação no Senado Federal</b>	



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**CONSULTORIA DE ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

**Nota Técnica nº 08/2006**

**Subsídios acerca da adequação  
orçamentária e financeira da Medida  
Provisória nº 289, de 7 de abril de  
2006.**

## **I – INTRODUÇÃO**

Com base no art. 62 da Constituição Federal, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete ao Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 222/2006, a Medida Provisória nº 289, de 7 de abril de 2006, que *Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 738.000.000,00, para os fins que especifica.*

A presente Nota Técnica atende a determinação contida no art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, o qual estabelece: *o órgão de consultoria e assessoramento orçamentário da casa a que pertencer o relator de medida provisória encaminhará aos relatores e à comissão, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, nota técnica com subsídios acerca da adequação financeira e orçamentária de medida provisória.*

## **II – SÍNTESE E ASPECTOS RELEVANTES**

Segundo a Exposição de Motivos que acompanha a MP, a não aprovação do projeto de lei orçamentária anual de 2006 até o momento da edição da MP, requereu do Poder Executivo a tomada de providências urgentes e inadiáveis no sentido de possibilitar, aos órgãos especificados a execução de ações imprescindíveis para a condução da política de garantia de preços agrícolas.

No Ministério do Desenvolvimento Agrário o crédito destina-se à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, envolvendo as ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou destinadas à revenda nos centros consumidores, de modo a promover a indução do processo de geração de renda e emprego nesses segmentos economicamente e socialmente desfavorecidos.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os recursos destinam-se também à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados, no âmbito do PAA. Tais produtos compõem cestas básicas distribuídas aos acampados da reforma agrária, quilombolas e populações indígenas.

Relativamente às Operações Oficiais de Créditos, os recursos destinar-se-ão à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, de modo a regular os preços e garantir renda justa aos produtores, e conseqüentemente, estimular a produção futura.

A relevância e urgência da MP é justificada, na Exposição de Motivos, pela necessidade de viabilizar a compra dos produtos da safra agrícola, impedindo a

paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da necessidade de possibilitar a realização de gastos até a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária para 2006, de forma a dar continuidade à Política de Preços Mínimos. A imprevisibilidade está associada à incerteza quanto à aprovação do PLOA-2006.

Os recursos destinados a atender as dotações consignadas no crédito extraordinário são provenientes do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza arrecadado em exercícios anteriores (fonte 379), no valor de R\$ 120 milhões, de Operações Oficiais de Crédito, também relativas a exercícios anteriores (fonte 360), no valor de R\$ 500 milhões e de recursos ordinários do Tesouro (fonte 100), no valor de R\$ 118 milhões.

### III – COMPATIBILIDADE E ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, que *Dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das Medidas Provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências*, refere-se da seguinte forma ao exame de adequação orçamentária e financeira: *O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.*

Analisaremos primeiramente o enquadramento do crédito em análise à categoria de **crédito extraordinário**. De acordo com o art. 167, § 3º da Constituição Federal de 1988, a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública. A imprevisibilidade e urgência justificadas nos créditos extraordinários apresentados pelo Poder Executivo deverão, pois, guardar similitude com as despesas exemplificadas no art. 3º do art. 167 da Constituição Federal.

A não-aprovação do projeto de lei orçamentária anual-PLOA, *de per se*, não justifica a edição de Medida Provisória. Em tal situação, o art. 74 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Lei nº 11.178, de 20.09.2005), prevê a possibilidade de execução de *1/12 (um doze avos) do valor de cada dotação prevista no projeto de lei orçamentária, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.*

A LDO reconheceu a necessidade de não paralisação das ações estatais, mas dentro dos limites por ela impostos, de modo a não furtar do Poder Legislativo a prerrogativa de autorizar previamente, após minuciosa análise, a realização do gasto público. Tal limite previsto na LDO, ainda assim, alcança 92,90% da programação total proposta pelo Poder Executivo para 2006.

Outro fato que deve ser levado em consideração está relacionado à irreversibilidade dos gastos efetuados. Na hipótese de o Poder Legislativo discordar das despesas arroladas pelo Poder Executivo, dificilmente elas serão canceladas, visto que já beneficiaram terceiros. A vulgarização da utilização de MP coloca a decisão do

Executivo sobre a alocação dos gastos públicos em posição privilegiada, ao passo que enfraquece o poder de decidir por parte do Legislativo.

O quadro seguinte apresenta as dotações previstas na MP e aquelas correspondentes no PLOA 2006. Observe-se que no caso dos recursos destinados à Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários, os valores excedem em mais de 40% àqueles contidos no PLOA.

Unidade Orçamentária: **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

Ação (Cod)	Ação	PLOA 2006	MP 289
2B81	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	118.000.000	118.000.000

Unidade Orçamentária: **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**

Ação (Cod)	Ação	PLOA 2006	MP 289
2798	AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	265.213.054	120.000.000

Unidade Orçamentária: **RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL - MINISTÉRIO DA FAZENDA**

Ação (Cod)	Ação	PLOA 2006	MP 289
0300	GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (LEI Nº 8.427, DE 1992)	350.000.000	500.000.000

<b>TOTAL</b>		<b>733.213.054</b>	<b>738.000.000</b>
--------------	--	--------------------	--------------------

O quadro seguinte apresenta o comportamento da execução das dotações previstas no crédito extraordinário. Os recursos destinados à Garantia e Sustentação de Preços foram 100% empenhados. Por outro lado, os destinados à Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (2B81) ainda não foram mobilizados.

CÓDIGO AÇÃO/SUBTÍTULO	AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	Posição em 18.04.2006 % EMPENHO
2798.0101	AQUISICAO DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	120.000.000	58.502.568			49%
0300.0101	GARANTIA E SUSTENTACAO DE PRECOS NA COMERCIALIZACAO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	500.000.000	500.000.000			100%
2B81.0101	AQUISICAO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	118.000.000				0%
<b>TOTAL</b>		<b>738.000.000</b>	<b>558.502.568</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>76%</b>

Por fim, a Exposição de Motivos deixa de tecer considerações acerca do alcance da meta de *superávit* primário estabelecida no art. 2º da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 (LDO 2006), em face da edição da MP.

Esses são os subsídios.

Brasília, 18 de abril de 2006.

  
**ELISÂNGELA MOREIRA DA SILVA BATISTA**  
 Consultora de Orçamento e Fiscalização Financeira

**Parecer do Relator, proferido em Plenário da Câmara dos Deputados, em Substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, à Medida Provisória nº 289, de 2006, e Emendas.**

**O SR. ANSELMO** (PT – RO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para condenar a ação do grupo de pessoas que, em nome de movimentos sociais, fizeram uma “brincadeira” na Câmara dos Deputados na tarde de ontem. Ao mesmo tempo, solidarizo-me com todos os funcionários da Casa e parabeno o Presidente Aldo Rebelo pela atitude que tomou diante daquela situação, que felizmente conseguimos resolver. Hoje estamos trabalhando normalmente.

Sr. Presidente, no que diz respeito ao voto, vou falar daquilo que nos interessa, até para ganharmos tempo.

“Item II.5. Das Emendas.

Foram apresentadas 9 emendas à medida provisória, das quais:

**a)** Sete se destinam à unidade orçamentária 55.901 – Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9);

**b)** Uma se destina ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Emenda nº 3); e

**c)** Uma se destina a alterar os arts. 12 e 22 da Lei MP nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências (Emenda nº 4).

Todas as 7 emendas destinadas ao Fundo Nacional de Assistência – FNAS contem-

plam dotações não mais contidas na programação do FNAS, tendo em vista que, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, a programação da unidade orçamentária para 2006 foi profundamente modificada. Tal modificação está expressa tanto no Projeto de Lei nº 41/05, que trata da revisão do PPA 2004-2007, quanto na LOA 2006. Por essa razão, somos pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9.

A Emenda nº 4 trata de assunto estranho à matéria orçamentária. O art. 165, § 8º, da Constituição Federal ordena que a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita. Os créditos adicionais alteram a Lei Orçamentária e, conseqüentemente, o mesmo princípio lhes é aplicável. Portanto, opino pela inadmissão da emenda.

Quanto à Emenda nº 3, posicionei-me, no mérito, pela sua rejeição.

Por todo o exposto, voto pelo atendimento dos pressupostos constitucionais, pela compatibilidade orçamentária e financeira e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 289, na forma apresentada pelo Poder Executivo.”

Obrigado, Sr. Presidente.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA.*

**PARECER nº           , de 2006 - CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 738.000.000,00, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.

**Autor: Poder Executivo.**

**Relator: Assis Miguel do Couto**

**I - RELATÓRIO**

Nos termos do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 222, de 7 de abril de 2006, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 289, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 738.000.000,00, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos-EM nº 055/2006/MP, a não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2006 – PLOA 2006, até o momento da edição da MP, requereu do Poder Executivo a adoção de providências urgentes e inadiáveis no sentido de proporcionar aos Órgãos contemplados condições para execução de ações imprescindíveis para a condução da política de garantia de preços agrícolas, que não podem ter sua execução postergada, sob risco de sérios prejuízos à comercialização da safra de alimentos.

O crédito no Ministério do Desenvolvimento Agrário destina-se à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, envolvendo as ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou destinadas à revenda nos centros consumidores, de modo a promover a indução do processo de geração de renda e emprego nesses segmentos economicamente e socialmente desfavorecidos.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os recursos destinam-se também à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados, no âmbito do PAA, de modo a complementar as demais medidas voltadas à garantia de preços agrícolas. Os produtos adquiridos comporão cestas básicas distribuídas aos acampados da reforma agrária, quilombolas e populações indígenas.

Relativamente às Operações Oficiais de Créditos, os recursos destinam-se à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, de modo a regular os preços e garantir renda justa aos produtores, e conseqüentemente, estimular a produção futura.

Os recursos destinados a atender as dotações consignadas no crédito extraordinário são provenientes do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza arrecadado em exercícios anteriores (fonte 379), no valor de R\$ 120 milhões, de

Operações Oficiais de Crédito, também relativas a exercícios anteriores (fonte 360), no valor de R\$ 500 milhões e de recursos ordinários do Tesouro (fonte 100), no valor de R\$ 118 milhões.

Foram apresentadas 09 (nove) emendas à MP.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que compete à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização-CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Consoante o art. 5º da Resolução, combinado com o art. 6º, §§ 1º e 2º, a Comissão deve emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, os quais passamos a examinar.

### II.1. Exame do aspecto constitucional – incluindo pressupostos de relevância e urgência

A relevância e urgência da Medida Provisória estão registradas na EM anteriormente citada, cujos tópicos relevantes transcrevemos abaixo:

*a) no âmbito dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da necessidade de viabilizar a compra dos produtos da safra agrícola, impedindo a paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o que implicaria em grande prejuízo social e econômico, tanto aos agricultores familiares e assentados como também aos que se beneficiam com a distribuição dos alimentos;*

*b) no âmbito de Operações Oficiais de Crédito, da necessidade de viabilizar condições para a realização de gastos até a aprovação do PLOA-2006, de forma a dar continuidade à Política de Preços Mínimos - PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra.*

É importante frisar que a elevação dos custos de produção, aliada à desvalorização do dólar, levaram a agricultura a <sup>uma</sup> crise estrutural, ou seja, o modelo tecnológico produtivo adotado pelo setor é de alto risco, aumentando a possibilidade de crises e de insustentabilidade. Diante de tal cenário e levando em conta o início da comercialização da atual safra, o Governo Federal teve de adotar medidas urgentes que garantissem a comercialização por um valor mínimo de referência (preço mínimo), bem como o escoamento da produção das regiões produtoras para outras regiões.

### II.2. Exame da adequação financeira e orçamentária

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 01/2002, O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange

*a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.*

Da análise da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da medida provisória, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11.8.2004) ou com suas alterações, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 11.306, de 16.05.2006) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Lei nº 11.178, de 20.09.2005).

### **II.3. Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.**

O § 1º do art. 2º da Resolução nº01-CN de 2002, prevê que *No dia da publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato.*

A Exposição de Motivos (EM) nº 55/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

### **II.4. Exame do mérito.**

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - tem favorecido milhares de agricultores familiares, garantindo a compra da produção a um preço justo, bem como a distribuição de alimentos a grupos econômica e socialmente desfavorecidos. Dado o grande alcance social, a interrupção do programa fatalmente traria prejuízos aos respectivos beneficiários, incluindo crianças, idosos e portadores de deficiência que, graças ao referido Programa, atualmente têm acesso a alimentação de qualidade e na regularidade necessária.

No âmbito da Política de Garantia Preços Mínimos, o Governo Federal teve de intervir rápida e eficazmente, de modo a garantir ao produtor rural o escoamento dos produtos agrícolas das regiões produtoras, possibilitando assim, uma perspectiva de aumento real dos preços dos produtos agrícolas, tendo em vista o início da comercialização da safra. Os prejuízos sofridos pelos produtores rurais, causados pela crise estrutural, resultante da combinação de fatores como a elevação dos custos de produção e o forte endividamento dos produtores, exigiram a atuação do poder público de modo a minimizar a situação e garantir a continuidade da produção.

Tendo em vista que despesas previstas no crédito extraordinário são de importância significativa para a população, entendo ser meritória a edição da MP.

## II.5. Das Emendas

Foram apresentadas 9 (nove) emendas à Medida Provisória, das quais:

a) 7 (sete) se destinam à unidade orçamentária 55.901-Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9);

b) 1 (uma) se destina ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (emenda nº 3); e

c) 1 (uma) se destina a alterar os artigos 12 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências (emenda nº 4).

Todas as sete emendas destinadas ao Fundo Nacional de Assistência – FNAS contemplam dotações não mais contidas na programação do FNAS, tendo em vista que, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, a programação da unidade orçamentária para 2006 foi profundamente modificada, tal modificação está expressa tanto PLN nº 41/2005-CN, que trata da revisão do PPA 2004-2007, quanto na LOA 2006. Por essa razão, somos pela rejeição das emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9;

A emenda de nº 4 trata de assunto estranho à matéria orçamentária. O art. 165, § 8º da Constituição Federal ordena que a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita. Os créditos adicionais alteram a lei orçamentária e, conseqüentemente, o mesmo princípio lhes é aplicável. Portanto, opino pela inadmissão da emenda.

Quanto à emenda de nº 3, posiciono-me, no mérito, pela sua rejeição.

Por todo o exposto, voto pelo atendimento dos pressupostos constitucionais, pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira, e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 289, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Plenário da Câmara dos Deputados, de 2006.  
– Deputado **Assis Miguel do Couto**, Relator.

## PARECER Nº, DE 2006 – CN

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$738.000.000,00, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.**

Autor: Poder Executivo.

Relator: **Assis Miguel do Couto**

### I – Relatório

Nos termos do art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição Federal, o Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 222, de 7 de abril de 2006, na origem, submete à apreciação do Congresso Nacional a Medida Provisória nº 289, que abre crédito extraordinário, no valor de R\$738.000.000,00, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica.

Segundo a Exposição de Motivos-EM nº 55/2006/MP, a não aprovação do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2006 – PLOA 2006, até o momento da edição da MP, requereu do Poder Executivo a adoção de providências urgentes e inadiáveis no sentido de proporcionar aos Órgãos contemplados condições para execução de ações imprescindíveis para a condução da política de garantia de preços agrícolas, que não podem ter sua execução postergada, sob risco de sérios prejuízos à comercialização da safra de alimentos.

O crédito no Ministério do Desenvolvimento Agrário destina-se à aquisição de produtos da agricultura familiar e de assentados, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, envolvendo as ações de comercialização vinculadas à formação de estoques estratégicos ou destinadas à revenda nos centros consumidores, de modo a promover a indução do processo de geração de renda e emprego nesses segmentos economicamente e socialmente desfavorecidos.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, os recursos destinam-se também à aquisição



ção de produtos da agricultura familiar e de assentados, no âmbito do PM, de modo a complementar as demais medidas voltadas à garantia de preços agrícolas. Os produtos adquiridos comporão cestas básicas distribuídas aos acampados da reforma agrária, quilombolas e populações indígenas.

Relativamente às Operações Oficiais de Créditos, os recursos destinar-se-ão à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, de modo a regular os preços e garantir renda justa aos produtores, e consequentemente, estimular a produção futura.

Os recursos destinados a atender as dotações consignadas no crédito extraordinário são provenientes do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza arrecadado em exercícios anteriores (fonte 379), no valor de R\$120 milhões, de Operações Oficiais de Crédito, também relativas a exercícios anteriores (fonte 360), no valor de R\$500 milhões e de recursos ordinários do Tesouro (fonte 100), no valor de R\$118 milhões.

Foram apresentadas 9 (nove) emendas à MP. É o relatório.

## II – Voto do Relator

O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, estabelece que compete à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme art. 62 e art. 167, § 3º, da Constituição Federal.

Consoante o art. 5º da Resolução, combinado com o art. 60, §§ 1º e 2º, a Comissão deve emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucional, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, os quais passamos a examinar.

### II.1 Exame do aspecto constitucional – incluindo pressupostos de relevância e urgência

A relevância e urgência da Medida Provisória estão registradas na EM anteriormente citada, cujos tópicos relevantes transcrevemos abaixo:

a) no âmbito dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da necessidade de viabi-

lizar a compra dos produtos da safra agrícola, impedindo a paralisação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o que implicaria em grande prejuízo social e econômico, tanto aos agricultores familiares e assentados como também aos que se beneficiam com a distribuição dos alimentos;

b) no âmbito de Operações Oficiais de Crédito, da necessidade de viabilizar condições para a realização de gastos até a aprovação do PLOA-2006, de forma a dar continuidade à Política de Preços Mínimos – PGPM, evitando a redução na renda dos produtores e induzindo o aumento da produção na próxima safra.

É importante frisar que a elevação dos custos de produção, aliada à desvalorização do dólar, levaram a agricultura a aprofundar sua crise estrutural, ou seja, o modelo tecnológico produtivo adotado pelo setor é de alto risco, aumentando a possibilidade de crises e de insustentabilidade. Diante de tal cenário e levando em conta o início da comercialização da atual safra, o Governo Federal teve de adotar medidas urgentes que garantissem a comercialização por um valor mínimo de referência (preço mínimo), bem como o escoamento da produção das regiões produtoras para outras regiões.

### II.2 Exame da adequação financeira e orçamentária

Consoante o § 1º do art. 5º da Resolução nº 1/2002, O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.

Da análise da adequação e compatibilidade orçamentária e financeira da medida provisória, percebe-se que o crédito extraordinário não contraria os dispositivos constitucionais ou os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua compatibilidade com o Plano Plurianual 2004-2007 (Lei nº 10.933, de 11-8-2004) ou com suas alterações, com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de

4-5-2000), com a Lei Orçamentária Anual (Lei nº 11.306, de 16-5-2006) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (Lei nº 11.178, de 20-9-2005).

### **II.3 Verificação do cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN.**

O § 1º do art. 2º da Resolução nº 01-CN de 2002, prevê que no dia da publicação da Medida Provisória no **Diário Oficial da União**, o seu texto será enviado ao Congresso Nacional, acompanhado da respectiva Mensagem e de documento expondo a motivação do ato.

A Exposição de Motivos (EM) nº 55/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN acerca do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

### **II.4 Exame do mérito.**

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – tem favorecido milhares de agricultores familiares, garantindo a compra da produção a um preço justo, bem como a distribuição de alimentos a grupos econômico e socialmente desfavorecidos. Dado o grande alcance social, a interrupção do programa fatalmente traria prejuízos aos respectivos beneficiários, incluindo crianças, idosos e portadores de deficiência que, graças ao referido Programa, atualmente têm acesso a alimentação de qualidade e na regularidade necessária.

No âmbito da Política de Garantia Preços Mínimos, o Governo Federal teve de intervir rápida e eficazmente, de modo a garantir ao produtor rural o escoamento dos produtos agrícolas das regiões produtoras, possibilitando assim, uma perspectiva de aumento real dos preços dos produtos agrícolas, tendo em vista o início da comercialização da safra. Os prejuízos sofridos pelos produtores rurais, causados pela crise estrutural, resultante da combinação de fatores como a elevação dos custos de produção e o forte endividamento dos produtores, exigiram a atuação do Poder Público de modo a minimizar a situação e garantir a continuidade da produção.

Tendo em vista que despesas previstas no crédito extraordinário são de importância significativa para a população, entendo ser meritória a edição da MP.

### **11.5 Das Emendas.**

Foram apresentadas 9 (nove) emendas à Medida Provisória, das quais:

**a)** 7 (sete) se destinam à unidade orçamentária 55.901-Fundo Nacional de Assistência Social-FNAS, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9);

**b)** 01 (uma) se destina ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (Emenda nº 3); e

**c)** 1 (uma) se destina a alterar os artigos 12 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências (Emenda nº 04).

Todas as sete emendas destinadas ao Fundo Nacional de Assistência FNAS contemplam dotações não mais contidas na programação do FNAS, tendo em vista que, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, a programação da unidade orçamentária para 2006 foi profundamente modificada, tal modificação está expressa tanto PLN nº 41/2005-CN, que trata da revisão do PPA 2004-2007, quanto na LOA 2006. Por essa razão, somos pela rejeição das emendas de nºs 1, 2, 5, 6, 7, 8 e 9;

A emenda de nº 4 trata de assunto estranho à matéria orçamentária. O art. 165, § 8º da Constituição Federal ordena que a lei orçamentária anual não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação da receita. Os créditos adicionais alteram a lei orçamentária e, conseqüentemente, o mesmo princípio lhes é aplicável. Portanto, opino pela inadmissão da emenda.

Quanto à emenda de nº 3, posiciono-me, no mérito, pela sua rejeição.

Por todo o exposto, voto pelo atendimento dos pressupostos constitucionais, pela adequação e compatibilidade orçamentária e financeira, e, no mérito, pela aprovação da Medida Provisória nº 289, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Plenário da Câmara dos Deputados, de de 2006.  
– Deputado **Assis Miguel do Couto**, Relator.

**Proposição: MPV-289/2006****Autor:** Poder Executivo**Data de Apresentação:** 10/04/2006**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário**Regime de tramitação:** Urgência**Situação:** PLEN: Aguardando Encaminhamento.

**EMENTA:** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 738.000.000,00, para os fins que especifica.

**INDEXAÇÃO:** Crédito Extraordinário, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Programa de Aquisição de Alimentos, produto alimentício, agricultura familiar, garantia, preço, comercialização, produto agropecuário, cesta de alimentos básicos, distribuição, acampamento, trabalhador rural, sem-terra, reforma agrária, população, quilombos, comunidade indígena.

**Despacho:**

25/4/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

**MSC 222/2006 (Mensagem) - Poder Executivo****Legislação Citada****Emendas**

- MPV28906 (MPV28906)

**EMC 1/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rose de Freitas****EMC 2/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rose de Freitas****EMC 3/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - Rose de Freitas****EMC 4/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cezar Silvestri****EMC 5/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Divino****EMC 6/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Divino****EMC 7/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Divino****EMC 8/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Divino****EMC 9/2006 MPV28906 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Divino****Pareceres, Votos e Redação Final**

- MPV28906 (MPV28906)

**PPP 1 MPV28906 (Parecer Proferido em Plenário) - Anselmo****Última Ação:**

7/6/2006 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 289-A/06)

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
10/4/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
10/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 11/04/2006 a 16/04/2006. Comissão Mista: 10/04/2006 a 23/04/2006. Câmara dos Deputados: 24/04/2006 a 07/05/2006. Senado Federal: 08/05/2006 a 21/05/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 22/05/2006 a 24/05/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 25/05/2006. Congresso Nacional: 10/04/2006 a 08/06/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 09/06/2006 a 07/08/2006.
25/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido o Ofício nº 189, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 289, de 2006. Informa, ainda, que foram oferecidas 9 (nove) emendas e que a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não emitiu parecer.
25/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
25/4/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 26/4/2006.
3/5/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator, Deputado Assis Miguel do Couto (PT/PR)

25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
25/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 287/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 287-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Designado Relator, Dep. Anselmo (PT-RO), para proferir o parecer pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a esta MPV e às 9 Emendas apresentadas.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Anselmo (PT-RO), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela inadmissibilidade da Emenda nº 4; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiram a Matéria: Dep. Luci Choinacki (PT-SC), Dep. Fernando de Fabinho (PFL-BA) e Dep. Babá (PSOL-PA).
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>

	Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade da Emenda nº 4, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Em consequência, a Emenda nº 4 deixa de ser submetida a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Prejudicado o Destaque da Bancada do PPS para votação em separado da Emenda nº 4.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas de nºs 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 9, com parecer contrário.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 289, de 2006.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Anselmo (PT-RO).
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 289-A/06)

Cadastrar para Acompanhamento

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 23, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 289, de 7 de abril de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de R\$ 738.000.000,00, para os fins que especifica”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de junho de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 29 de maio de 2006.

  
**Senador Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais, para os fins que especifica.**

Este avulso contém os seguintes documentos:

Pág.

- Autógrafo da Medida Provisória .....
- Medida Provisória original .....
- Mensagem do Presidente da República nº 223, de 2006.....
- Exposição de Motivos nº 57/2006, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão .....
- Ofício nº 380/2006, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado .....
- Calendário de tramitação da Medida Provisória.....
- Emendas apresentadas perante a Comissão Mista
- Nota Técnica s/nº, de 19-04-2006, da Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal.....
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos

- e Fiscalização, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Sandro Mabel (PL – GO) .....
- Folha de sinopse de tramitação da matéria na Câmara dos Deputados .....
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 24, de 2006, prorrogando o prazo de vigência da Medida Provisória.....

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006**

**Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil duzentos e cinqüenta e oito reais; para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais) para atender às programações constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA**

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0750</b>		<b>APOIO ADMINISTRATIVO</b>							<b>300.000</b>
ATIVIDADES									
04 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							<b>300.000</b>
04 122	0750 2000 0487	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	<b>300.000</b>
<b>0752</b>		<b>GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO</b>							<b>36.758.515</b>
ATIVIDADES									
04 131	0752 2017	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL							<b>36.758.515</b>
04 131	0752 2017 0101	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	<b>36.758.515</b>
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>37.058.515</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>37.058.515</b>

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 UNIDADE : 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0641 INTELIGENCIA FEDERAL</b>									<b>780.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
06 183	0641 2684	ACOES DE INTELIGENCIA							780.000
06 183	0641 2684 0101	ACOES DE INTELIGENCIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	780.000
			F	4	2	90	0	300	710.000
									70.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>780.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>780.000</b>

ORGÃO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
 UNIDADE : 20122 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0156 PREVENCAO E COMBATE A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES</b>									<b>2.169.726</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
14 422	0156 0911	APOIO A SERVICOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA							2.169.726
14 422	0156 0911 0105	APOIO A SERVICOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	2.169.726
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>2.169.726</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>2.169.726</b>

ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0461 PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO</b>									<b>39.000.000</b>
		<b>PROJETOS</b>							
19 571	0461 100Q	CONSTRUCAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - CEITEC							39.000.000
19 571	0461 100Q 0103	CONSTRUCAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - CEITEC - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300	39.000.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>39.000.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>39.000.000</b>

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR	
0464 NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE								19.000.000	
		ATIVIDADES							
19 128	0464 6260	FORMACAO DE ASTRONAUTAS						19.000.000	
19 128	0464 6260 0101	FORMACAO DE ASTRONAUTAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						19.000.000	
			F	3	2	90	0	300	19.000.000
TOTAL - FISCAL								19.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								19.000.000	

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A.

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR	
1113 NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES								25.300.000	
		PROJETOS							
19 572	1113 1393	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO						25.300.000	
19 572	1113 1393 0103	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO - NO MUNICIPIO DE RESENDE - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)						25.300.000	
			F	4	2	90	0	650	25.300.000
TOTAL - FISCAL								25.300.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								25.300.000	



ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		<b>1388 CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLOGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)</b>							<b>33.000.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
19 572	1388 4053	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO)							33.000.000
19 572	1388 4053 0101	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							33.000.000
			F	3	2	90	0	300	33.000.000
TOTAL - FISCAL									33.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									33.000.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		<b>0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO</b>							<b>7.500.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 121	0773 2C38	MONITORAMENTO E AVALIACAO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO							7.500.000
04 121	0773 2C38 0101	MONITORAMENTO E AVALIACAO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.500.000
			F	3	2	90	0	300	7.500.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.500.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25914 - FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
<b>0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA</b>										<b>8.328.400</b>
ATIVIDADES										
04 694	0412 6383	REMUNERACAO DE AGENTES PELA RECUPERACAO DE HAVERES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO DE CREDITO A EXPORTACAO								8.328.400
04 694	0412 6383 0101	REMUNERACAO DE AGENTES PELA RECUPERACAO DE HAVERES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO DE CREDITO A EXPORTACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								8.328.400
			F	3	2	90	0	380		8.328.400
TOTAL - FISCAL										8.328.400
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										8.328.400

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 UNIDADE : 30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
<b>0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS</b>										<b>1.900.000</b>
ATIVIDADES										
06 128	0663 2524	CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL								1.900.000
06 128	0663 2524 0101	CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.900.000
			F	3	2	90	0	350		1.900.000
TOTAL - FISCAL										1.900.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										1.900.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 UNIDADE : 30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLICIA FEDERAL.

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0662 COMBATE A CRIMINALIDADE</b>									<b>12.000.000</b>
ATIVIDADES									
06 181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO							12.000.000
06 181	0662 2726 0101	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			F	4	2	90	0	374	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL  
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA</b>									<b>116.964.480</b>
PROJETOS									
09 271	0083 1F86	RECADASTRAMENTO PREVIDENCIARIO							116.964.480
09 271	0083 1F86 0101	RECADASTRAMENTO PREVIDENCIARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							116.964.480
			S	3	2	90	0	353	116.964.480
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO</b>									<b>28.100.000</b>
ATIVIDADES									
09 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE							28.100.000
09 122	0750 2000 0485	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							28.100.000
			S	3	2	90	0	351	28.100.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									145.064.480
TOTAL - GERAL									145.064.480

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
1329 PRIMEIRO EMPREGO										38.000.000
OPERACOES ESPECIAIS										
11 333	1329 0A23	QUALIFICACAO DE JOVENS COM VISTAS A INSERCAO NO MUNDO DO TRABALHO								28.442.928
11 333	1329 0A23 0101	QUALIFICACAO DE JOVENS COM VISTAS A INSERCAO NO MUNDO DO TRABALHO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								28.442.928
			F	3	2	90	0	300		23.442.928
			F	4	2	90	0	300		5.000.000
11 333	1329 0688	ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS								1.800.000
11 333	1329 0688 0101	ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.800.000
			F	3	2	90	0	300		1.800.000
ATIVIDADES										
11 333	1329 4788	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO ATENDIDOS PELAS LINHAS DA Acao DE QUALIFICACAO								7.757.072
11 333	1329 4788 0101	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO ATENDIDOS PELAS LINHAS DA Acao DE QUALIFICACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								7.757.072
			F	3	2	90	0	300		7.757.072
TOTAL - FISCAL										38.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										38.000.000

ORGÃO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
 UNIDADE : 38901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS PONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I L U T	F T E	VALOR
<b>0099 INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA</b>									<b>182.000.000</b>
ATIVIDADES									
11 333	0099 2550	ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIACAO DE MAO-DE-OBRA							51.000.000
11 333	0099 2550 0101	ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIACAO DE MAO-DE-OBRA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	51.000.000
			S	4	2	90	0	380	9.000.000
11 332	0099 2553	IDENTIFICACAO DA POPULACAO POR MEIO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL - CTPS							7.000.000
11 332	0099 2553 0103	IDENTIFICACAO DA POPULACAO POR MEIO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL - CTPS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	7.000.000
11 126	0099 2624	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED							2.500.000
11 126	0099 2624 0103	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS - CAGED - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	2.500.000
11 321	0099 2633	HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO							17.500.000
11 321	0099 2633 0103	HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	17.500.000
11 123	0099 4783	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABOHO SALARIAL							12.000.000
11 123	0099 4783 0103	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABOHO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	12.000.000
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO							12.000.000
11 123	0099 4784 0101	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	12.000.000
<b>0101 QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL</b>									<b>53.000.000</b>
ATIVIDADES									
11 333	0101 4725	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES PARA MANUTENCAO DO EMPREGO E INCREMENTO DA RENDA							12.371.955
11 333	0101 4725 0103	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES PARA MANUTENCAO DO EMPREGO E INCREMENTO DA RENDA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	12.371.955
11 333	0101 4728	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE ACOES DO SISTEMA PUBLICO DE EMPREGO E DE ECONOMIA SOLIDARIA							23.176.583
11 333	0101 4728 0101	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE ACOES DO SISTEMA PUBLICO DE EMPREGO E DE ECONOMIA SOLIDARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	23.176.583
11 333	0101 4733	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE POLITICAS DE INCLUSAO SOCIAL							14.907.376
11 333	0101 4733 0101	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE POLITICAS DE INCLUSAO SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	14.907.376
11 333	0101 6405	IDENTIFICACAO E DISSEMINACAO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE QUALIFICACAO							2.544.086
11 333	0101 6405 0101	IDENTIFICACAO E DISSEMINACAO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE QUALIFICACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	2.544.086





26 782	0237 1F75 0101	DIVISA GO/MT (ARAGARCAS) - NA BR-070 - NO ESTADO DE GOIAS CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO GO-174 (APARECIDA DO RIO CLARO) - DIVISA GO/MT (ARAGARCAS) - NA BR-070 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								40.000.000
			F	4	2	90	0	311		40.000.000
26 782	0237 1F79	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-010/380 - ENTRONCAMENTO PA-402 (ANANINDEUA) - NA BR-316 - NO ESTADO DO PARA								1.500.000
26 782	0237 1F79 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-010/380 - ENTRONCAMENTO PA-402 (ANANINDEUA) - NA BR-316 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.500.000
			F	4	2	90	0	311		1.500.000
26 782	0237 1F81	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA EM ARAGUAINA - NA BR-153 - NO ESTADO DO TOCANTINS								18.000.000
26 782	0237 1F81 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA EM ARAGUAINA - NA BR-153 - NO ESTADO DO TOCANTINS - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)								18.000.000
			F	4	2	90	0	311		18.000.000
26 782	0237 1F82	RECUPERACAO DE PONTE SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS - NA BR-135 - NO ESTADO DO MARANHAO								1.200.000
26 782	0237 1F82 0101	RECUPERACAO DE PONTE SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS - NA BR-135 - NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.200.000
			F	4	2	90	0	311		1.200.000
<b>0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE</b>										<b>9.500.000</b>
		<b>PROJETOS</b>								
26 782	0238 7462	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO ACRE (FRONTEIRA BRASIL/PERU) - NA BR-317 - NO ESTADO DO ACRE								9.500.000
26 782	0238 7462 0103	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO ACRE (FRONTEIRA BRASIL/PERU) - NA BR-317 - NO ESTADO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)								9.500.000
			F	4	2	90	0	311		9.500.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>230.994.600</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>230.994.600</b>



ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO  
 UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	M	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR	
																	F
<b>0802 GESTAO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORCAMENTOS DA UNIAO</b>																	<b>7.500.000</b>
ATIVIDADES																	
04 121	0802 2C38	MONITORAMENTO E AVALIACAO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO														7.500.000	
04 121	0802 2C38 0101	MONITORAMENTO E AVALIACAO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300							7.500.000		
<b>1088 GESTAO PUBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS</b>																	<b>14.300.000</b>
OPERACOES ESPECIAIS																	
04 846	1088 0684	APOIO A MODERNIZACAO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICIPIOS BRASILEIROS - PROMOEEX													14.300.000		
04 846	1088 0684 0101	APOIO A MODERNIZACAO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICIPIOS BRASILEIROS - PROMOEEX - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	30	0	148							7.760.069		
			F	3	2	40	0	148							1.417.607		
			F	3	2	90	2	300							256.457		
			F	4	3	30	0	148							4.167.067		
			F	4	2	40	0	148							672.187		
			F	4	2	90	0	148							26.613		
<b>TOTAL - FISCAL</b>															<b>21.800.000</b>		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>															<b>0</b>		
<b>TOTAL - GERAL</b>															<b>21.800.000</b>		

ORGÃO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO  
 UNIDADE : 47205 - FUNDACAO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	M	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR	
																	F
<b>1059 RECENSEAMENTOS GERAIS</b>																	<b>75.994.000</b>
PROJETOS																	
04 121	1059 1A91	CONTAGEM DA POPULACAO 2006													47.954.000		
04 121	1059 1A91 0101	CONTAGEM DA POPULACAO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300							17.200.000		
			F	4	2	90	0	300							30.754.000		
04 121	1059 1779	CENSO AGROPECUARIO 2006													28.040.000		
04 121	1059 1779 0101	CENSO AGROPECUARIO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300							11.040.000		
			F	4	2	90	0	300							17.000.000		
<b>TOTAL - FISCAL</b>															<b>75.994.000</b>		
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>															<b>0</b>		
<b>TOTAL - GERAL</b>															<b>75.994.000</b>		

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
<b>1057 COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORCAS ARMADAS</b>										<b>5.300.000</b>
PROJETOS										
05 122	1057 1489	IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORCAS SINGULARES								5.300.000
05 122	1057 1489 0101	IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORCAS SINGULARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		1.600.000
			F	4	2	90	0	300		3.700.000
TOTAL - FISCAL										5.300.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										5.300.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	VALOR
<b>0621 ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA AERONAUTICA</b>										<b>271.000.000</b>
ATIVIDADES										
05 151	0621 2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO								51.000.000
05 151	0621 2048 0101	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		51.000.000
05 151	0621 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES								220.000.000
05 151	0621 2868 0103	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300		220.000.000
TOTAL - FISCAL										271.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										271.000.000
<b>0627 TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL</b>										<b>45.000.000</b>
PROJETOS										
05 572	0627 3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X								45.000.000
05 572	0627 3122 0101	DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		45.000.000
TOTAL - FISCAL										45.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										45.000.000
<b>0632 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA</b>										<b>210.000.000</b>
PROJETOS										
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES								210.000.000
05 151	0632 3113 0101	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	300		210.000.000
TOTAL - FISCAL										210.000.000
TOTAL - SEGURIDADE										0
TOTAL - GERAL										210.000.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
<b>0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO</b>																			<b>23.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>																			
05 153	0628 1F73	AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)																	23.000.000
05 153	0628 1F73 0101		F 4 2 90 0 300	23.000.000															
<b>0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</b>																			<b>31.000.000</b>
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>																			
05 846	0909 0229	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL																	31.000.000
05 846	0909 0229 0101		F 5 2 90 0 300	31.000.000															
<b>TOTAL - FISCAL</b>																			<b>54.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																			<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																			<b>54.000.000</b>

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
<b>0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL</b>																			<b>12.400.000</b>
<b>PROJETOS</b>																			
05 152	0626 1949	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)																	12.400.000
05 152	0626 1949 0101		F 4 2 90 0 300	12.400.000															
<b>TOTAL - FISCAL</b>																			<b>12.400.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																			<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																			<b>12.400.000</b>

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 52133 - SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	F	G	N	D	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
<b>0472 PROANTAR</b>																			<b>10.000.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>																			
05 571	0472 2345	MISSAO ANTARTICA MISSAO ANTARTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)																	10.000.000
05 571	0472 2345 0101		F 3 2 90 0 300	6.000.000															
<b>TOTAL - FISCAL</b>																			<b>10.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																			<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																			<b>10.000.000</b>

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 52201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBSTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U T	F T	VALOR
<b>0630</b>		<b>DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL</b>							<b>79.094.600</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							
05 128	0630 0B09	APOIO A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL							2.285.977
05 128	0630 0B09 0101	APOIO A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	50	0	376	2.285.977
05 845	0630 0628	SUPLEMENTACAO TARIFARIA A AVIACAO REGIONAL							671.529
05 845	0630 0628 0101	SUPLEMENTACAO TARIFARIA A AVIACAO REGIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	60	0	372	671.529
		<b>ATIVIDADES</b>							
05 122	0630 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							37.653.289
05 122	0630 2272 0153	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	1	1	90	0	380	5.986.000
			F	3	2	90	0	376	23.851.985
			F	4	2	90	0	376	7.815.304
05 125	0630 2880	AVALIACAO MEDICA PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL							1.632.838
05 125	0630 2880 0101	AVALIACAO MEDICA PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	1.453.226
			F	4	2	90	0	376	179.612
05 125	0630 2912	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL							8.606.131
05 125	0630 2912 0101	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	8.606.131
05 126	0630 2924	SISTEMA DE INFORMACOES PARA CONTROLE DA AVIACAO CIVIL							13.379.706
05 126	0630 2924 0101	SISTEMA DE INFORMACOES PARA CONTROLE DA AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	10.682.121
			F	4	2	90	0	376	2.697.585
05 125	0630 2925	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO							2.410.555
05 125	0630 2925 0101	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	2.410.555
05 128	0630 2926	FORMACAO DE INSPECTORES E TECNICOS PARA A AVIACAO CIVIL							6.286.838
05 128	0630 2926 0101	FORMACAO DE INSPECTORES E TECNICOS PARA A AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	4.715.129
			F	4	2	90	0	376	1.571.709
		<b>PROJETOS</b>							
05 151	0630 3115	AQUISICAO DE AERONAVES E SIMULADORES PARA ATENDIMENTO AOS AEROCLUBES							1.884.000
05 151	0630 3115 0101	AQUISICAO DE AERONAVES E SIMULADORES PARA ATENDIMENTO AOS AEROCLUBES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	376	1.884.000
05 781	0630 3121	CONSTRUCAO E REFORMA DE INSTALACOES PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL							4.193.817
05 781	0630 3121 0101	CONSTRUCAO E REFORMA DE INSTALACOES PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	376	4.193.817
<b>0681</b>		<b>GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>							<b>2.731.600</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>							

05 212	0681 0185	CONTRIBUICAO A COMISSAO LATINO-AMERICANA DE AVIACAO CIVIL - CLAC								108.600
05 212	0681 0185 0101	CONTRIBUICAO A COMISSAO LATINO-AMERICANA DE AVIACAO CIVIL - CLAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	80	0	376		108.600
05 212	0681 0186	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DE AVIACAO CIVIL INTERNACIONAL - OACI								2.482.728
05 212	0681 0186 0101	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DE AVIACAO CIVIL INTERNACIONAL - OACI - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	80	0	376		2.482.728
05 212	0681 0568	CONTRIBUICAO AO SISTEMA REGIONAL PARA VIGILANCIA DA SEGURANCA OPERACIONAL								140.280
05 212	0681 0568 0101	CONTRIBUICAO AO SISTEMA REGIONAL PARA VIGILANCIA DA SEGURANCA OPERACIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	80	0	376		140.280
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO</b>										<b>1.314.000</b>
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>										
05 122	0750 09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS								1.314.000
05 122	0750 09HB 0125	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	1	0	90	0	380		1.314.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>83.050.288</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>83.050.288</b>

ORGAO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M P D	I P D	F U T	F U T	VALOR
<b>1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONVIVER</b>										<b>1.300.000</b>
<b>PROJETOS</b>										
18 544	1047 5890	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE CATARINA COM 20 KM NO ESTADO DO CEARA (PROAGUA SEMI-ARIDO)								1.300.000
18 544	1047 5890 0103	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE CATARINA COM 20 KM NO ESTADO DO CEARA (PROAGUA SEMI-ARIDO) - NO MUNICIPIO DE CATARINA - CE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	30	0	315		1.300.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>1.300.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>1.300.000</b>

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES  
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
<b>0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>									<b>25.000.000</b>
<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>									
15 451	0310 0B16	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO							25.000.000
15 451	0310 0B16 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							25.000.000
			F	4	2	30	0	300	25.000.000
TOTAL - FISCAL									25.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									25.000.000

ORGAO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES  
UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	D	E	
<b>1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS</b>									<b>87.018.774</b>
<b>PROJETOS</b>									
15 453	1295 5176	IMPLANTACAO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG							8.839.298
15 453	1295 5176 0105	IMPLANTACAO DO TRECHO ELDORADO-VILARINHO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE - MG - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.839.298
			F	4	2	90	0	311	8.839.298
15 453	1295 5754	IMPLANTACAO DO TRECHO CAJUEIRO SECO-TIP-TIMBI DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE							78.179.476
15 453	1295 5754 0105	IMPLANTACAO DO TRECHO CAJUEIRO SECO-TIP-TIMBI DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE RECIFE - PE - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							78.179.476
			F	4	2	90	0	311	78.179.476
TOTAL - FISCAL									87.018.774
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									87.018.774

ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO  
UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I O U	F T E	VALOR
0083 PREVIDENCIA SOCIAL BASICA								111.890.475
OPERACOES ESPECIAIS								
28 694	0083 0B48	REMUNERACAO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS PELA REALIZACAO DO RECADASTRAMENTO PREVIDENCIARIO						111.890.475
28 694	0083 0B48 0101	REMUNERACAO AS INSTITUICOES FINANCEIRAS PELA REALIZACAO DO RECADASTRAMENTO PREVIDENCIARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						111.890.475
			F	3	2	90	0 300	111.890.475
TOTAL - FISCAL								111.890.475
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								111.890.475

### MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL Nº 290, DE 2006

**Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00, para os fins que especifica.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o § 3º do art. 167 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais), para atender às programações constantes do Anexo desta Medida Provisória.

Art. 2º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de abril de 2006; 185ª da Independência e 118ª da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

ORGAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00					
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I O U	F T E	VALOR
0750 APOIO ADMINISTRATIVO								300.000
ATIVIDADES								
04 112	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						300.000
04 122	0750 2000 0487	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						300.000
			F	4	2	90	0 300	300.000
0752 GESTAO DA POLITICA DE COMUNICACAO DE GOVERNO								36.758.515
ATIVIDADES								
04 131	0752 2017	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL						36.758.515
04 131	0752 2017 0101	PUBLICIDADE INSTITUCIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						36.758.515
			F	3	2	90	0 300	36.758.515
TOTAL - FISCAL								37.058.515
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								37.058.515

ORCAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20118 - AGENCIA BRASILEIRA DE INTELIGENCIA - ABIN

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0641 INTELIGENCIA FEDERAL									780.000
ATIVIDADES									
06 183	0641 2684	ACOES DE INTELIGENCIA							780.000
06 183	0641 2684 0101	ACOES DE INTELIGENCIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							780.000
			F 3	2	90	0	300		710.000
			F 4	2	90	0	300		70.000
TOTAL - FISCAL									780.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									780.000

ORCAO : 20000 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA  
UNIDADE : 20121 - SECRETARIA ESPECIAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0156 PREVENCAO E COMBATE A VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES									2.169.726
OPERACOES ESPECIAIS									
14 422	0156 0911	APOIO A SERVICOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA							2.169.726
14 422	0156 0911 0105	APOIO A SERVICOS ESPECIALIZADOS NO ATENDIMENTO AS MULHERES EM SITUACAO DE VIOLENCIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.169.726
			F 3	2	90	0	300		2.169.726
TOTAL - FISCAL									2.169.726
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.169.726



ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24101 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR	
0461		PROMOCAO DA PESQUISA E DO DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO						39.000.000	
PROJETOS									
19 571	0461 100Q	CONSTRUCAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - CEITEC						39.000.000	
19 571	0461 100Q 0103	CONSTRUCAO DO CENTRO DE EXCELENCIA EM TECNOLOGIA ELETRONICA AVANÇADA - CEITEC - NO MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE - RS (CREDITO EXTRAORDINARIO)						30.000.000	
			F	4	2	90	0	300	39.000.000
TOTAL - FISCAL								39.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								39.000.000	

ORGÃO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24205 - AGENCIA ESPACIAL BRASILEIRA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR	
0464		NACIONAL DE ATIVIDADES ESPACIAIS - PNAE						19.000.000	
ATIVIDADES									
19 128	0464 6260	FORMACAO DE ASTRONAUTAS						19.000.000	
19 128	0464 6260 0101	FORMACAO DE ASTRONAUTAS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)						19.000.000	
			F	3	2	90	0	300	19.000.000
TOTAL - FISCAL								19.000.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								19.000.000	

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24206 - INDUSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A.

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O D	I O	F U T E	VALOR
1113		NACIONAL DE ATIVIDADES NUCLEARES							25.300.000
		PROJETOS							
19 572	1113 1393	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO							25.300.000
19 572	1113 1393 0103	IMPLANTACAO DE UNIDADE DE ENRIQUECIMENTO DE URANIO - NO MUNICIPIO DE RESENDE - RJ (CREDITO EXTRAORDINARIO)							25.300.000
			F	4	2	90	0	650	25.300.000
		TOTAL - FISCAL							25.300.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							25.300.000

ORGAO : 24000 - MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA  
 UNIDADE : 24901 - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G M D	R P	M O D	I O	F U T E	VALOR
1388		CIENCIA, TECNOLOGIA E INOVACAO PARA A POLITICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMERCIO EXTERIOR (PITCE)							33.000.000
		ATIVIDADES							
19 572	1388 4053	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO)							33.000.000
19 572	1388 4053 0101	FOMENTO A PROJETOS INSTITUCIONAIS PARA PESQUISA NO SETOR AERONAUTICO (CT-AERONAUTICO) - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							33.000.000
			F	3	2	90	0	300	33.000.000
		TOTAL - FISCAL							33.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							33.000.000

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25101 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0773 GESTAO DA POLITICA DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA E CONTABIL DA UNIAO									7.500.000
			ATIVIDADES						
04 121	0773 2C38	MONITORAMENTO E AVALIACAO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO							7.500.000
04 121	0773 2C38 0101	MONITORAMENTO E AVALIACAO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.500.000
			F	3	2	90	0	300	7.500.000
TOTAL - FISCAL									7.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									7.500.000

ORGÃO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25914 - FUNDO DE GARANTIA A EXPORTACAO - FGE

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			F	D	D	D	E		
0412 DESENVOLVIMENTO DO COMERCIO EXTERIOR E DA CULTURA EXPORTADORA									8.328.400
			ATIVIDADES						
04 694	0412 6383	REMUNERACAO DE AGENTES PELA RECUPERACAO DE HAVERES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO DE CREDITO A EXPORTACAO							8.328.400
04 694	0412 6383 0101	REMUNERACAO DE AGENTES PELA RECUPERACAO DE HAVERES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO DE CREDITO A EXPORTACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.328.400
			F	3	2	90	0	380	8.328.400
TOTAL - FISCAL									8.328.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.328.400

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 UNIDADE : 30187 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0663 SEGURANCA PUBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS									1.900.000
ATIVIDADES									
06 128	0663 2524	CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL							1.900.000
06 128	0663 2524 0101	CAPACITACAO DO POLICIAL RODOVIARIO FEDERAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	350	1.900.000
TOTAL - FISCAL									1.900,000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.900.000

ORGAO : 30000 - MINISTERIO DA JUSTICA  
 UNIDADE : 30289 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZACAO DAS ATIVIDADES-FIN DA POLICIA FEDERAL

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R D	R P D	M O D	I U D	F T E	VALOR
0662 COMBATE A CRIMINALIDADE									12.000.000
ATIVIDADES									
06 181	0662 2726	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO							12.000.000
06 181	0662 2726 0101	PREVENCAO E REPRESSAO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVICOS E INTERESSES DA UNIAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	374	12.000.000
TOTAL - FISCAL									12.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL GERAL									12.000.000

ORGAO : 33000 - MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL  
 UNIDADE : 33201 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0083		PREVIDENCIA SOCIAL BASICA						116.964.480
PROJETOS								
09 271	0083 1F86	RECADASTRAMENTO PREVIDENCIARIO						116.964.480
09 271	0083 1F86 0101	RECADASTRAMENTO PREVIDENCIARIO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0 353	116.964.480
0750		APOIO ADMINISTRATIVO						28.100.000
ATIVIDADES								
09 122	0750 2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE						28.100.000
09 122	0750 2000 0485	ADMINISTRACAO DA UNIDADE - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0 351	28.100.000
TOTAL - FISCAL								0
TOTAL - SEGURIDADE								145.064.480
TOTAL - GERAL								145.064.480

ORGAO : 38008 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
 UNIDADE : 38101 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1329		PRIMEIRO EMPREGO						38.000.000
OPERACOES ESPECIAIS								
11 333	1329 0A23	QUALIFICACAO DE JOVENS COM VISTAS A INSERCAO NO MUNDO DO TRABALHO						28.442.928
11 333	1329 0A23 0101	QUALIFICACAO DE JOVENS COM VISTAS A INSERCAO NO MUNDO DO TRABALHO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 300	28.442.928
			F	4	2	90	0 300	5.000.000
11 333	1329 0688	ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS						1.800.000
11 333	1329 0688 0101	ESTIMULO FINANCEIRO AO EMPREGADOR PARA GERACAO DO PRIMEIRO EMPREGO DESTINADO A JOVENS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 300	1.800.000
ATIVIDADES								
11 333	1329 4788	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO ATENDIDOS PELAS LINHAS DA Acao DE QUALIFICACAO						7.757.072
11 333	1329 4788 0101	CONCESSAO DE AUXILIO-FINANCEIRO A JOVENS HABILITADOS AO PRIMEIRO EMPREGO ATENDIDOS PELAS LINHAS DA Acao DE QUALIFICACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0 300	7.757.072
TOTAL - FISCAL								38.000.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								38.000.000

ORGAO : 38000 - MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO  
UNIDADE : 36901 - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/Acao/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G R F	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR
0099 INTEGRACAO DAS POLITICAS PUBLICAS DE EMPREGO, TRABALHO E RENDA									182.000.000
ATIVIDADES									
11 333	0099 2550	ORIENTACAO PROFISSIONAL E INTERMEDIACAO DE MAO-DE-OBRA							51.000.000
11 333	0099 2550 0101	ORIENTACAO PROFISSIONAL E INTERMEDIACAO DE MAO-DE-OBRA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	S	3	2	90	0	380	51.000.000
			S	4	2	90	0	380	42.000.000
									9.000.000
11 332	0099 2553	IDENTIFICACAO DA POPULACAO POR MEIO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL - CTPS							7.000.000
11 332	0099 2553 0103	IDENTIFICACAO DA POPULACAO POR MEIO DA CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL - CTPS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							7.000.000
			S	3	2	90	0	380	7.000.000
11 126	0099 2624	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED							2.500.000
11 126	0099 2624 0103	CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS CAGED - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.500.000
			S	3	2	90	0	380	2.500.000
11 331	0099 2633	HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO							17.500.000
11 331	0099 2633 0103	HABILITACAO DO TRABALHADOR AO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							17.500.000
			S	3	2	90	0	380	17.500.000
11 123	0099 4783	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL							12.000.000
11 123	0099 4783 0103	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERADORES DO BENEFICIO ABONO SALARIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			S	3	2	90	0	380	12.000.000
11 123	0099 4784	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO							12.000.000
11 123	0099 4784 0101	REMUNERACAO DOS AGENTES PAGADORES E OPERACIONALIZACAO DO SEGURO-DESEMPREGO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.000.000
			S	3	2	90	0	380	12.000.000
0101 QUALIFICACAO SOCIAL E PROFISSIONAL									53.000.000
ATIVIDADES									
11 333	0101 4723	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES PARA MANUTENCAO DO EMPREGO E INCREMENTO DA RENDA							12.371.955
11 333	0101 4723 0103	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES PARA MANUTENCAO DO EMPREGO E INCREMENTO DA RENDA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							12.371.955
			S	3	2	90	0	380	12.371.955
11 333	0101 4728	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE ACOES DO SISTEMA PUBLICO DE EMPREGO E DE ECONOMIA SOLIDARIA							23.176.583
11 333	0101 4728 0101	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE ACOES DO SISTEMA PUBLICO DE EMPREGO E DE ECONOMIA SOLIDARIA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							23.176.583
			S	3	2	90	0	380	23.176.583
11 333	0101 4733	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE POLITICAS DE INCLUSAO SOCIAL							14.907.376
11 333	0101 4733 0101	QUALIFICACAO DE TRABALHADORES BENEFICIARIOS DE POLITICAS DE INCLUSAO SOCIAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							14.907.376
			S	3	2	90	0	380	14.907.376
11 333	0101 6405	IDENTIFICACAO E DISSEMINACAO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE QUALIFICACAO							2.544.086
11 333	0101 6405 0101	IDENTIFICACAO E DISSEMINACAO DE METODOLOGIAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS DE QUALIFICACAO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							2.544.086
			S	3	2	90	0	380	2.544.086



26 782	0220 2841 0143	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE PERNAMBUCO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.998.400
									3.900.800
26 782	0220 2841 0145	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE ALAGOAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	3.900.800
									2.438.800
26 782	0220 2841 0147	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE SERGIPE (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.438.800
									1.962.000
26 782	0220 2841 0149	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	1.962.000
									4.948.400
26 782	0220 2841 0151	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	4.948.400
									9.644.000
26 782	0220 2841 0153	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	9.644.000
									2.395.200
26 782	0220 2841 0155	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.395.200
									2.582.800
26 782	0220 2841 0157	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE SAO PAULO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.582.800
									1.885.600
26 782	0220 2841 0159	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	1.885.600
									2.702.400
26 782	0220 2841 0163	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	2.702.400
									4.248.400
26 782	0220 2841 0165	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	4.248.400
									5.710.800
26 782	0220 2841 0167	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	5.710.800
									4.059.600
26 782	0220 2841 0169	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO DISTRITO FEDERAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	4.059.600
									704.800
26 782	0220 2841 0171	CONSERVACAO PREVENTIVA E ROTINEIRA DE RODOVIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	704.800
									5.028.000
			F	4	2	90	0	311	5.028.000
<b>0229 CORREDOR SAO FRANCISCO</b>									<b>22.000.000</b>
		<b>PROJETOS</b>							
26 782	0229 1F74	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA PI/BA - DIVISA BA/MG - NA BR-135 - NO ESTADO DA BAHIA							22.000.000
26 782	0229 1F74 0101	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA PI/BA - DIVISA BA/MG - NA BR-135 - NO ESTADO DA BAHIA - NO ESTADO DA BAHIA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	22.000.000
									22.000.000
<b>0233 CORREDOR MERCOSUL</b>									<b>3.000.000</b>
		<b>PROJETOS</b>							
26 782	0233 1F80	RECUPERACAO DE PONTE SOBRE O RIO CAPIVARI - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA							3.000.000
26 782	0233 1F80 0101	RECUPERACAO DE PONTE SOBRE O RIO CAPIVARI - NA BR-116 - NO ESTADO DO PARANA - NO ESTADO DO PARANA (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	4	2	90	0	311	3.000.000
									3.000.000
<b>0235 CORREDOR NORDESTE</b>									<b>8.000.000</b>



		PROJETOS							
26 782	0235 1234	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - JOAO PESSOA - CAMPINA GRANDE - NA BR-230 - NO ESTADO DA PARAIBA							8.000.000
26 782	0235 1236 0105	ADEQUACAO DE TRECHO RODOVIARIO - JOAO PESSOA - CAMPINA GRANDE - NA BR-230 - NO ESTADO DA PARAIBA - NO ESTADO DA PARAIBA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							8.000.000
									F 4 2 90 0 311
<b>0236 CORREDOR OESTE-NORTE</b>									<b>20.000.000</b>
		PROJETOS							
26 781	0236 1F76	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - SAO VICENTE - ENTRONCAMENTO MT-361 - NA BR-364 - NO ESTADO DE MATO GROSSO							20.000.000
26 782	0236 1F76 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - SAO VICENTE - ENTRONCAMENTO MT-361 - NA BR-364 - NO ESTADO DE MATO GROSSO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							20.000.000
									F 4 2 90 0 311
<b>0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS</b>									<b>60.700.000</b>
		PROJETOS							
26 782	0237 1F75	CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO GO-174 (APARECIDA DO RIO CLARO) -							40.000.000
26 782	0237 1F75 0101	DIVISA GO/MT (ARAGARCAS) - NA BR-070 - NO ESTADO DE GOIAS CONSTRUCAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO GO-174 (APARECIDA DO RIO CLARO) - DIVISA GO/MT (ARAGARCAS) - NA BR-070 - NO ESTADO DE GOIAS - NO ESTADO DE GOIAS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							40.000.000
									F 4 2 90 0 311
26 782	0237 1F79	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-010/380 - ENTRONCAMENTO PA-402 (ANANINDEUA) - NA BR-316 - NO ESTADO DO PARA							1.500.000
26 782	0237 1F79 0101	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTRONCAMENTO BR-010/380 - ENTRONCAMENTO PA-402 (ANANINDEUA) - NA BR-316 - NO ESTADO DO PARA - NO ESTADO DO PARA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.500.000
									F 4 2 90 0 311
26 782	0237 *F81	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA EM ARAGUAINA - NA BR-153 - NO ESTADO DO TOCANTINS							18.000.000
26 782	0237 1F81 0101	ADEQUACAO DE TRAVESSIA URBANA EM ARAGUAINA - NA BR-153 - NO ESTADO DO TOCANTINS - NO ESTADO DE TOCANTINS (CREDITO EXTRAORDINARIO)							18.000.000
									F 4 2 90 0 311
26 782	0237 1F82	RECUPERACAO DE PONTE SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS - NA BR-135 - NO ESTADO DO MARANHAO							1.200.000
26 782	0237 1F82 0101	RECUPERACAO DE PONTE SOBRE O ESTREITO DOS MOSQUITOS - NA BR-135 - NO ESTADO DO MARANHAO - NO ESTADO DO MARANHAO (CREDITO EXTRAORDINARIO)							1.200.000
									F 4 2 90 0 311
<b>0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE</b>									<b>9.500.000</b>
		PROJETOS							
26 782	0238 7462	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO ACRE (FRONTEIRA BRASIL/PERU) - NA BR-317 - NO ESTADO DO ACRE							9.500.000
26 782	0238 7462 0103	CONSTRUCAO DE PONTE SOBRE O RIO ACRE (FRONTEIRA BRASIL/PERU) - NA BR-317 - NO ESTADO DO ACRE - NO ESTADO DO ACRE (CREDITO EXTRAORDINARIO)							9.500.000
									F 4 2 90 0 311
<b>TOTAL - FISCAL</b>									<b>230.994.600</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>									<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>									<b>230.994.600</b>

ORÇAO : 47800 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
UNIDADE : 47101 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		<b>0602 GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL E DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO</b>							<b>7.500.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
04 121	0802 2C38	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO							7.500.000
04 121	0802 2C38 0101	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS DE INVESTIMENTO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	7.500.000
		<b>1088 GESTÃO PÚBLICA PARA UM BRASIL DE TODOS</b>							<b>14.300.000</b>
		<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>							
04 846	1088 0684	APOIO A MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS - PROMOEIX							14.300.000
04 846	1088 0684 0101	APOIO A MODERNIZAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASILEIROS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	30	0	148	7.760.069
			F	3	2	40	0	148	1.417.607
			F	3	2	90	2	300	256.457
			F	4	2	30	0	148	4.167.067
			F	4	2	40	0	148	672.187
			F	4	2	90	0	148	26.613
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>21.800.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>21.800.000</b>

ORÇAO : 47000 - MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO  
UNIDADE : 47205 - FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
		<b>1059 REENSEAMENTOS GERAIS</b>							<b>75.994.000</b>
		<b>PROJETOS</b>							
04 121	1059 1A91	CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2006							47.954.000
04 121	1059 1A91 0101	CONTAGEM DA POPULAÇÃO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	47.954.000
			F	4	2	90	0	300	17.200.000
			F	4	2	90	0	300	30.754.000
04 121	1059 1779	CENSO AGROPECUARIO 2006							28.040.000
04 121	1059 1779 0101	CENSO AGROPECUARIO 2006 - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	28.040.000
			F	4	2	90	0	300	11.040.000
			F	4	2	90	0	300	17.000.000
		<b>TOTAL - FISCAL</b>							<b>75.994.000</b>
		<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>							<b>0</b>
		<b>TOTAL - GERAL</b>							<b>75.994.000</b>

ORÇAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52101 - MINISTERIO DA DEFESA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1057		COMUNICACOES, COMANDO, CONTROLE E INTELIGENCIA NAS FORCAS ARMADAS							5.300.000
PROJETOS									
05 122	1057 1489	IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORCAS SINGULARES							5.300.000
03 122	1057 1489 0101	IMPLANTACAO DE CENTROS DE OPERACOES DO COMANDO SUPREMO E FORCAS SINGULARES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	300		1.600.000
			F 4	2	90	0	300		3.700.000
TOTAL - FISCAL									5.300.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									5.300.000

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 52111 - COMANDO DA AERONAUTICA

ANEXO			CREDITO EXTRAORDINARIO						
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)			RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00						
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0621		ADESTRAMENTO E OPERACOES MILITARES DA AERONAUTICA							271.000.000
ATIVIDADES									
05 151	0621 2048	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO							51.000.000
05 151	0621 2048 0101	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONAUTICO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	300		51.000.000
05 151	0621 2868	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES							228.000.000
05 151	0621 2868 0103	MANUTENCAO E SUPRIMENTO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 3	2	90	0	300		220.000.000
0627		TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL							45.000.000
PROJETOS									
05 572	0627 3122	DESENVOLVIMENTO DO AM-X							45.000.000
05 572	0627 3122 0101	DESENVOLVIMENTO DO AM-X - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 4	2	90	0	300		45.000.000
0632		REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA FORCA AEREA BRASILEIRA							218.000.000
PROJETOS									
05 151	0632 3113	AQUISICAO DE AERONAVES							210.000.000
05 151	0632 3113 0101	AQUISICAO DE AERONAVES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F 4	2	90	0	300		210.000.000
TOTAL - FISCAL									526.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									526.000.000

ORCAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52121 - COMANDO DO EXERCITO

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	V	L	O	R	D	E	VALOR
<b>0628 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DO EXERCITO BRASILEIRO</b>																<b>23.000.000</b>
PROJETOS																
05 153	0628 1F73	AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES														23.000.000
05 153	0628 1F73 0101	AQUISICAO DE MEIOS TERRESTRES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)														23.000.000
			F	4	2	90	0	300								23.000.000
<b>0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS</b>																<b>31.000.000</b>
OPERACOES ESPECIAIS																
05 846	0909 0219	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL														31.000.000
05 846	0909 0219 0101	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - REESTRUTURACAO DA INDUSTRIA DE MATERIAL BELICO DO BRASIL - IMBEL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)														31.000.000
			F	5	2	90	0	300								31.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																<b>54.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																<b>54.000.000</b>

ORCAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
UNIDADE : 52131 - COMANDO DA MARINHA

ANEXO

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	G	R	M	I	F	V	L	O	R	D	E	VALOR
<b>0626 REAPARELHAMENTO E ADEQUACAO DA MARINHA DO BRASIL</b>																<b>12.400.000</b>
PROJETOS																
05 152	0626 1949	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS														12.400.000
05 152	0626 1949 0101	OBTENCAO DE SISTEMAS OPERATIVOS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)														12.400.000
			F	4	2	90	0	300								12.400.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>																<b>12.400.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>																<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>																<b>12.400.000</b>

ORGAO : 52000 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 52133 - SECRETARIA DA COMISSAO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0472 PROANTAR									10.000.000
ATIVIDADES									
05 571	0472 2345	MISSAO ANTARTICA							10.000.000
05 571	0472 2345 0101	MISSAO ANTARTICA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	300	10.000.000
			F	4	2	90	0	300	6.000.000
TOTAL - FISCAL									10.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									10.000.000

ORGAO : 51009 - MINISTERIO DA DEFESA  
 UNIDADE : 51201 - AGENCIA NACIONAL DE AVIACAO CIVIL - ANAC

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIACAO CIVIL									79.004.680
OPERACOES ESPECIAIS									
05 128	0630 0B09	APOIO A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL							2.285.977
05 128	0630 0B09 0101	APOIO A AEROCLUBES E ESCOLAS DE AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	2.285.977
05 845	0630 0628	SUPLEMENTACAO TARIFARIA A AVIACAO REGIONAL							671.529
05 845	0630 0628 0101	SUPLEMENTACAO TARIFARIA A AVIACAO REGIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	60	0	372	671.529
ATIVIDADES									
05 122	0630 2272	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA							37.653.289
05 122	0630 2272 0153	GESTAO E ADMINISTRACAO DO PROGRAMA - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	1	1	90	0	380	5.986.000
			F	3	2	90	0	376	23.851.985
			F	4	2	90	0	376	7.815.304
05 125	0630 2880	AVALIACAO MEDICA PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL							1.632.838
05 125	0630 2880 0101	AVALIACAO MEDICA PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)	F	3	2	90	0	376	1.453.226
			F	4	2	90	0	376	179.612

05 125	0630 2912	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL								8.606.131
05 125	0630 2912 0101	FISCALIZACAO DA AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								8.606.131
			F 3	2	90	0	376			8.606.131
05 126	0630 2924	SISTEMA DE INFORMACOES PARA CONTROLE DA AVIACAO CIVIL								13.379.706
05 126	0630 2924 0101	SISTEMA DE INFORMACOES PARA CONTROLE DA AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								13.379.706
			F 3	2	90	0	376			10.682.124
			F 4	2	90	0	376			2.697.585
05 125	0630 2925	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO								2.410.555
05 125	0630 2925 0101	HOMOLOGACAO, REGISTRO E CONTROLE DE EMPRESAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL ESPECIALIZADO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								2.410.555
			F 3	2	90	0	376			2.410.555
05 128	0630 2926	FORMACAO DE INSPETORES E TECNICOS PARA A AVIACAO CIVIL								6.286.838
05 128	0630 2926 0101	FORMACAO DE INSPETORES E TECNICOS PARA A AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								6.286.838
			F 3	2	90	0	376			4.715.129
			F 4	2	90	0	376			1.571.709
		PROJETOS								
05 151	0630 3115	AQUISICAO DE AERONAVES E SIMULADORES PARA ATENDIMENTO AOS AEROCUBES								1.884.000
05 151	0630 3115 0101	AQUISICAO DE AERONAVES E SIMULADORES PARA ATENDIMENTO AOS AEROCUBES - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.884.000
			F 4	7	00	0	376			1.884.000
05 781	0630 3121	CONSTRUCAO E REFORMA DE INSTALACOES PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL								4.193.817
05 781	0630 3121 0101	CONSTRUCAO E REFORMA DE INSTALACOES PARA O SISTEMA DE AVIACAO CIVIL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								4.193.817
			F 4	2	90	0	376			4.193.817
<b>0681 GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS</b>										<b>2.731.608</b>
		OPERACOES ESPECIAIS								
05 212	0681 0185	CONTRIBUICAO A COMISSAO LATINO-AMERICANA DE AVIACAO CIVIL - CLAC								108.600
05 212	0681 0185 0101	CONTRIBUICAO A COMISSAO LATINO-AMERICANA DE AVIACAO CIVIL - CLAC - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								108.600
			F 3	2	80	0	376			108.600
05 212	0681 0186	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DE AVIACAO CIVIL INTERNACIONAL - OACI								2.482.728
05 212	0681 0186 0101	CONTRIBUICAO A ORGANIZACAO DE AVIACAO CIVIL INTERNACIONAL - OACI - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								2.482.728
			F 3	2	80	0	376			2.482.728
05 212	0681 0568	CONTRIBUICAO AO SISTEMA REGIONAL PARA VIGILANCIA DA SEGURANCA OPERACIONAL								140.280
05 212	0681 0568 0101	CONTRIBUICAO AO SISTEMA REGIONAL PARA VIGILANCIA DA SEGURANCA OPERACIONAL - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								140.280
			F 3	2	80	0	376			140.280
<b>0750 APOIO ADMINISTRATIVO</b>										<b>1.314.000</b>
		OPERACOES ESPECIAIS								
05 122	0750 09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS								1.314.000
05 122	0750 09HB 0125	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)								1.314.000
			F 1	0	90	0	380			1.314.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>										<b>83.050.288</b>
<b>TOTAL SEGURIDADE</b>										<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>										<b>83.050.288</b>

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL  
 UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNÇ	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	I	F	VALOR
<b>1047 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTAVEL DO SEMI-ARIDO - CONVIVER</b>											<b>1.300.000</b>
		<b>PROJETOS</b>									
18 544	1047 5890	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE CATARINA COM 20 KM NO ESTADO DO CEARA (PROAGUA SEMI-ARIDO)									1.300.000
18 544	1047 5890 0103	IMPLANTACAO DO SISTEMA ADUTOR DE CATARINA COM 20 KM NO ESTADO DO CEARA (PROAGUA SEMI-ARIDO) - NO MUNICIPIO DE CATARINA - CE (CREDITO EXTRAORDINARIO)									1.300.000
			F	4	2	30	0	315			1.300.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>											<b>1.300.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>											<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>											<b>1.300.000</b>

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES  
 UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO CREDITO EXTRAORDINARIO  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1, 00

FUNÇ	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	S	N	P	M	O	I	F	VALOR
<b>0310 GESTAO DA POLITICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>											<b>25.000.000</b>
		<b>OPERACOES ESPECIAIS</b>									
15 451	0310 0816	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO									25.000.000
15 451	0310 0816 0101	APOIO A POLITICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - NACIONAL (CREDITO EXTRAORDINARIO)									25.000.000
			F	4	2	30	0	300			25.000.000
<b>TOTAL - FISCAL</b>											<b>25.000.000</b>
<b>TOTAL - SEGURIDADE</b>											<b>0</b>
<b>TOTAL - GERAL</b>											<b>25.000.000</b>





**MENSAGEM Nº 223, DE 2006**

EM nº 57/2006 – MP

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Brasília, 10 de abril de 2006

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 290, de 12 de abril de 2006, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00, para os fins que especifica.”

Brasília, 12 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,  
1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Proposta de Medida Provisória que abre, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, crédito extraordinário, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais), conforme discriminado no quadro a seguir:

Órgão	R\$ 1,00 Suplementação
- Presidência da República	40.008.241
- Ministério da Ciência e Tecnologia	116.300.000
- Ministério da Fazenda	15.828.400
- Ministério da Justiça	13.900.000
- Ministério da Previdência Social	145.064.480
- Ministério do Trabalho e Emprego	200.000.000
- Ministério dos Transportes	230.994.600
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	97.794.000
- Ministério da Defesa	690.750.288
- Ministério da Integração Nacional	1.300.000
- Ministério das Cidades	112.018.774
- Encargos Financeiros da União	111.890.475
<b>Total</b>	<b>1.775.849.258</b>

2. O presente crédito extraordinário tem por finalidade dar condições orçamentária e financeira para o desenvolvimento de ações de governo que envolvem investimentos, cuja postergação de início, paralisação, descontinuidade ou atraso de pagamento resultarão em rompimento de contratos com a conseqüente cobrança de multas, desmobilização de canteiros de obras e de equipes ou interrupção de processos de produção, o que provocaria aumento de custos, perda de recursos e descrédito do ente público. Ademais, visa garantir eventuais ajustes em programações de despesas de pessoal e de outras despesas correntes revestidas de caráter inadiável e relevante, cuja necessidade não se verificou quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2006 – PLOA-2006.

3. Em relação à Presidência da República, os recursos destinam-se ao custeio de ações de comunicação de governo e de inteligência; à realização de investimentos; e ao funcionamento, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do serviço de utilidade pública para o recebimento de denúncias de violências contra as mulheres, cuja paralisação é iminente em virtude da impossibilidade de renovação do contrato.

4. No que tange ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o crédito tem por finalidade a viabilização da continuidade das obras de construção da sede do Cen-

tro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, em Porto Alegre – RS, cuja interrupção da obra pode comprometer o projeto, tendo em vista que o mesmo envolve a construção de uma “sala limpa”, ambiente que requer altos índices de esterilidade para a realização de atividades voltadas à fabricação de semicondutores para utilização em produtos eletrônicos; o pagamento à Agência Espacial Russa pela formação e a viagem ao espaço do astronauta brasileiro; a continuidade da implantação da unidade de enriquecimento de urânio por parte das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; e o fomento a projeto de pesquisa no setor aeronáutico, desenvolvido em parceria com a África do Sul.

5. Para o Ministério da Fazenda, os recursos destinam-se a assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração direta; e a viabilizar o pagamento de remuneração e de despesas operacionais à seguradora responsável pela recuperação de créditos do seguro à exportação, de forma a permitir a continuidade dessas atividades, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

6. No que se refere ao Ministério da Justiça, o crédito destina-se a atender as despesas com a formação de diversos policiais federais aprovados em concurso público, cujo curso encontra-se em andamento;

e honrar compromisso com o pagamento de parcela da aeronave adquirida pela Polícia Federal para o desenvolvimento de suas atividades, sobretudo no apoio logístico das operações especiais.

7. Em relação ao Ministério da Previdência Social, os recursos destinam-se à realização do recadastramento previdenciário e à implantação da Central de Atendimento da Previdência Social. A relevância e a urgência decorrem do comprometimento dos serviços prestados pela Previdência Social, tendo em vista que tanto a realização do recadastramento quanto a implantação da Central de Atendimento foram definidos após o envio do PLOA-2006 ao Congresso Nacional.

8. Os recursos em favor do Ministério do Trabalho e Emprego tem por finalidade possibilitar a manutenção e a continuidade dos serviços prestados à sociedade por meio dos Programas de Qualificação Social e Profissional, Primeiro Emprego, Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda e Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. A paralisação de tais serviços prejudicaria a população, principalmente a de baixa renda.

9. O crédito em favor do Ministério dos Transportes visa permitir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT a realização de serviços de conservação e de recuperação da malha rodoviária, além da conclusão de diversas obras no modal rodoviário, revestidas de caráter de extrema urgência e relevância, com o objetivo de proporcionar maior segurança e condições de trafegabilidade a seus usuários; evitar o aumento do custo dos transportes de carga e de passageiros, com sérios danos às economias locais, decorrente do aumento de gargalos logísticos; e minimizar possíveis prejuízos ao erário decorrentes dos altos custos de desmobilização de canteiros.

10. O crédito ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destina-se a viabilizar a transferência de recursos aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, com vistas à implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros –PROMOEX e assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração direta; e a implementação do Censo Agropecuário e de Contagem da População, de grande relevância para a atualização de informações da realidade agropecuária e populacional, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

11. Com relação ao Ministério da Defesa, os recursos destinam-se à realização de ações de Combate à ameaça da “Gripe Aviária” no País; ao desenvolvimento do caça A-MX, à aquisição de aeronaves, de combustíveis e de material aeronáutico para o Comando da

Aeronáutica, com o objetivo de dar seqüência ao seu reaparelhamento, bem como permitir o cumprimento de horas-vôo mínimas para o atendimento de sua missão institucional; à reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, de forma a possibilitar a implementação de medidas inadiáveis de recuperação do seu parque fabril e modernização de gestão; ao pagamento de parcela pela aquisição de meios terrestres para o Exército e de sistemas operativos para a Marinha; à recuperação emergencial da Estação Antártica Comandante Ferraz, cujas obras precisam ser realizadas antes do período climático adverso, sob risco de interrupção das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Brasil; e ao funcionamento e ao pagamento de pessoal da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, criada por meio da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e instituída por meio do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, não contemplada com recursos orçamentários no PLOA-2006.

12. No tocante ao Ministério da Integração Nacional, os recursos têm por finalidade a conclusão do Projeto do Sistema Adutor de Catarina, no Estado do Ceará, cuja postergação poderá resultar na desmobilização de canteiros de obras e de equipes, o que provocaria aumento de custos, perda de recursos e descrédito do ente público. Ademais, a presente medida objetiva garantir o adequado abastecimento de água à população residente no município de Catarina, suprido de forma insuficiente e precária.

13. A abertura do crédito em favor do Ministério das Cidades visa possibilitar a execução de obras emergenciais para o equacionamento de uma vila de palafitas, no Estado do Tocantins, que, devido ao estado de precariedade em que se encontra, apresenta riscos iminentes de avarias. Destina-se, ainda, ao cumprimento de contratos já celebrados e a integralidade da execução de investimentos não dimensionados anteriormente, com vistas à conclusão da implementação dos Sistemas de Trens Urbanos de Belo Horizonte - MG e de Recife - PE.

14. No âmbito de Encargos Financeiros da União, o crédito destina-se ao atendimento de despesas urgentes, não-previstas no PLOA-2006, decorrentes da remuneração de agentes financeiros pela realização do Recadastramento Previdenciário em 2006, cujo principal objetivo é reduzir o pagamento indevido de benefícios. Esta solicitação faz-se necessária, tendo em vista que neste ano serão convocados para participar do recadastramento cerca de 14,9 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

15. Portanto, urge a iniciativa do Governo Federal de forma a evitar a paralisação dos serviços prestados à

população, em especial à de baixa renda; os prejuízos patrimoniais e financeiros ao Erário; os reflexos negativos às economias locais; e o aumento dos custos produtivos.

16. Destaca-se ainda que, a despeito de o art. 74 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 – LDO-2006, dispor sobre a execução provisória de determinadas despesas que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, em face da não-aprovação do PLOA-2006, não há dispositivo legal aplicável às dotações destinadas a investimentos.

17. Desse modo, a relevância das ações contempladas por esse crédito extraordinário e a impossibilidade de postergação das mesmas, sob pena de graves conseqüências, constituem as circunstâncias que levaram à proposição da presente Medida Provisória.

18. Esclareça-se que a proposição está em conformidade com o disposto no com o § 3º do art. 167, da Constituição.

19. Nessas condições, e tendo em vista a urgência e relevância da matéria, submeto à consideração de Vossa Excelência a anexa Proposta de Medida Provisória.

Respeitosamente, Paulo Bernardo Silva.

OF. Nº 380/06/PS-GSE

Brasília, 9 de junho de 2006

Assunto: envio de mpv para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à consideração do Senado Federal, a inclusa Medida Provisória nº 290, de 2006, do Poder Executivo, aprovada na Sessão Plenária do dia 07-06-06, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinqüenta e oito reais) para os fins que especifica”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida Medida Provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

<b>MPV Nº 290</b>	
Publicação no DO	12-4-2006 (Ed. Extra)
Emendas	até 18-4-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	12-4-2006 a 25-4-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	25-4-2006
Prazo na CD	de 26-4-2006 a 9-5-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	9-5-2006
Prazo no SF	10-5-2006 a 23-5-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	23-5-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	24-5-2006 a 26-5-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	27-5-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	10-6-2006 (60 dias)
(*) Prazo prorrogado	23-8-2006
(*)Prazo prorrogado pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 24, de 2006 – DO de 2-6-2006	

<b>MPV Nº 290</b>	
Votação na Câmara dos Deputados	7-6-2006
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

**PARECER DO RELATOR, PROFERIDO NO  
PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM  
SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA DE  
PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS  
E FISCALIZAÇÃO, À MEDIDA PROVISÓRIA  
Nº 290, DE 2006, E EMENDAS.**

**O SR. SANDRO MABEL** (PL – GO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este parecer dispõe sobre a Medida Provisória nº 290, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00, para os fins que especifica”.

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 30/2006-CN, a Medida Provisória nº 290, de 12 de abril de 2006, que abre crédito extraordinário em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor já referido.

De acordo com a exposição de motivos do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito extraordinário tem por finalidade dar condições orçamentária e financeira para o desenvolvimento de ações de governo que envolvem investimentos cuja postergação de início, paralisação, descontinuidade ou atraso de pagamento resultariam em rompimento de contratos, com a conseqüente cobrança de multas, desmobilização de canteiros de obras, perda de recursos e descrédito do ente público. Segundo a exposição, a MP visa, ademais, garantir eventuais ajustes em programações de despesas de pessoal e de outras despesas correntes revestidas de caráter inadiável e relevante, cuja necessidade não se verificou quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2006.

De conformidade com a exposição de motivos, o crédito tem as seguintes finalidades em cada órgão contemplado na medida provisória.

Em relação à Presidência da República, os recursos destinam-se ao custeio de ações de comunicação de governo e de inteligência; à realização de investimentos; e ao funcionamento, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, entre outros.

No que tange ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o crédito tem por finalidade a viabilização da continuidade das obras de construção da sede do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, em Porto Alegre, cuja interrupção poderia comprometer o projeto, tendo em vista que este evolue a construção de uma “sala limpa”, ambiente que requer altos índices de esterilidade para a realização de atividades voltadas à fabricação de semicondutores para utilização em produtos eletrônicos.

Para o Ministério da Fazenda, os recursos destinam-se a assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração Direta.

No que se refere ao Ministério da Justiça, o crédito destina-se a atender às despesas com a formação de diversos policiais federais.

Em relação ao Ministério da Previdência Social, os recursos destinam-se à realização do recadastramento previdenciário e à implantação da Central de Atendimento da Previdência Social.

Os recursos em favor do Ministério do Trabalho e Emprego têm por finalidade possibilitar a manutenção e a continuidade dos serviços prestados à sociedade por meio dos Programas de Qualificação Social e Profissional, Primeiro Emprego, Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda e Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda.

O crédito em favor do Ministério dos Transportes visa permitir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT a realização de serviços de conservação e de recuperação da malha rodoviária, entre outras obras.

O crédito ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destina-se a viabilizar a transferência de recursos aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, com vistas à implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros, entre outros.

Relativamente ao Ministério da Defesa, os recursos destinam-se à realização de ações de combate à ameaça da gripe aviária no País; ao desenvolvimento do caça A-MX, à aquisição de aeronaves, de combustíveis e de material aeronáutico para o Comando da Aeronáutica, com o objetivo de dar seqüência ao seu reaparelhamento.

No tocante ao Ministério da Integração Nacional, os recursos têm por finalidade a conclusão do Projeto do Sistema Adutor de Catarina, no Estado do Ceará.

A abertura do crédito em favor do Ministério das Cidades visa possibilitar a execução de obras emergenciais para o equacionamento de uma vila de palafitas, no Estado do Tocantins, que apresenta riscos iminentes de avarias, devido ao estado de precariedade em que se encontra.

No âmbito de Encargos Financeiros da União, o crédito destina-se ao atendimento de despesas urgentes dessa rubrica.

Destaca a exposição de motivos, adicionalmente, que a relevância das ações contempladas pelo crédito extraordinário e a impossibilidade de sua postergação, sob pena de graves conseqüências, constituem as

circunstâncias que levaram à proposição da Medida Provisória nº 290/2006, em análise.

Foram apresentadas 155 emendas à medida provisória em exame no prazo regimental.

É o relatório.

Voto do Relator.

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

Dos aspectos constitucionais e pressupostos de relevância e urgência.

Do exame da medida provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade, prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

Da adequação financeira e orçamentária.

Quanto à adequação financeira e orçamentária, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais.

Do mérito.

O crédito extraordinário visa à realização de obras relevantes que demandam uma ação imediata do Governo Federal e cuja postergação ensejaria graves conseqüências.

Portanto, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator nada tem a objetar.

Do cumprimento da Resolução nº 1, de 2002-CN (§ 1º do art. 2º).

A Exposição de Motivos nº 57/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, acerca da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da medida provisória.

Das emendas.

A matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza, e sua edição remete a um fato consumado, de despesas de realização imediata ou que podem realizar-se até a ultimação de sua tramitação no Congresso Nacional. Por conseguinte, com o fito de evitar a descaracterização da iniciativa original da medida provisória e o risco da insuficiência de recursos remanescentes para a execução de eventual pro-

gramação aprovada por meio de emenda parlamentar, somos pela rejeição das Emendas nºs 1 a 155.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 290, de 2006, na forma editada pelo Poder Executivo.

*PARECER ESCRITO ENCAMINHADO  
À MESA*

## **PARECER Nº**

**Dispõe sobre a Medida Provisória nº 290, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00, para os fins que especifica”.**

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Sandro Mabel**

### **I – Relatório**

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 30/2006-CN (nº 223/2006, na origem), a Medida Provisória (MP) nº 290, de 12 de abril de 2006, que abre crédito extraordinário em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais), para os fins que especifica.

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) nº 57/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito extraordinário tem por finalidade dar condições orçamentária e financeira para o desenvolvimento de ações de governo que envolvem investimentos cuja postergação de início, paralisação, descontinuidade ou atraso de pagamento resultariam em rompimento de contratos, com a conseqüente cobrança de multas, desmobilização de canteiros de obras, perda de recursos e descrédito do ente público. Segundo a Exposição, a MP visa, ademais, garantir eventuais ajustes em programações de despesas de pessoal e de outras despesas correntes revestidas de caráter inadiável e relevante, cuja necessidade não se verificou quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2006 (PLOA/2006).

De conformidade com a EM nº 57/2006/MP, o crédito tem as seguintes finalidades em cada Órgão contemplado na Medida Provisória.

Em relação à Presidência da República, os recursos destinam-se ao custeio de ações de comunicação de governo e de inteligência; à realização de investimentos; e ao funcionamento, no âmbito da Secretaria

ria Especial de Políticas para as Mulheres, do serviço de utilidade pública para o recebimento de denúncias de violências contra as mulheres, cuja paralisação é iminente em virtude da impossibilidade de renovação do contrato.

No que tange ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o crédito tem por finalidade a viabilização da continuidade das obras de construção da sede do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, em Porto Alegre – RS, cuja interrupção poderia comprometer o projeto, tendo em vista que este envolve a construção de uma “sala limpa”, ambiente que requer altos índices de esterilidade para a realização de atividades voltadas à fabricação de semicondutores para utilização em produtos eletrônicos. No âmbito desse Ministério, visa o crédito, ainda, ao pagamento à Agência Espacial Russa, pela formação e a viagem ao espaço do astronauta brasileiro; a continuidade da implantação da unidade de enriquecimento de urânio por parte das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; e ao fomento a projeto de pesquisa no setor aeronáutico, desenvolvido em parceria com a África do Sul.

Para o Ministério da Fazenda, os recursos destinam-se a assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração Direta; e a viabilizar o pagamento de remuneração e de despesas operacionais à seguradora responsável pela recuperação de créditos do seguro à exportação, de forma a permitir a continuidade dessas atividades, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

No que se refere ao Ministério da Justiça, o crédito destina-se a atender as despesas com a formação de diversos policiais federais aprovados em concurso público, cujo curso encontra-se em andamento; e honrar compromisso com o pagamento de parcela da aeronave adquirida pela Polícia Federal para o desenvolvimento de suas atividades, sobretudo no apoio logístico das operações especiais.

Em relação ao Ministério da Previdência Social, os recursos destinam-se à realização do recadastramento previdenciário e à implantação da Central de Atendimento da Previdência Social. A relevância e a urgência decorrem do comprometimento dos serviços prestados pela Previdência Social, tendo em vista que tanto a realização do recadastramento quanto a implantação da Central de Atendimento foram definidos após o envio do PLOA/2006 ao Congresso Nacional.

Os recursos em favor do Ministério do Trabalho e Emprego têm por finalidade possibilitar a manutenção e a continuidade dos serviços prestados à sociedade por meio dos Programas de Qualificação Social e Profissional, Primeiro Emprego, Gestão da Políti-

ca de Trabalho, Emprego e Renda e Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. A paralisação de tais serviços prejudicaria a população, principalmente a de baixa renda.

O crédito em favor do Ministério dos Transportes visa permitir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT a realização de serviços de conservação e de recuperação da malha rodoviária, além da conclusão de diversas obras no modal rodoviário, revestidas de caráter de extrema urgência e relevância. Objetiva, assim, proporcionar maior segurança e condições de trafegabilidade a seus usuários; evitar o aumento do custo dos transportes de carga e de passageiros, com sérios danos às economias locais, decorrente do aumento de gargalos logísticos; e minimizar possíveis prejuízos ao Erário decorrentes dos altos custos de desmobilização de canteiros.

O crédito ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destina-se a viabilizar a transferência de recursos aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, com vistas à implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEX; a assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração Direta e a implementar do Censo Agropecuário e de Contagem da População, de grande relevância para a atualização de informações da realidade agropecuária e populacional, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ainda segundo a EM nº 57/2006/MP, relativamente ao Ministério da Defesa, os recursos destinam-se à realização de ações de combate à ameaça da “gripe aviária” no País; ao desenvolvimento do caça A-MX, à aquisição de aeronaves, de combustíveis e de material aeronáutico para o Comando da Aeronáutica, com o objetivo de dar seqüência ao seu reaparelhamento, bem como permitir o cumprimento de horas-vôo mínimas para o atendimento de sua missão institucional; à reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, de forma a possibilitar a implementação de medidas inadiáveis de recuperação do seu parque fabril e modernização de gestão; ao pagamento de parcela pela aquisição de meios terrestres para o Exército e de sistemas operativos para a Marinha; à recuperação emergencial da Estação Antártica Comandante Ferraz, cujas obras precisam ser realizadas antes do período climático adverso, sob risco de interrupção das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Brasil; e ao funcionamento e ao pagamento de pessoal da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, criada por meio da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e instituída por meio do Decreto nº 5.731, de 20 de março de

2006, não contemplada com recursos orçamentários no PLOA/2006.

No tocante ao Ministério da Integração Nacional, os recursos tem por finalidade a conclusão do Projeto do Sistema Adutor de Catarina, no Estado do Ceará, cuja postergação poderá resultar na desmobilização de canteiros de obras e de equipes, o que provocaria aumento de custos, perda de recursos e descrédito do ente público. Ademais, a presente medida objetiva garantir o adequado abastecimento de água à população residente no município de Catarina, suprido de forma insuficiente e precária.

A abertura do crédito em favor do Ministério das Cidades visa possibilitar a execução de obras emergenciais para o equacionamento de uma vila de palafitas, no Estado do Tocantins, que apresenta riscos iminentes de avarias, devido ao estado de precariedade em que se encontra. Destina-se, ainda, ao cumprimento de contratos já celebrados e à integralidade da execução de investimentos não dimensionados anteriormente, com vistas à conclusão da implementação dos Sistemas de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG e de Recife – PE.

No âmbito do Órgão 71000 – Encargos Financeiros da União, o crédito destina-se ao atendimento de despesas urgentes, não previstas no PLOA/2006, decorrentes da remuneração de agentes financeiros pela realização do Recadastramento Previdenciário em 2006, cujo principal objetivo é reduzir o pagamento indevido de benefícios. Esta solicitação faz-se necessária, tendo em vista que neste ano serão convocados para participar do recadastramento cerca de 14,9 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Destaca a EM nº 57/2006/MP, adicionalmente, que a relevância das ações contempladas pelo crédito extraordinário e a impossibilidade de sua postergação, sob pena de graves consequências, constituem as circunstâncias que levaram à proposição da MP nº 290/2006, em análise.

Foram apresentadas 155 (cento e cinquenta e cinco) emendas à Medida Provisória em exame no prazo regimental.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência –; de adequação financeira e orçamentária de

mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

### II.1. Dos Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

Do exame da Medida Provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade, prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

### II.2. Da Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto à adequação financeira e orçamentária, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 – LDO/2006 (Lei nº 11.178, de 20.9.2005).

### II.3. Do Mérito

O crédito extraordinário visa à realização de obras relevantes que demandam uma ação imediata do Governo Federal e cuja postergação ensejaria graves consequências. Dessa forma, com sua aprovação, estar-se-ia evitando a paralisação de serviços prestados à população, em especial à de baixa renda; prejuízos patrimoniais e financeiros ao Erário; reflexos negativos nas economias locais; e aumento nos custos produtivos.

Portanto, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator nada tem a objetar.

### 11.4. Do Cumprimento da Resolução nº 1, de 2002-CN (§ 1º do art. 2º)

A Exposição de Motivos nº 57/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, acerca da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

### II.5. Das Emendas

A matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza, e sua edição remete a um fato consumado, de despesas de realização imediata ou que podem realizar-se até a última instância de sua tramitação no Congresso Nacional. Por conseguinte, com o fito de evitar a descaracterização da iniciativa original da Medida Provisória e o risco da insuficiência de recursos remanescentes para a execução de eventual programação aprovada por meio de emenda parlamentar, somos pela rejeição das Emendas nºs 00001 a 00155.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 290, de 2006, na forma editada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, – Deputado **Sandro Mabel**, Relator.

## PARECER

**Dispõe sobre a Medida Provisória nº 290, de 2006, que “abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00, para os fins que especifica”.**

Autor: **Poder Executivo**

Relator: Deputado **Sandro Mabel**

### I – Relatório

Nos termos do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à deliberação do Congresso Nacional, por intermédio da Mensagem nº 30/2006-CN (nº 223/2006, na origem), a Medida Provisória (MP) nº 290, de 12 de abril de 2006, que abre crédito extraordinário em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$1.775.849.258,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais), para os fins que especifica.

De acordo com a Exposição de Motivos (EM) nº 57/2006/MP, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, o crédito extraordinário tem por finalidade dar condições orçamentária e financeira para o desenvolvimento de ações de governo que envolvem investimentos cuja postergação de início, paralisação, descontinuidade ou atraso de pagamento resultariam em rompimento de contratos, com a conseqüente cobrança de multas, desmobilização de canteiros de obras, perda de recursos e descrédito do ente público. Segundo a Exposição, a MP visa, ademais, garantir eventuais ajustes em programações de despesas de pessoal e de outras despesas correntes revestidas de caráter inadiável e relevante, cuja necessidade não se verificou quando da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária para 2006 (PLOA/2006).

De conformidade com a EM nº 57/2006/MP, o crédito tem as seguintes finalidades em cada Órgão contemplado na Medida Provisória.

Em relação à Presidência da República, os recursos destinam-se ao custeio de ações de comunicação de governo e de inteligência; à realização de investimentos; e ao funcionamento, no âmbito da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, do serviço de utilidade pública para o recebimento de denúncias de violências contra as mulheres, cuja paralisação é iminente em virtude da impossibilidade de renovação do contrato.

No que tange ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o crédito tem por finalidade a viabilização da continuidade das obras de construção da sede do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada – CEITEC, em Porto Alegre – RS, cuja interrupção poderia comprometer o projeto, tendo em vista que este envolve a construção de uma “sala limpa”, ambiente que requer altos índices de esterilidade para a realização

de atividades voltadas à fabricação de semicondutores para utilização em produtos eletrônicos. No âmbito desse Ministério, visa o crédito, ainda, ao pagamento à Agência Espacial Russa, pela formação e a viagem ao espaço do astronauta brasileiro; à continuidade da implantação da unidade de enriquecimento de urânio por parte das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB; e ao fomento a projeto de pesquisa no setor aeronáutico, desenvolvido em parceria com a África do Sul.

Para o Ministério da Fazenda, os recursos destinam-se a assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração Direta; e a viabilizar o pagamento de remuneração e de despesas operacionais à seguradora responsável pela recuperação de créditos do seguro à exportação, de forma a permitir a continuidade dessas atividades, no âmbito do Fundo de Garantia à Exportação – FGE.

No que se refere ao Ministério da Justiça, o crédito destina-se a atender as despesas com a formação de diversos policiais federais aprovados em concurso público, cujo curso encontra-se em andamento; e honrar compromisso com o pagamento de parcela da aeronave adquirida pela Polícia Federal para o desenvolvimento de suas atividades, sobretudo no apoio logístico das operações especiais.

Em relação ao Ministério da Previdência Social, os recursos destinam-se à realização do recadastramento previdenciário e à implantação da Central de Atendimento da Previdência Social. A relevância e a urgência decorrem do comprometimento dos serviços prestados pela Previdência Social, tendo em vista que tanto a realização do recadastramento quanto a implantação da Central de Atendimento foram definidos após o envio do PLOA/2006 ao Congresso Nacional.

Os recursos em favor do Ministério do Trabalho e Emprego têm por finalidade possibilitar a manutenção e a continuidade dos serviços prestados à sociedade por meio dos Programas de Qualificação Social e Profissional, Primeiro Emprego, Gestão da Política de Trabalho, Emprego e Renda e Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. A paralisação de tais serviços prejudicaria a população, principalmente a de baixa renda.

O crédito em favor do Ministério dos Transportes visa permitir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT a realização de serviços de conservação e de recuperação da malha rodoviária, além da conclusão de diversas obras no modal rodoviário, revestidas de caráter de extrema urgência e relevância. Objetiva, assim, proporcionar maior segurança e condições de trafegabilidade a seus usuários; evitar o aumento do custo os transportes de carga e de passageiros, com sérios danos às economias locais, decorrente do aumento de gargalos logísticos; e minimizar possíveis prejuízos ao Erário decorrentes dos altos custos de desmobilização de canteiros.



O crédito ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão destina-se a viabilizar a transferência de recursos aos Tribunais de Contas Estaduais e Municipais, com vistas à implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PROMOEEX; a assegurar a modernização dos processos de monitoramento e avaliação de projetos de investimentos, no âmbito da Administração Direta; e a implementar do Censo Agropecuário e de Contagem da População, de grande relevância para a atualização de informações da realidade agropecuária e populacional, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ainda segundo a EM nº 57/2006/MP, relativamente ao Ministério da Defesa, os recursos destinam-se à realização de ações de combate à ameaça da “gripe aviária” no País; ao desenvolvimento do caça A-MX, à aquisição de aeronaves, de combustíveis e de material aeronáutico para o Comando da Aeronáutica, com o objetivo de dar seqüência ao seu reaparelhamento, bem como permitir o cumprimento de horas-vôo mínimas para o atendimento de sua missão institucional; à reestruturação da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, de forma a possibilitar a implementação de medidas inadiáveis de recuperação do seu parque fabril e modernização de gestão; ao pagamento de parcela pela aquisição de meios terrestres para o Exército e de sistemas operativos para a Marinha; à recuperação emergencial da Estação Antártica Comandante Ferraz, cujas obras precisam ser realizadas antes do período climático adverso, sob risco de interrupção das atividades de pesquisa desenvolvidas pelo Brasil; e ao funcionamento e ao pagamento de pessoal da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, criada por meio da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e instituída por meio do Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006, não contemplada com recursos orçamentários no PLOA/2006.

No tocante ao Ministério da Integração Nacional, os recursos têm por finalidade a conclusão do Projeto do Sistema Adutor de Catarina, no Estado do Ceará, cuja postergação poderá resultar na desmobilização de canteiros de obras e de equipes, o que provocaria aumento de custos, perda de recursos e descrédito do ente público. Ademais, a presente medida objetiva garantir o adequado abastecimento de água à população residente no município de Catarina, suprido de forma insuficiente e precária.

A abertura do crédito em favor do Ministério das Cidades visa possibilitar a execução de obras emergenciais para o equacionamento de uma vila de palafitas, no Estado do Tocantins, que apresenta riscos iminentes de avarias, devido ao estado de precariedade em que se encontra. Destina-se, ainda, ao cumprimento de contratos já celebrados e à integralidade da execução de investimentos não dimensionados anteriormente, com vistas à conclusão da implementação dos Siste-

mas de Trens Urbanos de Belo Horizonte – MG e de Recife – PE.

No âmbito do Órgão 71000 - Encargos Financeiros da União, o crédito destina-se ao atendimento de despesas urgentes, não previstas no PLOA/2006, decorrentes da remuneração de agentes financeiros pela realização do Recadastramento Previdenciário em 2006, cujo principal objetivo é reduzir o pagamento indevido de benefícios. Esta solicitação faz-se necessária, tendo em vista que neste ano serão convocados para participar do recadastramento cerca de 14,9 milhões de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Destaca a EM nº 57/2006/MP, adicionalmente, que a relevância das ações contempladas pelo crédito extraordinário e a impossibilidade de sua postergação, sob pena de graves conseqüências, constituem as circunstâncias que levaram à proposição da MP nº 290/2006, em análise.

Foram apresentadas 155 (cento e cinquenta e cinco) emendas à Medida Provisória em exame no prazo regimental.

É o relatório.

## II – Voto do Relator

O art. 5º da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal, prevê que o parecer referente à análise de crédito extraordinário aberto por medida provisória deve ser único, com manifestação sobre a matéria no que tange aos aspectos constitucionais – inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência –; de adequação financeira e orçamentária; de mérito; e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º daquele diploma legal.

### II.1. Dos Aspectos Constitucionais e Pressupostos de Relevância e Urgência

Do exame da Medida Provisória, verificamos que a iniciativa atende aos pressupostos constitucionais de admissibilidade referentes a relevância, urgência e imprevisibilidade, prescritos nos arts. 62 e 167, § 3º, da Constituição Federal.

### II.2. Da Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto à adequação financeira e orçamentária, verificamos que a iniciativa não contraria os dispositivos constitucionais e os preceitos legais pertinentes, em particular no que diz respeito à sua conformidade com as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2006 – LDO/2006 (Lei nº 11.178, de 20-9-2005).

### II.3. Do Mérito

O crédito extraordinário visa à realização de obras relevantes que demandam uma ação imediata do Governo Federal e cuja postergação ensejaria graves

consequências. Dessa forma, com sua aprovação, estar-se-ia evitando a paralisação de serviços prestados à população, em especial à de baixa renda; prejuízos patrimoniais e financeiros ao Erário; reflexos negativos nas economias locais; e aumento nos custos produtivos.

Portanto, quanto ao mérito da proposição em exame, este Relator nada tem a objetar.

#### II.4. Do Cumprimento da Resolução nº 1, de 2002-CN (§ 1º do art. 2º)

A Exposição de Motivos nº 57/2006/MP, do Ministério de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, supre a exigência prevista no § 1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, acerca da obrigatoriedade do envio de documento expondo a motivação da edição da Medida Provisória.

::: eCâmara - Módulo Tramitação de Proposições :::

#### Consulta Tramitação das Proposições

**Proposição:** [MPV-290/2006](#)

**Autor:** Poder Executivo

**Data de Apresentação:** 12/04/2006

**Apreciação:** Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**Regime de tramitação:** Urgência

**Situação:** NATEC(SGM): Aguardando Parecer; PLEN: Pronta para Pauta.

**Emenda:** Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.775.849.258,00, para os fins que especifica.

**Indexação:** Crédito Extraordinário, Executivo, Presidência da República, publicidade institucional, (ABIN), atividade de inteligência, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Ministério da Ciência e Tecnologia, construção, Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada, Município, Porto Alegre, (RS), pagamento, país estrangeiro, Rússia, viagem, atividade aeroespacial, astronauta, implantação, unidade, enriquecimento de urânio, (INB), projeto, pesquisa, setor, material aeronáutico, país estrangeiro, África do Sul, Ministério da Fazenda, empresa seguradora, recuperação, seguro de crédito à exportação, Ministério da Justiça, remuneração, formação profissional, Polícia Federal, pagamento, parcela, aeronave, Polícia Federal, Ministério da Previdência Social, recadastramento, segurador, Central de Atendimento, Ministério do Trabalho e Emprego, Programa, Qualificação Profissional, Primeiro Emprego, Gestão, Políticas Públicas, Trabalho, Emprego, Renda, Ministério dos Transportes, (DNIT), construção, trecho rodoviário, rodovia federal, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, transferência, recursos financeiros, Tribunal de Contas, controle externo, Estados, Municípios, (IBGE), Censo Agropecuário, contagem, população, Ministério da Defesa, Comando, Aeronáutica, desenvolvimento, aeronave militar, reestruturação, (IMBEL), Exército, Marinha, (ANAC), Ministério da Integração Nacional, conclusão, Auditor, Município, Catarina, (CE), Ministério das Cidades, Estado, (TO), Sistema de Trens Urbanos, Município, Belo Horizonte, (MG), Recife, (PE), Encargos Financeiros da União.

#### Despacho:

27/4/2006 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 223/2006 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

#### Legislação Citada

##### Emendas

- [MPV29006 \(MPV29006\)](#)

[EMC 1/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 2/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 3/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 4/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 5/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 6/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 7/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 8/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 9/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 10/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 11/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 12/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 13/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 14/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Anivaldo Vale](#)

[EMC 15/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Bismarck Maia](#)

[EMC 16/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Bismarck Maia](#)

[EMC 17/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Bismarck Maia](#)

[EMC 18/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Bismarck Maia](#)

[EMC 19/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Thadeu](#)

[EMC 20/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Thadeu](#)

[EMC 21/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Thadeu](#)

[EMC 22/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Thadeu](#)

[EMC 23/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Geraldo Thadeu](#)

[EMC 24/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 25/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 26/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 27/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 28/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 29/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 30/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)

[EMC 31/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#)





## II.5. Das Emendas

A matéria objeto de crédito extraordinário é excepcional por natureza, e sua edição remete a um fato consumado, de despesas de realização imediata ou que podem realizar-se até a ultimação de sua tramitação no Congresso Nacional. Por conseguinte, com o fito de evitar a descaracterização da iniciativa original da Medida Provisória e o risco da insuficiência de recursos remanescentes para a execução de eventual programação aprovada por meio de emenda parlamentar, somos pela rejeição das Emendas nºs 00001 a 00155.

Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação da Medida Provisória nº 290, de 2006, na forma editada pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, – Deputado **Sandro Mabel**, Relator.

## ::: eCâmara - Módulo Tramitação de Proposições :::

- [EMC 32/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 33/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 34/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 35/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 36/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 37/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 38/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 39/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 40/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 41/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 42/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 43/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 44/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 45/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Herculano Anghinetti](#) 
- [EMC 46/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Herculano Anghinetti](#) 
- [EMC 47/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Herculano Anghinetti](#) 
- [EMC 48/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Rogério Teófilo](#) 
- [EMC 49/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 
- [EMC 50/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 
- [EMC 51/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 
- [EMC 52/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 53/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 54/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 55/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 56/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 57/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 58/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 59/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 60/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 61/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Almir Sá](#) 
- [EMC 62/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Almir Sá](#) 
- [EMC 63/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Carlos Aleluia](#) 
- [EMC 64/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Carlos Aleluia](#) 
- [EMC 65/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando Coruja](#) 
- [EMC 66/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando Coruja](#) 
- [EMC 67/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Fernando Coruja](#) 
- [EMC 68/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Carlos Machado](#) 
- [EMC 69/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - José Carlos Machado](#) 
- [EMC 70/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 
- [EMC 71/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 
- [EMC 72/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wellington Fagundes](#) 
- [EMC 73/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 74/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 75/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 76/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 77/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 78/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 79/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 80/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Humberto Michiles](#) 
- [EMC 81/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ricardo Barros](#) 
- [EMC 82/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ricardo Barros](#) 
- [EMC 83/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Ricardo Barros](#) 
- [EMC 84/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 85/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 86/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 87/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 
- [EMC 88/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Sandro Mabel](#) 



::: eCâmara - Módulo Tramitação de Proposições :::

[EMC 146/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 147/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 148/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 149/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 150/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 151/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 152/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 153/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Wilson Santiago](#)  
[EMC 154/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Marcelo Castro](#)  
[EMC 155/2006 MPV29006 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Marcelo Castro](#)

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV29006 (MPV29006)

[PPP 1 MPV29006 \(Parecer Proferido em Plenário\) - Sandro Mabel](#)

Última Ação:

**3/5/2006** - Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) - Designado Relator. Dep. Sandro Mabel (PL-GO)

**7/6/2006** - PLENÁRIO (PLEN) - Adiada a discussão em face do encerramento da sessão.

Obs.: o andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
12/4/2006	<b>Poder Executivo (EXEC)</b> Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
12/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Prazo para Emendas: 13/04/2006 a 18/04/2006. Comissão Mista: 12/04/2006 a 25/04/2006. Câmara dos Deputados: 26/04/2006 a 09/05/2006. Senado Federal: 10/05/2006 a 23/05/2006. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 24/05/2006 a 26/05/2006. Sobrestar Pauta: a partir de 27/05/2006. Congresso Nacional: 12/04/2006 a 10/06/2006. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 11/06/2006 a 09/08/2006.
27/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
27/4/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Recebido Ofício do SF nº 191/06, que encaminhou o processado do MPV nº 290/06.
2/5/2006	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 3/5/2006.
3/5/2006	<b>Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI)</b> Designado Relator. Dep. Sandro Mabel (PL-GO)
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
30/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 287/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 287-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
31/5/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b>

## ::: eCâmara - Módulo Tramitação de Proposições :::

	Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288/06. item 02 da pauta, com prazo encerrado.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único.
1/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
6/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não-conclusão da apreciação da MPV 288-A/06, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão extraordinária - 9:00)
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Parecer proferido em Plenário pelo Relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO), pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 155.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Adiada a discussão em face do encerramento da sessão.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discussão em turno único. (Sessão ordinária - 14:00)
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Discutiu a Matéria o Dep. Walter Pinheiro (PT-BA).
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Encerrada a discussão.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação preliminar em turno único.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação, quanto ao mérito, em turno único.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Rejeitadas as Emendas de nºs 1 a 155, com parecer pela rejeição.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Medida Provisória nº 290, de 2006.
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Votação da Redação Final.

::: eCâmara - Módulo Tramitação de Proposições :::

7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Sandro Mabel (PL-GO).
7/6/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 290-B/06)

Cadastrar para Acompanhamento

Nova Pesquisa

### ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 24, DE 2006

O **Presidente da Mesa do Congresso Nacional**, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 290, de 12 de abril de 2006**, que “*Abre crédito extraordinário, em favor de diversos Órgãos do Poder Executivo, no valor de R\$ 1.775.849.258,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 11 de junho de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 1º de junho de 2006.

  
Senador **Renan Calheiros**  
*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Romeu Tuma para uma comunicação inadiável, na forma do art. 158, § 2º, do Regimento.

S. Exª dispõe de até cinco minutos.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu até ia falar da minha Bancada no plenário, mas vim para a tribuna para ter como fundo a bandeira brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – É pela vitória brasileira.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não só pela vitória, porque ela está no coração e na alma do brasileiro, mas porque, neste instante, o Governador de São Paulo, juntamente com o Prefeito de Santos, homenageia José Bonifácio, o Patriarca da Independência.

Tenho um vício, Sr. Presidente: normalmente, quando chego pela manhã, bato o ponto, ou seja, vou à Secretária conversar com o Carreiro e com a Cláudia para saber quais são as idéias de V. Exª para o dia. Nunca saio ignorando os fatos que vão ocorrer sob a sua Presidência. E quinta-feira, como o dia estava superlotado de reuniões, fui direto para uma e esqueci de bater o ponto. Não tive aquela normalidade de passar em plenário e tomar outro café da manhã com o Carreiro, que, aliás, serve um bom café, é bem servido. O dia que V. Exª tiver vontade, vale a pena.

Quero fazer, rapidamente, uma homenagem à Biblioteca do Senado, na qual V. Exª tanto tem investido, que, em dois minutos, deu-me o histórico de José Bonifácio, e deixá-lo registrado nos Anais da Casa. Ontem, conversando o Governador Cláudio Lembo, S. Exª convidou-me para estar presente à homenagem. No entanto, não podia deixar de estar presente nesta Casa não pela falta que V. Exª irá consignar àqueles que deixam de comparecer e, sim, pela importância do número que deve estar estabelecido. Quem sabe V. Exª convença as Lideranças para votarmos os nomes das autoridades, que tanta falta fazem na estrutura gerencial de Governo! Estarei sempre presente nas convocações de V. Exª.

Mas eu gostaria que V. Exª determinasse o registro desta homenagem a José Bonifácio feita por Cláudio Lembo e João Paulo Tavares Papa, Governador e Prefeito Municipal de Santos, respectivamente.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Permite V. Exª um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador, eu gostaria, em breves minutos, de interromper seu pronunciamento para con-

gratular-me com V. Exª por, hoje, vir à tribuna mencionar uma iniciativa do Governador Cláudio Lembo, com vistas a homenagear o Patriarca da Independência. José Bonifácio, de fato, foi uma das grandes figuras fundadoras do País – para usar uma expressão dos americanos com relação àqueles que ajudaram a construir as instituições nacionais. E, além do seu enorme talento, era sobretudo, um grande político ou, melhor dizendo, um notável estadista. Ele, certamente, é um dos referenciais da nossa formação e deu indiscutível contribuição à consolidação do Império, balizando suas instituições. São Paulo não poderia ficar indiferente à memória do seu ilustre filho. Por isso acho muito boa a iniciativa do Governador Cláudio Lembo ao instituir essa comenda, como também oportuno haver o Congresso Nacional inscrito o nome de José Bonifácio no livro dos heróis da Pátria. Minhas congratulações a V. Exª – um dos lídimos representantes de São Paulo nesta Casa – e meus cumprimentos ao Governador Cláudio Lembo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Muito obrigado, Presidente Marco Maciel, V. Exª ilustra esta homenagem. Realmente, ao ler o currículo de José Bonifácio, sabemos que, paralelamente à política, ele era um filósofo, estudou em Paris e em vários países e conseguiu estabelecer os princípios que levaram o Brasil à independência. Por isso, ele é o Patrono da nossa Independência.

A Senadora Serys Slhessarenko falou em Grito de Independência, Senadora Heloísa Helena. Realmente, precisamos repeti-lo todos os dias, para que a sociedade possa sentir-se livre, principalmente com os projetos de V. Exª contra a criminalidade, que estão em andamento nesta Casa. Espero que consigamos aprová-los em homenagem a José Bonifácio, que trabalhou por nossa independência e deseja, até espiritualmente, que o Brasil possa oferecer à sociedade essa independência tão merecida.

Eu queria também, Sr. Presidente, que V. Exª autorizasse a publicação nos Anais do Senado de uma homenagem ao Dia da Marinha, que ocorreu no dia 11 de junho. A Marinha Brasileira, a primeira Força Armada do Brasil, teve muitos atos de heroísmo, principalmente a Batalha de Riachuelo, que é a data que se comemora.

Pretendo voltar à tribuna para falar sobre a ação do Presidente Chávez, da Venezuela, na operação de Cataratas, que é bastante grave, mas voltarei outra hora, porque o meu tempo já se esgotou.

Agradeço a V. Exª por esta oportunidade.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEU TUMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Nossa homenagem  
 DOCUMENTO QUE SE REFERE  
 Biblioteca - Simão de Oliveira  
 Gov. SP.  
 José Paulo Tavares Paes  
 Prof. Municipal de Santos

**José Bonifácio**

José Bonifácio, conhecido como o Patriarca da Independência, teve papel fundamental na preparação e consolidação da Independência do Brasil. Era paulista, e nasceu em Santos no dia 13 de junho de 1763. Sua família era uma das mais ricas e importantes da cidade. Aos 21 anos partiu para estudar na Universidade de Coimbra, onde se especializou em Mineralogia. Já em 1822, quando ocupava o cargo de ministro de D. Pedro I, era chamado por seus partidários de "Pai da Pátria", "Timoneiro da Independência", "o Patriarca". Em vários jornais e publicações da época era reconhecido como um dos primeiros a protestar contra a política recolonizadora das Cortes, além de um dos líderes da campanha pela permanência do príncipe no Brasil.

José Bonifácio e seus irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco, conhecidos como os Andradas, participaram ativamente da vida política brasileira durante os primeiros anos do Governo de D. Pedro I, chegando a ser apontados como os homens mais poderosos do Primeiro Reinado.

Em 1808, quando os franceses invadiram Portugal, José Bonifácio, ao lado dos portugueses, lutou contra o ataque estrangeiro. "Era aos olhos de todos, um bom português, fiel à Portugal e ao Príncipe." Após a expulsão dos franceses, retomou seu trabalho científico, mantendo-se afastado da política portuguesa.

Em 1819, com 56 anos, José Bonifácio voltou ao Brasil. Por ocasião da formação da Junta governativa em São Paulo, em 1821, foi escolhido vice-presidente. Iniciava-se, então, sua carreira política.

Na época das eleições para as Cortes de Lisboa, conseguiu eleger três dos seis deputados paulistas, liderados por seu irmão Antônio Carlos. Nesta ocasião redigiu o texto "Lembranças e Apontamentos", que orientaria esses deputados nos trabalhos das Cortes. Esse texto refletia seu pensamento, suas propostas e as idéias que formariam seu projeto nacional que transformaria o Brasil em um país moderno e civilizado. Assim, defendia a união com Portugal, através da formação de um grande Império luso-brasileiro; recomendava a criação de uma universidade e o aumento de número de escolas; a fundação de uma cidade no interior para ser a sede do governo, visando povoar o sertão; Sugeriu, ainda, o desenvolvimento da atividade mineradora, o fim da escravidão, a civilização dos índios e uma reforma agrária, através do confisco e venda das terras improdutivas do governo.

No decorrer do ano de 1821, inúmeras medidas tomadas pelas Cortes não deixavam mais dúvidas quanto aos seus propósitos recolonizadores. No início de janeiro de 1822, José Bonifácio entregou ao príncipe um documento da Junta de São Paulo pedindo que D. Pedro ~~desobedecesse~~ às ordens das Cortes de Lisboa e ficasse no Rio de Janeiro. Nessa ocasião, foi convidado a exercer as funções de ministro de Estado. Apresentava-se como o homem mais indicado para assessorar o príncipe-regente: era fiel à Monarquia, possuía experiência administrativa e prestígio social e internacional. Em pouco tempo se tornou o homem de confiança de D. Pedro e seu mais importante ministro, representante dos proprietários de escravos e terras do Centro Sul.

Por ocasião do Fico as forças políticas uniram-se. Afinal, os interesses do Brasil estavam ameaçados pelos constituintes portugueses. No entanto, após a Independência, as divergências e contradições entre os partidos reapareceram. Democratas e aristocratas entraram em choque.

José Bonifácio, líder do grupo aristocrata do Partido Brasileiro, desencadeou uma campanha contra os democratas, visando afastá-los de D. Pedro. Os conflitos entre os dois grupos permitiram que o Partido Português se aproximasse mais do imperador, enfraquecendo o Ministério dos Andradas.

**José Bonifácio.**

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR ROMEU TUMA.**

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, depois de haver comemorado o Dia do Marinheiro, em 13 de dezembro, e o 183.<sup>o</sup> aniversário de criação da nossa Esquadra, em 10 de novembro, a Marinha do Brasil reverenciou igualmente com toda a pompa, porém, sem a presença do Presidente República, domingo último, dia 11, os heróis da Batalha Naval do Riachuelo.

No Dia do Marinheiro, cultua-se o maior vulto de nossa história naval, Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré, que hoje estaria com 198 anos de idade. Foi ele imortalizado na História não só por seus feitos marcantes ao longo de 60 anos de carreira naval, como também pelo caráter firme, devotamento à profissão, franqueza de opinião, probidade na vida pública e particular. Enfim, Tamandaré representa um dos grandes baluartes da ética e da honradez de que o País tanto se ressenete hoje.

Agora, ao exaltar aquela vitória brasileira na Guerra do Paraguai, a Nação reverencia a Marinha herdeira dos destemidos navegantes de outrora, quando atravessar os mares significava praticar algo tão temerário e mais difícil ainda do que conquistar o espaço extraterrestre em nossos dias.

Tenho a preocupação de, todos os anos, nesta época, reafirmar a importância de cultuarmos a vocação marítima deste País imenso, que o Atlântico acalenta de norte a sul sem interrupções. Devemos lembrar sermos o fruto dileto das explorações marítimas portuguesas, produto da idéia de que “Navegar é preciso”. Idéia fixa, cantada e decantada no mundo antigo, especialmente nos fados lamentosos com que a mãe portuguesa externava a saudade e encurtava a distância do filho feito ao mar. Graças a esse desprendimento ancestral, surgimos como país de além-mar, uma Nação grande e poderosa cuja vida, até por características históricas e situação geográfica, está umbilicalmente ligada ao oceano e condicionada às práticas determinadas por essa relação.

Reservamos como data comemorativa o dia em que no Riachuelo, em 1865, nossos heróicos marujos, sob o comando de Francisco Manuel Barroso da Silva, futuro barão do Amazonas, aniquilaram a esquadra comandada por Pedro Inácio Meza.

O Comandante-em-Chefe da Esquadra brasileira em operações de guerra, Vice-Almirante Marques Lisboa, Visconde de Tamandaré, havia destacado duas divisões navais, compostas pela Fragata Amazonas e pelos vapores Araguari, Beberibe, Belmonte, Iguatemi, Ipiranga, Jequitinhonha, Mearim e Parnaíba, para, sob

o comando do Chefe-de-Divisão Barroso, participarem da retomada de Corrientes, à margem esquerda do Rio Paraná. Concluída a retomada, os navios fundearam algumas milhas rio abaixo. Aí foram atacados, mas triunfaram.

O sucesso brasileiro no Riachuelo representou feito decisivo para os rumos da guerra contra as forças de Francisco Solano Lopez porque impediu a invasão paraguaia da província argentina de Entre Rios e cortou a marcha do até então triunfante do inimigo. Foi o marco da transformação de nossas ações defensivas em ofensivas e do metódico dismantelamento da máquina bélica adversa até o final.

Ainda naqueles dias, nossas tropas terrestres repeliram as fileiras comandadas pelo tenente-coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, que haviam atravessado o rio Uruguai e, entre junho e agosto, ocupado as povoações de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Outra coluna, que, sob as ordens do major Pedro Duarte, pretendia chegar ao Uruguai, foi detida por Flores, em 17 de agosto, na batalha de Jataí.

No Riachuelo, o ditador, que atacara o Brasil à sorrelfa para dar início à guerra, tentara um golpe de força contra nossa esquadra do Rio Paraná. Seus navios desceram até as proximidades donde se encontrava fundeada a esquadra brasileira. Na noite anterior, em terra, suas forças haviam instalado baterias nas barrancas para apoiar as belonaves. Estas, descendo o rio, ultrapassaram nossa esquadra quase sem hostilidades e, ao chegar junto às baterias camufladas, romperam fogo e tentaram impelir nossos navios rio acima.

Os atacantes dispunham de formidáveis baterias flutuantes, oito vapores, numerosas chalanas e grandes canoas de guerra. O ataque de surpresa causou confusão entre nossos marujos, principalmente pela gritaria e atos de aparente insanidade entre os inimigos. A batalha durou dez horas sangrentas. Ao final, Barroso manobrou rapidamente para abalroar e pôr a pique três embarcações com seu navio, o Amazonas. Assim, assegurou a vitória.

A figura de Barroso é inseparável do êxito no Riachuelo. Nascido a 23 de setembro de 1804, em Lisboa, Francisco Manuel Barroso da Silva faleceu em Montevideu, Uruguai, dia 8 de agosto de 1882. Veio para o Brasil aos 5 anos de idade. Formou-se pela Academia da Marinha do Rio de Janeiro em 1821. Participou das campanhas navais do Rio da Prata de 1826 a 1828 e do Pará em 1836. Seu gênio de estrategista revelou-se naquela batalha, mas sua ação vitoriosa prosseguiu em Passos da Pátria Mercedes, Cuevas, Curuzu e Curupaití. Foi então que cunhou suas duas frases mais famosas: “Atacar e destruir o inimigo o mais per-

to que puder” e “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”.

O governo brasileiro concedeu-lhe a Ordem Imperial do Cruzeiro. Seu feito principal foi celebrado pelos poetas e representado em telas. O consagrado pintor Vitor Meireles immortalizou o acontecimento em esplendoroso trabalho.

Em 1866, Barroso recebeu o título de Barão do Amazonas. Em 1868 foi nomeado Comandante Chefe da Esquadra; nesse mesmo ano promovido a Vice-Almirante e finalmente reformado em 1873. Teve os restos mortais trasladados do Uruguai para o Rio de Janeiro a bordo do cruzador “Barroso”, assim batizado em sua homenagem. A ele, poderíamos dirigir também, com justeza, os versos que Fernando Pessoa dedicou a Fernão de Magalhães na II Parte do seu Mar Português:

Na praia ao longe por fim sepulto.  
Dançam, nem sabem que a alma ousada  
Do morto ainda comanda a armada,  
Pulso sem corpo ao leme a guiar  
As naus no resto do fim do espaço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, graças a exemplos como o de Tamandaré e Barroso, fibra e coragem estão e sempre estarão presentes na gloriosa Marinha do Brasil. Mesmo nesta era cibernética, na qual as agressões bélicas valem-se de vulnerabilidades inimagináveis até para a ficção científica, tais qualidades continuam insubstituíveis. Podemos senti-las diuturnamente ao longo de nossos 8.500 quilômetros de costa marítima, com 16 portos principais e 4 grandes terminais, por onde circulam mais de 26 mil navios por ano. Três quartos de toda a carga transportada pelos navios em nosso território é referente ao comércio exterior. Por outro lado, 95 por cento de todo o comércio internacional de que o Brasil participa, seja como importador, seja como exportador, passa em algum momento por linhas de comunicação marítimas.

Além disso, existe o aspecto da soberania nacional. Os acontecimentos que se sucedem em outras plagas têm demonstrado a importância da persuasão através do potencial defensivo. Em muitas situações, a via diplomática só é adotada por certos países caso sintam que os custos de um confronto bélico serão maiores. Daí a importância de manter Forças Armadas convenientemente aparelhadas, sinalizando que a negociação diplomática é o caminho correto para solucionar conflitos e garantir a paz.

Os mares têm papel de destaque nesse quadro. São a via natural do deslocamento de tropas para a maior parte de nações. A Marinha do Brasil possuía esquadra moderna e atualizada com equipamentos de última geração. Mas, esse panorama deteriorou-

se radicalmente. Pena que o Presidente da República estivesse ausente das comemorações de domingo. Caso contrário, teria ouvido e talvez refletisse sobre a Ordem do Dia emitida pelo Comandante da Marinha, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Mais uma vez, queixou-se ele da falta de recursos para os programas de recuperação e reequipamento da Força, prejudicados pelos constantes contingenciamentos de recursos. Para impulsionar esses dois projetos, seria necessária a liberação dos “royalties” aos quais a Marinha tem direito, da ordem de R\$ 900 milhões apenas este ano.

Conforme o noticiário de imprensa, o desmesurado corte do orçamento está alimentando grande insatisfação nas Forças Armadas, particularmente na Marinha e no Exército, as mais sacrificadas em seus projetos.

“A Marinha não está com o nível mínimo de equipamentos que deveria”, afirmou seu Comandante ao jornal O Estado de S. Paulo, após ler a Ordem do Dia com o alerta sobre os perigos da falta de investimento nas Forças Armadas. Diz o documento que “a suposta ausência de inimigos e ameaças não nos deve iludir com a falsa sensação de segurança.” Menciona a “severa conjuntura” enfrentada e defende a urgente reversão desse quadro.

O Almirante ressaltou a necessidade de iniciar a execução do programa emergencial de recuperação da Marinha, que consumirá R\$ 200 milhões por ano. Pediu ainda que seja acelerado o programa de reaparelhamento pelo investimento de R\$600 milhões ao ano, durante as duas próximas décadas. Como prioridade imediata, citou a construção de um submarino e a modernização dos cinco existentes.

Defendeu também uma “justa remuneração” para a categoria, que aguarda a edição de Medida Provisória concedendo os 10% restantes do aumento prometido há mais de dois anos.

Ao observar que a produção de equipamentos exige muito tempo, o Comandante frisou: “Ter um poder naval minimamente preparado, a fim de contribuir para manter a paz que a Nação deseja, e que também seja capaz de dissuadir atitudes hostis, é uma obrigação permanente não só da Marinha, mas de todos os brasileiros”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é imprescindível atualizar os recursos bélicos, além de treinar, valorizar e incentivar o corpo de oficiais e subordinados para que continue orgulhoso de sua missão. Somente assim, a soberania do País estará assegurada e haverá tranquilidade para as futuras gerações.

Diziam os antigos que só se consegue edificar um país com um povo, armas e braço forte. Nossos ances-

trais aplicaram esse princípio para nos legar este Brasil imenso e belo, forjado como um dos maiores redutos de liberdade, multiplicidade racial e solidariedade.

Tanto quanto ao tempo das invasões por corsários e armadas estrangeiras, o Brasil precisa das armas e do braço forte de seus marinheiros. Foram decisivos para conter as tentativas alienígenas ou caboclas de fracionar o território nacional. Deles e de seus irmãos em armas no Exército e na FAB continua a depender o nosso poder de dissuasão frente a ingerências internacionais.

Repito desta tribuna o meu entendimento de que, em futuro não muito remoto, a importância das nações no contexto mundial será medida pelas condições do meio ambiente e pela diversidade de flora e fauna que consigam preservar. Daí, por exemplo, a cupidez internacional sobre a Amazônia.

Salta à vista a importância da presença da Marinha nos rios amazônicos e dos inestimáveis serviços por ela prestados às populações ribeirinhas. Essas atividades ocorrem no que podemos chamar de Amazônia Verde. É a região detentora da maior quantidade de água doce existente no Planeta e também dita “pulmão do mundo”. Os sinais mais visíveis da cobiça internacional recaem sobre ela, nem tanto devido a tais aspectos, mas principalmente pelas singulares e espantosas reservas minerais e vegetais exploráveis que possui.

O País dispõe, porém, de outra Amazônia, tão rica e talvez tão invejada quanto aquela. Trata-se de uma imensidão com 4,5 milhões de quilômetros quadrados, isto é, a Amazônia Azul, aquela que se estende por nosso Mar Territorial.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, todos os bens econômicos existentes sobre o leito e no subsolo marinho constituem propriedade exclusiva do país ribeirinho. Ao longo de uma Zona Econômica Exclusiva – faixa litorânea de 200 milhas náuticas de largura –, a exploração desses bens subordina-se à mesma exclusividade. Quando a Plataforma Continental ultrapassa as 200 milhas, o domínio econômico do Estado pode estender-se a até 350 milhas náuticas. Devido a tais normas, nosso Mar Territorial equivale a metade do nosso território terrestre.

A Amazônia Azul possui valor estratégico que chega a predominar sobre os aspectos econômicos. Noventa e cinco por cento do nosso comércio exterior dependem do transporte marítimo. Entre importações e exportações, esse meio escoia mais de 160 bilhões de dólares ao ano. Além do mais, é do Mar Territorial que provém nossa auto-suficiência em petróleo e mais da metade de nosso gás natural.

Merecem destaque também as riquezas representadas pela pesca e pelos minerais contidos dos nódulos polimetálicos, ricos em cobalto e sulfeto, assim como pelas novas formas de vida marinha, identificadas nas proximidades de fontes hidrotermais profundas, independentes da luz e que abrem novas perspectivas para a biogenética e a farmacologia. Lembremo-nos, ainda, da crescente possibilidade de obter água potável à medida que diminuem as exigências energéticas para dessalinização.

A cada ano, a Assembléia Geral da ONU vem dedicando mais tempo às discussões relativas aos direitos e recursos do mar, ao contrário do que ocorre na vida pública deste solo pátrio. É indiscutível a necessidade de possuímos um Poder Naval insofismável, à altura da soberania, dos direitos e dos interesses brasileiros. Todavia, o governo menospreza assunto de tamanha importância, como venho demonstrando desta tribuna há anos. O que se passa com os “royalties” do petróleo devidos à Marinha é demonstração cabal desse descaso.

Conclamo todos os meus nobres Pares a empregar recursos e ativem os mecanismos legislativos aptos a garantir apoio governamental às Forças Armadas. E que sejam capazes de, pelo menos, fazer o Poder Executivo respeitar as decisões do Congresso Nacional já explicitadas em lei, como é o caso dos “royalties” do petróleo devidos à Marinha.

A satisfação das necessidades do Brasil sobrepõe-se a quaisquer interesses partidários ou sonhos ideológicos. Estão a exigir nossa pronta e eficaz ação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esta Presidência, a exemplo do que fez o Senador Marco Maciel, congratula-se com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Romeu Tuma, pois muito do que significa o Brasil de hoje devemos a José Bonifácio. É importante, neste momento, que façamos este testemunho em homenagem à belíssima idéia que V. Ex<sup>a</sup> teve, assim como nos congratulamos também em relação ao Dia da Marinha, que V. Ex<sup>a</sup>, hoje, em boa hora, também homenageia.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 668, DE 2006**

Requeremos, nos termos do artigo 218 do Regimento interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens pelo falecimento do físico José Leite Lopes ocorrido no Rio de Janeiro, em 12 de junho de 2006:

a) inserção em ata de um voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família e à Universidade Federal, do Rio de Janeiro.

#### REQUERIMENTO Nº 669, DE 2006

Na forma do disposto no Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeremos as seguintes homenagens pelo falecimento, na manhã de ontem, no Rio de Janeiro, do renomado cientista brasileiro José Leite Lopes, fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e primeiro presidente da Sociedade Brasileira de Física:

a) inserção em ata de voto de profundo pesar;

b) apresentação de condolências à família, ao Governo do Estado de Pernambuco, de onde era natural, e às instituições acima referidas.

#### REQUERIMENTO Nº 670, DE 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia de ontem, do professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das ciências físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, e a apresentação de condolências à família pela inestimável perda.

Sala das Sessões, 13 de junho de 2006. – **José Jorge**, Senador da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Coloco em votação os requerimentos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Roberto Saturnino, para encaminhar a votação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o grande professor Leite Lopes não era carioca, ele era pernambucano, e daí as homenagens que os Senadores de Pernambuco prestam à memória desse grande brasileiro.

Mas Leite Lopes desenvolveu sua vida profissional quase toda no Rio de Janeiro. Formou gerações. Faleceu aos 87 anos no Rio. Era um homem que tinha milhares de pessoas e de alunos admiradores e devotados à sua figura. Foi um dos grandes nomes da Ciência brasileira, como professor, como pesquisador. Atuou no campo da Física, especialmente, no estudo das partículas fundamentais, das forças fundamentais

da natureza. Seus estudos e suas pesquisas deram origem a descobertas muito importantes na Física mundial, dando origem até aos estudos de um dos ganhadores do Prêmio Nobel.

Posso afirmar, sem dúvida – e o faço com apoio em muitas opiniões de políticos e de pessoas que observam a vida brasileira –, que Leite Lopes, um dos grandes nomes da Ciência brasileira como pesquisador e como professor, foi também o maior nome da Ciência brasileira na atuação da política científica. Ele foi um dos defensores primordiais da idéia de que o desenvolvimento da ciência, base do desenvolvimento tecnológico, é um dos pilares essenciais da formação da economia do País, da formação da cultura do País, da formação do caráter do País.

Leite Lopes foi, junto com César Lattes, fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, uma das entidades que mais fizeram avançar a Física brasileira, os estudos, as pesquisas, as descobertas desse grande Centro, localizado no Rio de Janeiro.

Também foi um dos fundadores e um defensor incansável da estruturação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Leite Lopes atuava em todos os momentos em que se discutia a formação, a constituição de um instituto, de uma entidade que defendesse e proporcionasse o desenvolvimento da Ciência no Brasil.

Igualmente, foi um dos propulsores, um grande defensor da Comissão Nacional de Energia Nuclear – pode-se dizer que foi praticamente um dos fundadores –, assim como o foi também do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde atuou em grande parte de sua vida de professor.

Constitui uma das figuras principais na constituição da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), uma entidade que tem proporcionado ao Brasil, ao longo de muitos anos, possibilidades, por meio de financiamentos, para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas de grande significado para a economia e para a Nação brasileiras.

Eu, particularmente, tive ocasião de testemunhar, no BNDES, onde se constituiu núcleo formador da Finep, a presença quase diária de Leite Lopes a discutir com os economistas, com os técnicos e com a direção do BNDES a importância da formação da Finep. Lembro-me muito da figura dele, que era admirável e admirada por todos nós, nesse esforço de batalhador pela formação de órgãos governamentais, de órgãos alavancadores da Ciência e da Tecnologia do País. Tem muitos trabalhos e artigos publicados, dentre os quais destaca-se seu livro **Ciência e Libertação**, em que justamente defende a tese de que o desenvolvimento científico é base do desenvolvimento tecnológico e

alavanca essencial de desenvolvimento da economia nacional, até condição **sine qua non**, desse próprio processo de desenvolvimento.

Assim, Sr. Presidente, é de se lamentar essa grande perda da Ciência brasileira, essa grande perda da política brasileira e – por que não dizer? – dessa política científica e tecnológica a que ele tanto se dedicou.

Por essa razão, é justa essa homenagem que o Senado presta à sua memória, à sua família e às entidades a que se dedicou com tanto empenho durante toda a sua vida. E foi com enorme sentimento de pesar, mas de justiça, que subscrevi esse requerimento de manifestação do Senado pelo pesar desse passamento de pessoa tão importante para a vida científica e política brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, ao saudá-lo, cumprimento também as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores aqui presentes.

Venho à tribuna do Senado, nesta sessão matutina, para, a exemplo de outros colegas, também trazer o meu sentimento de pesar pelo falecimento do grande físico José Leite Lopes, que nasceu no Recife, capital do meu Estado, em 28 de outubro de 1918. Secundando as palavras do Senador Roberto Saturnino, bem assim requerimento apresentado no mesmo sentido pelo Senador José Jorge, desejo, neste instante, associar-me ao sentimento da Casa no pesar pelo falecimento de tão ilustre cientista.

Leite Lopes, entre muitos títulos, era PhD pela Universidade de Princeton, título obtido em 1946; foi professor da primeira Escola Latino-Americana de Física da Universidade Nacional do México; titular de Física Teórica da Universidade Federal do Rio de Janeiro; professor visitante de universidades francesas – inclusive porque ele lá se exilou no período de 1964 a 1967 e também professor visitante em instituições norte-americanas.

Ele aliava a vida universitária a uma enorme participação política em instituições acadêmicas, entre outras na Academia de Ciências do Terceiro Mundo, em Trieste, Itália; Academia de Ciências da América Latina, com sede em Caracas, Venezuela; Sociétés Française de Physique e Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, da qual foi eleito Presidente de honra pelo seu Conselho na 50<sup>a</sup> Reunião realizada em 1998.

Exercia, desde 1955, a condição de Secretário Científico da Organização das Nações Unidas (ONU);

foi Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas de 1960 a 1964; Professor visitante da Faculdade de Ciências de Orsay, da Universidade de Paris, de 1964 a 1967; e Professor Titular da Universidade de Strasbourg, de 1970 a 1986.

Possuía inúmeras condecorações, como o Grande Oficial da Ordem de Rio Branco, talvez a maior comenda que o Itamaraty concede a cidadãos nacionais; Officier dans l'Ordre National du Mérite, do governo francês; e a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito Científico, outorgada em 1994; e várias medalhas. Recebeu o prêmio Estácio de Sá do Governo do Rio de Janeiro em 1987, o Prêmio Nacional de Ciência Álvaro Alberto, figura que tão significativamente marca o desenvolvimento das pesquisas nucleares em nosso País, e também o prêmio científico Unesco, em 1999.

Possuía vários títulos honoríficos, tais como o de Professor **Honoris Causa**, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Estado de Pernambuco, este concedido em 1988.

Eu diria, com relação a Leite Lopes, que a ele se pode aplicar as palavras de Terêncio: “nada do que era humano lhe era estranho”.

Por quê? Porque ele era um homem que, embora ministrasse na área de ciências exatas, era também – e sobretudo, penso – um humanista, preocupado com as questões que diziam respeito às grandes indagações filosóficas e tinha uma visão ampla das grandes questões sociais brasileiras. Daí por que ele não foi um cientista que ficou adstrito ao laboratório, desenvolvendo estudos na área da física e contribuindo para seu desenvolvimento, como lembrou o Senador Roberto Saturnino. Isso lhe propiciou também formar gerações de pessoas que se dedicaram à física no Brasil e ao debate das questões ideológicas e dos problemas nacionais.

No passado, afirmava-se que o brasileiro era pouco vocacionado para as chamadas ciências exatas. Hoje, graças a figuras como Leite Lopes, podemos dizer que avançamos, e muito, nesse território. Também avançamos, e muito, no desenvolvimento de ações voltadas para uma melhor compreensão dos problemas do universo e, de um modo especial, do nosso País.

Fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro e primeiro Presidente da Sociedade Brasileira de Física, o pernambucano Leite Lopes foi uma das figuras centrais da ciência brasileira nas últimas décadas.

Não foi por outra razão que o jornal **O Globo**, de hoje, mencionou, com grande destaque, a sua morte – é bom lembrar que, nos seus últimos anos de vida, ele morava no Rio de Janeiro:

Um dos maiores expoentes de uma geração de cientistas comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, mas também com aspectos sociais e políticos do País. Dessa forma, amigos, colegas de profissão e ex-alunos descreveram José Leite Lopes um dos maiores nomes da ciência brasileira, físico reconhecido internacionalmente...

O Mestre Leite Lopes, que tanto admirava, como disse, nascido no Recife, concluiu o curso secundário, no Colégio Marista, graduou-se em química industrial na Escola de Engenharia, hoje integrada à Universidade Federal de Pernambuco. Prosseguiu seus estudos no Rio de Janeiro, onde se bacharelou em Física.

Não gostaria, Sr. Presidente, de deixar também de mencionar aqui uma declaração, que considero muito apropriada, do professor Ennio Candotti, atualmente Presidente da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, publicada na **Folha de S. Paulo**:

Ele não só ensinou a muitos de nós o que é física, mas também como se deve fazer política científica. Aprendemos que não bastava sermos bons cientistas. Precisávamos estar atentos aos problemas sociais e econômicos do País.

Por isso que não seria exagero qualificá-lo não somente como um dos grandes cientistas brasileiros, mas também como alguém que tinha uma visão ampla do mundo, uma inquietação com os problemas sociais e, de modo especial, com as questões que afetavam o Brasil – seu processo de desenvolvimento, a busca da correção das desigualdades –, que ainda marcam o espaço social brasileiro.

Essa visão de Leite Lopes pode se sintetizar em uma fala sua – aliás, também publicada na **Folha de S. Paulo** de hoje. Disse ele sobre a necessidade de despertar o interesse pela ciência:

Prazer você tem também vendo belas pinturas, vendo belas esculturas, vendo belas arquiteturas, vendo a bela arte, como você tem prazer na física. Eu tive esse prazer ao fazer um trabalho original e ao propor umas idéias novas.

Isso confirma a personalidade do Professor José Leite Lopes.

Daí por que, Sr. Presidente, além da inserção em Ata de voto de pesar pelo passamento de tão ilustre figura, como foi requerido pelo Senador Roberto Saturnino, pelo Senador José Jorge, por mim e por outros Colegas – fossem da mesma forma apresentadas condolências à família, de modo especial ao filho Sérgio Leite Lopes, que continua a obra do pai, ao Governo de Pernambuco, presidido pelo Governador Mendonça Filho, já que ele era desse Estado, e às instituições científicas às quais o ilustre físico pertencera.

Encerrando minhas palavras, Sr. Presidente, eu gostaria de expressar, mais uma vez, algo que penso – e é o sentimento de toda a Casa – sobre o pesar pelo falecimento de tão pranteada figura do mundo científico, filosófico, cultural e, por que não dizer, político da sociedade brasileira, nome notável de José Leite Lopes, que tantos serviços ofereceu, de forma proba e responsável, ao nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar a votação do requerimento, tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador José Jorge.

Concedo a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na realidade, o físico José Leite Lopes é um dos pernambucanos mais ilustres. Participou do desenvolvimento da Física e, efetivamente, merece esta homenagem que lhe estamos prestando hoje, no Senado Federal.

Tendo em vista que os Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel já apresentaram os principais aspectos da sua vida, da sua biografia e da sua importância, não só como cientista, mas também como homem público, como pessoa que participou dos momentos importantes da vida brasileira, eu gostaria apenas de dizer, como pernambucano, como Senador que representa o grande Estado de Pernambuco, que eu não poderia deixar de também me associar a essas homenagens.

Portanto, Sr. Presidente, faço minhas as palavras dos Senadores Roberto Saturnino e Marco Maciel em homenagem a esse grande brasileiro e grande pernambucano que foi o físico José Leite Lopes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação os requerimentos de pesar.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador João Alberto Souza.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 671, DE 2006**

**Requer Voto de Aplauso a Severino Manoel de Souza, o humilde sem-teto atador de papel que para impedir a fragmentação de livro de Machado de Assis em galpão**

**de reciclagem num edifício central de São Paulo, resolveu formar uma biblioteca para outros sem-tetos que ali vivem.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso a um simples cidadão brasileiro, sem-teto e catador de papel, Severino Manoel de Souza, que abraçou a idéia de formar uma biblioteca para outros sem-tetos que vivem num edifício central de São Paulo, na Av. Prestes Maia, 911, que fora abandonado e depois invadido. A iniciativa de Severino ocorreu ao impedir que fosse destruído, por máquina fragmentadora, um exemplar de livro de Machado de Assis. Seu gesto frutificou, hoje a biblioteca do edifício conta com 7 mil volumes e é consultada diariamente pelos 1.600 moradores.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado, no Edifício Prestes Maia nº911, em São Paulo, Capital.

**Justificação**

A história de Severino Manoel de Souza é emocionante e merecedora de aplauso. Sem-teto, catador de papel no centro de São Paulo, ele vive no edifício Prestes Maia no Centro de São Paulo, uma edificação que, abandonada, foi invadida por 468 famílias. No seu subsolo, funciona um galpão de fragmentação de papel para reciclagem, uma rotina da qual diariamente Severino participa. Tudo ocorreu no dia em que, ao ver que estava sendo destruído um exemplar de livro de Machado de Assis, ele gritou: Pare. Isso é um crime muito grande. E informou aos seus companheiros quem foi Machado de Assis. A partir daí, segundo relata a revista **Época**, numa reportagem de Eliane Brum e Maurílio Clareto, o catador de papel passou a recolher nas ruas livros abandonados, por ele chamados igualmente de Sem-Teto. Com eles, Severino conseguiu formar uma biblioteca de 7 mil volumes. A biblioteca comunitária que o catador de papel formou é consultada diariamente pelos moradores do edifício, considerado a maior ocupação vertical da América Latina. Nele vivem garçons, faxineiros, manicures, ambulantes, seguranças e imigrantes bolivianos que trabalham - diz a revista - em regime de semi-escravidão. Ele é, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado.

Sala das Sessões, de junho de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

Em virtude da leitura de mais quatro medidas provisórias, não haverá deliberação. Portanto, não haverá Ordem do Dia hoje.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

**1**

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 14, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão  
Prazo final: 4.7.2006

**2**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do §6º do art. 62, da Constituição Federal.)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte, no valor global de duzentos e cinqüenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:  
Prazo Final: 6.7.2006

**3**

**SUBSTITUTIVO À  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal (comparecimento do Presidente da República



ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 4

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

#### 5

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).*

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

#### 6

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).*

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

#### 7

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).*

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

#### 8

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;

– de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e

– de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

#### 9

### **PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

### 10

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 31, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

### 11

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).*

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

### 12

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).*

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam

Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

### 13

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

### 14

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

### 15

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

### 16

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 137, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

**17**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Radialista*.

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

**18**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus*.

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

**19**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira*.

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

**20**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

**21**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 141, DE 1999**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas*.

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

**22**

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 174, DE 2000**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

## 23

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 2002  
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

## 24

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43,  
DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal.*

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

## 25

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390,  
DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta,

com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Voltamos à lista de oradores.

Concedo a palavra, por permuta com o Senador Marco Maciel, ao primeiro orador inscrito, que é o Senador José Jorge.

Em seguida, está inscrito, para uma comunicação inadiável, o Senador Antonio Carlos Magalhães, na forma do art. 158 do Regimento Interno do Senado.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, deu mais uma das suas declarações no programa “Café com o Presidente”. Infelizmente, ele falou sobre educação e, quando o faz, mostra uma desinformação muito grande. Normalmente, coloca questões que não foram resolvidas como se tivessem sido resolvidas no seu Governo.

Ontem, no programa “Café com o Presidente”, ele disse a seguinte pérola: “Na última quinta-feira, nós fechamos com chave de ouro todo o programa de educação que nos propusemos a fazer no nosso mandato. Só faltou uma coisinha” – a palavra que ele usou foi “coisinha” –, “que eu lamento profundamente, que o Senado não tenha aprovado o Fundeb”.

O programa do Governo Lula, eleito em 2002, tinha entre suas metas a universalização da pré-escola e do ensino médio. Diga-se de passagem, era uma meta de difícil cumprimento, mas foi usada na campanha eleitoral, assim como foi dito que seria dobrado o valor real do salário mínimo e seriam criados 10 milhões de empregos. O próprio Plano Nacional de Educação não continha essas metas.

(...)O aumento da matrícula nesses dois níveis de ensino requer maiores investimentos, o que passa pela criação do Fundeb.

Da população de 15 a 17 anos, 80% estavam na escola em 2004, segundo os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Um percentual bem inferior aos 97% do ensino fundamental, universalizado já na segunda metade da década de 1990. Na pré-escola, a taxa de atendimento era ainda mais baixa: 72%. Nas creches, 14%.

Ora, na realidade, o que aconteceu no Governo Lula, na área de educação? Infelizmente, nada de relevante.

O Governo do Presidente Lula já está no terceiro Ministro da Educação. O primeiro foi o Ministro Cristovam Buarque; o segundo, o Ministro Tarso Genro; e, agora, é o Ministro Fernando Haddad. Quer dizer, são três Ministros diferentes em um único Governo. Só para comparar, o Presidente Fernando Henrique,

num governo de oito anos, teve apenas o Ministro Paulo Renato.

O que aconteceu durante o Governo Lula na área de educação? Cada um dos três Ministros olhou o sistema educacional de uma maneira diferente.

Eu me lembro bem de que, quando assumiu, a grande meta do Ministro Cristovam era acabar com o analfabetismo, porque era um absurdo que o Brasil, um País de um certo padrão econômico, a 9<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup> ou 11<sup>a</sup> economia mundial, ainda tivesse esse percentual grande de analfabetos. Então, haveria um grande programa para acabar com o analfabetismo.

Infelizmente, Senador Antonio Carlos, ninguém nunca mais ouviu falar que o Governo queria acabar com o analfabetismo. O Governo desistiu, não se fala mais nisso. O Ministro Cristovam Buarque, um grande Senador, companheiro nosso, foi demitido por telefone pelo Ministro José Dirceu – na época, o todo-poderoso da República.

Aí, veio o Ministro Tarso Genro, que, na realidade, é um político importante, mas que, aparentemente, não gosta de educação. Durante o tempo em que esteve à frente do Ministério da Educação, ele não ligava para a questão educacional. Basta dizer que escreveu um livro de 200 páginas de como devia se organizar o País, onde não há as palavras “educação”, “professor”, “universidade”. Quer dizer, é um Ministro que acredita que a educação não é elemento fundamental.

Por último, veio o Ministro Fernando Haddad, que, de certa maneira, criou uma situação nova: encaminhou ao Congresso alguns projetos que estavam engavetados. Somente isso.

Então, o que aconteceu na semana passada, na quinta-feira, a respeito de que ele está falando aqui? O Governo mandou para o Congresso o projeto da reforma universitária. Ora, o Governo assumiu no dia 1<sup>o</sup> de janeiro de 2003. Estamos no dia 13 de junho de 2006, quer dizer, o Governo assumiu há três anos e meio e só agora, quando está acabando, manda o projeto da reforma universitária para o Congresso, acreditando que com isso resolve o problema das universidades brasileiras.

Na verdade, nas universidades públicas, o Governo Lula não fez nada. Nas universidades privadas, houve o programa de bolsas, concedidas aos alunos em troca da isenção de impostos. Esse é um programa que beneficiou uma série de estudantes, mas essas vagas poderiam ter sido colocadas na universidade pública, porque, de toda maneira, é o Governo que está pagando com a isenção de impostos, total ou em parte.

Esse programa nunca foi feito no Brasil, porque desde a Constituinte de 1988 – e há muitos Senado-

res, como a Senadora Heloísa Helena e outros, que acompanharam isso de perto – existe a seguinte tese entre todas as pessoas ligadas à educação, a qual começou com o PT, mas, depois, todo o grupo adotou: verba pública para ensino público. Essa era a tese, que não permitia que se comprassem vagas nas universidades privadas.

Agora, as vagas foram compradas nas universidades privadas. Isso foi ótimo para elas, pois muitas estavam em dificuldades, e foi bom para os estudantes, porque novas vagas foram conseguidas, mas quebrou a filosofia de “verba pública para ensino público”. Então, talvez essas vagas pudessem ter sido criadas na universidade pública, como era a tese de todo o sistema educacional, de toda a política educacional brasileira, para a qual havia um consenso – mais uma tese do PT que foi quebrada.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concedo um aparte ao Senador Roberto Saturnino.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Senador José Jorge, não vou polemizar com V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> faz críticas, e com algumas delas eu até concordo – como quanto aos tempos e aos prazos –, mas é impossível deixar de reconhecer as iniciativas do Presidente Lula, como a remessa do Fundeb, assim como não se pode deixar de reconhecer a iniciativa do Governo Fernando Henrique com a criação do Fundef. Mas o envio ao Congresso da mensagem do Fundeb é um grande avanço, talvez o maior que já se realizou no campo do ensino básico. E a criação da “Universidade para Todos”. Agora, houve a iniciativa do Presidente de enviar ao Congresso o projeto de reforma universitária, que é um assunto muito polêmico e que vai demorar muito, necessariamente, em discussão, mas revela essa preocupação, essa consideração de prioridade para a educação, o que não pode deixar de ser reconhecido. Assim, compreendo o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e as críticas que faz. V. Ex<sup>a</sup> é um Senador da Oposição e faz a crítica com seriedade, a qual, em certos momentos, devemos reconhecer, mas devemos reconhecer também que a História marcará o Governo do Presidente Lula por essas três iniciativas a que me referi: Fundeb, Universidade Para Todos e, agora, a reforma universitária.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Senador Roberto Saturnino, eu gostaria de concordar com V. Ex<sup>a</sup>, mas, infelizmente, só a iniciativa de enviar projetos para o Congresso é muito pouco para o sistema educacional. O envio do projeto para o Congresso é apenas a primeira etapa de um longo processo, cujo

mérito está muito mais na aprovação e na implantação daquela nova legislação.

A reforma universitária, reconhecimento, é um tema muito polêmico. Estamos a seis meses do final do Governo, e o Presidente Lula deveria ter enviado esse anteprojeto, por ser polêmico, há muito mais tempo. Acredito que só não o fez por conta da mudança dos três Ministros, mostrando que esses tinham uma política educacional, não o Governo.

De qualquer maneira, não dá para o Presidente dizer, na solenidade, que enviou esse projeto para o Congresso e que só falta uma “coisinha” para corrigir o sistema educacional.

Em relação ao Fundeb, sou o Relator desse projeto. Fui Relator do Fundef, há dez anos; fui Relator da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, também há tempos; fui Relator do Plano Nacional da Educação, já como Senador, e, agora, sou Relator do Fundeb.

O que ocorreu ao Fundeb? Chegou ao Senado no final de fevereiro, fui designado Relator pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e cumprimos todas as etapas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O Senador é testemunha disso, está aqui presente.

Fizemos as audiências públicas solicitadas pelo Governo e pela Oposição, o que ocorreu até em reunião extraordinária. O Senador Antonio Carlos ficava lá, sentado, quatro, cinco horas por dia, para ouvir essas audiências públicas, assim como todos nós. Depois, abrimos prazo para a apresentação de emendas, e foram todas apresentadas. Elaboramos e apresentamos o relatório. Fizemos um acordo para aprová-lo, e ele foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, votamos as emendas, e o relatório está aqui no plenário para ser votado.

O Presidente Lula diz que a culpa é do Congresso. Ora, por que o relatório do Fundeb não foi votado? Não foi votado porque a pauta está fechada por medidas provisórias que são elaboradas pelo Presidente Lula. Então, não foi votado porque a pauta está fechada por essas medidas provisórias. E por que a pauta não abre? Porque se votam quatro medidas provisórias por vez. Agora mesmo, o Presidente Renan Calheiros acabou de ler mais três medidas provisórias. Assim, a pauta fica fechada, e não se pode votar o Fundeb.

Então, o que eu quero é defender o Congresso. Na realidade, a minha parte como Relator praticamente terminou na hora em que foi aprovado na Comissão. De agora em diante, depende mais dos Líderes, que estão impedidos de votar o Fundeb aqui por conta das medidas provisórias.

Então, infelizmente, tenho de dizer que a culpa é do Governo do Presidente Lula pelo seu excesso de medidas provisórias.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães e, depois, ao Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**

– Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. V. Ex<sup>a</sup> realmente cumpriu muito, e muito bem, os seus deveres com esta Casa, motivo de orgulho para todos nós da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Obrigado.**

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)**

– Em relação ao Fundeb, V. Ex<sup>a</sup> fez tudo, e já está pronto há mais de três semanas.

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Há mais de um mês.**

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O que acontece, então? O Senhor Presidente da República não quer que o Senado vote. O Senhor Presidente da República quer realmente parar, porque não quer a aprovação do Fundeb, e diz que quer. Sua Excelência o está retardando, inclusive sabe que ainda vai voltar à Câmara e, conseqüentemente, dificilmente vai passar por estes dias. V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, trabalhou magnificamente e me senti honrado por ter designado V. Ex<sup>a</sup> para esse e para outros trabalhos da Comissão.**

**O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado.**

Senador Romeu Tuma.

**O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) –** Praticamente

pouco tenho a acrescentar ao que disse o nosso Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup>, durante estes oito anos em que está no Senado, sempre esteve presente nas Comissões de Educação e de Constituição, Justiça e Cidadania, voltado inteiramente ao trabalho, com um conhecimento profundo sobre a modernidade e o alcance que o Brasil deve ter na área de educação. E V. Ex<sup>a</sup> faz uma referência aqui que deixa o coração amargurado: há 10 anos, V. Ex<sup>a</sup> relatou o Fundef, se entendi bem. O Senador Cristovam Buarque disse que ficou um ano – um ano! – tentando uma audiência com o Presidente da República para levar os projetos para serem discutidos, como Ministro da Educação, e não a conseguiu. V. Ex<sup>a</sup> está certo: entre o Governo e a educação, há um biombo que não dá para ultrapassar. Penso que V. Ex<sup>a</sup>, Vice-Presidente, na condição de candidato, terá uma missão importante em sua eleição no sentido de expor o que conhece sobre educação. O Brasil vai sobreviver na hora em que investir realmente em educação. Vi isso nos países asiáticos que visitei e sei o que eles dedicam à educação. Outra coisa que me assusta, Senador José Jorge, é a tentativa de desmoralizar o Parlamento. Esse é um caminho muito breve para uma pressão de socialismo desnecessária, apagando

o que é importante na democracia, que é a palavra da representação popular. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> e dizer que sou um seguidor assíduo de todas as suas decisões na área de educação.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Muito obrigado. E, eu, de V. Ex<sup>a</sup>, na área de segurança.

Concedo o aparte ao Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup>, com elegância, vem aqui dar uma explicação sobre a questão do Fundef. Vem relatar o esforço que o Congresso fez para aperfeiçoar um texto defeituoso. Defeituoso mesmo! Defeituoso e fazedor de média. Porque, na verdade, na verdade, o Governo participa com um DX, comparado com o que os Estados participam. O grosso da participação dos recursos, tanto do Fundef quanto do Fundeb, é do âmbito estadual e municipal. A participação federal é muito pequena...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Um por cento do Fundeb.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – ...mínima, ridiculamente pequena. E vem aí o Presidente Lula se arvorar de dono da idéia e de patrocinador das mudanças. Na verdade, nem dono de idéia nenhuma ele é. Porque esse assunto começou no Governo passado, de Fernando Henrique, sob a inspiração do ex-Ministro Paulo Renato. Agora, o que eu quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> é o seguinte: não sei se V. Ex<sup>a</sup> se lembra do acordo que foi feito para votação do Orçamento. O Governo fez um acordo com o Congresso, passando pelo Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, pelo Líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Bezerra, e pelos Líderes de Oposição – por Arthur Virgílio e por mim –, para remover, no meu entender, uma perseguição política sobre o Estado de Sergipe. E o Ministro Tarso Genro tomou o compromisso pessoal – claro que pessoal em nome do Governo – comigo, com Arthur Virgílio, com Fernando Bezerra e com o Senador Renan Calheiros, que está na Presidência e está concordando comigo, de resolver o problema, que é político – muito mais político do que técnico –, e até hoje não teve solução. E o Governo sabe que não vai humilhar o Congresso, que não vai tomar compromisso com o Presidente do Congresso e fazer de conta que não combinou nada. Combinou, sim, e tem de cumprir. Não foi ele que propôs? Foi ele que propôs. Nós estamos aqui no aguardo do cumprimento. Não que venhamos barganhar a votação do Fundeb. É uma matéria meritória, do interesse coletivo que será votada. Agora, o Presidente Lula não tem autoridade moral, porque sabe dos acordos feitos pelos seus Líderes, pelos seus Ministros, que falam em nome do Governo, e não tem direito de propor acordo e não cumprir.

E depois vem o Presidente falando em necessidade de votar. Sim, senhor, votaremos, sim. Mas cumpra o acordo. Deixe de mandar tanta medida provisória, entupindo a pauta do Congresso. Faça aquilo que é correto para poder dirigir-se ao Congresso e pedir o seu apoio, que nunca faltou ao Governo quando em pauta esteve o interesse coletivo. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do pronunciamento, com esse reparo que faço em nome da verdade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador José Agripino. S. Ex<sup>a</sup> tem razão.

Em relação ao Fundeb, o sentimento que tenho é de que se trata mais de uma tentativa de aproveitamento político e eleitoral do Fundeb do que de aprová-lo e implantá-lo. E digo o motivo. Primeiro, o Ministério da Educação, Senador José Agripino, fez um comercial que passou na televisão durante muito tempo, eu o vi diversas vezes, sobre o Fundeb, dizendo que receberia R\$4,5 bilhões do Governo Federal. Na realidade, esses R\$4,5 bilhões são para daqui a cinco anos, depois de aprovado. Portanto, era um comercial mentiroso. Ficou durante seis meses. Até denunciei daqui.

Posteriormente, no programa eleitoral do PT, aquele de vinte minutos, em que o Presidente Lula falou sobre a educação, foi colocado que o Fundeb já havia sido aprovado. Coisa que também não é verdade. E, agora, o Presidente Lula, de dois em dois meses, fala sobre o Fundeb – que conhece pouco, diga-se de passagem. Da penúltima vez que falou, o Presidente afirmou, Senador Tuma, que, se não o aprovassem, ele baixaria uma medida provisória. Ora, o Fundeb é uma emenda constitucional, para a qual não cabe medida provisória, graças a Deus até!

O resumo da atuação do Governo do Presidente Lula, na área de educação, é que ele fez pouco, porque, na verdade, não tinha uma filosofia para o que queria fazer e ia fazendo coisas pontuais. Assim mesmo, mandando para o Congresso e depois se desinteressando. Porque aqui, no Senado, depois que foi encaminhado para o Plenário, não vejo ninguém da Liderança do Governo interessado em aprová-lo. Enquanto o Senador Mercadante – justiça seja feita! – ainda estava como Líder do Governo, antes de ser candidato a Governador de São Paulo, ele se interessava; depois que foi embora, ninguém mais falou comigo no sentido de um esforço para aprovar esse projeto do Fundeb.

Na realidade, há dois aspectos: primeiro, o projeto não tem o efetivo interesse da base do Governo em aprová-lo; e, segundo, esse excesso de medida provisória impede que o projeto seja aprovado.

Para resumir, o que noto na atuação do Presidente Lula, na área de educação, é que, efetivamente, no

seu íntimo, Sua Excelência não considera a educação importante. Isso pela sua própria experiência: sem ter estudado, chegou a Presidente da República, o que foi um grande mérito dele, que ninguém pode tirar. Mesmo durante esses 20 anos em que foi candidato, enquanto outros petistas, como Vicentinho, se formaram e outros estudaram, ele nunca estudou e chegou a Presidente da República. Então, qual é o raciocínio dele? “Se eu, que não estudei, cheguei a Presidente da República, para que estudar?” Então, na verdade, ele não dá à educação aquela prioridade que deveria dar. Se fosse caracterizar o principal feito do Presidente Lula na área da educação, eu diria que foi mudar aquela frase antiga, com que trabalhávamos aqui no Congresso: “verba pública para ensino público”. Agora, não. Agora é: “verba pública para ensino privado”, exatamente o oposto do que o PT sempre defendeu.

Muito obrigado, Presidente Renan.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer que concordo, em tese, com o que V. Ex<sup>a</sup> acaba de esposar. E com o que o Senador José Agripino falou também. Fizemos um esforço muito grande, contamos com a participação dos Líderes e do Presidente Antonio Carlos Magalhães e votamos, na última sessão deliberativa, quatro medidas provisórias, e já temos seis medidas provisórias a trancar a pauta. Tivemos hoje de fazer a leitura de mais quatro medidas provisórias. Quer dizer, isso – é óbvio – dificulta, tumultua o processo legislativo de uma forma absurda e fica muito mais difícil administrar uma solução para isso.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje teremos um jogo do Brasil, mas ele já ocorrerá com uma mancha, uma mácula que o Presidente da República quis jogar no craque Ronaldo. Tirado a engraçado, sem ter graça, mau humorista, o Presidente da República atacou o ponto fraco do craque no sentido de que ele estava gordo. E o craque respondeu – pobre Presidente da República que ouviu isso! –: “Aqui também dizem muito que o senhor continua a beber, a se embriagar, e outras coisas mais. É pena que eu não possa dizer tudo”. Quer dizer, quando o Presidente da República ouviu isso, é um sinal de que o nosso País está realmente sem rumo e com a insensatez presidindo a República. Primeiro, ele não deveria falar nada que não fosse de incentivo; segundo, ele não precisava ouvir que gosta de se embriagar. E ainda mais: no outro dia, ele prova isso em discurso, quando diz: “Também a soja serve para uma cacha-

cinha”. Perante cento e tantos milhões de brasileiros, o Presidente da República diz que gosta da cachaça. Pouco importa que ele goste ou não da cachaça, ele não pode é governar bêbado.

Daí por que ele continua a errar, Sr. Presidente, e recebe lições como esta que tenho aqui, da grande jornalista Miriam Leitão, em artigo que escreveu “O pior de Lula”.

O Presidente Lula, adulado pelas pesquisas, insuflado pelos áulicos, está-se superando. Sempre foi de fazer declarações equivocadas mas, nos últimos dias, excedeu-se. Ele disse recentemente que é um “predestinado a reduzir a pobreza no Brasil”. Mais um dos seus irrefreáveis e superlativos auto-elogios. Ser presidente deve mesmo inflar o ego, mas alguém ao seu lado deveria dar-lhe conselhos de humildade.

Aos números: a pobreza caiu mais em 94/95, na passagem entre Itamar Franco e Fernando Henrique, do que nos anos Lula.

Ouçã o PT: em 94/95, a pobreza caiu mais que nos anos Lula!

Caiu oito pontos percentuais no Plano Real; caiu menos de três pontos percentuais agora. Qualquer dúvida, consultar o Ipea, órgão oficial de pesquisa.

Na sexta-feira da semana passada, numa agenda dedicada exclusivamente à campanha eleitoral, o Presidente Lula avisou que daria um número que surpreenderia os interlocutores: apenas 18% dos estudantes universitários [vejam como ele mente] de São Paulo estudam em escola pública; os outros, em universidade privada. Prova, garantiu, do descaso das autoridades paulistas com a universidade pública. Queria atingir seu concorrente Geraldo Alckmin; vitimou os fatos.

Referência de leitura para o presidente: o Censo da Educação Superior de 2004. Feito no Governo dele, está fresquinho. Lá está registrado que o número é pior: 16% dos universitários paulistas estudam em escola pública e 84% em particular. Mas a culpa não é do governo estadual. Em São Paulo, o ausente é o governo federal, que dá matrícula para apenas 1% dos estudantes paulistas. [Respondam, petistas!] Por público, em São Paulo, entenda-se estadual e municipal. No Sudeste, o número é quase o mesmo, mostrando que não é um problema paulista. No Brasil todo, é de 28% a 72%. Recomenda-se ao presidente olhar os números calculados durante sua própria gestão. Isso já evitaria alguns dos equívocos diários.

Parem, portanto, de elogiar a educação neste Governo, porque os números são piores do que nos governos passados! Estão aqui os números certos do Ipea, dados por Miriam Leitão, uma jornalista séria e competente que merece o respeito de todos os políticos brasileiros.



Todo dia, é só abrir os jornais e encontrar as últimas pérolas: os auto-elogios, os erros de conceito, os números truncados, as avaliações intempestivas, as referências históricas desinformadas. A de quinta-feira foi a crítica à educação na década de 90, em que houve, segundo Lula, um descompromisso com o futuro. O nosso déficit educacional é enorme, mas ele ficou menor exatamente na década de 90, quando se universalizou o ensino fundamental. No começo da década, havia 18% de crianças fora da escola; no fim dos anos 90, estavam quase todas dentro das salas de aula. É o oposto do que diz o presidente. Na educação, há tanto a fazer que o melhor é cada presidente correr atrás do prejuízo.

As pesquisas eleitorais dão favoritismo ao presidente e ele tem uma grande chance de se reeleger e ficar por mais quatro anos. O povo vai decidir e ainda tem tempo para pensar. Se decidir por renovar o mandato, quem não gostar do resultado vai respeitar a decisão das urnas. Democracia é assim. Como presidente, Lula errou e acertou; adotou políticas certas e erradas, fez escolhas que resolvem ou que agravam velhos problemas. Avançou em alguns pontos, retrocedeu em muitos outros, como todo governo. Mas imbatível o presidente é na quantidade de sandices que diz quando se solta, insuflado pelos aduladores [os aduladores, infelizmente, também estão aqui, nesta Casa, e na outra Casa do Congresso].

Uma parte do pensamento vivo de Lula apenas desinforma. Outra é pior: deseduca. Durante todo o seu governo, o presidente Lula deu sinais ambíguos aos movimentos sociais. Por atos, tem sugerido que eles têm direito de infringir a lei porque representariam os excluídos. Esse mesmo erro ele cometeu na questão recente com a Bolívia: afirmou que ela tinha direito de se apropriar de bens da Petrobras por ser pobre.

Ora, até contra o Brasil esse presidente da República fica!

As enormes desigualdades sociais são um fato; que os mais pobres sejam representados por esses movimentos sociais radicais é uma hipótese; que eles tenham indulto para desrespeitar a lei é um erro perigoso.

O que aconteceu esta semana não foi um fato isolado, não ocorreu por acaso. Veio sendo construído há muito tempo. Eles invadem fazenda produtiva e destroem propriedade privada e, em seguida, são recebidos no Palácio e, ao sair, avisam que vão continuar invadindo. Isso se repetiu ao longo de quatro anos. Na Bahia, o MST, movimento liderado pelo incluído João Pedro Stédile, invadiu a fábrica da Veracel e destruiu parte do que estava plantado. Em janeiro do ano passado, o presidente visitou o acampamento dos

invasores e disse que, quando terminasse o governo, voltaria para os seus “amigos verdadeiros”.

Quer dizer que esses amigos aí são falsos; os verdadeiros estão no MST. Vocês, infelizmente, vão ver que o que acontecerá de pior não vai ser para Lula, mas para o Brasil.

Em maio de 2005, enquanto Lula recebia os líderes do movimento no Palácio, sem-terra se enfrentavam com a Polícia Militar em frente ao Congresso num conflito que deixou 40 feridos e que renunciava o que aconteceu esta semana. Quando a Via Campesina destruiu o laboratório da Aracruz, o governo estadual suspendeu as verbas públicas para o movimento. O governo federal não teve a mesma firmeza.

Quando o presidente diz que os mensaleiros foram “submetidos à tortura” na CPI, é apenas esquisito. Mas quando ele incentiva quem descumpra a lei, é uma perigosa insensatez.

Assim falou Miriam Leitão. Outros fariam do mesmo jeito ou até com mais força, porque o Presidente, realmente, está levando o país ao caos, e só os cegos não vêem isso, os cegos bajuladores, os cegos que querem cargos no governo, cargos que, infelizmente, Sr. Presidente, não são para servir ao Brasil, mas para servir a eles próprios. Isso é muito triste para o nosso País.

É uma pena que o partido de V. Ex<sup>a</sup> não tenha candidato à Presidência da República, mas, seja como for, ainda tenho confiança de que V. Ex<sup>a</sup> reagirá, como Presidente do Congresso Nacional, contra as atitudes ignóbeis, contra as atitudes violentas desse Presidente que usa o boné dos desordeiros para demonstrar que é um deles; que fala contra os nossos melhores craques, como é o caso de Ronaldo, desestimulando seu êxito na partida, e recebe a resposta de que deveria beber menos. Realmente, deveria beber menos. Se bebesse menos, talvez o Brasil estivesse em melhor situação. O que não pode ocorrer é esse Presidente querer espezinhar, como está espezinhando, o Congresso.

Quando V. Ex<sup>a</sup> anuncia dessa mesa que chegaram novas medidas provisórias, V. Ex<sup>a</sup> está anunciando que o Congresso Nacional vai ficar parado por mais tempo. V. Ex<sup>a</sup> tem – não posso deixar de dizer –, assim como o Presidente Aldo Rebelo, a grande responsabilidade de dizer ao Presidente: “Não mande suas medidas provisórias porque nós não vamos tomar conhecimento delas”. Não podemos parar o Congresso. O Congresso poderá ficar sem condições de disputar eleições por causa das medidas provisórias.

Apresentei projeto, mas ele não anda. Não anda por quê? Porque ele manda segurar: ele manda segurar aqui e manda segurar lá. Aqui, fecha a pauta – a culpa não é de V. Ex<sup>a</sup> –, mas, lá, a culpa é do Presi-

dente Aldo Rebelo, que sofreu na Casa Civil grandes humilhações, mas hoje quer provar que é mais amigo dele do que ontem.

Sr. Presidente, vivo momentos difíceis quando trato desses assuntos nesta tribuna, e ainda terei de tratar amanhã de outro assunto muito mais grave. Quero que V. Ex<sup>a</sup> fique atento. Já que não vamos ter votação, que tenhamos este Congresso aberto todos os dias possíveis. É um erro parar o Congresso, pois é aqui que se ouve a voz da Nação. Com a paralisação do Congresso, Lula ficará mais livre ainda para fazer as arbitrariedades, para praticar os atos autoritários que ele é capaz de realizar – só pensa em lucro para os seus e para os seus amigos, daí por que um ilustre Parlamentar declarou: “Vou ficar com Alckmin, porque não posso apoiar um ladrão”. E não há resposta de ninguém. Todos ficam calados. Ficam calados porque não têm resposta. Jamais um candidato meu seria chamado de ladrão sem que houvesse resposta da minha Bancada.

Sr. Presidente, esta situação que vivemos não pode continuar. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que use de sua inteligência e da coragem que tem demonstrado à frente da Presidência desta Casa para que possamos evitar que essas medidas provisórias cheguem aos botões, paralisando as nossas atividades.

Até dezembro, vejam só, não vamos votar; seremos vítimas do excesso de medidas provisórias. É assim que ficaremos perante o povo por causa dessa falta de respeito do Presidente para com o Congresso.

As Mesas do Congresso, tanto a da Câmara como a do Senado, deviam ter o poder imediato de dizer: “Esta matéria não é urgente nem relevante. Conseqüentemente, nós não vamos votá-la. Vamos votar a Ordem do Dia”. E aí não aconteceria nada, iríamos disputar isso no Supremo Tribunal Federal, que também não iria se calar diante de tanta barbaridade feita pelo Presidente da República.

Apelo para V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, na certeza de que V. Ex<sup>a</sup> fará o possível para evitar essas medidas provisórias que trancam a pauta e desmoralizam o Congresso.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a inscrição como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Temos inscrito o Senador Alvaro Dias, que precisa viajar. Senador Arthur, a intervenção do Senador Alvaro Dias será rapidíssima. Em seguida, darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, com muita satisfação.

Eu queria dizer ao Senador Antonio Carlos que concordo com o que S. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer com relação às medidas provisórias, sobretudo. Estamos permanentemente com a nossa pauta trancada. Fizemos, do ponto de vista do Congresso, o que poderíamos fazer: votamos uma alteração profunda, retirando, inclusive, a eficácia das medidas provisórias a partir de sua edição. É importante que isso ande na Câmara dos Deputados.

Ontem, tive oportunidade de dizer pessoalmente ao Presidente da República que, enquanto tivermos essa quantidade de medidas provisórias, vamos ter muita dificuldade para deliberar sobre coisas do dia-a-dia do Senado Federal, como a votação de embaixadores e diretores de agências, a votação das matérias de nosso dia-a-dia. No ano que passou, invertemos a equação: 57% das matérias aprovadas no Congresso foram matérias originárias do Legislativo. Neste ano, provavelmente, o mesmo não vai acontecer em função da pauta permanentemente trancada pelas medidas provisórias.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, nobre Líder da Minoria no Senado Federal.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos chegando ao final dos trabalhos de uma CPI emblemática, atípica. Na próxima semana, o relatório final será alvo de deliberação. Certamente, há discordâncias em relação ao texto apresentado pelo Relator Garibaldi Alves Filho, há votos em separado, e teremos uma decisão polêmica. Mas, certamente, se o relatório final é importante, mais importante foi o trabalho realizado por essa CPI, que, aliás, é diferente, eu já disse, porque resultante de uma deliberação do Supremo Tribunal Federal, em razão de uma iniciativa do Senador Pedro Simon. S. Ex<sup>a</sup>, por meio de mandado de segurança, obteve a consagração da jurisprudência, que não deveria ser jamais ignorada, de que a Minoria tem o direito sagrado de constituir e instalar a CPI no Parlamento.

Foi a resposta que encontrou o Senador Pedro Simon a uma operação “Abafa CPI”, articulada pelo Governo com o objetivo de impedir as investigações diante de escândalos que, lamentavelmente, ganharam espaço na mídia nacional.

O Supremo Tribunal Federal, Senador Romeu Tuma, deliberou pela instalação dessa Comissão. Pronunciadamente, o Senador Renan Calheiros cumpriu a determinação daquela Alta Corte e determinou a instalação dessa CPI. Depois dela, vieram as outras, inclusive a última, que deve ser instalada brevemente: a CPMI dos “Sanguessugas.”

Portanto, Sr. Presidente, mais importante do que o relatório final dessa CPI foi a sua origem e, da mesma forma, o percurso que desenvolveu. Ela se transformou no palco para apresentação de denúncias da maior gravidade, ensejando inclusive um debate sobre fato determinado, fatos conexos com o fato determinado etc.

Mas o importante é destacar que a CPI reviveu episódios até então acobertados, como o de Ribeirão Preto, o assassinato do Prefeito de Campinas – o Toninho –, o assassinato do Prefeito Celso Daniel, de Santo André.

O papel dessa CPI foi fundamental para reviver esses episódios, trazendo-os à tona, colocando-os à luz para que pudesse ocorrer a necessária investigação.

A CPI estimulou o Ministério Público, a Polícia Federal, a polícia estadual para que as investigações se aprofundassem. E é exatamente em função desse estímulo e da investigação que se aprofundou que tivemos a alteração da versão para o crime de Santo André.

Portanto, este papel de uma comissão parlamentar de inquérito é fundamental: propor transparência, convocar a autoridade responsável pela investigação judiciária e estabelecer a interação com a sociedade para que ela possa, motivada pela denúncia dos ilícitos praticados, pressionar as autoridades política e judiciária responsáveis pela investigação.

Não teríamos, Senadora Heloísa Helena, certamente, alterado o rumo das investigações em Santo André, em Ribeirão Preto e mesmo em Campinas sem esse debate estabelecido no palco da CPI dos Bingos, que foi denominada de “CPI do Fim do Mundo”.

Ora, Sr. Presidente, agora, a decisão sobre o relatório. O Relator apresentou uma proposta de relatório consistente, de profundidade; foi ao âmago das questões investigadas. Acreditamos que é possível aprimorá-lo, incluindo nomes que não constam entre os indiciados. Por isso, apresentamos – creio que em nome da Oposição, já que imagino ser compatível com o que deseja a Oposição em matéria de conclusão para essa CPI – um voto em separado que inclui entre os indiciados Gilberto Carvalho e José Dirceu, pela participação visível nos episódios de Santo André. Em um primeiro momento, participaram do esquema de corrupção lá implantado: a arrecadação de recursos juntos às empresas de ônibus, concessionárias da Prefeitura Municipal, recursos esses que eram entregues inicialmente ao Prefeito Celso Daniel, que os repassava a Gilberto Carvalho, que os transportava até José Dirceu. Portanto, essa participação ficou visível. É a constatação recolhida pela CPI nos trabalhos de investigação. Não há como, portanto, não indiciar aque-

les que participaram desse esquema de corrupção na Prefeitura de André.

Depois, veio a articulação política, visando a construir uma versão para o crime, e, dessa articulação, participaram ativamente Gilberto Carvalho e José Dirceu.

As gravações de conversas telefônicas revelam: havia o estabelecimento de estratégia e o monitoramento das testemunhas, com orientação até mesmo no momento das entrevistas concedidas por pessoas supostamente envolvidas no crime do Prefeito de Santo André.

Aludia-se nessas gravações ao conhecimento do Presidente Lula, a ele se dava conhecimento do que se arquitetava em matéria de estratégia, na esperança de construir uma versão adequada politicamente no interesse do Partido dos Trabalhadores. O Presidente Lula era comunicado e consultado. Essas gravações foram apresentadas durante os trabalhos da CPI.

É por essa razão que, no voto em separado que apresentamos, vamos recomendar ao Ministério Público a apuração de responsabilidade do Presidente Lula não só nesse episódio, mas também no que diz respeito à investigação procedida envolvendo Paulo Okamoto, de movimentação financeira incompatível com o seu patrimônio, segundo o Coafi, e de relação com o Presidente da República, por meio de pagamentos efetuados e registrados, inclusive contabilmente, pelo PT, o Partido dos Trabalhadores.

Não há, portanto, como não aprofundar as investigações por intermédio do Ministério Público.

Há também uma relação financeira envolvendo Paulo Okamoto e o Presidente da República na TVT, TV dos Trabalhadores, que obtinha recursos públicos por meio de convênios celebrados com prefeituras municipais, conforme a denúncia de Paulo de Tarso Veneslau. Esse fato também nos motiva a recomendar ao Ministério Público que apure responsabilidade da participação do Presidente da República nesses ilícitos praticados, que implicam o indiciamento de algumas autoridades públicas do Governo Federal – no caso, Paulo Okamoto, José Dirceu e Gilberto Carvalho.

A Oposição sempre teve uma minoria escassa nessa Comissão Parlamentar de Inquérito e, por isso, conseguiu investigar todos esses fatos.

Leio, na Imprensa, que há dúvidas em relação a dois votos que sempre perfilaram os objetivos da Oposição de investigar em profundidade. Quero manifestar, desta tribuna, a minha confiança no voto do Senador Augusto Botelho, do PDT, que, sempre com muita consciência e responsabilidade, contribuiu para que os escândalos fossem investigados, os fatos fossem apurados e os responsáveis fossem alcançados

de forma implacável, porque é isso que deseja o povo brasileiro.

O Senador Augusto Botelho, conscientemente, encaminhou o relatório aos integrantes do seu Partido, à Bancada do seu Partido, para que o seu voto seja o espelho democrático daquilo que aspira o PDT, no Senado Federal, em relação às conclusões dessa CPI.

E o PDT tem sido um Partido afirmativo, tem sido uma brava agremiação, denunciando os desmandos governamentais constantemente. E é por essa razão que eu não tenho dúvida de que a decisão do PDT será a de acompanhar um relatório final afirmativo, consistente, de profundidade, que apure responsabilidades e indicie os principais responsáveis pelos escândalos investigados.

Não há por que, agora, discutir se o fato é determinado ou não é determinado. Aquilo que foi investigado tem de ser alvo do relatório final. Para aquilo que se investigou há necessidade da conclusão, da deliberação. Tem de se buscar conseqüências para que não fique a idéia de que uma CPI se instala para fazer uma brincadeira, para expor pessoas sem conseqüência alguma; para execrar pessoas e não puni-las. Não estabelecer o início dos procedimentos para responsabilização civil e criminal de eventuais envolvidos em delitos praticados, é frustrar a opinião pública.

É claro que, em outros países, há uma diferença. Na França, por exemplo, quando o Ministério Público age para investigar, a CPI instalada esgota a sua missão. Ela se esgota e se encerra. Mas não é o nosso caso. No Brasil, não há como não concluir, não há como não apresentar relatório com as necessárias conseqüências em função da investigação política realizada.

E é bom destacar sempre: na investigação política podemos prescindir até mesmo de provas materiais. Embora, neste caso, existam – e existam substancialmente – provas materiais, testemunhais, confissões importantes. Portanto, há um arsenal que nos motiva a sermos rigorosos na finalização dos trabalhos dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outro voto que se coloca às vezes em dúvida é o do Senador Mozarildo Cavalcanti, vice-Presidente da Comissão. Não creio que ele faltará, nunca faltou. Desde o início, esteve presente. Por motivo de saúde se ausentou há algumas semanas. Mas, certamente, retornará na próxima semana para participar do momento final, do desfecho dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, trazendo o seu voto decisivo para que possamos aprovar o relatório que o Brasil espera.

Não preciso fazer apelo ao Senador Mozarildo Cavalcanti, é um homem consciente e responsável e, certamente, aqui estará, para contribuir com a sua

participação no momento decisivo dessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço, Sr. Presidente, apenas mais dois minutos, para que eu possa fazer referência a uma outra CPI. O Palácio do Planalto reagiu de forma dura aos ataques da Convenção do PSDB do último fim de semana. O Ministro Tarso Genro propôs, ontem, a investigação das privatizações selvagens do Governo Fernando Henrique Cardoso, como resposta ao discurso duro do candidato Alckmin. Ora, vamos à verdade. É cinismo do Ministro Tarso Genro fazer essa proposta agora, porque o PT e o Governo já tiveram oportunidade de realizar essa investigação instalando essa CPI.

O Governo Lula com maioria no Congresso não deixou funcionar a CPI das privatizações. Em março de 2005, ela foi criada na Câmara dos Deputados, foi definida, inclusive, pelo Líder do Governo na Câmara, como a CPI dos sonhos. No entanto, o Governo não pôde contar nem mesmo com a influência do Presidente Aldo Rebelo para instalar essa CPI. Ao contrário, usou todos os meios para postergá-la. O propósito era investigar as acusações de irregularidades nas vendas de estatais realizadas no Governo Collor, Itamar e Fernando Henrique.

A CPI não chegou a iniciar os seus trabalhos devido a pressões do Governo Lula, pois grande parte de seus aliados não indicou os membros; ao contrário, o então Líder Alberto Goldman, do PSDB, indicou os representantes do nosso Partido, a exemplo do que ocorreu com o PFL.

Portanto, o Ministro Tarso Genro age agora com cinismo, porque foi o Governo – e cabe ao Governo explicar o porquê – que não desejou a instalação dessa CPI das Privatizações. Agora o Sr. Tarso Genro aparece para responder às denúncias do candidato Alckmin, em Belo Horizonte, acenado com investigações dessa natureza.

Sr. Presidente, para concluir, em março de 2005, o Senador Arthur Virgílio apresentou um requerimento para reagir a uma tentativa de chantagem como essa, propondo uma CPI para investigar privatizações. Composta de onze titulares e sete suplentes, ela tem todos os membros devidamente indicados pelos respectivos Líderes. Portanto, Sr. Tarso Genro, o senhor que se beneficiou do mensalão no Rio Grande do Sul e não iria dar legenda para mensaleiros quando Presidente do PT, peça ao Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, para marcar data para a eleição do Presidente, fazermos a indicação do Relator, e a investigação começará.

Muito ao contrário do que pensa o Sr. Tarso Genro, quem quer a investigação somos nós, principalmente no momento em que a Bolsa de Valores de São Paulo

queimou, em apenas uma semana, gordura acumulada durante o ano de 2006.

Portanto, se o Sr. Tarso Genro deseja investigar, isso não é sincero da parte dele, porque o que fez o Governo durante os episódios das CPIs no Congresso Nacional foi tentar impedi-las. O Governo teve que aceitar uma decisão do Supremo, por iniciativa do Senador Pedro Simon, mas envidou todos os esforços para impedir que as CPIs fossem instaladas no Congresso Nacional.

Se o Sr. Tarso Genro deseja investigar as privatizações, estamos aqui para apoiá-lo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio como Líder do PSDB.

S. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dez minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Pela ordem.) – Eu gostaria de me inscrever para falar como Líder, na oportunidade em que me for possível.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pois não, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, havíamos tomado uma decisão no sentido de que, quando houvesse manifestações, como agora, falaríamos um inscrito e um Líder, um inscrito e um Líder. Agora, com todo respeito, está falando o segundo Líder, e V. Ex<sup>a</sup> está anunciando o terceiro!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, posso esperar tranquilamente.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não, pelo amor de Deus! Só que V. Ex<sup>a</sup> já está anunciando o terceiro, e eu gostaria que o terceiro esperasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Deixem-me explicar: o terceiro, eu o inscrevi.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ah, bom!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Assim procedemos porque os Líderes têm preferência, os delegados é que são intercalados.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu não sabia. Eu pensei que fossem dois blocos: um de Líderes e um dos outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas tenho a impressão de que V. Ex<sup>a</sup>...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Não, não! V. Ex<sup>a</sup> tem razão. Pensei que havia apenas dois grupos.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador José Agripino falará, sem dúvida, depois de V. Ex<sup>a</sup>, porque S. Ex<sup>a</sup> vai concordar com isso.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Está correto. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Assim que o Senador Arthur Virgílio terminar...

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Nunca pensei no nome de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, pelo amor de Deus!

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Ele ia votar em V. Ex<sup>a</sup>, mas agora está triste por não poder fazê-lo!

**O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não digo que fosse votar, mas ia apreciar a campanha limpa e correta que o Senador Simon haveria de fazer para Presidente da República. A República mereceria receber esse brinde do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em 14 de dezembro do ano de 2004, esta Casa aprovou o projeto de lei alterando a chamada Lei de Informática. A resposta original trazia dispositivos destruidores para a economia do meu Estado, ao criar incentivos que, na prática, possibilitavam que o maior segmento do Pólo Industrial de Manaus, o de televisores, se transferisse para regiões mais ricas e mais desenvolvidas.

Relembro que a proposição permitia que aparelhos com funções majoritárias de televisão pudessem ser fabricados como sendo monitores de vídeo. Com isso, passariam a usufruir dos incentivos da Lei de Informática.

Como Senador pelo Amazonas, obviamente insurgi-me, e com o apoio e compreensão dos meus Pares, os trabalhos do Senado foram obstruídos. E aí houve a participação substancial dos Senadores Jefferson Péres e Gilberto Mestrinho. Mas foram obstruídos os trabalhos até que pudéssemos chegar a uma redação que resguardasse minimamente as conquistas alcançadas, após duras lutas, para a consolidação do Pólo Industrial de Manaus.

Devo ressaltar que o apoio que recebi desta Casa não significou qualquer concessão ou benesse. Deveu-se, sobretudo, aos excepcionais indicadores

da economia amazonense, uma região que precisa desses dispositivos para que pudesse se afirmar como área econômica de relevância – é o que ela é na atualidade.

Ademais, o fortalecimento do Amazonas, e, por conseqüência, da Amazônia, é bom não apenas para a região. É bom e, mais do que isso, necessário para o futuro do Brasil. Eu já disse e venho insistindo nisto: a Amazônia é a região estratégica por excelência do Brasil, que dela depende para que o amanhã da Pátria a todos beneficie.

Os dados indicativos da economia amazonense, que tenho apresentado à exaustão, trouxeram à luz uma pujante, sólida e dinâmica economia ignorada pela maioria da Nação, atacada injustamente por preconceitos e maltratada por instâncias mal-intencionadas da República, sempre prontas a opor dificuldades ao justo, merecido e, repito, necessário crescimento da Amazônia, terra de todos os brasileiros.

De fato, seria insano recusar apoio a um pólo produtivo que, em 2005, foi responsável por um faturamento de US\$19 bilhões, por 100 mil postos de trabalho diretos e 350 mil indiretos, por R\$10 bilhões de arrecadação tributária, por investimentos anuais de US\$5 bilhões, por exportações de US\$2,2 bilhões e que cresce em ritmo quatro vezes maior do que as importações. Não bastasse isso, o Pólo Industrial de Manaus foi responsável pelo maior índice de crescimento industrial do Brasil em 2005, 12,1%, que é quatro vezes superior à média brasileira, de 3,1%. Isso tudo com um admirável índice de nacionalização, mesmo com o dólar barato e com a liberdade de importação.

Outro dado que deve e precisa ser levado em conta: 52% dos insumos industriais utilizados no Pólo Industrial de Manaus são comprados no próprio Brasil e, desses, 33% na própria região; ou seja, o Amazonas, por seu pólo industrial, propicia também o crescimento de outras áreas do País.

Em setembro de 2005, um ano após o memorável debate travado em torno da Lei de Informática, retornei a esta tribuna para alertar que manobras sorrateiras estavam sendo traçadas, visando a tornar sem efeito a proteção que aquela lei trouxe para o pólo de televisores de Manaus.

Os movimentos se davam no âmbito das instâncias que discutiam o destino do sistema brasileiro da TV digital. Evitei apontar os mentores intelectuais daquele movimento, embora entendendo que estava em curso um desrespeito à vontade soberana do Poder Legislativo. Esta é a Casa dos Estados, e o que se debateu aqui e o que aqui se aprovou levou em conta a saúde econômica do País como um todo. Não era possível que, em função de manobras indesejáveis,

uma região fosse, toda ela, condenada à marginalização e, em conseqüência, viesse a se fortalecer a concentração industrial no Brasil.

O Senado, e, por seu intermédio, o Poder Legislativo, não concorda com nada que não represente o equilíbrio entre as regiões. O que estava ocorrendo era, na verdade, uma tentativa de invalidar, por soezes artifícios de esgrima conceitual, a proteção que esta Casa entendeu que era preciso conferir ao Pólo de Manaus em seu segmento de fabricação de televisores.

Vamos colocar os pingos nos is para que a Nação fique inteirada corretamente sobre o que ocorria à distância, fora do controle do Senado da República.

Para escapar ao que determinou a Lei de Informática, aprovada nesta Casa em setembro de 2004, esboçava-se uma política industrial para o setor, na qual o artefato de conversão dos conteúdos digitais para exibição em aparelhos ainda não totalmente digitais passaria a chamar-se terminal de acesso, em vez de *set-top box*, ou conversor de sinais, como hoje são incontestavelmente conhecidos.

Essa era uma tentativa para se retirar a produção de TVs, monitores, conversores de sinais e tantos outros produtos que, a duras penas, conseguimos consolidar.

Tais manobras escancararam-se de forma sórdida. Agora, um novo capítulo, sem qualquer cerimônia: até mesmo autoridades de importância na República vêm a público sugerir novas mudanças na Lei de Informática, na legislação que protege o Pólo Industrial de Manaus e na legislação complementar.

O que está ocorrendo tem endereço certo. Seu objetivo claro é o de viabilizar essa agressão à economia do meu Estado – o que não permitirei, ninguém se iluda quanto a isso –, ou, até melhor, agressão à economia de um Estado que deve ser entendida como um patrimônio de todos os brasileiros.

O que está ocorrendo tem endereço certo. Seu objetivo é o de viabilizar essa agressão à economia do meu Estado. Repito isso com clareza, porque, antes, abria-se sorrateiramente apenas um flanco. Agora, outras frentes se mostram tão perigosas quanto aquela, que, à época, parecia apenas uma inofensiva questão semântica no texto da lei. Explico: o admirável mundo novo que nos aguarda com o advento da TV digital antecipa um cenário em que o futuro da indústria da eletrônica, de consumo de bens de informática e telecomunicações tenderá a ser configurado pelas tecnologias digitais atuantes em grande rede mundial de conteúdos: som, imagem, dados e outras formas de informação. Pouca diferença fará se o aparato de acesso é um celular, uma TV, um computador ou coisa similar.

Cientes dessa tendência, procuramos resguardar que pelo menos aquilo que hoje lá produzimos com qualidade, competitividade e alto grau tecnológico ficasse protegido por lei. Essa preocupação vem desde a época do Governo Collor, quando fomos obrigados a aceitar que os bens de informática passassem a ter incentivos quando fossem fabricados também fora de Manaus, abdicando-se, portanto, da proteção constitucional, que garantia a exclusividade dos incentivos para a nossa região.

No entanto, Sr. Presidente, por ocasião da discussão das alterações à Lei de Informática a que me referi, também tivemos que aceitar restrições à nossa competitividade – e tem sido sempre assim. Toda vez que se anunciam mudanças, quem sai perdendo é o meu Estado. Aos poucos, direitos constitucionais foram sendo minimizados, relativizados, cerceados, mas desta vez será diferente. O Senado da República não haverá de permitir que manobras sinistras venham a ser vitoriosas e decretem o fim da vitalidade da Amazônia e do Estado do Amazonas. Isso significaria o enfraquecimento do equilíbrio entre as regiões.

No cenário das tecnologias digitais, vale explicar mais didaticamente: um monitor, hoje considerado bem de informática, poderá ser fabricado fora do Pólo de Manaus, usufruindo dos incentivos dessa Lei e, portanto, tornando-se concorrente das TVs fabricadas naquele Pólo. Nesse contexto, o principal dinamismo da produção do Pólo de Manaus, estará comprometido.

Presentemente, as interpretações da Receita Federal para o assunto não são favoráveis. Mesmo assim, modelos de monitores que eram considerados televisores recebem incentivos da Lei de Informática porque são adaptados pelo Ministério de Ciência e Tecnologia e pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio como monitores. É só consultar o modelo Flatron L173SA da LG, que está hoje no site do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A Solução de Consulta nº 80, de 30/12/2005, da 2ª Região Fiscal da Receita Federal, esclarece com pormenores que esse modelo é uma TV e, por isso, não deveria usufruir dos incentivos da Lei de Informática.

Alto lá! Querem destruir a unidade nacional?

Alto lá mais uma vez! Querem desrespeitar o Legislativo?

Alto lá de novo! Querem condenar ao empobrecimento todas as Regiões que ficam fora do Centro-Sul?

Estarei, como nunca, vigilante. Os Senadores da Amazônia, todos eles, também. O Senado da República, com sua altivez, não seguirá outro rumo. Estou certo disso. Por isso, desde logo, estou encaminhando à Mesa requerimentos para que, na forma regimental,

sejam solicitadas informações ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, ao Ministério da Ciência e Tecnologia e ao Ministério da Fazenda, acerca dos fatos e das denúncias que trago ao plenário.

O pedido justifica-se. Foi a Receita Federal, ao responder a uma consulta do Centro da Indústria do Estado do Amazonas, informando que qualquer aparelho que tenha funções de TV, ainda que possua características de monitor de computador, não pode ser considerado bem de informática.

Chamo a atenção para a gravidade do que acabo de ler: a Receita Federal, pelo menos aparentemente, ignora a lei ou não a interpreta corretamente.

Outro aspecto que nos afeta de forma mais imediata é a questão do *set-top box*. Esse aparelho vai permitir que as atuais tevês, já presentes nos lares do Brasil, possam receber os sinais da TV digital. Quando as TVs já estiverem sendo fabricadas como digitais, de fato não precisarão mais desse aparelho. Entretanto, ainda ele se fará necessário, tanto para equipar aquelas que já estão em uso, quanto aquelas que seguirão sendo fabricadas sem características digitais.

Pois bem! Hoje, esses aparelhos são fabricados no Pólo de Manaus porque não são considerados bens de informática.

Em 2005, foram fabricados em torno de 2,6 milhões de unidades, Senador José Agripino, Senadora Heloísa Helena, para sinais de TV via satélite, e mais de 180 mil para sinais de TV via cabo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Assistência simpática a V. Ex<sup>ª</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Estou honrado com a atenção do Senador José Agripino e da Senadora Heloísa Helena. O Amazonas se engrandece com ela, pois significa que isso se transformará em apoio para uma causa que é da Amazônia e que, sendo da Amazônia, é de todos os brasileiros.

Em 2006, somente até abril, já haviam sido fabricadas cerca de 700 mil unidades para TV via satélite e cerca de 100 mil para TV via cabo. Essa produção toda, contudo, é ínfima relativamente ao que será demandado pelo mercado quando a TV digital for implantada. Por isso, os produtores de outras regiões do País, com apoio escancarado de autoridades da República, movimentam-se para levar parte ou até a totalidade dessa produção para o Sul e o Sudeste. Pretendem manter a concentração industrial numa única área do Brasil.

Os caminhos que estão tomando são dois. Primeiro: tentam mudar a legislação para incluir o *set-top box* como bem de informática, assim como fizeram com o telefone celular, obrigando a transferência de várias fábricas instaladas em Manaus. Segundo: querem

dar um novo nome para esse aparelho, chamando-o de terminal de acesso. Nesse caso, não precisaria considerá-lo bem de informática porque esse terminal é taxado com IPI mínimo, o que compensaria a sua fabricação fora do Pólo Industrial de Manaus. Terceiro: as NCMs, as Normas Comuns do Mercosul, que começam a utilizar com esse propósito e uma cada vez mais clara convivência oficial, têm os números 8528.1211 e 8528.1219.

A denúncia que trago ao plenário do Senado da República é grave e sugere que todos nos coloquemos em alerta – sim, em alerta. Se esses movimentos forem vitoriosos, será um escárnio em relação ao Congresso Nacional, com o impatriótico, ilegal e suspeito propósito de esvaziar uma decisão soberana do Legislativo, arduamente decidida em favor de uma região que tem sabido honrar os incentivos que recebeu da Nação, diferentemente do que já vimos em outras plagas e em outras situações.

Agora mesmo, constata-se que um grande número de empresas que estão fora do PIM não aplicaram corretamente em pesquisas de desenvolvimento as contrapartidas aos incentivos da Lei de Informática. Deveriam, pois, ser multadas e compelidas a recolher o IPI que deixaram de pagar. E o que acontece? Ora, Senhor Presidente, tenta-se um acordo para legitimar a esperteza e a impunidade. Em Manaus, tudo foi feito às claras, corretamente. Tenho certeza, porém, de que se alguma empresa de lá tivesse agido dessa forma seria execrada como fraudadora. Agiriam com dois pesos e duas medidas, prejudicando quem porventura infringisse a lei na minha terra, o que não acontece em outras plagas quando empresas infratoras são beneficiadas.

Encerro, Sr. Presidente, renovando o apelo aos meus Pares apoio para que o Senado, mais uma vez, seja altaneiro e evite a fragilização da produção desses produtos no Pólo Industrial de Manaus. Temos ciência do elevado percentual de desemprego no Brasil. Manobras contrárias ao Pólo Industrial de Manaus significariam agravar o problema do desemprego. Hoje, as empresas ali existentes empregam em torno de 47 mil líderes – pais ou mães de família ; faturam mais de R\$12 bilhões e exportam R\$1 bilhão.

Tenho certeza de eu, Jefferson Peres, Gilberto Mestrinho e o Senado, como um todo, estaremos atentos. Se esse movimento prosseguir, não tenho dúvida, assumiremos a trincheira e buscaremos todos os recursos ao nosso alcance para defender nosso Estado e nosso povo, na certeza de que estaremos, isso sim, defendendo também os interesses do Brasil.

Há, rondando em lugares sinistros, as tentativas de estancar o êxito do Pólo Industrial de Manaus,

uma idéia que deu certo e que beneficia a Amazônia Ocidental, mais o Amapá e o próprio Brasil, assegurando, ademais, o próprio futuro deste País. A Amazônia, repito, desta vez para encerrar mesmo, é a região estratégica, por excelência, deste País.

Sr. Presidente, encaminho à Mesa, além deste pronunciamento, denúncia que ontem fiz.

Há meses, saiu uma portaria do Ministério da Saúde com deferimento do processo de contratualização do Hospital Universitário Getúlio Vargas, instituição que pertence à Universidade Federal do Amazonas. Isso foi feito após rigorosa auditoria dos Ministérios da Saúde e da Educação, que durou mais de um ano. Trata-se do programa criado pelo próprio Governo Federal, de estruturação dos hospitais universitários e de ensino.

Muito bem. A portaria foi assinada, mas não foi publicada, Sr. Presidente. Então, o resultado é que, dentro de dias, não se poderão mais transferir recursos para o Hospital Universitário da Universidade do Amazonas e ele, pura e simplesmente, parará de prestar os serviços que presta à população de meu Estado, à população dos Estados vizinhos e à população de países vizinhos que recorrem aos serviços competentes do Hospital Universitário Getúlio Vargas.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.**

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sras e Srs. Senadores, volto a tratar de um grave problema na área de saúde de meu Estado. É um problema sério, que reclama urgente solução.

Há meses, sim, há meses, saiu uma portaria do Ministério da Saúde, com o deferimento do Processo de Contratualização do Hospital Universitário Getúlio Vargas, o hospital universitário da UFA. Isso após rigorosa auditoria dos ministérios da Saúde e da Educação, que durou mais de um ano. Trata-se do programa, criado pelo próprio Governo Federal, de Estruturação dos Hospitais Universitários e de Ensino que visa dar estrutura mínima de sobrevivência financeira a essas Instituições.

A portaria, repito, foi assinada. E tudo estaria bem se também tivesse sido publicada. Não foi.

Não foi e isso é sério, muito sério. Daqui a 14 dias, o Hospital Universitário Getúlio Vargas não vai poder celebrar convênios com o Governo Federal, para continuar prestando seus bons serviços à população de Manaus, de numerosas outras cidades do Estado e até mesmo populações de países limítrofes.



Outro dado: por não ter sido publicada a Portaria, verbas dos Ministérios da Saúde e da Educação não poderão ser repassadas ao Hospital.

O apelo que recebi de Manaus é gritante. E contém um alerta: o Hospital Universitário Getúlio Vargas, centro de excelência em diversas áreas médicas que atende, não somente a população de Manaus ou do Amazonas, mas de toda a Região, até a de países limítrofes, poderá fechar as portas, sem as verbas federais para a compra inclusive de suprimentos básicos, como anti-sépticos, seringas, algodão, dipirona e outros medicamentos.

Será esse mais um retrato da ineficiência do Governo Federal?

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Espero que o Governo esteja atento ao apelo de V. Ex<sup>a</sup>.

Quero alertar as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que, por determinação do Presidente da Casa, impreterivelmente, às 14 horas a sessão será encerrada.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por dez minutos. Em seguida, ao Senador José Agripino, pela Liderança.

Apelo para que sejam rápidos. O Senador Amir Lando também está inscrito e, antes de S. Ex<sup>a</sup>, o Senador Heráclito Fortes.

Eu só queria que compreendessem que a sessão se encerrará às 14 horas, impreterivelmente. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É uma determinação de S. Ex<sup>a</sup>, o Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foi estabelecido, previamente, com todas as Lideranças, que, hoje, a sessão iniciar-se-ia às 10 horas e encerrar-se-ia, impreterivelmente, às 14 horas. Estou apenas confirmando decisão anterior e espero que haja a compreensão de todos, para que ninguém chegue às 14 horas e 10 minutos e queira usar a palavra, o que traria um transtorno.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – De todas as Lideranças não, porque eu nem sabia da decisão, mas tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Foi avisado antes, Senadora Heloísa Helena, mas V. Ex<sup>a</sup> terá direito à palavra se quiser que eu a inscreva.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Quero que me inscreva.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrita como Líder.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero dizer que o Senador

Paulo Paim, o Senador Heráclito Fortes, o Senador Sérgio Zambiasi e eu, que nos esforçamos muito com relação à Varig, estamos com reunião marcada com os trabalhadores que fazem parte dessa fantástica campanha para manter a empresa, junto ao senhor Juiz de Direito, que está marcando a sua posição de uma maneira emocionante. Realmente, fazia tempo que não se via uma figura do Judiciário marcando a sua posição com tanta firmeza. S. Ex<sup>a</sup> está buscando uma fórmula, uma solução.

Os jornais de ontem foram dramáticos ao mostrarem que o Governo já está com tudo preparado para o fechamento da Varig. Se a Varig fechar, ele já tem um esquema de tudo o que vai acontecer. Até agora não apareceu um esquema do Governo para salvar a Varig – mas a Varig já o tem. O Governo já tem um esquema para o que fazer quando a Varig fechar. Tentemos falar com a Chefe da Casa Civil para que isso não aconteça, Sr. Presidente.

É um dia sério e responsável para a Varig e para o Brasil. Conversaremos com o Sr. Juiz para lhe dar solidariedade e cobertura para as medidas que ele está tomando. Falaremos com o grupo para que ele tenha o estímulo de continuar e, por amor de Deus, o Governo vai sair muito mal desse episódio. Se a Varig fechar, eu direi com todas as letras: foi o Governo. Aquele velho plano antigo do Chefe da Casa Civil, que, quando começou, de saída, já queria entregar a Varig para a TAM e que já estava tudo resolvido – a Varig ficava com 5% e a TAM com 95% –, esta Casa se rebelou. O Governo passou a boicotar, boicotar, boicotar, boicotar. A Varig passou a ter de pagar a gasolina no dia anterior, ou seja, pagar hoje a gasolina que irá usar amanhã, e é o maior credor da Varig. Se a Varig quebrar, quem provocará isso são as empresas estatais – a Petrobras, aeroportos e outros.

Hoje está na chefia da Casa Civil uma pessoa por quem tenho a maior admiração e o maior respeito – bem diferente do anterior. Espero que S. Ex<sup>a</sup> tenha a grandeza de ver que estamos nas 48 horas decisivas, grandeza de ver e ajudar na questão da Varig.

Sr. Presidente, volto a esta tribuna, mas infelizmente, estamos em uma posição que eu não sabia. Pensei que a ordem para falar era primeiramente o Líder e depois o povão. Mas fui informado agora por V. Ex<sup>a</sup> que a ordem é primeiramente o Líder, depois quem tem licença do Líder para falar e, finalmente, o povão. Então, fui reduzido a último. Pensei que era segunda classe, mas sou terceira classe. E, neste Congresso, é assim, Sr. Presidente.

Eu queria falar com o Sr. Jader, na Presidência.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> é *hors-concours*, é extraclasse.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Obrigado.

Eu queria falar com o Sr. Jader na Presidência. Imagine. Eu tenho tanta mágoa do Sr. Jader que...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas V. Ex<sup>a</sup> não está me vendo como tal, não é?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Eu quis dizer o Sr. Renan. Por amor de Deus, eu nunca faria isso a V. Ex<sup>a</sup>. Eu tenho V. Ex<sup>a</sup> como uma das pessoas mais corretas e mais dignas. Eu não faria uma comparação dessas. V. Ex<sup>a</sup> não merece.

Mas o Sr. Renan estava ontem na reunião do PMDB. Lá estava ele. O PMDB sepultou a candidatura própria. Há quatro anos, aconteceu o mesmo, sepultaram a candidatura do MDB, e os mesmos foram ao Palácio da Alvorada. E a Rede Globo, por meio do Jornal Nacional e do Jornal da Noite, mostrou-os tomando champanhe com o Presidente Fernando Henrique, festejando o fato de que o PMDB não iria ter candidato.

Pois, ontem, foi a mesma coisa: a Comissão Executiva decidiu não ter candidato. O ilustre Presidente da Fundação, Deputado Moreira Franco, disse que deveríamos sepultar o cadáver da candidatura ontem mesmo, porque alguns queriam deixar para sexta-feira. Mas como vamos deixar insepulto o cadáver, ali, cheirando mal? Essas foram as expressões do ilustre Presidente da Fundação, e, por unanimidade, decidiram que o PMDB não terá candidato.

E saíram dali para comunicar ao Presidente da República. Lá estavam o Sr. Renan; lá estava o Sr. Sarney, que não compareceu a nenhuma reunião da Executiva, nem à reunião do Partido, nenhuma! Mas vai a todas com o Dr. Lula! Lá estava o Sr. Jader, resuscitando, e foram lá. O argumento que apresentavam, ao Partido, é que não deveríamos apresentar candidato a Presidente da República, primeiro, porque não tínhamos alguém de expressão, segundo, porque o importante é eleger governador. Eleger governador. Presidente deixa para depois. Mas eu dizia: eleger governador é importante. E a candidata a governadora do Jader é a Senadora Júlia, do PT. O candidato do Renan a governador é o senhor do PSDB em Alagoas. O que foi Ministro e que agora é o grande líder do PMDB no Ceará tem um candidato, que é do PT. E o grande líder, Dr. José Sarney, no seu Estado, é como ele diz: “O meu partido é a minha filha, não tem tribunal, não tem nada”. E, no Estado onde ele tem o título eleitoral e é candidato ao Senado, o candidato que apóia a Governador é do PS.

Quando falamos para o Collor... Estou ficando meio velho: pensei no Renan e me lembrei do Collor. Quando eu fui falar para o Renan ontem que Alagoas

não tem candidato e deveria ter uma candidatura própria, ele respondeu ao meu questionamento: “V. Ex<sup>a</sup> sabe que Alagoas não tem uma candidatura própria do PMDB porque sou Presidente do Senado e, como tal, é impossível ser candidato”.

Eu disse: “Sei que V. Ex<sup>a</sup> é **primus inter pares**, o número um não só em Alagoas, mas no Brasil. Será que o Estado de V. Ex<sup>a</sup> não tem um segundo nome, do PMDB, que possa ser candidato a Governador? V. Ex<sup>a</sup> está dizendo publicamente aqui que Alagoas não tem candidato a Governador porque V. Ex<sup>a</sup> é Presidente do Senado e não pode ser. Mas não tem um segundo nome?”

Saíram dali e foram ao Palácio. Foram ao Palácio. Está aqui na Imprensa. O **Correio Braziliense** está publicando que o Dr. Sarney, que não foi à reunião, estava esperando para ir ao Palácio. Dr. Renan, Dr. Jader, nosso amigo Geddel, da Bahia, esse comando, que é uma espécie de aliança estrangeira, de legião estrangeira que tomou conta do PMDB. Então, foram ao palácio comunicar que o PMDB não terá candidato. Tudo bem. Foram comunicar que o PMDB vai lutar para ter Governadores. Tudo bem. Foram ao palácio para dizer: “Olha, Sr. Lula, nós não temos candidato à Presidência, mas nós vamos lutar e queremos o apoio dos senhores para os nossos candidatos a Governador”. Tudo bem. O Jader vai dizer: “Olha, agora mudou. Eu estava apoiando o PT em Belém do Pará, mas agora que nós não vamos ter candidato, o PT vai nos apoiar em Belém do Pará”. Tudo bem.

Não, foram ao Palácio. Sabe quando nós perdemos o pudor, quando nós não temos... Porque todos nós temos princípios, ética, maneira de agir. Há coisas em que temos até medo de pensar alto. Nós perdemos isso. A reunião deveria ser pelo menos fechada. Fechem a porta, não falem nada. Não, mas saiu no jornal. E, se saiu no jornal, é porque deram. E, uma reunião fechada, no Palácio da Alvorada, com o Presidente da República, se saiu no jornal, é porque tem alguma fonte.

A Executiva Nacional do PMDB decidiu, ontem, por unanimidade, enterrar a candidatura própria do Partido à Presidência. Sem candidato, com o cadáver, ainda insepulto, a Executiva Nacional demarcou a convenção que, por determinação judicial, seria realizada na próxima quinta-feira. No final da sessão, os Senadores Renan Calheiros e José Sarney foram ao Palácio do Planalto comunicar a Lula sobre a decisão do PMDB. Eles confirmaram o apoio da ala governista do PMDB ao projeto de reeleição. Mas ponderaram: é necessário que o Governo resolva com rapidez algumas pendências.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mas logo nas pendências, Sr. Presidente? V. Ex<sup>a</sup> não quer ouvir as pendências?

É necessário resolver algumas pendências para que o partido entre firme na campanha. Essas pendências referem-se à nomeação de quadros do PMDB, para a diretoria dos Correios, para a Agência Nacional das Telecomunicações, Anatel, para o Ministério da Saúde, para o Ministério dos Transportes.

No encontro, Lula disse a Renan e a Sarney que, após ser confirmado pelo PT como candidato a reeleição, a convenção ocorrerá no próximo dia 24. Convidará o Presidente Michel Temer para uma conversa institucional.

Outros jornais falam mais, Sr. Presidente.

Esse é o MDB, esse é o velho MDB. Não, eles não sepultaram a candidatura do MDB à Presidência da República lá na convenção. Eles sepultaram a dignidade, a ética e a moral da coisa pública lá no Palácio da Alvorada, e sepultaram um nu sem um mínimo de vergonha, sem um mínimo de grandeza, escancaradamente. E já estavam doidos para resolver, resolver, resolver, porque o Governo teria dito que não faria as nomeações enquanto não ficasse resolvido que o MDB não teria candidato. E, ontem, resolvido o assunto, eles foram apresentar a conta. Parece que o Garotinho ainda quer entrar em juízo porque a juíza mandou fazer a convenção. Mas parece também que a Executiva vai entrar contra porque não quer fazer a convenção, alegando que não tem candidato. O Garotinho quer se inscrever como candidato e quer entrar em juízo dizendo que quer a convenção. E a informação que tenho é de que o Lula não paga a conta enquanto não resolver esse problema; e estão numa angústia tremenda. Essa é o nosso MDB, Sr. Presidente.

Eu disse ontem, lá, o que digo aqui: não tenho identidade nenhuma com essa gente, Sr. Presidente: Sarney, Renan, Jader, Suassuna, não tenho identidade, mas não vejo identidade nenhuma dessa gente com o MDB; uma legião estrangeira da qual estão à frente. Pegaram e estão usurpando empregos, favores, vantagens, emendas, vale tudo para manterem os próprios privilégios.

V. Ex<sup>a</sup> esteve fantástica ontem no programa Roda Viva, Senadora Heloísa Helena, fantástica. No fundo, a imprensa estava fazendo o papel dela, mas foi duro para que V. Ex<sup>a</sup> pudesse aparecer melhor. Vejo com muita alegria a candidatura de V. Ex<sup>a</sup>, mas acho que o MDB tinha o direito e a obrigação de ter um candidato.

Numa hora como essa em que parece, de certa forma, que as pesquisas nossas querem arquivar a ética, os bons costumes, a moral e a dignidade, alguém me disse que se aparecer o Lula roubando um

supermercado e filmarem, e botarem na televisão, eles vão dizer que o Lula estava roubando para dar para os pobres; porque nada pega contra ele, porque o Governo está aí, pairando acima de tudo e acima de todos. Mas um dia essas coisas virão. Assim como as coisas da ditadura estão aparecendo hoje, esses dias virão à tona. Estou aqui para dizer: Sarney, Renan, Suassuna, essa gente que está usando o nome do MDB sem reunir o Partido – a Bancada do MDB nunca se reuniu, a Executiva não se reuniu, o diretório não se reuniu –, quais são os nomes que eles estão levando ao Palácio e em nome de quem a não ser dos seus interesses?

Gente como o Dr. Renan, que desde que abandonou o velho PCdoB – um grande partido – para arrumar dinheiro para a campanha do Collor, foi Líder do Collor, Ministro do Fernando Henrique, coordenador da campanha do Serra e hoje o todo-poderoso do Lula.

Ontem, Senadora Heloísa, perguntaram-lhe o que a Senhora tinha com o PT. Mas quem poderia imaginar que os homens de confiança do Lula, no Congresso Nacional, seriam o Sarney, o Renan, o Suassuna, o Jader, o Geddel? Esses são os homens da confiança do Lula, esses são os socialistas puro que o Lula tem como coordenação do seu Governo.

Venho aqui em nome dos que estão mortos, dos que não podem falar. Ah! se Ulysses estivesse vivo, Tancredo, Teotônio! Ah! se os nossos velhos companheiros pudessem se expressar! Mas hoje é um dia que parece que estamos sepultados, como disse o Presidente da fundação: “Vamos sepultar essa gente; são cadáveres insepultos que estão ali”. E eles foram festejar a nossa morte distribuindo os cargos. Não sei se beberam champanhe. Da outra vez, a televisão os filmou bebendo champanha. Mas o Fernando Henrique é mais elegante, tem o estilo francês, a champanha era mais apropriada. Naquela vez não apareceu a distribuição dos cargos. Dessa vez eles foram mais objetivos: a champanha fica para lá; vamos logo distribuir os cargos.

É uma pena, Sr. Presidente. Estou a pensar com a minha gente sobre o que fazer. Primeiro, deixar muito claro, mas muito claro que nós não temos nada a ver com esta gente: Dr. Sarney, Dr. Renan, Dr. Suassuna. Essa gente não é o MDB. Não tem nada a ver com a nossa história, com o nosso Partido, estão usurpando o MDB. Mas um dia isso vai terminar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino. Em seguida, a Senadora Heloísa Helena falará como

Líder. Depois, concederei a palavra aos Senadores Heráclito Fortes e Arthur Virgílio.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, manifesto-me após esse discurso candente do Senador Pedro Simon, peemedebista histórico, que aqui falou com o coração. Cumprimento S. Ex<sup>a</sup> pela sinceridade e pela autoria desse discurso. O Senador Pedro Simon é uma das melhores figuras da República, um homem de bem, possuidor de um padrão ético a toda prova, merecedor do respeito do povo brasileiro e que, com justíssima emoção, faz seu protesto em relação ao fato de o seu PMDB não ter candidatura própria.

Senador Pedro Simon, ontem estava em Natal com uma pessoa do povo que não é ligada em política. Conversávamos sobre assuntos outros que não política, mas, de repente, ela me perguntou: “Senador José Agripino, quem é o político que o senhor admira?” Não tive resposta para dar a essa pessoa e devolvi-lhe a pergunta, dizendo: “Vou lhe dar uma seqüência de nomes e você, que não é ligada nem antenada em política, me dirá quem conhece e quem não conhece”.

Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> está ao lado do Senador Arthur Virgílio, um palpitante líder de Oposição que usa a tribuna e a notícia com enorme frequência por justo mérito. Comecei perguntando a essa pessoa se conhecia, ainda que de nome, Arthur Virgílio. Ela disse que não. Com certeza, ela não me reconheceria se eu não fosse potiguar e seu amigo. Perguntei por Renan Calheiros, e ela disse não; perguntei por Jorge Bornhausen, e ela disse não; perguntei por Marco Maciel, e ela disse: “Sim, foi Vice-Presidente”. Perguntei por lideranças da Câmara dos Deputados, e ela disse não. Lembrei-me de perguntar pelo seu nome, Senador Pedro Simon, ela disse: “Sim”. Conhece o seu nome.

Eu não ia nem falar sobre essa conversa que tive ontem, mas, a propósito do seu discurso, quero dizer que as pessoas menos antenadas com política guardam o *recall* de sua presença. Estou lhe prestando um testemunho franco e sincero sobre uma conversa que tive, ontem à noite, com uma pessoa do meu Estado que não é antenada em política, mas que sabe, já ouviu falar e guarda referência sobre Pedro Simon. Isso só categoriza, qualifica o seu pronunciamento, que é sentido, que é sincero, que é verdadeiro e, com certeza, deve ter impactado aqueles que o ouviram da tribuna do Senado. Como a minha conterrânea potiguar lhe conhece, guarda um conceito sobre V. Ex<sup>a</sup>, aqueles que o ouviram devem guardar, com conceito semelhante, as suas palavras e a sua manifestação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria falar hoje sobre farsa. Senador Arthur Virgílio, meu colega

de anonimato diante da conterrânea do Rio Grande do Norte, V. Ex<sup>a</sup> deve ter visto, com a indignação com que eu vi, a farsa que ocorreu na semana passada após a invasão da sede do Congresso Nacional pelo MLST, pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra.

V. Ex<sup>a</sup> deve ter assistido às providências que cobramos da tribuna e, porque cobramos, o Governo foi obrigado a adotá-las em seguida: prisão dos manifestantes e prisão do Sr. Bruno Maranhão, filiado, militante, um dirigente do PT. E V. Ex<sup>a</sup> deve ter, como eu, observado a farsa. As providências só foram tomadas porque foi feita a denúncia e porque a imprensa brasileira registrou a indignação do Brasil com os gestos de vandalismo. O Governo adotou providências porque o assunto foi manchete nacional e porque provocou enorme desgaste.

O Governo apareceu punindo o Sr. Bruno Maranhão como se ele fosse um inimigo do Governo e do PT, mas é amigo do peito, foi recebido pelo Presidente da República em muitas oportunidades, trocava bonés com o Presidente; é amigão, assim como amigões são José Dirceu, Antonio Palocci e Waldomiro Diniz. Quando caem em desgraça, lixo neles, e apresenta-se a farsa ao País. Estamos vivendo um Governo de farsas, Sr. Presidente. Quando o dolo é identificado, no primeiro momento, é o “xô, mosca, sai de perto de mim”. Agora, é amigão. Age por estímulos...

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador José Agripino, dez segundos. Senadora Heloísa Helena, o PT é estranho. Quando se trata da discordância ideológica, a tolerância é nenhuma – é o caso da Senadora Heloísa Helena; quando se trata de loucura, a tolerância é alguma – é o caso do Bruno Maranhão; quando se trata de desvio de dinheiro público, a tolerância é toda – e aí está a impunidade dos mensaleiros, que vão para as urnas sob a legenda do outrora impoluto Partido dos Trabalhadores.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Muito bem colocada a observação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Naquela fotografia do Palácio do Planalto, Lula aparece com seus mensaleiros dizendo que eles tinham cometido um erro, mas não eram criminosos. Ele os anistiou a todos de uma sentada só. Os praticantes do padrão ético defeituoso foram recebidos dentro do Palácio do Planalto e foram anistiados de público.

Os vândalos, pilhados, foram objeto, dentro de uma grande farsa, de uma admoestação para inglês ver. Quando o tempo passar e a poeira abaixar, o Sr. Bruno Maranhão, como os mensaleiros foram recebidos

no Palácio do Planalto, será recebido de novo. Pode até ser de noite na Granja do Torto ou no Palácio da Alvorada, mas vai continuar sendo recebido. Infelizmente, a prática desse tipo de coisa está sinalizando pessimamente a imagem do Brasil para o exterior; está provocando a indignação da sociedade organizada com relação ao Estado de Direito. São fatos tolerados e, mais do que tolerados, são estimulados pela impunidade que lhes atribui o atual Governo.

Estamos vivendo um quadro de perigosa farsa. Quando se pilha o malfeito, Senador Heráclito Fortes, vem aquele carão público para inglês ver, mas logo depois tudo volta ao normal – e o normal é a convivência com a impunidade.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador José Agripino, não há nenhuma dúvida de que o PT hoje é tudo no Brasil, menos um partido dos trabalhadores. Aquele compromisso com essa categoria de sofredores brasileiros foi abandonado pelo PT. Veja como está sendo tratada agora a questão dos aposentados; veja como está sendo tratado agora um companheiro que eles têm, o Senador Paulo Paim, por ter sido coerente com a causa do servidor público a vida inteira. V. Ex<sup>a</sup> precisa ver – e os jornais de hoje noticiam – as declarações do candidato a Governador de São Paulo, nosso colega de Senado, Aloizio Mercadante, ao ver que na sua chapa, entre os candidatos a deputado, há várias pessoas envolvidas no mensalão, nas denúncias da CPI dos Correios, os que renunciaram para fugir da cassação e os que foram anistiados, como a bailarina. Ele diz: “Eles precisam de uma segunda chance”. Imagine, Senadora Heloisa Helena, a que ponto chegou o ex-partido de V. Ex<sup>a</sup>. “É natural; deixa esse pessoal na chapa, porque eles precisam de uma segunda chance!” Esse é o retrato do PT atual. Quanto ao Presidente Lula, não sei nem o que dizer. Coitado, tenho pena dele por sua história, por tudo. No começo da semana passada, criou um factóide terrível ao fazer uma teleconferência com a Seleção brasileira de futebol. Deu aula de estética, montou um *spa*, disse que o Ronaldinho estava magro – a namorada do Ronaldinho disse que não estava –, perguntou como estavam os investimentos do Cafu no exterior e por aí foi. Aliás, ontem noticiaram que Cafu teve sua prisão decretada por um juiz italiano, mas teleconferência com o Presidente ou um telefonema pessoal para confortar os jogadores na véspera do jogo não aconteceu. Felizmente, Senador José Agripino, o *blog* do Noblat noticiou, às 12h47min, que o Juiz Enrico Giallucci absolveu o Cafu dessa condenação estranha às vésperas de um jogo. Só falta o Presidente anunciar que foi a

pedido dele. O resto veremos até o final desta Copa. Muito obrigado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço, Senador Heráclito Fortes, a sua oportuna intervenção, os fatos e os acréscimos que faz a este pronunciamento, em que falo sobre a farsa, a permanente farsa. Lula, na teleconferência, de forma gratuita... Senadora Heloisa Helena, já imaginou se fosse V. Ex<sup>a</sup> que tivesse dito, no tom em que foi dita, no momento em que foi dita, aquela bobagem monumental que o Brasil todo repudiou, de Lula em relação ao Ronaldinho... Para que aquilo? Se fosse V. Ex<sup>a</sup> ou eu, estaríamos crucificados. Lula, rapidamente, depois do carão e do puxão de orelhas em Ronaldinho, cuidou de botar panos quentes em mais uma peça de farsa: “Faz de conta que não falei isso e vamos nos ajustar por aqui”. A Ronaldinho, que não interessa, em um momento como este, a perda de equilíbrio emocional nem entrar em briga inconveniente e inseqüente, aceitou o pedido de desculpas e foi em frente, mas foi mais uma peça de farsa.

Senador Pedro Simon, sabe qual é a última? Não posso, não me contenho... É a farsa que atinge a nossa Petrobras. V. Ex<sup>a</sup>, como eu, aqui e acolá, vê televisão. O Senador Romeu Tuma também vê. Fico aterrado com a quantidade de propaganda sobre a auto-suficiência em petróleo conquistada pela Petrobras. É um massacre. Repete-se: “Governo do Brasil, Governo do Brasil, Governo do Brasil”, como se Lula fosse o responsável pela auto-suficiência em petróleo. Imagina-se, Senador Pedro Simon, que o Presidente Lula seja um apaixonado pela Petrobras. Apaixonado, de beijinhos... É propaganda maciça o tempo todo. Agora, será que esse é o sentimento dos funcionários da Petrobras? Será que esse é o sentimento real ou não há uma farsa por trás disso?

Antes de contar o que ouvi do Sr. Denis Rosenfield, aquele que escreve de 15 em 15 dias no jornal **O Estado de S. Paulo** e com quem jantei em Belo Horizonte na noite de sábado, depois de um seminário que meu Partido levou a efeito para discutir infra-estrutura, vou ouvir V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon. Depois de ouvi-lo, vou dizer para V. Ex<sup>a</sup>s o que Denis Rosenfield me revelou e sobre o que fui atrás de complementos da informação. Vou passar para V. Ex<sup>a</sup>s o que tenho em mãos: é um artigo de um senhor referente à Bolívia.

Mas ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> se referiu a um fato que acho efetivamente muito sério. Em primeiro lugar, é feito com muita categoria. É claro que a gente não vê propaganda “Votem em Lula”; vemos propagandas da Petrobras fazendo obra social; vemos propagandas das empresas fazendo obras sociais. Contudo, nunca em minha vida vi algo semelhante. Nos

intervalos do *Jornal Nacional*, num intervalo ou outro da novela das oito, são duas a três propagandas diferentes e, diga-se de passagem, muito bem-feitas. Até creio que o Sr. Duda Mendonça é quem está por trás, orientando. São propagandas muito bem-feitas, mas que é um escândalo é um escândalo. O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, que diz que este é o País do faz-de-conta, que as coisas acontecem e não dão em nada, faria um gesto muito bonito se desse uma olhada e tomasse uma providência.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN)** – Senador Pedro Simon, V. Ex<sup>a</sup> já ouviu falar em um cidadão chamado Emir Sader? Emir Sader é um petista de carteirinha, um ideólogo, um sociólogo; gente, como o Bruno Maranhão, da intimidade com o PT; gente que formula para o PT, é das entranhas do PT, amigo de todos eles. O Sr. Emir Sader, ideólogo do PT, que escreve com muita frequência para a imprensa brasileira, e sempre defendendo o PT, também escreve para os jornais da Bolívia.

Disse-me o Sr. Denis Rosenfield, que merece fé, que o Sr. Emir Sader é assessor direto do Vice-Presidente da Bolívia, o Sr. Álvaro Garcia. Ele é ideólogo do PT e é assessor direto do Vice-Presidente da Bolívia: a Bolívia de Evo Morales, que cercou a unidade da Petrobras com as Forças Armadas da Bolívia, que humilhou a Petrobras perante o mundo, que humilhou o Brasil perante o mundo, a diplomacia brasileira perante o mundo. Evo Morales, o presidente indígena, eleito pelo povo da Bolívia junto com Álvaro Garcia.

Álvaro Garcia é assessorado diretamente por um íntimo de Lula; chama-se Emir Sader. Quem me disse e autorizou a dizer, porque conhece, ouviu conversa e tem todas as informações, foi Denis Rosenfield, articulista do *Jornal O Estado de S. Paulo*. É um homem de muito bom nível de informação.

Muito bem, Senador Paulo Octávio, deixe-me ler aqui uma “pérola”, um artigo publicado no **Diário da Bolívia**, escrito por Emir Sader, no dia 23 de janeiro de 2006, intitulado “Porque os bolivianos, pela primeira vez, se sentem felizes”. É um longo artigo em que, lá pelas tantas, o Sr. Emir Sader diz:

Ontem, sábado, foi a verdadeira toma de posse de Evo Morales. [“Toma” é para parecerportunhol.] Pude tomar o café da manhã com ele, na casa de seu vice, Álvaro Garcia, na casa deste. [De quem é, evidentemente, assessor.] Eles compraram empanadas saltenhas e alguns refrigerantes. Ficamos conversando cerca de uma hora, entre comentários sobre as notícias dos jornais, sobre chegada de delegações, mas sobretudo sobre recordações

de Evo, que se confessava nervoso, além de molesto por um resfriado.

Sáímos em seguida, com parentes dos dois, em quatro carros, sem batedores...

E por aí vai, Sr. Presidente. Isso para mostrar o nível de intimidade com que o Sr. Emir Sader tratava Evo Morales e Álvaro Garcia, de quem é assessor.

Lá para tantas, diz:

(...)

Quando cheguei a La Paz, me dei conta que havia uma grande concentração de gente, com bandeiras da Bolívia, de Cuba e da Venezuela, era Hugo Chaves que chegava...

Lá para tantas...

(...)

Quando ele entrou no hotel, pude conversar com ele. Inicialmente ele manifestou seu entusiasmo pelos acordos que se estão avançando, depois das conversas em Brasília, com Kirchner e com Lula, sobre o gasoduto continental, que com a incorporação da Bolívia vão mudar a cara geopolítica, econômica e estratégica do continente...

E lá para tantas...

(...)

E, com ele, o povo boliviano, pela primeira vez na sua história, feliz, com Tupak Katari, com o Che e com o Evo Morales.

É um artigo escrito pelo Sr. Emir Sader, que demonstra absoluta intimidade com as pessoas e intimidade com os assuntos que, meses depois, geraram uma crise sem precedentes entre Bolívia e Brasil, envolvendo o gasoduto, envolvendo a venda de gás.

O Sr. Emir Sader, Senadora Heloísa Helena, é conselheiro do PT junto ao Vice-Presidente da República da Bolívia. Ele é petista de carteirinha, de sangue. E seguramente – ele cita, no artigo dele, a questão do gasoduto – foi por orientação ideológica dele, ou de alguma outra natureza, que a Bolívia tomou a iniciativa que tomou de cercar a Petrobras.

Eu fico imaginando a propaganda da Petrobras, as pessoas imaginando que Lula deve estar orgulhoso da Petrobras, amigo que é do Sr. Emir Sader, que orienta o Governo da Bolívia a cercar a unidade da Petrobras na Bolívia e humilhar o Brasil. Uma farsa que tem que ser desmascarada!

Estamos vivendo, Sr. Presidente, um Governo de farsas seguidas; é uma atrás da outra. E o Brasil precisa acordar. O Brasil precisa acordar! Não é possível! Aqui está! É produto de uma conversa eventual. Eu não sabia, eu nunca tinha ouvido falar no Sr. Emir Sader. Fui atrás, comecei a desvendar o novelo e cheguei a

esta constatação triste: a invasão da unidade da Petrobras na Bolívia, comandada, é claro, pelo Presidente e pelo Vice, tem por trás um sociólogo, um ideólogo, um conselheiro petista que está aconselhando contra os interesses brasileiros. E o Brasil, por sua vez, fazendo propagandas ufanistas da Petrobras. Com quem está a verdade? Será o que os funcionários da Petrobras devem querer bem a Lula? Será que a Petrobras, que foi tão maltratada pela Bolívia, que, aconselhada pelo Sr. Emir Sader, fez o que fez? Será que é sincero esse sentimento do Governo brasileiro em relação a Petrobras? Será que é sincero ou estamos vivendo um Governo de farsa?

Sr. Presidente, chamo a atenção, porque acho que estamos vivendo um momento de anestesia neste País. A corrupção atingiu níveis tais em que a relatividade dos fatos está nivelada por cima. Waldomiro é peixe pequeno, Paulo Okamoto é peixe pequeno, porque toda hora os fatos acontecem.

Além disso tudo, a farsa é o escárnio à compreensão do povo brasileiro. E, assim como compreendo os fatos, ou tenho uma visão deles, é minha obrigação trazê-la a esta Casa para reflexão e para que as pessoas que nos vêem e que nos ouvem possam fazer a real constatação do Governo que está nos governando!

Chega de farsa, Sr. Presidente! Chega de Lula!

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado, Senador José Agripino.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, como Líder, por cessão da Senadora Heloísa Helena.

Tem S. Ex<sup>a</sup> a palavra por dez minutos.

O Senador Arthur Virgílio está aqui como inscrito.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes, que seja breve, se for possível, para que ganhem tempo.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador José Agripino, quero dizer que, baseado num artigo e, posteriormente, numa participação do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, economista renomado, num programa da CBN comandado por Heródoto Barbeiro, sobre a questão da propaganda enganosa que a Petrobras faz, encaminhei um pedido ao Conar, que é um órgão sério, para que tome providências para retirada do ar dessas propagandas. É uma verba de R\$120 milhões e que está sendo feita sem nenhum respeito às leis que regem a propaganda brasileira.

Senador Arthur Virgílio, quero lembrar a V. Ex<sup>a</sup>, como Líder, um fato para o qual devemos ficar atentos. Nesse instante, em um dos seus palácios, o Presidente

Lula está recebendo o Presidente eleito do Peru, Sr. Alan Garcia. Mandou um dos seus aviões – o Aero-Lula, ou Sucatão ou Sucatinha, não sei precisar exatamente – Senador Romeu Tuma, buscá-lo no Peru, exatamente como um País rico faz, como o Bush faz quando quer receber um Chefe de Estado. O Presidente Lula mandou buscar o Alan Garcia. Espero que não se repita essa conversa com o Sr. Alan Garcia tal qual aconteceu com Evo Morales. Tiveram uma conversa semelhante, trocaram juras de amor e a Bolívia, hoje, vive a humilhar o Brasil, aos brasileiros que ali moram e somos obrigados a ouvir fatos como esses agora relatados pelo Senador José Agripino.

O Sr. Alan Garcia, Senador Arthur Virgílio, já declarou que vota no Lula e, para mim, não é de estranhar. O desastre administrativo de Alan Garcia, no primeiro governo, principalmente o envolvimento com corrupção, mostra exatamente ao País a identidade e a identificação com a maneira de governar entre os dois. Naquele tempo, Lula combatia Alan Garcia e a gente acreditava. Hoje, são parceiros e vão conversar sobre mecanismos e metodologia de governar.

E o Lula tem aí uma missão maior: tentar uma reaproximação do Sr. Alan Garcia com o seu chefe, seu líder, que é o Presidente Hugo Chávez. Embora os marqueteiros tenham lhe aconselhado a, publicamente, não demonstrar maiores dependências nem ligações com o Sr. Hugo Chávez, a coisa não é bem assim. A verdade é bem outra. O Presidente Lula é um dependente, Senador Arthur Virgílio, do Sr. Hugo Chávez.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é um fato que me obriga a trazer para cá os assuntos do Piauí, como também os assuntos do Brasil. Senadora Heloísa Helena, o Presidente Lula promete o que não pode fazer e o Governador do Piauí responde na mesma moeda. Lemos aqui no portal AcessePiauí: “Transnordestina do Piauí será interligada à Ferrovia Norte-Sul”. Isso é o Governador, num dos seus momentos de alucinação, prometendo que já acertou com o Presidente Lula a interligação do trecho piauiense da Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul, assim que a obra chegue ao Município de Eliseu Martins. Segundo ele, a cláusula já foi incluída no contrato. O Governador Wellington Dias deveria mostrar esse contrato, até porque, se assinado já foi, beira a crime. É um projeto de PPPs e tem de passar pelo Senado da República, Senadora Heloísa Helena, porque envolve dinheiro público com dinheiro privado. Esses contratos, para que sejam assinados, têm um rito legal a ser cumprido.

Por outro lado, o impacto ambiental, toda parte de infra-estrutura que envolve o início desse projeto ainda está muito longe de ser concluído. A não ser

que queiram fazer a obra ao arrepio da lei, sem estudos prévios.

Mas ele anuncia que vai fazer, que vai ligar, que a obra vai começar por Marcolândia. No começo, ele dizia que a obra começaria pelo Piauí, hoje já admite que vai começar pelo Ceará. O Presidente Lula andou até num trenzinho, ele deu até para brincar de trem. Traz uns vagões do metrô de Fortaleza, anda 600 Km, Senador Arthur Virgílio, a quinze quilômetros por hora, para, em Missão Velha, andar com a sua equipe, seus Ministros, 7 Km, e dar a falsa impressão de que aquele trem é o trem da Transnordestina, com ar condicionado e tudo.

Eu disse aqui, ontem, Senador Arthur Virgílio, que estão se preparando para lançar o trem bala ligando Rio de Janeiro a São Paulo e nós não vamos estranhar, porque está dentro do que projeta o marqueteiro real do Presidente da República, que é o Sr. Duda Mendonça, o mesmo que elegeu um Prefeito de São Paulo, Senador Romeu Tuma – V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem o que estou a dizer –, com a famosa história do fura-fila, um trem que ia resolver todos os problemas. O dinheiro era do Japão, o dinheiro está bem aí, vai chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)  
– Até hoje não saiu.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – O bem aí de Lula parece o do caboclo nordestino quando o homem perdido na estrada pergunta onde é a casa que quer alcançar. E ele responde: “Bem aí”. E esse “bem aí”, Senadora Heloísa Helena, são léguas e léguas que um iludido anda na tentativa de alcançar o objetivo.

Isso aqui é apenas uma maneira de o Governador mostrar um prestígio que, na realidade, não tem com o Presidente da República. Nessa solenidade mesmo do metrô, enquanto víamos o Presidente tratar muito bem o Governador do Ceará, mal cumprimentou o Governador do Piauí. Mas ele insiste e teima em arrotar prestígio.

Senadora Heloísa Helena, numa lista tríplice que tramitou pelo Ministério da Justiça e pelo Palácio do Planalto, que é o seu destino final, para a escolha de um Ministro do STJ – o Piauí não tem nenhum – o Presidente não deu nem bolas para o Governador do Piauí. O Governador dizia que tinha acertado, que tinha falado com o Ministro Márcio Thomaz Bastos que ficasse tranqüilo que a indicação seria feita sobre o nome do piauiense Roberto Freitas.

A escolhida, Senador Tuma, é uma advogada competente, sua conterrânea, Dr<sup>a</sup> Maria Thereza Rocha de Assis Moura – já foi inclusive lida aqui a mensagem que o Presidente da República mandou. Nada contra a escolha da juíza ou da advogada e profes-

sora da USP. O problema é exatamente a expectativa que se criou.

Esse jovem advogado, Professor Roberto Freitas, foi escolhido por meio da lista que foi enviada à OAB, pelo Ministério Público; teve apoio maciço de todas as classes do mundo jurídico brasileiro e entrou na lista tríplice que o STJ enviou ao Ministro da Justiça. Mas, na hora da escolha – embora houvesse o prestígio de um Ministro muito competente, mas sem nenhum poder político de mandato, sem nenhum poder político para ser o único governador, como é o caso, por exemplo, do Sr. Wellington, nordestino do PT – o Piauí foi passado para trás: dormiu com o Ministro do tribunal e acordou derrotado.

O senhor acha mesmo que se houvesse prestígio real, se o Governador tivesse realmente prestígio com o Presidente da República, perderia uma indicação? Tratava-se de um homem competente, que preenchia todos os requisitos, juntamente com os requisitos preenchidos pela Dr<sup>a</sup> Maria Thereza. Era apenas uma decisão política.

O Ministro Márcio Thomaz Bastos, ao longo desses três anos e meio, já indicou outros nomes. Em São Paulo já há vários Ministros do tribunal, era uma maneira, inclusive regionalmente, de se redistribuir a representação. Que nada, o Presidente não deu nem bola! Aliás, e com muito carinho, trata o Governador do Piauí de meu menino! Mas deu mostras de que, para menino, se não se dá o que ele quer, dá-se bombom, bala, agrada-se! E o Governador fica a arrotar um prestígio que não tem e mostra estradas e obras, Senador Tasso Jereissati.

Nesta semana, anunciaram lá que o DNIT vai construir a maior malha rodoviária do Nordeste. São cinco mil quilômetros de estrada. Mais do que no Ceará, mais do que na Bahia, mais do que em Pernambuco. Em Pernambuco, para construir estrada de primeira categoria, o Governador Jarbas Vasconcelos teve que fazer uso de recursos próprios, mas, quando se vai verificar, os recursos não constam do orçamento e não estão em plano nenhum. Procuram se informar a respeito e respondem: “Não, isso é para daqui a dez anos”. Ah, vá brincar!

As manchetes de jornais, Senador Romeu Tuma, criam uma expectativa, e a realidade é outra.

Senador Tasso, V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem as estradas nordestinas, até porque é um dos grandes responsáveis pela viabilização das mesmas. Já está sendo anunciado o início da obra, sem ter havido nem sequer aprovação por parte da Comissão de Infra-Estrutura. Anunciam a liberação de recursos, anunciam como se a estrada tivesse data marcada para ser inaugurada. No Brasil todo é assim!



Faço este registro, Senador Tuma, com a maior tristeza, porque creio que o Piauí não merece isso. O Presidente Lula tinha que ter mais respeito para com um Estado que sempre lhe teve consideração e que sempre o acolheu bem.

Enfim, deixem o Governador do Piauí continuar sonhando enquanto o povo espera. Até quando, não sabemos!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pela compreensão no que diz respeito à rapidez do seu pronunciamento.

A Senadora Heloísa Helena desiste de falar. Então, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao Senador Amir Lando. (Pausa.)

Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> encerra a sessão? (Pausa.)

Então, V. Ex<sup>a</sup> será o último. Não haverá mais inscrições, e o Senador Amir Lando falará neste momento.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Amir Lando, que seja breve.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Arthur Virgílio e à Senadora Heloísa Helena a compreensão e a oportunidade que me conferem neste momento para que eu use a palavra, seja breve e possa deixar um recado, sobretudo para o Estado de Rondônia, mas também, por que não dizer, para o País.

Sr. Presidente venho a esta tribuna, conforme anunciei ontem, para tratar da reserva biológica do Jarú.

A reserva biológica do Jarú foi criada pelo Decreto nº 83.716, de 12 de julho de 1979, com área de 268.150 hectares. Mas, agora, recentemente, Sr. Presidente, por um decreto sem número do Presidente da República, de 2 de maio de 2006, os limites foram ampliados na porção de 60 mil hectares.

Ora, essa ampliação recai sobre ocupações de mais de 600 famílias que exploram atividades agropastoris. Sem análise prévia, incorporaram à reserva biológica áreas já depredadas pela presença do homem. Realmente, isso é, no mínimo, incoerente. É lamentável que isso ocorra!

Estão passando por cima do que determinam, sobretudo, os §§ 2º e 6º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 2000, que estabelecem a necessidade de estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização e definir os limites mais adequados para a unidade, conforme disposto no regulamento, por meio do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

Ora, Sr. Presidente, são pré-requisitos legais, são pré-requisitos do próprio Executivo, que reforça aquilo que está na lei, mas isso é omitido. Essa atitude gera uma violência a situações concretas a direitos adquiridos, porque se trata de um título privado, título Bela Vista, devidamente outorgado na forma da legislação.

Trata-se de áreas privatizadas, áreas destacadas regularmente do patrimônio público, inclusive adquiridas e transferidas a vários – quase a todos – dos atuais ocupantes. Eles adquiriram uma área – era um título privado – e estavam exercitando a propriedade e a posse. Mas surge um elemento perturbador, uma vontade obsessiva, obcecada do dirigente do Ibama de Ji-Paraná, o Sr. Valmir de Jesus. A ferro e fogo, ele quer impor a sua vontade.

Detesto toda tirania, mesmo dos agentes públicos; sobretudo aqueles que exercem abusos, aqueles que afrontam o direito alheio.

Devo dizer que a Associação dos Produtores Rurais Verde Vale-Aspror foi, por diversas vezes, denunciar os excessos, as violências cometidas pelo gerente executivo do Ibama em Ji-Paraná. São registros policiais que estão lá denunciando violências inomináveis. Afundamento da balsa, Sr. Presidente, parece um fato corriqueiro, mas ele encontra uma tipicidade, sobretudo, na lei de defesa dos animais. À queima-roupa, um animal que puxava um carro foi executado, porque aquela autoridade entendeu que não cabia a ninguém ter um carro puxado por um animal dentro da área de sua propriedade.

São coisas dessa natureza, Sr. Presidente, que, realmente, dizem de uma conduta exacerbada, de uma conduta incompatível com o exercício da autoridade que deve manter a ordem e o respeito e que deve garantir os direitos individuais do cidadão.

Por isso, Sr. Presidente, entendo que o Presidente da República deve rever o ato. Estou fazendo um requerimento nesse sentido também ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ibama, para que seja feita uma revisão do decreto que amplia a Reserva Biológica do Jarú.

Não é possível que direitos dos cidadãos sejam violentados e que haja agressões, Sr. Presidente – inclusive, tenho registros que vou incorporar ao meu pronunciamento rápido, porque hoje não temos tempo, e a situação é, realmente, grave –, violências pessoais, violências físicas, lesões corporais, praticadas por um agente público que quer, na marra, à base do ódio e da obstinação pessoal, retirar todos aqueles que estão dentro da área recentemente incorporada à Reserva Biológica do Jarú, do Título Bela Vista, com cerca de 60 mil hectares.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Senador Amir Lando?

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Já darei um aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Por isso, Sr. Presidente, sabemos que é importante preservar e proteger o meio ambiente, a fauna, a flora. São vedadas as práticas que coloquem em risco sua função ecológica e provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade, mas, Sr. Presidente, aqui há uma reserva, como me referi anteriormente, de cerca de 260 mil hectares, que agora querem ampliar, exatamente no contexto da colonização promovida pelo Incra, no coração da colonização do Projeto Ouro Preto, que foi o primeiro implantado em Rondônia. Lá, em 1970, começamos a fazer os primeiros assentamentos ao longo da BR-364, naquela região exatamente de Ouro Preto, do Vale do Anari e do Vale do Paraíso.

Agora, há uma ruptura. Agora, há uma agressão. O Incra não desapropriou o Título Bela Vista, destinado à colonização, porque tentou respeitar a propriedade privada num título legítimo. Por isso, Sr. Presidente, há essa violência, essas agressões. Desde anteontem, uma operação no local simplesmente está coibindo os pequenos e médios produtores de levarem víveres, mantimentos lá para dentro. Há uma ação de polícia, promovida pelo Ibama, querendo que as pessoas abandonem a área, por não poderem mais ter acesso nem ao transporte de víveres de primeira necessidade.

Sr. Presidente, suínos foram metralhados, uma égua foi assassinada à queima-roupa, a tiro, pela mão ousada de um agente público. Essa violência é incompatível com o regime de paz e de tranqüilidade que a Constituição e as leis garantem. É, inclusive, crime previsto em legislação própria. Por isso, queremos providências urgentes, para cessar toda a violência e para que a paz e o direito de cada um sejam respeitados.

Antes de concluir, concedo um aparte ao nobre Senador Valdir Raupp, que me solicitou a palavra, para ficar no tempo que me foi concedido por V. Ex<sup>a</sup>, com muita benevolência.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Nobre Senador Amir Lando, quero tão-somente parabenizá-lo por esse protesto e por essa defesa veemente que faz com relação a essas 600 famílias que estão sendo desalojadas de suas propriedades. Se elas não tinham ainda, ou não têm, um documento definitivo...

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Mas têm promessa de compra e venda. V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, ouviu.

**O Sr. Valdir Raupp** (PMDB – RO) – Eles adquiriram essa terra, pagaram por ela, de um fazendeiro que era proprietário, e um lote desse fazendeiro não foi atingido pela reserva criada agora. O que nos intriga ainda mais é que deixaram uma parte da terra para o antigo proprietário, e os pequenos produtores que adquiriram essas áreas estão sendo expulsos dessa área. Fico muito preocupado, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, porque o Incra de Rondônia pouco fez nesses últimos três anos e meio para assentar os acampamentos que lá existem. A BR-364, desde ontem, está fechada, bloqueada, em Candeias, devido àquele acampamento da Fazenda Urupá. Há mais de três anos, o Incra não resolve o problema, não toma providência para desapropriar essa área e assentar nossos produtores. Enquanto o Incra não os assenta, o Ibama expulsa os proprietários de suas áreas. Quer dizer, é o contrário: quando o Incra deveria assentar mais famílias, elas estão sendo desalojadas, o que cria uma tensão social muito mais forte. Por isso, hoje, a BR-364 está fechada, no Município de Candeias, causando todo esse transtorno. Parabéns, nobre Senador Amir Lando, por essa defesa que faz e que sempre fez! V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento de causa, como ex-advogado do Incra, como Senador da República por dois mandatos e como Deputado Estadual Constituinte.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Para concluir, quero agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que, realmente, a situação é dramática. Não se assentam ocupantes, e, por isso, há esse conflito dos sem-terra, que há anos estão aguardando o acesso à propriedade.

Sou contra toda invasão fora da lei, sou contra todo esse movimento de fechamento de rodovias.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas V. Ex<sup>a</sup> fala de expulsão.

**O SR. AMIR LANDO** (PMDB – RO) – Falo, sobretudo, contra a expulsão daqueles que adquiriram a terra de maneira legítima. É lamentável que a reforma agrária tenha parado e que haja, agora, um movimento contrário: a expulsão daqueles que detêm um pedaço de terra para semear, colher e plantar.

Que o Presidente da República tome conhecimento disso e tome providências urgentes no sentido de assegurar o direito dessa gente!

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR AMIR LANDO EM SEU PRONCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno)*

Ofício nº /2006 – Senado Federal

Brasília, 30 de maio de 2006.

A Sua Excelência  
Senhora Ministra de Estado Marina Silva  
Ministério do Meio Ambiente  
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 5º andar  
70068-900 – Brasília – DF

**Assunto: Ampliação dos limites territoriais da Reserva Biológica do Jaru**

Senhora Ministra de Estado,

1. O Decreto nº 83.716, de 11 de julho de 1979, criou, no território Federal de Rondônia, a Reserva Biológica do Jaru, com área aproximada de 268.150 ha (duzentos e sessenta e oito mil, e cento e cinquenta hectares). Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 1º do mencionado Decreto, a Reserva Biológica do Jaru tem por finalidade a proteção da flora, da fauna e das belezas naturais existentes no local, ficando vedada a utilização do solo, perseguição, caça, apanha ou introdução de espécies da fauna e flora silvestres ou domésticas, bem como a modificação do meio ambiente.
2. Com base nos arts. 10 e 22, § 6º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e nos autos do Processo nº 02502.000274/2004-13, foi publicado, no Diário Oficial da União (D.O.U.), o Decreto s/nº de 2 de maio de 2006, que incorporou aos limites da Reserva Biológica do Jaru, no Estado de Rondônia, uma área aproximada de 60.000 ha (sessenta mil hectares), ampliando, por completo, os limites geográficos originais da Reserva Biológica.
3. Contudo, foi alegado perante o Senado Federal que o Decreto de 2 de maio de 2006 é supostamente ilegal, pois teria havido hipotética violação ao art. 22 da Lei nº 9.985, de 2000.
4. Com efeito, a ampliação de uma unidade de conservação, nos termos dos §§ 2º e 6º do art. 22 da Lei nº 9.985, de 2000, deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme disposto em regulamento (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002).
5. Segundo o ensinamento de Hely Lopes Meirelles (Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed., 2001, Malheiros Editores, p. 82), temos que:

A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, *caput*), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.
6. Como Vossa Excelência pode verificar, o procedimento administrativo utilizado nesse Ministério para ampliar a Reserva Biológica do Jaru pode estar eivado de ilegalidades. Dessa forma, torna-se imprescindível o estudo aprofundado de todas as circunstâncias que levaram à publicação do Decreto s/nº de 2 de maio de 2006, com a necessária transparência e agilidade.

7. Ante o exposto, considerando que cerca de mil famílias ocupantes do território ora incorporado à Reserva dependem dessa área para sua subsistência, venho à presença de Vossa Excelência solicitar a reavaliação do Processo nº 02502.000274/2004-13, que deu origem ao Decreto s/nº de 2 de maio de 2006, relativo à ampliação da Reserva Biológica do Jaru, com vistas a excluir dos limites da unidade de conservação as terras de propriedade dos produtores rurais vinculados à Associação Verde Vale.

Atenciosamente,

  
Senador Amir Lando

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM JI-PARANÁ/RO  
Rua Engenheiro Manoel Barata Almeida da Fonseca, 262 - Bairro Dois de Abril - Ji-Paraná/RO  
CEP 78962-471 Fone/Fax (69) 416-9200

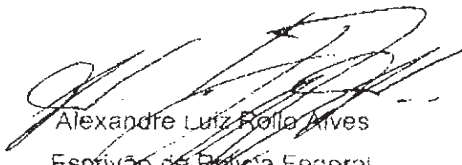
#### CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA

**CERTIFICO QUE**, atendendo determinação do Delegado de Polícia Federal **CESAR AUGUSTO MARTINEZ**, revendo o livro destinado ao Registro de Ocorrências desta Delegacia de Polícia Federal em Ji-Paraná/RO, pertinente aos serviços de plantão das **08h do dia 21/07/2003 às 08h do dia 22/07/2003**, prestado pelo Agente de Polícia Federal **RODRIGO DE SOUSA ALVES**, matrícula nº 10272, na fl. 170-verso, consta o seguinte registro:

"V – OCORRÊNCIAS:

01 – Às 10h30min compareceu a esta Delegacia de Polícia Federal o Sr. **AZUIL PACHECO DE OLIVEIRA**, portando a Certidão de Ocorrência n.º 1688/2003 da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Ji-Paraná/RO informando, para os devidos fins de direito, que o Instituto do Meio Ambiente – **IBAMA**, através de seus funcionários e juntamente com **08 (oito) Policiais Florestais**, no dia **10 (dez)** do corrente mês, às **14h30min**, de forma ilegal e sem a devida Autorização Judicial, afundaram a Balsa de Travessia do Rio Machado, de propriedade da **ASTROP – VAL VERDE**, atualmente, encontrando-se na condição de **FIEL DEPOSITÁRIA**. Informa ainda que a documentação do veículo supramencionado estava em Porto Velho, junto ao Órgão competente (Marinha), para regularização, encontrando-se dentro do prazo de **90 dias** para ser encaminhada. Alega que o fato foi executado a machadadas, furando os tubos flutuadores, sendo a Balsa afundada nas águas do Rio Machado." Era o que continha o registro, do que, **DOU FÉ**.

Ji-Paraná/RO 21 de julho de 2003

  
Alexandre Luiz Rolfo Alves  
Escrivão de Polícia Federal

**ESTADO DE RONDÔNIA**  
Poder Judiciário  
**Comarca de Ouro Preto do Oeste**  
Vara dos Juizados Especiais Cível e Criminal

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
Audiência Preliminar

**INTIMAÇÃO DE: VALTER TOFANIN**, brasileiro, desquitado, filho de Arquimedes Tofanin e Palmira da Silva Tofanin, residente na Rua Wilson de Souza Lima, 0143, Setor Rodoviário ou Bairro Novo Horizonte, na cidade de Ouro Preto do Oeste- RO.

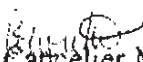
**Processo** :004.05.002810-7/VJE  
**Classe** :Termo Circunstanciado/Crime Ambiental  
**Parte Autora** :Ministério Público do Estado de Rondônia  
**Infrator** :Valter Tofanin

**FINALIDADE:** INTIMAR o infrator supra qualificado, para comparecer na Vara dos Juizados Especiais, à Audiência Preliminar designada para o dia 26 de agosto de 2005 às 09:30 horas, devendo comparecer acompanhado de advogado, caso queira.

**Despacho:** "Designo audiência preliminar para o dia 26/08/05, às 09:30 horas. Int." - OPO, 27/07/05, Dr. Cristiano Gomes Mazzini - Juiz Substituto.

**Resumo dos Fatos:** "Nas atividades de fiscalização na RB Jaru, foi constatado "in loco" um barraco construído no interior da reserva, onde se encontrava o Sr. valter Tofanin e o mesmo tinha de posse uma espingarda calibre 16, com numeração e marca ilegível ."

Ouro Preto do Oeste-RO, 01 de agosto de 2005

  
Inês Cancellier Moretto  
Escrivã Judicial  
(Assina por determinação judicial)

lso

**Governo do Estado de Rondônia**  
**Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania**  
**Direção Geral de Polícia Civil**  
**1ª Delegacia de Polícia Civil de Ji-Paraná**


DOCUMENTO A QUE SE REFERE

**Certidão de Ocorrência**

(Ref. Op. N° 1688/2003)

O Sr. Maria Marlene de Almeida  
 Escrivã(o) de polícia desta delegacia no uso  
 de suas atribuições legais, etc...

**CERTIFICA QUE:** revendo os arquivos desta 1ª Delegacia de Polícia Civil, consta a ocorrência policial de nº 1688/2003, cujo teor transcrevo na íntegra: "REGISTRO DE OCORRÊNCIA nº 1688/2003. Natureza do fato: COMUNICADO. Data: 10/07/2003, hora: 10:50. Local do fato: Rua Ademir Ribeiro, 680 B. aeroporto O. pre. **Comunicante:** AZUIL PACHECO DE OLIVEIRA, filho de Nada Consta] e de Nada Consta, nascido em 11/11/1111, natural de Nada Consta - RO, RG nº 5084771 SSP PA, residente à rua Local do Fato nº 680 na cidade de O. preto - RO. **Testemunha:** MARTONIO FERNANDES DE OLIVEIRA, filho de Nada Consta e de Nada Consta, nascido em 11/11/1111, natural de Nada Consta - RO, RG nº NADA CONSTA, residente à rua Chácara do Filha da Dona Diva nº x na cidade de Ji-paraná-ro - RO. **Testemunha:** JOSÉ BORGES DE SOUZA, filho de Nada Consta e de Nada Consta, nascido em 11/11/1111, natural de X - RO, RG nº X, residente à rua Linha 200 Lote 150 nº x na cidade de Ouro Preto - RO; **HISTÓRICO:** As 10:h50 min. do dia 14/07/03, compareceu a esta 1ª DP o comunicante mencionado relatando o seguinte fato: Que veio informar para os devidos fins, e direitos legais e jurídicos necessários, que o Instituto do Meio Ambiente (IBAMA), que através de seus funcionários e juntamente com 08 Policiais florestais, no dia 10 do corrente mês as 14H30 min., de forma ilegal e sem a devida Autorização Judicial, afundaram-se a Balça de travessia do Rio Machado, de propriedade da ASPROP- Val Verde, e fiel Depositário. Sendo o Sr. Valmir, Diretor Executivo do IBAMA, sito no Rio Machado TD Bela Vista, uma vez que sua documentação estava sendo encaminhada em Porto Velho, junto à Marinha, para regularização, mas a mesma encontrava-se com um prazo de 90 dias para ser encaminhada a referida documentação. Posto isto, a atrocidade foi executada á machadada, furando os tubos flutuadores e a mesma foi afundada nas águas do Rio Machado." Despacho da autoridade: REGISTRE-SE. PERÍCIA NO LOCAL. APÓS DIREI.

É o que contém no referido registro, pelo que me reporto e dou fé. Dado e passado nesta cidade de Ji-Paraná - RO, nos dezesse (17) dia(s) do mês de julho (07) do ano de dois mil e três (2003). Eu  Maria Marlene de Almeida, escrivão de Polícia Judiciária que a lavrei e assino.

Mª. Marlene de Almeida Silva  
 ESCRIVÃ DE POLÍCIA  
 SIAPE 070:927

DOCUMENTO A QUE SE REFERE DECLARAÇÃO

**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS VERDE VALE (ASPRP- VERDE VALE)**, pessoa jurídica de direitos privados, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica de Ministério da Fazenda CNPJ/MF: 04.919.697/0001-50, estabelecida neste município de Ouro Preto do Oeste – RO, sito na Rua Ademar Ribeiro, N.º 680, Bairro J. Acroporto, **Vem informar** para os devidos fins e efeitos legais e jurídicos necessários que o Instituto brasileiro do Meio ambiente ( IBAMA), através de seus funcionários junto com oito policiais florestais, no dia 10 de julho de 2003 às 14:30 hrs, de forma ilegal sem a devida autorização judicial, afundaram a balça de travessia do rio Machado de propriedade da Asprop- Verde vale, e ãel depositário Valmir diretor executivo do Ibama, sito no rio Machado TD Bela vista.

Uma vez que sua documentação estava sendo encaminhada em Porto Velho, junto a Marinha, para regularizar-se, mas a mesma se encontrava com um prazo de 90 dias para ser encaminhado a documentação.

Posto isto, a atrocidade foi executada a machadas, furando os tubos flutuador e a mesma foi afundada nas águas do ria Machado, nenhum órgão estadual ou federal tem o direito de danificar ou destruir bens móvel ou imóvel apreendido sem autorização do órgão competente.

A balça era de uso exclusivo dos associados para travessia do rio Machado TD Bela Vista, que se encontrava a 3.000 M2 a baixo do picadão que separa o Rêbio Jaru da fazenda TD Bela vista.

Sem mais para momento, na certeza de poder contar com vossa colaboração, subscrevemos,

Atenciosamente

Ouro Preto do Oeste -- RO, 11 de Julho de 2003.

*Asull Pacheco de Oliveira*  
Aspror – Verde Vale  
Presidente:

*CO  
Presidente*

*Jose Manoel de Moraes*

Asull Pacheco de Oliveira  
081-860-972-15

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Reserva Biológica do Jarú



- ✓ Criada pelo Decreto nº 83.716, de 11 de julho de 1979, com área aproximada de 268.150 ha.
- ✓ Decreto s/nº de 2 de maio de 2006 incorporou aos limites da Reserva uma área aproximada de 60.000 ha, ampliando, por completo, os limites geográficos originais da Reserva Biológica.
- ✓ Com a ampliação, as áreas de propriedade privada localizadas entre o rio Machado e os antigos limites da unidade de conservação foram incorporadas à Reserva.
- ✓ Cerca de mil famílias ocupantes do território ora incorporado à Reserva dependem dessa área para sua subsistência.
- ✓ A balsa pertencente à Associação dos Produtores Rurais Verde Vale - ASPROR Verde Vale, foi apreendida pela Delegacia Fluvial de Porto Velho da Marinha do Brasil, em 4 de junho de 2003 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário), ficando como fiel depositário o Gerente Executivo do Ibama em Ji-Paraná, Sr. Walmir de Jesus.
- ✓ Segundo a petição o afundamento da balsa, na corredeira Idalina, localizada no Rio Machado, ocorreu de forma não proposital durante seu transporte até a sede da REBIO Jarú, visto que a embarcação não teria agüentado a força da correnteza do local.
- ✓ O Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado de Rondônia, aprovado pela Lei Complementar nº 233, de 6 de junho, de 2000, propôs a desapropriação da área denominada TD Bela Vista.

**BALSA:**

ASPROR	IBAMA
Conforme ocorrência policial no dia 10 de julho de 2003, o IBAMA através de seus funcionários e mais 8 policiais florestais, afundaram à machadada e a tiros de armas de fogo, de forma ilegal e sem autorização judicial, a balsa utilizada para travessia do Rio	Segundo a petição o afundamento da balsa, na corredeira Idalina, localizada no Rio Machado, ocorreu de forma não proposital durante seu transporte até a sede da REBIO Jarú, visto que a embarcação não teria agüentado a força da correnteza do local. Quando da



Machado, pertencente à ASPROR.	operação de recuperação e retirada da balsa de operacionalização sobre o rio Machado, por uma equipe do IBAMA, atendendo notificação da Marinha do Brasil, houve um acidente provocado pela forte correnteza no rio, conforme comprova relatório com fotos ilustrativas.
--------------------------------	--

#### Documentos recebidos:

- Auto de Infração 26/06/05: Valter Totenim - Causar dano a unidade de conservação Reserva Biológica de Jarú, com ..... de desmatamento de 8 hectares de floresta nativa, introdução de cultura de café laranja, banana. Animais domésticos.
- Certidão de Ocorrência 10/07/2003: o IBAMA através de seus funcionários e juntamente com 8 policiais florestais, de forma ilegal e sem autorização judicial, afundaram a Balsa.
- Auto de Depósito:
- Certidão de Ocorrência: Sr. João Benedito Oliveira Santos alega que foi agredido com soco no estômago por funcionários aparentando serem do IBAMA

#### Fatos:

Afundamento da balsa

Assassinato da égua

Porcos metralhados

Agressão ao Sr. João Benedito de Oliveira Santos, com a faca deste. Ameaça , com revólver, em direção à sua cabeça. Há boletim de ocorrência e exame de corpo de delito sobre o caso. O agredido diz que se tratavam de funcionários do Ibama, que ele é capaz de reconhecer.

Ibama está pedindo prisão e expulsando agricultores das terras, por estarem plantando culturas permanentes (café, laranja e banana) e criando animais domésticos (estão, portanto, com morada habitual e cultura efetiva). As multas cobradas dos agricultores, além da expulsão das terras, é de R\$ 3.000,00.

Há pessoas "do outro lado do rio", fazendo pressão psicológica sobre os agricultores, para que eles saiam de suas terras

Nome do dirigente local do IBAMA: Valmir de Jesus

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Amir Lando.

Antes de conceder a palavra ao último inscrito, quero homenagear a Senadora Heloísa Helena por seu comportamento no programa Roda Viva.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Digo isso, principalmente, quanto ao que foi chamada a falar pelos jornalistas: segurança pública. Vários deles foram duros com V. Ex<sup>a</sup>, mas concordaram com sua exposição, que, acredito, será útil até para mim, que vou comprar uma fita para poder analisá-la melhor.

**A SR<sup>a</sup> HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador Arthur Virgílio também concordou. Eu o ouvi cumprimentá-la.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida. Tenho certeza de que a Senadora se saiu bem. Quanto mais duras as perguntas, tenho certeza também de que sua reação deve ter crescido na mesma intensidade. O papel do jornalista é ser duro e, às vezes, ácido ao perguntar, e o dever do político competente é responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Mas houve elegância na resposta.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sem dúvida. A Senadora é preparada e merece todos os elogios.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, por dez minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o **Estadão** expõe a seguinte matéria:

O Palácio do Planalto reagiu de forma dura aos ataques tucanos do fim de semana. Depois de participar da reunião de coordenação com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, propôs ontem a investigação das privatizações selvagens do Governo FHC.

Muito bem, Senador Tarso Jereissati, vamos aos fatos, antes de entrar em considerações.

Primeiro, se Lula e seu Partido, o Partido do Ministro Tarso Genro, quisessem de fato investigar ou ter investigado as privatizações, não teriam boicotado o funcionamento da CPI da Câmara dos Deputados. Talvez, porque temessem passar um atestado de idoneidade ao Governo passado se tivessem aprofundado as investigações.

O procedimento do PT e do Presidente Lula sempre foi o de buscar absolver a qualquer preço os seus companheiros e, ao mesmo tempo, ao atacar os seus adversários, mentir e repetir a mentira até que “goebbelianamente”, a la Goebbels, essa mentira virasse verdade.

Então, muito bem. O Líder do Governo Lula na Câmara definiu essa CPI como a CPI dos Sonhos. Mas não conseguiu evitá-la, porque já estava na fila há dois anos e sete meses e era a próxima a ser aberta, de acordo o Regimento da Câmara. Antes, o Líder do Governo, Senador Tarso Jereissati, dizia que a CPI era dos sonhos; depois, quando a CPI está na bica para funcionar, o Líder do Governo boicota o funcionamento da CPI.

Então, não apurou as privatizações na Câmara dos Deputados porque não quis assim agir o Governo do Presidente Lula.

Muito bem. Na época, Armando Castelar Pinheiro escreveu assim no **Valor**:

Pesquisa do latino Baron, em 2005, coloca o Brasil em segundo lugar, na América Latina, em termos de proporção de pessoas que consideram ter sido a privatização benéfica para o País. Ao eliminar o manto de desconfiança que, historicamente, cobriu o PND, a nova CPI contribuirá para aumentar a popularidade da privatização e facilitar a sua retomada no próximo Governo e o Brasil precisa disso, pois as razões que a motivaram nos anos 90 continuam presentes, como a necessidade de elevar os investimentos, melhorar a gestão das empresas e reduzir o espaço para a malversação dos recursos públicos.

Sabemos que, se não tivesse havido a privatização das Teles, nós teríamos o Delúbio, juntamente com Marcos Valério – com aquela turma –, articulando por dentro das Teles. Imaginem... Imaginem a Vale do Rio Doce nas mãos dessa gente. Imaginem que pasto não teria sido a Vale do Rio Doce se ela não tivesse sido privatizada – e, graças à privatização, a meu ver, é que ela conseguiu obter o desempenho, que é bem superior ao de antes – não era ruim o de antes –, mas bem superior ao de antes, hoje em mãos privadas.

Agora, Senador Heráclito Fortes, em março de 2005, apresentei requerimento – eu próprio –, pedindo uma CPI para investigar as privatizações no período entre 1990 e 2004. Eles aqui estavam, fazendo um certo jogo de chantagem. As Lideranças do Governo diziam: “Ah, porque se fizerem um pedido para investigar sei lá o que, alguma coisa ligada a algum gesto de corrupção do Governo, então, vamos investigar as privatizações”.

Nós, então, tomamos a decisão – nós, do PSDB, nós, da Oposição – e recolhemos as assinaturas. Eu apresentei o requerimento – fui o primeiro signatário. O Governo não tomou nenhuma atitude para fazer funcionar a CPI das Privatizações no Senado. Ela teria de ter sido composta por 11 titulares e 7 suplentes. Os membros estão todos devidamente indicados pelos respectivos Líderes e não houve o menor interesse do Governo em ver funcionar essa cpi da privatização.

Portanto, quero esclarecer o Ministro Tarso Genro a respeito disso.

Mas chamo atenção para outro fato. A política econômica do Governo Lula é coerente com a idéia do

Brasil que privatize. Então, é mentira dizerem que se, porventura, tivessem – e não terão – um segundo mandato, que não reabririam o processo de privatizações. Se tivessem – e não terão – um segundo mandato, até para serem coerentes com a política econômica que exercitam, iriam, sim, retomar o ciclo de privatizações. Não tenho nenhuma dúvida disso. As PPPs, que, por incompetência, o Governo não conseguiu colocar em prática, foram o reconhecimento explícito do Governo de que o Estado brasileiro não tinha como, sozinho, infra-estruturar a economia no nível necessário.

Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, eu gostaria de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que a desfaçatez e o cinismo com que o PT trata dessas questões é cada vez mais surpreendente, passando de todos os limites. Pergunto sobre essa avalanche inédita, incrível, inacreditável de publicidade que o Governo está jogando hoje nas televisões, em que 70% do horário nobre é do Governo Federal já há algum tempo, fazendo uma verdadeira lavagem cerebral: durante quanto tempo será capaz de mascarar essa desfaçatez, esse cinismo que, enfim, não sabemos nem mais como qualificar? Quem, dentro do PT, dentro deste Governo, tem alguma condição para falar mal das privatizações? Queria lembrar que este Governo propôs aqui a mais imoral das privatizações que já foi pensada neste País: a chamada primeira proposta das PPPs. As PPPs são uma forma de privatização futura. A privatização, sem a iniciativa privada, do jeito que foi proposta, era uma privatização em que a iniciativa privada não entrava nem com capital nem com risco, a base do capitalismo, e era financiada, com risco garantido pela União, montada, evidentemente, pelo grande esquema denunciado pelo Sr. Silvio Pereira, de alcançar o famoso bilhão de dólares, ou bilhão de reais, já nem me lembro. Queria lembrar que nós, aqui, denunciámos, antes de conhecermos o esquema Delúbio, que o Delúbio estava envolvido nisso. Presenciamos, porque, quando éramos inteiramente inocentes e ingênuos em relação ao que estava acontecendo no Governo, eu percebi e outros Senadores aqui perceberam que as empreiteiras estavam redigindo aquele projeto, o que é a forma mais imoral, mais extrema de privatização e queria lembrar isso. Foi denunciado aqui e todas as Lideranças do Governo e do PT vieram aqui defender aquele modelo. Queria lembrar que o atual Ministro da Fazenda, Guido Mantega, à época Ministro do Planejamento, quando o Governo ainda tinha aquela moral toda de que trazia aquela história de puritanismo do PT, aquele falso moralismo do PT, veio publicamente nos acusar, Senadores da Oposição, de estarmos impedindo o crescimento do Brasil porque aquela era a única maneira de se trazer investimento e que tinha, dizia ele, trinta e três bilhões prontos para investir naquela época. O Ministro da Fazenda de hoje, Ministro de Planejamento de então. Eu, Senadora Heloísa, aqui, em um momento de mais exaltação, disse em

uma conversa que aquilo estava sendo montado pelo Delúbio, que, então, era desconhecido pela maioria da população, porque vi empreiteiros aqui redigindo o projeto. Eu assisti. Eles me trouxeram e fui imediatamente ameaçado de processo por estar enlameando a honra do Delúbio. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> se lembra disso. Essa é a pior das privatizações, Senadora Heloísa Helena, que eu sei que não concorda com o sistema capitalista; mas esse era um sistema que era um capitalismo sem capital e sem risco, que nunca vi na minha vida.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, vou conceder mais dois minutos para que V. Ex<sup>a</sup> encerre o seu discurso.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Portanto, de onde vem a autoridade de quem tem autoridade para falar de privatização? Por favor, esse nível de cinismo está ofendendo o País. Esta publicidade vergonhosa que está aí, está mascarando. Talvez na época do Hitler se tenha feito coisa igual com aquele gênio da publicidade, o Goebbels, mascarar tudo que acontecia. A Alemanha se viu transformar num país monstruoso, sem que a sua população pudesse perceber, em função da propaganda genial até que foi feita na época. Coisa semelhante está acontecendo conosco. Um homem chega à petulância – é petulância do Presidente do PT – de criticar qualquer projeto de privatização. Outros podem até criticar, mas o PT, – e esse Governo, Senador Arthur Virgílio – de maneira alguma.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente Romeu Tuma, peço licença para, em dois minutos, no máximo, emitir três conceitos, encerrando e respondendo ao Senador Tasso Jereissati.

Quando o Senador Tasso Jereissati, aqui, declarou – lembro-me das palavras textuais de S. Ex<sup>a</sup> –: “Do jeito que está escrito esse projeto, é roubaheira para o Delúbio deitar e rolar”. E foi um deus-nos-acuda.

Hoje, posso dizer: aquele projeto era roubaheira para o Delúbio deitar e rolar. E poderia dizer mais: era roubaheira para o José Dirceu deitar e rolar. Ninguém vai processar nada. Eles perderam a moral para processar qualquer pessoa. Essa é a grande verdade.

O segundo conceito é que eles falam hoje de superávit comercial, superávit em contas correntes, e acham que nada foi feito para trás. Na minha convicção ideológica, Senadora Heloísa Helena, foi preciso o processo de privatização, entre outras reformas, para se chegar ao nível de competitividade sistêmica...

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite V. Ex<sup>a</sup> meio minuto?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...em seguida, só um segundo, Senador Heráclito Fortes.

Para se chegar ao nível de competitividade sistêmica de que desfruta a nossa economia, para podermos hoje inclusive oferecer os números que o Presidente Lula não tem como não vivenciar, até porque de maneira medíocre gerenciou o País, e cresceu, porque não tinha como não crescer, mas se cresceu e não

decreceu é porque encontrou várias reformas feitas, entre as quais o processo de privatizações.

E o terceiro conceito é o de que este Governo privatizou mais do que todos. Privatizou o Estado para o Marcos Valério, privatizou o Estado para aquela gente da corrupção que vivenciamos nos Correios, privatizou o Estado para a militância incompetente do PT ocupar cargos que deveriam ser cargos de técnicos que tocariam a máquina pública para fazer jus aos impostos que o povo brasileiro recolhe.

Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Eu queria apenas que V. Ex<sup>a</sup> incluísse no panteon das coisas mal explicadas pelo Governo a ida da Embratel para as mãos do Sr. Carlos Slim, este empresário mexicano que recebeu a Embratel sem muitas dificuldades no Brasil. Isso é uma operação muito pouco clara, no dizer inclusive do Roberto Jefferson numa entrevista que deu ao **Jornal do Brasil**, no auge daquela confusão envolvendo o caso do mensalão. Lembra-me agora o Senador Tasso Jereissati que a **Veja** desta semana faz um registro em uma de suas colunas de que o ex-Ministro José Dirceu é consultor do Sr. Carlos Slim.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Engraçado é que, de repente, o José Dirceu descobriu uma veia privada. Sempre pensei que ele fosse um homem público e, de repente, descobriu uma veia privada, com essa história de consultoria. Não tem preparo técnico para prestar consultoria a ninguém, não conhece economia, não tem experiência administrativa nenhuma, a não ser que considere experiência administrativa aquela história, aquele trance até que ele fazia no Palácio do Planalto. Então, vamos trocar em miúdos. O silêncio dele talvez esteja sendo pago pelo favorecimento à atividade de lobismo; isso sim, pode estar sendo lobista do Sr. Carlos Slim e de outros, porque consultor não é, consultor é quem tem a capacidade de organizar uma equipe e de oferecer aconselhamentos técnicos a pessoas que, porventura, deles precisem.

De repente, o Sr. José Dirceu descobriu que é um homem de empresa privada, vive tomando jatinho e age como empresário selvagem, sim. E ainda diz assim: ninguém tem de saber como é que pago o meu jatinho. O pior é que temos, sim, seja homem público, como ele dizia que era, seja um empresário. Imagine se o empresário está pagando o jatinho dele à custa de tráfico de drogas. Todos temos de dar satisfações ao fisco, à nação, à sociedade.

É por isso que digo que a pior das privatizações é essa que só reduziu as perspectivas de Brasil, essa realizada pelo Presidente Lula, aquela que privatizou o Brasil para Delúbio, para Marcos Valério, para Duda Mendonça, para essa quadrilha que foi denunciada pelo Procurador-Geral da República Dr. Antonio Fernando de Souza.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado.

Por favor, temos ainda para falar V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão, a Senadora Ana Júlia e o Senador Paulo Octávio; são dois minutos para cada um. Eu pediria encarecidamente – peço desculpas até –, mas havia um compromisso de se encerrar a sessão às 14:00 horas. Eu daria dois minutos para cada um. Não tenho pressa de ir embora, apenas eu gostaria de cumprir o horário.

Então V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no registro das lutas pela nossa independência, foi significativa a participação do Maranhão nos embates que então se travaram. As batalhas pelas causas nacionais compõem a história do meu Estado desde a sua criação, notadamente nos episódios das invasões francesa e holandesa. Sempre se destacam, nas obras que preservam a historiografia brasileira, a coragem e o destemor dos que viviam naquelas terras nordestinas e amazônicas, reagindo, ao lado de índios, às investidas dos estrangeiros.

As grandes potências eram seduzidas pelos relatos de franciscanos e capuchinhos, no início do século XVII, que apresentavam as novas terras “como um paraíso terrestre”, ou pelas narrativas do capitão Simão Estácio Silveira, que descrevia “o céu saudável, as águas puras, o chão fértil da terra”.

Sr. Presidente, desejo ser obediente às instruções de V. Ex<sup>a</sup> e vou concluir.

Quero dizer apenas que elaborei um discurso sobre a gloriosa Polícia Militar do meu Estado, que tem prestado significativos serviços ao Maranhão, que se encontra hoje entre as melhores corporações do Brasil e que V. Ex<sup>a</sup> certamente foi convidado por mim para ser o Secretário de Segurança do meu Estado e, em consequência, comandar...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – MA) – E tenho muito orgulho.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – ... essa briosa Polícia Militar. Sei do orgulho de V. Ex<sup>a</sup>, que já o declarou aqui diversas vezes.

Sr. Presidente, em virtude da premência do tempo, terminarei, em outra oportunidade, o discurso que preparei para prestar a devida homenagem a essa digna instituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Peço licença para me incorporar nesta homenagem justa que V. Ex<sup>a</sup> faz à Polícia Militar do Maranhão, e que ela seja extensiva a todas as polícias do País, visto que não estão sendo tratadas com o devido respeito por alguns Governadores. E é um sofrimento muito grande que reverterá, sem dúvida, se não for revista esta posição, contrariamente à sociedade brasileira. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> tem toda a minha fidelidade neste ponto, e gostaria que não se importasse que eu endossasse esta homenagem de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – O endosso de V. Ex<sup>a</sup> engrandece o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora Ana Júlia, por favor, dois minutos conforme o combinado.

**A SR<sup>a</sup> ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, farei apenas um registro. Felizmente, hoje tivemos várias atividades, inclusive audiência pública com toda a Direção do Banco Central na Comissão de Assuntos Econômicos.

Fiquei extremamente feliz com o fato de o BNDES ter liberado dois recursos, dois financiamentos para o Governo do Estado do Pará, um deles, no valor de mais de R\$66 milhões para a construção de estradas, estradas fundamentais no nosso Estado, estradas estaduais em regiões importantes, como a região do Marajó, inclusive, a PA-415 que fica no sudeste do Pará que liga Altamira a Vitória do Xingu, a PA-154 na Ilha do Marajó, a PA-395, no nordeste do Estado, unindo a PA-127 e os municípios de Magalhães Barata e Cafezal. Esses trechos vão viabilizar o acesso terrestre permanente à região, que, nas atuais condições, é inviável.

Na segunda-feira, ontem, foi assinado outro convênio também entre o BNDES e o Governo do Estado para a construção de hospitais regionais no valor de mais de R\$161 milhões. O compromisso de construir cinco hospitais regionais foi assumido pelo Governo do Estado do Pará, que é governado pelo mesmo partido há mais de dez anos, e fico feliz por isso ter sido viabilizado pelo Governo Lula. O BNDES está agora concedendo esse financiamento, financiamento com juros muito subsidiados, para construir os hospitais, para que o PSDB do Pará possa cumprir o seu compromisso, a sua promessa de dez anos atrás de construir hospitais regionais que são fundamentais para um Estado que é o segundo maior do País, que tem mais de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados.

Ao fazer esse registro, parablenizo o Governo Lula por esse financiamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, desejo comunicar a V. Ex<sup>a</sup>, que aliás é relator de um processo, que amanhã nós teremos uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Há número suficiente para votarmos amanhã muitas matérias. Vamos também arguir uma senhora que foi indicada para o STJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dr<sup>a</sup> Maria Thereza.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Dr<sup>a</sup> Maria Thereza.

Apelo para que V. Ex<sup>a</sup> e os demais companheiros compareçam à reunião da Comissão amanhã às 10 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Reitero o apelo do Presidente Antonio Carlos Magalhães aos membros da CCJ para que não deixem de comparecer à reunião pela importância que será discutido.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por dois minutos. Em seguida, o Senador Paulo Octávio falará e encerraremos a sessão.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Pode falar primeiro, Senador Paulo Octávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Como brasileiro, V. Ex<sup>a</sup> terá prioridade, Senador Paulo Octávio.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Suplicy, e também ao Senador Romeu Tuma. Meu pronunciamento é relativo à Semana do Meio Ambiente que comemoramos em Brasília.

O Dia Mundial do Meio Ambiente é 5 de junho, mas em Brasília temos feito uma Semana do Meio Ambiente com muito sucesso, coroada por um trabalho muito bonito no Lago Paranoá. Um grupo de mergulhadores, durante todo o domingo, retirou, do fundo do lago, objetos jogados há muito tempo. Foi uma limpeza muito bonita. Quero deixar registrado o brilhante trabalho do Secretário do Meio Ambiente, Roberto Giffoni, e de sua equipe, que, durante toda a semana, trabalharam para mostrar a necessidade da conscientização quanto à importância da preservação do meio ambiente na nossa cidade, que é a capital de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, trouxe um pronunciamento em que registro a fragilidade do nosso Planeta, que, por anos e anos, vem sendo degradado a uma velocidade incrível. Por isso mesmo, entendo que o grande desafio que temos pela frente é o desafio da educação ambiental. Educação ambiental como um agente formador do pensamento humano ligado à preservação do meio ambiente. A educação é a única esperança de se evitar a total destruição da natureza, visto que é a partir dela que as próximas gerações criarão a devida consciência dos benefícios da preservação ambiental, esses diretamente ligados às suas vidas cotidianas. Que ela possa ser, portanto, implementada rapidamente e que tenha a valorização que esteja de acordo com a sua importância para o futuro da humanidade. A educação ambiental reverte-se, portanto – e nisso precisamos ser taxativos –, no mais importante instrumento para a preservação da natureza.

Quero finalizar meus dizeres cumprimentando todos aqueles que trabalham para que o meio ambiente seja preservado, visando o bem-estar de nossas ge-

rações futuras para que elas possam contemplar as nossas belezas naturais e garantir uma sobrevivência digna para toda a humanidade.

Sr. Presidente, quero deixar registrado o pronunciamento que fiz, quero que conste dos Anais do nosso Senado Federal, tendo em vista que entendo o meio ambiente como prioridade do meio político, prioridade

para as futuras gerações de brasileiros, ainda mais num país abençoado e bonito como o nosso.

Agradeço o tempo que me foi concedido – ultrapassamos já as 14 horas –, mas não poderia deixar de registrar a Semana do Meio Ambiente, que foi brilhantemente realizada aqui em Brasília.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO OCTÁVIO.**

*Discurso em Homenagem à comemoração do dia Mundial do Meio Ambiente no dia 05 de Junho.*

Senhoras e senhores Senadores, habitamos um planeta frágil, que por anos e anos vem sendo degradado com uma voracidade incrível pelos seus habitantes. Infelizmente o homem ainda não tomou consciência da gravidade e das negativas conseqüências provenientes das suas necessidades de alimentação, conforto, poder, moradia, produção de riquezas e consumo.

Por via de regra, a maioria das civilizações humanas não se preocupou em preservar o meio ambiente que os cercava. As necessidades de sobrevivência impostas no início dos tempos deram lugar hoje, com a expansão do capitalismo e do mundo globalizado, a um ataque voraz aos recursos naturais, algo nunca observado até então na história da humanidade.

O perigo iminente nos força a pensar em qual é o nosso papel no planeta terra, e se por um instante quiséssemos ser egoístas e mesmo assim abandonássemos o amor pela nossa mãe natureza, ainda assim, seríamos forçados a nos preocupar com a escassez e poluição de recursos essenciais à vida, como a água, a terra e o ar.

A globalização e seus diversos efeitos no mundo pós-moderno acirraram o conflito por bens naturais, e impôs que cada vez mais fosse necessária uma ordenação às normas jurídicas, para que se possibilitasse a proteção dos interesses ambientais, que, através dos tempos, evoluíram para se adequar aos novos paradigmas das relações jurídicas entre o homem e o meio ambiente.

Diante disso venho a este plenário, Senhoras e Senhores Senadores, prestar a minha homenagem ao Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado neste dia 05 de Junho. Enalteço, caros colegas, a importância desta data para a conscientização sobre a preservação da natureza.

A preocupação com a conservação da natureza vem se acentuando nos dias atuais em função das atividades humanas, as quais têm ocasionado sérios problemas de degradação ambiental, a ponto de comprometer, caso não sejam tomadas medidas emergenciais, os recursos naturais, as condições de vida e conseqüentemente, o futuro do planeta.

O amor à natureza e o desejo de que ela seja preservada ou utilizada racionalmente pelo homem não são exclusividade do mundo contemporâneo, já podem ser verificados nos primeiros livros sagrados escritos nos primórdios na humanidade. Praticamente todos eles mencionam a vida das plantas, dos animais silvestres e do homem, como elementos integrantes do meio ambiente. Dentre eles podem ser mencionados a Bíblia e o Corão. Diversos são os textos escritos, alguns deles, há quase 2.500 anos atrás na Índia cujos relatos mencionam uma preocupação acentuada com a conservação da natureza e vários são os líderes espirituais, entre eles Shiddarta Gautama, o Buda que demonstraram esta preocupação. Curioso é que São Francisco de Assis, tanto tempo depois, abraçaria os mesmos princípios, certamente sem conhecimento das crenças e filosofias pregadas pelos homens daquelas longínquas paisagens.

Além dos princípios religiosos, os homens santos veneravam o ar, a água, a terra (alimento) e o fogo (energia), todos considerados como partes integrantes do Cosmos e sem os quais não teríamos condições de vida. Procuravam demonstrar a inter-relação de todos os seres vivos e dos

elementos abióticos que os cerca. Isso identifica a disciplina que hoje estudamos nas universidades sob o nome de Ecologia.

O amor de Francisco de Assis demonstra abrangência universal. Poucos terão se irmanado tanto com o universo como ele, ao contemplar em seus retiros para meditação os elementos naturais, que chamava de “irmãos” – o sol, o ar, a água, as estrelas, as plantas e os animais.

Muitos anos depois, mais precisamente no ano de 1854, em resposta a uma proposta do presidente dos Estados Unidos Ulysses Grant, de comprar grande parte das terras de uma nação indígena, oferecendo, em troca, a concessão de uma outra “reserva” obteve-se como resposta do Chefe Seattle, aquele que tem sido considerado através dos tempos como um dos mais belos e profundos pronunciamentos já feitos a respeito da defesa do meio-ambiente. Neste pronunciamento, o chefe indígena faz um alerta contra a exploração predatória feita pelo homem branco, ao provocar desflorestamentos, a poluição da água, do solo do ar e ao dizimar populações animais, inclusive a do bisão americano, que quase foi levada à extinção pela caça indiscriminada.

Enfatizava as conseqüências negativas desta degradação provocada pelo homem branco. Entre outras afirmações dizia o Chefe Seattle o seguinte : “O que ocorrer com a Terra recairá sobre os filhos da Terra. Há uma ligação em tudo”. Vale ressaltar que a visão “profética” do grande Chefe Indígena acabou se confirmando com precisão admirável. Ele demonstrou um profundo conhecimento das leis que regulam a natureza, pois através das atividades do homem moderno ocorre hoje um processo de degradação ambiental.



Em 1962, uma nova obra veio a causar grande impacto no meio científico e social, isto é, o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) escrito por Rachel Carson nos Estados Unidos que foi o primeiro brado de alerta, contra o uso indiscriminado de pesticidas e que teve repercussão mundial, contribuindo para que práticas conservacionistas como o Manejo Integrado de Pragas (MIP) passasse a ser implementado.

Nesse processo de evolução das idéias e de comportamentos, surge a Declaração sobre o Ambiente Humano que foi estabelecida na Conferência de Estocolmo em 1972, cujos princípios tinham o objetivo de servir de inspiração e orientação à humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano, a qual foi seguida 20 anos depois, pela Conferência do Rio de Janeiro, a Rio 92, e mais recentemente pela de Joanesburgo na África do Sul, chamado pelos ecologistas de Rio +10 e serviu para rediscutir as idéias levantadas no último encontro.

Tudo isto mostra que ocorreu uma grande evolução da sociedade, na forma de encarar os processos de desenvolvimento. Todavia, as mudanças nesta percepção ocorrem num ritmo mais lento do que seria o desejável para o não comprometimento dos nossos recursos naturais. Atualmente o chamado desenvolvimento sustentável é o único capaz de propiciar condições de preservar os recursos naturais e condições de vida saudável para as gerações futuras.

Para que isto ocorra, quero aqui destacar caros colegas Parlamentares, a importância extraordinária da educação ambiental como um agente dissipador do pensamento humano ligado à preservação do Meio Ambiente. A educação é a única esperança de se evitar a total destruição da natureza, visto que é a partir dela que as próximas gerações criarão a devida

consciência dos benefícios da preservação ambiental, esses diretamente ligados às suas vidas cotidianas. Que ela possa ser, portanto, implementada rapidamente e que tenha a valorização que esteja de acordo com a sua importância para o futuro da humanidade. A educação ambiental reveste-se, portanto, (e nisso precisamos ser taxativos) no mais importante instrumento para a preservação da natureza.

Sendo assim finalizo meus dizeres cumprimentando todos aqueles que trabalham para que o nosso Meio Ambiente seja preservado, visando o bem-estar das nossas gerações futuras, para que elas possam contemplar as nossas belezas naturais e garantir uma sobrevivência digna para toda a humanidade.

Muito Obrigado,

Senador Paulo Octávio.



**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Foi importante o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> lembrando que precisamos cuidar do meio ambiente, mas demonstrando o seu amor por Brasília.

Senador Eduardo Suplicy, para encerrar, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra por dois minutos.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, registro que, há poucos instantes, na Comissão de Assuntos Econômicos, o Presidente do Banco Central, Ministro Henrique Meirelles, e os Diretores Afonso Sant’Anna Bevilaqua, Alexandre Antonio Tombini, Antonio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Mário Magalhães Carvalho Mesquita fizeram a exposição sobre como os membros do Conselho de Política Monetária raciocinam para definir se a taxa de juros básica da economia, a taxa Selic, será aumentada ou diminuída, como é que, afinal, em vista das metas estabelecidas para a estabilidade de preços e outras considerações, elas devem ser levadas em consideração para que obtenhamos tanto baixa inflação quanto crescimento da economia, do emprego, melhoria da distribuição de renda e assim por diante.

Sr. Presidente, requiro que a exposição feita pelo Presidente Henrique Meirelles seja transcrita na íntegra, assim como as perguntas que encaminhei para os diretores do Banco Central.

Também informo que a direção do Banco Central marcou uma reunião com os aposentados e pensionistas do Banespa – outro assunto que foi tratado – para dirimir as dúvidas pendentes.

Ressalto, Sr. Presidente, que o Presidente Henrique Meirelles mostrou que estamos, neste junho de

2006, com uma perspectiva bastante favorável, uma vez que a taxa de inflação está em torno de 4,3% ao ano, a taxa de crescimento da economia é prevista para cerca de 4% ao ano do Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego está com índices menores do que os registrados nos últimos quatro anos, seguidamente melhorando, e as perspectivas de crescimento, inclusive do salário real médio e da massa salarial, são também positivas. Portanto, qualquer que seja o Presidente eleito, ele encontrará um conjunto de dados macroeconômicos positivos no Brasil.

Portanto, registro como muito positivo o encontro havido com o Presidente Henrique Meirelles e demais diretores do Banco Central.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Eduardo Suplicy, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do convite e também o Presidente Henrique Meirelles por ter comparecido com todos os diretores do Banco Central e por ter respondido tudo aquilo que não tem caráter reservado – V. Ex<sup>a</sup>, melhor do que ninguém, sabe que há assuntos desse tipo. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por ter levantado o problema e por tentar uma solução para o caso Banespa.

Talvez V. Ex<sup>a</sup> pudesse requerer as notas taquigráficas para serem incorporadas. Vou deferir o pedido de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Aqui está a exposição inicial do Presidente Henrique Meirelles e das perguntas que fiz.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do Regimento Interno)*

Os membros do Copom analisaram a evolução recente e as perspectivas para a economia brasileira e para a economia internacional, no contexto do regime de política monetária, cujo objetivo é atingir as metas fixadas pelo governo para a inflação.

### **Evolução recente da economia**

1. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) permanece em trajetória de convergência para as metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), confirmando avaliações contidas em Notas de reuniões anteriores do Copom, no sentido de que se desenhava um cenário benigno para a variação dos preços ao consumidor. Após apresentar certa estabilidade em fevereiro (0,41%) e em março (0,43%), a inflação reduziu-se significativamente em abril, para 0,21%, fazendo com que o valor acumulado no ano alcance apenas 1,65%, ante 2,68% no primeiro quadrimestre de 2005. Por sua vez, o valor acumulado em doze meses se reduziu de 5,70% em janeiro para 4,63% em abril, o menor nível desde julho de 1999. O recuo da inflação em abril se deveu principalmente ao comportamento dos preços livres, que se mantiveram estáveis, muito embora a ligeira desaceleração dos monitorados e administrados por contrato também tenha se constituído num fator positivo. Cabe destacar a reversão do comportamento dos preços do álcool combustível, que diminuíram 0,11% no mês, após apresentar elevação de 27,56% no acumulado do primeiro trimestre, e a continuidade da queda dos preços dos alimentos, que provavelmente deverão apresentar reversão nos próximos meses. De maneira geral, continua se consolidando um cenário benigno para a inflação, com perspectivas cada vez mais favoráveis para o cumprimento da meta em 2006 e com potenciais repercussões sobre o comportamento dos preços nos anos posteriores.

2. O recuo da inflação plena em abril refletiu-se também nas medidas de núcleo calculadas pelo Banco Central. O núcleo por exclusão de administrados e de alimentos no domicílio reduziu-se de maneira intensa, de 0,53% em março para 0,22% em abril, a menor taxa desde julho de 2002. Similarmente, nesse período, o núcleo por médias aparadas sem suavização de itens preestabelecidos caiu de 0,30% para 0,19%, o menor nível desde novembro de 2000. Por sua vez, o núcleo por médias aparadas com suavização de itens preestabelecidos reduziu-se apenas marginalmente, de 0,45% em março para 0,41% em abril. Vale registrar que essas medidas de inflação subjacente vêm apresentando trajetória decrescente desde janeiro, com reduções superiores a 60 p.b. nas variações acumuladas em doze meses. Em 2006, os núcleos por exclusão e por médias aparadas sem e com suavização registram variações de 2,35%, 1,53% e 1,97%, respectivamente, ante 2,64%, 2,23% e 2,60% no primeiro quadrimestre de 2005.

3. Depois de registrar deflação por dois meses, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) mostrou estabilidade em abril, com elevação de 0,02%, acumulando variação positiva de 0,23% em 2006, ante os 2,25% verificados no mesmo período do ano passado. Em doze meses até abril, o IGP-DI recuou 0,77%, o menor valor da série histórica iniciada em 1944. Assim como ocorrido em fevereiro e em março, a baixa variação do índice geral se deveu essencialmente ao Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI), que recuou 0,15% em abril. Por sua vez, esse movimento refletiu, em grande medida, a excepcional continuidade da redução dos preços agrícolas, que registraram deflação de 0,85%, mesmo após o recuo de 3,24% verificado em março. O IPA-DI e o IPA agrícola recuaram, respectivamente, 0,29% e 4,18% neste ano e 3,14% e 12,52% no período de doze meses encerrado em abril. Tanto no curto quanto no médio prazo, a despeito da evolução recente dos preços internacionais de algumas importantes *commodities*, os preços no atacado poderão continuar contribuindo favoravelmente para uma acomodação dos preços ao consumidor. Conforme destacado nas Notas de reuniões recentes do Copom, a intensidade de tais efeitos, bem como sua própria continuidade, dependerá das condições prospectivas da demanda e das expectativas dos formadores de preços em relação à trajetória futura da inflação.

4. O Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado cresceu 3,4% no primeiro trimestre de 2006, em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, a maior taxa, nessa base de comparação, desde o primeiro trimestre de 2005. Além disso, na comparação com o trimestre anterior, de acordo com a série dessazonalizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o

PIB aumentou 1,4% no primeiro trimestre de 2006, resultado que se configura como a maior taxa de crescimento, nessa base de comparação, desde o último trimestre de 2004, ano no qual a expansão da economia foi de 4,9%. Do lado da oferta, comparativamente ao primeiro trimestre de 2005, cabe destacar o desempenho da indústria, com expansão de 12,6% na extrativa mineral, de 7% na construção civil e de 5% na indústria geral. Por sua vez, os serviços cresceram 2,8%, e a agropecuária recuou 0,5%.

5. Sob a ótica da demanda, todos os componentes apresentaram crescimento em relação a igual período do ano anterior, processo que foi liderado pela absorção doméstica. Destaque-se o forte incremento na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que registrou expansão de 9%, e das importações, que cresceram 15,9%. A contribuição da demanda externa foi negativa no período em 0,4 p.p., fato que, por sua vez, ratifica a robustez e a importância do mercado interno para a performance do PIB. Note-se, também, a contribuição negativa de 0,5 p.p. da variação dos estoques naquele trimestre, fato que confirma o processo de ajuste de estoques iniciado no segundo semestre de 2005, como mencionado em Notas anteriores. Cabe ressaltar, ainda, o aumento robusto de 4% no consumo das famílias, que responde por aproximadamente 55% do PIB.

6. A produção industrial, segundo dados dessazonalizados do IBGE, diminuiu ligeiramente em março, tanto na comparação mês a mês quanto pelo critério das médias móveis trimestrais, mas se expandiu 5,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Dessa forma, o crescimento ao longo do primeiro trimestre do ano, em comparação com o mesmo período do ano passado, alcançou 4,6%, confirmando a recuperação iniciada no último trimestre de 2005. Essa performance ratifica avaliação contida em Notas de reuniões anteriores do Copom, de que em 2006 a produção industrial crescerá a taxas mais elevadas do que aquelas observadas em 2005. A retomada também pode ser verificada ao se analisar o crescimento da produção industrial em doze meses, pois, de acordo com esse critério, após onze meses com declínio nas taxas de expansão, em fevereiro houve inversão de tendência, confirmada pelos dados relativos a março. A recuperação da produção industrial observada nos últimos meses era esperada, tendo em vista que os efeitos da flexibilização da política monetária, iniciada em setembro de 2005, começam a se fazer sentir com maior intensidade. Além disso, o processo de ajuste de estoques iniciado no segundo semestre do ano passado parece ter se esgotado. Para abril, os indicadores antecedentes e coincidentes da produção industrial sinalizam elevação moderada em relação a março, na série de médias móveis trimestrais.

7. Quando se analisam os dados referentes às categorias de uso, destaca-se o desempenho da produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis, que, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, cresceram 10,1% e 11,4%, respectivamente. Além disso, quando se analisa a evolução ao longo dos últimos doze meses, verifica-se que, pelo segundo mês, houve aceleração da taxa de crescimento da produção de bens de capital, após dezesseis meses de desaceleração. Essa evidência está em linha com as informações constantes da última Sondagem Conjuntural da Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo a qual mais da metade dos entrevistados pretende investir mais em 2006 do que no ano anterior. De fato, até março, a produção de bens de capital cresceu significativos 9,2%, em relação ao mesmo período do ano passado. Por sua vez, a produção de bens de consumo duráveis cresceu ainda mais, 14,9%, refletindo, entre outros fatores, a recuperação da renda real e a expansão do volume de crédito na economia.

8. A taxa de desemprego permaneceu estável em abril, em 10,4%, de acordo com o IBGE. Não obstante, note-se que, para meses de abril, esse é o menor patamar da série histórica iniciada em 2001, e, no confronto com abril de 2005, houve redução de 0,4 p.p., a despeito de a População Economicamente Ativa (PEA) haver crescido 1,0%. Sob esse mesmo critério de comparação, observou-se aumento de 1,4% no número de ocupados. Dessa forma, as evidências sugerem a continuidade do processo de melhoria do mercado de trabalho, em parte refletindo o cenário macroeconômico favorável. De fato, em abril, o poder de compra dos trabalhadores aumentou 0,4% em relação a março, e 4,7% frente ao mesmo mês do ano anterior, sendo beneficiado pela desaceleração da inflação observada no período. Na indústria de transformação, segundo dados

da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o nível de emprego cresceu 0,88% em março, comparativamente ao mesmo mês do ano passado, de modo a fixar a expansão do emprego em 0,85% no primeiro trimestre, sobre igual período do ano anterior. Dados sobre o emprego formal divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) apontam aceleração no ritmo de expansão do emprego formal celetista no início de 2006. Em março, o nível do emprego formal cresceu 0,34% em relação a fevereiro, na série com ajuste sazonal, enquanto em abril o incremento foi de 0,42%. No acumulado em doze meses, a taxa de expansão do emprego formal situou-se em 5,23% em abril.

9. Em março, as vendas no comércio varejista cresceram 3,0%, na comparação com o mesmo mês de 2005, indicando que houve desaceleração, após a performance positiva do primeiro bimestre. De fato, ao se analisar o crescimento acumulado no ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, verifica-se que janeiro e fevereiro destoaram do padrão que se delineava desde maio de 2005. Ao que tudo indica, a desaceleração observada em março, fazendo com que o crescimento no primeiro trimestre alcançasse 5,0%, em relação ao mesmo período de 2005, apenas recolocou a série na trajetória que vinha sendo observada desde maio do ano passado. Novas informações serão necessárias para que se possa avaliar com precisão essa conjectura. De qualquer maneira, cabe destacar a evolução, ao longo dos últimos meses, das vendas associadas a itens mais sensíveis à renda e ao emprego, cuja performance positiva complementa uma dinâmica também favorável dos itens mais sensíveis ao crédito, os quais também parecem responder aos desenvolvimentos positivos do lado da massa salarial. Para o resto do ano, espera-se a continuidade e o fortalecimento desse movimento, que deverá ser impulsionado pela expansão dos níveis de emprego e da renda, pelo crescimento do crédito e pelo processo de flexibilização da política monetária, aliados à própria recuperação da confiança do consumidor e aos impactos do aumento do salário mínimo. De fato, os primeiros indicadores divulgados para abril–maio parecem confirmar essas expectativas.

10. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) na indústria de transformação se manteve praticamente estável em março, em 81,1% ante 81,2% em fevereiro, de acordo com a série dessazonalizada pela CNI. Quando se compara a média do primeiro trimestre com a do mesmo período do ano anterior, verifica-se redução de 1,36 p.p. A redução do nível de utilização da capacidade instalada vis-à-vis o ano anterior reflete, ao menos parcialmente, incrementos na capacidade produtiva. De fato, dados recentes relativos à produção e à absorção de bens de capital, bem como a produção de insumos para a construção civil, sugerem a aceleração dos investimentos. Por exemplo, no primeiro trimestre a absorção de bens de capital acumulou expansão de 13,1% em relação ao mesmo período do ano passado. Para esse resultado, contribuíram fortemente o aumento das importações de bens de capital, que registraram crescimento de 33,6% em volume, na mesma base de comparação; e a produção de insumos para a construção civil, que registrou expansão de 6,9% nos primeiros três meses do ano contra o mesmo período do ano passado. Dessa forma, a despeito das evidências de aceleração do crescimento da demanda agregada, não se antecipam descompassos relevantes no que se refere à evolução da oferta agregada ao longo dos próximos trimestres. Como ressaltado em Notas das reuniões do Copom, a trajetória da inflação mantém estreita relação com os desenvolvimentos correntes e prospectivos no tocante à ampliação da oferta de bens e serviços para o adequado atendimento à demanda.

11. Em relação ao desempenho do comércio exterior, a balança comercial continua apresentando um desempenho robusto em 2006, corroborando avaliações expressas em Notas de reuniões anteriores do Copom acerca de mudanças estruturais importantes no relacionamento comercial do Brasil com o resto do mundo. Até abril, o saldo da balança atingiu US\$12,4 bilhões, cifra 2,16% superior àquela observada no mesmo período do ano passado. Não obstante, pela primeira vez desde agosto de 2001, o superávit acumulado em doze meses apresentou redução em relação ao mês anterior. Esse processo já era esperado e sugere o início de uma nova dinâmica — de ajustamento — para os fluxos comerciais. Mesmo assim, deve-se ressaltar a continuidade da expansão das exportações, que atingiram US\$123,8 bilhões nos doze meses findos em abril, um novo recorde para a série histórica. Por sua vez, as importações também continuam mostrando vigor e também registraram novo recorde em abril, sob o mesmo critério, quando atingiram

US\$78,8 bilhões. Dessa forma, espera-se para 2006 a continuidade da geração de vultosos saldos comercial. Já o saldo em transações correntes registrou superávit de US\$241 milhões em abril, acumulando US\$12,8 bilhões em doze meses, o equivalente a 1,54% do PIB.

12. As mudanças mais significativas desde a reunião de abril do Copom ocorreram no cenário externo, que recentemente apresentou volatilidade expressiva, em função do reordenamento abrupto de carteiras de investimento provocado pelo recrudescimento da incerteza em relação à duração e à intensidade do ciclo de elevação da taxa de juros norte-americana. Essa instabilidade de curto prazo se refletiu no preço, em relação ao dólar norte-americano, de diversas moedas nacionais e nos prêmios de risco dos países emergentes. Em particular, entre as duas últimas reuniões do Copom, a taxa de câmbio passou de R\$2,11 para R\$2,30 por dólar norte-americano, e o risco-Brasil medido pelo *Emerging Markets Bond Index Plus* (Embi+) do JP Morgan aumentou de 225 p.b. para 267 p.b. Na avaliação do Copom, essa instabilidade não configura um quadro de crise, tanto devido ao caráter potencialmente transitório de suas causas principais, quanto graças aos sólidos fundamentos da economia brasileira. A redução consistente da inflação, os vultosos e persistentes superávits comerciais, a geração de superávits primários adequados, a recomposição das reservas internacionais, a melhora do perfil da dívida pública interna e a recompra de títulos soberanos no mercado internacional têm tornado o País cada vez mais resistente a choques. Esse aumento da resistência a choques refletiu-se, sobretudo, na constatação de que a economia doméstica tem mantido sua trajetória de crescimento em meio ao longo processo de ajuste das taxas de juros nos EUA. Dessa forma, o Copom continua atribuindo baixa probabilidade a um cenário de deterioração significativa nos mercados financeiros internacionais, ou seja, suficiente para comprometer as condições de financiamento do País.

13. Outra fonte de preocupação no que diz respeito ao ambiente internacional são os preços do petróleo. Apesar de haverem recuado em relação aos valores observados por ocasião da última reunião do Copom, esses preços permanecem em patamares elevados e excessivamente voláteis. A evolução recente reforça temores de que os preços internacionais do petróleo sustentem-se por mais tempo em um nível acima do que vinha sendo antecipado. Como em meses anteriores, as previsões sobre a trajetória futura dos preços do petróleo continuam marcadas por grande incerteza. Por outro lado, conforme destacado nas Notas da última reunião do Copom, o cenário central de trabalho tornou-se progressivamente menos plausível e, portanto, aumentaram significativamente os riscos à sua concretização. Além disso, independentemente do que ocorra com os preços domésticos da gasolina, deve-se reconhecer que a elevação dos preços internacionais do petróleo se transmite de qualquer forma à economia doméstica, em parte, por meio de cadeias produtivas como a petroquímica, e também pela deterioração que termina produzindo nas expectativas de inflação dos agentes econômicos.

#### **Avaliação prospectiva das tendências da inflação**

14. Os choques identificados e seus impactos foram reavaliados de acordo com as novas informações disponíveis. O cenário considerado nas simulações contempla as seguintes hipóteses:

a) Comparadas com os valores considerados na reunião do Copom de abril, as projeções de reajustes nos preços da gasolina foram mantidas em 0% para o acumulado de 2006. Também foram mantidas em 0% as projeções de reajustes para o gás de bujão;

b) Foram modificadas, na comparação com a reunião do Copom de abril, as projeções de preços da telefonia fixa e da eletricidade para o acumulado de 2006: o reajuste esperado para eletricidade apresentou leve crescimento, passando de 3,6% para 3,7%; por sua vez, o reajuste projetado para a telefonia fixa passou de 3,1% para 2,6%;

c) O Copom manteve em 4,6% a projeção de reajuste para o conjunto de preços administrados para o acumulado de 2006. Esse conjunto de preços, de acordo com os dados publicados pelo IBGE, correspondeu a 33,41% do total do IPCA de abril;

d) De acordo com o modelo de determinação endógena de preços administrados, mantém-se em 6,2% a projeção de reajuste para o conjunto desses preços em 2007. A projeção leva em conta os efeitos da inflação de preços livres, da inflação medida pelo Índice Geral de Preços (IGP) e da variação cambial, além de componentes sazonais;

e) O modelo VAR, baseado nos níveis da taxa Selic e do *swap* de 180 dias, estima um *spread*, no cenário de referência, de -70 p.b. no segundo trimestre de 2006. A trajetória do *swap* indica, ainda, que os *spreads* atingem 18 p.b. no último trimestre de 2006 e 57 p.b. no último de 2007.

15. Em relação à política fiscal, as projeções consideram o cumprimento da meta de superávit primário de 4,25% do PIB em 2006 e em 2007. São mantidas as demais hipóteses consideradas na reunião anterior.

16. Desde a reunião de março do Copom, houve redução na mediana das expectativas coletadas pela Gerência-Executiva de Relacionamento com Investidores (Gerin) para a variação do IPCA em 2006, que passou de 4,43% em abril para 4,32% em maio. Persiste, portanto, o movimento observado entre as reuniões de março e de abril. A redução deve-se, em grande medida, à revisão feita pelos analistas para a inflação esperada para o segundo trimestre. Para 2007, as expectativas de inflação permaneceram alinhadas com a meta de 4,50% estabelecida pelo CMN, e as expectativas para doze meses à frente se deslocaram de 4,14% para 4,17%. Como mencionado em Notas de reuniões anteriores do Copom, esses desenvolvimentos sugerem que as decisões de política monetária dos últimos meses, além de conter as pressões inflacionárias de curto prazo, estão contribuindo de forma importante para a consolidação de um ambiente macroeconômico cada vez mais favorável, em horizontes mais longos.

17. Considerando-se as hipóteses do cenário de referência, que leva em conta a manutenção da taxa de câmbio em R\$2,30 e da taxa Selic em 15,75% em todo o horizonte de previsão, a projeção para o IPCA em 2006 elevou-se em relação ao do valor considerado na reunião do Copom de abril. Ainda assim, o valor central projetado encontra-se abaixo da meta de 4,50% estipulada pelo CMN para este ano. O cenário de mercado, que leva em conta as trajetórias de câmbio e juros apuradas junto a analistas pela Gerin, apresentou valor central abaixo do considerado na reunião do Copom de abril e abaixo da meta de inflação para 2006. Para 2007, a trajetória estimada para o cenário de referência mostrou elevação em relação ao valor estimado em abril, porém, permaneceu abaixo da meta de 4,50% para aquele ano. Já a estimativa do cenário de mercado para 2007 reduziu-se, mas permanece acima da meta estipulada pelo CMN.

### **Implementação da política monetária**

18. O Copom reafirma o diagnóstico, expresso nas Notas das últimas reuniões, de que tanto os resultados recentes da inflação como as projeções de inflação realizadas pelo Banco Central e pelos analistas do setor privado sugerem que, além de conter as pressões inflacionárias de curto prazo, a postura de política monetária adotada desde setembro de 2004 vem contribuindo de maneira importante para a consolidação de um ambiente macroeconômico cada vez mais favorável em horizontes mais longos. Os dados referentes à atividade econômica sugerem a consolidação progressiva de uma trajetória de expansão em ritmo condizente com as condições de oferta, de modo a não resultar em pressões significativas sobre a inflação. Além disso, a despeito da volatilidade significativa observada nos mercados financeiros internacionais nas últimas semanas, em virtude da maior incerteza quanto à trajetória das taxas de juros nas economias industrializadas, e do fato de os preços de petróleo terem se mantido em níveis historicamente elevados, o cenário externo permanece favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira. Assim, ainda que se leve em conta que uma parcela dos resultados favoráveis para a inflação de curto prazo responde a fatores pontuais, que tendem a apresentar alguma reversão no futuro, e que a recente elevação nos preços internacionais de *commodities* importantes introduz um risco adicional para a evolução dos preços domésticos, continua se configurando um cenário benigno para a trajetória da inflação. Tal como na reunião de abril, o Copom enfatiza que o principal desafio da política monetária



nesse contexto é garantir a consolidação dos desenvolvimentos favoráveis que se antecipam para o futuro.

19. A convergência ininterrupta da inflação para a trajetória de metas e a resultante consolidação de um cenário de estabilidade macroeconômica duradoura contribuirão para a manutenção do processo de redução progressiva da percepção de risco macroeconômico que vem ocorrendo nos últimos anos. O espaço para que observemos juros reais menores no futuro continuará se consolidando de forma natural como consequência dessa melhora de percepção. O Copom avalia que a atuação cautelosa da política monetária tem sido fundamental para aumentar a probabilidade de convergência da inflação para a trajetória de metas. Para que essa maior probabilidade continue se traduzindo em resultados efetivos, entretanto, é preciso que os indicadores prospectivos de inflação sigam apresentando elementos compatíveis com o cenário benigno que tem se configurado nos últimos meses.

20. O Copom considera relevante ressaltar, uma vez mais, que há defasagens importantes entre a implementação da política monetária e seus efeitos sobre o nível de atividade e sobre a inflação. Desde o início do ciclo de flexibilização da política monetária, em setembro de 2005, a taxa de juros básica já foi reduzida em um total de 400 p.b. Boa parte dos efeitos desse corte de juros ainda não se refletiu no nível de atividade, assim como os efeitos da recente retomada da atividade sobre a inflação também não tiveram tempo de se materializar.

21. Ao longo dos próximos meses, a expansão do nível de emprego e da renda e o crescimento do crédito continuarão impulsionando a atividade econômica. Como mencionado nas Notas da reunião de abril do Copom, a esses fatores devem ser acrescentados os efeitos da expansão das transferências em função do novo valor do salário mínimo e dos impulsos fiscais ocorridos no último trimestre do ano passado e esperados para o primeiro semestre deste ano. Dessa forma, os efeitos sobre a demanda agregada dos cortes de juros se somarão a outros fatores que também contribuirão para a sua expansão.

22. Tendo em vista as incertezas que cercam os mecanismos de transmissão da política monetária e a menor distância entre a taxa básica de juros corrente e as taxas de juros que deverão vigorar em equilíbrio no médio prazo, o Copom entende que a preservação das importantes conquistas obtidas no combate à inflação e na manutenção do crescimento econômico, com geração de empregos e aumento da renda real, requer que a flexibilização adicional da política monetária seja conduzida com parcimônia. Essa ponderação se torna ainda mais relevante quando se leva em conta que as próximas decisões de política monetária terão impactos progressivamente mais concentrados em 2007.

23. À luz dessas considerações, o Copom decidiu, por unanimidade, dar continuidade ao processo de flexibilização da política monetária iniciado na reunião de setembro de 2005 e reduzir a meta para a taxa Selic para 15,25% ao ano, sem viés, e acompanhar a evolução do cenário macroeconômico até a sua próxima reunião para, então, definir os próximos passos na sua estratégia de política monetária.

24. No regime de metas para a inflação, a autoridade monetária orienta suas decisões de acordo com os valores futuros projetados para a inflação, analisando diversos cenários alternativos para a evolução das principais variáveis que determinam a dinâmica dos preços. Mesmo levando-se em conta que o aumento recente na volatilidade nos mercados financeiros internacionais poderá ter um caráter transitório, é forçoso reconhecer que ele gerou uma elevação na incerteza em relação ao comportamento futuro da inflação, que poderá acabar dificultando tanto a avaliação de cenários pela autoridade monetária quanto a coordenação de expectativas dos agentes privados. Nesse ambiente, cabe à política monetária manter-se especialmente vigilante para evitar que a maior incerteza detectada em horizontes mais curtos se propague para horizontes mais longos. Evidentemente, na eventualidade de se verificar uma exacerbação de riscos que implique alteração do cenário prospectivo traçado para a inflação neste momento pelo Comitê, a estratégia de política monetária será prontamente adequada às circunstâncias.

25. Ao final da reunião, foi registrado que o Comitê voltaria a se reunir em 18 de julho de 2006, para as apresentações técnicas e, no dia seguinte, para deliberar sobre a política monetária, conforme estabelecido pelo Comunicado 13.821, de 31.10.2005.

## SUMÁRIO DOS DADOS ANALISADOS PELO COPOM

### Inflação

26. A variação do IPCA atingiu 0,21% em abril, desacelerando em relação aos resultados observados no primeiro trimestre do ano. Para esse comportamento contribuíram, sobretudo, o esgotamento das altas dos preços dos combustíveis e a continuidade da queda dos preços dos alimentos. A maior contribuição individual para a composição da taxa do IPCA em abril decorreu dos reajustes nos preços dos remédios, com 0,08 p.p., seguidos pelos itens vestuário e energia elétrica, ambos com 0,06 p.p. Com o resultado, o IPGA acumulou aumentos de 1,65% no primeiro quadrimestre de 2006 e de 4,63% nos últimos doze meses.

27. Os preços monitorados cresceram 0,54% em abril e 8,02% nos últimos doze meses, enquanto os preços livres registraram altas de 0,04% e 3,16%, em igual ordem. Entre os livres, observou-se que os preços dos produtos comercializáveis recuaram 0,17% em abril, enquanto os preços dos itens não comercializáveis aumentaram 0,28%. Nas variações acumuladas em doze meses, os preços desses segmentos registraram elevações de 1,41% e 5,28%, na mesma ordem, refletindo, entre outros fatores, os efeitos da evolução cambial.

28. O IGP-DI variou 0,02% em abril, acumulando elevação de 0,23% no primeiro quadrimestre de 2006 e queda de 0,77% no acumulado dos últimos doze meses, o menor resultado nessa base de comparação desde o início da série, em 1944. Considerados os componentes do IGP-DI, o Índice de Preços ao Consumidor – Brasil (IPC-Br) cresceu 0,34% no mês, ante 0,22% em março, destacando-se a reversão da tendência de queda dos preços do grupo alimentação, cuja taxa situou-se em 0,36% em abril, após as quedas de 0,32% em março e de 0,3% em fevereiro. Também contribuíram de modo destacado para a aceleração do IPC-Br as altas registradas nos preços dos itens vestuário e saúde e cuidados pessoais. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) cresceu 0,36%, ante 0,2% em março. O IPA, componente de maior peso no IGP-DI, registrou queda de 0,15%, após recuo de 0,82% em março, acumulando variações negativas de 0,29% no ano e de 3,14% em doze meses.

29. Em abril, a queda de 0,15% nos preços no atacado decorreu do recuo dos preços agrícolas. A taxa mensal do IPA agrícola atingiu -0,85%, sobretudo pelas quedas nos preços do arroz, feijão, milho, soja, mandioca, aves e suínos. O menor recuo dos preços agrícolas em abril, comparativamente à variação de -3,24% observada em março, refletiu, principalmente, o arrefecimento na queda dos preços do milho e a reversão na tendência dos preços dos bovinos, após sucessivas quedas, além da maior alta no preço da cana-de-açúcar. A média dos preços industriais continuou tendendo à estabilidade, com variação de 0,06% em abril, comparativamente a -0,05% em março. Considerando o IPA segundo os três estágios de processamento, apenas os preços dos bens finais registraram alta, embora em desaceleração, 0,12% em abril ante 0,44% em março. Os preços dos bens intermediários e das matérias-primas brutas apresentaram variações negativas de 0,01% e 0,85% no mês, respectivamente, após as quedas de 0,34% e 3,52% em março, na mesma ordem.

30. As medidas de núcleo do IPCA recuaram novamente em abril. Pelo método das médias aparadas com suavização de itens preestabelecidos, o núcleo situou-se em 0,41%, ante 0,45% em março, e totalizou 6,10% em doze meses. A mesma medida para o núcleo calculada sem o procedimento de suavização passou de 0,30% em março para 0,19% em abril, com aumento acumulado de 4,58% em doze meses. O núcleo calculado pela exclusão dos grupos de alimentação no domicílio e monitorados atingiu 0,22%, ante 0,53% no mês anterior, com variação de 5,27% em doze meses.

31. O núcleo de inflação para o IPC-Br, calculado pela FGV pelo método das médias aparadas simétricas, atingiu 0,32% em abril, ante 0,25% em março, acumulando altas de 1,30% no ano e de 4,23% nos últimos doze meses.

32. O índice de difusão do IPCA, indicador da proporção de itens com variações positivas no resultado do mês, situou-se em 54,9% em abril, ante 56,1% em março.

33. A evolução recente dos preços ao consumidor sinaliza perspectivas favoráveis para a variação do IPCA em maio. Destaque-se a continuidade da queda dos preços dos combustíveis, particularmente do álcool, cujos efeitos tendem a compensar o esgotamento da queda dos preços da alimentação.

### **Atividade econômica**

34. O PIB seguiu em expansão no primeiro trimestre de 2006, tendo registrado crescimento de 1,4% em relação ao trimestre anterior, após ajuste sazonal, a maior taxa de variação trimestral desde o quarto trimestre de 2004, quando cresceu 1,6%. Em relação ao primeiro trimestre de 2005, o PIB variou 3,4%, resultado dos crescimentos de 5% na indústria e de 2,8% nos serviços. A agropecuária registrou queda de 0,5%. Pela ótica da demanda, mantendo a mesma base de comparação, a desagregação por componentes revelou expansão generalizada, com acréscimos de 4% no consumo das famílias, 1,6% no consumo do governo, 9% na FBCF, 9,3% nas exportações e 15,9% nas importações. A demanda interna contribuiu com 3,8 p.p para a expansão do PIB no período e a demanda externa, com -0,4 p.p.

35. Conforme a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE, o volume de vendas do comércio varejista em março registrou queda de 0,1% em relação ao verificado em fevereiro, após ajustamento sazonal. Com o resultado, as vendas no varejo aumentaram 5% no primeiro trimestre do ano, com destaque para os acréscimos apresentados pelos segmentos móveis e eletrodomésticos, 11,1%, e hipermercados e supermercados, 4,4%.

36. Os indicadores do comércio varejista na capital paulista, divulgados pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e ajustados sazonalmente pelo Banco Central, apontaram, em abril, comparativamente ao mês anterior, acréscimo de 0,3% no número de consultas ao Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) e queda de 0,3% relativa ao serviço Usecheque. No primeiro quadrimestre do ano, esses indicadores registraram taxas de expansão de 2,5% e de 6,1%, respectivamente, ante os do mesmo período de 2005.

37. Em relação aos indicadores de investimento, a produção doméstica de bens de capital e a fabricação de insumos para a construção civil recuaram 2,2% e 1,1%, respectivamente, em março, em comparação aos níveis observados no mês anterior, após ajuste sazonal. As importações de bens de capital aumentaram 8,1%, conforme o índice de *quantum* calculado pela Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), também com ajuste sazonal. No primeiro trimestre do ano, esses indicadores revelaram acréscimos respectivos de 9,2%, 6,9% e 33,6%, em relação a igual período do ano anterior. Nesse período, a produção de bens de capital para energia aumentou 45,2%, 21,4% para construção e 17,3% para uso misto, enquanto a produção de bens de capital para a agricultura diminuiu 17,5%. O crescimento na fabricação de bens de capital para a indústria situou-se abaixo da média, 0,4%, refletindo, em parte, a elevada expansão das importações desses equipamentos no mesmo período.

38. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE, a produção da indústria brasileira recuou 0,3% em março, em relação à do mês anterior, após ajuste sazonal, e aumentou 5,2% em relação à de março de 2005. No primeiro trimestre do ano, a atividade industrial cresceu 4,6%. A indústria de transformação apresentou queda de 1,1%, e a extrativa aumentou 0,9% em março, nas séries dessazonalizadas, acumulando acréscimos respectivos de 4,1% e 13,2% no primeiro trimestre de 2006, contra o mesmo período de 2005.

39. Por categorias de uso, três dos quatro segmentos pesquisados registraram quedas no mês, nas séries com ajuste sazonal, destacando-se a de bens de consumo durável, com diminuição de 5,1%. A produção de bens intermediários subiu 0,2% em março, após recuo de 0,6% no mês anterior. No primeiro trimestre do ano, todas as categorias registraram expansão relativamente ao mesmo período de 2005. A produção de bens de consumo cresceu 6,4%, sobretudo pelo acréscimo de 14,9% na produção de bens duráveis; a de bens de capital aumentou 9,2%; e a de bens intermediários, 2,8%.

40. A análise desagregada da produção industrial, considerando as séries sazonalmente ajustadas, revelou que seis das 23 atividades mostraram aumento de produção em março. O percentual de atividades com crescimento na comparação mensal recuou para 26% em março, após atingir 43% em janeiro e 61% em fevereiro.

41. Com o resultado de março, a média móvel trimestral do índice de produção industrial recuou 0,2%, após três meses consecutivos de crescimento. O resultado no mês refletiu as quedas em três das quatro categorias de uso, nessa forma de comparação, cujos efeitos foram atenuados pela evolução da produção de bens intermediários, de maior peso na composição do produto industrial, que se manteve estável no período.

42. Estatísticas da CNI também repercutiram o arrefecimento da atividade da indústria de transformação em março. As horas trabalhadas na produção e as vendas industriais reais diminuíram 0,8% e 1,3%, respectivamente, em relação aos níveis observados no mês anterior, nas séries ajustadas sazonalmente pelo Banco Central. No primeiro trimestre do ano, esses dois indicadores da atividade industrial registraram acréscimos de 2,6% e 2,1%, respectivamente, sobre igual período de 2005. O nível de utilização da capacidade instalada alcançou 81,2% em março, na série dessazonalizada, mostrando estabilidade em relação ao observado no mês anterior. Considerando a série sem ajuste sazonal, o nível de utilização de 82,1% alcançado no mês situou-se 0,9 p.p. abaixo do nível observado em março de 2005.

43. A produção de autoveículos recuou 1,1% em abril, relativamente à do mês anterior, conforme dados dessazonalizados pelo Banco Central, acumulando, no ano, crescimento de 5% comparativamente ao primeiro quadrimestre de 2005. As vendas internas apresentaram retração de 6,7%, enquanto as externas, retração de 1,8%. No ano, até abril, as vendas internas e externas registraram acréscimos respectivos de 7,7% e 1,7%, em relação às registradas em igual período do ano anterior.

44. Indicadores referentes ao desempenho industrial em abril sinalizaram arrefecimento da atividade no período. Nesse sentido, o número de pedágios de veículos pesados (índice ABCR) e a expedição de papel ondulado mostraram variações negativas no mês, após ajustamento sazonal das séries.

### **Expectativas e sondagens**

45. A pesquisa mensal da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP) registrou elevação de 4,2% no Índice de Confiança do Consumidor (ICC) em maio, em comparação ao observado em abril. Os dois componentes do ICC apresentaram resultados positivos no mês: o Índice de Condições Econômicas Atuais (Icea) aumentou 1,7%, atingindo o maior nível da série iniciada em março de 1999, enquanto as expectativas, captadas pelo Índice de Expectativas do Consumidor (IEC), cresceram 5,9%. No estado do Rio de Janeiro, a pesquisa da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomercio RJ) apontou que o Índice de Expectativa do Consumidor (IEC) recuou em março, 2,3% na comparação com o de fevereiro, e 1,1% na comparação com o índice do mesmo mês de 2005.

46. Segundo a Sondagem de Expectativas do Consumidor da FGV, que abrangeu 2.000 domicílios das sete principais capitais do país, o ICC recuou 3,4% em abril, em relação ao do mês anterior. No mês, houve piora de 3,4% na avaliação da situação presente e de 3,3% nas expectativas para os próximos meses.

### **Mercado de trabalho**

47. O nível de emprego formal registrou a criação de 229.803 novos postos de trabalho em abril, distribuídos em praticamente todos os grandes setores de atividade, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do MTE. Após a dessazonalização da série, o índice de emprego mostrou elevação de 0,4% em abril, com destaque para a expansão de 0,6% nas contratações do setor da indústria de transformação. No primeiro quadrimestre do ano, foram criados 569,5 mil novos postos de trabalho, superando os 558,3 mil observados em igual período de 2005.

48. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do País, a taxa de desemprego atingiu 10,4% em abril, a mesma taxa apurada no mês anterior, situando-se 0,4 p.p. abaixo da taxa de abril de 2005. A estabilidade da taxa de desemprego em abril refletiu as retrações da PEA, de 84 mil pessoas, e do número de desocupados, de 17 mil pessoas. A ocupação também registrou queda de 67 mil postos de trabalho no mês. Comparativamente a abril de 2005, a PEA, os números de ocupados e de desocupados variaram 1%, 1,4% e -2,8%, respectivamente.

49. Ainda segundo a mesma pesquisa, o rendimento médio real habitual das pessoas ocupadas foi estimado em R\$1.012,50 em abril, com altas de 0,4% na comparação mensal e de 4,7% em relação ao valor observado em abril de 2005. A massa salarial real, definida pelo produto entre o rendimento médio real habitual e o número de ocupados, aumentou 0,1% no mês e 4,9% em doze meses.

50. No setor industrial, segundo o índice da CNI, ajustado sazonalmente pelo Banco Central, o contingente de pessoal empregado cresceu 0,2% em março, acumulando expansões de 0,8% no primeiro trimestre e de 2,9% em doze meses.

### **Crédito e inadimplência**

51. Em abril, o saldo das operações de crédito com recursos livres, referencial para as taxas de juros, aumentou 2,4%. Nas operações com pessoas físicas, o saldo cresceu 2,1%, enquanto nas carteiras destinadas a pessoas jurídicas observou-se acréscimo de 2,6%, reflexo do incremento de 2,5% nas operações com recursos domésticos e aumento de 3,1% naquelas vinculadas a recursos externos.

52. A taxa média ativa de juros incidente sobre as operações de crédito recuou 0,7 p.p. em abril. Nas operações com pessoas físicas, a taxa média diminuiu 1,3 p.p., para 57,7% a.a., enquanto naquelas contratadas com pessoas jurídicas houve queda de 0,1 p.p., para 30,6% a.a.

53. No sistema financeiro, a taxa de inadimplência alcançou 4,7% em abril, considerando-se as operações de crédito com recursos livres com atraso superior a noventa dias. Nas operações com pessoas jurídicas, essa proporção atingiu 2,3%, enquanto naquelas realizadas com pessoas físicas atingiu 7,4%.

54. A taxa líquida de inadimplência no comércio, calculada pela ACSP, situou-se em 6,9% em abril, ante 7,3% em março, resultado que decorreu da queda de 10,1% em novos registros e da variação de 4,2% no número de registros cancelados no período. No primeiro quadrimestre de 2006, a taxa média de inadimplência atingiu 6,3%, comparativamente a 6,4% no mesmo período de 2005.

### **Ambiente externo**

55. Os fatores que vinham sendo apontados nos últimos meses como principais riscos à evolução benigna do ambiente econômico mundial – a trajetória das taxas de juros norte-americana e o comportamento dos preços do petróleo – ganharam relevância nas últimas semanas. A

intensificação das incertezas relativas à evolução futura dos juros nos Estados Unidos, após a última reunião do *Federal Reserve (Fed)*, em dez de maio, associada ao comportamento desfavorável da inflação, em resposta à elevação no preço do petróleo, provocou deterioração dos ativos nos mercados internacionais e volatilidade nos mercados financeiros. No período de maior turbulência, entre 10 e 23 de maio, as principais bolsas acionárias registraram perdas expressivas. Nos EUA, os índices Dow Jones e Nasdaq variaram -2,2% e -6,3%, enquanto na Europa os índices referentes à Alemanha, Reino Unido e Espanha assinalaram quedas de 5,5%, 5,7% e 6,2%, respectivamente. No mesmo período, os efeitos sobre os mercados acionários emergentes foram mais intensos. Os índices correspondentes às bolsas do Brasil, México, Argentina e Rússia mostraram quedas de 10,5%, 7,6%, 15,3% e 15,7%, respectivamente.

56. Em relação aos preços de petróleo, as cotações mostraram-se relativamente estáveis desde meados de abril mantendo, entretanto, patamar elevado, acima de US\$70 o barril do óleo WTI. O principal fator de sustentação da *commodity* tem sido atribuído aos riscos advindos com o início da temporada de furacões sobre a área produtiva do Golfo do México. Além do fator climático, as cotações têm sido influenciadas pelo comportamento dos estoques de derivados nos Estados Unidos e pelas perspectivas dos agentes relacionadas ao próximo encontro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), em junho, na Venezuela.

#### **Comércio exterior e reservas internacionais**

57. No primeiro quadrimestre de 2006, o comércio exterior brasileiro continuou em expansão, e todos os resultados acumulados no período constituem-se em recordes históricos. O superávit comercial atingiu US\$12,4 bilhões e a corrente de comércio, US\$65,9 bilhões, acumulando em doze meses US\$45 bilhões e US\$202,7 bilhões, respectivamente. Em maio, até a quarta semana (dezenove dias úteis), o saldo comercial atingiu US\$2,8 bilhões, resultado de US\$9 bilhões de exportações e US\$6,2 bilhões de importações.

58. Em abril, as exportações alcançaram US\$9,8 bilhões, com média diária recorde de US\$544,7 milhões, 18,4% superior à observada em abril de 2005. Os valores das médias diárias das exportações de produtos manufaturados, semimanufaturados e básicos atingiram US\$302 milhões, US\$70 milhões e US\$157 milhões, respectivamente, com acréscimos de 21,7%, 12,9% e 10,9% nas mesmas bases de comparação. Dentre os produtos básicos, sobressairam as exportações de soja em grão, principal item da pauta de exportação em abril. Houve crescimento das quantidades embarcadas, ao mesmo tempo em que ocorreram significativos aumentos de preços externos de importantes produtos da pauta de exportação, destacando-se açúcar bruto e refinado, fumo em folhas, suco de laranja, óleos combustíveis e alumínio, entre outros. Esse comportamento tem sido acompanhado pelo processo de ampliação de mercados de destino e de itens com pequena participação, consolidando a diversificação da pauta das exportações brasileiras.

59. As importações somaram US\$6,7 bilhões, com média diária também recorde de US\$372,6 milhões, 39,8% acima da registrada em abril de 2005. Pelo terceiro mês consecutivo, a taxa de crescimento das importações, na comparação com os meses correspondentes do ano anterior, superou a das exportações. Todas as categorias de produtos importados registraram expansão no período, com destaque para combustíveis e lubrificantes, 90,6%; bens de consumo, 52,4%; e bens de capital, 39,3%, considerando-se as médias diárias. As importações conjuntas de matérias-primas e bens intermediários, que representam cerca de metade das compras externas brasileiras, cresceram 25,1% em abril e 15,9% no primeiro quadrimestre, comparativamente às do mesmo período de 2005.

60. Ao final de abril, as reservas internacionais situaram-se em US\$56,6 bilhões, com redução de US\$3,3 bilhões em relação ao saldo do mês anterior. Essa diminuição foi ocasionada, fundamentalmente, pelo exercício da opção de *call* dos bônus *Bradies*, no valor de US\$ 5,8 bilhões.

#### **Mercado monetário e operações de mercado aberto**

61. Após a reunião do Copom de abril, a curva de juros futuros apresentou uma pequena queda na parte curta e uma forte elevação no trecho longo. Os índices de inflação corrente, bem como o comportamento das expectativas de inflação, influenciaram as taxas de curto prazo. A partir de meados de maio, as taxas de juros passaram a apresentar maior volatilidade, principalmente as de prazo mais longo, acompanhando o cenário externo. As incertezas em relação à trajetória da inflação nos EUA e à continuidade do ciclo de elevação das taxas de juros naquele país desencadearam um aumento da aversão ao risco, o que levou à desvalorização tanto das principais bolsas de valores quanto dos títulos da dívida e das moedas dos países emergentes. Entre 17 de abril e 29 de maio, as taxas de juros futuros de um e de três meses cederam 0,43 p.p. e 0,11 p.p., respectivamente. Já as taxas de seis meses e de um, de dois e de três anos elevaram-se 0,31 p.p., 0,69 p.p., 1,06 p.p. e 1,12 p.p., respectivamente. A taxa real de juros medida pelo quociente entre a taxa nominal de um ano e a expectativa de inflação (suavizada) para os próximos doze meses aumentou de 10,09%, em 17 de abril, para 10,72%, em 29 de maio.

62. Em 19 de abril, o Banco Central realizou leilão de *swap* cambial reverso, no qual assumiu posição ativa em variação cambial e passiva em taxa de juros doméstica. Com essa operação, que alcançou um montante financeiro equivalente a US\$604,2 milhões, o Banco Central efetuou a rolagem parcial dos contratos de *swap* reverso vencidos em 2 de maio. Em 2006, o resgate líquido de instrumentos cambiais totaliza US\$12,5 bilhões até 29 de maio.

63. Na administração da liquidez corrente no mercado de reservas bancárias, o Banco Central manteve as operações compromissadas semanais de prazos de três e de cinco meses e rentabilidade prefixada, assim como as operações de nivelamento ao final do dia, com prazo de até dois dias úteis. Além disso, entre 18 de abril e 29 de maio, atuou em 25 oportunidades por meio de operações compromissadas de curtíssimo prazo, dezenove delas destinadas a tomar recursos. No período, o saldo diário médio das operações de prazo de três e de cinco meses alcançou R\$65,2 bilhões, sendo R\$54,9 bilhões em operações de cinco meses. As operações de curtíssimo prazo, incluídas as de nivelamento, tiveram saldo diário médio tomador de R\$10,8 bilhões.

64. Dando prosseguimento à estratégia de administração do estoque de liquidez bancária previsto para o terceiro trimestre de 2006, o Banco Central realizou seis leilões de venda de LTN de vencimento em outubro de 2006, de sua carteira, conjugada a compra de LTN de vencimento em julho de 2006. O volume financeiro total dessas operações foi de R\$4,2 bilhões.

65. Entre 18 de abril e 29 de maio, o Tesouro Nacional captou R\$24,2 bilhões com a venda de títulos de remuneração prefixada, sendo R\$22,1 bilhões com LTN de vencimento em 2007, 2008 e 2009, e R\$2,1 bilhões com Notas do Tesouro Nacional – Série F (NTN-F) de vencimento em 2010, 2012 e 2014. As vendas de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) nos leilões tradicionais alcançaram R\$6,5 bilhões, com a emissão de títulos de vencimento em 2008, 2009, 2010, 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045. Diante do aumento da volatilidade dos mercados, o Tesouro realizou também leilões simultâneos de compra e de venda de NTN-B em 24, 25 e 26 de maio, com o objetivo de auxiliar a formação de preços no mercado secundário desses títulos. No conjunto desses eventos, as vendas totalizaram R\$2,3 bilhões, e as compras, R\$4,0 bilhões.

## Perguntas do Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

### Audiência com Presidente e a Diretoria do Banco Central do Brasil

#### Transparência das decisões do Copom (Conselho de Política Monetária) e o Caso Banespa

Junho de 2006

- Copom

1. Registrar demora no atendimento ao convite. O requerimento convidando os membros do Copom à Comissão de Assuntos Econômicos foi feito em abril de 2005. Transcorreram nada menos que um ano e dois meses até que o convite tenha sido atendido. Relatar diálogo com ex-ministro Palocci, quando da sua saída do ministério: a direção do BC pediu a ele que dissuadesse o Senador da idéia de trazer os membros do Copom ao Congresso. **Quais as razões desse receio, dessa relutância em discutir, com transparência, decisões que são tão importantes para a economia e a sociedade brasileiras, como a definição da taxa básica de juro e a taxa de câmbio?**

2. O BC divulga com defasagem de pouco mais de uma semana as atas das reuniões do Copom, o que é positivo. As atas não são, entretanto, um modelo de transparência e nem sempre têm um grande conteúdo explicativo. Um aspecto chama a atenção: a tendência a tomar as decisões por unanimidade. De uma forma geral, a decisão de alterar a taxa básica em 0,5 ponto percentual ou 0,75 ponto percentual, por exemplo, são tomadas com o acordo unânime dos integrantes do Copom. Nas ocasiões em que há divergências, não se oferece explicação dos motivos da divergência nem a identificação dos diretores que tomaram uma ou outra posição. Outros bancos centrais são mais transparentes nesse particular. O Banco da Inglaterra, por exemplo, um dos pioneiros na adoção do regime de metas de inflação, explicita as divergências nas atas do seu Monetary Policy Committee e identifica de que maneira os integrantes votaram em relação a mudanças na taxa básica de juro. No Brasil, como não existe esclarecimento de divergências e identificação dos votos, a responsabilidade é coletiva e difusa. **Por que não seguir o exemplo de outros bancos centrais e explicitar as eventuais divergências e identificar os votos nas atas do Copom?**

3. O mais estranho, contudo, é a tendência à unanimidade. Como é possível acreditar que o pensamento dos membros do Copom possa ser tão uniforme. A política monetária e outros aspectos da atuação do Banco Central suscitam intensos debates fora da instituição. Empresários de vários setores, líderes de sindicatos e federações empresariais, trabalhadores, líderes de centrais sindicais operárias e até mesmo pessoas ligadas ao sistema financeiro têm feito críticas à condução da política monetária, considerada por muitos excessivamente apertada. Entre 1996 e 2006, o Brasil vem crescendo, ano após ano, abaixo da média mundial e bem abaixo da média das economias emergentes. Muitos associam essa performance decepcionante à política de juros extravagante adotada pelo país em todo esse período. **Como explicar que essas críticas, muitas delas fundamentadas, não encontrem eco nos integrantes do Copom e não abalem a tendência à unanimidade manifestada nas atas das suas reuniões?**



4. No meio dos economistas brasileiros, e também estrangeiros que observam a economia brasileira de fora, muitos estranham o conservadorismo e a rigidez do Banco Central do Brasil em matéria de juros. Muitos estranham que se tenha permitido, outra vez, uma enorme e persistente apreciação cambial, provocada em grande medida pelos juros muito altos. O último relatório de mercado, de 9 de junho, realizado pelo próprio Banco Central, indica que as expectativas de inflação, medida pelo IPCA, para os próximos 12 meses e também para o ano calendário de 2006 estão em 4,3% e 4,1%, respectivamente – abaixo do centro da meta de inflação estabelecida pelo CMN. Agora em maio, o IPCA acumulado em 12 meses caiu para 4,23%. A inflação brasileira está apenas um pouco acima da que se observa nos EUA, por exemplo. Se considerarmos o IPC da Fipe/USP, a inflação brasileira está abaixo da americana. **Não são indícios de que a política monetária está apertada demais?**

5. A consultoria GRC Visão faz levantamentos periódicos do ranking de juros reais para 39 países desenvolvidos e emergentes e Hong Kong. O Brasil geralmente lidera esse ranking por larga margem. A despeito das diminuições recentes da Selic, no levantamento mais recente, a taxa básica real de juros de curto prazo, considerada a inflação para os próximos doze meses, é 10,5% no Brasil. A média dos 40 mercados incluídos no levantamento é apenas 1,4%. Dez dos 40 mercados, apresentam taxas reais negativas. **Como os integrantes do Copom explicam essa enorme e persistente diferença entre os juros brasileiros e os do resto do mundo?** Ressalto que não se trata de um fenômeno meramente conjuntural, mas algo que se repete ano após ano, há muito tempo.

6. Compreende-se perfeitamente a preocupação com o controle da inflação e a busca de metas de inflação. Sabemos que a inflação tende a prejudicar os mais pobres, a concentrar a renda nacional e a desorganizar a economia. Por outro lado, a economia tem crescido pouco nos últimos anos. Não se pode dizer que a economia esteja excessivamente aquecida, apesar da tendência de reativação que se nota em 2006. Há muita capacidade ociosa nas empresas e muitos trabalhadores desempregados ou subempregados. Além disso, os juros altos e o crédito escasso desestimulam o investimento produtivo e, portanto, a criação de nova capacidade produtiva. Ao restringir a expansão da oferta agregada na economia, a política monetária acaba dificultando, no médio prazo, a conciliação entre os objetivos de estabilização monetária e crescimento econômico. **Os integrantes do Copom não se preocupam com esse efeito colateral negativo da política de juros exageradamente altos?** Não me parece que esse tema tenha recebido destaque nas atas do Copom.

7. Finalmente, ainda no capítulo da transparência. Reiterar a proposta de que as reuniões do Copom sejam transmitidas pela TV Senado ou pela Radiobrás. Ao vivo ou gravadas e posteriormente transmitidas. Quais os motivos para não fazê-lo? A TV Justiça transmite as reuniões do STF. As decisões mais delicadas da instância suprema do Poder Judiciário são discutidas abertamente perante as câmeras da televisão. **Por que não fazer o mesmo no caso do Copom?**

- Banespa

Desde a privatização, há 5 anos, aposentadorias e pensões dos banespianos estão congeladas. Em abril de 2005, apresentei requerimento de informações ao Ministério da Fazenda (BACEN), acerca das garantias dadas pela União e pelo BANESPA hoje Santander/BANESPA para com seus funcionários, que me enviou a seguinte resposta:

*Essas obrigações foram devidamente reconhecidas nas demonstrações financeiras do Banespa definidos, dessa forma, a responsabilidade do banco pelo seu pagamento. Por outro lado, pertencem ao Banespa os excedentes financeiros proveniente de papéis integrantes de seu ativo, que, com visto, não têm qualquer vinculação formal com o cumprimento de obrigações de pagamento de complementações de aposentadorias e pensões.*

Essa mesma indagação foi feita pelo Deputado Ricardo Berzoni, cuja resposta foi enviada ao Congresso Nacional pelo então Ministro da Fazenda Interino, em 17 de junho de 1999, no seguinte teor:

*Ainda, considerando o processo de privatização do Banco, o citado destaque de lote de títulos federais permitirá aos eventuais interessados na aquisição do controle acionário da instituição financeira, visualizar parcelas do ativo relacionadas à obrigação assumida nos contratos de trabalho firmados com o contingente de empregados em questão.*

*Por derradeiro, lembramos que, em 27.12.97, o Banco do Estado de São Paulo S.A., cedeu à União seus créditos decorrentes de dívidas contratuais mantidas contra o Setor Público Estadual (Estado de São Paulo e suas empresas), tendo recebido pela cessão, Títulos Federais. Parcelas desses títulos foram representados por ativos escriturados no sistema "securitizar" da CETIP, no valor de R\$.2.901.911.227,15, em 15.12.97, inegociáveis, (...)*

Frente a essas respostas, o Senador Paulo Paim solicitou a Consultoria Legislativa do Senado Federal um parecer técnico acerca dessas contradições que afetam os direitos dos aposentados e pensionistas do Banespa. Nesse sentido, a Nota Técnica 504/2004, da Consultoria, afirma que os títulos federais oferecidos em garantia desses direitos, estabelecidos no âmbito da Resolução nº 118/97, constituem **obrigação decorrente de ato jurídico perfeito**; e que portanto não poderia ser alterado por norma legal posterior (Lei Ordinária, Medida Provisória ou mesmo por Resolução do Senado Federal).

*Assim, a negociação, pelo Banco Santander, com a anuência da Secretaria do Tesouro Nacional, dos títulos emitidos para securitizar o passivo atuarial dos aposentados e pensionistas do Plano Pré-75 do Banespa fere a autorização senatorial contida na Resolução n.118 de 1975.*

Considerando que Estado de São Paulo vem pagando mensalmente estes Títulos Federais, com correção monetária baseada na variação do IGP-DI, acrescido de juros de 12% a.a., e que estes valores que deveriam ser para o pagamento da complementação, reajustes salariais e recomposição do fundo, não estão tendo a utilização definida pela Resolução nº 118/97, pois os banespianos aposentados não estão recebendo os reajustes pactuados gostaria que V. Excia. explicasse: **quais as medidas que o Bacen vem implementado junto banco Banespa/Santander para assegurar o cumprimento dos termos da referida Resolução?**

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A Mesa aguarda para cumprir o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>.

Antes de encerrar, quero dizer que havia 25 itens na Ordem do Dia de hoje e foram lidas mais quatro medidas provisórias. Então, caberia aqui, Senadora Ana Júlia Carepa, um apelo ao Presidente para segurar um pouquinho estas medidas provisórias para que os acordos sejam feitos e possamos, como o Presidente Renan Calheiros deseja, limpar esta pauta e votarmos as autoridades que aguardam com ansiedade para poderem completar a infra-estrutura da administração pública do Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores Romero Jucá, Antero Paes de Barros, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Flexa Ribeiro, Papaléo Paes e Leonel Pavan enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é com imensa satisfação que venho comunicar ao Plenário desta Casa que, no último dia 10 de maio, recebi em meu Gabinete um exemplar do livro comemorativo dos 55 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (ANFIP), cujo transcurso ocorreu em 22 de abril de 2005. Trata-se de publicação que reúne depoimentos de diversas autoridades sobre a importância da ANFIP para o Brasil. Tenho certeza, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de que nenhuma entidade conseguiria agregar tantos relatos favoráveis, se não fosse, de fato, extremamente relevante para o nosso País.

Como ex-Ministro da Previdência Social e, sobretudo, como Senador da República, posso dar testemunho disso. Não foram poucas as vezes em que dirigentes da ANFIP participaram de reuniões, aqui no Congresso Nacional, não apenas para acompanhar projetos de interesse da categoria que representam, mas também para subsidiar a decisão dos parlamentares sobre matérias importantes para o País. Agora mesmo, enquanto a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado examina o PLC n.º 20/2006, que cria a Receita Federal do Brasil, a ANFIP tem sido presença constante, elucidando dúvidas e sugerindo medidas para serem debatidas pelos membros daquela Comissão. Nada mais democrático! É ouvindo as partes interessadas que haveremos de ter sabedoria para tomar as decisões que o Brasil deseja, e de que tanto necessita! Além disso, inúmeros são os estudos realizados pela ANFIP que balizam as decisões governamentais em matéria previdenciária.

Falar da ANFIP é falar da Previdência Social no Brasil. Ambas as histórias se confundem.

A Previdência Social brasileira teve seu embrião em 1923, com a chamada “Lei Eloy Chaves”, que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários, primeira entidade do gênero no Brasil. A partir daí, surgiram várias instituições previdenciárias em nosso País, cada uma vinculada a um ramo específico de atividade. Foi assim, por exemplo, com a CAP (Caixa de Aposentadorias e Pensões), em 1931, com o IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários), em 1936 e com o IPASE (Instituto de Pensões e Assistência aos Servidores do Estado), em 1941. Em todos esses órgãos existiam serviços de fiscalização, arrecadação e de controle de receita, e os servidores que exerciam essas atividades passaram a ser, genericamente, denominados “Fiscais de Previdência”. Dessa pluralidade de fiscais dos vários Institutos de Previdência nasceu a idéia de criar uma organização central que representasse e defendesse os interesses de todos, já que desempenhavam as mesmas funções.

Então, em 22 de abril de 1950, 365 fiscais, imbuídos dos sentimentos de união, de entendimento e de harmonia, sentimentos esses que, aliás, perduram até os nossos dias, fundaram a primeira Associação dos Fiscais de Previdência Social (AFPS). Por sua grande abrangência e significado, a data de fundação dessa Entidade passou a ser considerada como marco constitutivo da ANFIP. Contudo, no período de 1956 a 1961, vimos surgir ainda outras três entidades que congregavam fiscais de Previdência em áreas específicas: era o caso da Associação Nacional dos Fiscais e Inspectores de Previdência, vinculada ao IAPI; da União Metropolitana dos Fiscais do IAPC; e da Associação dos Fiscais do IAPB.

Essa situação perdurou até novembro de 1966, quando o Governo decidiu extinguir todos os institutos de previdência, unificando-os num só órgão: o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Em razão disso, as diretorias dos institutos de previdência resolveram, também, promover a unificação das entidades existentes.

Nasce, então, a ANFIP!

Como vemos, Sr. Presidente, as histórias da Previdência Social e da ANFIP caminham juntas. Mas, a importância da ANFIP não se resume apenas à defesa dos interesses corporativos da categoria que representa. Muito pelo contrário!

Nesses 55 anos de existência, a ANFIP tem dado provas inequívocas de que seu compromisso maior é com o País e com a defesa dos interesses nacionais. Como já disse no início de meu pronunciamento, a ANFIP tem participado de inúmeras reuniões aqui no

Congresso sobre temas referentes à previdência social, além de realizar estudos importantíssimos para o balizamento das decisões acerca do tema.

E por que todo esse zelo? Por que não se limitar apenas a ser uma entidade de classe, corporativa, como tantas outras, que defendem somente os interesses de seus associados?

Por uma razão muito simples, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: a Previdência Social é um patrimônio de todos os brasileiros! Não pertence nem a este, nem àquele Governo. Pertence, sobretudo, ao povo brasileiro que, com muito sacrifício, contribui com seus poucos recursos na esperança de ser amparado na doença e na velhice. Para se ter uma dimensão da grandiosidade da Previdência Social em nosso País, basta dizer que ela é a responsável direta pela sobrevivência de 23 milhões de cidadãos brasileiros, e de mais de 70 milhões, de forma indireta, ou seja, quase duas vezes a população da Argentina dependem da Previdência! Além disso, ao longo dos últimos 15 anos, ela arrecadou mais de R\$600 bilhões, segundo números do DATAPREV. É oportuno ressaltar, também, que o INSS paga, por mês, mais de R\$22 bilhões em benefícios, o que representa, talvez, o maior programa de distribuição de renda do mundo!

Creio que esses números, por si mesmos, servem como fonte maior de inspiração para que a ANFIP atue, de modo tão decisivo, em prol dos cidadãos brasileiros, principalmente dos mais humildes, que realmente sobrevivem graças aos benefícios da Previdência Social.

Por esse motivo, Sr. Presidente, e por tão relevantes serviços prestados ao País, não poderia deixar de subir à tribuna para lembrar os 55 anos de existência da ANFIP, e felicitar todos os auditores fiscais da Previdência, na pessoa do Presidente do Conselho Executivo daquela Associação, Sr. Ovídio Palmeira Filho, pelo brilhante trabalho que desempenham.

Aproveito esta oportunidade para solidarizar-me com os servidores do INSS, em especial com os auditores fiscais, na luta que estão travando pela valorização da carreira e por uma justa recomposição salarial.

Ser um Auditor Fiscal da Previdência não é tarefa fácil, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Primeiramente, é necessário ser aprovado num dos concursos públicos mais difíceis do Brasil. Já no exercício de suas funções, o Auditor Fiscal da Previdência é o responsável por tarefas importantíssimas para a saúde financeira do Sistema Previdenciário. É ele, por exemplo, o encarregado de executar os procedimentos de auditoria, de efetuar a lavratura de Auto de Infração e de Auto de Apreensão e Guarda de documentos. Além disso, o Auditor Fiscal da Previdência também se incumbem de

examinar a contabilidade das empresas e dos contribuintes em geral e, talvez o mais importante de tudo isso, esse servidor é o responsável por auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e ao repasse das contribuições administradas pelo INSS.

Infelizmente, não é incomum surgirem notícias relatando fraudes no INSS e déficit no sistema previdenciário nacional. Imaginem, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que seria do nosso Brasil e, sobretudo, da Previdência Social, sem a vigilância constante e atenta desses profissionais!

O Governo do Presidente Lula, do qual tive a honra de participar como Ministro da Previdência, tem empreendido um esforço descomunal para combater as fraudes no sistema previdenciário e equilibrar as contas da Previdência. Com o recenseamento dos aposentados, por exemplo, e a conseqüente exclusão de milhares de beneficiários fantasmas, espera-se uma economia da ordem de R\$3 bilhões para este ano. Mas isso só será possível graças ao incansável trabalho executado pelos Auditores Fiscais.

Ao encerrar meu pronunciamento, mais uma vez reitero as felicitações à ANFIP, por seus 55 anos de existência, na certeza de que essa grandiosa Associação continuará prestando inestimáveis serviços a todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS** (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria do jornal **Folha de S.Paulo** de 24 de maio do corrente, intitulada “Base do governo manobra e evita ida de Dantas a CPI”.

A matéria destaca que “o governo conseguiu evitar a convocação do banqueiro Daniel Dantas para explicar a suposta cobrança de propina que teria sofrido do PT para facilitar interesses do grupo *Opportunity* no Governo Federal”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Base do governo manobra e evita ida de Dantas a CPI

Pedido para ouvir banqueiro que acusa PT de cobrar propina é rejeitado por 6 a 5

## MUITO ALÉM DA "MISSÃO INSTITUCIONAL"

### O QUE DANTAS E O GOVERNO DEVEM EXPLICAR

**1** Por que a bancada governista votou ontem contra o depoimento de Dantas na CPI, já que ele é um desafeto do governo?

**2** Por que até ser descoberto o ministro Márcio Thomaz Bastos não divulgou seu encontro com Dantas, na noite de terça-feira passada, na casa de Heráclito Fortes (PFL-PI)?

**3** Que "missão institucional" (na definição do encontro feita pelo ministro Tarso Genro) pode ter sido cumprida numa reunião sigilosa envolvendo o ministro da Justiça e um banqueiro investigado pela PF na casa de um senador da oposição?

**4** Dantas nega ter vazado a lista de origem não comprovada, publicada pela revista "Veja", que traz supostas contas em paraísos fiscais

atribuídas a petistas e outros, incluindo o presidente Lula. Como Dantas soube da lista? Em que circunstâncias? Quando?

**5** Quais eram os reais serviços prestados por Frank Holder, da empresa de investigações Kroll, à Brasil Telecom, então controlada pelo Opportunity? Segundo a "Veja", Holder atuou para Dantas na investigação das supostas contas de petistas em paraísos fiscais, pelo que recebeu US\$ 800 mil.

**6** Em carta à Justiça de Nova York, o banco Opportunity, de Dantas, disse ter sofrido tentativa de achaque pelo governo Lula. O que o governo ofereceria em troca ao banqueiro?

**7** Por que, a partir de 2003, a Brasil Telecom, controlada pelo Opportunity, contratou os serviços de advogados ligados ao PT, como Roberto Teixeira, compadre de Lula, e Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, ligado a José Dirceu?

**Presidente da comissão diz que decisão equivale a fim dos trabalhos; também não são aprovadas convocações de Valério e Jorge Mattoso**

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com uma manobra no plenário da CPI dos Bingos, o governo conseguiu ontem evitar a convocação do banqueiro Daniel Dantas para explicar a suposta cobrança de propina que teria sofrido do PT para facilitar interesses do grupo Opportunity no governo federal.

Para o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB), o resultado equivale ao fim das investigações: "Não se aprova mais nada", comentou. O relator Garibaldi Alves (PMDB-RN) reiterou que pretende fechar a versão preliminar do relatório final da CPI amanhã.

O requerimento, apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), foi rejeitado por seis votos a cinco. Votaram a favor quatro pefelistas e Garibaldi Alves, enquanto Romero Jucá (PMDB-RR) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Tuma foi citado pela revista "Veja", junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros membros do governo, como portador de conta bancária no exterior. Ele nega. A informação foi atribuída pela revista a Dantas, que, no entanto, nega ser a fonte da "Veja".

A oposição também queria convocar Dantas pela afirmação do banqueiro de que, em ju-

lho de 2003, Carlos Rodenburg, seu sócio à época, foi procurado por Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, para que o Opportunity doasse entre US\$ 40 milhões e US\$ 50 milhões ao partido. Ontem, Delúbio negou à CPI ter feito a cobrança (leia texto na pág. A5).

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) deve apresentar requerimento pedindo para que Dantas vá à Comissão de Constituição e Justiça do Senado.

### Violação

A base aliada também derrubou requerimentos para convocar o ex-presidente da Caixa Jorge Mattoso e o assessor do Ministério da Justiça Daniel Goldberg, para falar sobre a violação do sigilo do caseiro Francenildo Costa. Também não foi aprovada a convocação do publicitário Marcos Valério.

Contribuíram para as vitórias governistas as ausências dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Augusto Botelho (PDT-RR). No começo da CPI, Mozarildo votava com a oposição. No último mês, passou a faltar às reuniões. A oposição suspeita que ele tenha sido cooptado pela base aliada. Há duas semanas, ele disse à Folha que "não aceitava ser pressionado por ninguém".

Já Botelho votou tanto com o governo como com a oposição. Ontem, sua assessoria informou que ele não pôde ir à CPI pois estava participando da reunião da Executiva Nacional do PDT em Brasília.

(ADRIANO CEDLIN E MARTA SALOMON)

## COMO A CPI VOTOU

5 A FAVOR

Antonio C. Magalhães (PFL-BA)  
Romeu Tuma (PFL-SP)  
José Jorge (PFL-PE)  
Garibaldi Alves (PMDB-RN)  
Heráclito Fortes (PFL-PI)

6 CONTRA

Eduardo Suplicy (PT-SP)  
Ideli Salvatti (PT-SC)  
Tião Viana (PT-AC)  
Sibá Machado (PT-AC)  
Romero Jucá (PMDB-RR)  
Sérgio Zambiasi (PTB-RS)

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Cozinheira depõe e liga Comendador a petistas”, publicado pelo jornal **Correio Braziliense** de 1º de junho do corrente ano.

o artigo relata que ao depor na CPI dos Bingos a ex-cozinheira do Comendador Arcanjo, senhora Zildete Reis, disse ter visto o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e o presidente do Sebrae irem até a casa do Comendador e saírem de lá com pastas de dinheiro.

Como segundo assunto, gostaria de fazer o registro da matéria intitulada “Okamoto não prova saques para quitar a dívida de Lula”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 31 de maio do corrente.

A matéria mostra que, vencida a prorrogação de prazo concedida pela CPI dos Bingos, Paulo Okamoto, amigo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não comprovou os saques que teria feito para pagar a dívida de R\$29,4 mil que Lula tinha com o PT. O principal problema na explicação de Okamoto é que os saques supostamente feitos não coincidem com os valores ou as datas dos pagamentos da dívida.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido artigo passe a integrar este pronunciamento para que, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem apresentar provas, Zildete diz ter visto Dirceu com mala de dólares na casa do contraventor e ouvido a trama para matar Celso Daniel

# Cozinheira depõe e liga Comendador a petistas

UGO BRAGA  
DA EQUIPE DO CORREIO

**A** CPI dos Bingos havia convocado a cozinheira Zildete Reis em busca de mais detalhes sobre uma carta que ela escreveu em setembro de 2003, na qual relatava dois fatos graves: uma visita do então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à Estância 21, cassino mantido em Cuiabá pelo bicheiro João Arcanjo Ribeiro, o Comendador. E a trama, no mesmo lugar, da morte do prefeito petista de Santo André (SP), Celso Daniel, pelo empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra. Mas, ao prestar depoimento, ontem, ela foi muito além disso. Sem precisar datas e até se contradizendo em algumas ocasiões, disse ter visto o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu sair da casa de Arcanjo carregando uma mala de dólares. Afirmou que Palocci também recebeu uma pasta de dinheiro. E citou um japonês chamado Paulo, cujo sobrenome não lembrava, como receptor de outra mala igualzinha a de Dirceu.

O Paulo a que ela se referiu foi reconhecido por foto durante a sessão da CPI. Trata-se, conforme a cozinheira, de Paulo Okamoto, ex-tesoureiro do PT, atual presidente do Sebrae, amigo pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de quem chegou a pagar uma dívida pessoal de R\$ 29,6 mil em 2004. Zildete saiu da CPI direto para o Programa Federal de Proteção à Testemunhas.

O depoimento foi tão inesperadamente explosivo que levantou dúvidas até mesmo entre a oposição. O relator da comissão, Garibaldi Alves (PMDB-RN), saiu da sessão dizendo considerar graves as denúncias, mas afirmando que elas precisam ser comprovadas. A CPI, porém, não buscará fazê-lo. Garibaldi citará os termos do testemunho de Zildete no texto final que pretende apresentar na próxima semana e pedirá que o Ministério Público siga com as investigações. Os aliados do Palácio do Planalto desdenharam. “Não compensa nem tentar desqualificar”, falou o senador Tião Viana (PT-AC), líder da tropa de choque governista na comissão.

Zildete disse ter procurado

“**NÃO TENHO MOTIVO PARA NÃO ACREDITAR NA SENHORA ZILDETE NEM RAZÃO PARA NÃO PERMITIR QUE OS ACUSADOS SE DEFENDAM**”

Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)

ouvir todas as conversas de Arcanjo para reunir informações que pudessem incriminá-lo. Ela afirmou querer vingar a morte do irmão Acácio, um pistoleiro que trabalhava para o Comendador e desapareceu em 1994, após a revelação de que roubara gado do chefe.

A cozinheira descreveu Palocci como um arrogante com os empregados, mas elogiou Okamoto — “era comunicativo, gentil”. Sobre Dirceu, disse que ele foi à casa

de Arcanjo três vezes. Mas só em uma delas teria saído com a mala de dinheiro. Quando após a CPI, há um mês, o próprio Comendador negou financiar políticos e disse sequer conhecer os membros da antiga cúpula do PT.

A despeito do aparente disparate do depoimento, técnicos da CPI disseram ao **Correio** que ele faz bastante sentido. Zildete teria citado três nomes que atuaram na linha de frente do PT, todos com acesso às finanças do partido. Além disso, o Comendador Arcanjo lavava dinheiro para as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), com quem o PT mantinha interlocução. O Ministério Público Estadual de São Paulo, que investiga a morte de Celso Daniel, trabalha com a hipótese de Arcanjo ser o principal operador do dinheiro ilegal petista.

O advogado de José Dirceu, José Luiz de Oliveira, disse que seu cliente jamais teve contato “pessoal ou telefônico” com o Comendador. E jamais recebeu qualquer importância pecuniária do contraventor. “O depoimento é uma farsa e vamos tomar as medidas judiciais cabíveis”.

## CPI DOS BINGOS

# Okamoto não prova saques para quitar a dívida de Lula

**Prazo para explicações à CPI venceu; oposição vê afronta**

**MARTASALOMON**  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Vencida a prorrogação de prazo concedida pela CPI dos Bingos, Paulo Okamoto — amigo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidente do Sebrae — não comprovou os saques que teria feito para pagar a dívida de R\$ 29,4 mil que Lula tinha com o PT.

Okamoto assumiu a responsabilidade pelo pagamento da dívida no início de agosto do ano passado. Naquele momento, a oposição já investigava o uso de dinheiro do caixa dois do PT ou do “valerioduto” para saldar a dívida logo depois de Lula assumir o mandato no Palácio do Planalto.

Durante mais de nove meses, Okamoto prometeu que iria comprovar que o dinheiro tinha saído de suas contas. Simultaneamente, conseguiu bloquear, por meio de decisões liminares no STF (Supremo Tribunal Federal), a quebra de seu sigilo bancário. O prazo para dar explicações à CPI dos Bingos venceu no dia 28.

### Desistência

Ontem, seu advogado disse que desistira de mandar informações sobre os saques ao Senado por causa de supostas indicações de que o relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves (PMDB-RN), pediria o indiciamento de seu cliente.

Marcos Perez impôs algumas condições para responder a um requerimento aprovado pela CPI no início do ano: “É importante que a CPI receba as explicações [de Okamoto] com abertura, e não com parcialidade”, afirmou.

Ainda de acordo com o advogado de Okamoto, a relação de saques não foi encaminhada antes para a CPI porque estava faltando um documento do Banco do Brasil.

### Críticas

O comportamento de Okamoto atraiu críticas na tribuna do Senado. “Será que ele está fabricando o documento?”, ironizou o senador da oposição Álvaro Dias (PSDB-PR), que classificou a falta de resposta ao requerimento do Senado “um desrespeito e uma afronta” à CPI dos Bingos.

O requerimento, aprovado em uma alternativa à quebra do sigilo bancário do amigo de Lula, cobra comprovantes de saída de dinheiro de contas bancárias de Okamoto.

O principal problema na explicação preliminar do presidente do Sebrae é que os saques que teria feito não coincidem com os valores ou as datas dos pagamentos da dívida de Lula.

A **Folha**, no mês passado, Okamoto afirmou ter feito saques no valor de R\$ 45 mil entre os meses de setembro de 2003 e março de 2004, embora a dívida só começasse a ser paga em dezembro.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Faltou um Palocci”, publicada na revista **Época** em sua edição de 29 de maio do corrente.

A matéria trata da última turbulência no mercado financeiro internacional, ocorrida no início da semana passada. Segundo a matéria, o comportamento do governo do Presidente Lula durante a crise deixou claro que a cúpula econômica está mal preparada para lidar com situações desse tipo. “Os reflexos no Brasil foram

amplificados pelos sinais contraditórios emitidos pela equipe econômica”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.  
Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SR<sup>a</sup> SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# Faltou um Palocci

**O Brasil mostrou que está mais preparado para enfrentar as crises financeiras internacionais. Mas falta alguém no governo que transmita tranquilidade**

**F**oi um susto. A turbulência nas Bolsas de Valores do mundo inteiro no início da semana passada, e seu reflexo amplificado no Brasil, trouxe de volta o fantasma de uma crise financeira de grandes proporções. O nervosismo diminuiu no fim da semana, mas deixou no ar a preocupação de que o mundo, depois de quatro anos de crescimento, possa ter entrado em um período de instabilidade econômica. Para o Brasil, o episódio deixou duas constatações quase opostas. A primeira: o país está mais fortalecido e tem mais condições objetivas de resistir aos percalços da economia mundial. A segunda: a cúpula econômica está mal preparada para lidar com situações desse tipo.

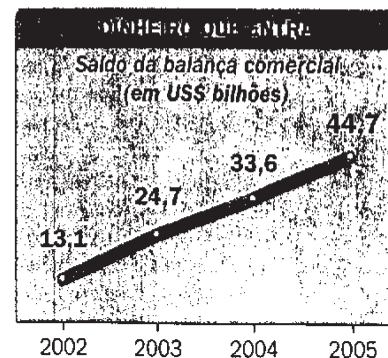
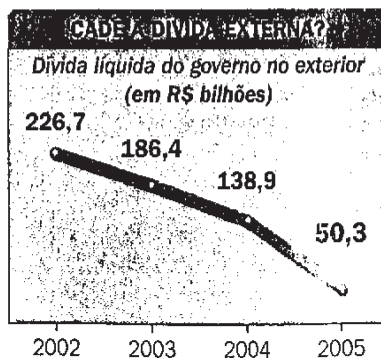
Demorou apenas um mês para que o Brasil sentisse falta do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci. Nos três dias em que a economia mundial tremeu, de segunda a quarta-feira da semana passada, o mercado brasileiro reagiu com a disparada do dólar e a queda brusca da Bolsa. A turbulência come-

çou nas Bolsas do exterior, causada por temores de que os Estados Unidos promovessem alta nos juros. Os reflexos no Brasil foram amplificados pelos sinais contraditórios emitidos pela equipe econômica.

Guido Mantega, no cargo há pouco mais de um mês, não fez esforço para controlar o estresse dos investidores. Ao contrário. Deixou claro que queria tirar proveito da turbulência para fazer o dólar subir. Enquanto o Tesouro Nacional

## ECONOMIA FORTALECIDA

Na última crise financeira que enfrentou, em 2002, o Brasil tinha dívida externa alta e saldo comercial baixo. O quadro se inverteu nesses quatro anos



Fontes: Banco Central e Ministério do Desenvolvimento

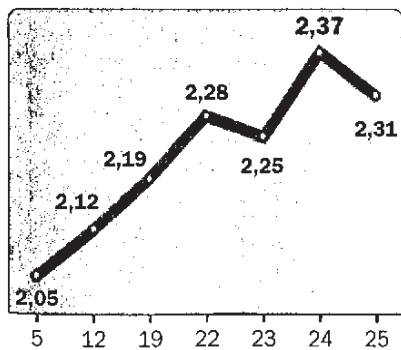


recomprou R\$ 1,5 bilhão em títulos e o Banco Central manteve o silêncio, na expectativa de acalmar o mercado, ele lamentava que, no fim da semana, o dólar tivesse recuado. "A única pena é que já está caindo, né?", disse. Foi um desempenho contrastante com o de seu antecessor. Palocci era o canal de comunicação do governo com investidores e empresários. Sabia esfriar crises.

O gesto de Mantega que teve mais impacto na crise foi a nomeação de Júlio Sérgio de Almeida para a diretoria de Política Econômica, na semana passada. Almeida era de um instituto de pesquisa mantido por industriais, o Iedi. Sua visão é que o dólar está barato demais e tira a competitividade da indústria. "Isso adicionou incerteza. Parecia que o governo tinha duas cabeças", diz John Welch, economista-chefe para a América Latina do Lehman Brothers. A outra cabe-

### O DÓLAR DECOLOU

Preço da moeda americana no Brasil – em R\$ (mês de maio)



Fontes: Banco Central e Andima

ça seria Henrique Meirelles, presidente do BC, que defende câmbio livre e inflação baixa. As desavenças internas na política econômica podem ter consequências graves. O medo de investidores pode levar à fuga de capitais e a um freio no ritmo da economia. "Você sabe como essas correrias começam, mas não como acabam", diz o ex-diretor do BC Luiz Fernando Figueiredo. "Por sorte tivemos um dia positivo no exterior (a quarta-feira 24) e o processo estancou."

Mas a turbulência trouxe também boas notícias. Apesar de os mercados de dólar e Bolsa terem tido os piores dias desde 2002, não houve corrida contra

o real – até porque o câmbio flutuante acomodou as pressões e as reservas cambiais de US\$ 63 bilhões desestimulam aventuras de especuladores. O fato de o país ter praticamente zerado sua dívida externa ao longo dos últimos anos fez diferença. Em 2002, a dívida, cotada em dólares, superava o equivalente a R\$ 200 bilhões. Quando o dólar subia, a dívida ficava maior, o que estimulava mais especulação contra o real. Agora foi o contrário. O BC tem R\$ 38 bilhões em sua carteira, resultado de operações que fez com os bancos quando eles não acreditavam no dólar e queriam vender a moeda.

Como o país deverá crescer mais neste ano e as contas do governo mostram superávit, a economia real não deu fôlego à histeria financeira. As exportações, por exemplo, fizeram diferença. Quando a cotação do dólar bateu R\$ 2,40, com alta de quase 20% em poucos dias, expor-

tadores brasileiros aproveitaram para trocar por reais os dólares que estavam mantendo no exterior. Na quinta-feira houve recorde de negócios nas mesas de câmbio dos principais bancos. "O que aconteceu foi um fenômeno estritamente financeiro", diz Luiz Fernando Figueiredo.

Daqui para a frente, situações como a da semana passada tendem a se repetir. A economia internacional vinha sendo generosa com o Brasil desde 2003. O mundo cresceu 5% ao ano, a demanda pelas exportações brasileiras não parou de subir e houve dinheiro de sobra de investidores internacionais. Para completar, a China e a Índia inundaram o

mundo com produtos baratos e contiveram a inflação. Foi o cenário que o governo aproveitou para zerrar a dívida externa. Esse idílio acabou.

José Alexandre Scheinkman, da Universidade Princeton, afirma que a origem do tremor no mercado mundial está na inflação e nos déficits comercial e fiscal dos EUA.

Em algum momento o país terá de escolher: ou eleva juros e força uma recessão, para diminuir o consumo, ou deixa o dólar se desvalorizar. Como ninguém conhece ainda os métodos do novo presidente do BC americano, Ben Bernanke, o mercado financeiro fica mais instável. O ajuste americano pode ser suave, já que a economia mundial continua crescendo. O perigo é a inflação sair do controle e forçar mudanças bruscas nos juros. Por isso, o que há no mercado internacional ainda não é uma crise, é especulação financeira. Mas ela está apenas começando. ■

## A turbulência atingiu Bolsas do mundo todo. Investidores temem uma alta de juros nos EUA

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Informe-se, presidente”, de autoria do economista e ex-ministro Paulo Renato Souza, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** de 07 de junho do corrente.

O autor, em seu artigo, tece comentários, esclarece o leitor, e para isso, desmente as declarações do Presidente Lula, que na semana passada tentou atacar as gestões tucanas. “Em todos os casos, erra o Presidente por ignorância dos fatos ou por manipulação indevida de informações”.

## Informe-se, presidente

Paulo Renato Souza

Na semana passada, o presidente Lula pretendeu atacar as gestões tucanas na área da educação, tanto no plano federal, durante o governo FHC, quanto em São Paulo, nas gestões Covas e Alckmin. Referiu-se a duas questões: 1) Teria havido um “abandono premeditado da escola pública em São Paulo”, pois apenas 18% dos estudantes de ensino superior frequentam universidades públicas no Estado; e 2) criticou o governo FHC por dois “fatos”, por ter deixado de “investir em escolas técnicas”, citando uma lei que limitava a expansão de escolas federais nessa modalidade de ensino e estimulava a criação de escolas estaduais e comunitárias, e por não ter criado universidades federais. Em todos os casos, erra o presidente por ignorância dos fatos ou por manipulação indevida de informações.

Em relação ao ensino superior no Estado, há desinformação e manipulação. A proporcionalidade dos alunos de ensino superior na rede pública estadual não demonstra falta de atenção ao ensino superior público por parte dos governos estaduais. É a consequência apenas da pujança econômica do Estado que explica a renda mais elevada de sua população em relação aos demais e cria as condições para o desenvolvimento de um amplo mercado para o ensino privado. Isso nada tem que ver

com falta de investimento nas universidades públicas. Ao contrário, desde Armando Salles de Oliveira, na década de 1930, os sucessivos governantes de São Paulo deram atenção – maior ou menor – ao desenvolvimento do maior e melhor sistema estadual de ensino superior em nosso país. Aqui estão as nossas três melhores universidades, assim reconhecidas em qualquer avaliação internacional, responsáveis pela maior parte da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico do País. Nos últimos 12 anos esse sistema se expandiu em quantidade e qualidade graças ao apoio decidido dos governadores Covas e Alckmin. O número de alunos de graduação cresceu 68%, passando de 62 mil em 1995 para 105 mil em 2004. Isso se deveu a dois fatores básicos: aumento do percentual de ICMS dedicado às universidades estaduais e maior eficiência de gestão graças à autonomia universitária de que desfrutaram.

Gaba-se o presidente Lula de estar “nesses 42 meses fazendo 4 universidades federais novas”, transformado outras 6 faculdades em universidades e criando 42 extensões universitárias. Omite, porém, que todas as novas instituições e campi foram decisões dos últimos meses, que, aliás, têm proporcionado ocasiões para inúmeros atos presidenciais de “lançamento de pedra fundamental”, fartamente alardeados e cobertos pela mídia. Gastaram-se já milhões em propaganda, mas não há até agora nenhum aluno nos novos projetos. É matéria para o futuro governo realizar e pagar.

A respeito do sistema de universidades federais, é oportuno lembrar alguns dados do próprio Ministério de Educação. No governo FHC, a matrícula nas universidades federais passou de 353 mil para 507 mil alunos, o que corresponde a uma expansão total de 61%, ou de 6,1% em média por ano durante os oito anos. No primeiro ano do governo Lula a matrícula total cresceu apenas 1,2%. O mais grave e sintomático foi o que ocorreu nos cursos noturnos: em 1995 eram menos de 70 mil alunos, passando a 145 mil em 2003, numa expansão total de 110%. Pois bem, o número de alunos noturnos nas instituições federais de ensino superior *diminuiu* em termos absolutos no primeiro ano do governo Lula! Não é preciso lembrar que os jovens que estudam à noite são, em geral, os mais carentes. Para eles o governo Lula reduziu as oportunidades de estudar numa universidade pública. Gaba-se também o presidente de ter criado 250 mil bolsas universitárias no setor privado por meio do ProUni. Em contraposição, no governo FHC criamos 213 mil vagas gratuitas apenas nas federais, além de 180 mil financiamentos estudantis.

Durante o governo FHC buscamos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para investir na ampliação da rede de escolas técnicas do País. Com esses recursos produzimos a maior expansão nesse segmento em nossa História, além de investirmos pesadamente no reequipamento de 65 escolas técnicas federais. Em relação a novas escolas, estimulamos a descentralização median-

Sr. Presidente, desejo que o artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que seja feito o importante registro da verdadeira história. Requeiro que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

te a criação de redes estaduais e escolas no segmento comunitário pertencentes a entidades sem fins lucrativos. Uma das redes estaduais mais beneficiadas foi a do Rio Grande do Sul, então governado pelo PT, o que levava o governador Olívio Dutra a sempre enaltecer o caráter “republicano” da política do ministério nas inaugurações que realizamos. No total foram mais de 135 escolas técnicas estaduais e 136 escolas do segmento comunitário criadas no País naquele período. Quando o presidente Lula assumiu, esse projeto foi totalmente suspenso e assim permaneceu durante três

### Não tememos comparações com seu governo na área de educação

anos. Havia 32 obras que estavam em curso e foram paralisadas, no segmento comunitário, e agora serão retomadas como federais – e que o presidente anuncia como se fossem iniciativas de seu governo!

Infelizmente, o País está-se acostumando à desfaçatez e à mentira. Na campanha eleitoral, as coisas serão diferentes. O presidente acredita que batendo na política educacional dos governos tucanos poderá acumular ganhos eleitorais. Mais uma bravata! Não tememos nenhuma comparação de seu governo com os nossos na área da educação. Esteja, entretanto, preparado para explicar muitas coisas, entre elas, por que seu governo abandonou as políticas de qualidade em relação ao ensino básico, o que levou à queda em termos absolutos no número de jovens estudando no ensino médio em nosso país.

Recentemente editei o livro *Visão de Futuro*, que reúne artigos publicados neste *Espaço Aberto* até o final do ano passado. Os interessados podem solicitá-los, sem custo, pelo telefone (11) 3057 0505 ou pelo e-mail paulo.renato@isd.org.br.■

Paulo Renato Souza, economista, foi ministro da Educação no governo FHC, gerente de Operações do BID, reitor da Unicamp e secretário de Educação de São Paulo no governo Montoro

**O SR. PAPALÉO PAES** (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar a matéria intitulada “OAB pede à procuradoria nova apuração contra Lula”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 6 de junho do corrente.

A matéria destaca que “O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, encaminhou ontem ao Procurador-Geral da República, Antonio Fernando de Souza, notícia-crime pedindo que sejam aprofundadas as investigações contra o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso

de mensalão e de outras irregularidades relacionadas ao governo”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# OAB pede à Procuradoria nova apuração contra Lula

Ordem envia notícia-crime ao procurador-geral da República e cita omissão do presidente no mensalão e negócios da empresa de seu filho

**Mariângela Galucci**  
BRASÍLIA

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, encaminhou ontem ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, notícia-crime pedindo que sejam aprofundadas as investigações contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do mensalão e de outras irregularidades relacionadas ao governo.

Apesar da iniciativa da OAB, a expectativa é que Souza não tome nenhuma medida contra o presidente. No mês passado, o procurador afirmou que Lula não teve envolvimento com a compra de apoio no Congresso e disse não ter encontrado nada contra ele na apuração que levou à denúncia de 40 pessoas.

No pedido entregue na procuradoria, Busato cita três motivos para que Souza tome providências: 1) as ligações entre a Telemar e a empresa Gamecorp, de Fábio Luiz da Silva, um dos filhos de Lula; 2) o decreto presidencial que facultou ao Banco BMG atuar no crédito a funcionários federalismos que a instituição integre a rede de pagamentos do sistema previdenciário; 3) a omissão de Lula nos episódios do mensalão.

De acordo com o documento assinado por Busato, houve “um affaire Gamecorp/Telemar”. A Gamecorp associou-se com a Telemar “em operação milionária, sequer comunicada à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)”, observou o presidente da OAB.

Busato disse que ocorreu “in- desculpável e inexplicável omis-

são (no mínimo) do presidente da República, nos episódios do mensalão e das compras de votos, na formação de caixa 2 para o financiamento das campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e na prevenção/ fiscalização/repressão a atos

## Presidente usa o ‘nada sei’ para se proteger, afirma Busato

de improbidade administrativa cometidos pelos (seus) mais chegados auxiliares.”

Segundo Busato, o “nada sei” dito frequentemente por Lula foi a maneira que ele encontrou para se proteger. “Mas ele tendo-se protegido dessa forma dei-

xou a população brasileira muito insatisfeita com relação ao entendimento exato sobre o que o presidente da República sabia e o que não sabia, se ele foi alvo de traição por seus amigos diletos ou se estava consciente do que estava acontecendo.”

A OAB analisou em maio e rejeitou uma proposta de impeachment de Lula. Na mesma sessão, a entidade aprovou o encaminhamento da notícia-crime à Procuradoria Geral da República.

Segundo o presidente da OAB, uma das principais peças levadas em conta na ocasião foi a denúncia formulada recentemente ao Supremo Tribunal Federal (STF) por Souza contra 40 pessoas suspeitas de envolvimento com o mensalão – entre elas, o ex-ministro e deputado federal cassado José Dirceu. ■

**Dança da pizza**  
A deputada **Angela Guedes** (PT-SP) dançou em plenário para comemorar a abolição do petista João Magno (MG), em momento que ficou conhecido como dança da pizza. Foi suspensa do Conselho de Ética devido ao ocorrido. Na sexta-feira, participou, ao lado de Lula, de evento em São José dos Campos

**“Tortura”**  
O presidente Lula afirmou, em discurso na última quinta-feira, que os principais líderes do PT foram “torturados” nas CPIs. Ao falar sobre a queda da oposição, disse: “Quero que eles coloquem lá (nos programas eleitorais) as torturas que eles fizeram com muita gente lá (na CPI)”. Lula se referia aos acusados no mensalão

**Todos juntos**  
O encontro do PT deste ano reuniu acusados no esquema com o presidente Lula. **José Dirceu**, único petista cassado, recebeu o presidente. Na platéia, João Paulo Cunha (SP), Professor Luizinho (SP) e Josias Gomes (BA), absolvidos pelo plenário da Câmara, além de Paulo Rocha (PA), que renunciou

**“Grandeza”**  
“So pessoas de sua grandeza são capazes desses gestos”, afirmou Lula em carta enviada a José Dirceu, uma resposta ao pedido de demissão do ministro da Casa Civil em razão de acusações no esquema. “Continuo no governo como deputado da base de sustentação”, disse Dirceu em sua despedida, à qual Lula não foi

# Mensaleiro que renunciou fica na 1ª fila em evento com presidente

Ministra afirma que convites para a solenidade foram feitos pelo Planalto

**Lisandra Paragussú Leonoreo Nazzari**  
BRASÍLIA

Na primeira fila da solenidade sobre o Dia do Meio Ambiente, uma figura chamou a atenção: o ex-deputado Paulo Rocha (PT-PA), acusado ter se beneficiado do esquema do mensalão. Ele assistia tranquilamente a cerimônia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a criação de novas áreas de proteção ambiental no Norte do País.

O petista renunciou ao mandato em outubro de 2005 para escapar do processo de cassa-

ção por suspeita de envolvimento no caso. O publicitário Marcos Valério afirma que repassou a ele R\$ 920 mil. A CPI, por sua vez, achou documentos que comprovam o saque de R\$ 420 mil, feito por uma assessora.

Mesmo após a renúncia, no entanto, Rocha é visto assiduamente nos corredores do Palácio do Planalto. O ex-parlamentar foi o único do PT a ceder aos apelos do governo e renunciar. Ontem, defendeu sua presença na cerimônia e disse que não tem nenhuma contrapartida.

Seu dirigente do partido no País, O PT do Para, tem impor-

tância. Esse movimento é uma luta da nossa terra”, afirmou, referindo-se à criação de mais unidades de conservação ambiental no região. Rocha é candidato a deputado federal novamente.

**CONVITES**  
Na solenidade de ontem, o ex-parlamentar ouviu os discursos do presidente Lula e da ministra Marina Silva (Meio Ambiente) numa das duas fileiras da frente, que estavam reservadas para ministros de Estado. Nem Lula nem Marina, entretanto, citaram o nome dele nos pronunciamentos.

Em entrevista após o evento, quando o presidente assinou atos de criação de parques e reservas extrativistas no Pará, na Amazônia e na Bahia, Marina Silva disse que os convites das solenidades realizadas no patá- cio são feitos pelo Planalto. Ela salientou ainda que pediria informações a assessores para saber se o ministro participou da elaboração da lista.

Questionada sobre se estava constangula com a presença do mensaleiro na primeira fila da platéia, Marina respondeu: “Justiça não é vingança. É fazer cumprir a lei”.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Ele está em todas”, publicada na revista **Veja** de 31 de maio do corrente.

A matéria mostra que, denunciado, Duda Mendonça põe amigos nas campanhas de Lula e de estrelas do PT. A matéria ainda destaca que, supostamente decepcionado com a falta de assepsia na política, Duda Mendonça não voltaria a trabalhar com *marketing* eleitoral. No entanto, “Duda Mendonça está atuando em diversas campanhas de candidatos do PT. Seus sócios, funcionários ou antigos colaboradores estão

em vários postos, com destaque para a campanha reeleitoral de Lula”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Ele está em todas

### Denunciado, Duda Mendonça põe amigos nas campanhas de Lula e estrelas do PT

**O** publicitário Duda Mendonça, quando disse à CPI dos Correios que foi obrigado a abrir sua primeira conta no exterior para receber 10 milhões de reais do valerioduto, contou duas mentiras à platéia. A primeira já foi desmascarada: Duda é um veterano de contas não declaradas no exterior. Tinha pelo menos cinco, conforme se descobriu. A segunda mentira é que, supostamente decepcionado com a falta de assepsia na política, não voltaria a trabalhar com *marketing* eleitoral. Pois bem. Passados nove meses de seu depoimento à CPI dos Correios, Duda Mendonça está atuando em diversas campanhas de candidatos do PT. Seus sócios, funcionários ou antigos colaboradores estão em vários postos, com destaque para a campanha reeleitoral de Lula, agora sob os cuidados de João Santana, o “Patinhas”, sócio de Duda até 2003 e ainda hoje um de seus melhores amigos. Ficou tudo em casa.

O pronunciamento que Lula fez no dia 1º de maio, por exemplo, foi produzido por João Santana, mas exibido a Duda Mendonça antes de ir ao ar em cadeia nacional de rádio e televisão. O publicitário Edson Barbosa, outro ex-sócio de Duda que deve ser incorporado à campanha reeleitoral de Lula, hoje cuida dos programas televisivos do PT. Um dos últimos, exibido há pouco mais de um mês, Edson Barbosa também mostrou previamente ao mestre. Numa conversa recente com publicitários em Salvador, Duda revelou que quer acompanhar de perto três candidatos, além do presidente Lula. Um é Jaques Wagner, que concorre ao governo da Bahia e cujo publicitário na linha de

frente será o mesmo Edson Barbosa. Outro é Humberto Costa, que tenta o governo de Pernambuco. Sua campanha ficará a cargo do publicitário Augusto Fonseca, que atuou com Duda na campanha reeleitoral fracassada de Marta Suplicy à prefeitura de São Paulo. O terceiro candidato que ficará sob aconselhamento de Duda é o senador Aloizio Mercadante, que concorre ao governo paulista. À frente estará o publicitário Dante Matiussi, que também já trabalhou com Duda em duas campanhas petistas em 2004.

Os três candidatos do coração de Duda, como se vê, terão seus próprios publicitários, mas atuarão sob a batuta do mestre. Os laços são ainda mais amplos. A produtora da campanha de Lula, por exemplo, será a Malagueta, cujo dono é Giovani Lima e da qual Duda é ex-sócio. Giovani, além de Lula, está negociando para trabalhar na campanha de Vladimir Palmeira, candidato petista ao governo do Rio de Janeiro. Denunciado por lavagem de dinheiro e evasão de divisas, Duda não pode aparecer. “Se eu contratasse o Duda teria de passar a campanha explicando as denúncias contra ele. É um peso impossível de carregar”, diz um candidato a governador amigo do marqueteiro. A moda segue: Duda fez, e continua fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

1

**REQUERIMENTO Nº 604, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 604, de 2006, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Tribunal de Contas da União informações sobre repasses de recursos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nacional, estaduais e do Distrito Federal e, caso o Tribunal não disponha das informações, seja realizada, em caráter de urgência, inspeção para obter as respectivas informações.

2

**REQUERIMENTO Nº 661, DE 2006**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 661, de 2006, do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União que realize auditorias nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária – ANARA.

**ORDEM DO DIA**

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 14, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 284, de 2006), que altera dispositivos das Leis nºs 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, e 5.869, de 11 de dezembro de 1972; e revoga dispositivos da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949.

Relator revisor: Senador Edison Lobão  
Prazo final: 4-7-2006

2

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 286, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 286, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte,

no valor global de duzentos e cinquenta milhões e quinhentos mil reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Marcelo Crivella  
Prazo final: 6-7-2006

3

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 17, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 287, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios, no valor de trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:  
Prazo final: 9-8-2006

4

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 18, DE 2006**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2006, (proveniente da Medida Provisória nº 288, de 2006), que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2006; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e das Leis nºs 7.789, de 3 de julho de 1989, 8.178, de 1º de março de 1991, 9.032, de 28 de abril de 1995, 9.063, de 14 de junho de 1995, 10.699, de 9 de julho de 2003, e 10.888, de 24 de junho de 2004; e revoga o Decreto-Lei 2.351, de 7 de agosto de 1987, as Leis nºs 9.971, de 18 de maio de 2000, 10.525, de 6 de agosto de 2002, e 11.164, de 18 de agosto de 2005, e a Medida Provisória nº 2.194-6, de 23 de agosto de 2001.

Relator revisor:  
Prazo final: 11-8-2006

5

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 289, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 289, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do De-

*envolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de setecentos e trinta e oito milhões de reais, para os fins que especifica*

Relator revisor:  
Prazo final: 21-8-2006

## 6

### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 290, DE 2006**

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 290, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais, para os fins que especifica.*

Relator revisor:  
Prazo final: 23-8-2006

## 7

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 64, DE 1999**

*(Votação nominal)*

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 64, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Eduardo Suplicy, que *acrescenta parágrafo ao art. 57 e dá nova redação ao inciso XI do art. 84 da Constituição Federal* (comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional na abertura da sessão legislativa).

Parecer sob nº 1.941, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 8

### **SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

## 9

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 10

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que *dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal* (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

## 11

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2006**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006 (nº 536/97, na Câmara dos Deputados), que *dá nova redação aos arts. 23, 30, 206 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e acrescenta § 5º ao art. 211 da Constituição Federal* (dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb).

Parecer sob nº 486, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

12

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;
- de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e
- de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

13

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 48, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2003 (nº 39/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Regulação da Profissão de Agente de Segurança Privada e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 2.146 e 2.147, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Alvaro Dias, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e
- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Romeu Tuma, favorável, nos termos do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

14

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 79, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2004 (nº 708/2003, na Casa de origem), que *altera dispositivos do Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista* (altera a área de atuação de jornalistas e dispõe sobre suas funções).

Parecer sob nº 157, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, de redação, que apresenta.

16

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 87, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

17

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 49, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 2005 (nº 2.898/2004, na Casa de origem), que *altera artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para garantir aos aprendizes a conclusão do ensino médio e jornada reduzida.*

Parecer sob nº 532, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

18

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA  
Nº 65, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a deno-*

*minação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos.*

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

**19**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 89, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação.*

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

**20**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 137, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2005 (nº 3.849/2004, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como Ano da Juventude.*

Parecer favorável, sob nº 557, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora *ad hoc*: Senadora Iris de Araújo.

**21**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 3, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2006 (nº 4.473/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia do Racialista.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

**22**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 14, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2006 (nº 4.842/2005, na Casa de origem), que *institui o ano de 2006 como o Ano Nacional dos Museus.*

Parecer favorável, sob nº 479, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Roseana Sarney.

**23**  
**PROJETO DE LEI DA CÂMARA**  
**Nº 25, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2006 (nº 5.180/2005, na Casa de origem), que *declara o sociólogo Florestan Fernandes patrono da Sociologia brasileira.*

Parecer favorável, sob nº 551, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Romeu Tuma.

**24**  
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**  
**Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

**25**  
**PROJETO DE LEI DO SENADO**  
**Nº 141, DE 1999**  
*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2002)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 1999, de autoria do Senador Pedro Simon, que *acrescenta um inciso XI ao art. 649 da Lei nº 5.869/73 – CPC, dispondo sobre a impenhorabilidade das máquinas, equipamentos e implementos agrícolas.*

Pareceres sob nºs:

– 425, de 2002, e 272, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento, Relator: Senador José Fogaça, favorável, com voto em separado do Senador Bello Parga; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 523, de 2002), Relator: Senador Marcelo Crivella, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo) que apresenta; e

– 1.071, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (em audiência, nos termos do Requerimento nº 254, de 2005), Relator: Senador Gerson Camata: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).



26

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 174, DE 2000**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Recurso nº 21, de 2003)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

27

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 138, DE 2002 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 – Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

28

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 43, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos  
do Recurso nº 7, de 2006)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Antero Paes

de Barros, que *estabelece que a fiscalização das empresas de fomento mercantil (factoring) será feita pelo Banco Central do Brasil e pelo Ministério Público Federal*.

Parecer sob nº 437, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Edison Lobão, concluindo contrariamente à matéria.

29

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 390, DE 2005 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 21 minutos.)*

**(OS Nº 13654/06)**

## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

### Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho\*<sup>S</sup>  
PFL – Antonio Carlos Magalhães\*\*  
PFL – César Borges\*\*

### Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino\*  
PRB – Marcelo Crivella\*\*  
PMDB – Sérgio Cabral\*\*

### Maranhão

PMDB – João Alberto Souza\*  
PFL – Edison Lobão\*\*  
PFL – Roseana Sarney\*\*

### Pará

PMDB – Luiz Otávio\*  
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa\*\*  
PSDB – Flexa Ribeiro\*\*<sup>S</sup>

### Pernambuco

PFL – José Jorge\*  
PFL – Marco Maciel\*\*  
PSDB – Sérgio Guerra\*\*

### São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy\*  
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante\*\*  
PFL – Romeu Tuma\*\*

### Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas\*<sup>S</sup>  
PSDB – Eduardo Azeredo\*\*  
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira\*\*<sup>S</sup>

### Goiás

PMDB – Iris de Araújo\*<sup>S</sup>  
PFL – Demóstenes Torres\*\*  
PSDB – Lúcia Vânia\*\*

### Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros\*  
PFL – Jonas Pinheiro\*\*  
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko\*\*

### Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon\*  
BLOCO-PT – Paulo Paim\*\*  
PTB – Sérgio Zambiasi\*\*

### Ceará

PSDB – Luiz Pontes\*  
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes\*\*  
PSDB – Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

PMDB – Ney Suassuna\*  
PFL – Efraim Morais\*\*  
PMDB – José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta\*<sup>S</sup>  
PSDB – Marcos Guerra\*\*<sup>S</sup>  
BLOCO-PL – Magno Malta\*\*

### Piauí

PMDB – Alberto Silva\*  
PFL – Heráclito Fortes\*\*  
PMDB – Mão Santa\*\*

### Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra\*  
PMDB – Garibaldi Alves Filho\*\*  
PFL – José Agripino\*\*

### Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen\*  
BLOCO-PT – Ideli Salvatti\*\*  
PSDB – Leonel Pavan\*\*

### Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena\*  
PMDB – Renan Calheiros\*\*  
PSDB – João Tenório\*\*<sup>S</sup>

### Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves\*  
PMDB – Almeida Lima\*\*  
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares\*\*

### Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho\*  
PSDB – Arthur Virgílio\*\*  
PDT – Jefferson Péres\*\*

### Paraná

PSDB – Alvaro Dias\*  
BLOCO-PT – Flávio Arns\*\*  
PDT – Osmar Dias\*\*

### Acre

BLOCO-PT – Tião Viana\*  
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior\*\*  
BLOCO-PT – Sibá Machado\*\*<sup>S</sup>

### Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca\*  
PTB – Antônio João\*\*<sup>S</sup>  
PMDB – Ramez Tebet\*\*

### Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral\*<sup>S</sup>  
PDT – Cristovam Buarque\*\*  
PFL – Paulo Octávio\*\*

### Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos\*  
BLOCO-PL – João Ribeiro\*\*  
PC do B – Leomar Quintanilha\*\*

### Amapá

PMDB – José Sarney\*  
PMDB – Gilvam Borges\*\*  
PSDB – Papaléo Paes\*\*

### Rondônia

PMDB – Amir Lando\*  
BLOCO-PT – Fátima Cleide\*\*  
PMDB – Valdir Raupp\*\*

### Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti\*  
PDT – Augusto Botelho\*\*  
PMDB – Romero Jucá\*\*

### Mandatos

\*: Período 1999/2007 \*\*: Período 2003/2011

## **COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

**(Ato do Presidente nº 8, de 2005)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA**

**Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA**

**Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO**

<b>Ana Júlia Carepa – PT/ PA</b>
<b>Eduardo Suplicy – PT/SP</b>
<b>Fátima Cleide – PT/RO</b>
<b>Flexa Ribeiro – PSDB/PA</b>
<b>Luiz Otávio – PMDB/PA</b>
<b>Demóstenes Torres – PFL/GO</b>
<b>Serys Shessarenko – PT/MT</b>
<b>Sibá Machado – PT/AC</b>

**Prazo Final: 18.3.2005**

**Designação: 16.2.2005**

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB  
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
<b>PMDB</b>	
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
<b>PDT</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	7. Serys Shhessarenko – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB**

**Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) <sup>(3)</sup>
Ney Suassuna <sup>(1)</sup>	3. Serys Slhessarenko <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB <sup>(4)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

<sup>(4)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL  
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB  
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL <sup>(3)</sup>
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>
<b>PDT</b>	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Aelton Freitas - PL**

**Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)**

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) <sup>(3)</sup>	6. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	6. (vago) <sup>(5)</sup>
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Marcelo Crivella – PMR <sup>(2)</sup>	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Mão Santa	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) <sup>(4)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
<b>PMDB</b>	
Papaléo Paes <sup>(5)</sup>	1. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	
<b>PDT</b>	
	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: (vago) <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB <sup>(4)</sup>	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(6)</sup> (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup> (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR**  
(5 membros)

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Serys Shessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT <sup>(8)</sup> (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup> (cedida pelo PFL) <sup>(1)</sup>	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(7)</sup> (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) <sup>(6)</sup>
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(3)</sup>
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

<sup>(7)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(8)</sup> O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
**(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR <sup>(1) (5)</sup>	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido <sup>(2) (6)</sup>	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1. (vago) <sup>(4)</sup>
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) <sup>(7)</sup>	4. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

<sup>(1)</sup> Vaga cedida pelo PFL

<sup>(2)</sup> Vaga cedida pelo PSDB

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

<sup>(7)</sup> A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).



**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Flávio Arns - PT  
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) <sup>(3)</sup>	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) <sup>(2)</sup>
Valdir Raupp	3. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE - CMA  
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro <sup>(2)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL <sup>(2)</sup>	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB <sup>(3)</sup>
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	5. Mão Santa
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB <sup>(1)</sup>**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
<b>PMDB</b>	
Valmir Amaral - PTB <sup>(1)</sup>	1. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
<b>PDT</b>	

<sup>(1)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS  
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À  
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT  
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL  
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL <sup>(1)</sup>
<b>PMDB</b>	
(vago)	1. Luiz Otávio
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(2)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
<b>PDT</b>	
(vago)	1. (vago)

<sup>(1)</sup> O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

<sup>(2)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) <sup>(6)</sup>	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(5)</sup>	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) <sup>(7)</sup>
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) <sup>(2)</sup>
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(4)</sup>	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(4)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

<sup>(6)</sup> O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(7)</sup> O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Paulo Paim - PT  
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(2)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(3)</sup>	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(3)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares  
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646  
E – Mail: [altairgs@senado.gov.br](mailto:altairgs@senado.gov.br)

**7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE  
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT  
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) <sup>(4)</sup>
Gerson Camata	5. (vago) <sup>(1)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(3)</sup>, PL)</b>	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR <sup>(5)</sup>
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) <sup>(6)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

<sup>(2)</sup> O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

<sup>(3)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(5)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(6)</sup> A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)



**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
<b>PMDB</b>	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta <sup>(2)</sup>
Mão Santa	2. Gerson Camata
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>	2. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
<b>PMDB</b>	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) <sup>(2)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT <sup>(3)</sup>
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
E – Mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB <sup>(3)</sup>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) <sup>(2)</sup>
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Shessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
<b>PDT</b>	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

<sup>(3)</sup> Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286  
E – Mail: [scomci@senado.gov.br](mailto:scomci@senado.gov.br)

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, <sup>(1)</sup>, PL)</b>	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) <sup>(3)</sup>
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB <sup>(2)</sup>	5. Aelton Freitas – PL
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(2)</sup> A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira  
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas  
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627  
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

**10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B <sup>(4)</sup>	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,<sup>(1)</sup> PL)</b>	
Flávio Arns – PT	1. Serys Shhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR <sup>(3)</sup>
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

<sup>(1)</sup> O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

<sup>(3)</sup> O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

<sup>(4)</sup> O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella  
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –  
Telefone: 3311-3506 Fax:  
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

**Presidente: Senador João Alberto Souza<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres<sup>1</sup>**

<b>BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro <sup>2</sup> (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M <sup>a</sup> do Carmo Alves (PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca <sup>2</sup> (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan <sup>2</sup> (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho <sup>4</sup> (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros (PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
<b>PMDB</b>					
Ney Suassuna	PB	4345	1. (Vago) <sup>3</sup>		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges <sup>2</sup>	AP	1717
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)</b>					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Shessarenko <sup>2</sup> (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
<b>PDT</b>					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
<b>PTB</b>					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br); [www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

<sup>1</sup> Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

<sup>2</sup> Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

<sup>3</sup> Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES) até 3.5.2006, licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

<sup>4</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**<sup>1</sup>

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) <sup>2</sup>	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) <sup>4</sup>	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) <sup>3</sup>	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

<sup>2</sup> Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

<sup>3</sup> Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

<sup>4</sup> Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)

**CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**  
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

**COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko  
**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)  
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6  
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259  
[scop@senado.gov.br](mailto:scop@senado.gov.br)



## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>AELTON FREITAS</b>		às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Paulo Okamoto; do Ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu; e do chefe do gabinete pessoal do presidente Lula, Gilberto Carvalho, conforme o voto em separado que apresentou.....	452
Comentário sobre o reaquecimento do Turismo em Minas Gerais, em especial na área denominada Circuito das Águas, que compreende os Municípios de São Lourenço, Caxambu, Lambari e Cambuquira. ....	34	<b>AMIR LANDO</b>	
Parecer nº 671, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005 (nº 3.432/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar. ....	179	Comentário sobre a exploração indevida e criminosa das reservas de diamantes. Aparte ao Senador Valdir Raupp.....	127
<b>ALBERTO SILVA</b>		Alerta para a politização do Poder Judiciário e para a aplicação, no Brasil, de princípios que não condizem com a democracia. ....	130
Sugestão de programa governamental orientado para os Sem-Terra, visando ao cultivo consorciado de feijão e mamona.....	31	Considerações a respeito da ampliação da Reserva Biológica do Jaru. ....	467
<b>ALVARO DIAS</b>		<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>	
Encaminhamento à Mesa de requerimento em que solicita a realização de auditoria nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara. ....	33	Registro da liberação, pelo BNDES, de dois financiamentos para o Estado do Pará, para a construção de estradas e de hospitais regionais. ....	479
Requerimento nº 661, de 2006, que solicita ao Tribunal de Contas da União a realização de auditorias nos convênios firmados entre a União e a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária-Anara, cujos valores totais sejam superiores a R\$ 1 milhão. ....	40	<b>ANTERO PAES DE BARROS</b>	
Reação do PT no confronto democrático, especialmente no período eleitoral. Informação de que Geraldo Alckmin, se eleito, vai propor, logo na primeira semana de governo, uma reforma tributária..	106	Registro da matéria intitulada “Delúbio confirma reunião com Dantas, mas nega propina”, publicada pela <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006.....	47
Sugestões para que o relatório final da CPI dos Bingos inclua o pedido de indiciamento do diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio		Registro da matéria intitulada “Para Suplicy, Bastos deve explicar encontro”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. ....	153
		Registro da matéria intitulada “Base do governo manobra e evita ida de Dantas a CPI”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. ....	502
		<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>	
		Crítica ao Governo Lula pela demora na aprovação do Fundeb. Aparte ao Senador José Jorge.	448

	Pág.		Pág.
Elogios ao artigo da jornalista Miriam Leitão, intitulado “O pior de Lula”, publicado no <i>O Globo</i> , no qual faz críticas a recentes declarações do Presidente da República. ....	450	Análise do discurso do candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin.....	109
ARTHUR VIRGÍLIO		Cumprimentos ao tetracampeão mundial de boxe Acelino de Freitas ‘Popó’. ....	109
Requerimento nº 662, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do educador Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil Estados Unidos, de Manaus, ocorrido em Manaus. ....	80	Apelo para a reabertura do diálogo com os servidores do Judiciário que estão em greve. ....	109
Requerimento nº 663, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Acácia da Silva Sevalho, do jornal <i>Correio Amazonense</i> , ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus. ....	80	Comentário sobre as dificuldades enfrentadas pelo Pólo Industrial de Manaus. ....	109
Requerimento nº 664, de 2006, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Marta Vasquez, do jornal <i>Correio Amazonense</i> , ocorrido dia 5 de junho de 2006, em Manaus. ....	80	Considerações sobre a situação fiscal brasileira e sobre a necessidade de retomada do processo de reformas econômicas estruturais. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	113
Requerimento nº 665, de 2006, que requer Voto de Aplauso à comunidade Portuguesa e Luso – Brasileira do Amazonas pelo transcurso do Dia de Portugal, em 10 de junho.....	80	Considerações sobre o noticiário de 12 de junho de 2006 referente ao Mundo Petista incluindo a íntegra da matéria de capa da revista <i>Veja</i> . ....	155
Requerimento nº 666, de 2006, que solicita ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário informações sobre a liberação e o repasse de recursos públicos para entidades que reivindicam a reforma agrária. ....	81	Requerimento nº 671, de 2006, que solicita Voto de Aplauso a Severino Manoel de Souza, o humilde sem-teto atador de papel que para impedir a fragmentação de livro de Machado de Assis em galpão de reciclagem num edifício central de São Paulo, resolveu formar uma biblioteca para outros sem-tetos que ali vivem. ....	441
Requerimento nº 667, de 2006, que requer Voto de Aplauso ao Conselho Nacional de Auto-regulamentação publicitária – CONAR, pelas novas normas sobre publicidade de alimentos e refrigerantes e de produtos destinados a crianças e adolescentes.....	82	Encaminhamento de denúncia sobre a perspectiva da impossibilidade de repasse de recursos para o Hospital Universitário Getúlio Vargas, em Manaus. ....	455
Apresentação de voto de aplauso à comunidade portuguesa e luso-brasileira do Amazonas pelo transcurso do Dia de Portugal, data consagrada a homenagear Luis de Camões, criador do poema épico “Os Lusíadas”.....	92	Denúncias relativas a uma possível tentativa de alteração na Lei de Informática por grupos interessados em receber os mesmos benefícios fiscais concedidos ao Pólo Industrial de Manaus. ....	455
Voto de pesar pelo falecimento das Senhoras Marta Vasquez e Acácia da Silva Sevalho, funcionárias do jornal <i>Correio Amazonense</i> e Senhor Manoel Gonzalez, um dos fundadores do Instituto Cultural Brasil - Estados Unidos.....	95	Crítica ao Partido dos Trabalhadores pelas suas contradições políticas e por levar às urnas os mensaleiros. Aparte ao Senador José Agripino.....	462
Questionamento sobre os R\$ 5,6 milhões recebidos pela ANARA – Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária, fundada e comandada por integrantes do MLST, durante a gestão do Presidente. ....	101	Crítica a José Dirceu pela sua postura como homem público. ....	476
Encaminhamento de requerimento solicitando voto de aplauso ao Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária – CONAR. ....	102	Comentários sobre matéria do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> a respeito da reação do Palácio do Planalto com relação às privatizações. ....	476
		CÉSAR BORGES	
		Parecer nº 673, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005 (nº 3.969/2004, na Casa de origem), que fixa, de iniciativa do Presidente da República, os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências. ....	186
		CRISTOVAM BUARQUE	
		Comentário sobre a necessidade de aprimoramento do projeto de reforma universitária anunciado pelo Governo. ....	12

	Pág.	III	Pág.
<b>EDISON LOBÃO</b>			
Comentários sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito das eleições do ano de 2006. ....	14		
Elogios à Marinha do Brasil pelas suas grandes realizações na defesa do território marítimo brasileiro. ....	14		
Comentário sobre a necessidade de o Governo brasileiro e o Poder Judiciário tomarem, conjuntamente, uma atitude para o equacionamento da crise da Varig. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	276	sociação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná. ....	203
Homenagem à Polícia Militar do Estado do Maranhão pelos serviços significativos prestados ao referido Estado.....	478	Parecer nº 681, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2006 (nº 1.986/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Santa Fé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Fé, Estado do Paraná. ....	210
<b>EDUARDO SUPLICY</b>			
Registro da presença, dia 13 de junho de 2006, na Comissão de Assuntos Econômicos, do Presidente do Banco Central, acompanhado de diretores, onde foi feita exposição sobre a definição da taxa Selic. ....	485	<b>FLEXA RIBEIRO</b>	
		Transcrição da matéria intitulada “TCU aprova contas de Lula, mas vê redução de gastos em segurança”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 2 de junho de 2006. ....	43
		Comentários sobre o editorial intitulado “Parlapatice desbragada”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de junho de 2006. ....	151
		Comentários ao artigo intitulado “Informe-se, presidente”, de autoria do economista e ex-ministro Paulo Renato Souza, publicado pelo jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 7 de junho de 2006. ....	508
<b>FLÁVIO ARNS</b>			
Parecer nº 670, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2006 (nº 1.998/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Master FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Beltrão, Estado do Paraná. .	74	<b>GILBERTO MESTRINHO</b>	
		Retificação da Emenda nº 37 ao Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2006, que trata das operações portuárias e do transporte aquaviário..	128
Parecer nº 676, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2006 (nº 1.966/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nova Campo Largo Rádio e Televisão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lapa, Estado do Paraná. ....	192	<b>GILVAM BORGES</b>	
		Justificação a Projeto de Lei de autoria de S. Ex <sup>a</sup> , que propõe a extinção do Exame de Ordem da OAB. ....	9
Parecer nº 677, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2006 (nº 2.005/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de Comunicação e Cultura de Cruzeiro do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cruzeiro do Oeste, Estado do Paraná. ....	196	Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2006, que altera os artigos 8º, 58º e 84º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). ....	39
		Comentários sobre as repercussões ocorridas em razão da apresentação por S. Ex <sup>a</sup> , de projeto que visa a extinção do exame para inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. ....	147
Parecer nº 679, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2006 (nº 2.086/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a As-		<b>HELOÍSA HELENA</b>	
		Comentário sobre o relatório do Tribunal de Contas da União, que mostrou a situação real da seguridade social. Aparte ao Senador Paulo Paim. .	277

	Pág.		Pág.
<b>HERÁCLITO FORTES</b>		<b>JOÃO TENÓRIO</b>	
Defesa da instauração de sindicância para apurar e punir os responsáveis por texto distribuído pela assessoria da liderança do PT no Senado, contendo insinuações de que cúpula da CPI dos Bingos teria sucumbido ao lobby feito pelos donos de casas de bingo.....	4	Considerações a respeito da matéria intitulada “CPI vai apontar doação de bingos a Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 22 de maio de 2006. ....	45
Consideração a respeito da urgente necessidade de esclarecimentos no caso da CPI dos Bingos. Aparte ao Senador Gilvam Borges. ....	11	<b>JOSÉ AGRIPINO</b>	
Comentário sobre a discriminação sofrida pelos aposentados no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	100	Crítica ao Governo Lula por propor acordo e não cumprir, como no caso do Fundeb, que é uma matéria de interesse coletivo. Aparte ao Senador José Jorge. ....	449
Questionamentos sobre a teleconferência realizada entre o Presidente Lula e integrantes da Seleção Brasileira.....	123	Crítica ao Governo Lula por anistiar publicamente os mensaleiros e receber dentro do Palácio do Planalto esses praticantes de padrão ético defeituoso. ....	462
Crítica ao Presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores por darem uma segunda chance aos mensaleiros. Aparte ao Senador José Agripino.....	463	Comentário sobre a farsa ocorrida após a invasão do Congresso Nacional pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra – MLST. ....	462
Justificativa quanto à solicitação feita por S. Ex <sup>a</sup> ao CONAR, no sentido da retirada da propaganda enganosa sobre a Petrobrás.....	465	Crítica ao Presidente Lula pela divulgação na imprensa da auto-suficiência de petróleo pelo Governo do Brasil.....	462
Comentário sobre a falsa divulgação pelo Governo da interligação do trecho piauiense da Transnordestina com a Ferrovia Norte-Sul. ....	465	Leitura e comentário de um artigo publicado no <i>Diário da Bolívia</i> , escrito por Emir Sader, no dia 23 de janeiro de 2006, intitulado “Porque os bolivianos, pela primeira vez, se sentem felizes”, que trata da relação Brasil-Bolívia. ....	462
Crítica ao Governo Federal pela operação pouco clara da ida da Embratel para as mãos do empresário mexicano Carlos Slim. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	478	<b>JOSÉ JORGE</b>	
<b>IDELI SALVATTI</b>		Considerações sobre a questão da verticalização nas eleições de 2006, cuja idéia principal é fazer com que as coligações estaduais acompanhem a coligação nacional. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	28
Considerações acerca da importância dos servidores do Incra na viabilização de operações para implementação da reforma agrária no Brasil. Aparte ao Senador Tião Viana.....	18	Requerimento nº 670, de 2006, que solicita a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências aos familiares do professor José Leite Lopes por ocasião do seu falecimento.....	439
Leitura de nota encaminhada por S. Ex <sup>a</sup> à imprensa, na qual desautoriza o texto distribuído, no dia 8 de junho de 2006, por assessores da liderança do PT no Senado, a respeito da CPI dos Bingos.	21	Voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das Ciências Físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. ....	441
Anúncio de pesquisa econômica divulgada recentemente pelo Ipea.....	21	Críticas à falta de empenho do Governo Lula no sentido da aprovação do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. Comentário sobre o sentimento de S. Ex <sup>a</sup> com relação ao Fundeb, por se tratar mais de uma tentativa de aproveitamento político e eleitoral do que de real intenção de aprová-lo e implantá-lo.....	446
<b>ÍRIS DE ARAÚJO</b>			
Justificativas para apresentação de Projeto de Resolução para alterar os artigos 16 e 21 da Resolução nº 43, de 2001, no sentido de incluir a nova data-limite de adaptação dos entes federados à nova sistemática de controle da inadimplência para autorizar operações de crédito. ....	247		

	Pág.		Pág.
JUVÊNCIO DA FONSECA			V
Análise da matéria intitulada “Delúbio agiu sob delegação”, publicada no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de 24 de maio de 2006. ....	46	Comentários à matéria intitulada “Ele está em todas”, publicada na revista <i>Veja</i> , edição de 31 de maio de 2006. ....	510
Registro do artigo intitulado “Humilhação continuada”, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 24 de maio de 2006. ....	152	LÚCIA VÂNIA	
LEONEL PAVAN		Realização da oitava edição do Festival de Cinema e Vídeo Ambiental de Goiás. Satisfação diante da exposição, no Senado Federal, da mostra de fotos denominada Imagens da Inclusão, iniciativa que tem por finalidade valorizar os portadores de necessidades especiais.....	25
Transcrição do artigo intitulado “Lula, câmbio e gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 25 de maio de 2006. ....	48	Comentários acerca da matéria intitulada “PIB do agronegócio deve cair 1,28% no ano, diz CNA”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2006.....	49
Crítica ao Governo Federal por não ter uma política de saúde consistente e comentário sobre a necessidade de se tomar providências para atender a classe pobre na compra de remédios. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	85	Registro do editorial intitulado “Falta de foco”, do jornal <i>O Globo</i> , edição de 19 de maio de 2006. ....	150
Crítica ao Governo Lula pela sua atitude de indiferença diante dos escândalos de corrupção no meio político. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	87	Registro da matéria intitulada “Faltou um Palocci”, publicada na revista <i>Época</i> , edição de 29 de maio de 2006. ....	506
Solicitação de providências à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, sobre o atraso nos vãos da Varig. ....	90	MAGNO MALTA	
Preocupação com as dificuldades da aviação civil brasileira, em particular com a Varig. ....	93	Homenagem ao boxeador Acelino de Freitas por ele ser um símbolo de orgulho brasileiro. Aparte ao Senador Arthur Virgílio.....	110
Comentário sobre o agravamento da crise da agricultura brasileira no Governo Lula.....	93	MÃO SANTA	
Realização da Convenção do PSDB, dia 11 de junho de 2006, na cidade de Belo Horizonte/MG, na qual foi lançado o nome do candidato à Presidência da República, ex-Governador Geraldo Alckmin. ...	93	Crítica ao mau funcionamento do SUS e ao Governo Lula pela atual situação do sistema público de saúde no Brasil. Aparte ao Senador Papaléo Paes.....	83
Comentários sobre a matéria intitulada “Dirceu vai a todo lugar, mas STF diz que não o encontra”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 26 de maio de 2006. ....	154	Comentários sobre matéria intitulada “Piauí mistura o público e o privado”, publicada no <i>Correio Braziliense</i> , que trata de denúncia contra o Coordenador de Comunicação do Estado do Piauí e do caso da corrupção no meio político. ....	86
Parecer nº 675, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2006 (nº 1.928/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Penha a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina. ....	189	Crítica ao Governo Federal e ao Partido dos Trabalhadores pela corrupção. ....	86
Parecer nº 680, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2006 (nº 1.933/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Rádio Liberdade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.....	207	MARCO MACIEL	
		Comentário sobre o retorno do pagamento da equalização no setor agrícola. Aparte ao Senador Ney Suassuna. ....	89
		Considerações sobre a necessidade de mais investimentos na malha ferroviária do País. Cumprimentos aos organizadores do evento “Brasil nos trilhos”, promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. ....	90

	Pág.		Pág.
Cumprimentos ao Senhor Cláudio Lembo e homenagem a José Bonifácio. Aparte ao Senador Romeu Tuma.....	434	Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São Vicente de Paulo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Moraújo, Estado do Ceará. ....	217
Requerimento nº 669 de 2006, que solicita a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências ao Governo do Estado de Pernambuco e aos familiares do cientista José Leite Lopes por ocasião do seu falecimento.....	439	Parecer nº 684, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2005 (nº 1.853/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Comunicadores de Maracanaú – ASCOMAR, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará. ....	220
Voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das Ciências Físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.....	440	Parecer nº 685, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 2006 (nº 1.855/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaribe, Estado do Ceará. ....	223
<b>NEY SUASSUNA</b>		Parecer nº 686, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2006 (nº 1.556/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vale do Groaíras – ACVG a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Groaíras Estado do Ceará. ....	226
Comentário sobre a necessidade de se fazer uma reformulação na tabela do SUS. Aparte ao Senador Papaléo Paes. ....	84	Parecer nº 687, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 2006 (nº 1.935/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão do Vale do Curu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís do Curu, Estado do Ceará.....	229
Solicitação ao Governo Federal para que volte com a equalização aos plantadores de cana-de-açúcar. ....	89	Parecer nº 688, de 2006, da Comissão de Educação, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2005 (nº 1.815/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Progresso e Cidadania de Monsenhor Tabosa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monsenhor Tabosa, Estado do Ceará. ....	232
<b>PAPALÉO PAES</b>		Parecer nº 689, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2006 (nº 1.884/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Instituto de Radiodifusão Comunitária de Pacujá Ceará a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacujá, Estado do Ceará. ....	235
Críticas à visão do Presidente Lula sobre o Sistema Único de Saúde – SUS.....	83	<b>PAULO OCTÁVIO</b>	
Comentário sobre o artigo intitulado “A saúde na UTI”, publicado no <i>Correio Braziliense</i> dia 7 de fevereiro de 2006. Comentário sobre artigo publicado no <i>Jornal de Brasília</i> em dezembro de 2005, que denuncia o problema das fraudes no SUS. ....	83	Registro da realização da Semana do Meio Ambiente, em Brasília.....	479
Pleito ao Governo do Estado do Amapá para que agilize a investigação sobre quadrilha que estaria praticando atentados contra candidatos ao governo. ....	93		
Registro da matéria intitulada “OAB pede à Procuradoria nova apuração contra Lula”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 6 de maio de 2006.....	509		
<b>PATRÍCIA SABOYA GOMES</b>			
Parecer nº 682, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 2004 (nº 2.225/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bela Cruz, Estado do Ceará. ....	213		
Parecer nº 683, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 543, de 2005 (nº 1.806/2005, na Câmara dos			

	Pág.		Pág.
<b>PAULO PAIM</b>		<b>RAMEZ TEBET</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2006, que altera o artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que dispõe sobre atividades ou operações perigosas no trabalho e o art. 1º da Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985. ....	78	Considerações a respeito da decisão do Tribunal Superior Eleitoral que flexibiliza as regras eleitorais. Defesa dos Ministros que tiveram de apreciar, em apenas 48 horas, o pedido de reconsideração da legislação eleitoral. ....	19
Demonstração de preocupação com a grave crise da Varig. Aparte ao Senador Leonel Pavan. .	94	<b>ROBERTO SATURNINO</b>	
Apelo pela aprovação, no Senado Federal, do reajuste dos aposentados e pensionistas. Comentário sobre a garantia de paridade total para os servidores públicos estaduais e municipais. ....	96	Parecer nº 690, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2006 (nº 1.924/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Niteroiense de Arte, Cidadania e Comunicação – POPGOIABA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. ....	238
Comentário a respeito do aumento do salário mínimo e sobre a inflação. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	114	Comentário sobre a crise da Varig. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	277
Defesa do reajuste salarial dos aposentados e pensionistas. ....	275	Requerimento nº 668, de 2006, que solicita a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à Universidade Federal do Rio de Janeiro e aos familiares do físico José Leite Lopes por ocasião do seu falecimento. ....	438
Considerações sobre a questão da recuperação da Varig. ....	275	Voto de pesar pelo falecimento professor pernambucano José Leite Lopes, pioneiro das Ciências Físicas no Brasil e fundador do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. ....	439
Comentário sobre a realização, dia 12 de junho de 2006, de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado para discutir a violência contra o idoso. ...	275	Comentário sobre as três iniciativas do Governo Federal na área de educação: Fundeb, Universidade para Todos e reforma universitária. Aparte ao Senador José Jorge. ....	447
<b>PEDRO SIMON</b>		<b>ROMERO JUCÁ</b>	
Consideração sobre a decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da verticalização aos partidos políticos. Aparte ao Senador Ramez Tebet. ....	20	Comentário a respeito do reajuste salarial para os aposentados e da recuperação do salário mínimo no Brasil. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	98
Apoio à CPI como instrumento útil para acabar com a impunidade no Brasil. ....	26	Comunicação sobre o referendo ao nome de S. Exª, pelo PMDB, em coligação com outros partidos, para concorrer ao governo do Estado de Roraima. ....	101
Desdobramentos da decisão do Tribunal Superior Eleitoral a respeito da verticalização e coligações para as eleições do ano de 2006. ....	26	Congratulações pelos 55 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), transcorrido em 22 de abril de 2005. .	501
Registro de sessão especial do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, em que se decidiu pela não apresentação de candidatura própria à presidência da República. ....	121	<b>ROMEU TUMA</b>	
Comentário sobre o gosto do Ex-presidente Médici pelo futebol. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	124	Parecer nº 669, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 191, de 2006 (nº 2.014/2005, na Câmara dos De-	
Registro de reunião marcada junto ao Juiz de Direito responsável pelo caso da Varig, com a participação de outros Senadores, para procurar soluções no caso da crise dessa companhia aérea. ....	459		
Lamento pelo sepultamento da candidatura do PMDB à Presidência da República. ....	459		
Comentário sobre as propagandas televisivas do Governo Federal que visam a induzir o povo a votar em Lula. Aparte ao Senador José Agripino. .	463		

## VIII

	Pág.		Pág.
putados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Ernesto Benedito de Camargo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Cotia, Estado de São Paulo. ....	1		
Parecer nº 674, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2005 (nº 3.969/2004, na Casa de origem), que fixa, de iniciativa do Presidente da República, os efetivos do Comando da Aeronáutica em tempo de paz e dá outras providências. ....	188	SIBÁ MACHADO	
Parecer nº 678, de 2006, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2006 (nº 2.057/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Vida Nova a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo. ....	199		
Crítica ao veto do reajuste salarial dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	276	Comentário sobre o início da décima sétima Copa Mundial de futebol e a participação brasileira nessa competição. ....	36
Registro da homenagem ao patriarca da independência, José Bonifácio, feita pelo Governador de São Paulo, Cláudio Lembo, e pelo Prefeito Municipal de Santos, João Paulo Tavares Papa. Homenagem à Marinha brasileira, por ocasião do dia 11 de junho, que é o Dia da Marinha. ....	434	Elogios à Marinha do Brasil, pelo esforço empreendido na defesa nacional e na pesquisa no caso da Antártida. ....	36
Comentário sobre a importância de se investir na educação para que o Brasil cresça. Aparte ao Senador José Jorge. ....	448	Comentário sobre as ações do Governo Lula no que tange ao transporte ferroviário brasileiro. .	36
SÉRGIO GUERRA		TASSO JEREISSATI	
Registro do editorial publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , intitulado “Falta horizonte”, edição de 28 de maio de 2006. Comentário sobre o artigo intitulado “O futuro de Lula”, publicado no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 30 de maio de 2006. ....	41	Crítica ao Governo Federal e ao PT pela primeira proposta das PPPs (Parcerias Público-Privadas). Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	477
Registro da matéria intitulada “Vai ter ira santa na eleição”, publicada no jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2006. ....	149	TIÃO VIANA	
Comentários sobre o artigo intitulado “Cozinha depõe e liga Comendador a petistas”, publicado no jornal <i>Correio Braziliense</i> , edição de primeiro de junho de 2006. Registro da matéria intitulada “Okamoto não prova saques para quitar a dívida de Lula”, publicada no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> , edição de 31 de maio de 2006. ....	504	Reconhecimento ao Governo Federal por autorizar, por intermédio do Ministério da Educação, a criação do programa de escola técnica federal em quatro Estados brasileiros. ....	16
SERYS SLHESARENKO		Apoio aos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que reivindicam a valorização da carreira. ....	16
A importância da iniciativa do Governo Federal de levar energia elétrica ao norte do Araguaia, em Mato Grosso. ....	284	Apoio à Senadora Ideli Salvatti no caso da CPI dos Bingos e defesa da liberdade que os parlamentares possuem no exercício do mandato. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. ....	23
		Comentários sobre matéria do jornalista Gilberto Dimenstein, intitulada “Renda chinesa aquece economia e ameaça contas”. Indicação de fatos que alimentam a popularidade do Presidente Lula. ....	112
		Comentário sobre as reformas estruturantes que o Estado brasileiro precisa e sobre a inclusão social. Considerações acerca da redução da pobreza no Brasil e do crescimento brasileiro em relação aos países da América Latina. ....	112
		VALDIR RAUPP	
		Considerações sobre o levantamento feito por técnicos do Instituto Agronômico de Campinas e da Embrapa visando avaliar o custo do café Robusta, em Rondônia. Comentário acerca da participação da produção de grãos e da indústria de café em re-	



	Pág.		IX Pág.
lação às estruturas das economias de cada Estado e em relação à economia nacional.....	125	Comentário sobre o acampamento da Fazenda Urupá e crítica ao Incra por não resolver esse problema. Aparte ao Senador Amir Lando. ....	468
Parecer nº 672, de 2006, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 2005 (nº 2.390/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. ....	183	VALMIR AMARAL	
		Evolução das técnicas de manipulação genética de plantas até às chamadas “plantas bio-fábricas”, que podem contribuir para a agricultura brasileira como fonte de renda para a população e mecanismo de geração de empregos. ....	148